



*...Essas poucas páginas brilhantes
e consoladoras que há na História do
Portugal contemporâneo escrevemo-las
nós, os soldados, lá pelos sertões da
África, com as pontas das baionetas
e das lanças a escorrer em sangue...*

Joaquim Mousinho



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristovam Ayres de Magalhães Sepulveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares



F.C.



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Capitão António S. Ribeiro de Spínola

Capitão José João Henriques de Avellar

Capitão Luiz Pimenta de Castro

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA

Calçada da Ajuda — Telef. 38 167

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 7\$50

F.C.

SUMÁRIO

O ESPÍRITO DA CAVALARIA	<i>Major Fernando Paes</i>	5
TRANSPORTE AUTO NAS GRANDES UNIDADES	<i>Major de Eng.º Victorino Espartero</i>	9
ANDRÉ DE ALBUQUERQUE	<i>Asp. de Cav.º Carlos de Azevedo</i>	27
O MÉDICO-VETERINÁRIO NOS EXÉRCITOS MODERNOS	<i>Cap. Méd.-Vet. Protes da Fonseca</i>	31
HIPISMO:		
ACORDO DAS AJUDAS	<i>Tenente Jorge Mathias</i>	49
A FISILOGIA DO MOVIMENTO	<i>Cap. Méd.-Vet. Nunes Salvador</i>	54
NOTICIÁRIO		62
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
PRÊMIOS LITERÁRIOS		67
O POLO NO EXÉRCITO COMO FORÇA DE ESPÍRITO E ESCOLA DE DISCIPLINA	<i>Comandante Raimundo Hernandez Claumarchirant</i>	70



Revista da Cavalaria

13.º ano-n.º 1

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Janeiro



O ESPÍRITO DA CAVALARIA

Sua influência no futuro da Arma e da Civilização



Educados dentro de um ideal a que se chamou *espírito cavaleiro* ou espírito da Arma, os cavaleiros do Século passado e do começo do Século XX encontraram nesse espírito a força inspiradora da sua conduta.

É certo que, na falta de preceitos e códigos que fixassem os princípios doutrinários desse ideal, eles tiveram que conformar-se com as normas do ambiente cavaleiro em que viviam ou ir procurá-las no anseio das suas próprias almas, o que faz supor que nem sempre as normas seguidas tenham sido as mais perfeitas ou, porventura, as mais elevadas; mas, de uma forma ou de outra, o que é facto é que esse ideal constituiu e ainda hoje cons-

Revista da Cavalaria

titui, pela força da tradição, uma potência espiritual de transcendente valor.

Simplesmente, porque esse ideal se encontra ligado à profissão das armas através da utilização do cavalo como elemento fundamental de luta e este foi ultrapassado nas modernas cavalaria por meios mais céleres, há que rever o problema.

Assim sucedeu com a cavalaria da idade média e assim terá que suceder com a cavalaria actual.

A primeira grande transformação da cavalaria medieval verificou-se, praticamente, com o advento das cruzadas. É facto que, já no Concílio de Clermont, em 1095, se preconizava que *«toda a pessoa de nascimento, ao atingir os 12 anos de idade, devia jurar solenemente, perante um bispo, que havia de defender até ao fim os oprimidos, as viúvas e os órfãos»*, mas só com a instituição das grandes ordens de cavaleiros cruzados foi possível harmonizar, doutrinariamente, os princípios monásticos com a profissão das armas.

E, se, fora dos perigos das guerras, houve necessidade, talvez pela própria força das leis da natureza, de introduzir a *correzia* como terceiro elemento da doutrina da cavalaria — *guerra e religião* — não resta dúvida que foi na base destes três elementos que a instituição atingiu o equilíbrio que a impôs ao Mundo como a verdadeira precursora dos princípios espirituais, morais e sociais que caracterizam a civilização cristã e constituem, hoje, aquilo a que chamamos civilização ocidental.

E não se diga que o ideal da cavalaria que inspirou os feitos e as acções daqueles que ficaram na História para servir de exem-

Revista da Cavalaria

plo às gerações vindouras exigia a coexistência de uma cavalaria regular nos exércitos. Embora a cavalaria, como organização destinada à guerra tivesse desaparecido dos campos de batalha, durante os Séculos XIV e XV, a sua influência como meio de educação e norma de vida continuou a exercer-se na corte e nos castelos dos barões e cavaleiros, constituindo uma verdadeira escola que ficou a servir de modelo, senão de sistema, a muitas escolas contemporâneas.

Com o advento da era Napoleónica e com o papel preponderante dado à cavalaria regular dos exércitos, o espírito da cavalaria, isto é, o espírito das Ordens da Cavalaria, foi tomado num sentido mais exclusivista passando, algo deformado, como espírito da Arma, a ser o ideal inspirador das tropas de cavalaria.

Mas, *«porque a cavalaria»*, diz uma das suas normas, *«não está apenas no cavalo e nas armas mas no cavaleiro que se acostuma e ao filho aos bons preceitos e a obras virtuosas»*, chegou a hora de ir buscar ao puro classicismo da Cavalaria, como Ordem e Instituição, o seu verdadeiro sentido, o que constitui um dever espiritual de consciência e uma necessidade imposta pela força das circunstâncias. Ideal capaz de juntar nas suas aspirações cavaleiros do Século XIX e cavaleiros do Século XX, cavaleiros a cavalo e cavaleiros blindados, ele poderá ser também, hoje como ontem, o ideal puro e nobre, capaz de juntar na defesa da civilização ocidental, armas, exércitos e nações.

«Temer a Deus e manter a religião cristã; servir fiel e valorosamente o rei; proteger os fracos e os indefesos; evi-

Revista da Cavalaria

tar as ofensas voluntárias; viver pela honra e pela glória; combater pelo bem-estar de todos; obedecer à autoridade; manter a honra da Ordem da Cavalaria; evitar a deslealdade, a mesquinhez e o embuste; proceder com lisura e dizer a verdade; levar a final todas as empresas começadas; respeitar a honra das mulheres; não recusar o desafio de um igual e nunca voltar as costas a um inimigo».

Major FERNANDO PAES



TRANSPORTES AUTO NAS GRANDES UNIDADES

CONSIDERAÇÕES GERAIS

pelo Major de Eng. VICTORINO ESPARTEIRO

I — Transportes naturais

Considerações gerais

Mais uma vez o exemplo humano, com a indiscutível autoridade que nos falta, vai servir de modelo e mestre.

Os transportes do organismo humano podem filiar-se em dois grupos:

- *transportes da vida da relação*, que interessam a unidade «corpo humano» e em que o movimento, feito em relação ao meio exterior e assegurado por órgãos próprios (pernas), sob o directo império da vontade (cérebro), constitui a preparação para a actividade normal do organismo (trabalho ou luta);
- *transportes orgânicos*, que servem todos os órgãos e regiões do corpo, garantindo em todas as circunstâncias a sua vida e luta, e em que o movimento, embora subtraído à acção directa e exclusiva da vontade (cérebro), é contudo comandado por centros situados em órgãos pertencentes ao Comando (bolbo) ou a ele intimamente ligados (medula).

O nosso trabalho focará somente os do 2.º grupo e dentre estes, em especial, os referentes à Circulação, pois que, sendo os de mais vasta amplitude, o seu estudo certamente nos virá a facultar aquelas directri-

Revista da Cavalaria

zes que, regendo a actividade natural, terão inteira aplicação nas actividades artificiais.

Sigamos então as tradicionais etapas da organização do trabalho: missão, meios e funcionamento.

A — Missão

O aparelho circulatório, devidamente comandado, assegura:

- a alimentação do organismo em substâncias prontas a serem utilizadas pelos órgãos e regiões do corpo (transportes arteriais, centrífugos, de abastecimento);
- a evacuação de produtos destinados à eliminação, transformação ou recuperação (transportes venosos e linfáticos, centrípetos, de evacuação).

B — MEIOS

Temos:

- a) — um órgão central, impulsionador do movimento — coração;
- b) — vias de abastecimento (artérias) e de evacuação (veias e linfáticos);
- c) — meios de transporte — sangue (arterial e venoso) e linfa;
- d) — órgãos complementares: baço, fígado, gânglios linfáticos, medula, pulmões, pele e rins.

a) — *Coração*.

É o órgão central do aparelho circulatório e o principal agente impulsionador do movimento, dele provindo toda a energia mecânica necessária à Circulação.

É repartido internamente em duas metades autónomas, uma comandando a movimentação de abastecimentos (sangue arterial), outra a de evacuação (sangue venoso e linfa) ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Certos animais têm as duas metades separadas.

Revista da Cavalaria

As válvulas existentes nas paredes divisórias aurículo-ventrículo) de cada repartição só permitem a passagem naquele sentido.

O comando do coração está organizado do seguinte modo:

- *centros locais*, intrínsecos, subordinados, mas com a faculdade de, em virtude de solicitações locais permanentes, imporem ao órgão um movimento próprio (ritmo) ⁽¹⁾;
- *comandos centrais*, extrínsecos, ligados aos anteriores por nervos e situados em órgãos do Comando (bolbo) ou a ele intimamente ligados (medula), e que, de acordo com solicitações internas ou da vida de relação, ordenam o moderamento (c. bulbar) ou o aceleração (c. medular) dos movimentos do coração quando o equilíbrio é alternado, num ou noutro sentido, por causas permanentes ou acidentais;
- *nervos*, que são os condutores de pedidos e ordens: respectivamente, nervos sensitivos e nervos motores (aceleradores e moderadores).

Deste modo, o órgão, com o seu trabalho regular e contínuo ordenado pelo seu comando local a solicitações internas, e com a permanente acção coordenadora dos seus comandos centrais provocada por solicitações internas ou externas, está sempre apto a ajustar, em todas as situações, o seu movimento às necessidades dos componentes do organismo.

As causas permanentes que podem alterar o ritmo de trabalho do coração são inerentes à própria vida do organismo e resolúveis pelos recursos do mesmo.

Entre as causas acidentais contam-se:

- os exercícios musculares;
- as emoções, alegrias e expectativa ansiosa;
- as doenças inflamatórias (causadas pelos inimigos do organismo — as bactérias);

⁽¹⁾ Mesmo isolado, o coração pode funcionar — prova evidente da existência de comandos locais.

Revista da Cavalaria

- as inspirações e
- as elevações de temperatura

que aceleram;

- os desfalecimentos e síncope;
- o pavor brusco e a súbita e violenta cólera;
- as elevações de pressão e
- as expirações

que atrasam.

Portanto, as causas accidentais que podem alterar o ritmo de trabalho do órgão e consequentemente, provocar a intervenção dos comandos centrais, num ou noutro sentido, são de duas espécies:

- internas, ou orgânicas, transmitidas por ligações internas (nervos sensitivos) aos centros próprios (bulbares ou medulares) e por estes reflectidas em ordens através dos nervos respectivos (moderadores ou aceleradores) ⁽¹⁾;
- externas, ou da vida de relação, recebidas pelo cérebro e transmitidas aos comandos centrais próprios ⁽²⁾.

b) — Vasos

1) — Artérias

A sua espessura, diâmetro, indeformabilidade, elasticidade e contractilidade são variáveis com o volume do sangue que normalmente as percorre e com a distância ao órgão central.

⁽¹⁾ Na realidade, os comandos centrais estão em actuação permanente e o valor da sua resultante, determinado pela intensidade das solicitações recebidas, é que marca o sentido da actuação.

⁽²⁾ Notar o «respeito» do Comandante pela função dos seus comandos subordinados.

Revista da Cavalaria

A rede arterial é assim formada:

- a princípio (saída da repartição de abastecimento) uma única via, larga, espessa, indeformável, mais elástica do que contractil; no orifício de saída uma válvula a abrir sòmente no sentido coração-vaso;
- depois, aqui e além, derivações a servirem órgãos e regiões, com espessuras, diâmetros e indeformabilidade sucessivamente decrescentes e contractilidade crescente à medida que avançam;
- finalmente, sub-divisões das várias derivações a servirem os mais ínfimos recantos dos órgãos e regiões e a formarem profusas redes de pequeníssimas vias (capilares) com espessuras, diâmetros e indeformabilidade mais reduzidas e contractilidade superior.

2) — Veias

Maior diâmetro, mais numerosas, mais espessas e mais flácidas que as artérias-características que variam com o volume de sangue transportado e a distância ao órgão central.

Disposição semelhante à das artérias, com as vérulas prolongando os capilares, os troncos venosos a engrossarem à medida que os afluentes vão convergindo e por fim uma única via a entrar no coração (repartição de evacuação).

Válvulas, em especial nas regiões mais afastadas (pernas), dispostas de modo a oporem-se à acção do peso do sangue, e uma válvula no orifício de entrada do coração abrindo sòmente no sentido vaso-corção, concorrem para impor um sentido imutável ao movimento.

3) — Linfáticos

Nascem na intimidade dos tecidos e, após percursos mais ou menos longos, vão desaguar nas veias, transportando produtos residuais da laboração orgânica.

São contrácteis e de onde a onde, espalhados por todo o corpo, atravessam gânglios linfáticos de importância primordial para o organismo, como veremos.

O comando dos vasos é semelhante ao do coração: comandos locais determinam a actividade própria dos vasos (elasticidade e contractili-

Revista da Cavalaria

dade); comandos centrais regulam e coordenam (c. bulbares-vaso-constrição-aperto; c. medulares-vaso-dilatação-alargamento) (1).

c) — Meios de transporte: sangue e linfa

O sangue transporta alimentos e evacua substâncias desnecessárias ou prejudiciais. É composto de glóbulos (vermelhos e brancos) globulinos e plasma (líquido).

Cada um destes elementos tem um papel próprio e cada um transporta a sua «carga».

Há ainda a assinalar aos glóbulos brancos um outro papel de importância vital: defensores e purificadores do organismo, pois digerem e absorvem os detritos celulares e bactérias que encontram nos vasos e até nos espaços celulares, devido à faculdade que possuem de se estenderem, emitirem prolongamentos, atravessarem os vasos e de se apoderarem de corpúsculos ao seu alcance.

O plasma, além do seu papel de transportador, possui a valiosa faculdade de, por intermédio de uma substância que contém — a fibrina —, tapar automaticamente qualquer desvio de sangue das suas vias naturais (coagulação) — faculdade esta mais pronunciada no sangue arterial.

A linfa é a parte do sangue que, atravessando os capilares, vai ceder a sua carga alimentícia aos tecidos e daí, carregada com produtos de laboração orgânica vai, pelas vias próprias (linfáticos), às veias.

Os elementos do sangue têm vida limitada mas o próprio organismo dispõe de órgãos e meios para os refazer (2).

d) — Órgãos complementares

1) — Baço

Formador de glóbulos vermelhos, à custa dos mesmos depois de envelhecidos.

Também forma glóbulos brancos.

(1) Como para o coração, as duas forças coexistem e a sua resultante marca o sentido da actuação.

(2) Parece que os glóbulos vermelhos têm 30 dias de vida; por dia são destruídos 50 cc. de sangue, a compensar pelos órgãos próprios.

Revista da Cavalaria

2) — *Fígado*

Formador de glóbulos vermelhos e de fibrina.

Fabricante de substâncias necessárias ao organismo, as quais armazena, quando não necessitadas, e fornece ao sangue, quando há falta.

A sua função é de suma importância e a demonstrá-la está a existência de vias próprias que o abastecem de substâncias vindas do intestino.

3) — *Gânglios linfáticos*

Os grandes fabricantes de glóbulos brancos.

Quando há ataque inimigo — bactérias — eles entram em plena laboração e os glóbulos brancos, em quantidades inumeráveis, acorrem ao local atacado.

4) — *Medula*

Grandes fabricantes de glóbulos vermelhos.

Também forma glóbulos brancos.

5) — *Pulmões*

Órgãos de abastecimento de alimentos gasosos e de eliminação de substâncias prejudiciais.

6) — *Pele*

Órgãos de eliminação de substâncias prejudiciais, por excessivas.

7) — *Rins*

Idem.

C — FUNCIONAMENTO

1) — *Transportes*

A rede de transportes sanguíneos, vasta e profusa, serve todos os órgãos e regiões do corpo, indo até aos mais ínfimos recantos.

Revista da Cavalaria

Pode dizer-se que o número de transportes individuais é incontável.

Os princípios e regras da organização e funcionamento dos transportes estão envoltos em denso mistério e as investigações científicas pouco mais têm permitido conhecer do que directrizes gerais.

Como delibera o Comando distribuir os meios de transporte?

São estes «dirigidos» logo de início, na corrente total, ou à sua chegada aos pontos de confluência?

Caminham dentro dos vasos segundo ordens, agrupamentos e destinos pré-fixados?

E tantas, tantas interrogações sem resposta perante o enigma da vida!

Fiquemos então nas directrizes gerais e vejamos algumas das mais importantes:

- o sangue atribuído a cada órgão é o necessário às suas exigências normais, estando-lhe garantido um mínimo que corresponde à situação de repouso;
- os músculos (órgãos da força e movimento) recebem mais sangue que as vísceras;
- os órgãos em actividade recebem mais sangue do que os inactivos. Como a quantidade de sangue, num determinado organismo, é sensivelmente constante, o suplemento de sangue necessário aos órgãos activos é tirado aos inactivos por determinação do Comando que ordena uma restrição (vaso-constricção) no 2.º caso em favor de um aumento (vaso-dilatação) no 1.º caso ⁽¹⁾;
- sendo os meios de transporte inumeráveis, há somente um número irrisório de categorias de transportes: glóbulos, globulinos e plasma. A variedade dos meios de transporte é ínfima frente à sua quantidade ⁽²⁾;
- um órgão em actividade consome mais produtos do que em repouso: o sangue arterial tem composição constante, mas o ve-

⁽¹⁾ Reciprocamente: se, por qualquer meio, reduzirmos o afluxo de sangue a um órgão, a sua actividade decresce em conformidade, podendo até chegar à morte (própria ou do organismo).

⁽²⁾ 5.000.000 de glóbulos vermelhos por mm. c. de sangue; glóbulos brancos/glóbulos vermelhos — 1/500.

Revista da Cavalaria

noso vem mais ou menos *carregado* conforme a intensidade do trabalho;

- o Comando centraliza os transportes sanguíneos: o coração impulsiona, mas o Comando regula e coordena. A centralização dos transportes é um índice seguro da sua transcendente importância;
- a existência de órgãos (fígado, medula, etc....) que asseguram oportunamente a substituição dos meios de transporte envelhecidos é, dentro de certos limites, uma garantia da constância e continuidade dos transportes sanguíneos.

2) — *Circulação*

O sangue circula nos vasos segundo um sentido invariável e de acordo com princípios e regras fixadas pelo Comando.

O sentido é imposto pela permanente acção directora do Comando, pela orientação de trabalho do coração, pela disposição especial das válvulas estabelecidas ao longo de todo o percurso e pela própria coagulação.

Os princípios e regras da circulação também são pouco conhecidos, mas a harmonia do movimento, a satisfação plena de todas as necessidades orgânicas, a adaptação a todas as mudanças de situação, são resultantes que indicam a perfeição levada ao mais alto grau.

D — DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO

a) — *Considerações gerais*

Não obstante a sua perfeição, está o sistema de transportes sanguíneos — à semelhança de todo o organismo — sujeito a transtornos ou doenças, quer passageiras e de fácil cura pelos próprios meios do organismo ou por medidas simples, quer duradouras ou permanentes, de tratamento doloroso, prolongado ou impossível, a chegarem frequentemente à morte. Muitas vezes, esses males são provocados por inimigos do organismo — bactérias — que, entrando pelas vias sanguíneas, vão sustentar luta mais ou menos prolongada contra os defensores do organismo, com vitória final para o mais forte e, conforme os casos, com manutenção da integridade orgânica ou doença e até morte do próprio corpo.

Revista da Cavalaria

Os males do sistema de transportes sanguíneos podem ser funcionais ou orgânicos, com maior gravidade para estes.

Ainda são de encarar doenças dos órgãos e do Comando.

Vejamos então as doenças mais vulgares.

b) — *Doenças do coração*

1) — insuficiência de uma parte componente: ventrículo direito, ventrículo esquerdo, ou ambos (insuficiência crónica do coração);

2) — inflamação de qualquer parte componente devida à acção de inimigos externos (endocardites, miocardites e pericardites);

3) — lesões valvulares, com diminuição do volume do sangue circulante no sentido da corrente e aumento no contrário, tornando o coração incapaz do esforço normal. As congénitas raras vezes são compatíveis com a vida;

4) — modificações espontâneas do ritmo do coração devido em parte à falta de estímulos normais e, em parte, à formação de estímulos anormais (aritmias);

5) — os rins não filtram devido a males próprios ou dos vasos aferentes, indo a sobrecarga para o coração (insuficiência cardiorrenal);

6) — o coração pode morrer repentinamente por:

— feridas perfurantes, feridas por armas de fogo etc.... (lesões mecânicas do coração);

— falta de coordenação na contracção da sua musculatura;

— paralisia por excitação máxima do vago observada em trans-tornos da condução do estímulo;

— interrupção da circulação pulmonar devido a doenças e

— insuficiência de qualquer ventrículo.

c) — *Doenças dos vasos*

1) — perda de elasticidade e contractilidade e por vezes diminuição de diâmetro com alterações graves na coordenação funcional do sistema de vasos e perturbações na irrigação — e daí redução da capacidade de trabalho no respectivo órgão (arterioesclerose);

2) — inflamações devidas a ataques de bactérias (arterites e flebitis) e dilatações (aneurismas e varizes) originadas por outras doenças, podendo conduzir à perfuração do vaso;

Revista da Cavalaria

3) — volume de sangue em desproporção com a capacidade de viação da via: se demais — hipertensão — possível arterioesclerose; se de menos — hipotensão — debilidade funcional e incapacidade de esforços;

4) — obstruções fixas ou móveis, parciais ou totais (tromboses ou embolias), levando no último caso à morte.

d) — *Doenças do sangue e dos órgãos acessórios*

Em todas as circunstâncias o sangue cumpre com regularidade as suas funções.

Para que isso suceda é condição essencial manter-se a sua composição e as propriedades das partes constituintes (meios de transporte).

As perturbações ligeiras são, em geral, remediáveis com os recursos orgânicos.

Porém, se há alterações nas percentagens ou nas características dos meios, ou na composição do sangue, se a carga não é a normal, sobrevirá a doença e até a morte.

Vejamos as doenças mais vulgares:

1) — Aumento anormal de glóbulos brancos devido a doenças nos órgãos fornecedores, que entram em intensa laboração, indo até ao esgotamento e à morte, lenta ou brusca (leucemia) ⁽¹⁾;

2) — falta de glóbulos brancos devido a perturbações nos órgãos fornecedores ou à impossibilidade de passagem ao sangue causada por outras doenças (leucogenia);

3) — diminuição de hemoglobina (carga dos g. vermelhos) acompanhada ou não de decréscimo de glóbulos vermelhos; incapacidade para os esforços musculares e acréscimo de esforço para o coração (anemia);

Remédio — o próprio organismo e transfusões (fornecimento de sangue do mesmo tipo);

4) — aumento da quantidade total de sangue por maior produção de glóbulos vermelhos, devida a outras doenças (policitemia);

5) — excesso de carga (ácido úrico ou açúcar) (gota e diabetes);

6) — hemorragias espontâneas e falta de coagulação (hemofilia) podendo chegar à anemia;

⁽¹⁾ Se o organismo se defende contra os ataques das bactérias o número de glóbulos brancos aumenta anormalmente mas pode não se passar daí, voltando depois tudo à normalidade (leucocitose).

Revista da Cavalaria

7) — falta de alimentação e, portanto, de matérias primas (hipo-alimentação).

e) — *Doenças da circulação*

As perturbações da circulação podem provir de:

- doenças dos órgãos do aparelho circulatório;
- doenças de outros órgãos do corpo;
- causas de origem externa: feridas, queimaduras, traumatismos, intoxicações;
- operações e
- doenças nos comandos.

Em especial, são particularmente graves — podendo levar à morte de todo o organismo:

- os desfalecimentos súbitos do coração (insuficiência aguda do coração);
- a parésia dos vasomotores e
- paralisia dos capilares.

II — Transportes militares

Considerações gerais

Segundo os tratadistas, não é possível ter em tempo de paz uma organização idêntica à de tempo de guerra.

É evidente que a perfeição nunca pode ser atingida, mas tudo deve tender para ela, e não devemos perder de vista que a organização do corpo humano, em repouso ou em intensa actividade, é a mesma.

Temos, pois, que tomar como lema a organização natural.

Os transportes militares devem ser filiados em dois grupos:

- transportes da vida de relação, que interessam a todo o organismo e que são determinados pelo Comando, como preparação para qualquer actuação;

Revista da Cavalaria

- transportes orgânicos, a servirem em todas as circunstâncias os órgãos componentes do organismo, de modo a garantirem-lhes a continuidade da vida e da luta — que são determinados por órgãos pertencentes ao Comando ou a ele intimamente ligados.

Encararemos simplesmente os do segundo grupo e, dentre eles, em especial, os transportes automóveis.

A — Missão

O serviço de transportes auto de uma G. U. deve concorrer para garantir:

- o abastecimento, a todos os órgãos, de tudo que é necessário para a continuidade da vida e luta (transportes de abastecimento);
- a evacuação de tudo o que seja desnecessário ou prejudicial à vida e luta dos órgãos, com o fito ulterior da eliminação, transformação ou recuperação (transportes de evacuação).

B — MEIOS

Devem existir:

- a) — um órgão central impulsionador do movimento;
- b) — vias de comunicação de características diversas, sendo possível, de abastecimento e de evacuação;
- c) — meios de transporte e
- d) — órgãos complementares (de fabrico, transformação, recuperação, eliminação e armazenamento).

a) — Órgão central

Impulsionador e mantenedor da movimentação de transportes.

Duas repartições autónomas, uma a dirigir a movimentação de abastecimentos, outra a de evacuações.

Comando local com liberdade de acção condicionada pela actuação reguladora e coordenadora do Comando da G. U.

Ritmo de trabalho sujeito às flutuações tanto do meio orgânico como da vida de relação, com intervenção do Comando quando os meios ou medidas do comando local são insuficientes ou impróprios.

Revista da Cavalaria

Constância de acção dos comandos local e centrais, com uma resultante a determinar o sentido do trabalho.

Ligações entre os comandos e órgãos a assegurarem a transmissão de pedidos e ordens.

Nestes termos, o órgão central deve estar sempre pronto a adaptar, em todas as circunstâncias, a sua actividade às necessidades do organismo ou de qualquer das suas partes componentes, e a responder, da melhor maneira, às flutuações internas (transmitidas pelos seus meios próprios) ou externas (transmitidas por intermédio dos órgãos do Comando).

b) — *Vias de comunicação* (estradas e caminhos)

1) — *de abastecimento*

Largura e firme de acordo com o volume e intensidade dos transportes.

Permanência da acção directora do Comando, a coordenar a acção constante do órgão central.

Rede com o seguinte panorama:

- no início, uma via larga, firme e resistente, com tráfego intenso, volumoso e rápido, a servir todo o organismo; depois, aqui e além, derivações para os órgãos e regiões, com largura, firme e resistência de acordo com o tráfego que suportam (menos intenso, volumoso e rápido do que o anterior);
- finalmente, dentro de cada órgão ou região, sub-divisões com características adequadas ao reduzido tráfego que suportam, formando profusas redes de pequeníssimas vias (capilares) que vão servir os mais ínfimos recantos do organismo.

2) — *de evacuação*

Duas categorias:

- uma composta de vias mais largas, numerosas e espessas do que as de abastecimento; rede com disposição semelhante à anterior, constituindo como que um seu prolongamento; afluentes aqui e além, vindos dos órgãos e regiões e por fim uma via larga a comportar todo o tráfego de evacuação.

Revista da Cavalaria

Comandos semelhantes aos anteriores.

- outra formada de pequenas vias, nascendo na intimidade dos órgãos e desaguando nas anteriores, por onde se faz parte dos transportes de evacuação.

c) — Meios de transporte autos

Constituem os meios materiais que concorrem para estabelecer a dupla corrente de abastecimentos e evacuações.

Devem ser de vários tipos, ajustados à natureza dos elementos a transportar, mas o número de tipos deve ser reduzido face ao quantitativo dos meios de transporte orgânicos.

d) — Órgãos complementares

Os meios de transporte têm vida limitada e por isso o organismo deverá dispor de:

- órgãos de fabrico dos materiais necessários aos meios;
- órgãos de transformação e recuperação dos materiais aproveitáveis;
- órgãos de eliminação de materiais inúteis ou prejudiciais e
- órgãos de armazenamento de materiais a utilizar nas ocasiões de falta.

C — FUNCIONAMENTO

O problema do funcionamento de transportes auto não pode ser apresentado com a vastidão desejada.

Porém, um certo número de princípios e regras gerais, decorridos da observação de organismos naturais e da experiência, podem ser expostos com certa segurança.

O que é resolvido completa e harmoniosamente no organismo humano será aqui objecto de «Planos».

O Plano de circulação deverá ser essencialmente um plano de harmonia e ajustamento, em que se fixará um sentido de trabalho bem determinado; regras e princípios a observar sob a autoridade de um órgão impulsor e mantenedor do movimento e a supervisão de órgãos do Comando ou a ele intimamente ligados, e que exercerão uma

Revista da Cavalaria

acção directora contínua, em coexistência com elementos materiais fixos e móveis reguladores do movimento, dispostos ao longo dos percursos.

O sentido do movimento deverá ser garantido por todas as forças anteriores de modo a impedir-se qualquer desvio ou inversão do pensamento do Comando ou do movimento.

Vejamos quais os princípios e regras de organização e funcionamento do Serviço de Transportes:

- cada órgão deve ter os meios de transporte necessários às suas exigências normais, com um mínimo que corresponde ao repouso;
- as Armas devem, normalmente, ter mais meios que os Serviços e os órgãos activos mais do que os inactivos ⁽¹⁾;
- os meios de transporte orgânicos devem servir a G. U. como um todo, e o Comando ordenará que o suplemento de meios necessário a um órgão em actividade seja tirado dos órgãos inactivos ⁽²⁾;
- a especialização dos meios de transporte deverá ser a mínima possível para deles se tirar o máximo rendimento e aproveitamento.

Portanto: uniformidade do material, na medida do possível;

- um órgão em actividade consome mais do que em repouso e há portanto lugar para prever para o primeiro um maior volume de evacuação de produtos residuais orgânicos;
- o Comando centraliza o serviço de transportes, dada a sua transcendente importância, mas não elimina funções subordinadas julgadas necessárias e
- a existência de meios de transporte em reserva — já que não é possível fabricá-los acto contínuo — é uma garantia da constância e continuidade do serviço.

⁽¹⁾ Reciprocamente: se, por qualquer razão, forem reduzidos os meios de transporte para um órgão, a intensidade da sua actividade será reduzida em conformidade, com consequências mais ou menos graves.

⁽²⁾ Se todos ou a maioria dos órgãos entrarem em actividade a duração do trabalho desses órgãos e do organismo sofre uma redução em conformidade.

Revista da Cavalaria

D — MALES DA CIRCULAÇÃO

Considerações gerais

O serviço de transportes é de importância vital para todo o organismo e os males que o atingem são por vezes de consequências graves provocando a paralização ou até mesmo a morte de um órgão e, quiçá, do próprio organismo.

Esses males podem ser provocados por:

- deficiências dos órgãos (orgânicas ou funcionais) com mais gravidade para as primeiras;
- perturbações de origem exterior: acção inimiga, em especial;
- deficiências de comando e
- males estranhos à Circulação.

Estudemos então resumidamente esses males.

a) — *Males do órgão central*

- insuficiência orgânica de qualquer das suas partes componentes (funcionais ou orgânicas);
- dano causado por acção inimiga;
- perturbações devidas a mau funcionamento de órgãos ou meios do Comando e
- falta de colaboração dos órgãos complementares.

São males particularmente graves, podendo originar a paralisia do órgão central:

- a insuficiência orgânica ou funcional (falta de coordenação no trabalho próprio);
- a acção inimiga;
- as ordens anormais ou a falta de ordens do Comando e
- a falta de colaboração de órgãos complementares vitais.

Revista da Cavalaria

b) — *Males das vias*

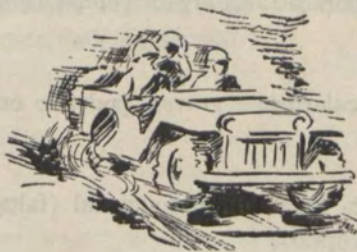
- insuficiências funcionais ou orgânicas, com especial atenção para o tráfego demasiado volumoso ou intenso, em relação às possibilidades das vias, e para as obstruções (fixas ou móveis);
- danos causados por acção inimiga e
- deficiências de comando.

c) — *Males dos meios de transporte e dos órgãos complementares*

Para que os meios de transporte cumpram as suas funções com regularidade e nas melhores condições de rendimento, são condições essenciais que o seu quantitativo esteja de acordo com as necessidades normais da G. U., que as cargas sejam as adequadas às exigências orgânicas e que a percentagem e características dos tipos se mantenham.

A diminuição do número normal de veículos auto atribuídos a um órgão, ou ao próprio organismo, reduz as suas capacidades de trabalho e pode até conduzir à sua paralisia (anemia) para a qual só seria remédio a atribuição de um suplemento de viaturas do mesmo tipo (transfusão).

Alguns destes males podem ser devidos a perturbações nos órgãos complementares (falta de materiais de fabrico, deficiências orgânicas e funcionais, etc.); em contrapartida, alguns males da circulação vão reflectir-se nos órgãos complementares.





pelo Asp. de Cav. CARLOS DE AZEREDO

O que ides ler, senhores, não é conto fantástico ou romance bem composto, ainda que o parecesse por seus feitos maravilhosos, mas história verdadeira há muito acontecida.

Era no ano de 1642. A Pátria liberta dois anos antes pelas mãos valorosas de sessenta bravos, levantara-se da escravidão em que caíra, com a lembrança posta em séculos de vida independente, que tinham feito dela verdadeira fonte de *heróis*. A guerra corria por terras de Portugal, deixando ruínas, devastando os campos, mas enchendo-nos de glória!

Neste bélico cenário, toldado por núvens de pólvora, aonde se confundiam gemidos de agonia com o clamor da vitória, é que o jovem André de Albuquerque vai escrever com a lâmina faiscante da sua espada um belo e verdadeiro «Romance de Cavalaria».

Descendendo de família nobre, nascera em 1620 e aos 22 anos vêmo-lo já à frente de 100 peões e 50 cavaleiros, repelir 400 homens a pé e outros tantos a cavalo que entrados pelo Xévorá, junto de Albuquerque, invadiam o nosso território.

Um ano depois, em 1643, evidencia-se «pelo valor e capacidade que mostrava» na defesa de Olivença, sendo promovido a mestre de campo.

Revista da Cavalaria

É nesta altura que a sua vida de cavaleiro mais semelhante se torna ao puro e fiel modelo dos cavaleiros medievais. André de Albuquerque deve ter conhecido nesta ocasião, a sua dama, a noiva que ele não chegará a desposar, D. Ana de Portugal, filha do vedor-mór do Reino D. João de Almeida.

Irá, à maneira dos antigos cavaleiros, praticar feitos deslumbrantes e acções famosas, vencer mil combates, dominar mil inimigos, para depois na volta, em sinal de humilde preito e homenagem, depor aos pés da *sua amada*, a glória, a bravura e a grandeza que ganhara.

É o Alentejo o teatro das suas proezas, província mártir da guerra, aonde diáriamente os corvos desciam a matar a fome selvagem nos corpos já corruptos que sobravam das batalhas.

Em breve é promovido a *capitão-general* ultrapassando os seus camaradas mais antigos.

Nunca descansa, ele está em toda a parte com os seus cavaleiros. Em 1646 toma o Castelo de Codiceira. Não há combate em que ele não lute, não há refrega em que ele não entre. À custa dos seus feitos chega a governador de província aos 27 anos. Três anos mais tarde, vinga a derrota sofrida por Larmolé tomando e saqueando a vila de Albuquerque, aquela que lhe dera o nome pois pertencera a um antepassado seu, D. Afonso Sanches.

No ano seguinte, em 1651 era nomeado General de Cavalaria apenas com 31 anos de idade! Mas ele ainda não acha bastante o que tem feito, para que possa regressar à sua casa.

Quando no silêncio das noites alentejanas, ele, enquanto os seus homens dormiam, estava vigilante, muitas vezes talvez olhando as estrelas misteriosas, pensava na sua noiva distante. Descia-lhe então sobre a alma, lentamente uma saudade funda, consoladora, que lhe trazia a ânsia de fazer mais para que mais lhe pudesse ofertar. E já a manhã ia apagando um a um os astros luminosos do firmamento, quando André de Albuquerque adormecia a pensar num novo assalto, numa outra conquista, ou num golpe arriscado, que tinha em mente praticar no dia seguinte.

Revista da Cavalaria

Em 1634 toma a fortaleza de Oliva ainda com feridas ganhas no assalto de Arronches. Depois reconhece em território inimigo Barca Rota à frente de 500 cavaleiros e alguma engenharia. Era já a *técnica* ligada à *audácia*.

Em 1657 perante a superioridade das forças de S. Germano faz uma retirada brilhante e ordenada.

No ano seguinte vence o Duque de Ossuna à frente de 2.500 cavaleiros e na modéstia de um verdadeiro herói, faz com que os louros da vitória caiam sobre D. Luís de Menezes.

Cercado em Elvas, ele que não pode resignar-se à quietude forçada de um cerco, estuda as posições do adversário e uma noite, num golpe de audácia quase inacreditável, consegue passar através do campo inimigo os seus 180 cavalos com as patas envoltas em panos para amortecer o ruído, indo recolher-se a Estremoz.

Vence em seguida, numa tarde memorável de bravura e valentia, o Duque de S. Germano que rompera as nossas linhas, e quando D. Luís de Menezes lhe diz, apertando-o nos braços, que ele sentiria orgulho de, um dia, poder contar os feitos daquela jornada aos seus netos, Albuquerque, em trágica profecia, diz-lhe com o pensamento perdido em coisas longínquas: «Esta vida não é para netos...».

Aproxima-se a hora da grande vitória. André de Albuquerque sente que já pouco lhe falta para que se torne, como no dizer do cronista, «o maior de entre os maiores».

Talvez dentro em breve ele possa finalmente regressar para junto da sua noiva, da sua dama, por quem ele tanto fizera, e tanto lutara.

Chega então o grande momento. Albuquerque vai travar agora o seu último combate, a grande batalha com a morte e com o esquecimento, aquela que o tornará «em todos os séculos ilustríssimo».

É, como à maneira dos antigos cavaleiros, o último duelo contra nigromantes, o velho nigromante do tempo, entrando finalmente na hora parada da imortalidade.

A 14 de Janeiro de 1659 trava-se a batalha das Linhas de Elvas e, como sempre, lá está André de Albuquerque à frente dos seus esquadrões, espada desembainhada carregando com a sua Cavalaria e cobrindo-se mais uma vez de

Revista da Cavalaria

glória. Já quase no fim da refrega uma bala atravessa-o em pleno peito. Albuquerque vacilou um momento e pela primeira vez na sua vida de soldado deixou escapar a sua espada, companheira de tanta glória! Depois, lentamente, foi deixando de ouvir os ruídos e clamores da luta e diante dos seus olhos, desmedidamente abertos, começaram a passar imagens confusas e longínquas da sua vida; fragor de combates, clamor de vitórias, fumo da pólvora em nuvens negras. Depois, cada vez mais perto, via a sorrir-lhe aquela a quem ele há tanto tempo dava o seu pensamento. Lá estavam os seus olhos meigos e aquela maneira tão sua de sorrir... Pena era aquele fumo escuro da pólvora não a deixar ver melhor... E ele olhava, olhava cada vez mais atento e de repente compreendeu tudo. Ali já não estava D. Ana de Portugal, não, mas outra Senhora de mais alta linhagem, de mais nobre sentido, mil vezes mais bela que a primeira e cujo sorriso possui o estranho sabor da imortalidade. Era a sua Pátria, a única Dama que merecia a sua vida heróica e até a sua morte gloriosa. A própria nuvem negra afastou-se lentamente e só lhe ficou Ela, sorridente e luminosa. E André de Albuquerque adormeceu feliz pensando para sempre na sua *Donzela sem-par*.

E aqui se acaba, senhores, esta tão singela e verdadeira história de Cavalaria, do tão grande e bom cavaleiro que foi André de Albuquerque (Ribafria) «em todos os séculos ilustríssimo».



O Médico-Veterinário

NOS EXÉRCITOS MODERNOS

pelo Cap.-Vet. PROTES DA FONSECA



A rápida evolução económica e social do post-guerra evidenciou de tal forma tantos problemas de sanidade ligados ao serviço veterinário e, por seu turno, a táctica militar modificou-se de tal maneira e tão profundamente, que a função higio-sanitária do veterinário militar passou a prevalecer, ao mesmo tempo que o «motor aveia» deixou de ter nos exércitos modernos a impor-

tância que, outrora, tão justamente se lhe atribuía.

De facto, nas guerras modernas o cavalo, o garrano e o mulo nem sempre podem satisfazer e competir em velocidade e resistência com os motores sem alma e vida própria, os quais constituem hoje as grandes unidades mecanizadas e motorizadas modernas.

Foi por esta razão que os efectivos em solípedes nos exércitos modernos têm vindo a reduzir-se, o mesmo acontecendo no nosso país onde se podem marcar três períodos bem distintos nesta evolução:

— De 1932 a 1938 em que estes efectivos oscilavam entre as casas dos 8 e 9 milhares, subindo para 10 a 11.000 cabeças, de 1938 a 1943, para voltar a descer, de 1944 ao ano corrente, no qual se contam por 5 milhares e poucas mais, as cabeças de cavalos, garranos e muars, ao serviço do nosso Exército.

Ora se a importância profissional do Médico-Veterinário militar moderno continuasse a ser graduada pela missão clínica, a sua posição perante o quadro apresentado não seria muito brilhante.

Felizmente, assim não é.

Na realidade, a missão actual do Médico-Veterinário ao serviço dos exércitos modernos desvalorizou-se um tanto no aspecto clínico mas

Revista da Cavalaria

ganha, dia a dia, importância no campo sanitário, facto que convém, a nosso ver, destacar e divulgar entre os mal esclarecidos, os cépticos e os irónicos, com respeito à actual posição do problema veterinário.

Actualmente, compete ao médico-veterinário:

- Dirigir os serviços de remonta e os estabelecimentos militares;
- Conservar a saúde dos animais pertencentes às forças armadas;
- Inspeccionar os produtos alimentares, frescos e conservados, interferindo tènicamente na sua preparação, armazenagem e acondicionamento;
- Inspeccionar os alimentos destinados aos animais, dirigindo os seus arraçoamentos;
- Dirigir os serviços de desparasitação e desratização nos transportes e locais;
- Dirigir, tènicamente, as explorações agro-pecuárias militares;
- Dirigir, tènicamente, os canis e pombais militares;
- Prestar assistência técnica às brigadas militares de pesca e caça;
- Colaborar com os médicos e farmacêuticos no estudo e na resolução dos problemas sanitários, superintendendo nas medidas de profilaxia a adoptar contra as doenças dos animais transmissíveis ao homem;
- Dirigir a preparação dos produtos imunológicos e antibióticos em uso no Exército, tanto para medicina humana como para veterinária;
- Colaborar com os médicos e farmacêuticos no estudo e nas medidas de protecção contra a guerra química, bacteriológica e atómica e nas investigações de biologia aplicada.

Eis o vasto programa de trabalhos que pode ser pedido, actualmente, ao médico-veterinário militar.

Ainda não se fixou doutrina acerca da organização do Serviço Veterinário nos exércitos modernos, devido certamente à evolução por que ainda está passando a táctica militar, dentro da qual o nosso Serviço está evidentemente enquadrado, concordando nós com Dietrich — Major Veterinário do Exército Francês, quando afirma: «que se impõe uma táctica nova do Serviço Veterinário, tanto em tempo de paz como em campanha, mas que ela assentará sempre nos conhecimentos perfeitos de: medicina, cirurgia, anatomia, patologia, fisiologia, hipotécnia e bacteriologia».

Revista da Cavalaria

*

No entretanto, vejamos qual a aplicação dada aos animais: — Cavalos, Mulo, Cão de Guerra e Pombo Militar — na última conflagração.

Os solípedes foram ainda postos à prova nos últimos teatros de operações, provando-se que o cavalo, o garrano e o mulo, continuaram sendo preciosos e indispensáveis auxiliares em certas situações tácticas e principalmente nas regiões montanhosas.

As novas condições de emprego destes animais nos combates modernos exigiram, até, a aplicação das atribuições dos veterinários, não só no que diz respeito à assistência clínica aos efectivos, como também naquilo que se relaciona com a sua aquisição e seu modo de utilização. Assim, em França, nos E. U. A. e hoje, também em Inglaterra, centralizam-se nos Serviços Veterinários Militares todos os assuntos respeitantes à utilização dos cavalos, garranos e muars. A partir de Fevereiro de 1946, o Serviço Veterinário Militar Francês tomou a direcção do Serviço de Remonta e dos estabelecimentos hípicas militares, como consequência do êxito absoluto desta organização durante a guerra. A centralização, no S. V., de todas as questões relativas à aquisição e à manutenção do cavalo, permitiu coordenar as necessidades das unidades em campanha. A colocação dos depósitos de remonta sob a dependência dos hospitais e das ambulâncias veterinárias tornou possível uma substituição modelar dos animais inutilizados.

Comenta-se que esta nova orientação trouxe uma economia à França de milhões de francos, restituindo, além disso, muitos oficiais às Armas, de onde estavam deslocados por servirem nos Serviços de Remonta e nos estabelecimentos hípicas.

«O veterinário militar, técnico de todas as questões hípicas tem assim, de futuro, um magnífico papel directivo na criação cavalares francesa» — diz-nos Boucquet, ilustre major médico-veterinário do exército francês. Acentua-se, portanto, a necessidade da existência de veterinários militares especializados em zootécnia.

Em Inglaterra, o Serviço Veterinário retomou a sua importância, a partir de 1941, quando passou também a dirigir o Serviço de Remonta.

O Tenente-Coronel veterinário dos E. U. A. Williams Jennings, cita que os nossos camaradas Norte-Americanos tiveram à sua responsabilidade durante os quatro anos de guerra 60.000 solípedes, interferindo igualmente em todos os assuntos de remonta, os quais, finda a

Revista da Cavalaria

guerra, passaram definitivamente a ser dirigidos pelo Serviço Veterinário Militar.

Na última guerra mundial, segundo nos informa o mesmo A., os americanos empregaram 60.000 solípedes contra 572.000 na guerra de 14. Enquanto nesta foram empregados cavalos e muares, numa proporção de 1 animal para cada três homens, na última conflagração esta proporção passou a ser de um animal para 134 homens.

No Exército Alemão empregaram-se, só no terceiro Exército Blindado (Panzer) que combateu na frente russa de 41 a 45, cerca de 80.000 solípedes.

Os alemães utilizaram grande número de garranos russos e polacos, importando também cavalos da Suécia e da Noruega. As poucas muares que trouxeram da Itália e de Poitiers foram empregadas nas unidades de Montanha, na Infantaria e na Artilharia.

Segundo Boucquet — os russos empregaram grandes Unidades de Cavalaria cossaca, constituídas por oito divisões de cavalaria a cavalo, dois corpos blindados e um corpo mecanizado, unidades estas que ficarão célebres na história militar do nosso tempo, por terem derrotado os alemães em Rostow e em Stalinegrado (Novembro de 1941), sucesso este que levou o Marechal Joukow — ao criticar estas campanhas — a filiar o colapso dos Exércitos alemães, na Rússia, principalmente, na falta de cavalaria a cavalo.

Assim, para o alto comando russo, a cavalaria a cavalo foi um elemento decisivo na batalha.

Na Birmânia e nas Ilhas do Pacífico foram sobretudo as muares que prestaram revelantes serviços, e, na Itália e na Grécia, as unidades hipomóveis de montanha cobriram-se de glória.

É muito interessante ler um artigo publicado no Boletim do Serviço Veterinário do Exército Brasileiro, sob a autoria do Médico Veterinário Gomes da Silva, intitulado «As Mulas de Marte», onde se relatam os extraordinários serviços prestados na campanha da Birmânia, em 1944, pelas muares trazidas da América do Norte. A história desta coluna americana mista, formada por Cavalaria, Artilharia a dorso, Tropas de Cargueiros e um Hospital de Sangue e onde também se empregaram muares e elefantes para o transporte dos homens, munições e mantimentos, é descrita com traços de odisseia, encerrando uma afirmação feita pelo General Merrill, ao retorquir sobre os reforços em homens que lhe enviavam: «para a outra vez mandem-me mulas em vez de soldados, pois é mais fácil transformar mulas em soldados do que estes em mulas mansas».

Revista da Cavalaria

Assim se sintetiza o admirável serviço prestado pelas muares na Birmânia.

O S. V. do Exército Americano, trabalhou durante a última guerra em íntima ligação com o S. V. inglês, transportando por mar da América para a Índia 2.000 solípedes, registando-se unicamente a morte de uma muar. Os americanos puseram à disposição do exército chinês muitos veterinários militares para reorganizarem o S. V. naquele país, criando ali escolas para enfermeiros e ferradores e instruindo as tropas quanto ao trato e à utilização dos solípedes.

O S. V. dos E. U. A. interferiu no transporte do seu país para os vários teatros de guerra, de milhares de animais com uma mortalidade inferior a 1% sem que se registasse qualquer caso de doença contagiosa, em viagens de 45 a 60 dias, muitas das quais em clima tropical.

Mais de 9.000 solípedes foram transportados pelo ar, da Birmânia para a China, sem que se perdesse um único animal, em aviões C. 47, à razão de 4 animais e seus condutores por avião, suportando os solípedes altitudes de 4.700 a 6.000 metros, sem qualquer acidente.

Por via férrea foram transportados 20.000 solípedes, com uma média de embarque diária de 465 e de tempo de viagem de 57 dias. Nestas deslocações perderam-se 93 animais, sendo 51 por esgotamento geral devido a terem permanecido durante oito dias em vãos descobertos sob temperaturas rigorosamente baixas, sem que fosse possível desembarcá-los nas últimas 32 horas.

O S. V. dos E. U. A. fez a profilaxia sistemática das doenças contagiosas, pela quarentena e vacinação contra o carbúnculo, o tétano e a encéfalo-mielite aquina, com pleno êxito.

No decurso da campanha do Japão, na Birmânia e no Pacífico, o S. V. do exército inglês teve igualmente uma brilhante acção, criando escolas de formação e de aperfeiçoamento, necessárias às diferentes missões que lhe foram impostas.

*

De outro animal nos devemos ocupar neste trabalho: — do cão militar o qual foi largamente utilizado na última grande guerra, quer na pesquisa, sob os escombros, das vítimas dos bombardeamentos, quer nos serviços de estafeta e de polícia; quer na detecção de minas e na luta anticarro (U. R. S. S.), quer, ainda, acompanhando os soldados

Revista da Cavalaria

nas suas múltiplas missões em campanha, principalmente nas operações de comandos e de tropas aerotransportadas em conjunto com os pára-quedistas, sendo prevista a sua participação, de futuro, em larga escala, na guerra química, biológica e atômica.

Os americanos têm dedicado, ultimamente, a maior atenção à inspecção médico-veterinária e ao treino dos cães de guerra, destinados a prestarem serviço nas regiões geladas, e, ainda recentemente, passou nos ecrans de Lisboa um documentário cinematográfico interessantíssimo, onde se focava justamente a preparação científica levada ao último detalhe pelo exército americano, ao constituir as matilhas de cães militares que vão ser utilizadas nas regiões árticas.

Colhemos nas nossas leituras que, em 1945 foram empregados nos exércitos dos E. U. A. 4.118 cães, todos vacinados contra a raiva e contra o monquilho, e, facto digno de nota, registando-se nesse mesmo ano 10.000 casos de raiva entre cães pertencentes à população civil, não se registou qualquer caso da mesma doença entre os cães militares.

O Exército alemão, utilizou igualmente um grande número de cães na última guerra, tendo instalado dois estabelecimentos para o seu treino, perto de Berlim. Os cães eram treinados principalmente para o serviço de polícia e para a pesquisa de feridos.

Sintetizando: os animais: — o cavalo, o garrano, o mulo, não falando já do elefante e do camelo, foram ainda utilizados na última guerra em número apreciável e sê-lo-ão certamente, de futuro, em situações tácticas e principalmente com animais de baste nas regiões montanhosas; o cão militar teve também um grande emprego em várias missões na última guerra, prevendo-se a sua maior utilização, de futuro, na guerra química, biológica e atômica.

O pombo militar, muito embora os serviços de transmissão se tenham aperfeiçoado extraordinariamente, pode ainda prestar relevantes serviços, em determinadas situações.

*

A última grande guerra, ensinou-nos quanto a inspecção dos produtos alimentares destinados à alimentação das tropas e a profilaxia das doenças contagiosas dos animais transmissíveis ao homem, constituem problemas de transcendente importância, no desenrolar das operações militares.

Revista da Cavalaria

Porque se reconheceu que aos veterinários compete, exclusivamente, esta importante missão, os serviços veterinários foram organizados na última guerra por forma modelar.

Consultando a literatura veterinária militar do post-guerra, verifica-se que o médico veterinário militar reafirmou o seu inestimável préstimo nos exércitos modernos.

Pelo tocante à inspecção dos produtos de origem animal destinados à alimentação das tropas, os veterinários militares dos países em guerra fizeram o exame dos animais desde o seu abate até à sua distribuição, interferindo tècnicamente sob as suas múltiplas preparações. Foi notável o trabalho dos veterinários inspectores sanitários do exército americano, os quais, só em 1944, inspecionaram carnes e produtos lácteos com um peso da casa dos triliões do quilograma.

No mesmo ano foram consumidos pelo exército americano 25.000.000 kl. de ovos em pó, preparados sob a fiscalização técnica de veterinários militares deste país.

Para se avaliar bem o trabalho dos médicos veterinários americanos como inspectores sanitários durante a última grande guerra, tanto nos exércitos de terra como nos de ar e até nas armadas, basta citar-se que, enquanto na primeira grande guerra mundial cada veterinário americano inspecionou por ano, 136.000 kl. de produtos, na segunda, a cada inspector couberam 2.200.000 kl., no mesmo espaço de tempo.

Foi igualmente notável a acção dos veterinários inspectores alemães no desenrolar do último conflito mundial, sendo destacado o trabalho destes técnicos durante a preparação da carne frigorificada em camions isotérmicos, no decorrer da campanha da Tripolitana, trabalho tido como perfeito por todos os articulistas militares.

Pode resumir-se, assim, como foi orientada a inspecção sanitária dos produtos de origem animal, durante a última guerra:

- 1.º — Inspecção em vida e post-mortem dos animais destinados ao consumo das tropas;
- 2.º — Inspecção de todos os produtos deles derivados;
- 3.º — Protecção dos alimentos contra a guerra química e bacteriológica;
- 4.º — Inspecção das fábricas, armazéns e depósitos dos produtos de origem animal;
- 5.º — Interferência tecnológica, sobre o fabrico de todos os produtos derivados dos animais.

Revista da Cavalaria

Para o bom cumprimento desta missão, foram criados laboratórios veterinários primorosamente apetrechados, existindo no exército francês, a partir do ano de 1949, além de laboratórios fixos, outros, móveis, equipados com todo o material necessário aos trabalhos de bacteriologia, parasitologia, histologia e química.

Os laboratórios móveis são compostos por um camion tractor e transportador, uma «roulotte-laboratório» e de um grupo electrogéneo. São dotados de postos emissores e receptores de radiofonia. Destina-se o laboratório móvel do S. V. do exército francês, em tempo de paz, a fazer:

— Inquéritos e estudos biológicos de toda a natureza, nas diferentes localidades para onde se desloque;

— Exames, análises e diagnósticos diversos nos doentes ou nos animais de experiência;

— Estudos, nas zonas convenientemente escolhidas, dos métodos de detecção das diversas armas científicas modernas; das medidas de profilaxia e de tratamentos eficazes contra as várias doenças dos animais.

Estes laboratórios participam nas manobras do exército podendo, em tempo de paz, prestar apreciáveis serviços no plano científico e no estudo dos problemas de Pecuária e de Defesa Nacional.

O laboratório móvel do S. V. é considerado, em França, como uma das formações bases do nosso Serviço em campanha. Está previsto um laboratório móvel por exército ou por corpo de exército e dois a três por base de operações utilizáveis, eventualmente, como reserva. Contam com 1 a 2 por zona territorial.

As missões previstas em tempo de paz para este laboratório, devem juntar-se em campanha:

— Análises bromotológicas dos produtos que não puderam transitar pelos laboratórios fixos; — estudos de detecção e identificação, tão rápidos quanto possível, dos agentes de agressão (químicos, bacteriológicos e radioactivos) para os animais ou comuns ao homem e aos animais.

Estes laboratórios podem ser dotados de reservas de antigéneos para diagnósticos alérgicos; soros; vacinas e produtos terapêuticos diversos para fazerem face às primeiras intervenções profiláticas e aos tratamentos de urgência.

Um oficial médico-veterinário especializado em biologia e dois preparadores, constituem a equipa técnica dos laboratórios deste tipo.

Nos E. U. A. a função sanitária do veterinário militar foi considerada tão importante, em relação à inspecção e à higiene dos alimentos

Revista da Cavalaria

que durante a última conflagração mundial foram constituídas brigadas de veterinários inspectores sanitários junto do seu exército do ar e tão brilhante resultou esta experiência que, em 1949, foi organizado neste país o Serviço Veterinário das Forças Aéreas.

Quarenta e dois oficiais veterinários do serviço activo e trinta e seis da reserva foram transferidos para o Serviço Veterinário das Forças Aéreas dos E. U. A.

Os veterinários militares dos E. U. prestam assim o seu serviço técnico junto de mais uma Arma do exército, colaborando mais intimamente com os Serviços de Administração Militar visto superintenderem, tènicamente, em muitos estabelecimentos industriais fornecedores do exército, como fábricas de conservas, frigoríficos, etc., e no estudo, preparação e conservação das modernas rações de campanha destinadas aos combatentes em geral e especialmente às tropas para-quedistas e de desembarque.

O official médico-veterinário passou, assim, a ser um elemento indispensável em todas as unidades do exército, mesmo nas motorizadas.

A Marinha de Guerra dos E. U. A. também inclui, actualmente, nos estados maiores dos seus barcos, um official médico-veterinário, especialmente encarregado de proceder à inspecção sanitária dos alimentos e de colaborar com os officiais médicos e farmacêuticos nos estudos de biologia e nas investigações referentes ao emprego das armas modernas.

*

Porém, outros problemas, não menos importantes, foram postos em equação aos veterinários militares na última guerra e sê-lo-ão por certo amanhã.

De futuro, quando se pretenda imobilizar o inimigo por todos os meios, os médicos-veterinários terão também por missão defender o armentio contra as armas científicas modernas — armas química, bacteriológica e atómica — as quais mesmo encaradas, sòmente, dentro do quadro do ataque aos animais, podem dar lugar à aparição de graves problemas de defesa nacional, apresentados sob o aspecto *militar, económico e sanitário*.

Quanto ao primeiro, por poderem imobilizar e exterminar os animais pertencentes ao exército ou desorganizarem o seu reabastecimento normal em alimentos deles derivados.

Revista da Cavalaria

Pelo *aspecto económico* por poderem provocar a falta dos produtos de origem animal entre as populações; dificultarem a mobilização dos animais utilizados nos trabalhos agrícolas ou na tracção urbana, em períodos de escassês em carburantes.

Finalmente, pelo *aspecto sanitário*, por tornarem perigoso o consumo dos animais «infectados» pelos agressivos químicos, «contaminados» pela radioactividade ou por poderem dar origem à propagação das doenças contagiosas dos animais transmissíveis ao homem.

*

Há, portanto, que reflectir sobre as possibilidades de se empregarem numa guerra futura os agressivos químicos, biológicos e atómicos.

Quanto aos primeiros, já nos ocupámos nesta Revista da sua acção sobre os animais e, muito embora na última guerra os beligerantes não fizessem uso deste meio de combate, certamente porque todos temiam uma represália de um inimigo que sabiam bem preparado, não é razão para se pôr de parte a possibilidade do seu emprego, numa futura conflagração.

De resto, na Abissínia e na guerra Sino-Japonesa, a guerra química foi um facto, como o será certamente amanhã, se um dos partidos estiver seguro da sua superioridade.

Os laboratórios dos vários países têm continuado a ocupar-se do estudo e da produção destes agressivos conhecendo-se os novos tóxicos gerais fabricados pelos alemães «Fabun» (diéthylaminocyanophosphite de etilo) e «Sarin» (eter isopropylico do fluoreto do ácido methylfosfórico) ambos de extraordinária violência, bastando citar-se que o primeiro é cerca de três vezes mais tóxico do que o ácido cianídrico.

É necessário, portanto, continuar a estudar-se a protecção dos animais contra os agressivos químicos certos de que a sua recuperação bem como a das carnes infectadas pelos tóxicos de guerra é possível, convindo que o seu ensinamento entre no quadro dos métodos habituais de inspecção das carnes, porque pode chegar a constituir problema de transcendente importância no desenrolar de uma guerra futura.

*

Designa-se por «guerra biológica» o emprego militar de bactérias, virus ou outros microorganismos, suas toxinas ou outros agentes de síntese (hormonas), capazes de produzirem a morte ou a neutralização,

Revista da Cavalaria

quer temporária quer definitiva, do homem, animais ou plantas (Bocquet).

Muito embora se reconheça que o emprego destes agressivos está condenado pela maioria das nações — congresso internacional de microbiologia de Compenhague, em 1947, e congresso internacional de citologia experimental, de Stocolmo, do mesmo ano — todos os tratadistas militares são unânimes em encarar a possibilidade de uma guerra bacteriológica. De resto, os E. U. A. prepararam-se para a enfrentar no período de 1942 a 1944, ao adquirirem a certeza de que os alemães se dispunham a lançá-la.

A arma biológica embora seja de um emprego bastante económico, possui um alto poder destruidor em massa; pode produzir um extraordinário efeito psicológico sobre as populações, é de delicada aplicação táctica, visto poder vir a constituir uma verdadeira espada de dois gumes obrigando, portanto, a proceder-se a uma perfeita imunização prévia dos efectivos militares e mesmo das populações da nação que tomar a ofensiva.

A guerra bacteriológica está intimamente condicionada a três factores principais:

- à produção maciça dos agentes biológicos;
- aos métodos de disseminação;
- aos meios de dispersão.

O agente biológico, tipo, é um micróbio esporulado, o qual, além de dever possuir uma grande virulência e uma grande resistência tem de ser, sobretudo, dotado de um alto poder de expansão.

Rosebury e Kabat indicam trinta agentes patogénicos de interesse sob o ponto de vista veterinário os quais podem actuar:

- por acção brutal: Bac. antracis; toxina botulinica e certos tóxicos de origem vegetal, como o rícino;
- determinando epizootias de grande expansão: Virus da febre aflosa; da peste bovina; da pleuro pneumonia da encéfalo mielite e das bruceloses;
- ocasionando epizootias difíceis de debelar: bac. do mormo; virus da anemia infecciosa.

Revista da Cavalaria

As medidas de detecção e de identificação destes agentes patogénicos comportam a inspecção da atmosfera; das águas; dos alimentos; a utilização de certos padrões especiais e a inoculação de animais. Quanto mais rápida for esta detecção mais oportuna e eficaz poderá ser a imunização dos animais e limitada a epizootia. Para tal se conseguir Bocquet aconselha a existência de:

- laboratórios regionais, dotados de equipamentos modernos;
- laboratórios de bromotologia, nos grandes centros de abate e nos matadouros das grandes cidades;
- veterinários especializados em biologia, enquadrados nas «Unidades Biológicas Veterinárias».

As medidas de profilaxia veterinária devem ser de três ordens: militar, sanitária e médica.

Profilaxia militar: pelo sequestro dos animais nas zonas infectadas ou contaminadas;

Profilaxia sanitária: pela interdição das pastagens e das águas; abate dos animais doentes ou contaminados («Stamping-out», dos americanos) e destruição dos seus cadáveres; desinfecções dos transportes, locais, águas e terrenos; desratização e desparasitação dos transportes e locais. As medidas de polícia sanitária devem visar o combate aos «reservatórios de vírus», representados pelos animais selvagens infectados por via aérea.

Profilaxia médica: pela vacinação dos animais receptíveis numa área de 10 a 15 quilómetros, em redor.

Em tempo de paz devem constituir-se reservas de soros, vacinas, antibióticas, etc., e, no caso de guerra, serão mobilizados os laboratórios produtores dos mesmos produtos e organizadas equipas de veterinários especializados em biologia para dirigirem os trabalhos dos laboratórios fixos e móveis.

*

A arma atómica revolucionou a estratégia militar. Os seus efeitos sobre os animais, foram já observados nos bombardeamentos de Hiroshima e de Nagasaki, sabendo-se que estes reagem semelhantemente ao homem, sendo a diferença condicionada à dose da irradiação.

Revista da Cavalaria

Os problemas veterinários relacionados com o emprego da arma atómica são representados pela protecção dos animais; tratamento dos feridos; eliminação dos radioactivos e inspecção dos produtos alimentares contaminados.

Bocquet, considerando que a protecção dos animais domésticos contra estes agressivos modernos é de muito difícil execução, propõe uma organização veterinária adaptada à guerra atómica, comportando medidas de ordem táctica e a aplicação de uma polícia sanitária adequada, prevendo:

a) — *De uma forma geral:*

- a criação de Unidades Biológicas Veterinárias Regionais, para estudo dos vários agressivos modernos;
- a instrução e a especialização do pessoal técnico;
- a constituição de reservas de: material de detecção; material de protecção para o pessoal; transportes; material cirúrgico; produtos biológicos (soros terapêuticos, plasma dessecado); medicamentos (anti-bióticos, anti-hemorragicos);
- a planificação perfeita das evacuações dos animais e a criação de centros de isolamento e tratamento.

b) — *Sob o aspecto táctico* (medidas comuns contra os vários agressivos):

1.º — *Em tempo de paz:*

- a descentralização dos centros de abate, em relação às grandes cidades;
- a dispersão dos laboratórios produtores de produtos biológicos e o seu afastamento dos grandes centros.

2.º — *Em guerra:*

- a limitação das grandes aglomerações de animais nos grandes centros urbanos (mercados; feiras; exposições);
- a dispersão dos depósitos de forragens.

Revista da Cavalaria

c) — *Sob o aspecto sanitário:*

- a delimitação perfeita, do perímetro infectado, por uma detecção precoce da radioactividade espalhada na área de estacionamento dos animais, dos produtos alimentares e das águas;
- a evacuação imediata dos animais recuperáveis, da área radioactiva, para centros de isolamento e tratamento;
- o abate dos animais fortemente contaminados, dos feridos e dos portadores de queimaduras graves;
- o enterramento dos animais abatidos.

d) — *Sob o aspecto médico:*

Só deverão ser tratados os animais economicamente recuperáveis empregando-se, principalmente, os anti-bióticos, os anti-hemorrágicos e o plasma animal dessecado.

Os centros de tratamento ou de isolamento deverão ser dotados de:

- secções de reanimação;
- secções de clínica cirúrgica;
- secções de clínica das doenças contagiosas, onde os animais serão classificados em:
 - feridos (contusos ou queimados);
 - feridos pela radioactividade (contusos ou queimados);
 - contaminados pela radioactividade;
 - suspeitos de contaminados pela radioactividade (a considerar como contagiados).

A descontaminação externa feita no homem por lavagens repetidas com água e sabão parece difícil de realizar nos animais e por isso aconselha-se, nestes, a praticar uma larga incisão dos tecidos superficiais a fim de permitir a eliminação dos elementos radioactivos fixados nos tecidos. Deve cuidar-se em marcar os animais sujeitos à radioactividade, recuperados, afastando-os da reprodução.

Sob o ponto de vista da inspecção sanitária dos produtos alimentares, Bocquet, afirma: «num sector bombardeado ou contaminado, todos os alimentos, tanto os de origem animal como os vegetais, devem

Revista da Cavalaria

ser considerados perigosos, por se apresentarem radioactivos em maior ou menor grau».

A inspecção sanitária dos produtos de origem animal deve visar:

- as carnes provenientes de animais radioactivos, modificadas nos seus caracteres organolépticos pelas irradiações (síndrome precoce gastro intestinal ou presença da radioactividade no organismo);
- as carnes irradiadas, profundamente modificadas pelos fenómenos de ionização que as torna, por certo, insalubres;
- as carnes fortemente contaminadas, cuja inutilização também se impõe, por não ser possível proceder à sua descontaminação como se consegue pela cozedura, quando infectadas pelos agressivos químicos (yperite, por exemplo), visto esta operação ser ineficaz e até perigosa, no caso das carnes irradiadas, por poder aumentar a concentração activa do meio.

Os alimentos pouco contaminados podem ser aproveitados depois de armazenados e logo que se fixe um limite tolerável de contaminação, sabendo-se que a substância radioactiva é mais abundantemente nos ossos do que no tecido muscular.

Os autores americanos afirmam que a congelação das carnes lhes atenua bastante a sua radio-sensibilidade.

A falta de meios perfectos de protecção dos animais de talho deve promover-se em tempo de paz:

- à instalação de centros de abate nas regiões de criação;
- à organização de uma rede frigorífica perfeita, em todo o território nacional, a fim de facilitar o armazenamento e o transporte das carnes;
- à instalação de frigoríficos subterrâneos, construídos à prova das radiações.

Estas últimas disposições enquadram-se também nas medidas de protecção contra os agressivos químicos, aconselhando-se a construção de grandes depósitos subterrâneos, à prova das radiações, destinados ao armazenamento das reservas alimentares destinadas às tropas e às populações.

As águas devem ser tratadas pelos métodos de filtração ou de precipitação.

Revista da Cavalaria

Dada a importância nacional destes problemas de biologia aplicada, Bocquet propôs a criação em França de uma «Comissão de profilaxia veterinária contra a guerra moderna», constituída por técnicos veterinários civis e militares, passando o nosso Serviço e denominar-se «Serviço Veterinário e Biológico do Exército».

*

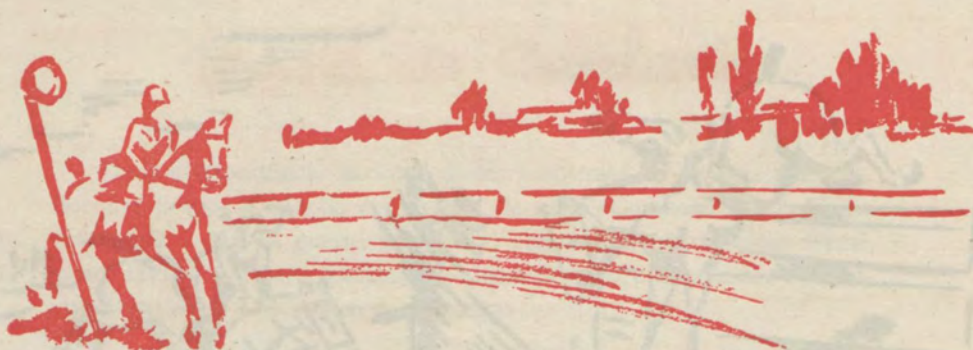
Terminámos as nossas considerações sobre as actividades do médico veterinário nos Exércitos Modernos. Não desejámos exagerar ou deformar a missão actual do veterinário castrense, mas sòmente relatar os factos descritos no estrangeiro, sem esquecer a relatividade que o mais elementar bom senso nos manda observar, todavia, pode afirmar-se que o Serviço Veterinário nos exércitos modernos não perdeu a sua importância, continuando a ser indispensável mesmo nas unidades motorizadas e tanto nos exércitos de terra, como nos do ar e nas armadas.

A importância do Serviço Veterinário nos exércitos modernos, levou os Governos dos E. U. A., da França e da vizinha Espanha a criarem o posto do generalato no serviço veterinário e, assim, em 1948 o Coronel médico-veterinário Mac. Callan do S. V. dos E. U. A. foi investido neste alto cargo, como o havia já sido — dois anos antes — D. Vicente Monledo director do S. V. do exército espanhol.

É interessante transcrever aqui as considerações feitas por um articulista francês a propósito da promoção a General do Coronel veterinário Chaillôt, em 1948, quando afirma: «A recente promoção do General veterinário Chaillôt, além de constituir uma justa recompensa à notável acção do actual director do S. V. E., o qual conseguiu manter intacto o prestígio do nosso Serviço na última guerra, orientando a sua moderna renovação, é, ao mesmo tempo, a consagração oficial do alto apreço em que o S. V. é tido no exército francês».







SUMÁRIO

Acordo das ajudas

Tenente Jorge Mathias

A fisiologia do movimento

Cap. Méd.-Vel. Nunes Salvador

Noticiário



Acordo das ajudas

Mãos sem pernas, pernas sem mãos

pelo Tenente JORGE MATHIAS



Este título transporta-nos até François Baucher. Insigne equitador, trabalhador infatigável, investigador profundo, Baucher deu à equitação a lógica que lhe faltava e colocou-a dentro de princípios racionais, legando-nos uma das mais

notáveis obras do mundo equestre, onde aparecem uma série de princípios, fechados de toda a equitação, entre os quais, «Mãos sem pernas — Pernas sem mãos».

Este princípio, por ser verdadeiro, seja no poldro a desbastar, seja no cavalo de escola nas fases mais adiantadas do seu ensino, tem uma latitude enorme e, a forma como deve ser interpretado, acompanha aquela latitude.

É, pois, nas suas diferentes acepções que o vamos estudar, constituindo este trabalho um ensaio sobre o tema proposto.

No poldro a desbastar, que praticamente só consente o peso do cavaleiro e pouco mais, não há propriamente uma acção definida de mãos.

Estas procuram manter o contacto, quanto possível, e as diminuições são feitas, mais à custa de voz e peso do corpo, do que propriamente por uma acção de mãos tal como

Revista da Cavalaria

ela é classicamente definida. Não há dúvida que para diminuirmos o andamento ou para parar, nós não podemos, nesta fase, pensar sequer na impulsão. Interessa unicamente que o cavalo eduque as suas reflexas e que por meio de uma associação de ideias, ou encurte o andamento ou pare. Qualquer acção de perna ou menos manutenção da acção anterior, causará uma profunda confusão no subconsciente do poldro, a todos os titulos perniciosa, pois é nos poldros que as acções, quer de mão, quer de perna, devem ser mais claras. Portanto: Mãos sem pernas.

Por outro lado, começa-se a ensinar a acção das pernas, que o poldro ainda desconhece. Conjuga-se, com elas, a voz e a chibata, produzindo no cavalo uma associação de ideias que, pouco a pouco, nos vai dispensando o seu emprego. O poldro carece daquilo que é o mais elementar no ensino: andar para diante.

Nada deve impedir o livre movimento para a frente, pois até acontece, no começo do desbaste, que em poldros mais medrosos ou desconfiados com a mão, o simples contacto desta é motivo para não obedecerem francamente às pernas. Portanto, à letra, «Pernas sem mãos».

Embora grosso-modo, já aqui verificamos o respeito pelo princípio, encontrando-nos, pois, em face de um dos seus limites.

O ensino do nosso cavalo continua a sua progressão e, com ela, a interpretação do princípio vai evoluindo.

Noutra fase distinta do ensino, aquela em que o nosso cavalo já conhece as mãos e as pernas e em que se começa a pensar na impulsão e a procurar trabalhar na base dessa impulsão, podemos verificar que as nossas pernas e mãos começam a aproximar mais as suas acções.

A impulsão que, num dado momento, foi fornecida pelas pernas, é recebida imediatamente pela mão, e uma acção desta, tendente a encurtar o andamento é, mal este se começa a verificar, recebida pela perna, que atirárá de novo para diante. Há, pois, uma aproximação entre as duas acções, que será tanto mais curta quanto maiores forem os progressos do ensino do nosso cavalo. Vemos pois, nesta fase, que o nosso princípio continua a ser verdadeiro mas a sua latitude é, notòriamente, inferior à da fase antecedente.

Revista da Cavalaria

Continuou a haver uma acção definida de, «mãos sem pernas» ou de, «pernas sem mãos».

Depois, à medida que o cavalo vai progredindo no ensino, passamos a fazer diminuições mantendo uma resistência de perna, que nos traz, como consequência, a manutenção de uma certa impulsão; e é essa impulsão, obtida, como disse, pela resistência das pernas e que é recebida pela mão, que obriga o cavalo a entrar com os posteriores, originando, como consequência, um encurtamento do andamento.

Por outro lado, se alargarmos o andamento fortificando a acção das pernas e não deixando passar toda a impulsão, mantemos uma reserva armazenada, que traz como consequência que o alargamento seja feito sob a impulsão. De facto, se ao impulsioarmos fortemente um cavalo, abandonarmos o contacto e, o que é mais, não oferecermos uma pequena resistência de mão, podemos ter, e temos, o aumento de andamento, mas o que também sentimos é o cavalo avançar exageradamente o seu centro de gravidade, o que se pode ver por uma garupa levemente no ar, sobrecarga de peso nas espáduas e multiplicação consequente do andamento, em vez de se obter o aumento da amplitude.

A amplitude consegue-se, de facto, se a mão resistir o suficiente para manter uma reserva de impulsão. Esta, que está portanto a ser recebida pela mão, não permite um avanço exagerado do centro de gravidade, obrigando, por consequência, a um equilíbrio muito mais horizontal, proveniente de uma frente mais ligeira, que no trote se traduz quase sempre por uma extensão dos anteriores e, no galope, por uma cadência no alargamento, muito semelhante ao galope curto. O alargamento é de amplitude e não uma simples multiplicação de um cavalo debruçado.

Tanto no encurtamento como no alargamento, verificámos que houve uma acção predominante e uma resistência que mantém o efeito de uma acção anterior. Parece assim, à primeira vista, que o nosso princípio deixava aqui de ser verdadeiro, pois tinha havido uma acção de mão sem cedência de pernas ou uma acção de pernas sem cedência de mão. Mas não. Encontramos aqui, em toda a sua latitude, a veracidade do princípio: é que a mão pode actuar, resistindo a perna, e a perna pode actuar sob resistência de mão.

Revista da Cavalaria

No fundo, e resumindo, podemos dizer que sob uma acção de perna ou de mão pode haver uma resistência de mão ou de perna, desde que essa resistência nunca seja igual ou superior à referida acção. Este, pode-se, pois, considerar o outro limite do nosso princípio.

E, vistas que foram as diferentes acepções em que este princípio pode ser tomado, e os seus respectivos limites, podemos entrar propriamente no acordo das ajudas.

Entendo que a este princípio anda intimamente ligado a outra ajuda natural que é o peso do corpo. E é à perfeita concordância destes três elementos, mãos, pernas e peso do corpo, que se chama Acordo de Ajudas.

Este acordo de ajudas que assenta essencialmente na lógica do seu emprego e na combinação racional dos seus efeitos, é talvez o grande segredo da equitação e é baseado nele que trabalham e tiram grandes resultados, em pouco tempo, aqueles equitadores que nós classificamos de «habilitados». Em que consiste essa habilidade? Nem mais nem menos do que no sentimento apuradíssimo, numa intuição nata no emprego das ajudas naturais e, em especial, no seu Acordo. Mas para aqueles que, menos dotados por Deus, o não podem fazer pelo sentimento e intuição naturais, há que recorrer ao estudo profundo do assunto e ao seu emprego, isto é, à aplicação prática da teoria.

O Comandante Licart na sua «Équitation Raisonnée» foi felicíssimo ao criar o desenho que dá uma ideia perfeita da ligação perna-mão: a perna, actuando, cria no cavalo o desejo do movimento para diante, que nós definimos como impulsão, a qual lhe deve provocar uma extensão de pescoço. Esta extensão do pescoço, produz um encosto mais franco na mão, vindo de trás para diante, cabendo a esta o papel de a regular e distribuir consoante a finalidade que se pretende obter.

Esta finalidade pode ser a execução de qualquer exercício ginástico ou figura de picadeiro, ou ainda a simples destruição de uma resistência encontrada.

Vejamos agora a ligação do peso do corpo com as acções de perna e de mão.

Não há dúvida que o cavalo tem um centro de gravidade e o cavaleiro outro. Da harmonia do conjunto, deve

Revista da Cavalaria

resultar um centro de gravidade comum, mas acontece que, sob uma acção de mão ou de perna, o centro de gravidade do cavalo muda de posição, mais para a frente nos alargamentos, mais para trás nos encurtamentos, mais para um lado ou outro conforme se volta ou se executa qualquer exercício em que haja deslocamento lateral.

Se o cavaleiro fizer variar o seu próprio centro de gravidade, por forma a auxiliar, em cada momento, a translação do centro de gravidade do cavalo, este deslocar-se-á de maneira a procurar restabelecer o equilíbrio do conjunto.

Daqui podemos concluir que, se estas mudanças do peso do cavaleiro forem concordantes, lógica e racionalmente, com os pedidos da perna e da mão, todas estas acções terão como resultante o somatório das acções parciais, o que facilitará extraordinariamente o movimento ou as alterações de equilíbrio desejadas.

O factor, peso do corpo, será tanto mais precioso quanto mais instável for o equilíbrio do cavalo, o que acontece nas fases mais adiantadas do ensino, pois estas exigem um equilíbrio mais vertical e com ele, uma maior entrada dos posteriores, com a consequente redução da base de sustentação, da qual resulta a instabilidade de equilíbrio referida.

Como se vê, pela própria definição de acordo de ajudas, não pode haver acções simultâneas de mão e de perna, o que seria ilógico, pois se se contradissem não estavam de acordo.

Poder-se-á objectar: E então a resistência de uma delas quando a outra actua?

Porque o ensino do cavalo, que visa o aperfeiçoamento dos seus andamentos naturais, exige para a sua progressão uma redução gradual da sua base de sustentação, até se atingir uma de dimensões bastante pequenas (pois só assim se poderá atingir a instabilidade de equilíbrio tão bem estudada pelo General L'Hotte) estas resistências não são mais do que formas que o cavaleiro possui para conseguir aquele fim.

Concluindo: O ensino da perna e da mão deve merecer-nos as maiores atenções, porque só com a sua obediência pronta e completa, o cavaleiro conseguirá a tal coordenação, que é chave do ensino e que deu lugar a este ensaio.

A FISILOGIA DO MOVIMENTO

pelo Capitão Méd.-Vet. NUNES SALVADOR

II — Transformações químicas



No músculo em repouso produzem-se constantemente transformações químicas. Esse metabolismo, relativamente grande, porque ao músculo chegam sem cessar excitações do sistema nervoso central, mesmo quando em repouso, aumenta consideravelmente com o trabalho muscular. Assim,

o sangue vindo dos músculos — sangue venoso — é mais pobre em oxigénio e mais rico em ácido carbónico, que o sangue que para eles se dirige — sangue arterial —.

O simples trabalho da mastigação, no cavalo, provoca a passagem, pelo músculo elevador do lábio, de uma quantidade de sangue sete vezes maior que a que passa durante o repouso. Ainda, durante a mesma, se verifica no sangue procedente do músculo masseter, um consumo de oxigénio, vinte vezes maior, e um aumento de ácido carbónico, quarenta vezes mais elevado, que durante o repouso.

A explicação destes factos reside na dilatação verificada nos vasos, especialmente nos capilares, durante o trabalho muscular, dilatação esta que parece ser provocada pelos produtos ácidos do metabolismo.

N. R.: Continuação do artigo publicado no n.º 2 da *Revista da Cavalaria* de 1951.

Revista da Cavalaria

Deste modo, os músculos recebem maior quantidade de sangue e, com ela, as necessárias quantidades de substâncias nutritivas que alimentarão o seu trabalho.

De entre as substâncias que alimentam o trabalho muscular, enfileiram em primeiro lugar os hidratos de carbono. Todavia, se estes não são suficientes, substituem-nos as gorduras e, por fim, também as proteínas, qualquer delas após terem-se transformado em hidratos de carbono. Estes, dissociados no aparelho digestivo, originam monosacáridos (açúcares), especialmente glicose, forma esta por que são absorvidos e levados até ao fígado, pela veia porta, onde se transformam em glicogénio, que se acumula nesta víscera.

A quantidade de glicogénio armazenada no fígado pode ser muito grande, podendo-a haver também nos músculos e, em pequenas quantidades, em todos os órgãos e células, com excepção do sistema nervoso.

Os músculos e outros tecidos, exceptuando o fígado, só fabricam glicogénio à custa de glicose, que lhes é levada pelo sangue.

Mas o fígado não é só um armazenador de glicogénio, é também regulador do metabolismo dos hidratos de carbono. Graças a este último papel, evita que o sangue seja invadido por quantidades excessivas de glicose, o que originaria uma hiperglicénia que, fazendo trabalhar com maior actividade os rins, para eliminação do perigoso excesso, acarretaria a perda pela urina de valiosas quantidades nutritivas.

O aproveitamento dos hidratos de carbono necessários para o sangue e tecidos, efectua-se, como vimos, sob a forma de glicose, açúcar este que se encontra livre. Assim, as células recebem glicose do sangue e com ela podem sintetizar glicogénio.

Durante o trabalho muscular o glicogénio do fígado e músculos diminui, podendo ainda acontecer que diminuam as reservas gordas do corpo animal. O facto explica-se pela oxidação que se dá no músculo e que origina energia. O músculo é assim um grande consumidor do oxigénio e um considerável produtor de ácido carbónico, sendo por esta razão que todo o trabalho muscular intenso acelera a respiração e a circulação.

As células recebem a glicose do sangue e com ela podem sintetizar novamente glicogénio, que chegam a depositar, para, de certo modo, disporem como reserva funcional. Principalmente nos músculos encontram-se razoáveis reservas de glicogénio que eles queimam durante o trabalho muscular.

Não está hoje bem esclarecido o modo como se realiza o trabalho muscular, nem qual o processo que o determina, uma vez que está posta

Revista da Cavalaria

de parte a hipótese de que se trate apenas de um fenómeno físico-químico, julgando-se antes tratar-se de um importante problema colóido-químico. Pensa-se, portanto, que as transformações químico-energéticas do músculo são provocadas pela sua contracção e que têm por fim provocar a energia necessária para a utilização futura do músculo, semelhantemente ao que sucede a uma mola de aço, que foi retemperada. Assim, a formação de ácido láctico serve para voltar a carregar o músculo descarregado, repondo-o nas condições anteriores, e não, como se supunha, para provocar o encurtamento e contracção deste, por imbibição das miofibrilas, a que se seguiria depois o relaxamento, por neutralização, que os fosfatos básicos e os bicarbonatos, ocasionariam.

Não se conhece, pois, o verdadeiro determinismo do encurtamento muscular, mas apenas que, durante ele, se desenvolvem no músculo reacções químicas de natureza anaeróbia.

Em cada contracção muscular, há, pois, um primeiro período anaeróbio de elevação de temperatura durante o encurtamento (correspondente à formação do ácido láctico), seguido de um segundo período, com consumo de oxigénio durante o relaxamento (correspondente à oxidação do ácido láctico, com formação de ácido carbónico e água, e reesíntese do glicogénio).

Um músculo, contraindo-se, realiza trabalho, trabalho mecânico que é calculado em um terço da energia química que recebe. O músculo é, portanto, uma perfeita máquina motriz, com efeito útil superior ao de uma máquina a vapor, por exemplo.

III — Força muscular. Fadiga

A força muscular depende da secção transversal fisiológica. Quanto mais numerosas são as suas fibras, tanto maior é o trabalho que pode realizar, uma vez que cada fibra representa uma força independente na sua acção. Por outro lado, o movimento provocado por um músculo, será tanto maior quanto maiores forem as suas fibras, o que quer dizer que a extensão da contracção é proporcional ao comprimento das fibras, enquanto que a força de contracção é proporcional ao número dessas

Revista da Cavalaria

fibras, isto é, à diminuição de secção do músculo. Assim têm explicação as formas delgadas e elegantes dos cavalos de velocidade e as formas amplas e cheias dos cavalos de tiro.

Quando os músculos trabalham diariamente e com certa intensidade, verifica-se que as suas fibras se tornam mais potentes e resistentes, desenvolvendo-se o que se chama a hipertrofia de trabalho. Diz-se, em geral, que o animal está musculado quando de uma treinar bem orientada, resultou um trabalho regular de todos os seus músculos, que à simples vista se observam bem desenhados. Se, pelo contrário, o trabalho muscular é reduzido ou nulo, verifica-se a atrofia. Esta, pode ter lugar quando se interrompe a comunicação entre o músculo e o sistema nervoso, em virtude de uma paralisia, por exemplo, ou ainda pela simples inactividade.

Durante a actividade muscular forma-se calor, calor este aproveitado para a manutenção da temperatura nos animais de sangue quente e cuja produção diminui com a fadiga. Esta surge quando um músculo se mantém activo durante muito tempo e é causada pelos produtos de desassimilação (ácidos láctico, fosfórico e carbónico) que se acumulam nas fibras musculares e que não podem ser eliminados do organismo, pelo sangue, com a necessária rapidez. Se se suspende a actividade do músculo, durante esse repouso, as substâncias que assim o acidificam, são eliminadas e o músculo recompõe-se.

Cada músculo tem um limite de frequência das suas excitações além do qual surge a fadiga, razão que nos leva a compreender porque os músculos respiratórios e o coração, em condições fisiológicas, não se fatigam, embora trabalhando sem descanso.

Podemos definir fadiga, como sendo a alteração química e fisiológica dos músculos submetidos a um trabalho excessivo. A fadiga caracteriza-se por uma dor de maior ou menor intensidade, que se localiza nos músculos fatigados, e pela consequente diminuição ou perda provisória da contractilidade, como resultado de terem sido excedidos os limites fisiológicos do seu funcionamento. A fadiga muscular é independente dos centros nervosos voluntários e da fadiga própria desses centros. É essencialmente um fenómeno periférico e independente do funcionamento cerebral.

A acção muscular obedece à lei do ritmo e da intermitência. Em todo o trabalho muscular se verifica a acção alternada de um ou mais músculos e dos seus antagonistas, de modo que para uns e outros, o repouso alterna sempre com a actividade. Este facto foi experimentalmente observado nos músculos do antebraço do cavalo, verificando-se,

Revista da Cavalaria

por um método gráfico, que o relaxamento periódico dos flexores e dos extensores é absolutamente completo. A produção do trabalho é, pois, regulada por um mecanismo, em virtude do qual toda a contracção é seguida de um repouso compensador. Num trabalho livre verifica-se essa compensação se o ritmo está regulado em função da carga e da irritabilidade dos músculos.

Por muito pequena que seja uma contracção muscular, ela abrange sempre não um músculo mas um grupo de músculos. Assim, nos membros, por exemplo, existem músculos com funções absolutamente opostas (extensores e flexores), tendo a sua existência a finalidade de evitar que os movimentos resultem bruscos, realizando-se deste modo uma coordenação de movimentos. E, muito embora a coordenação de movimentos seja instintiva, a verdade é que a ginástica a melhora consideravelmente. A repetição de um determinado movimento, conduz à execução do mesmo sem esforço, isto é, automaticamente. É o que se verifica no ensino de um cavalo, sobretudo se se trata de um animal sem qualquer arranjo, como frequentemente sucede com os poldros. Um cavalo com os seus andamentos cadenciados, tem sempre vantagem sobre outro que ande sem ritmo. Este, fatigar-se-á, infalivelmente, muito mais depressa.

Não se observando no cavalo a fadiga cerebral, que na espécie humana aparece com certa frequência, verificam-se, pelo contrário, muitas vezes, a fadiga muscular e a pulmonar. A fadiga muscular, surge mesmo sem que o trabalho muscular seja grande. Pode aparecer durante ou após o exercício. No primeiro caso, é consequência de uma exigência perdida em demasia (esforço); no segundo, verifica-se o resultado da falta de treino conveniente. Conhece-se a fadiga muscular, pela inaptidão para o trabalho e certo abatimento que os animais apresentam. Contrariamente, para que a fadiga pulmonar apareça, é necessário que o trabalho total desenvolvido seja notório. Aparece como consequência de exercícios violentos, manifestando-se por uma apreciável falta de ar, traduzida principalmente pela precipitação dos movimentos respiratórios e consequente dilatação das narinas.

Como para cada animal existe uma certa amplitude respiratória, determinada pela quantidade de ácido carbónico que os pulmões conseguem eliminar, quando essa quantidade aumenta sobremaneira, dá-se a acumulação desse gás no sangue, pela impossibilidade que os pulmões têm de o eliminar rapidamente. Daqui resulta que o animal se intoxica e morre, se a produção de ácido carbónico se mantém em excesso, assim se compreendendo que um exercício demasiado violento, ainda que por reduzido espaço de tempo, possa ter resultados fatais.

Revista da Cavalaria

E como a respiração está, como se sabe, intimamente ligada à circulação, o coração é extraordinariamente sobrecarregado, pelo que muitas vezes, não conseguindo acompanhar o aumento de actividade, fraqueja.

IV — Equilíbrio e movimento

Os músculos servem para sustentar e para deslocar o animal. Como foi dito, os efeitos mecânicos das suas contracções dependem das relações que mantêm com as alavancas ósseas. Estes efeitos, compreendem as atitudes e os movimentos, englobando os últimos, os que não implicam mudança de lugar — deitar, levantar, encabritar e coice — e os locomotores propriamente ditos — passo, recuo, trote, galope, salto e natação —. As atitudes compreendem a estação e o decúbito.

E como todos bem sabemos a maneira como estes efeitos se produzem e em que condições eles são aproveitados, para as várias utilizações do cavalo, não nos deteremos na sua explanação.

Referiremos tão somente o que, de um modo geral, possa interessar ao assunto que nos propusemos tratar.

Para que um cavalo se mantenha de pé ou em estação, é necessário que a vertical que passa pelo centro de gravidade caia dentro do espaço limitado pelas linhas que unem as extremidades inferiores dos seus membros. Esse espaço é a chamada base de sustentação.

A posição do centro de gravidade é, porém, difícil de fixar no cavalo, não só porque a sua conformação varia com as raças, mas ainda com os indivíduos. Para Colin, o centro de gravidade encontra-se situado no ponto de intersecção do plano médio com outro horizontal que separa os terços médio e superior da 8.^a costela.

O equilíbrio torna-se, por conseguinte, tanto mais estável, quanto mais larga for a base de sustentação e o centro de gravidade estiver mais baixo e mais perto do ponto de encontro das diagonais dessa base.

Deste modo, fisiologicamente, o equilíbrio de um cavalo é tanto mais estável, quanto mais curtos e afastados são os membros. E como a instabilidade de equilíbrio é uma condição vantajosa à velocidade, o cavalo de membros compridos e mais próximos do plano médio, representa o tipo do cavalo de velocidade, marcando o de membros curtos

Revista da Cavalaria

e afastados desse plano, o do cavalo de força, dando assim, em parte, a posição do centro de gravidade, a conformação mais própria a cada aptidão.

Quando se movimenta, o cavalo muda constantemente o seu centro de gravidade e, ao mesmo tempo, a intensidade e direcção das forças que actuam sobre a coluna vertebral. E fá-lo, espontaneamente, pela utilização do seu balanceiro céfalo-cervical (cabeça e pescoço). Assim, quando o cavalo vai lançado num andamento muito rápido, este balanceiro está estendido para a frente, de modo a projectar o centro de gravidade para perto dos membros anteriores. Se o animal recua, o mesmo balanceiro encurta-se arredondando-se, atirando assim o centro de gravidade para trás. Ao encabritar-se, repele fortemente para trás e para cima, a cabeça e o pescoço, para aligeirar o ante-mão, que se eleva sobre os membros posteriores. Pelo contrário, quando escoiceia, baixa a cabeça e o pescoço, para deslocar o post-mão, que vai deixar o solo.

E até mesmo durante os andamentos normais, este balanceiro executa oscilações laterais ou verticais, ritmadas com os movimentos dos membros, de modo a aligeirar o membro ou membros que se levantam, e a repartir o peso do corpo pelos que ficam em apoio.

Pelo ensino, consegue-se modificar a posição do centro de gravidade e, portanto, o seu equilíbrio, conforme a finalidade desejada; pondo-o mais sobre as espáduas — equilíbrio de corrida — no cavalo que se destina à velocidade; pelo contrário, tornando-o mais vertical — equilíbrio de alta escola — para se obter ligeireza e elegância. O equilíbrio horizontal ou de passeio constitui o termo médio destas posições e é o mais conveniente para a conservação dos membros, pela distribuição proporcional do peso pelos quatro membros.

Mas quando um corpo tem de se manter em equilíbrio sobre suportes articulados, torna-se absolutamente necessário que as suas articulações se mantenham firmes, firmeza esta que é conseguida à custa dos músculos, tendões e ligamentos. Todavia, para que este desiderato se realize é preciso um trabalho muscular que, quando muito demorado, fadiga os músculos, acabando por forçar o animal à perda do equilíbrio.

Os solípedes, contudo, fazem normalmente certa excepção, pois nem sempre, para que durmam, se torna necessário deitarem-se. Daí o supor-se que os músculos das extremidades se fadigam pouco nestes animais, principalmente os dos anteriores, visto ser corrente o descanso apenas de qualquer dos membros posteriores, alternadamente. Isto é devido a estarem os diferentes segmentos, que constituem os membros dos equídeos, na posição de repouso, fixados em grande parte por ten-

Revista da Cavalaria

dões e ligamentos, o que se verifica muito principalmente nas extremidades anteriores e, em particular nas articulações escápulo-humeral (ombro) e humero-radio-cubital (codilho). Enfileira ainda na explicação de se fatigarem menos os membros anteriores, o facto de estes membros estarem ligados ao tronco apenas por uma cinta músculo-tendinosa, ao nível dos escápulos, ao passo que os membros posteriores mantêm uma ligação óssea com a coluna vertebral, suportando, por essa razão, parte das forças que sobre esta actuam.

E de tudo o que foi dito, sobre a fisiologia do movimento, se pode inferir que, para a perfeita condução do cavalo, consistindo em provocar a contracção dos músculos destinados ao movimento que o cavaleiro pretende obter, se torna de grande conveniência que este possua os necessários conhecimentos de anatomia e fisiologia do cavalo, particularmente dos músculos.



Noticiário

Provas finais do Esquadrão de Desbaste e Ensino da Escola Militar de Equitação

A fim de se interessar e estimular cada vez mais os tratadores-desbastadores do Esquadrão no trabalho dos poldros que lhe são distribuídos, de premiar aqueles que pela sua aptidão, esforço, conhecimentos e boa vontade alcançaram no fim do ano de desbaste melhores resultados e de se apreciar o grau de ensino a que foram levados os poldros desbastados no Esquadrão, realizaram-se provas finais que decorreram com grande interesse, revelando os tratadores, até mesmo aos próprios instrutores, quer nas provas práticas, quer na



Um aspecto da prova de «Ensino»

prova teórica, aptidões e conhecimentos que não eram conhecidos inteiramente.

Constaram as provas de dois grupos:

Prova de colocação em sela e Provas técnicas.

Na primeira prova, procurou-se apreciar o grau de à-vontade, flexibilidade, equilíbrio e solidez dos cavaleiros.

Revista da Cavalaria

As segundas, compunham-se de quatro provas diferentes:

1) — Ensino. 2) — Aplicação Militar. 3) — Exterior. 4) — Teórica.

Para as três primeiras cada desbastador escolhia, de acordo com o seu instrutor, entre os poldros que lhe foram distribuídos para trabalho, aquele que reunisse as melhores condições.

A prova de «*Ensino*» constou de uma série de exercícios simples, feitos de memória, exercícios que abrangeram todo o ensino ministrado aos poldros durante o ano de desbaste, sendo uma prova mais completa para a escola dos desbastadores com mais experiência (1.^a Escola — Homens de 20 a 25 anos) que desbastaram os cavalos destinados a P. C. E. e outra mais simples para os desbastadores menos dextros



Um aspecto da prova de «Aplicação Militar»

(2.^a Escola — Rapazes de 17 a 21 anos) que trabalharam os poldros destinados às fileiras das unidades.

Na prova de «*Aplicação Militar*» apreciou-se a calma, o grau de manejabilidade e a regularidade de andamentos no trabalho militar com e sem armas, feito em grupo e isoladamente. (Escolas de Eqd., Sec. e Pel.; apear e montar, saída e entrada na Fileira; fazer um determinado percurso em tal e tal andamento; etc.).

A prova de «*Exterior*», constou de galope e saltos nas pistas do E. D. E. (obstáculos naturais de 0,40 m. a 0,80 m.), pondo à prova a calma, a franqueza e a facilidade na resolução dos pequenos obstáculos.

Na prova «*Teórica*», procurou-se, por meio de um interrogatório, ver até que ponto tinham apreendido as noções que lhe foram dadas nas teorias semanais ministradas durante o ano de desbaste e nos breves

Revista da Cavalaria

comentários feitos nas diversas instruções a cavalo, completando-se deste modo o juízo feito sobre os conhecimentos de cada desbastador.

Alguns desbastadores prestaram provas em que revelaram tal conjunto de qualidades que, como dissemos, até mesmo a nós causou sur-



Um aspecto da prova de «Exterior»

presa. Se não tivesse havido outro motivo, bastava este para nos revelar o valor destas provas.

Aos tratadores premiados, três em cada escola de doze desbastadores, foram atribuídas taças que lhe foram entregues por S. Ex.^a o Sr. Ministro da Defesa na Festa Final da Escola.

Segue a prova de ensino dos poldros trabalhados pelos tratadores da 1.^a Escola, destinados a P. C. E.

Entrada a trote:

Em X — Paragem — Continência — Saída a passo.

Em C — Pista para a direita.

Em R — Direita voltar — rédea de abertura.

Em I — Volta pela direita com rédea de abertura (6 m) seguida de uma pela esquerda com rédea contrária (6 m).

Marchar direito a S.

Em S — Pista para a esquerda.

Em V — Esquerda voltar — rédea de abertura.

Em L — Volta pela esquerda com rédea de abertura (6 m) seguida de uma pela direita com rédea contrária (6 m).

Revista da Cavalaria

Marchar direito a P.

Em P — Pista para a direita tomando imediatamente em seguida à volta o trote curto sentado.

Em E — Direita voltar.

Em X — Volta pela direita seguida de uma pela esquerda (6 m) com rédea de abertura.

Marchar direito a B.

Em B — Pista para a esquerda.

Em C — Iniciar uma serpentina com 6 arcos (rédeas de abertura).

Em D — Marchar direito a K.

Em F — Passar de mão ao trote alongado (levantado).

Entre H e C — Encurtamento de trote.

Em M — Passar de mão ao trote alongado (levantado).

Entre K e A — Encurtamento de trote.

Em B — Esquerda voltar.

Em X — Volta pela esquerda seguida de uma pela direita (6 m) com rédea contrária.

Marchar direito a E.

Em E — Pista para a esquerda.

Em A — Iniciar uma serpentina com 6 arcos (rédeas contrárias).

Em C — Circular — (2 voltas) — Descida de pescoço.

Em H — Passar de mão ao trote normal.

Em A — Circular — (2 voltas) — Descida de pescoço.

Em E — Volta (6 m) com rédea contrária e ao atingir E saída a galope.

Em B — Volta com rédea de abertura (10 m).

Em E — Volta com rédea contrária (10 m) ao atingir de novo E alargar o galope até F.

Em A — Circular (1 volta) e encurtar o galope.

Entre K e H — Zig-Zag.

Em C — Trote normal.

Em M — Passar de mão.

Em B — Volta (6 m) com rédea contrária e ao atingir B saída a galope.

Em E — Volta com rédea de abertura (10 m).

Em B — Volta com rédea contrária (10 m) ao atingir de novo B alargar o galope até K.

Em A — Circular (1 volta) e encurtar o galope.

Entre F e M — Zig-Zag.

Em C — Trote normal.

Em H — Passo.

Em S — Paragem — Meia rotação com perna direita isolada — Retomar o passo.

Em R — Paragem — Meia rotação com perna esquerda isolada — Retomar o passo e esquerda voltar — Ao atingir a linha A C — Direita voltar.

Em G — Paragem — Continência — Saída ao passo normal.

M. D.



Classe !

Confiance !

A. Rep au forcing
1948

Jornaes revistas livros

PRÉMIOS LITERÁRIOS

Com o pedido de publicação, recebemos do Comando Militar de Angola os Regulamentos dos Prémios Literários, recentemente instituídos por aquele Comando com a finalidade de fomentar o estudo e divulgação de assuntos de carácter militar, colonial e político, directamente ligados à Província de Angola. Seguidamente se transcrevem os respectivos regulamentos:

«PRÉMIO COMANDO MILITAR DE ANGOLA»

«PRÉMIO GUARNIÇÃO MILITAR DE ANGOLA»

REGULAMENTO

1.º — O «Prémio Comando Militar de Angola», no valor de cinco mil angolares (5.000,00) sendo mil (1.000,00) em livros, é destinado a recompensar, em cada ano, o melhor trabalho escrito sobre um assunto de carácter militar e colonial que interesse à defesa militar (terrestre, naval ou aérea) da Província de Angola.

2.º — O «Prémio Guarnição Militar de Angola», no valor de três mil angolares (3.000,00), sendo mil (1.000,00) em livros, é destinado a recompensar, em cada ano, o melhor trabalho escrito sobre um facto político-militar da História de Angola.

3.º — O lote de livros de cada prémio será constituído por livros portugueses, espanhóis, franceses ou ingleses de interesse militar, indicados pelo premiado, em lista de ordem de preferência. A escolha, porém, será feita pelo General Comandante.

Revista da Cavalaria

O valor total de cada lote com todas as despesas inerentes, nunca poderá exceder mil angolares.

4.º — O concurso é aberto para todos os oficiais do Exército ou da Marinha de Guerra, na situação de efectivo serviço, de reserva ou de reforma, residentes em Angola, e aos oficiais milicianos em comissão de serviço militar efectivo na mesma Província.

5.º — Condições do concurso:

a) — Para o «Prémio Comando Militar de Angola» publicar-se-á, até 31 de Dezembro do ano anterior, o assunto a desenvolver.

b) — Para o «Prémio Guarnição Militar de Angola», o facto histórico-militar é da escolha do concorrente.

c) — Os trabalhos devem dar entrada no Quartel General, em Luanda, até 31 de Agosto do ano a que os prémios correspondem.

d) — Os trabalhos devem ser inéditos e elaborados por um só autor.

e) — Os trabalhos serão apresentados com 3 cópias dactilografadas, a dois espaços, e o seu texto deve estar compreendido entre 30 a 60 páginas, incluindo as gravuras, se as tiver.

Deverão ser enviadas em sobrescrito fechado e lacrado, com carácter confidencial, ao Chefe do Estado Maior do C. M. A., com a indicação do «Prémio» a que se destinam e quem é o autor e remetente.

f) — Não pode haver referências a documentos de carácter confidencial ou secreto, que o autor tenha conhecido no exercício das suas funções.

Se se faz alusão a um texto publicado, deverá ser referenciado, em nota ao fundo da página, o título, autor, e, se possível, o editor e página.

6.º — Será nomeado pelo General Comandante, na 1.ª quinzena de Outubro, o Júri para apreciação dos trabalhos relativos aos «Prémios» desse ano, Júri constituído por 3 oficiais da Guarnição Militar de Luanda, sendo um deles o Chefe do Estado Maior, presidido pelo mais antigo e secretariado pelo mais moderno, todos com igual direito de voto.

7.º — Os trabalhos a distribuir ao relator — um para cada prémio — serão entregues logo a seguir à nomeação do Júri. O Chefe do Estado Maior regulará a distribuição nos termos destas instruções, pelos outros dois vogais.

Os trabalhos devem correr, para vista, pelos dois vogais não relatores, no mês de Novembro, 15 dias para cada um.

8.º — A reunião do Júri para apreciação definitiva dos trabalhos apresentados deve efectuar-se, na 1.ª quinzena do mês de Dezembro.

Da resolução final do Júri será lavrada uma acta formal que, acompanhada dos trabalhos apreciados e documentos que digam respeito ao concurso, será presente ao General Comandante Militar para decisão final.

Desta decisão não há recurso.

9.º — Só é aceite qualquer reclamação sobre a admissão dos trabalhos, até 31 de Novembro do ano a que se refere o prémio, reclamação que o Júri apreciará e informará, dando provimento ou não, e que será junta ao processo.

Revista da Cavalaria

10.º — Se os trabalhos apresentados não estiverem em condições aceitáveis de perfeição, quer literária, quer de técnica militar, a bem justamente merecerem o prémio respectivo, poderá este ser dividido pelos autores dos melhores trabalhos e que manifestem algum valor, mil angolares (1.000,00) para cada concorrente e um livro à sua escolha, não podendo, contudo, o total dos livros, por cada prémio, exceder a importância de mil angolares (1.000,00).

11.º — A distribuição dos prémios efectuar-se-á na 2.ª quinzena de Dezembro, sendo entregues ao premiado, ou pessoa que o represente, no Quartel General em Luanda.

12.º — Os trabalhos premiados tornam-se propriedade do Comando Militar e assim lhe é reservado o direito de publicação ou não como o General Comandante entender — isoladamente, em folheto, ou numa revista militar portuguesa.

Quartel General em Luanda, 9 de Outubro de 1951.

O Chefe do Estado Maior, Int.º

JOSÉ NOGUEIRA VALENTE PIRES

Cap. do C. E. M.

«PRÉMIO COMANDO MILITAR DE ANGOLA»

Para 1952

Assunto:

— Qual a influência da educação militar na mentalidade do indígena angolano?

— Qual a instrução individual a ministrar ao soldado angolano correspondendo à sua mentalidade e aptidões pessoais, de maneira a poder eficientemente combater, quer devidamente enquadrado por graduados de raça branca, quer em grupos, ou mesmo isoladamente, como lhe acontecerá fazendo parte de guerrilhas ou contra-guerrilhas?

— Qual a conduta dos graduados na educação e preparação do indígena para a guerra, isto é, qual deve ser a ciência da alma e do coração que os graduados devem possuir para obter dele a confiança, respeito, dedicação, camaradagem e espírito de sacrifício pelo seu chefe?

Data limite para entrega dos trabalhos:

— 31 de Agosto de 1952.

O POLO NO EXÉRCITO COMO FORÇA DE ESPÍRITO E ESCOLA DE DISCIPLINA

Pelo Comandante de Infantaria, RAIMUNDO HERNAN-
DEZ CLAUMARCHIRANT, Ajudante de Campo do
General Chefe de Infantaria da 11.ª Divisão.



«Pode-se tratar com insultante desdém os que preferem uma partida de polo a uma partida de cartas; apesar disso, não parece provável que uma espada de combate tenha mais possibilidade de estar melhor sustentada na mão que tem quebrado muitos tacos no jogo de polo do que naquela que sòmente tem manejado fichas de nácar e naipes».

Aquele excelente desportista de coração, competentíssimo como poucos nas questões relacionadas com o hipismo, de actividade bem reconhecida na arte de montar, e que deu a sua vida no campo de batalha servindo a sua Pátria, Adolfo Botin Pelanco, diz nas últimas páginas da sua obra póstuma «El noble bruto y sus amigos»:

«O polo é um desporto maravilhoso, apesar de os cavalos, seguramente, não o crerem. É um jogo varonil, nobre, elegante... que se joga a cavalo, com desembaraço, com vista, com constância para adestrar e seleccionar as montadas. Por isso é conveniente que se pratique nos Regimentos».

A minha modesta opinião atreve-se a acrescentar: Devem praticá-lo todos os oficiais que pertençam a armas montadas e ainda aqueles que lhe tenham verdadeira afeição.

Revista da Cavalaria

Não será muito difícil conseguir-se um cavalo para a sua prática. Porém, é preciso cuidado, não façamos o telhado sem antes ter as paredes. Não pensemos nos poneis de puro sangue, nem no cavalo andaluz; estes virão depois.

A Junta de Adjudicação de cavalos de corrida, concurso e polo, preocupa-se constantemente em proporcionar a adjudicação de cavalos aos que, por méritos e gosto demonstrados, o solicitem.

O primeiro trabalho está em nós jovens oficiais. É necessário que brote e nasça o gosto e que este enraíze fortemente. Se não tendes montada não desanimeis. O cavalo de serviço ou outro qualquer serve no princípio, para o que poderíamos chamar a primeira fase. Bem entendido que isto não quer dizer que «todo o cavalo serve para o jogo do polo» mas sim apenas que aquele que acabamos de marcar serve perfeitamente para adquirir desembaraço, golpe de bola, pulso e, sobretudo, para nos começar «a apaixonar». A selecção e a eleição de um bom cavalo, virá depois.

Para conseguir o anteriormente indicado, deveis aproveitar os momentos que o cumprimento do dever nos deixa livres. É então quando deveis tomar um taco e uma bola, a passo primeiro, depois ao trote e descrevendo círculos, procurar muito a bola; assim se coloca o cavalo.

Esta pequena prática irá despertando o gosto que as vossas conversas e comentários fomentarão. E hoje um, amanhã dois ou três, depois mais... todos finalmente chegarão a praticar este belo desporto no qual, ao mesmo tempo que se mantém um corpo são e forte, se cria ainda mais o *espírito* e a *disciplina*.

O valor do polo como exercício militar está hoje plenamente reconhecido; é um desporto violento, para o qual não basta ser bom cavaleiro e manejar maravilhosamente o taco, pois requer ainda uma verdadeira *disciplina do individuo*, que deve abstrair a personalidade em favor da sua equipa.

O polo é não só uma *escola magnífica de incomparável disciplina*, como também de desprezo pelo perigo, de arrojo e de audácia.

Estão, pois, em erro os que, sorrindo desdenhosamente, qualificam este jogo de «snob» e se afastam dos que com desmesurado esforço, galopam atrás de uma bola para a fazer passar, ou evitar que passe, entre dois postes, porque *o amor ao perigo, jámais é indício de uma alma vulgar*.

O jogo do polo, desgraçadamente, na actualidade não é desporto que arraste multidões na nossa Pátria. No geral são umas escassas centenas de aficionados os que assistem aos campeonatos, nos terrenos da casa de campo, ou no belo cenário do Real Club de Puerta de Hierro, isto no respeitante a Madrid. Nas provincias... Barcelona, Bilbao, Jerez da Fronteira... um grupo de verdadeiros aficionados mantém o fogo sagrado, praticando este viril desporto.

Também é verdade que sem gosto não há desporto, e que o público tem que compreender e sentir a visibilidade e emoção do jogo do polo.

«É um desporto muito caro»! «É somente para os ricos»! Estas frases e outras parecidas, ouvem-se com relativa frequência ao falar deste desporto. Em parte, é verdade, e têm razão. Mas na Argentina, México,

Revista da Cavalaria

Estados Unidos e Inglaterra? São acaso todos milionários? Não, é que... Bem, vamos antes ao seguinte e depois explicarei: Não há muitos meses — finalizando a primavera de 1950 — a Imprensa espanhola num bom resumo do final do campeonato argentino de polo, dizia: «assistiram entre 25 a 30.000 espectadores». Esta cifra, em verdade, não assombrou os aficionados espanhóis... *aquilo era gosto* comentamos para nós. Sim, era gosto, mas como havia chegado este? Isto é o difícil, pois para conseguir-lo, não é o público que há-de ir ao polo, mas este ao público, e quando este saiba o que ele é, quando o compreenda, então se voltará sobre os campos. Mas para que isto ocorra tomemos nós a iniciativa. Fomentemos o gosto, a prática e o restante virá depois.

Na Espanha há uma matéria excelente para a prática deste desporto. O hispano-árabe, o andaluz; esse cavalo recortado, de potentes membros, largo de peito e de coração, igual àqueles em que o genial Canero e depois D. Álvaro Donecq tourearam nas arenas do mundo. Cavalos como esses, que com todo o esmero e cuidado criam as nossas coudelarias, são cavalos ideais para a prática do polo.

Agora que a mecanização e motorização vão deixando sem cavalos os nossos Regimentos, é quando se devem empregar os poucos que o motor de explosão vai tolerando. E essa *tristeza* muito nobre e justa dos oficiais de cavalaria, pode-se suavizar empregando bastantes destes cavalos no jogo do polo.

A recordação daquelas briosas cargas, que cobriram de glória os estandartes dos nossos Regimentos; o galopar de centos de cavalos, cara à morte, à glória, à vitória... tudo se pode voltar a sentir, ou sentireis jovens oficiais, e o recordareis, companheiros, quando... tensas as rédeas, o olhar fixo na... bola, a mão empunhando fortemente o taco, galopando, carregando virilmente o camarada da equipa contrária, até à baliza para alcançar o ponto da vitória.

Dizia anteriormente, ao comentar a frase: «o polo é um desporto muito caro», que em parte tinham razão. Este desporto para se praticar requer um mínimo de duas ou três montadas, e adquirir estas e mantê-las não está ao alcance de todas as fortunas, mas para o oficial, para o jogador militar, que é a quem nos referimos neste artigo, está resolvido o problema das montadas. O Estado, para fomentar este desporto no Exército, proporciona-as; e isto resolve mais de 75 % do problema do polo. E sendo assim não podeis vós contribuir com o restante? É desta forma tão caro este desporto? Creio firmemente que não. E assim, com um pouco de vontade da vossa parte, podeis ir fomentando o gosto e numa manhã, não muito longe, as cores dos vossos Regimentos serão defendidas com *coragem, espírito e disciplina* no campeonato regional. Depois aquele que obtenha a vitória pode, em reunião com os outros campeões regionais, jogar o grande torneio do Campeonato Nacional Militar de Polo, disputando-se essa taça, de velhas raízes nos anais do polo que tem o nome de «Copa del Marquez de Villavieja».

Provavelmente não há nenhum desporto em que seja mais importante, nem mais difícil a combinação dos jogadores, do que no polo. Devido à extensão do campo 275 × 183 (admite-se um comprimento mínimo

Revista da Cavalaria

de 225), e à velocidade desenvolvida, a maioria dos espectadores, crêem que, num desafio de boas equipas, o resultado é de esforços individuais, e, não obstante, é uma demonstração científica de intuição, sangue frio e rapidez de pensamentos de quatro homens, cujos actos individuais formam um conjunto homogénio em que a jogada de cada um, depende absolutamente dos movimentos dos outros três.

É preciso que cada jogador saiba jogar, não só em seu sítio, senão também naquele dos outros três. Além de que tem que saber como jogarão os seus companheiros nas diferentes fases do desafio.

O carácter caleidoscópico do polo, a velocidade constante e o facto do jogo não se suspender até que se marque um golo ou até que a bola saia do campo, parece-nos impossibilitar a formulação de regras inquebrantáveis, sobre as posições e combinações dos jogadores. As combinações de ataque ou de defesa podem parecer bem sobre o papel, mas falham na prática, porque nunca ocorre que os oito jogadores e a bola estejam num dado momento na posição necessária para pôr em prática a combinação. Um quinto de segundo, e há muitos numa hora de jogo, é bastante para mudar todos os planos. Estas mudanças contínuas, imprevistas e inesperadas, requerem sangue frio num jogador, que tem de pensar rapidamente e empregar a sua intuição e a sua imaginação num grau máximo.

Para aprender o polo, o principiante deve aperfeiçoar-se primeiramente no manejo do taco, e durante este período preparatório deve estudar em um bom tratado ou manual os detalhes das combinações, antes de começar a jogar ainda que seja num desafio-treino. Se não proceder assim, não terá a menor ideia do que deve fazer nem aonde ir, e ao cabo de poucos segundos, depois do começo, estará completamente desconcertado e será um perigo para si e para os demais. Dos quatro jogadores que compõem a equipa, números 1, 2, 3 e defesa, os dois primeiros são de ataque, os dois últimos de defesa. Ao começar o jogo, cada equipa coloca-se no seu campo, de um e outro lado da linha do centro. Os jogadores números 1 estão em frente um do outro e olhando o árbitro; em seguimento destes, na mesma linha, três ou quatro metros mais afastados estão os números 2, e a outros 3 metros de distância destes, colocam-se na mesma linha, os números 3. Os defesas estão uns doze metros mais atrás que os seus números 3, e ainda um metro e meio mais atrasados da linha que formam os jogadores do seu lado. O árbitro lança a bola entre as duas equipas e começa o desafio.

No polo, o jogador tem em primeiro lugar que manejar o seu cavalo; logo, estorvar o seu adversário e por fim dar na bola ou impedir que o adversário lhe dê. Deve saber a todo o momento onde se encontram os seus companheiros e os seus adversários e a sua própria posição em relação às balisas e à linha das tabelas.

Para fazer tudo isto quando se caminha em todas as direcções a galope, requiere-se *sangue frio, e a faculdade de pensar rapidamente.*

Uma fase muito importante tanto do jogo de conjunto como da jogada individual é a facilidade de adivinhar o que vai acontecer. Sempre que seja possível, deve-se agir de acordo com os cálculos feitos e colocar-se seguidamente para aproveitar a sua previsão.

Revista da Cavalaria

Tudo o que aqui dissemos acerca do mecanismo do jogo, seria demasiado incompleto, e ainda que na verdade não estivesse longe da completa realidade, é indispensável para começar a jogar, um estudo detalhado do mecanismo do jogo.

Podem-se adivinhar quase todos os golpes que se dão num desafio. Muitas vezes não há tempo para planejar o que se deve fazer antes de dar o golpe, porém, muito frequentemente, há ocasiões em que o jogador se aproveita de determinadas circunstâncias, que são evidentes para todo aquele que calcula um pouco. Há uma coisa que nenhum jogador deve fazer, é a de crer que o adversário falhe um golpe, e em vez de ir cortar o passo, esperar atrás, que ele falhe. Há que supor que os adversários nunca falharão.

E, finalmente, ao jogar, não se excitar, empregar a cabeça, o sentido comum e a imaginação; não ser egoísta, nem apaixonado e lutar com disciplina e espírito de equipe.

A. P.

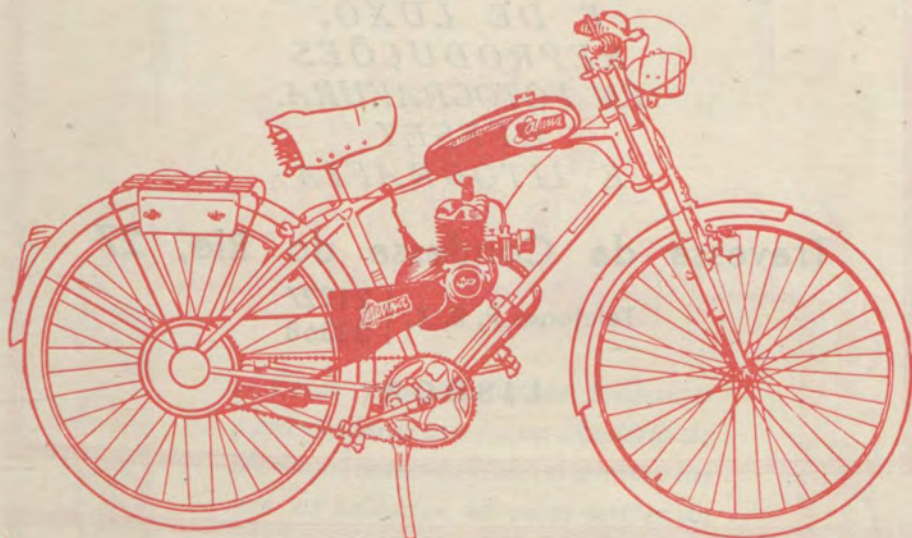


1.º MOTOR AUXILIAR PARA BICICLETA

FABRICADO EM PORTUGAL

TÉCNICA E INDÚSTRIA PORTUGUESA

A L M A



CARACTERÍSTICAS

Cremalheira com amortecedores
Fácil manejo da alavanca de velocidades

Reservatório de 2,2 litros.

Raio de acção de 180 Km.

Adaptação rápida a qualquer bicicleta.

Grande simplicidade

Suspensão elástica, torna o motor independente da articulação do quadro

Colocação ao centro.

Grande estabilidade

A alta qualidade dos materiais empregues garante uma
DURAÇÃO EXCEPCIONAL

DADOS TÉCNICOS: 1 cilindro, Dois tempos, Diâmetro 40 mm, Curso 39,5 mm, Cilindrada 49,6 cc, Rpm 6000, 2 velocidades, Caixa pré-selectiva sem embreagem, Volante magnético, Cambota equilibrada assente em rolamentos,

Velocidade 40 Km/H a 50

LISBOA, GARAGEM, L.^{DA}

LISBOA

Rua Rodrigues Sampaio, 142 a 152 • Telef. 4 68 61

Concessionários exclusivos para o Centro e Sul de Portugal

Bertrand & Irmãos, L.^{da}

TRABALHOS
TIPOGRÁFICOS
SIMPLES,
E DE LUXO,
REPRODUÇÕES
EM FOTOGRAVURA,
OFFSET
E LITOGRAFIA

Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227
21368

LISBOA



TIPOGRAFIA DA LIGA DOS COMBATENTES
DA GRANDE GUERRA



TRABALHOS TIPOGRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS



Calçada dos Caetanos, 18

TELEFONE — 21450

L I S B O A



...Essas poucas páginas brilhantes
e consoladoras que há na História do
Portugal contemporâneo escrevemo-las
nós, os soldados, lá pelos sertões da
África, com as pontas das baionetas
e das lanças a escorrer em sangue...

Joaquim Mousinho



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristovam Ayres de Magalhães Sepulveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares





Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Capitão António S. Ribeiro de Spínola

Capitão José João Henriques de Avellar

Capitão Luiz Pimenta de Castro

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA

Calçada da Ajuda — Telef. 38167

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 7\$50

F. C.

SUMÁRIO

FORMAÇÃO DE OFICIAIS		81
A EDUCAÇÃO FÍSICA NO EXÉRCITO	<i>Capitão Mário de Lima</i>	84
ATRIBUTOS DOS CHEFES	<i>Capitão Quintino da Costa</i>	93
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RADAR	<i>Aspirante A. Duarte Silva</i>	101
VIRIATO — SUAS CAMPANHAS E ESTRATÉGIA	<i>Cap. do C. E. M. Mário de Andrade</i>	107
TEMAS TÁCTICOS	<i>Cap. do C. E. M. Raúl Ramos</i>	125
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
AZARES E PERIPÉCIAS TÍPICAS DE UMA ACÇÃO DE PARA-QUEDISTAS	<i>Coronel L. S. A. Marshall</i>	154



Revista da Cavalaria

13.º ano-n.º 2

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Março

FORMAÇÃO DE OFICIAIS



Nas páginas da nossa Revista tomam hoje o merecido lugar as palavras que o glorioso Marechal Montgomery dirigiu ao corpo docente da nossa Escola do Exército, após ter terminado a visita a este estabelecimento de ensino. Disse o grande Chefe:

*«Tive grande prazer em visitar a Escola do Exército de Portugal, pois que considerei sempre que **uma escola onde se preparam oficiais é o órgão mais importante de um exército.** Numa escola desta natureza não pode haver maus oficiais como professores ou instrutores. Assim, estou convencido de que são bons oficiais quantos vim encontrar aqui. A sua tarefa é de extraordinária importância e, da maneira como se preparam os oficiais dependerá a eficiência futura do Exército Português.*

Revista da Cavalaria

A parte técnica da formação do oficial não é tarefa difícil para o instrutor, pois trata-se de uma ciência exacta. **Mas ensinar a conduzir homens isso já não é tão fácil.** Já não se trata de ciências exactas. Cada chefe utilizará as suas próprias qualidades de conduzir soldados de maneira diferente, mas torna-se indispensável que possua essas qualidades. Quando saírem daqui os novos oficiais — e isso é fundamental — vão tomar parte numa grande batalha: **a batalha para a conquista do coração do soldado. Aqueles que perderem essa batalha nunca mais farão coisa alguma como oficiais, na acepção desta palavra.**

É erro supor que um homem avança e morre a lembrar-se que os seus antepassados assim fizeram também. Isso ajuda o moral do soldado que se bate, mas é preciso que esse caminhe para a morte também por solidariedade para com aqueles que vão a seu lado e por dedicação para com o chefe que os conduz.

É erro supor que, para ser chefe, é preciso possuir grande inteligência ou elevado grau de instrução. Também é erro julgar que todos os homens que foram grandes chefes nasceram com tal predicado. Não. Cada cadete tem dentro de si certos elementos para a condução de homens. Os seus professores ou instrutores devem, pois, fazer despertar e apurar esses elementos ao máximo. De facto, **a par da técnica, todos têm a sua parcela de mérito para conduzir soldados.**

Ontem e hoje consagrei-me a ver os soldados portugueses. Desejo dizer-vos que constituem excelente matéria-prima, homens de primeiro plano. **Se não se fizesse um bom exército com gente desta qualidade, então teríamos**

Revista da Cavalaria

de concluir que a culpa era dos oficiais. De resto, sabem perfeitamente que quando uma unidade é má, tendo bons soldados, é porque os oficiais são maus. E é tudo quanto tenho a dizer-vos».

Na magnífica síntese que reproduzimos, cuja oportunidade e alto significado não passou despercebido àqueles que se dedicam de coração à causa das armas, foram focados os aspectos do ensino militar que o valoroso «condutor de homens» considera essenciais à formação de oficiais, aspectos que na sua essência constituem as permissas da resolução de um problema já equacionado nas páginas desta Revista em Maio de 1948 e cuja oportunidade é agora flagrantemente acentuada através da autorizada voz de comando do glorioso vencedor de Alamein.



A EDUCAÇÃO FÍSICA NO EXÉRCITO

pelo Capitão MÁRIO DE LIMA

1 — *A preparação do soldado*

Comecemos por definir o que se entende por Educação Física. Educação Física é um aspecto da Educação Geral em que são metódicamente empregados, como meios de aperfeiçoamento e de desenvolvimento, os exercícios físicos e os agentes físicos naturais. Constitui assim, um dos ramos da Educação Integral e de grande importância dentro desta.

No aspecto psíquico desenvolve todas as faculdades pela íntima relação do corpo com a alma, tão unidos que não pode activar-se o espírito, princípio de movimento, sem o corpo, instrumento das suas operações, considerando-se hoje em psicologia moderna que «o corpo é base orgânica do espírito». Este princípio foi afirmado na frase do Cardeal Caetano de que «a melhores corpos correspondem melhores almas» ou com Platão ao dizer «que a ginástica e a música tinham sido implantadas para a formação da alma», etc....

O dinamismo e a energia actuante da guerra moderna, a complexidade das armas que nela intervêm, a rapidez e intensidade das reacções que os seus efeitos provocam sobre o moral dos combatentes, exigem cada vez mais que eles sejam homens sãos de corpo e destros na acção, para poderem obedecer eficaz e instantaneamente, às reflexas provocadas por essas mesmas reacções e manejar com oportunidade e eficiência os formidáveis meios de combate que a ciência tem posto ao serviço dos Exércitos da actualidade.

De facto, se o material tem importância, não menos a terá o factor primordial da guerra: o elemento humano. O material é matéria inerte

Revista da Cavalaria

ao qual só a alma humana poderá insuflar a vitalidade de que ele por si carece, sendo portanto necessário que o factor humano actue com energia, eficiência e precisão para se tirar o maior rendimento das máquinas de guerra. Esses quesitos são na totalidade dos casos, poderosamente influenciados pelo vigor físico e ténpera moral do combatente e se atendermos a que esta depende, ou melhor, anda intimamente ligada àquele, chegamos à conclusão que esse vigor tem de ser imperativamente, uma das qualidades fundamentais do soldado.

Portanto, mais do que nunca o soldado precisa de uma preparação sólida e mais cuidada, atendendo às exigências e características da guerra actual.

Estamos muito longe do tempo em que o soldado pouco mais tinha a fazer do que estar obediente às vozes de comando para cumprir a sua missão como na Falange Grega, na Legião Romana e mesmo nos tempos de Napoleão.

Presentemente serão muitas as ocasiões em que se encontra isolado, tendo de recorrer à própria iniciativa para resolver os problemas que se lhe deparam, factos estes que obrigam a ter a inteligência mais desperta e preparada. A sua moral e poder físico deverão estar à altura da sua inteligência. Na guerra actual os sofrimentos e as fadigas são muito maiores; o repouso é muito pouco. Se não são o coração, os pulmões e os músculos que trabalham é, pelo menos, o sistema nervoso que está em permanente tensão. Portanto, a preparação do soldado tem de ser *integral*, quer dizer, física, técnica e moral.

Todo aquele que não seja saudável e que não esteja preparado suficientemente, acaba por sucumbir, não chegando ao momento decisivo com as devidas faculdades físicas. É que as fadigas, as privações e os esforços inerentes à guerra moderna, não poupam os débeis.

A rapidez é um factor muito importante.

Evidentemente que os mais desembaraçados, os mais destros não se expõem tanto, durante o combate e sob o fogo adverso, na transposição dos variadíssimos obstáculos naturais que surgem em campanha.

É que muitas vezes de uma pequeníssima fracção de segundo pode depender a vida de um soldado.

Da mesma maneira que com o escalonamento em profundidade, apoio de fogos, aproveitamento de terreno, mascaramento, etc., se evitam muitas baixas, não menos se conseguirá se as tropas chegarem ao combate em plenas faculdades físicas.

A preparação física do soldado consegue-se à custa dos meios de Educação Física: Ginástica Educativa, Ginástica de Aplicação Militar,

Revista da Cavalaria

Jogos e Desportos, favorecidos e contribuindo na sua quota parte pelos agentes físicos naturais: ar, sol, água e ainda por uma alimentação sã.

Os meios apresentados completam-se mutuamente, formando soldados sãos, vigorosos, ágeis e resistentes, desenvolvendo neles algumas qualidades morais que tanto contribuem para a vitória.

A *Ginástica Educativa ou Pedagógica*, tem por objectivo essencial contribuir directamente para o desenvolvimento harmónico do organismo, de acordo com as suas especiais necessidades de ordem biológica, moral e social, o que implica fins correctivos e o domínio do corpo pela vontade.

É, portanto, esta ginástica, a base essencial da Educação Física porque tem em vista o desenvolvimento harmónico do indivíduo. É também a natural e indispensável preparação e complemento de qualquer especialização, nomeadamente desportiva.

A Ginástica Educativa é racional porque pretende dar ao organismo o que precisa na sua existência individual e colectiva; é metódica porque cada exercício se realiza quando é o momento oportuno para se fazer e é progressiva porque marcha do fácil ou simples para o difícil ou composto.

A realização de todo o método de ginástica educativa deve ter três finalidades: uma, mecânica, destinada a melhorar as características do homem, considerado como máquina que produz trabalho, para conseguir um maior rendimento com a menor fadiga, educando os músculos, ossos e articulações; outra, fisiológica, destinada a conseguir o equilíbrio orgânico, equilíbrio que supõe que cada órgão ou aparelho se desenvolve com um benefício próprio tal que não vá em detrimento dos outros, e, por último, uma finalidade estética, que tende a conseguir um melhoramento completo na morfologia do educando.

Os *desportos* são, como a Ginástica Educativa, um meio de Educação Física, sendo grande a utilidade da sua prática, pois que desenvolvem qualidades no indivíduo, não só de ordem física, mas também de ordem moral. Entre as primeiras proporcionam uma maior resistência, coordenação, agilidade e capacidade pulmonar; entre as segundas, uma maior prudência, sangue frio, disciplina, vontade, confiança em si mesmo, golpe de vista, camaradagem, iniciativa, espírito de equipa, etc.

Outro ramo de Educação Física é constituído pelos exercícios utilitários e de aplicação profissional, no nosso caso de *Aplicação Militar*.

A necessidade de introduzir esta classe de exercícios na Educação Física do soldado manifesta-se pelo facto de que com eles se aumentará o seu rendimento como combatente.

Revista da Cavalaria

A actual preparação técnica militar é muito mais complexa que outrora, assim como a vida em campanha é agora muito mais intensiva, solicitando do soldado grandes possibilidades físicas e morais que se não podem improvisar de um momento para outro, e só um treino cuidadoso pode cultivar e desenvolver convenientemente.

A vida de campanha carece de homens fortes, destros e resistentes, pois exige deles boas condições, a todo o instante, para manejar as armas, para se deslocar em qualquer terreno, rastejando, marchando, correndo ou saltando os mais variados obstáculos, para levantar e transportar objectos pesados, armamentos, feridos, para lançar granadas, para atravessar cursos de água, etc., etc.

Todos estes exemplos serão primeiramente ensinados pelos instructores, agindo como «instructores de Educação Física», para em campanha serem executados, dentro de um tema táctico orientado pelos instructores tácticos, recalcando a necessidade e importância de não se ser visto, o valor dos accidentes, etc., etc.

Por exemplo, no exercício de «rastejar» a parte física, quer dizer, saber fazer o exercício de rastejar com verdadeiro conhecimento de causa, antepõe-se ao fim táctico. Portanto, primeiro ensinam-se ao soldado os vários tempos em que se decompõe o exercício referido, pormenorizando a sua técnica e mecanismo. Depois vem o treino até obter o automatismo.

Terminado o trabalho do Oficial como «preparador físico», o papel do táctico simplificar-se-á grandemente.

O que se passa com o exercício de rastejar, repete-se em todos os outros, como por exemplo na passagem de valas, muros, no transporte de feridos, no lançamento de granadas, etc., etc. A técnica é igual ou parecida. O ensino é metódico e racional, exigindo de cada executante o que podem dar as suas faculdades.

A prática de exercícios utilitários é de suma importância, como vemos, para preparar o combatente. Senão, vejamos o seguinte caso: Que seria, por exemplo, de um Oficial que, tendo por missão dar um golpe de mão sobre a margem oposta de um curso de água não navegável e sem pé, se não encontrar dentro dos seus soldados um número suficiente que saiba nadar?

Evidentemente que não podia executar a sua missão, a não ser à custa de muitas perdas.

Não se concebe, portanto, que possa haver militares combatentes que não saibam nadar, ou, pelo menos, não tenham sido instruídos o bastante para conseguir travessias de *pequenos cursos* de água.

Revista da Cavalaria

Para aquilatar melhor ainda da grande importância que tem para a preparação do soldado a ginástica de aplicação militar, citarei desde já alguns dos ensinamentos colhidos neste ramo na 2.^a guerra mundial.

Trata-se da preparação de certas operações de grande envergadura, ou melhor, da forma de instruir e treinar o pessoal destinado a actuar nessas operações.

Começou-se a falar nelas quando da conquista de Creta pelos alemães.

Ao que parece os alemães prepararam essa operação, ensaiando-a numa ilha idêntica à de Creta, elegendo-a num terreno de topografia parecida. Depois de marcarem nesse terreno os contornos da tal ilha, seleccionaram as tropas pára-quedistas que deveriam realizar a empresa de a conquistar, submetendo-as em seguida a um rigoroso treino e, mais tarde, a uma forte preparação física. Todos os rigores previstos foram materializados nos exercícios a que foi submetido aquele contingente de tropas.

Mais tarde sucedeu outro tanto quando as forças aliadas prepararam a invasão do Continente Europeu na Normandia, operação que não tem precedentes na história da guerra. Também desta vez o pessoal foi previamente seleccionado entre as tropas que haviam demonstrado especiais aptidões de inteligência e capacidade de resistência física a toda a prova.

Graças às informações obtidas pelos comandos, no reconhecimento de Dieppe, sabia-se que os alemães tinham a defesa organizada de tal forma que só uma tropa extraordinariamente instruída e treinada seria capaz de vencer a formidável barreira de fogos e obstáculos com que a receberiam nas costas do Continente Europeu. Não perderam tempo os Aliados, submetendo, com a devida antecedência, as Unidades já seleccionadas a uma verdadeira prova física que as capacitaria para o esforço quase sobre-humano que teriam de desenvolver.

Com respeito a essa preparação diz num artigo publicado numa Revista argentina, o Ten.-Cor. Francisco Schaumann:

«Em campos de treino muito semelhantes às características topográficas dos terrenos de ulterior acção ofensiva, os candidatos eram submetidos à execução de exercícios físicos de intensidade progressiva e que tiveram entre si determinada relação e coordenação, tanto no físico como no moral. Estes exercícios de vários meses de duração e realizados tanto de dia como de noite, com bom tempo, com chuva e no meio de lama e água, inicialmente sem equipe e, finalmente, com todo o equipamento

Revista da Cavalaria

a utilizar desde o instante do desembarque, desenvolviam-se através de pistas hábilmente preparadas.

As pistas ou campos de treino eram constituídas por obstáculos semelhantes aos existentes na maioria dos terrenos, portos, lugares de desembarque, etc.

Desta forma, a ponte destruída, as valas quase cheias de água, os fossos e as redes de arame farpado semi-ocultas, as paredes verticais, os passadiços oscilantes à base de arame, os campos com crateras e covas de lobo, os campos de minas, os obstáculos contra carros, os caminhos com abatizes, os lugares intransitáveis cobertos de escombros e os sectores varridos pelo fogo inimigo estavam hábilmente representados, mascarados e dispostos para aparecer por surpresa».

Fácilmente se podem imaginar os resultados excelentes que podiam advir de um treino em semelhantes pistas. Não só preparavam os músculos, o espírito de decisão e a destreza, como também fortaleciam o moral, porque cada vez que os homens se aproximavam ou saiam de um obstáculo eram recebidos pelo fogo das armas, devidamente sincronizadas e com as elementares medidas de segurança.

Estes exercícios variados constantemente e em distintas condições e situações atmosféricas até terminar numa verdadeira corrida durante a passagem dos obstáculos e sob a acção do fogo, permitiam, finalmente, a obtenção de homens física e moralmente capazes.

Para cumprir da melhor maneira a finalidade que compete à Ginástica de Aplicação Militar, é indispensável contar com boas pistas nos nossos quartéis, nas quais se deverão incluir, dado o rigor dos combates modernos, os obstáculos que o combatente encontrará mais frequentemente no campo de batalha, acrescidos daqueles com que o defensor costuma reforçar o terreno.

Nas unidades onde se não podem construir tais pistas, por falta de espaço ou por qualquer outro motivo, o problema pode resolver-se dando à Educação Física Aplicada o carácter de excursões periódicas, preparadas com todo o cuidado, fazendo percursos através do campo com vários obstáculos naturais, graduando-se convenientemente as exigências no tempo, equipamento e dificuldades, não esquecendo a representação do fogo das diferentes armas.

Este procedimento, além de educativo para o combatente, tem a vantagem de o recrear.

Resumindo, dir-se-á em síntese, e extraíndo dos conhecimentos sobre educação física obtidos nas diferentes campanhas das guerras mundiais o que nos parece convir fazer a este respeito:

Revista da Cavalaria

1.º — Necessidade de cumprir integralmente o sistema de Educação Física no Exército, a fim de nos pormos a par com as exigências da guerra moderna.

Dever-se-á dar à Educação Física um carácter de maior *aplicação militar*, dando a esta instrução toda a atenção que nos merece e mais tempo para realizá-la.

2.º — A fim de encurtar o período da ginástica educativa, para dar maiores possibilidades à de aplicação, tornar-se-á indispensável que se cuide, alargando e intensificando, o âmbito dado à Educação Física pré-militar.

3.º — Imprimir à *Educação Física de Aplicação* a modalidade de um autêntico desporto militar, despertando a emulação com prémios.

4.º — Há toda a vantagem em dar à Educação Física todo o tempo que reclama a sua importância, pois que o factor tempo para o desenvolvimento completo dos programas de Educação Física, especialmente para a prática dos jogos e desportos, é um dos maiores contras com que sempre deparamos.

2 — A Preparação dos Quadros

Do que fica exposto pode dizer-se que as bases da Educação Física do soldado estão lançadas. Vamos agora procurar estabelecer e concretizar as relativas aos quadros.

Se é necessário cultivar a Educação Física do soldado não menos o é, desenvolver a dos quadros e, em especial, a dos Officiais.

De facto, quanto a todos os quadros, as condições e a experiência da guerra demonstram à evidência que em matéria de qualidades físicas, há que pedir-lhes o mesmo que ao soldado se exige.

Todos deviam praticar a ginástica educativa, os jogos e os desportos, doseados em função da idade.

A primeira aumentar-lhes-ia a capacidade funcional, a resistência e retardar-lhes-ia, na medida do possível, o «abaixamento» proveniente da idade. Os segundos, os jogos e desportos, à prática dos quais se oferece menos «resistência passiva», quando bem orientados, beneficiam-nos quer física, quer moralmente. Recorrendo aos mesmos processos de educação do soldado, pela prática colectiva de exercícios físicos, como vemos, em nada prejudicaremos a disciplina.

Prejudicial seria, se eles, qualquer que seja a situação em que se encontrem, não puderem acompanhar os seus soldados, por manifesta inferioridade de desenvolvimento físico.

Revista da Cavalaria

A prática da esgrima, da equitação, da marcha a pé, do ciclismo, de jogos desportivos adequados e ainda da natação, para os que puderem cultivá-la, resolverão o problema, considerando-o na sua generalidade.

Evidentemente que cada arma terá as suas necessidades e disporá de meios diferentes para desenvolver nos seus quadros a destreza, a flexibilidade, a energia, a resistência física em ligação com a ténpera moral.

Para nós, cavaleiros, o desporto equestre, nas suas diversas modalidades, resolverá o problema, não direi completamente, mas, pelo menos, em grande parte, obtendo-se, certamente, uma solução do problema se lhe acrescentarmos a prática de alguma ginástica, da esgrima, de alguns desportos atléticos, e de certos jogos.

Nestes, poderemos ir mais além do futebol, convindo até dar carácter de maior generalidade a outros, como sejam, o voleibol, o basquetebol, o andebol, etc.,

Da preparação dos quadros há a destacar em especial, como já frisámos, a que diz respeito aos oficiais.

Apareceu nas Olimpíadas de 1912, em Estocolmo, o «Pentatlo Moderno», constituído por um conjunto de exercícios que podem ser praticados por quase todos os oficiais, de preferência pelos subalternos.

Consta de:

- corrida de resistência através do campo (cross-contry);
- equitação (prova de fundo);
- tiro de velocidade (pistola);
- esgrima;
- natação, conjunto de provas em que se põem à prova a tenacidade, a fortaleza, a decisão, o golpe de vista, a intrepidez, exigindo consequentemente grande desenvolvimento das qualidades físicas e morais.

O oficial do quadro que estiver em condições de poder tomar parte num pentatlo desta natureza, temos, forçosamente, de o considerar fisicamente, muito completo.

Para obter um bom êxito, terá de estar muito bem preparado atléticamente para o pedestrianismo, de todas, sem dúvida, a prova considerada mais violenta.

A prova de hipismo exigir-lhe-á presença de espírito e domínio absoluto de si ao transpor os variadíssimos obstáculos com a montada, sendo

Revista da Cavalaria

1.º — Necessidade de cumprir integralmente o sistema de Educação Física no Exército, a fim de nos pormos a par com as exigências da guerra moderna.

Dever-se-á dar à Educação Física um carácter de maior *aplicação militar*, dando a esta instrução toda a atenção que nos merece e mais tempo para realizá-la.

2.º — A fim de encurtar o período da ginástica educativa, para dar maiores possibilidades à de aplicação, tornar-se-á indispensável que se cuide, alargando e intensificando, o âmbito dado à Educação Física pré-militar.

3.º — Imprimir à *Educação Física de Aplicação* a modalidade de um autêntico desporto militar, despertando a emulação com prémios.

4.º — Há toda a vantagem em dar à Educação Física todo o tempo que reclama a sua importância, pois que o factor tempo para o desenvolvimento completo dos programas de Educação Física, especialmente para a prática dos jogos e desportos, é um dos maiores contras com que sempre deparamos.

2 — A Preparação dos Quadros

Do que fica exposto pode dizer-se que as bases da Educação Física do soldado estão lançadas. Vamos agora procurar estabelecer e concretizar as relativas aos quadros.

Se é necessário cultivar a Educação Física do soldado não menos o é, desenvolver a dos quadros e, em especial, a dos Officiais.

De facto, quanto a todos os quadros, as condições e a experiência da guerra demonstram à evidência que em matéria de qualidades físicas, há que pedir-lhes o mesmo que ao soldado se exige.

Todos deviam praticar a ginástica educativa, os jogos e os desportos, doseados em função da idade.

A primeira aumentar-lhes-ia a capacidade funcional, a resistência e retardar-lhes-ia, na medida do possível, o «abaixamento» proveniente da idade. Os segundos, os jogos e desportos, à prática dos quais se oferece menos «resistência passiva», quando bem orientados, beneficiam-nos quer física, quer moralmente. Recorrendo aos mesmos processos de educação do soldado, pela prática colectiva de exercícios físicos, como vemos, em nada prejudicaremos a disciplina.

Prejudicial seria, se eles, qualquer que seja a situação em que se encontrem, não puderem acompanhar os seus soldados, por manifesta inferioridade de desenvolvimento físico.

Revista da Cavalaria

A prática da esgrima, da equitação, da marcha a pé, do ciclismo, de jogos desportivos adequados e ainda da natação, para os que puderem cultivá-la, resolverão o problema, considerando-o na sua generalidade.

Evidentemente que cada arma terá as suas necessidades e disporá de meios diferentes para desenvolver nos seus quadros a destreza, a flexibilidade, a energia, a resistência física em ligação com a ténpera moral.

Para nós, cavaleiros, o desporto equestre, nas suas diversas modalidades, resolverá o problema, não direi completamente, mas, pelo menos, em grande parte, obtendo-se, certamente, uma solução do problema se lhe acrescentarmos a prática de alguma ginástica, da esgrima, de alguns desportos atléticos, e de certos jogos.

Nestes, poderemos ir mais além do futebol, convindo até dar carácter de maior generalidade a outros, como sejam, o voleibol, o basquetebol, o andebol, etc.,

Da preparação dos quadros há a destacar em especial, como já frisámos, a que diz respeito aos oficiais.

Apareceu nas Olimpíadas de 1912, em Estocolmo, o «Pentatlo Moderno», constituído por um conjunto de exercícios que podem ser praticados por quase todos os oficiais, de preferência pelos subalternos.

Consta de:

- corrida de resistência através do campo (cross-contry);
- equitação (prova de fundo);
- tiro de velocidade (pistola);
- esgrima;
- natação, conjunto de provas em que se põem à prova a tenacidade, a fortaleza, a decisão, o golpe de vista, a intrepidez, exigindo consequentemente grande desenvolvimento das qualidades físicas e morais.

O oficial do quadro que estiver em condições de poder tomar parte num pentatlo desta natureza, temos, forçosamente, de o considerar fisicamente, muito completo.

Para obter um bom êxito, terá de estar muito bem preparado atléticamente para o pedestrianismo, de todas, sem dúvida, a prova considerada mais violenta.

A prova de hipismo exigir-lhe-á presença de espírito e domínio absoluto de si ao transpor os variadíssimos obstáculos com a montada, sendo

Revista da Cavalaria

a mais contingente, exactamente porque depende das boas ou más montadas.

O tiro exigir-lhes-á treino bastante aturado para que possa vir a ser um bom praticante.

A inclusão da natção, neste tipo de pentatlo, é de grande alcance, como já tivemos ocasião de acentuar. A sua grande importância, no campo militar, é sobejamente conhecida.

Certamente estão bem presentes em todas as memórias as proezas dos japoneses na última guerra.

Para a esgrima, «uma arte essencialmente militar», como a define o Regulamento de 1923, o official, a fim de obter uma boa coordenação de movimentos, executados a propósito, com leveza, velocidade e direcção, terá de cuidar a sério e com antecedência do seu treino. Quer dizer, por conseguinte, que só com uma preparação muito cuidada se poderão obter resultados apreciáveis.

Conclusão

Concedamos, portanto, à Educação Física, toda a importância que merece, pelo seu valor educacional, na formação do soldado e na manutenção ou melhoria das condições físicas dos quadros, todos tão necessitados dela para dar o seu máximo rendimento.

Não incorramos no lamentável erro de nos fiarmos somente na bravura dos portugueses que em todas as circunstâncias e condições estão prontos ao esforço e à luta, nem nessa virtude de improvisação com que tanto nos coadunamos. Porque nem a improvisação nem a bravura podem vencer as dificuldades que opõem ao cumprimento do dever, os corpos falhos de vigor físico e os espíritos pobres que prestam escasso abrigo ao ardente calor do ideal, do qual nascem os sentimentos que arrastam incontidamente ao heroísmo e à vitória.

ATRIBUTOS DOS CHEFES

pelo Capitão QUINTINO DA COSTA



A simples observação basta para se verificar a existência de chefes como um fenómeno natural. Numa associação voluntária de pessoas, uma existe a quem espontâneamente foi cometida a responsabilidade de dirigir.

Mas essa pessoa não pode ser qualquer. Há que reunir um conjunto de predicados que a destinguam da massa a conduzir. A essas qualidades nos vamos referir, como essenciais para todos a quem o destino colocou na situação de comandar homens.

Comecemos pelo *prestígio*. Todos os que pretendam ocupar postos de comando, devem saber que um dos principais factores, senão o primeiro, a facilitar a sua missão, é o prestígio, e que este se manifesta de dentro para fora, que não resiste à cópia de tal ou tal pessoa que admiramos, mas se impõe o sermos parecidos com nós próprios, afirmando a nossa personalidade. Da attitude contrária só poderão resultar caricaturas, a negação do prestígio, portanto. A expressão fisionómica do chefe, os seus gestos, as suas attitudes, exprimem um conjunto de sentimentos que anunciam uma alma rica de vontade, de energia, de inteligência e confiante nas suas possibilidades. Diz Rochefoucauld que todos

Revista da Cavalaria

os sentimentos tendem a encarnar-se no indivíduo, e na verdade todos nós sabemos que à frente de uma força se marcha de forma diferente da que se passeia. Um indivíduo terá tanto mais prestígio quanto pelos seus gestos, pela sua fisionomia e tom de voz, manifeste mais intensamente os sentimentos de chefe. O jogo fisionómico exprime de facto uma infinidade de modificações de sentimentos do chefe, constitui como que uma série de ordens a solicitar as tendências à obediência dos subordinados.

O prestígio encontra a sua maior dificuldade na aquisição de hábitos fundamentais para o chefe, como: a paixão pelo comando, a iniciativa, o gosto pelas responsabilidades, a coragem para afrontar o perigo, a firmeza de carácter. Adquiridos estes hábitos, o prestígio virá naturalmente, e os que obedecem reconhecerão imediatamente a vontade inflexível, a energia disciplinada do chefe, passando de bom grado a saudá-lo como tal.

Outra qualidade é o *instinto de superioridade*. Duas espécies de indivíduos formam a Humanidade: uns, autómatos, seres inconscientes, sem personalidade, sem força moral, que vivem e morrem sem deixar sinal que os distinga; outros, pessoas dotadas de pensamentos ardentes, de vontade firme e cujo nome fica ligado a obras notáveis. São estes que possuem o instinto de superioridade, o qual nunca se deve manifestar pelo mínimo das qualidades alheias e exaltação das próprias.

O *desejo de comando*, obsecante como um instinto, imperioso como um dever, pode por si só determinar a existência de um chefe.

Vem a propósito uma imagem histórica. No templo de Hércules, foi um dia Júlio César encontrado ajoelhado diante da estátua de Alexandre a lamentar-se por não ter feito ainda qualquer coisa memorável, quando Alexandre na sua idade, já havia submetido o Mundo. Chorando, suplicou ao seu Deus que lhe desse aquela força com que os grandes chefes submetem os povos.

Não deve ser a vaidade que move os verdadeiros chefes, mas a certeza de contribuirem com o seu esforço para uma obra grandiosa da qual são, incontestavelmente, o sustentáculo de maior valor. A função de chefe nem sempre proporciona a alegria, porque frequentes vezes será submetido a duras provas de contrariedade, mas quando a tristeza surja, ela é bem diferente da dos vencidos.

O chefe não pode possuir *instinto servil*. Sempre que alguém, animado por um fim nobre pretenda dirigir uma colectividade, e, portanto, disciplinar energias alheias, tem de contar com as reacções dos medíocres, pelo menos. É esta categoria de indivíduos que complica sempre os

Revista da Cavalaria

problemas mais simples e procura destruir as melhores ideias. Torna-se necessário possuir uma alma de escól aquecida pelo fogo sagrado da vontade para não sucumbir à adversidade e não deixar que os instintos servis se apoderem de nós. Se estes vencem, vemos operar-se no indivíduo uma transformação profunda. Até os mais sinceros acabam por usar tantas vezes meios pouco claros com o fim de conseguirem fazer vingar o seu sonho de comando e domínio. Ora, quando um indivíduo chega a este estado de espírito, deixa de contar como chefe. O verdadeiro chefe é pessoa de ordem que compreende e está integrado na hierarquia social. É lícito que aspire a um grau sempre mais elevado na hierarquia onde se integra, mas não pode isto significar que só o grau supremo o satisfaça. O indivíduo inteligente pode não abdicar da sua qualidade de chefe e estar integrado numa hierarquia, devendo portanto obediência àqueles que ocupam os graus superiores dessa hierarquia. Mas esta obediência nada tem de servil, porque o chefe, embora se submeta inteiramente, mantém sempre a sua dignidade de chefe. Obedecer desta forma, nobilita, nunca humilha.

— O chefe deve *atingir sempre o seu objectivo*. O indivíduo à força de viver numa situação medíocre e num ambiente de horizontes restrictos, perde, por vezes, a confiança nas suas faculdades e, a pouco e pouco, vai-se apagando pelo enfraquecimento da vontade. É assim que nós vemos jovens iniciarem brilhantemente a sua vida, mas que, sujeitos a decepções, privados de sucessos que alimentem o entusiasmo, se apagam e fundem na grande massa anónima. A esses jovens faltou a perseverança necessária para lograrem impor a sua personalidade, para atingirem o seu objectivo.

— Todo aquele que comanda tem de *ser um criador de ideias*, um inventor de soluções.

Volvamos de novo às duas categorias de indivíduos que formam a Humanidade. Uns, activos, de vivacidade grande, capazes de comunicar o seu dinamismo às massas que os rodeiam. Outros, gente deprimida, incapaz de arranjar uma solução que não seja decalque, evitando sempre qualquer acidente que lhes altere o ritmo suave e melancólico da vida, contentando-se em imitar simplesmente os primeiros por comodidade ou preguiça intelectual. Graças aos primeiros, aos activos, aos que são capazes de trazer novos tons à vida, aos eleitos, a Humanidade

Revista da Cavalaria

não se resume a uma massa homogênea que unicamente vegetaria. São os chefes que criam novas ideias, que mostram a vida por novos prismas dando-lhe encantamento. Os dirigentes de espírito vulgar, os falsos chefes, quando lhes surge qualquer problema para resolver, fogem a procurar soluções originais e copiam qualquer coisa que nesse sentido esteja feito, muito embora na maioria dos casos as soluções sejam inadequadas. Todo aquele que tenha alma de chefe encara os problemas com serenidade e ataca-os de frente sem procurar iludir as suas dificuldades.

Quando chega o momento de pôr em prática o fruto de prolongadas horas de meditação, o indivíduo sente como que um instintivo movimento de recuo. A vida surge com toda a realidade. Os seus concorrentes combatem-no e procuram aniquilá-lo criando-lhe um ambiente que só uma grande coragem pode enfrentar. É por isso que o chefe tem de possuir boa dose de *coragem*, a suficiente para não evitar a emoção do risco, chegando mesmo a cultivá-lo para trazer à vida uma exaltação superior.

— Todo o chefe experimenta momentos de vitória, em que a sua acção é apoiada pela massa anónima, e momentos de abatimento em que os mesmos indivíduos os condenam. Num caso, como noutro, o chefe deve *ser imperturbável* e não se deixar trair pelas suas atitudes. É necessário aceitar sempre calmamente as manifestações de agrado ou desgosto da multidão, como *aceitar sempre as responsabilidades dos actos que pratica e daqueles que pensa praticar*.

Dissemos que o chefe necessita ser corajoso para enfrentar todas as contrariedades que sempre surgem quando nos guia um ideal. Ora, essa coragem essencial só a paixão por uma determinada obra pode dar. O chefe possui uma mística que o torna diferente dos outros, que o leva muitas vezes a actuar contra a razão fria da inteligência onde nem sempre encontrará apoio para as suas fantasias. O chefe tem de ser um optimista activo para quem as dificuldades são coisa secundária. Mas semelhante atitude espiritual só é possível quando exista *fé na obra que realiza*.

— No desempenho das suas funções, o chefe tem por vezes de dar ordens que vão provocar sofrimentos. Coisa nenhuma deverá dissuadir o chefe, porquanto as suas decisões, representam o sucesso da causa,

Revista da Cavalaria

o bem comum, e o bem comum jamais se deverá sacrificar a conveniências particulares. O seu papel consiste em exigir, em contrariar as tendências à inacção, em destruir utopias que tendam a dificultar a engrenagem da sua acção. Para tanto, necessita o chefe de *ser inflexível*. Mas não se confunda inflexibilidade com despotismo, hipertrofia da autoridade de que o chefe se deve defender.

Aparentemente pode parecer a quem comanda serem os subordinados a origem da hipertrofia do domínio do chefe. Convém aqui dizer que, como regra geral, as atitudes dos subordinados correspondem à acção do chefe, cabendo a este conhecer profundamente os que comanda.

O verdadeiro chefe deve desejar que os subordinados afirmem a sua personalidade, podendo mesmo levar a liberalidade ao ponto de discutir com eles as suas opiniões acerca de problemas comuns. Esta é uma manifestação bem positiva da superioridade do chefe. Semelhantes oportunidades são por vezes aproveitadas pela mediocridade subalterna e anémica para lisonjearem quem comanda, mas é essencial que o chefe, sem desdenhar os testemunhos de amizade e de respeito, saiba sempre repelir a adulação sistemática.

— *O chefe deve ser bom mas não fraco*. De modo algum se pretende que o chefe seja um sentimental. Constitui justamente uma das maiores dificuldades do chefe o equilíbrio entre a compaixão e a dureza. Se o chefe é excessivamente duro não obtém mais do que uma obediência transitória. Se o chefe é excessivamente bondoso, torna-se incapaz de se impor aos seus subordinados, de estimular as suas energias, e de evitar a movimentação desordenada e anárquica. Na alma do chefe deve realizar-se a plena harmonia destes dois sentimentos.

Uma outra qualidade que muito positivamente caracteriza um chefe, é a coragem de *pensar de forma diferente da maioria*. Na verdade, aquele que quizer ser chefe não pode ser escravo do costume rotineiro, da tradição injustificada, da moda, da opinião pública sem contudo a desdenhar. Quando tal acontece, nada o distingue dessa multidão imensa, dominada por preceitos quantas vezes incompreensíveis por injustificados.

Aquele que ri por ver rir os outros, que chora porque os outros choram, não tem personalidade própria, nasceu para seguir alguém e não para que o sigam. O verdadeiro chefe encontra-se em revolta permanente contra a rotina, contra a regra que dispensa reflexão.

Revista da Cavalaria

— O chefe deve dar o exemplo, é já um dizer que constitui lugar comum. Com efeito, o homem é desconfiado por natureza e o exemplo exerce nele tal poder sugestivo que a missão do chefe se simplifica, quando é dotado de modo a poder constituir um exemplo. O exemplo é como que uma demonstração da sinceridade de quem comanda, e os subordinados adquirem assim a prova de serem conduzidos com honestidade, sentindo a necessidade de o imitar.

— A volubilidade constitui um dos mais graves defeitos para quem comanda. O chefe versátil desencoraja profundamente os seus subordinados e perde a autoridade. As decisões de um chefe devem ser precedidas de raciocínio lúcido, pois só deste modo podem ser dirigidas segundo rumo certo e constante. Quem executa necessita saber com precisão quanto tem a fazer, e não é o chefe inconstante, o chefe que não se orienta por princípios mas somente pelas inspirações de cada hora, que porventura poderá dar rumo seguro a alguém. Só os verdadeiros chefes são capazes de agir sobre os pensamentos, os sentimentos e as convicções dos seus subordinados de maneira a lograr a convergência das suas forças espirituais em benefício da obra comum. Os homens manejam-se pelo teclado dos seus sentimentos, proporcionando-lhe emoções e fomentando-lhe ideias capazes de os dirigir num sentido determinado e bem definido. E o chefe que não saiba manter a direcção que traçou será fatalmente substituído por outro que mais firmeza e mais consciência evidencie.

— Quando se sofre uma crise de chefes é frequente encontrar-se quem ocupe lugares de comando, convictos de que para o desempenho de tais funções nada mais é necessário além da nomeação legal. Daqui resulta a existência de chefes que nada fazem para conquistar uma obediência livre e digna, e, pelo contrário, entendem ser dever dos subordinados procurar descobrir no chefe os predicados capazes de solicitarem uma obediência sincera.

— A evolução da mentalidade humana não pode deixar de pesar na atitude do chefe ao exercer o comando. Hoje, mais do que nunca, é necessário comandar com prévia preparação de quem obedece, e para essa preparação formulam-se várias considerações, como sejam:



Revista da Cavalaria

a) — Todo o mundo obedece, mesmo os mais poderosos, e o próprio Universo não é independente;

b) — A obediência é o reconhecimento da ordem: é reconhecer um lugar para cada coisa, o que nos traz a ordem material tão preciosa como agradável; um tempo para cada movimento que disciplina uma actividade; uma consciência que comanda os pensamentos, os sentimentos, as sensações, as paixões, a vontade donde resulta a ordem no domínio moral;

c) — A virtude é o ponto de partida para todos os êxitos positivos, para a satisfação das aspirações mais elevadas, para a verdadeira felicidade.

— Quem comanda deve fazê-lo *com honestidade*, não procurando a simpatia dos seus subordinados a troco de certo número de favores. Semelhante processo, condenado por desonesto, nem sequer representa qualquer garantia para o chefe, porquanto aqueles cuja subordinação seja função das vantagens obtidas, submeter-se-ão, em qualquer oportunidade, a outro que mais generoso seja ou mais convenha às suas ambições.

— O chefe, como pessoa de acção por excelência, *necessita de vontade forte*, porque a vontade é a primeira faculdade na ordem da acção.

Os nossos actos constituem o melhor meio de educação da vontade. O acto mais banal pode representar o começo de um hábito útil ou nocivo. Compete-nos escolher e repetir aqueles que mais convenham às qualidades de chefe. Diariamente devemos ter um gesto que exteriorize a nossa firmeza, a confiança em nós próprios, a convicção da utilidade do nosso esforço. É preciso que cada um ao deitar-se faça o balanço do dia e encontre qualquer coisa que o distinga como pessoa de iniciativa, que tenha defendido uma opinião própria ou imposto pela inteligência uma ideia aos outros.

Pelo pensamento podemos também actuar eficazmente sobre a vontade. Podemos prender a nossa atenção a determinado assunto livremente escolhido, faculdade a aproveitar para ocuparmos o espírito com ideias que tendam a desenvolver em nós as qualidades de chefe, afas-

Revista da Cavalaria

tando do pensamento tudo o que nos possa deprimir, diminuir a própria confiança, afastar-nos do nosso ideal.

Como meios próprios para criar ideias úteis à formação do chefe, podem-se apontar:

a) — *A leitura*. Nem toda a literatura convém para formar o espírito daqueles que se destinem ao comando. Servem os livros que conservam intacto o gosto pela vida, que exaltam a acção, que enriquecem a mentalidade com uma cultura saudável.

b) — *A meditação*. Excelente meio para fazer germinar e desenvolver ideias favoráveis à formação do chefe. Todos os dias devemos reservar alguns instantes para, num breve exame de consciência, reconhecer as próprias fraquezas e estudar a correcção a fazer num propósito firme de emenda.

c) — *A Máxima*. É uma frase que se adopta para sintetizar todas as nossas aspirações, frase que se recorda em todas as circunstâncias difíceis. Os nossos navegadores usaram a máxima: «dilatar a Fé e o Império», síntese do seu ideal, como o nosso Regimento de Lanceiros adopta «morte ou glória».



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O

R A D A R

pelo Aspirante A. DUARTE SILVA

É claro que todas as nações civilizadas detestam a guerra, visto que ela só traz sofrimento e destruição. No entanto a humanidade muito deve às descobertas e progressos técnicos que aparecem como resultado directo das guerras. De facto, quando uma nação luta pela sua existência, ela tem que aproveitar todos os meios de tornar a terra, o mar e o ar o mais perigosos possível para os seus inimigos, e da máxima segurança para os seus próprios cidadãos. E então acontece que, quando aparece uma ideia prometedora, não se pensa em poupar dinheiro nem esforços para fazer o seu aproveitamento rápido visto que, em guerra, uma pequena economia de tempo pode representar uma incalculável economia em vidas humanas e material, como ainda há pouco se viu com a bomba atómica, que abreviou o fim da guerra com o Japão, evitando a necessidade de um desembarque. Devido à concentração de recursos monetários e científicos de um modo que não seria possível em tempo de paz, conseguem-se então em meses, progressos que em tempo normal levariam anos ou mesmo dezenas de anos.

Como exemplo do que se acaba de dizer, temos na primeira guerra mundial: o incremento dado à T. S. F., que de um estado praticamente embrionário em 1914, se desenvolveu de tal maneira que, quando chegou a paz, estava em condições de permitir o estabelecimento das redes de radiodifusão. No campo médico, entre outras coisas, o avanço enorme na cirurgia plástica e a cura da febre tifoide. Na aviação e na mecânica automóvel os progressos foram também notáveis e rápidos.

Revista da Cavalaria

Na segunda guerra mundial os progressos foram ainda mais espantosos, e entre eles é justo salientar a bomba atómica e o radar. Quanto à primeira, ela é sem dúvida a mais terrível das armas que até hoje apareceu, mas, dentro de pouco tempo, os princípios que orientaram a sua construção servirão para pôr ao serviço da humanidade uma fonte de energia maior que qualquer outra actualmente conhecida; e, no entanto, em 1939 os cientistas que se dedicavam aos problemas atómicos sustentavam que seriam necessários 50 anos de trabalho antes que fosse possível domar a energia atómica. Devido às necessidades da guerra reuniu-se um grupo de pesquisadores da maior categoria que, com 500 milhões de libras, fizeram em 5 anos o trabalho de 50.

— Quanto ao radar, todos sabemos como foi rápido o seu desenvolvimento, pois que, antes da guerra, poucos teriam ouvido falar nele, e hoje toda a gente sabe que foi o radar que ajudou os pilotos da RAF a ganhar a «Batalha da Inglaterra»; são também do conhecimento geral outros serviços do radar, tais como: aterragens sem visibilidade, voos cegos, luta anti-submarina, bombardeamentos nocturnos a grandes altitudes, etc.

Contrariamente ao que acontece com a bomba atómica, o radar já está prestando na paz serviços tão bons como os que prestou na guerra. E para isso não foram precisas modificações profundas, pois que os próprios aparelhos de guerra têm aplicação directa na paz, nas mais variadas missões.

— Vejamos agora rapidamente como apareceu e em que consiste este auxiliar precioso do homem, que não é afinal mais do que uma aplicação das propriedades das ondas electromagnéticas.

— Quando na primeira guerra mundial, o avião de bombardeamento apareceu, teve que se improvisar a defesa, à base da aviação de caça e da artilharia de D. C. A. De dia, e por tempo claro, a combinação destes dois meios, depois de encontrados os métodos de tiro convenientes, era bastante eficaz, principalmente pelo estorvo que causava à aviação, não a deixando bombardear à vontade.

De noite, ou por tempo enevoadado, o caso já não era bem o mesmo, visto que, excepto em regiões limitadas, não era possível manter a vigilância com projectores e aparelhos de escuta.

Quando acabou a guerra de 14-18 as características dos aviões foram melhorando e cada vez era mais confrangedora a inferioridade da defesa anti-aérea. Mesmo com tempo claro, era difícil a posição da D. T. C. A., visto que a duração da passagem do avião dentro do campo de tiro de uma bateria era inferior ao somatório do tempo que seria

Revista da Cavalaria

necessário para arranjar os elementos de tiro, apontar as peças e fazer chegar o projectil ao avião.

Se a visibilidade não fosse boa o caso ainda se apresentava pior, pois que haveria então que recorrer à localização pelo som, e é fácil ver por um exemplo o resultado que se obteria num caso destes. Suponhamos o caso de um avião do princípio da guerra, em 1939: nesses tempos a velocidade média de um avião militar era da ordem dos 300 Km./h.

Suponhamos que conseguíamos arranjar um processo de, emitindo um som, produzir um eco num avião distante, e detectar esse eco. Admitamos que um bombardeiro inimigo está a 30 Km. de distância e voa direito a nós à velocidade de 300 Km./h. quando emitirmos a onda sonora de pesquisa. Quando o som chega ao avião ele já andou mais de 6 Km., e quando nós detectamos o eco, mais de 12 Km. Evidentemente que este resultado não nos serviria de maneira nenhuma, visto que recebíamos a informação com o avião já muito perto, e, principalmente porque estamos a medir, não a distância a que o avião está actualmente, mas sim a distância a que estava quando foi atingido pela onda sonora; e, como se sabe, a artilharia anti-aérea precisa de saber a posição actual dos aviões em cada momento, pois só assim o predictor pode dizer exactamente qual será a posição do avião no momento em que as granadas o deverão atingir, e garantir que as espoletas estão preparadas para fazer rebentar as granadas no momento preciso. Chegou-se então à conclusão de que haveria que recorrer aos fenómenos físicos que pudessem agir de um modo seguro e rápido através de uma atmosfera qualquer. Destes fenómenos só poderiam ter interesse as radiações electromagnéticas, que, como sabemos, vão desde a radiação térmica até às ondas rádio-eléctricas, isto é, desde comprimentos de onda da ordem do micron até ao quilómetro.

Seria possível detectar as radiações, tanto electromagnéticas como rádio-eléctricas, que o avião inimigo produz devido ao facto de estar a trabalhar, o que se chegou a fazer; mas o valor militar dessa detecção seria nulo, visto que essas radiações são facilmente suprimíveis pelo uso de blindagens.

Apresenta-se então a solução de colocar o avião no campo de um emissor, obrigando-o a reflectir as ondas eléctricas com que o bombardeamos, e recebendo essas ondas reflectidas por meio de um receptor acoplado ao emissor. É afinal nisto que consiste o Radar. Note-se que já em 1904 se tinha pensado numa coisa deste género, mas a materialização de ideia não foi possível enquanto não se atingiu um nível técnico bastante elevado.

Revista da Cavalaria

Para muita gente poderá parecer um pouco estranho o facto de um alvo, sobre o qual incide uma radiação eléctrica, reflectir essa radiação para o ponto de partida; no entanto, ninguém se admira com o facto de que, acendendo uma lâmpada eléctrica num quarto às escuras, é possível ver um objecto qualquer.

Pois bem, os dois casos são absolutamente idênticos: os olhos vêem os objectos porque detectam as ondas luminosas reflectidas, e, da mesma maneira, o radar vê os objectos porque detecta as ondas eléctricas que eles reflectem. Continuando ainda com a analogia entre estes dois casos: um objecto que se ilumina vê-se de muitos pontos, o que quer dizer que reflecte a luz em várias direcções; do mesmo modo, as ondas reflectidas que chegam ao receptor do aparelho de radar, representam apenas uma pequena percentagem da energia emitida. Daqui se conclui que para poder trabalhar às grandes distâncias é necessário: «iluminar» fortemente o alvo, isto é, utilizar impulsões com grande energia, e arranjar um receptor extremamente sensível e com muita amplificação. Como por outro lado se chegou à conclusão de que a percentagem da energia reflectida pelo alvo, para a mesma energia de emissão, aumenta com a diminuição do comprimento de onda, foram postas de parte as ondas clássicas das telecomunicações, passando a trabalhar-se com ondas métricas. Actualmente trabalha-se com ondas centimétricas, e não deverá ser possível reduzir muito o comprimento de onda, para as aplicações normais, visto que os aparelhos com ondas de 1,25 cm. e inferiores, só podem ser utilizadas para detectar as tempestades e os granizos, que são para eles obstáculos impenetráveis. Aliás era de esperar que com ondas muito curtas, isto é, muito próximas do comprimento de onda da luz, os aparelhos de detecção falhassem, tal como o olho humano, nos casos de má visibilidade.

— O princípio de detector clássico é então, resumindo: produzir uma emissão breve muito potente, que é enviada na direcção do obstáculo; depois, recolher com a maior sensibilidade possível o eco reflectido por este.

O interesse da operação, em ondas electromagnéticas, é a grande velocidade de propagação, que permite efectuar sondagens do espaço em tempos extremamente curtos: assim, para atingir 150 Km. (portanto 300 Km. de ida e volta), à velocidade de 300.000 Km./s., basta um milésimo de segundo. Portanto, se não nos interessarem distâncias para além dos 150 Km., poderemos repetir a sondagem 1.000 vezes por segundo.

Notemos que são precisos sistemas ultra-rápidos para distinguir o eco e medir o seu atraso; e que, além disso, a duração das impulsões

Revista da Cavalaria

deverá ser muito pequena em relação ao intervalo entre elas, para que se possa definir com precisão o instante da chegada do eco. Escolhem-se, em geral, durações da impulsão da ordem do micro-segundo, e teremos portanto um emissor muito potente a trabalhar durante um milionésimo de segundo, e parado durante os novecentos e noventa e nove micro-segundos seguintes, em que o receptor está em acção para registar o eco.

— Vejamos agora alguns casos de aplicação do radar na última guerra:

A direcção rádio-eléctrica do tiro: até aos últimos dias da guerra, e principalmente contra as bombas «V 1», o radar prestou o serviço de alerta. Mas, a partir de 1942, ele fazia bem mais que isso, visto que podia localizar os alvos com uma precisão muito satisfatória em direcção, em altura e em distância. Permitia, portanto, a execução do tiro com visibilidade nula, e, mais ainda: graças a engenhosos servo-mecanismos, o radar podia apontar automaticamente os canhões sem nenhum inter-mediário humano.

Tinha-se também conseguido alojar, num obus de calibre médio, um minúsculo Radar que o fazia explodir quando passava na proximidade do objectivo. Estes factos vieram aumentar de uma maneira espantosa o rendimento da artilharia de D. C. A. e de tal modo que as próprias bombas voadoras, apesar de oferecerem um alvo bem pequeno eram abatidas em percentagens que iam dos 95 aos 98%.

Proezas menos sensacionais, mas no entanto com valor militar, se conseguiram em muitos outros casos, ao localizar, por meio do radar, alvos móveis, para as artilharias de costa e de campanha.

A artilharia de costa cita no seu activo que, na última noite da evacuação de Bolougne pelos alemães, os canhões da defesa costeira inglesa afundaram, sem os ver, onze navios em dezoito.

No que respeita à artilharia de campanha, os americanos modificaram certos tipos de radar, de modo a poderem localizar os morteiros inimigos a partir das trajectórias das suas granadas; uma vez localizados os morteiros, faz-se a regulação do tiro, regulação essa que pode, em certos casos, ser feita por observação, com o radar, das trajectórias dos próprios obuses e seus estilhaços.

Os «radars» que os americanos adaptaram a este fim, têm acoplados calculadores electrónicos que rapidamente fornecem as coordenadas do ponto de partida da trajectória observada, com uma precisão de $\pm$ 15 metros.

Muitas outras aplicações do radar, como arma de guerra, se poderiam descrever, tais como: identificação de aviões inimigos e amigos;

Revista da Cavalaria

navegação sem visibilidade, por meio de balizas, individualizadas pela deformação característica que imprimem à onda reflectida; bombardeamento comandado a grande distância, etc.

Na paz, o radar, além de usado na marinha e na aviação comercial, presta já muitos serviços nos trabalhos hidrográficos e meteorológicos, e pensa-se aplicá-lo na astronomia, para medir as distâncias entre a terra e alguns planetas. Uma aplicação interessante do radar é a que permite o controle da velocidade instantânea de qualquer móvel, o que traz mais simplicidade e precisão à cronometragem dos aviões em experiências. A polícia de trânsito americana usa um aparelho deste tipo, de peso reduzido, para a vigilância nas estradas.

Do que se disse podemos concluir que o radar, pelo extraordinário campo de aplicações que já tem, e que aumenta constantemente, é uma das grandes descobertas do homem, e um auxiliar precioso, tanto na guerra como na paz.





SUAS CAMPANHAS E ESTRATÉGIA (147 a 139 a. C.)

pelo Capitão do C. E. M., MÁRIO DE ANDRADE

I — Introdução

As palavras que se seguem são um breve estudo, sob o ponto de vista militar, de uma das figuras mais admiráveis e mais antigas da nossa história pátria — *Viriato*.

As suas qualidades de guerreiro, as virtudes cívicas e morais e a admirável concepção de unidade e coesão nacionais têm constituído tema de vários trabalhos, feitos quer por escritores portugueses, quer estrangeiros.

Esta figura, que para algumas pessoas é tida como lendária, teve uma existência real e palpável e cremos não errar dizendo que foi um dos mais remotos precursores de Portugal.

Foram várias as fontes ou as biografias do caudilho lusitano que nos forneceram informações para este despretensioso trabalho, aclarando-nos os originais dos escritores clássicos, gregos e romanos, tais como Apiano, Estrabão (contendo relatos de Políbio), Diodoro (contendo os relatos de Possidónio) e os anais de Tito Lívio.

Por ordem cronológica, apontamos as principais:

— *A Monarquia Lusitana*, notável obra do erudito investigador Frei Bernardo de Brito;

Viriato falando às suas tropas é a legenda da gravura que encima o artigo e que nos foi gentilmente cedida pela editorial de «As grandes figuras da humanidade».

Revista da Cavalaria

— *As Religiões da Lusitânia*, do eminente arqueólogo e sábio professor Leite de Vasconcelos, que contém uma valiosa sinopse sobre as guerras da independência lusitana;

— *Viriato* ⁽¹⁾, do grande historiador alemão Adolf Schulten, que, conhecendo admiravelmente as fontes literárias e o valor relativo dos seus testemunhos, escreveu a mais completa biografia do caudilho, focando o aspecto militar da sua acção, que não havia sido ainda estudado (deste livro há duas edições em português do ilustre professor do Porto, Dr. Alfredo de Ataíde);

— *A guerra de Viriato* ⁽²⁾, comentário ao estudo de Schulten, do brigadeiro Vasco de Carvalho, então major do Estado-Maior, valioso contributo sobre a vida militar do chefe;

— *Viriato — o herói da Lusitânia*, importante biografia do caudilho, traçada pelo ilustre professor e notável polígrafo, Luís Chaves, publicada na revista de cultura *Portugália* (n.º 3, de 1925 e n.ºs 4 e 5, de 1926);

— E, finalmente, *Avós dos nossos avós*, de Aquilino Ribeiro, mestre dos mestres na arte de escrever, que nos apresenta um Viriato tal-qual é, à face da história e da tradição, com aquele *savoir dire* de que só ele tem o segredo ⁽³⁾.

II — Os povos da Ibéria

Para melhor compreendermos os feitos de Viriato vamos enumerar em primeiro lugar os povos da Ibéria e descrever em seguida a terra donde procederam o herói e os Lusitanos que capitaneava.

Os Iberos, povo de grande altivez, viviam em tribos, constituindo cidades ou citânias, lugares toscamente fortificados nos cimos dos montes, onde a própria natureza se aliava à defesa fácil, permitindo tal situação uma vigilância também fácil e eficaz, de dia ou de noite.

É de supor que essas citânias fossem aliadas de umas e adversárias de outras. Que se auxiliavam em momentos de emergência, movidas pelo instinto de conservação, fazendo causa comum, isto se infere das razias fulminantes e devastadoras à Bética e Turdetânia e da resistência heróica à invasão, traduzida nas coligações contra Cartagineses e Romanos, estas em volta de Viriato.

Cerca de duzentos anos levaram as legiões romanas na conquista dos territórios desta belicosa gente.

Revista da Cavalaria

Os principais povos que habitavam a Ibéria, nome com que se designava a península ibérica, eram os seguintes:

— *Galecos* ou *Callaicos*, entre o Douro e o Mar Cantábrico. Compreendiam os Bracarenses, a Oeste e os Lucenses, a Leste. Eram aparentados com os Lusitanos;

— *Véttones* (Vetões), nas montanhas da Estremadura Espanhola e de Leão, com Salmantica ou Hermantica (Salamanca) e entre os cursos médios do Douro e Guadiana. Ligados por laços de parentesco e amizade com os Lusitanos, constituíam bons aliados;

— *Vaccéos*, no território atravessado pelo Douro, na Castela-Velha, com a cidade de Pallantia (Palência) por capital;

— *Celtiberos*, eram os habitantes a Leste dos Montes Ibéricos ou seja, portanto, da região para Leste da meseta ibérica. Foram aliados dos Romanos e batidos por Viriato, quando iam socorrer as legiões de Roma;

— *Carpetanos*, que ocupavam o curso superior do Tejo e que, no dizer de Políbio, era a gente mais forte das imediações deste rio;

— *Bastetanos*, na região que corresponde hoje à província de Murcia;

— *Cuneos* ou *Cónios*, que ocupavam a nossa actual província do Algarve e parte do Baixo-Alentejo;

— *Turdetanos*, que ocupavam a aprazível, ubérrima e larga bacia do Betis (actual Guadalquivir) até à costa ocidental do Algarve sobre velhos territórios dos Cónios. Era gente pacífica, que se dedicava à agricultura, à criação de gado e à exploração de minas;

— *Célticos* ou *Celtas*, no território entre o Tejo e o Guadiana e que, por confinarem com os Lusitanos e habitarem uma terra pobre, deviam ser velhos aliados e companheiros certos daqueles nas suas audazes empresas;

— e, finalmente, os *Lusitanos*, que propositadamente deixei para o fim e a quem Schulten chama «o povo de Viriato», dizendo que habitavam a região situada entre o Guadiana, ao Sul e o Douro ou o Minho, ao Norte — hoje Portugal. Afirmo ainda o ilustre historiógrafo que os Lusitanos propriamente ditos se limitavam à metade setentrional, à parte montanhosa entre o Tejo e o Douro, isto é, à província da Beira onde se situam os Montes Hermínios (hoje Serra da Estrela). A região assim delimitada chamou-se a Lusitânia.

Para Estrabão, a Lusitânia ia do Tejo ao Mar Cantábrico; para Ptolomeu, da foz do Guadiana ao Douro. A Lusitânia do Império Romano abrangia as duas anteriores.

Revista da Cavalaria

Na opinião da maioria dos escritores, abrangeu todo o Portugal — salvo o Alentejo além do Guadiana — e as províncias espanholas da Galiza, Leão e Estremadura.

Os Lusitanos, a avaliar pelo que nos dizem os escritores clássicos, dedicavam-se à caça e à pastorícia. Segundo Estrabão, divertiam-se em danças, música e jogos ginásticos, hoplitos e hípicas, em que fingiam combater e se exercitavam para a guerra. Preparavam o corpo para toda a espécie de fadiga, dormindo em camas de palha seca, no chão raso, cobrindo-se unicamente com o sago de lã grosseira ou pêlo de cabra ⁽⁴⁾. Nada receavam e tão frugais eram que podiam passar dias e dias alimentando-se escassamente. Dispunham de bons e velozes cavalos, que aproveitavam, como ótimos cavaleiros que eram. Diz o Prof. Luís Chaves ⁽⁵⁾ que «em campanha montavam dois homens em cada cavalo: um era o cavaleiro, com as suas propriedades de combate; o outro, à garupa, o infante, que se apeava para combater». Usavam como armas ofensivas a lança, a espada curta de dois gumes e a trágula, sendo esta última um dardo aguçadíssimo, que atravessava a loriga e o corpo e se espetava no chão. Como armas defensivas tinham: um escudo pequeno, convexo; couraça de linho; capacete cónico de couro com penachos. Combatiam com denodo, manejando dextramente as armas. Eram habilíssimos na emboscada, porque conheciam o terreno como a palma da mão. Astutos, de grande agilidade e simples no vestuário, preocupavam-se apenas com a guerra, desprezando a agricultura, que era abandonada às mulheres e aos escravos.

Sob o ponto de vista político, as tribos lusitanas — cerca de 50 — eram independentes entre si. Em tempo de guerra aliavam-se e escolhiam o chefe, que era respeitado por todos.

A Lusitânia, desde o limite oriental até ao Oceano, era uma região pobre, formada de montanhas e estepes e por isso o seu povo realizava, frequentemente, incursões à Bética, sobretudo à Betúria (entre o Guadalquivir e o Anas ou Guadiana), habitada pelos Turdetanos, para se prover do necessário. Estas razias constituíam óptima escola na preparação guerreira. Outras vezes era a terra dos Cónios (Algarve) a preferida para as incursões dos Lusitanos. Era a luta entre a montanha e a planície, entre os montanhese pobres e valentes contra os habitantes das terras baixas, opulentos e pouco amigos da guerra.

Entretidos nestas lutas, os indígenas ibéricos viram outros povos entrar em cena no palco do vasto teatro da Ibéria. Refiro-me aos Cartagineses e aos Romanos, dois adversários irreconciliáveis, que disputaram entre si a Ibéria.

Revista da Cavalaria

Diz Leite de Vasconcelos ⁽⁶⁾ que «os Romanos, no ano 226 a.C. (segundo parece), quando nada possuíam na Península Hispânica, e só estavam com ela em relações comerciais, fizeram com os Cartagineses (Asdrúbal) um tratado pelo qual o rio Hiberus ou Iberus (Ebro), serviria aí de limite à esfera de acção de uns e outros (entre o rio e os Pirenéus, os Romanos; para aquém do rio os Cartagineses), conservando-se porém independente e sob a protecção de Roma, a cidade de Sagunto, que ficava ao sul do Ebro, em território cartaginês». Quando principiou a segunda guerra púnica (218-201 a.C.) a Hispânia já estava pois dividida pelo rio Ebro em: Hispânia Citerior ou «cis Iberum», com a capital em Tarragona; Hispânia Ulterior ou «ultra Iberum», com a capital oscilante entre Cádiz e Córdoba.

As expressões Citerior «d'aquém» e Ulterior «d'além» eram em relação à Itália. Com o andar do tempo o limite das duas Hispânias veio a ser uma linha perpendicular ao Ebro e que passava pelo Saltus Castulonensis (serra Morena).

No tempo de Augusto a Hispânia Citerior compreendia a Tarraconensis, Galécia e Astúria; a Hispânia Ulterior abrangia a Bética e a Lusitânia.

Das lutas entre Cartagineses e Romanos saíram vencedores estes últimos, que principiaram logo por dominar os indígenas peninsulares e impedir as incursões dos Lusitanos. A costa meridional até ao Cabo de S. Vicente aceitou facilmente o jugo de Roma. Em 151 a.C., a região dos Cuneos era domínio romano; igualmente o devia ser a região entre o baixo Guadalquivir e o Guadiana. Estavam, portanto, na posse de uma larga base de operações para se expandirem para o Norte através da Betúria. Compreende-se assim que os Romanos, no seu persistente avanço, haviam de chegar à guerra com os Lusitanos, a qual principiou na realidade (em 193 a.C.), pouco depois da fundação da província Ulterior (em 206 a.C.).

A guerra foi iniciada pelos Lusitanos como uma luta pela independência e como reacção às rapinas, aos actos de crueldade praticados pelos Romanos e ainda à ameaça próxima nas suas montanhas pelo avanço destes. «Tratava-se, portanto, de uma ofensiva com um fim defensivo», diz Schulten. Para defenderem a sua região levavam a guerra à do inimigo.

Revista da Cavalaria

III — As primeiras guerras dos Lusitanos (7)

Para assistirmos ao aparecimento de Viriato vejamos, resumidamente, as primeiras guerras que os Lusitanos e os restantes povos da Ibéria sustentaram contra os Romanos.

Sabe-se, através das memórias escritas que, a partir de 193 a.C., os Lusitanos apareceram pela primeira vez em luta aberta com os Romanos. Juntamente com os Celtas e Vetões, assolaram a Hispânia Citerior, limitada já pelo Saltus Castulonensis (serra Morena), recolhendo grande presa de gados, que levaram para os seus territórios. Públio Cornélio Cipião Nosica, pretor daquela província, marchou contra os Lusitanos e, impondo-lhes combate, derrotou-os junto de Ilipa (na Bética).

Em 191 a.C. coube a vez aos Lusitanos de vencerem os Romanos no país dos Bastetanos, junto da cidade de Lyco ou Lycon. Os últimos eram comandados pelo pretor consular da Hispânia Ulterior, Lúcio Emílio Paulo, que perdeu 6.000 homens, escapando ele próprio pela fuga. Dois anos depois (em 189 a.C.) este mesmo pretor alcança duas vitórias sobre os Lusitanos, segundo Tito Lívio, derrota que os acalmou durante algum tempo.

Em 186 a.C. revoltaram-se os Celtiberos na província Citerior e os Lusitanos na Ulterior. Caio Atínio, governador da Ulterior, derrotou os Lusitanos nos arredores de Hasta, na Turdetânia, isto é, na Andaluzia.

Os Lusitanos apareceram em toda a parte a combater os Romanos. Vêmo-los também em Ilugo, na nascente do Betis, onde chegaram depois de atravessar todo o vale deste rio.

As lutas sucedem-se com fortuna vária para um e outro lado. Porém, no ano de 155 a.C., os Lusitanos, sob a chefia de Púnico, que consegue a aliança dos Vetões, venceram vários pretores, matando o questor Terêncio Varrão. Morto Púnico, sucedeu-lhe César, que foi de início batido pelo pretor da Hispânia Ulterior, Lúcio Mummio, acabando este por ser derrotado. Vencidas as legiões romanas, os Lusitanos invadiram o país dos Cuneos (sob domínio romano), que saquearam, tomando depois a cidade de Conistorgis, cuja situação se ignora (talvez no extremo meridional da Ibéria). Daqui, uns atravessaram o estreito de Gibraltar, chegando até Okile (hoje Arzila), 40 quilómetros ao Sul de Tânger, outros foram cercar a cidade de Ocelum, na Bética, segundo se crê.

Revista da Cavalaria

As vitórias dos Lusitanos, nos anos de 155 a 153 a.C., fizeram perigar a romanização da península, pois conduziram à revolta as tribos subjugadas pelos Romanos. Os Celtiberos, que havia 20 anos estavam sossegados, começaram a bater-se também pela independência.

Mas de novo os Lusitanos principiaram a sofrer revezes. Ainda em 153 a.C., o cônsul Marco Cláudio Marcelo, governador da Citerior, atacou a Lusitânia, tomando-lhe Nertobriga (da Bética e não da Celtibéria), retirando depois para Córdoba.

No ano seguinte (152 a.C.) o pretor da Ulterior e sucessor de Mummio, Marco Atilio Serrano, derrotou os Lusitanos e tomou-lhes a cidade de Oxthracas, que, segundo se supõe, estava situada na fronteira da Lusitânia, perto dos Vetões e provavelmente ao Norte do Tejo. Os Vetões, aliados dos Lusitanos, receosos do futuro e desmoralizados com os sucessos das legiões, submeteram-se enquanto sobre eles pairou a ameaça romana. Com a suspensão das operações, devida ao Inverno, os Vetões revoltaram-se novamente, pondo cerco a várias cidades obedientes aos Romanos.

As incursões dos Lusitanos e as revoltas locais não cessaram, apesar dos revezes sofridos.

A revolta dos Vetões atingiu tal desenvolvimento que o pretor da Hispânia Ulterior, Sérgio Galba, após uma memorável marcha de um dia e uma noite, no ano de 151 a.C., para atacar os Lusitanos, foi desbaratado por eles, indo passar o Inverno no território dos Cuneos. No ano imediato, *ou seja em 150 a.C.*, os Lusitanos invadiram a Carpetânia, governada por Lúcio Licínio Luculo, cônsul da Citerior. Este mandou contra eles os mais valentes generais, que dizimaram elevado número de Lusitanos, no próprio território destes, invadido depois por Luculo, de combinação com Sérgio Galba. Desalentados, os Lusitanos aceitaram a paz que Galba lhes propôs, com a promessa de lhes distribuir terras mais férteis se os Lusitanos o desejassem. Depuseram as armas, a pedido do pretor, abandonaram as montanhas e, desarmados, reuniram-se no sítio combinado. Galba, porém, atraíu-os a uma cilada, cercando-os e fazendo-os massacrar pelos seus soldados. Segundo o testemunho de Appiano e do historiador latino Suetónio, no lugar da chacina ficaram 30.000 homens. Valério Máximo fala em 7.000. Entre os poucos Lusitanos que escaparam da matança contava-se Viriato, que dentro em breve seria o chefe do povo a que pertencia.

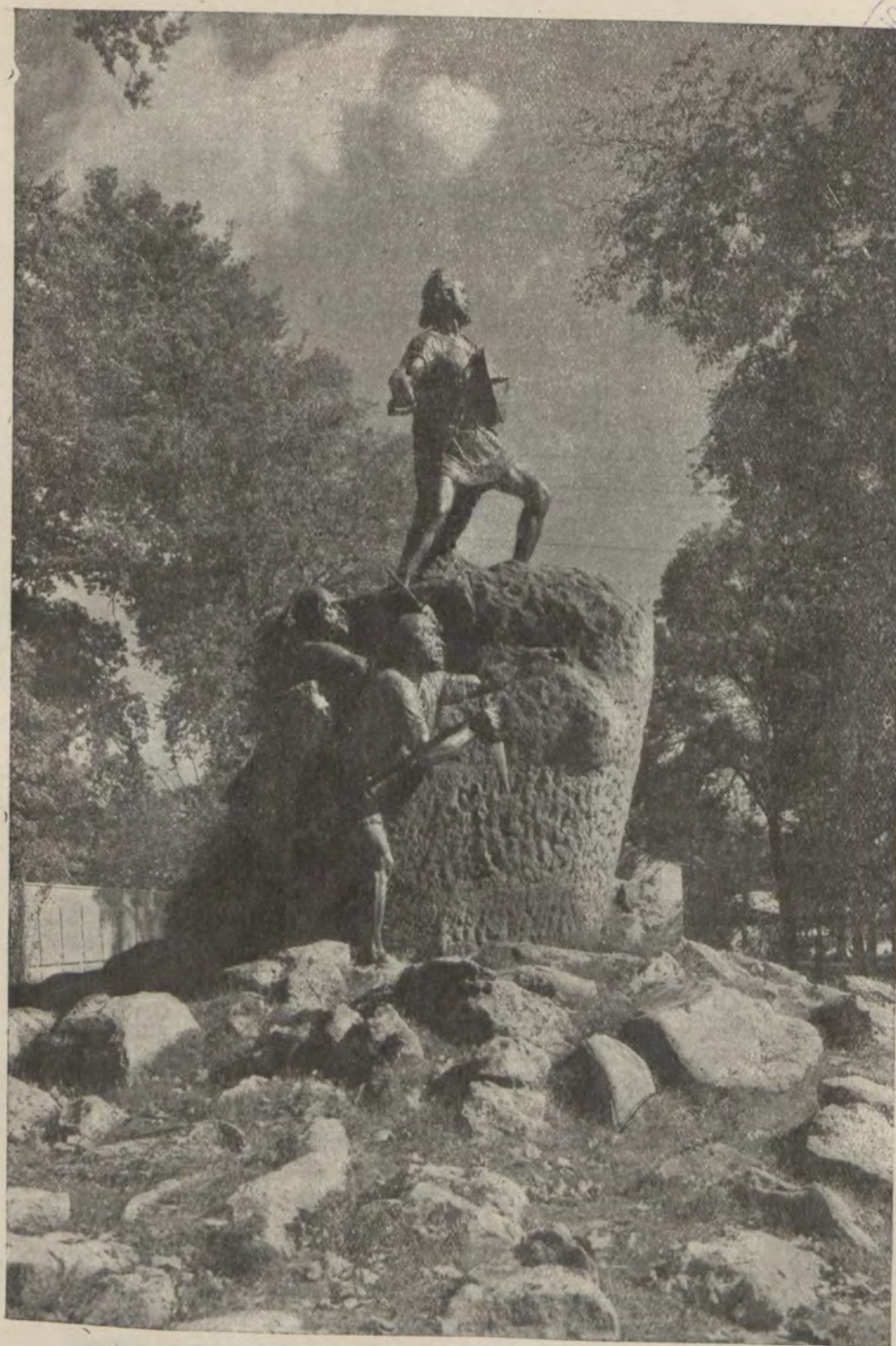
Revista da Cavalaria

IV — Viriato

No dizer de Schulten ⁽⁸⁾, Viriato pertence à série dos grandes heróis populares que reuniram as forças dispersas da sua nação para a luta pela independência. «Grandeza de carácter e um patriotismo em grau tão elevado», diz o escritor francês Charles Romey, «raras vezes se encontrarão na história de qualquer país» ⁽⁹⁾.

Teceu-se muito de lenda e fantasia sobre tão ingente personagem. A volta do seu nascimento há várias opiniões. A mais corrente e a mais digna de crédito, quer pela lógica, quer por ser perfilhada pela maioria dos escritores, fá-lo originário dos Montes Hermínios, que constituem a actual serra da Estrela. Efectivamente a campanha dos Romanos orientou-se de Sul para Norte e a reacção lusitana à conquista, sob a chefia de Viriato, partia da região a Norte do Tejo para o Sul ou seja, portanto, do maciço luso-castelhano. Esta região estava compreendida na Lusitânia Ocidental. A versão romana considera-o nascido também a Ocidente da península ibérica. Na *Monarquia Lusitana* ⁽¹⁰⁾ lê-se: «... o insigne Capitão Viriato, nacido pera terror dos Romanos, y pera glória, y liberdade do pouo Lusytano. Foy este singular Capitão, como diz Alladio, nacido na Lusitânia interior, que he, conforme nosso estillo de fallar moderno, a que agora chamamos Beyra, filho dos Lusytanos antigos, verdadeyros moradores da terra, sã mestura de nenhuã outra nação, das muytas, que vierão pouoar esta prouincia...». Sendo assim, é quase certo que tivesse nascido na Lusitânia Ocidental, onde se situavam os Montes Hermínios.

Como, porém, a Lusitânia abrangia também território hoje ocupado pela Espanha e como nem só Lusitanos combateram sob a sua chefia, a categoria do herói sobe ainda mais alto. Por isso vários escritores ilustres, entre os quais o Prof. Luís Chaves ⁽¹¹⁾, o consideram não só o herói da Lusitânia, mas também o herói representativo da defesa e da independência de todo o noroeste e centro ibérico. O escritor Gábris ⁽¹²⁾, na sua tragédia *Viriatos*, editada em 1948, chama-lhe o herói nacional ibero-lusitano. Nela afirma: «Os Iberos, antepassados dos Espanhóis, e os Lusitanos, antepassados dos Portugueses, entraram na história, graças à pertinaz resistência à conquista romana. Viriato foi o precursor da independência espanhola e portuguesa». Embora oriundo da tribo lusitana, uma das dez tribos ibéricas, deve ser considerado como herói nacional, não somente lusitano, mas também ibero, porque ele combateu pela independência de toda a Ibéria.



Monumento a Viriato
de Mariano Benlliure

Gravura da Comissão Municipal
de Turismo de Viseu

Revista da Cavalaria

Viriato, pastor e caçador dos Montes Herminios, derrotou os Romanos durante anos seguidos. Eis as únicas palavras que acodem à minha memória sobre a personalidade e o valor do herói, quando recordo o já distante estudo da história feito no liceu. É que os livros de história pouco mais dizem.

Alguns dos nossos dicionários enciclopédicos chamam-lhe também «humilde pastor dos Hermínios...».

O escritor latino Tito Lívio descreve-o dizendo: «*primum ex pastore venator, ex venatore latro, mox justí quoque exercitus dux*», isto é, «de pastor deu em caçador, de caçador em salteador e em seguida comandante de um exército regular».

Situando-nos na época em que viveu Viriato, vamos ver que *pastor* e *caçador* não eram profissões tão plebeias como o são hoje. Também *salteador* não tem a significação desprimorosa que se poderá imaginar.

Efectivamente, mestre Aquilino Ribeiro ⁽¹³⁾ elucida-nos: «Se avaliássemos a vida da Lusitânia pela graduação de hoje, mesquinho era o transcurso do caudilho. Com efeito, a imagem que se faz de um pastor, entrevisto com olhos arcádicos, é de um tocador de frauta com as zagalas enfeitadas de flores silvestres a dançar à roda, os cães sentados sobre o traseiro, um olho embevecido, o outro a espreitar o rebanho e as ovelhas nédias, de uma mansidão que torna antipático o criador que podia deixar de fazer o lobo. Ou então, através do critério realista, depois que a vida pastoril decaiu até se tornar ramo secundário da agricultura, um pobre diabo de safões e pelico, encostado ao varapau, bruto como uma porta e lendo as horas pelo Sete-Estrelo. A significação de pastor, associada à ideia de potentado ou herói das sociedades primitivas, é esta: dono de gado, qualquer género de gado, e porque, segundo os costumes, o senhorio se acompanhava do mister — homem de cajado.

«Quanto a caçador, como dizem ainda hoje na Serra da Estrela, os filhos de boa mãe o eram» — afirma ainda Aquilino Ribeiro, na sua expressão inconfundível. A caça era uma necessidade vital por ser a fonte mais importante da alimentação. Por isso, caçadores deviam sê-lo todos os Lusitanos dos recuados tempos que estamos a considerar.

O pastor era simultâneamente caçador.

Quanto à palavra «salteador», tradução de «latro», diz-nos o Dr. Leite de Vasconcelos ⁽¹⁴⁾ que deverá significar «guerrilheiro» ou «habituação a correrias» e que ela é desculpável na boca de um Romano, sempre tão orgulhoso do seu patriotismo, como desprezador dos Bárbaros. As incursões e as correrias a que os Romanos chamavam «latrocinia», eram os ataques entre tribos, o assalto recíproco, que redundou na

Revista da Cavalaria

guerra a outras regiões mais distantes, a outras nações como eram consideradas a Bética e a Betúria em relação à Lusitânia, e por fim se transformou em incursões e razias às colónias estrangeiras.

Oriundo das montanhas, Viriato, aí passou a sua juventude como pastor, caçador e guerrilheiro, tomadas estas profissões com o significado exposto. A sua força, agilidade, coragem e inteligência, guindaram-no



O Exército Romano.

Vê-se no primeiro plano o Exército em marcha; no segundo, à esquerda, as tendas; à direita, o Exército em disposição de batalha; ao fundo, os preparativos de assédio a uma fortaleza

(Gravura e legenda de
As grandes figuras da humanidade).

a chefe de tribo e por fim a príncipe dos Lusitanos e seu capitão nas guerras da independência contra Roma, que, em dado momento, prestando preito ao seu valor, lhe deu o título de «amicus populi romani», reconhecendo-o também como rei.

Durante nove anos (de 147 a 139 a. C.) combateu arduamente o inimigo romano, que ambicionava para si a Ibéria, com todas as riquezas que encerrava.

Foi lutando contra o invasor que Viriato se preparou na arte militar, para a qual tinha sido maravilhosamente dotado. Os historiadores gregos

Revista da Cavalaria

Apiano, Diodoro, Sículo, Justino, Políbio e Estrabão, mais justos que os historiadores Romanos, prestaram homenagem à sua coragem, ao seu nobre carácter e ao seu talento estratégico, dignos de um grande capitão. Estas duas singelas palavras — grande capitão — são as únicas que definem verdadeiramente a tão nobre figura da nossa história que acabamos de esboçar e de cujos feitos nos ocuparemos um pouco mais.

A análise das suas guerras, à luz dos novos conhecimentos militares, anulam completamente a diatribe dos historiadores romanos, as ideias simplistas de pastor e caçador, e põe em evidência uma arte militar especial — a guerra de guerrilhas — na qual se mostrou um exímio artista, um verdadeiro chefe militar, que Schulten classifica como «o único grande cabo de guerra que os deuses fizeram surgir do seio dos Iberos». Sòmente Sertório, Romano de origem, consegue não só igualá-lo em astúcia e valor e até ultrapassá-lo, certamente por ser oriundo de um meio social adiantadíssimo em civilização e cultura, relativamente à Ibéria.

Reunia Viriato em si todas as qualidades físicas, intelectuais ou morais de um verdadeiro chefe. Nem lhe faltou aquela qualidade que Maurois considera como sendo a primeira: ser reconhecido como chefe. Ràpidamente as suas qualidades excepcionais se impuseram, tornando-o um chefe prestigiado.

Viriato era o mais frugal de todos, possuindo uma grande resistência à fadiga. Tinha o dom da intuição, porque sabia como convinha agir, com rapidez e no momento oportuno. Esta qualidade conferia-lhe outra não menos importante: a de ser justo.

A um grande espírito de iniciativa aliava a virtude moral da coragem. Pelo dom misterioso de uma vontade forte conseguia transmitir o seu entusiasmo e acender a chama da independência e da liberdade na alma dos Lusitanos que chefiava. Diodoro, que nos relata estes preciosos pormenores, ainda nos dá mais elementos sobre a psicologia do caudilho.

O seu espírito realista e simples nutria grande desdém pelas riquezas. Um episódio prova-o claramente. No dia das suas bodas com a filha do rico Astolpas, o opulento sogro deu um banquete em que sobre luxuosas mesas se viam baixelas de ouro e prata e comidas requintadas e abundantes. Viriato mostrou desprezar todas aquelas riquezas em lugar de as admirar e permaneceu de pé, apoiado na sua lança, porque não era costume seu sentar-se à mesa. Comeu e bebeu pouco e, findo o banquete, abandonou o sumptuoso salão das festas e, montando a cavalo, retirou com a desposada para a sua citânia.

Revista da Cavalaria

Muito conciso no falar, servia-se normalmente de alegorias. Reza a tradição que aos cidadãos de Tucci, que hoje estavam com ele e amanhã com os Romanos, falou uma vez do seguinte modo: certo homem de idade desposou duas mulheres, uma nova e outra mais idosa. A primeira queria que ele parecesse novo e por isso lhe arrancava os cabelos brancos. A segunda, desejando-o semelhante a si no aspecto, arrancava-lhe os cabelos pretos. Dentro de pouco tempo o homem estava calvo. Igual sorte vos espera: os Romanos matarão os seus inimigos e os Lusitanos igualmente os seus e assim a vossa cidade ficará deserta.

Para encerrar este capítulo, diremos ainda, a título de curiosidade, que a palavra «Viriato» não é considerada por alguns escritores como o nome próprio do herói, mas uma mera alcunha ou um qualificativo, sinónimo de chefe, que significaria «portador de braceletes», se se admitir a origem céltica da palavra derivando de «viriae — bracelete», distintivo de comando dos Lusitanos. Explica-se, pelo uso, a sua ulterior substantivação ou transformação em nome próprio.

V — As campanhas de Viriato e a sua estratégia

a) — *Breve noção de estratégia e seus princípios*

Seja-nos permitido um pequeno parêntesis para esboçar a noção de estratégia. A sua definição anda intimamente ligada à evolução dos conhecimentos militares. Estes, para a maioria dos escritores militares, compreendem várias partes, sendo uma delas a estratégia, que uns consideram uma ciência, outros uma arte e ainda outros uma ciência e uma arte, simultaneamente.

Há muitas definições de estratégia, mas nenhuma delas satisfaz por completo. O seu étimo é grego, tendo significado — segundo parece — expedição militar, campanha. «Sendo assim, a estratégia referir-se-ia à totalidade de uma guerra ou de uma campanha, que ela abrangia integralmente nas suas linhas directrizes» ⁽¹⁵⁾. Por isso se define estratégia, etimologicamente, como o conjunto de todos os conhecimentos necessários ao comandante em chefe.

Moltke apresentou uma definição clara e judiciosa, chamando estratégia «à adaptação prática dos meios postos à disposição do general para alcançar o objectivo proposto».

A finalidade da estratégia, segundo alguns modernos autores, é provocar a deslocação do adversário originando a rotura da harmonia in-

Revista da Cavalaria

dispensável ao conjunto das suas forças, podendo obter-se essa deslocação por qualquer dos seguintes processos:

- obrigando-o a uma súbita mudança de frente, com a consequente distribuição e organização das suas forças;
- separando as suas forças;
- pondo em perigo os seus reabastecimentos ou ameaçando as vias de comunicação pelas quais podia retirar, voltando a estabelecer-se na sua base inicial.

Mais modernamente, podemos definir estratégia como «a ciência-arte de distribuir os meios militares para realizar os fins da política».

Como ciência e arte que é, rege-se por princípios que, sendo bem aplicados, contribuem para a vitória de quem os emprega, porque assim se obtém o maior rendimento possível da acção das forças militares. Nem todos os escritores estão também de acordo quanto ao seu número. Não é errado afirmar que os principais se resumem a seis:

- 1) *Princípio da unidade de comando*, que favorece não só a aplicação dos restantes princípios, mas também permite obter maior rendimento de um dado conjunto de forças.
- 2) *Princípio da velocidade*. Só nos tempos modernos foi reconhecido como princípio fundamental da estratégia. Napoleão definia-o: «A rapidez de movimentos caracteriza as operações dos grandes capitães e a imobilidade a dos generais medíocres».

Foch enunciava-o assim: «O movimento é a lei da estratégia».

- 3) *Princípio da liberdade de acção ou de segurança estratégica*. Este princípio é tão antigo que a melhor definição que dele se dá é ainda a de Xenofonte: «A arte da guerra é a arte de guardar a liberdade de acção». Quer dizer: deve-se impor a nossa vontade ao adversário, sem nunca sofrer a sua.
- 4) *Princípio da economia das forças*, que a escola de estratégia do século XX, denominada «Escola do Bom Senso», de que fizeram parte Von der Goltz, Foch, etc., definiu do seguinte modo: «O general em chefe deve ter sempre reunidas as suas forças, destinando o máximo dessas forças às operações principais e o mínimo às operações secundárias».

Revista da Cavalaria

- 5) *Princípio da surpresa*, que poderemos enunciar do seguinte modo: «A actuação pela surpresa com as forças de um exército sobre outro exército num dado ponto corresponde a um verdadeiro aumento de forças». A surpresa é a mais poderosa arma na guerra, pois cria situações ao adversário para as quais não está preparado.
- 6) *Princípio da ofensiva estratégica* de que Frederico II, o primeiro a enunciá-lo, dizia: «Fazer a guerra foi sempre atacar», e Mordac definia: «Só a ofensiva conduz à vitória».

Como se disse atrás, o termo «estratégia» é de origem grega. Na opinião do general Bardin, o ensino da estratégia teve na Grécia uma época de grande esplendor, sendo dos primeiros países que divulgaram esta ciência. Contudo, a primeira obra conhecida foi escrita em Roma por Onexandro (50 a.C.). Dedicou-a ao cônsul Veranius e denominava-se *Stratégicos logos*. Os estudos da estratégia breve caíram no esquecimento. Foi preciso vir o século XVIII para dar vida ao termo e à ciência que ele traduzia. Isto, porém, não significa que a antiguidade desconhecesse a estratégia. Jomini, genial militar suíço, que viveu de 1779 a 1869, afirmou que todos os grandes capitães anteriores ao aparecimento dos primeiros escritos sobre estratégia, a praticaram. Aplicavam por assim dizer instintivamente os princípios estratégicos.

b) — *As campanhas de Viriato*

A nefanda traição de Sérgio Galba, traição que Roma reprovou, criou uma paz aparente durante os anos 150 a 147 a.C. O ódio pelo Romano, em estado latente na alma lusitana, aumentava dia a dia e por isso a desforra não devia tardar. Efectivamente deu-se o inevitável: a guerra recrudesceu e as incursões na província romana intensificaram-se, ainda, no ano 147 a.C.

Diz Apiano que, neste ano, os Lusitanos, em número de uns 10.000, invadiram a Turdetânia, até Gades (Cádiz), chegando ao mar. Roma, atentando no perigo, enviou tropas frescas contra os insurrectos, sob o comando do pretor Caio Vetílio.

As operações foram favoráveis aos Romanos, que, além de causarem importantes baixas nas hostes lusitanas, no vale do Bétis (Guadalquivir) conseguiram também cercá-las. Em face desta situação tão crítica, os chefes das tribos lusitanas iniciaram as negociações para a

Revista da Cavalaria

rendição, pedindo a paz com a promessa de se submeterem aos seus dominadores, se estes lhes dessem terras suficientes para o seu sustento.

Contra as negociações, contra a atitude tomada pelos chefes das tribos rebelou-se um homem até ali desconhecido e que havia escapado, como dissemos, à matança de Galba. Viriato, assim se chamou, desde aquele momento, fazendo-se ouvir, recordou o valor das promessas de Roma, apontando a traição de Galba e o perigo de se submeterem a um inimigo implacável. Aconselhou-os a resistirem e tão persuasivo foi, certamente, que os Lusitanos o elegeram seu capitão. Viriato passou assim a ser o chefe militar dos Lusitanos no ano 147 ou 146 a.C. e, a partir desse momento, principiou a exercer um comando brilhantíssimo.

As negociações com Vetílio, iniciadas pelos chefes das tribos lusitanas, foram suspensas por ordem do caudilho, que discutiu com os chefes o plano por ele elaborado e que havia de libertá-los do cerco em que desgraçadamente tinham caído. Rezam os historiadores que o plano, simultaneamente arrojado e simples, se executou do seguinte modo: Viriato, comandando pessoalmente mil cavaleiros, simulou atacar o inimigo, atraindo a si as atenções dos Romanos, para dar tempo a que a infantaria lusitana, fraccionada em pequenos grupos, cumprisse a missão de romper a linha do cerco no maior número de pontos, antecipadamente escolhidos, escapando-se, por itinerários distintos, para se reagruparem todos em Trivola ou Tribula, onde aguardariam Viriato.

As operações decorreram como fora previsto. Os Romanos foram surpreendidos totalmente, pois esperavam tudo, menos ser atacados e em tantos pontos. Estabeleceu-se a confusão entre as legiões romanas, que, no desejo de acudir aos lugares mais ameaçados, desguarneceram a frente por onde se escaparam os grupos dos Lusitanos que se haviam dispersado «ad hoc» pelas montanhas.

A finta de Viriato permitiu que o grosso das forças lusitanas se pusesse a salvo, pois Vetílio desde logo aceitou o ataque dos que ficavam, na impossibilidade de apanhar os que fugiam. Diz Schulten que «o chefe lusitano conseguiu, ora atacando, ora fugindo, com a conhecida táctica dos Iberos e dos Líbios, manter os Romanos durante dois dias, na larga planície do Bétis (Guadalquivir), nas proximidades de Urso, até saber que o grosso do exército estava em segurança».

Na noite do segundo dia rompeu o contacto com o inimigo, utilizando os seus velocíssimos cavalos em direcção a Trivola, para onde se dirigiu também Vetílio, mais vagarosamente, com as suas pesadas legiões e uma má cavalaria. Desta forma, Viriato ganhou tempo suficiente para descansar e planear novo combate, pois estava informado da marcha do

Revista da Cavalaria

inimigo. Com o grosso do exército preparou uma emboscada próximo de Trívola, num desfiladeiro da serra de Ronda que separa a planície do Bétis da Costa Sul da Andaluzia e de Carteia (base romana de operações). Em seguida marchou ao encontro de Vetúlio, atraindo-o com a tática habitual de ataques e retiradas, até os Romanos penetra-rem totalmente no desfiladeiro. Viriato fechou a saída com os seus cava-leiros, atacando de frente, ao mesmo tempo que os Lusitanos, embos-cados, os atacaram pela retaguarda e de todas as direcções. Morreram 10.000 Romanos e só 6.000, que provavelmente constituiriam a sua vanguarda, conseguiram forçar a saída do desfiladeiro, indo refugiar-se em Carteia (ao Norte de Gibraltar). O próprio pretor Caio Vetúlio ali encontrou a morte. Foi esta a intervenção inicial de Viriato e a sua primeira vitória.

Schulten é de opinião que Trívola não estaria muito longe de Carteia e que o desfiladeiro se deve situar a Sul de Ronda, entre as serras de Ronda y Libar, onde há um vale estreito e comprido que podia conter 10.000 homens de Vetúlio em coluna de marcha. Nem todos os autores concordam com a situação de Trívola. Segundo, uns, como Ferreras e Masdeu, fica entre Évora e Beja, opinião que uma boa lógica fácil-mente consegue defender. Para outros, porém, Trívola é a mesma cidade que a Turbula de Ptolomeu, na Bastetânia. Nestes enfileiram Leite de Vasconcelos e Luís Chaves.

Depois da vitória de Trívola, Viriato ficou dono absoluto da Hispâ-nia Ocidental (Ulterior), com excepção de Carteia. O triunfo tal fama lhe deu que muitas tribos se congregaram à sua volta, engrossando a fileira dos aliados para a luta pela independência da Ibéria.

Nesta guerra são bem evidentes os princípios da surpresa (rotura do cerco e emboscada nas proximidades de Trívola), da velocidade (retirada da cavalaria) e da liberdade de acção.

Viriato deixa agora a Turdetânia (Andaluzia), atravessa a Serra Morena, vai estabelecer quartéis na Carpetânia (em 146 a.C.), o lugar mais fértil do planalto e da província Citerior, e, sem encontrar resis-tência, «entrou, quase de espada na bainha, em Toletum (Toledo)», segundo diz Aquilino Ribeiro.

(Continua)

NOTAS

(¹) *Viriato*, de Adolf Schulten (tradução de Afredo de Ataíde).

(²) *A guerra de Viriato*, publicada em a *Nação Portuguesa* (N.º 8, segunda série, 1923).

Revista da Cavalaria

- (³) Na obra publicada sob a direcção de Lopes de Oliveira, *As grandes figuras da humanidade* «Políticos, guerreiros e descobridores» — Parte I, volume II, pág. 137, ano de 1941, Aquilino Ribeiro já nos havia apresentado «Viriato».
- (⁴) Pereira, Gabriel — Versão de *Descrição da Península Ibérica*, Livro 3.^o da Geografia de Strabão.
- (⁵) Chaves, Luís — *Viriato, o herói da Lusitânia*, «Revista Portuguesa», N.^o 4, de 1926, pág. 232.
- (⁶) Vasconcelos, J. Leite de — *Religiões da Lusitânia*, vol. III, pág. 100.
- (⁷) Segui a orientação de Leite de Vasconcelos em *Religiões da Lusitânia*, obra já citada, volume III, pág. 107 e seguintes.
- (⁸) Schulten, Adolf — *Viriato* (2.^a edição da tradução portuguesa de Alfredo de Ataíde).
- (⁹) Romey, Charles — *História de Espanha*, tomo I, 1845, pág. 194.
- (¹⁰) Brito, Frei Bernardo de — *A Monarquia Lusitana*, 1597, livro 3.^o, pág. 209.
- (¹¹) Chaves, Luís — *Viriato, o herói da Lusitânia* («Revista Portuguesa», Dez. 1925, Jan. e Fevereiro de 1926).
- (¹²) Gabris, P. J. — *Viriatos, héros national ibero lusitan* (tragédia em 5 actos), 1948.
- (¹³) Ribeiro, Aquilino — *Avós dos nossos avós*, 1942, pág. 329 e *As grandes figuras da humanidade*, I parte, vol. II, pág. 165, ano de 1941.
- (¹⁴) Vasconcelos, J. Leite de — *Religiões da Lusitânia*, vol. III, 1913, pág. 118.
- (¹⁵) Nogueira, Coronel do C. E. M., João Carlos de Sá — *Estratégia*, pág. 17, 1946.





Teatro das campanhas de Viriato

Gravura de «O Fundo Atlante da Raça Portuguesa e a sua evolução histórica», do Sr. General João de Almeida

TEMAS TÁCTICOS

NO QUADRO DA SUBUNIDADE

pelo Capitão do C. E. M. RAÚL RAMOS

Inicia-se neste número da nossa Revista a publicação de uma série de pequenos temas tácticos delineados na base da sua aplicação prática à instrução dos graduados e oficiais subalternos da nossa Arma.

São estes temas acompanhados de uma sumária compilação de conhecimentos, considerados indispensáveis à sua resolução.

Para seu pleno rendimento prático aconselha-se a que os temas sejam inicialmente apresentados e resolvidos na carta e fotografia aérea e, se possível, na caixa de areia, depois no campo em exercícios de quadros (com os sargentos e cabos) e por último executados com todo o efectivo.

Não nos parece difícil encontrar nas proximidades das Unidades um local susceptível de servir para materializar temas semelhantes aos que se publiquem. Também é fácil moldar na caixa de areia o terreno escolhido e dispor do pessoal e material necessários à sua execução.

Aconselha-se que o inimigo seja sempre figurado e que terminado o exercício no campo, não se deixe de fazer a sua crítica e, se necessário, a sua repetição.

Revista da Cavalaria

A título elucidativo e para o tema que apresentamos neste número — instalação de um posto D. C. B. — preconiza-se a seguinte distribuição de tempo:

- Trabalho de escolher o terreno (acção do oficial subalterno)*
— Uma manhã.
- Trabalho de fazer o tema e escrever a sua discussão e ordens (acção do oficial subalterno)*
— Oito horas.
- Trabalho de preparação na caixa de areia (acção do oficial subalterno ajudado pelos graduados)*
— Quatro horas.
- Instrução sobre conhecimentos gerais*
— Duas sessões de uma hora.
- Instrução sobre a caixa de areia*
— Duas a três sessões de duas horas.
- Instrução no campo (exercício de quadros)*
— Uma sessão de três horas.
- Instrução no campo (exercício com todo o efectivo)*
— Uma sessão de um dia inteiro com refeição no campo.

Lembramos que para se obter pleno rendimento da realização do exercício é indispensável que se façam e se controlem «in loco» as cartas de tiro, os relatórios, se proceda aos trabalhos de dissimulação e organização do terreno, se ocupem as posições, etc., chamando-se a atenção que a mais pequena transigência no respeitante aos pormenores de aplicação prática falseará o exercício inutilizando todo o trabalho dispendido com a sua preparação.

Instalação de um posto de D. C. B.

I — Generalidades

Um Posto de D. C. B. no âmbito do Grupo de Cavalaria, só pode contar como meios activos, desde que o Grupo não seja reforçado, com os de luta próxima, imediata e minas. Como meios passivos, pode recorrer à utilização de variados obstáculos.

Os meios de luta próxima são representados pelos canhões anticarro (no nosso caso, o canhão de 57 ^m/_m); os de luta imediata pelos lança-granadas anticarro e granadas anticarro de espingarda ^(a), e as equipas que podem dispor do material próprio (de cegamento, detenção, neutralização e destruição e incendiário).

Qualquer destes meios, para a sua protecção, necessita de atiradores. Como se sabe, mesmo em pequenas fracções, os blindados não actuam isoladamente, dispondo igualmente para a sua protecção, de atiradores.

Além deste facto, só os atiradores estão em condições de evitar que as guarnições dos próprios blindados, os atiradores ou os sapadores, destruam ou inutilizem o obstáculo, seja ele constituído por minas ou por qualquer outra variedade, salvo os obstáculos naturais de importância.

II — O Canhão anticarro de 57 ^m/_m

É uma arma anticarro que utiliza granadas perfurantes. Em condições especiais pode utilizar granadas explosivas e desempenhar missões de destruição de abrigos, etc. É uma arma de grande velocidade inicial e trajectória muito tensa. Possui grande precisão (a 700 m. uma zona contendo 90 %

(^a) Não existem nas nossas dotações.

Revista da Cavalaria

dos projecteis é definida por um rectângulo de 1,20 m. $\times$ $\times$ 0,90 m.).

Pode ser transportado ou rebocado. Em pequenos deslocamentos, (dezenas de metros) pode ser deslocado a braços, (Peso = 1140 kgs.).

O poder de perfuração é grande até 800 m. (com ângulo de incidência até 18° e utilizando munições especiais, pode perfurar chapas de aço até 75 mm.).

Tem um campo de tiro horizontal de 90° e vertical de 20° (+ 15° a - 5°).

É uma arma semi-automática que pode atingir a cadência de 12 t.p.m.

Tem uma forte detonação o que torna impossível a observação do tiro, em boas condições, da posição do canhão.

É uma arma relativamente vulnerável à acção da Infantaria, dos fogos de morteiro, da Artilharia e das F. A. Esta deficiência faz com que se tenha, entre outros cuidados, de ter em conta a sua dissimulação.

Tendo a guarnição 6 homens, pode, no entanto, efectuar o fogo só com dois homens.

III—Lança-granadas anticarro (Piat) M. K. I. e granada anticarro de espingarda

O lança-granadas anticarro é uma arma que lança uma carga oca explosiva. O seu alcance máximo contra carros (em trajectória tensa) é de 105 m; no entanto, a máxima eficácia é obtida entre 50 a 60 metros.

Pode ser transportada por um só homem. Para o seu serviço necessita de dois serventes. A sua dissimulação é simples. Manejada com perícia e por homens desembaraçados é uma arma extraordinariamente eficaz.

— CARACTERÍSTICAS GERAIS DA GRANADA ENERGA :

— Calibre 75 mm.

— Peso — 600 gramas (300 gramas de explosivo).

Revista da Cavalaria

- Poder de perfuração — cerca de 200 m/m de blindagem (ou meio metro de beton) com incidência normal — 90°, mais de 100 m/m com um ângulo de incidência de 45°.
- Alcance prático — Em tiro directo contra carros até 75 metros; em tiro curvo com um ângulo de 45° — aproximadamente 20 metros.
- Características no combate — depois do lançamento da granada, não há fumos, nem chamas, nem levantamento de poeiras. A utilização é, portanto, muito dissimulada.
- O granadeiro transporta o bocal para a granada, com o aparelho de pontaria e duas granadas em caixas cilíndricas.

IV — Meios de combate das equipas de luta imediata

(Ver instruções provisórias para a luta imediata anticarro)

V — Obstáculos

O obstáculo é um dos mais importantes elementos anticarro.

Variados são os seus tipos: fossos, banquetas, água, encostas, árvores, postes, vigas, blocos de betão, minas, etc.

Seja qual for o tipo de obstáculo, natural, artificial ou misto, são *condições essenciais que: não possa ser torneado e possa ser batido pelo fogo da defesa*, a fim de evitar que as guarnições dos carros, os atiradores ou os sapadores que os acompanham possam proceder à sua destruição ou neutralização.

- *Fossos*: — a largura deverá ter, pelo menos, mais 30 cm. que metade do comprimento do carro (um carro passa em regra um fosso com metade do seu comprimento); a profundidade não deve ser inferior

Revista da Cavalaria

a 1,5 m. A parede do lado oposto à chegada do carro deverá ser vertical e a proximidade do fosso deverá ser em rampa a fim de impedir que o carro possa destruir, com fogos, essa parede vertical.

— *Banqueta*: — Vencendo hoje os carros banquetas com 1,20 m. e mesmo alguns um pouco mais, deverão estas ter, pelo menos, 1,5 m.

— *Água*: — Deverá ter 15 metros de largura e pelo menos 1,20 m. de profundidade (altura de transposição da maioria dos carros) em metade do percurso. Se o obstáculo tiver margens com mais de 1,5 m. a contar do fundo, estas medidas podem ser inferiores.

— *Encostas*: — Deverão apresentar declives superiores a 45°. Se não têm suficiente declive podem ser preparados com troncos ou cortaduras.

— *Minas*: — Se a densidade for igual ou superior a 3 minas por metro de frente tem-se todas as probabilidades de deter a totalidade dos carros atacantes; com a densidade de 2 minas pode-se admitir a passagem de 35 % dos carros e com uma mina, 50 %.

Calcula-se a densidade por metro de frente através da fórmula $n = \frac{N}{i}$ (N = número de fiadas i o intervalo entre as minas). As minas podem ser colocadas distanciadas de 5 m. e intervaladas de 5 a 8 metros.

No caso de se pretender barrar uma estrada ou uma pequena extensão utilizam-se as minas com 2 m. de intervalo.

Outros obstáculos poderão ser utilizados, tais como *árvores, postes, pedras*, etc.

Especialmente a aplicação das árvores revela-se, muitas vezes, um meio fácil de utilizar, nos locais onde elas existam. Deve-se, no entanto, ter em atenção que têm de possuir uma espessura razoável (mínimo de 0,45 m. de diâmetro)

Revista da Cavalaria

para não serem facilmente derrubadas pelos carros ou, então, constituir-se com elas sebes com uma altura, pelo menos igual à das banquetas que o carro não pode vencer.

Revela-se, também, a utilidade no uso de carros velhos (em obstrução de um itinerário), óleo espalhado no leito das estradas (para deter autometralhadoras), cabos de aço atravessados nas estradas a 1,40 m. de altura, etc. Outros obstáculos que exigem material especializado poderão ser utilizados, na hipótese de haver tempo (blocos de cimento armado, carris, etc.).

VI — Elementos de tática da Secção de Canhões

A) — A missão do Comandante de Secção é, fundamentalmente, preparar e conduzir os fogos dos canhões.

B) — Em combate, a acção da Secção, pode resumir-se:

- deslocar-se para atingir uma posição de tiro;
- entrar em posição;
- preparar e executar os fogos;
- remuniciar-se.

C) — ENTRADA EM POSIÇÃO:

a) — *A Secção aguardando a ordem de entrada em posição* deve proceder a uma instalação sumária, de modo que se se revelar uma situação de emergência, os canhões, embora instalados em condições deficientes, possam entrar em acção no local em que se encontram.

O Comandante não deve esquecer que, ao fazer o reconhecimento, para a colocação dos canhões deve ver o terreno 0,30 m. acima do solo e não em pé, pois o campo de observação e tiro nas duas posições é muito diferente.

Se é possível, deve escolher, pelo menos, uma posição de alternativa para cada arma e, se há tempo, prepará-las.

Revista da Cavalaria

— *Condições a obedecer pela posição:*

- locais do P. C. da Secção e dos canhões perto;
- escapar, o mais possível às vistas do inimigo, não perdendo, no entanto, de vista que primeiro é necessário cumprir a missão e depois tratar da protecção;
- fácil acesso pela retaguarda;
- cobertas por um obstáculo intransponível;
- afastadas dos pontos facilmente referenciáveis;
- permitir a execução de fogos rasantes;
- dispor de uma máscara ou de sombras para escapar às vistas aéreas e terrestres;
- permitir surpreender o inimigo pelo fogo no limite eficaz do canhão;
- atacar os blindados de flanco;
- facilitar os apoios recíprocos;
- ter possibilidades de tiro no maior número de direcções;
- ser defendida contra os ataques inimigos.

D) — FUNÇÕES DO COMANDANTE DE SECÇÃO E DO SEU AUXILIAR

a — *Quando o canhão está em vigilância:*

- fazer apontar em direcção e alcance sobre o ponto de vigilância escolhido;
- organizar uma observação contínua da zona de vigilância;
- dar a conhecer ao apontador as referências numeradas e as distâncias às mesmas;
- levar, ao máximo, o estudo e a referenciação do terreno;
- elaborar a carta de tiro (nesta deve existir: ponto de vigilância, limites laterais da zona de vigilância, limite anterior da zona de vigilância, denominação convencional de algumas referências e distância a essas referências — as cartas de tiro são tantas quantas as missões principal e secundárias — para cumprir estas há que conteirar).

Revista da Cavalaria

b) — Quando apparecem os engenhos blindados o Comandante da Secção e o seu auxiliar devem:

- reconhecê-los e identificá-los rapidamente (ver album de identificação de viaturas blindadas);
- dar os elementos de tiro: — objectivo;
 - alça;
 - correcção;
 - ponto a visar;
- ordenar a abertura de fogo;
- assegurar rapidamente a regulação do tiro;
- fazer cessar o tiro.

Se o número de engenhos é pequeno (2 ou 3) retardar a abertura do tiro; se vêm em vagas abrir fogo o mais cedo possível.

Há que estabelecer a prioridade sobre os engenhos a atacâr. Para isso deve ter em consideração, que em regra, a prioridade deve ser estabelecida com a seguinte ordem:

- 1.º — engenhos avançando sobre a posição do canhão;
- 2.º — engenhos passando à frente da posição do canhão;
- 3.º — engenhos fazendo fogo sobre a posição do canhão;
- 4.º — engenhos movendo-se para a retaguarda de uma crista;
- 5.º — engenhos em observação atrás de uma crista;
- 6.º — engenhos parados;
- 7.º — engenhos em movimento.

É conveniente não esquecer que o engenho mais perigoso, nem sempre é o que está mais perto do canhão.

E) — Junto a cada canhão deve haver sempre um graduado e um vigia de modo a ter-se a garantia da observação e estar-se pronto a abrir fogo imediatamente (às ordens do graduado). Os restantes homens descansam ou participam nos trabalhos a efectuar.

F) — O Comandante da Secção deverá enviar um relatório acompanhado de um esboço informado, ao Comandante de que depende.

VII — Instalação do canhão anticarro

Se porventura o local em que se pretende instalar o canhão, não revela condições naturais de protecção, e há tempo, deve-se construir um espaldão.

A abertura pode fazer-se por escavação ou por explosão. No primeiro caso, o trabalho é mais demorado, no entanto, mais discreto; no segundo caso, utilizam-se cargas explosivas já preparadas.

Em qualquer dos casos as terras devem ser lançadas à frente e aos lados constituindo um espaldão. Deve, também haver o máximo cuidado em ocultar das vistas aéreas todas as escavações e terras removidas o que se consegue dissimulando-as com a vegetação existente no local ou qualquer material de camuflagem (o canhão dispõe de uma tarrafa T_2).

Nunca é demais insistir nos cuidados que a dissimulação deve merecer, quer contra a observação terrestre quer à aérea. Por vezes, basta uma ondulação de algumas dezenas de centímetros para fazer passar despercebido um canhão a uma distância de algumas centenas de metros.

Um pouco de vegetação judiciosamente colocada furta o canhão à observação aérea. A utilização das sombras embora requerendo cuidados, atendendo ao seu deslocamento, mostra-se aconselhável contra a observação aérea, etc. Não basta, porém, tomarem-se estas medidas, é necessário, também, fazer desaparecer os trilhos ou rastros produzidos pela viatura do canhão, canhão, pessoal, etc.

Outro factor a atender quando se trata de dissimulação é não perder de vista o cuidado a ter, de modo a ela não prejudicar o campo de observação e de tiro.

A não ser em situações estáticas não é fácil dispor-se de tempo para a construção de espaldões e trincheiras. Este facto não justifica, porém, que a guarnição não consiga a sua dissimulação. Se não pode obter protecção contra as balas de um modo directo, pode, pelo menos, tentá-la contrariando a observação inimiga.

Revista da Cavalaria

É preciso nunca esquecer *«posição de canhão revelado antes da abertura do fogo, tem todas as probabilidades de ser destruída, antes de cumprir a sua missão»*. Os observadores avançados da artilharia procuram com avidez a localização dos anticarros.

VIII — O combate nocturno

A última guerra revela-nos variados casos em que os blindados foram utilizados de noite. Deste modo, a instrução deve incluir a acção do anticarro durante ela.

O tiro anticarro, durante a noite, tem de ser realizado, em regra, a distâncias pequenas; em contrapartida, visa alvos muito mais lentos que durante o dia, pois os carros geralmente não têm possibilidades de se deslocarem com velocidade.

A maioria das vezes tem de se iluminar o terreno. No nosso caso só utilizando cartuchos e foguetões iluminantes ou, então, recorrendo aos lança-granadas dos Esquadrões, morteiros ou à artilharia.

A guarnição do canhão no exército inglês tem 1 lança-granadas de 5 cm. e 12 granadas iluminantes.

Há toda a vantagem que a silhueta do carro se apresente ao atirador; deste modo, o foco luminoso deve-se localizar atrás daquele.

Torna-se evidente que tem de haver uma íntima ligação entre a guarnição do canhão e o elemento que executa a iluminação do terreno.

A observação do interior do carro é muito deficiente, o que obriga o chefe da viatura a executar a observação com a cabeça de fora da torre. Este facto conduz a que se torne aconselhável ao defensor dispor de armas automáticas a fim de o alvejar.

A observação do tiro é muito fácil pois um impate no carro produz muitas fagulhas. Em contrapartida, o clarão produzido pelo canhão é muito forte, o que permite aos carros localizá-lo logo ao primeiro tiro. Isto leva a retardar a abertura do fogo até ao momento em que quase se tem

Revista da Cavalaria

a certeza de atingir o alvo. Usaram-se na última guerra clarões falsos para iludir o inimigo sobre a verdadeira localização dos canhões.

Durante a noite as oportunidades para a actuação dos meios de luta imediata, explorando as dificuldades de observação do carro, são múltiplas, quer no uso dos lança-granadas anticarro, quer do granadeiro anticarro, quer no emprego das equipas de luta imediata.

IX — Identificação de viaturas blindadas

Todo o pessoal deve encontrar-se em condições de rapidamente identificar as viaturas blindadas. Esta necessidade é ainda mais premente nos elementos especialmente destinados à luta anticarro.

Só identificando as viaturas se tem possibilidade de distinguir as nossas das inimigas.

Não basta saber identificar uma viatura estando ela visível, é preciso, muitas vezes, fazê-lo através da observação de uma das suas partes, pois as restantes podem encontrar-se dissimuladas.

Identificam-se as viaturas, especialmente, através da observação, das seguintes partes:

- Antenas
- Torre
- Armamento
- Corpo
- Trem de rodagem.

— *Antenas* — Observar o seu tipo, número e localização.

— *Torre* — Observar a sua posição (à frente, ao centro, ao lado), se é vertical ou inclinada, se utiliza escudo para o canhão e metralhadora, aspecto da cúpula, periscópio, etc.

— *Armamento* — Observar o tipo do canhão, seu comprimento, as metralhadoras, seu número e localização.

— *Corpo* — Observar a altura, comprimento e largura, os ventiladores, guarda lamas, etc.

Revista da Cavalaria

— *Trem de rodagem* — Observar os roletos de rolamento (tamanho e número), rodas guias (número), roda motriz (à frente ou atrás), blindagem de protecção à lagarta, lagartas paralelas ou inclinadas, largas ou estreitas; se for autometralhadora quantas rodas, tipo guarda lama.

Outro factor importante a atender consiste no conhecimento das blindagens e suas espessuras.

(Ver album para identificação de viaturas blindadas).

Instalação de um posto D. C. B.

I — TEMA

Um G. C. D. 1 reforçado com 1 Esquadrão a Cavalo está estacionado na região de REDE. Tem os seus P. V. na linha M° de TORRES — C. do SALOIO — PICO (Δ).

O E. Cav. encontra-se bivacado no pinhal junto à Qt.^a do SÁ.

O inimigo possui Autometralhadoras e Carros e tem realizado reconhecimentos que alcançaram as imediações da região onde se encontra estacionado o G. C. D. 1.

Entre outras medidas tomadas pelo Comando do G.C.D. 1 para a segurança do estacionamento, o E. Cav., depois de reforçado com 1 Sec. Ca. Ac., recebeu a missão de estabelecer a segurança contra elementos blindados na direcção S. GREGÓRIO — Qt.^a do SÁ.

Por sua vez, o Com.^{te} do 1.º E. Cav. deu a seguinte ordem:

G. C. D. 1	P. C. em Qt. ^a do SÁ.../.../...
E. Cav.	às 12.00
N.º.....	Exemplar n.º
Carta	

• ORDEM PARTICULAR PARA A INSTALAÇÃO DO POSTO DE D. C. B.

1) — O inimigo possui Autometralhadoras e Carros e tem realizado reconhecimentos que abrangem as imediações da região onde nos encontramos estacionados.

Revista da Cavalaria

2) — O 1.º E. Cav. recebeu como missão estabelecer a segurança contra os elementos blindados na direcção S. GREGÓRIO — Qt.ª do SÁ para o que foi reforçado com 1 Sec. Ca. A. C.

3) — Será estabelecido a partir das 14.00, de hoje, até nova ordem, na margem direita da R.ª de SÁ e a cavalo da direcção S. GREGÓRIO — Qt.ª do SÁ, um posto de D. C. B. com a seguinte constituição:

- Comt. alf. F Comt. do 1.º/1 E. Cav.
- 1.º E. Cav.
- 1 Sec. Ca. A. C.
- 1 Estafeta moto

com missão de interdizer aos elementos blindados inimigos, vindos de S. GREGÓRIO, a progressão ao longo da estrada para Qt.ª do SÁ.

4) — À disposição do Posto de D. C. B., no Trem do Esquadrão, o seguinte material:

- 4 cargas explosivas anticarro (magnéticas);
- 4 minas anticarro dispostas em fiada;
- 4 minas anticarro dispondo de deslizadores;
- 36 minas anticarro;
- 6 granadas de fumos.

5) — O posto de D. C. B. é reforçado com 4 sapadores do G. C. D. 1 para a colocação das minas. Finda a colocação recolhem.

A ponte não pode ser danificada.

6) — Sinal de alerta e alarme — os já estabelecidos.

7) — Alimentação — a fornecer pelo Trem.

8) — Evacuações de feridos: para o P. S. do G. C. D. 1 em

O Comt. do E. Cav.

F

Cap.

Revista da Cavalaria

II — RESOLUÇÃO

1) — *Generalidades*

Recebida a ordem, o Comt. do posto de D. C. B. encarregou o sargento F. ... do seu Pelotão de reunir todos os elementos que o constituem, de lhes passar revista a fim de verificar se dispunham do armamento em bom estado, das munições, da ferramenta, se os cavalos estão em boas condições, assim como as viaturas dos canhões, etc. Também o encarregou de receber no Trem o material destinado ao obstáculo anticarro e à luta imediata, o qual deverá ser transportado nas viaturas dos canhões. Logo que tudo se encontre em condições, o que se deve verificar no prazo máximo de uma hora, marchará pela estrada para S. GREGÓRIO a fim de ir ter com ele, Comt. do posto, que se encontrará nas proximidades da ponte sobre a R.^a do SÁ.

Deverá, no entanto, deixar todos os elementos do posto abrigados de modo a não poderem ser avistados da margem esquerda e procederá a uma instalação sumária.

Ele, Comt. do posto, acompanhado do clarim e estafeta, seguirá na frente para fazer o reconhecimento.

Enquanto espera pelo cavalo, clarim e estafeta moto, estudará rapidamente, sobre a carta, o terreno de modo a orientar o seu reconhecimento.

Verifica que o posto vai ficar a uns 2000 m. afastado do estacionamento do Esquadrão e que, portanto, é necessário levar os cavalos.

2) — *Reconhecimento*

O reconhecimento terá de versar sobre:

- a localização das posições para os canhões;
- a localização da posição para lança-granadas anticarro;
- a localização da posição para a equipe ou equipes de luta imediata;
- a localização dos granadeiros anticarro;

Revista da Cavalaria

- a localização do obstáculo;
- a localização do Posto ou Postos de Combate;
- a localização do V. D. B.;
- a localização do P. C.;
- a localização de cavalos e viaturas desmontadas.

No local verifica que o terreno sobe, sem grandes declives da margem da R.^a para N. e que a crista se encontra a uns 300 m. O terreno da outra margem (lado do inimigo) é relativamente plano até uns 800 m.

A Ribeira leva muita água e as suas margens são verticais com a altura aproximada de 2 m. A sua largura anda, em média, por 5 m. Estas características fazem dela um obstáculo absoluto contra os carros. A estrada é macadamizada com 6 m. de largura e a ponte é de alvenaria com 20 m. de comprimento.

Do lado do inimigo o terreno é descoberto, do nosso lado encontra-se bastante arvoredo do lado E. da estrada e uns 100 m. logo a N. da Ribeira prolongando-se para O. da estrada e à retaguarda da crista.

A assinalar a convexidade que a Ribeira faz a E. da ponte.

Apreciado o terreno, no seu conjunto, é necessário preocupar-se seguidamente com o pormenor da instalação, mas para isso terá de efectuar o seguinte estudo:

a) — *para determinar as missões a dar aos canhões e, consequentemente, as suas posições, terá de ter em consideração:*

— *que a missão principal, é interdizer a passagem de blindados, pela estrada, para a margem direita da Ribeira, e que, portanto, os canhões devem bater a estrada na maior extensão possível. Isto, levaria a colocar os canhões em posição de enfiada, o que não é aconselhável, pelas razões a seguir apresentadas:*

— *que o tiro dos canhões deve ser rasante e não fixante, para que o terreno perigoso às viaturas blindadas, seja*

Revista da Cavalaria

o mais extenso possível. Deste modo, deverá escolher-se posições nas baixas e não posições de comandamento.

Este facto obrigará a puxar as posições dos canhões para junto da Ribeira;

— *que o canhão referenciado é normalmente o canhão destruído.* Não deverão colocar-se os canhões enfiando a estrada, pois, a sua posição ficaria incluída dentro do sector de 45° , para cada lado da direcção de vigilância de um carro que marche pela estrada e atinja a ponte. Seriam, assim, referenciados com a maior facilidade.

Este facto obrigará a escolher as posições dos canhões, à esquerda ou à direita da estrada.

Verificou logo que uns 100 m. à direita (E) da estrada prolongando-se por mais de 500 m. e uns 100 m. a S. da Ribeira há uma zona arborizada relativamente extensa.

Evitando uma referenciação mais fácil, os canhões em posição flanqueante têm a vantagem de actuar sobre um alvo maior (carro de lado) e de bater com maior facilidade o seu trem de rodagem (sua parte mais vulnerável) e as blindagens laterais, sempre mais fracas que as da frente, (a proporção das espessuras das blindagens frontais e laterais é em regra, de 2 para 1);

- *que o alcance eficaz do canhão é da ordem dos 800 m.;*
- *que é sempre conveniente possuir-se dois canhões quando se pretende interdizer uma direcção.* Pode-se obter, assim, uma sobreposição de zonas batidas, nos locais onde ela se pode revelar com maior eficiência. Representa sempre uma garantia, pois nada mais admissível que a neutralização ou destruição de um destes elementos.

Frisada a conveniência da utilização de duas armas, vejamos qual a localização mais aconselhável de uma em relação à outra.

Suponhamos que se pretende interdizer uma estrada. As duas armas podem ser colocadas do mesmo lado ou uma em cada lado. No último caso tem-se uma maior protecção, pois uma acção desenvolvida por um lado e que pode neutralizar uma arma não cai directamente sobre a outra.

Revista da Cavalaria

Além disso pode-se na mesma obter sobreposição de zonas batidas sobre a estrada e ainda cruzar os fogos.

Apesar das vantagens, não nos podemos esquecer que esta colocação das armas conduz a um grande afastamento, pois há que colocar as armas fora da boa zona de observação do carro. O afastamento gera, durante a acção, grandes dificuldades na coordenação dos fogos, mais a mais tendo-se em atenção que as nossas secções não são providas de T. S. F. A acção do comando encontra-se de tal modo dificultada que este inconveniente sobreleva todas as vantagens enunciadas para o caso de uma arma de cada lado. Foi esta a conclusão a que chegaram os combatentes da última conflagração. Deste modo, como consequência das realidades, torna-se aconselhável a colocação das armas do mesmo lado e separadas por distâncias que não excedam a ordem dos 100 a 200 metros;

— *que o acesso às posições deve ser fácil o que se verifica, pois pode-se utilizar caminhos existentes até à sua proximidade.*

— Resumindo — *as posições escolhidas devem estar colocadas do mesmo lado do itinerário a interdizer, haver sobreposição de campos de tiro, permitir o tiro razante, furtar-se, tanto quanto possível ao sector da boa observação dos carros e à observação aérea e ter fáceis acessos.*

— **Nota:** — devido à natureza das missões recebidas pelas Unidades de Cavalaria (que obrigam a maior parte das vezes a ocupar-se posições de grande comandamento que favorecem os fogos a distância e facilitam a retirada) nem sempre é possível localizar-se os canhões anticarro em posições que permitam o tiro rasante.

Por outro lado, tendo em atenção a dotação de canhões anticarro, nem sempre se consegue possuir o número necessário para dispor de, pelo menos, 2 armas por direcção a interdizer. Deve-se, no entanto, ter em atenção que é melhor defender bem as direcções principais do que dispersar os meios;

Revista da Cavalaria

b) — *para determinar a localização do lança-granadas anticarro e granadeiros anticarro tem-se de ter em consideração:*

- que em vista do fraco alcance da arma (aprox. 100 m, para o l. g. a. c. e 75 m. para a granada de espingarda) não há possibilidades de bater a estrada, colocando as armas fora da zona perigosa da observação dos blindados inimigos. Continua, porém, a ser aconselhável colocá-los em flanqueamento para poder bater em melhores condições as partes mais vulneráveis dos engenhos blindados;
- que sendo uma arma de tiro tenso, a sua posição para poder bater em boas condições a estrada à frente (N) da Ribeira, terá de ser localizada na baixa;
- que embora de fácil dissimulação, uma vez referenciados, têm muitas possibilidades de ser destruídos. Este facto obriga a uma cuidada dissimulação e a escolher posições de alternativa.

Os movimentos de umas posições para outras terão de ser realizados fora das vistas e dos fogos dos carrós, isto é, em itinerários desenhados.

Atendendo ao exposto, poder-se-á aproveitar um muro situado a 20 m. a S. e à esquerda da ponte, para localizar o lança-granadas anticarro em razoáveis condições de eficiência e protecção, tomando como posição de alternativa a casa existente a S. E.

Admitindo-se que por Eq. Expl. possa haver um grana-deiro, poderá um deles fazer parte da equipe de luta imediata; os outros serão utilizados nos Postos de Combate.

c) — *Para determinar a localização da equipe de luta imediata anticarro, terá de ter em consideração:*

- que se pretende barrar um estreito corredor de infiltração constituído pela ponte, pois não é de pôr de parte a hipótese de se dar uma neutralização do obstáculo constituído pelo campo de minas;

Revista da Cavalaria

— que os carros inimigos imobilizados pelo fogo do canhão ou do lança-granadas necessitam de ser destruídos.

Em qualquer dos casos as equipas de luta imediata têm possibilidades de actuar.

No 1.º caso, a sua actuação, parece conveniente do lado S. da Ribeira;

No 2.º caso, será uma acção a efectuar conforme a posição do carro imobilizado.

É, portanto, aconselhável que de um lado e de outro da estrada e à saída da ponte (lado S.) se cavem 2 poços (em ângulo recto), tendo-se porém em atenção que deverão ficar distanciados das minas o mínimo, de 10 metros.

Num dos poços ficarão o cabo (chefe da equipa e destruidor) e 1 soldado (muniador) e a maior parte do material, no outro ficará 1 soldado (o protector).

A fim de poderem barrar a saída da ponte o cabo disporá no seu abrigo das 4 minas dispostas em fiada e de 2 minas com deslizadores. Das granadas de fumos, 4 ficarão com o cabo e 2 com o protector.

Como os sargentos do pelotão a cavalo são armados com pistolas-metralhadoras, há as possibilidades de distribuir uma ao protector a quem, normalmente, fará mais falta que nos sargentos.

A actuação da equipa regula-se em harmonia com as regras indicadas nas instruções de luta imediata anticarro.

Ao escolher-se os homens que irão constituir a equipa ter-se-á de ter em conta as suas aptidões para esta espécie de combate onde a iniciativa e o arrojo encontram vasto campo de acção.

d) — *Para determinar a localização do obstáculo tem de ter em consideração:*

— *que o obstáculo não deve poder ser torneado:*

O único ponto em que o obstáculo pode ser ultrapassado pelos carros, sem o lançamento de meios especiais, é a ponte. Deste modo e atendendo a que se pretende poupar

Revista da Cavalaria

a ponte, a fim de ser utilizada pelos nossos elementos na sua marcha para N., tem de se dar continuidade ao obstáculo na zona da ponte.

3 soluções podem ser adoptadas:

- Colocar as minas do lado N. da Ribeira ou do lado S., dos dois lados ou na própria ponte. Parece-nos que a última solução, a mais segura e económica, apresenta a desvantagem de poder danificar a ponte.

Colocar as minas do lado N., impede o acesso à ponte, mas as minas ficam menos protegidas, especialmente, durante a noite; do lado S. ficando mais protegidas tem, no entanto, o inconveniente de obrigar os elementos que têm de actuar a cavalo da estrada (lança-granadas anticarro e equipe de luta imediata) a situarem-se muito afastados da ponte e a permitir a livre passagem nela. Parece-nos que se pode aproveitar das duas soluções, colocando as minas do lado N. da Ribeira, em maior quantidade, e algumas à saída S. da ponte como factor de segurança;

- *que o obstáculo deve poder ser batido pelo fogo das armas ligeiras*, a fim de evitar que as guarnições dos carros, os atiradores ou os sapadores que os acompanham possam proceder à sua neutralização ou destruição. Atendendo às características do terreno e à distância que medeia entre o obstáculo e a posição das armas ligeiras esta exigência é fácil de satisfazer.
- *O material distribuído ao posto foram minas:*

É conveniente construir um mínimo de 6 fiadas com as minas intervaladas de 2 m. e distanciadas de 5 m. O intervalo de 2 m. pode conduzir rebentamento por simpatia, no entanto, é aconselhável quando a frente é muito pequena, (intervalo normal, 5 a 8 metros).

A estrada tem 6 m. de largura, no entanto, convém colocar as minas de modo a cobrir-se bem a estrada e a saída da ponte; deste modo tem-se de contar, pelo menos, com uns 12 m. (mais 3 m. para cada lado da estrada).

Revista da Cavalaria

Teremos por fiada 6 minas. Em 6 fiadas, $6 \times 6 = 36$ minas $N = \frac{6}{2} = 3$ minas por metro de frente.

Obtém-se, assim, uma densidade bastante boa, pois dá a garantia da detenção da totalidade dos carros atacantes.

— *Outro cuidado a ter com a colocação das minas é a sua dissimulação.*

Como a estrada é macadamizada parece não ser difícil conseguir-se este objectivo.

— *O tempo necessário para a colocação das minas, contando com o seu enterramento e dissimulação avalia-se sabendo que o rendimento de trabalho é de uma mina por homem e por 10 minutos. A equipe formada pelos 4 sapadores efectuará o trabalho em:*

— cada 10 minutos 4 minas

— cada 90 minutos 36 minas

Admite-se, pois, que o obstáculo com minas levará 1 hora e 30 minutos a construir.

Deve-se começar por pôr as minas no lado N.

— *Não se deve ter elementos nossos a menos de 10 m. do campo de minas para não sofrerem os efeitos da explosão das minas.*

c) — *Para determinar as missões a dar às Met. L. e consequentemente as posições dos postos de combate a ocupar, terá em consideração:*

— que deve bater o obstáculo e, portanto, não só a Ribeira como, essencialmente, o campo de minas;

— que devem flanquear as posições dos canhões e do lança-granadas anticarro, impedindo a passagem de

Revista da Cavalaria

elementos inimigos a pé pela Ribeira e, até flanquearem-se mutuamente;

- que devem bater os atiradores que acompanhem os blindados;
- que devem bater os blindados visando as frestas e periscópios para diminuir as suas possibilidades de observação;
- que as suas posições não devem ser facilmente referenciadas;
- que devem procurar fazer o tiro rasante e terem o menor número possível de espaços mortos.

Atendendo às duas primeiras condições e localização das Met. L. terá de se fazer uma à esquerda e outra à direita da estrada. Atendendo às outras condições não deverão ir para a crista, onde seriam facilmente localizadas e não poderiam fazer o tiro rasante. Deste modo, a localização mais adequada parece a indicada no esboço topográfico informado em anexo. Encontram-se abrigadas dos tiros frontais enquanto cumprem a maior parte das missões e o terreno favorece a sua dissimulação.

Igualmente, fogem à observação mais cuidada que a guarnição do carro pode fazer.

f) — *Para determinar a posição do V. D. B. terá de ter em atenção:*

- que a sua localização deve permitir uma boa observação e encontrar-se próximo das posições dos canhões,
- que igualmente, deve possuir boas ligações com a guarnição do lança-granadas anticarro.

Parece aconselhável a posição indicada no esboço topográfico informado em anexo, (orla N. E. da zona arborizada onde se encontram os canhões). Está próximo dos canhões, tem boas ligações com a guarnição do lança-granadas anticarro e boas vistas sobre a margem N. da Ribeira desde que aproveite uma das árvores.

Revista da Cavalaria

g) — *Para determinar a posição do P. C. terá de ter em atenção:*

— *que se deve localizar onde melhor se possa dirigir o combate do posto e para isso terá de possuir perto um bom local de observação e boas ligações com os seus elementos (guarnições dos canhões, lança-granadas, Postos de Combate, equipe de luta imediata) e ficar abrigado.*

A posição indicada no esboço informado em anexo, obedece às condições enunciadas.

Se se situasse na esquerda localizava-se longe dos canhões. Na posição indicada estando perto das posições dos canhões, está também perto dos elementos de luta imediata. Só o Posto de Combate n.º 2 se encontra mais distanciado, mas ali poderá ter um sargento, o que atenua este inconveniente.

h) — *Para determinar a posição abrigo dos tractores dos canhões e do grupo de cavalos desmontados, deverá ter em atenção:*

— *que essa posição deve ter boa ligação com a estrada por causa dos tractores; que deverá estar abrigada das vistas e fogos terrestres e aéreos; que não deverá estar muito longe das posições e que disponha de itinerários desenhados para as posições a fim de facilitar o remuniciamento.*

Na zona arborizada imediatamente à retaguarda da crista na margem N. da Ribeira, os tractores e os cavalos desmontados estarão em boas condições.

A fim de dirigir o serviço de remuniciamento um cabo deve ficar neste local. Dispor-se-á, ali, dos condutores dos tractores, do condutor do cavalo porta-munições e do lança-granadas anticarro e dos guarda-cavalos das Esquadras e do ferrador. Em caso de necessidade este pessoal

Revista da Cavalaria

poderá efectuar uma ligeira defesa local. É conveniente prender os cavalos às árvores e não às argolas de bivaque, pois deste modo os homens ficam disponíveis.

Pelo que já se expôs, conclui-se que o dispositivo engloba:

- 2 postos de combate;
- 2 posições de canhão anticarro;
- a posição de lança-granadas anticarro;
- a posição da equipe de luta imediata;

e há também que contar com o grupo de cavalos e viaturas desmontados.

Vejamos então a organização dos comandos.

É preferível ter um sargento, pelo menos, em cada posto de combate, nas posições dos canhões e no grupo de cavalos e viaturas desmontados ficando ele, comandante do Posto, livre para coordenar a acção de todos os elementos. No entanto, para realizar este desejo, falta um sargento. A questão põe-se: pondo um sargento no grupo de cavalos e viaturas desmontados, terá o Comandante do Posto de comandar directamente um dos Postos de Combate. Atendendo ao volume do grupo de cavalos desmontados e ao remuniciamento, é também aconselhável ter ali um sargento. Neste caso terá o Comandante do Posto de comandar directamente um dos Postos de Combate, ficando demasiadamente excêntrico no dispositivo. Parece, portanto, mais aconselhável mandar um bom 1.º cabo para o G. C. Desmontados e o sargento para o Posto de Combate n.º 2.

— **Nota** — Frisa-se, novamente que, de um modo geral, nas posições ocupadas pelas Unidades de Cavalaria não se pode, em regra, obter todas as condições enunciadas. Tem-se de ocupar posições de crista, em que não é fácil obter-se tiros rasantes.

No Tema apresentado não se admite que o Posto de D. C. B. possa retirar para outra posição. Tem de resistir na posição que ocupa e, portanto, não se atendeu, como factor essencial, à possibilidade de retirar. Esta circunstância permite localizar-se as armas em zonas mais baixas

Revista da Cavalaria

em que a rasança das trajectórias é obtida com maior facilidade.

3) — *Ordem*

Efectuado o reconhecimento, tendo em conta os factores apresentados e tiradas as conclusões, fácil se torna ao Comandante do Posto de D. C. B. dar a ordem de instalação aos seus elementos.

A ordem será verbal e dada no terreno.

Reduzida a escrito, poderá tomar a seguinte forma:

1.º E. Cav.
Posto de D. C. B.
N.º

P. C. em .../.../...
às 13.15

ORDEM PARA A INSTALAÇÃO DO POSTO D. C. B. (Verbal)

1) — O inimigo tem Autometralhadoras e Carros e tem efectuado reconhecimentos na direcção que o posto vai barrar.

2) — O 1.º E. Cav. recebeu a missão de estabelecer a segurança do estacionamento do G. C. D. 1... na direcção de S. GREGÓRIO — Qt.ª do SÁ.

3) — O Posto D. C. B. constituído pelo 1.º/1 E. Cav., a 1.ª Sec. Ca. A. C./1.º Pl. e 1 estafeta-moto tem a missão de interdizer aos elementos blindados inimigos vindos de S. GREGÓRIO a progressão ao longo da estrada para a Qt.ª do SÁ, a partir das 15,00, para o que ocupará uma posição na margem direita da R.ª do SÁ e a cavalo da estrada.

4) — Disposições:

a) A Sec. Ca. A. C. ocupará as posições indicadas no esboço anexo, tendo por missão principal bater a estrada a N. da ponte. Deverá preparar posições de alternativa.

Revista da Cavalaria

b) *Postos de Combate:*

- N.º 1 — constituído pelo sargento F.; 1.º e 2.º Eq. localizado na posição indicada no esboço em anexo, tem por missão principal bater o obstáculo e flanquear a posição dos elementos de luta imediata e o Posto de Combate n.º 2 e secundária de bater o flanco direito e os atiradores que acompanham os carros;
- N.º 2 — constituído pelo sargento F.; 4.ª e 5.ª Eq. localizado na posição indicada no esboço em anexo, tem por missão principal bater o obstáculo, flanquear as posições dos elementos de luta imediata e dos canhões e secundária de bater o flanco esquerdo e os atiradores que acompanham os carros.

c) — *A guarnição do lança-granadas anticarro*, na posição indicada no esboço em anexo, com a missão de bater os carros na frente do campo de minas e, se necessário, na ponte e a S. desta. Deverá preparar uma posição de alternativa junto à casa.

d) — Constituir-se-á uma *equipe de luta imediata* com o cabo da 3.ª Eq., 2 soldados e o granadeiro da mesma Eq. (N.º). A sua localização está indicada no esboço em anexo. Terão como missão deter e destruir os carros que passem a ponte e destruir os que fiquem detidos na frente da posição, (esta última missão só será executada à minha ordem).

— Recebem nos tractores da 1.ª Secção.:

- 4 cargas explosivas a. c. magnéticas;
- 4 minas a. c. dispondo de deslizadores;
- 4 minas a. c. dispostas em fiada;
- 6 granadas de fumos.

e) — Com os restantes soldados da 3.ª Eq. montar-se-á um *posto de V. D. B.* na posição indicada no esboço em anexo. Cada vigia será rendido hora a hora.

Revista da Cavalaria

f) — Na frente da ponte e do nosso lado constituir-se-á, com minas, um *obstáculo anticarro* formado por 6 fiadas (4 a N. e 2 a S.) à distância de 5 m. e tendo cada fiada 6 minas intervaladas de 2 m.

As minas são recebidas nos tractores da 1.^a Secção.

A dissimulação deve ser cuidada.

Os sapadores encarregados deste trabalho, logo que o terminem, regressarão ao seu pelotão.

g) — Os tractores de Ca. A. C. e os cavalos desmontados no local indicado no esboço anexo. O cabo Comandante da 1.^a Eq. Exp. comandará o grupo e dirigirá o remuniciamento.

h) — P. C.

E. Cav. Qt.^a do SÁ.

Posto D. C. B. Ver esboço em anexo; mantém-se nele o A. L. e o clarim. O estafeta-moto junto ao grupo de cavalos desmontados.

i) — Sinais de alerta e alarme

j) — Alimentação — a fornecer pelo Trém do Esquadrão.

k) — Rações — fornecer pelo Trém do Esquadrão.

l) — Evacuações de feridos para o P. S. do Esquadrão em Qt.^a do SÁ.

m) — Remuniciamento:

— das armas nos tractores e G. Cav. desmontados.

— do posto de D. C. B. — no Trém do E. M. E. e do 1 E. Cav.

O Comandante do Posto de D. C. B.

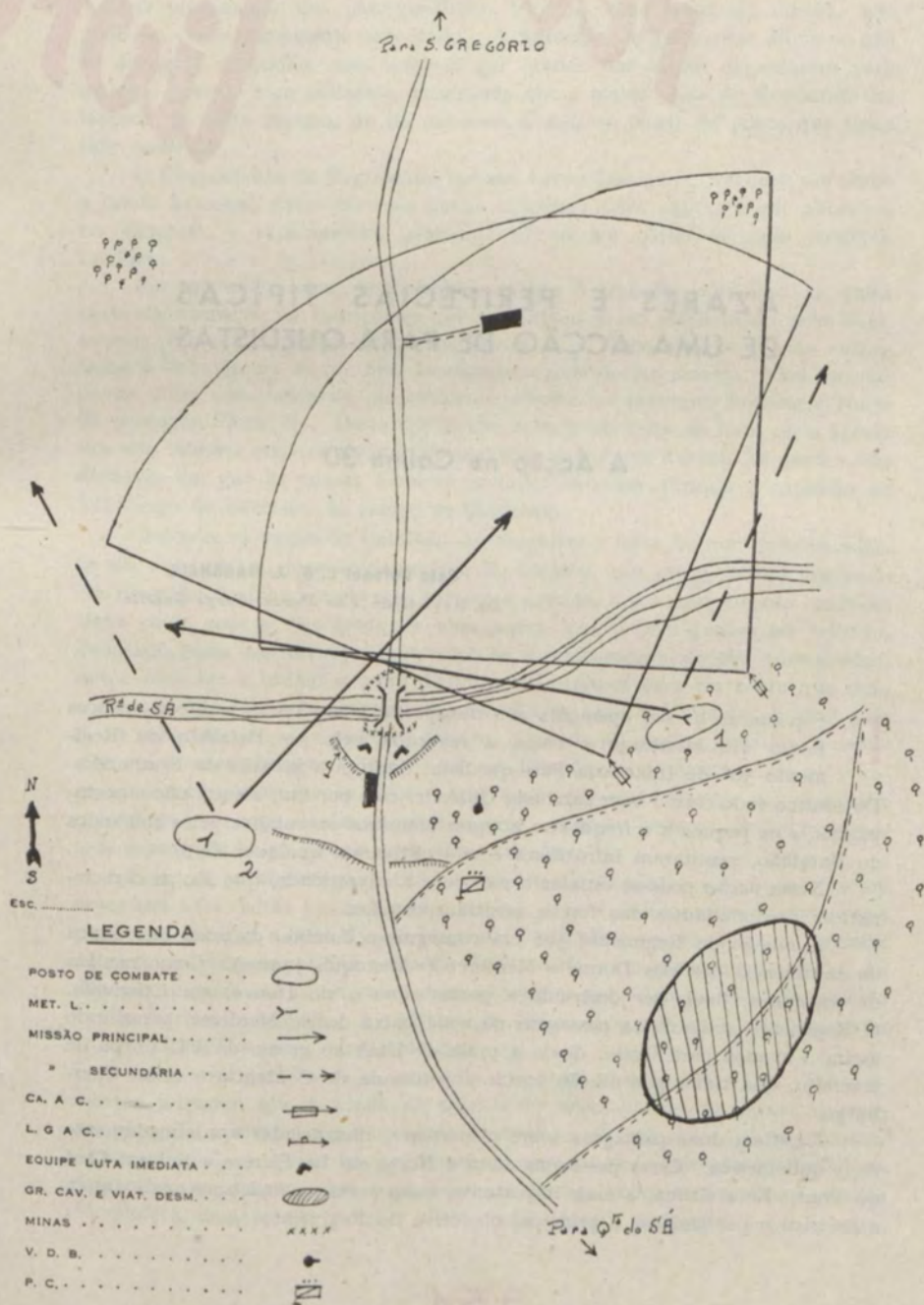
F.

Alferes

1 E. Cav.
 Posto D. C. B.
 N.º

P. C. em/...../.....
 às 13-15

ESBOÇO TOPOGRÁFICO INFORMADO



Jornaes revistas livros

AZARES E PERIPÉCIAS TÍPICAS DE UMA ACCÃO DE PÁRA-QUEDISTAS

A Accção na Colina 30

Pelo Coronel L. S. A. MARSHALL

Da Revista de *The Marine Corps Gazette*

De todas as nossas operações aerotransportadas no teatro europeu, poucas foram tão interessantes como a realizada pelo 3.º Batalhão do Regimento 508 de Infantaria Pára-quedista, durante a invasão da Normandia. De começo tudo correu bem para esta Unidade; mas por fim, a sorte não a acompanhou e os pequenos e frequentes ataques ofensivos executados pelos comandos do Batalhão, resultaram infrutíferos e não obtiveram qualquer êxito.

Nesta accção pode-se estudar o esforço e a adversidade, que são as características predominantes das forças aerotransportadas.

A missão do Regimento 508 era conseguir o domínio da zona estratégica da confluência dos rios Douve e Merderet (ver croquis juntos). Como medida de segurança, devia ser destruída a ponte sobre o rio Douve, em Etienville. O Regimento ocuparia as passagens na zona baixa do rio Merderet, permitindo assim o avanço para Oeste, desde a praia de Utah ao grosso do VII Corpo de Exército, que tinha por missão cortar a península de Contentin e isolar Cherburgo.

Existiam duas passagens sobre o Merderet, distanciadas aproximadamente de 3 quilómetros. Estas passagens eram a Norte em La Fiere e a Sul em Chef du Pont. Esta última, a mais importante, dava acesso a uma zona mais ampla e decisiva e por isso era o principal objectivo do Regimento.

Revista da Cavalaria

Estudado o terreno, decidiu-se que o Regimento seria lançado a Oeste do rio Merderet e a Norte do rio Douve, e, devia reunir-se no ponto de cotá 30, uma colina cultivada na sua parte superior, de encostas escarpadas e que dominava a uns 1.600 metros a passagem de Chef du Pont.

O lançamento dos pára-quedistas, feito às duas horas da manhã, não pôde ser convenientemente executado. A formação de transporte diluiu-se não só devido à escuridão, mas também por muitos dos aviões dispersarem para evitar o potente fogo antiaéreo, resultando que a maior parte do Regimento foi lançado na outra margem do rio Merderet e mais ao Norte do ponto que tinha sido escolhido.

O Comandante do Regimento, coronel Leroy Lindquist, tomou a seu cargo a tarefa de reunir parte das suas forças, dispersas pelos pântanos que abundam no Merderet, e rapidamente, avançou para o seu objectivo mais próximo: La Fiere.

Por estranha ironia, esta decisão anulou o trabalho silencioso da única parte da formação de transportes que cumpriu o plano estabelecido pelo Regimento. A vaga de aviões que transportava o 3.º Batalhão, como não encontrasse a linha escura do rio, nem localizasse a zona do lançamento, voou directamente sobre esta, lançando, no momento preciso, os primeiros homens a Norte da povoação Picauville. Deste modo, eles caíram em terra no local onde apesar dos seus maiores esforços tiveram de permanecer isolados durante os quatro dias decisivos em que as tropas aerotransportadas estavam abrindo o caminho ao VII Corpo de Exército, no centro de Contentin.

Contudo, as tropas do Batalhão, ao chegarem a terra ficaram desorientadas. O seu comandante, tenente coronel J. B. Stanley, um jovem oficial graduado em West Point, tinha notado que durante a descida, o seu equipamento luminoso tinha caído com a velocidade de uma pedra, por o pára-quedas ter falhado. Pensando neste contratempo, enquanto se desembaraçava do seu pára-quedas, notou uma luz a brilhar a certa distância. Dirigiu-se para ela e viu que todo o equipamento luminoso estava feito em pedaços, mas, por milagre, o farol guia tinha suportado a queda e estava intacto. Quando ali chegou já estavam reunidos oito dos seus homens. Como o terreno fosse baixo e coberto, o grupo avançou procurando uma lomba. Assim que a encontraram, Stanley mandou fixar o farol guia na copa da árvore mais alta e colocar as lanternas individuais nos seus ramos (de longe parecia uma árvore de Natal!).

Cerca de 30 homens já se tinham aproximado das luzes, e com eles Stanley organizou uma defesa em todas as direcções, com a única protecção das armas portáteis. Dividiu o resto da sua força em 5 patrulhas encarregadas de procurar os restantes homens. Cada patrulha foi enviada num determinado rumo, ou direcção de uma colina ou casas, com instruções de voltar ao local de reunião a uma hora determinada. A medida que foram chegando mais homens, estes eram distribuídos pelas sebes próximas.

Das armas pesadas só se conseguiu recuperar uma metralhadora. Por momentos julgaram que a ajuda de que tanto necessitavam ia chegar quando um planador apareceu na obscuridade da noite, e aterrou num campo próximo. Assim que o C 47, que o havia rebocado, passou voando ruidosamente sobre as suas cabeças, correram para o planador, esperando encontrarem armas pesadas ou reforços, mas, apenas viram o piloto e constatarem consternados que o carre-

Revista da Cavalaria

gamento não lhes interessava. O piloto agarrando na sua carabina juntou-se ao grupo.

Entretanto uma patrulha que tinha regressado, informou que observara nos arredores, os contornos de uma povoação que devia ser Picaucville. Stanley que ainda não tinha localizado bem a sua posição, em relação à zona de lançamento, reconheceu o caminho que tinha sido percorrido pela patrulha, orientou-se com a torre de uma igreja e concluiu que estava exactamente no local indicado para o lançamento do seu Batalhão. No regresso à posição, encontraram dois fardos, os quais tinham uma «Bazooka» e um rádio portátil.

Em Picaucville estava uma força alemã de três Companhias de Infantaria, uma bateria de artilharia e quatro carros de combate. Estavam atentos ao que se passava e já tinham posto fora de combate um certo número de pára-quedistas que tinham descido no seu sector.

Entretanto mantinha-se a obscuridade e os alemães não fizeram o menor movimento contra as forças que se iam agrupando, tendo actuado como se estivessem paralizadas pelo medo, o que não era normal. Na realidade não houve um só caso de contra-ataques alemães às nossas forças aerotransportadas durante a primeira noite, conquanto as oportunidades tivessem sido imensas.

Quando rompeu a manhã, a posição começou a ser batida por fogos pouco intensos de armas portáteis. Stanley verificou que se tinha estabelecido um primeiro contacto com as patrulhas inimigas que procuravam localizá-lo. Julgou que os homens do seu Batalhão, que estavam ainda espalhados, já estariam perto da sua posição, mas não pôde obter as informações que confirmassem o que lhes ia sucedendo. Com a intenção de poupar o seu escasso abastecimento de munições, ordenou aos seus homens que só fizessem fogo quando vissem alvos vivos, o que raramente acontecia. Deste modo, sem qualquer plano, a acção prolongou-se por várias horas não tendo o inimigo tirado qualquer vantagem da situação enquanto Stanley ia esperando e desejando ter mais força antes de se arriscar a qualquer acção.

Pelo meio dia, os atiradores inimigos começaram a avançar ao longo das sebes, e sobre o flanco esquerdo da posição norte-americana começou a cair um fogo bastante intenso e bem dirigido.

Quase ao mesmo tempo, ouviu-se pela rádio uma voz amiga. O tenente Norman Mc Vicar tinha reunido à sua volta 60 homens, e estava numa posição, a cerca de 1.600 metros a Nordeste da posição ocupada por Stanley. Uma das patrulhas de Stanley, tendo-se perdido, encontrou a posição de Mc Vicar, e, este convidou Stanley a reunir-se com a sua gente.

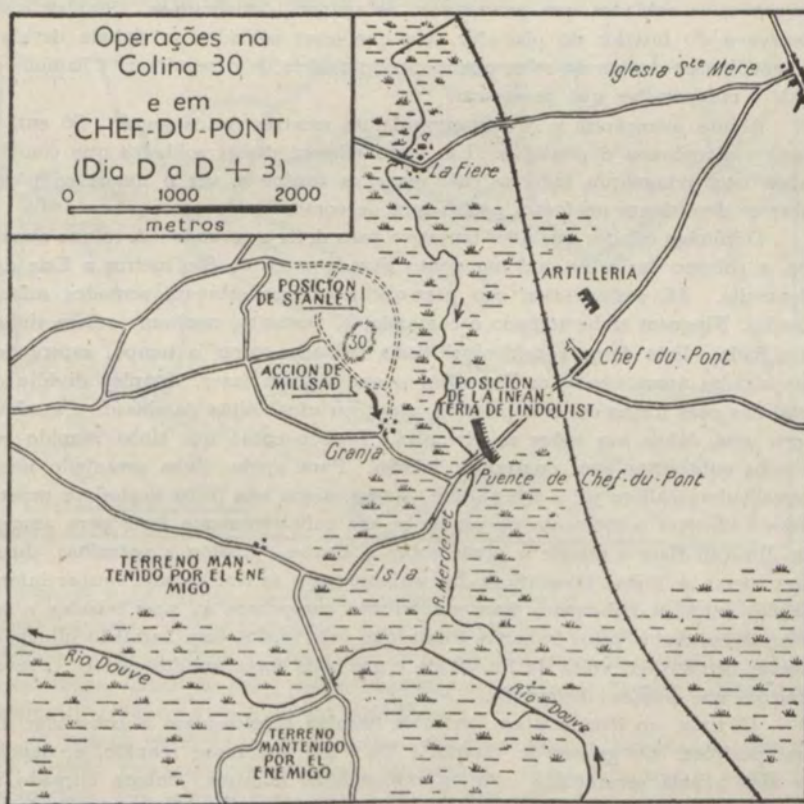
Stanley ordenou a Mc Vicar que se mantivesse na sua posição e que ele iria imediatamente até lá.

Os preparativos para este movimento estavam prontos às 12h00, e Stanley estava desejoso de o iniciar, pois tinha notado que o inimigo no seu avanço, o estava envolvendo pelos flancos. Porém, no último momento deteve-se. Tinha visto uma força norte-americana que avançava para as sebes próximas, aproveitando o terreno, e que parecia não se ter apercebido ainda da sua presença. Stanley gritou aos seus homens que dirigissem os seus fogos para a esquerda, julgando que assim manteria imobilizados os alemães e que com esse apoio a patrulha inimiga poderia chegar facilmente à sua posição. Mas, quando abriu fogo sobre a esquerda, a patrulha norte americana respondeu-lhe com todas as

Revista da Cavalaria

suas armas e dois dos seus soldados ficaram feridos na primeira descarga. Na posição de Stanley houve um rápido tremular de bandeirolas alaranjadas, e a patrulha, percebendo o sinal das tropas amigas, deu uma corrida e incorporou-se na posição. Esta patrulha, tinha sido enviada em missão de exploração por um terceiro grupo de homens do Regimento 508 que estava, sob o comando do major Warren, numa posição perto da de Mc Vicar.

A concentração do fogo sobre a esquerda, com o objectivo de cobrir a patrulha, deteve o ataque alemão nesse flanco, e Stanley resolveu retirar-se em direcção oposta. Isso afastava-o do caminho que o conduzia ao cumprimento



da sua missão: a destruição da ponte sobre o Douve em Etienville. Porém, a sua força era pequena e esperava que ao juntar-se com os grupos de Warren e de Mc Vicar poderia conseguir armas pesadas e explosivos.

A força iniciou a marcha, deixando para trás, acompanhados pelo oficial dos Serviços de Saúde, dez homens que tinham ficado inutilizados durante o desenrolar da acção, e que constituíam um peso morto que retardava o avanço do grupo. Esses homens ficaram acompanhados pelo médico para serem assistidos e para este fazer a sua entrega ao inimigo.

Revista da Cavalaria

Até ao momento de saírem da posição não tinham notado que o planador que aterrara durante a noite tinha obstruído a única saída para a retaguarda. As sebes erguiam-se sólidamente e eram demasiadamente compactas para permitir a passagem através delas, e, o planador era bastante pesado para ser removido.

Stanley viu que a única saída era através do planador. Os soldados, um a um, teriam de correr até ao planador, trepar para o seu interior por uma porta lateral e sair pelo outro lado. A solução constituía um enorme atraso e era necessário moverem-se rapidamente. Os minutos iam passando lentamente e mais de metade da força já tinha passado através do planador, quando o inimigo, descobrindo o que se passava, concentrou o seu fogo sobre ele. Neste momento, os soldados que procuravam escapar-se, detiveram-se. Stanley que observava do interior do planador, viu que esses soldados se tinham detido, e escondiam-se dentro da sebe, abandonando a ideia de o seguirem. Chamou-os irado e ordenou-lhes que passassem.

Alguns avançaram e os restantes deram mostras de os seguir. Só então Stanley abandonou o planador. Um certo número desses soldados que constituíam essa retaguarda indecisa, não mais os tornou a ver e nunca se pôde saber se desertaram ou foram postos fora de combate.

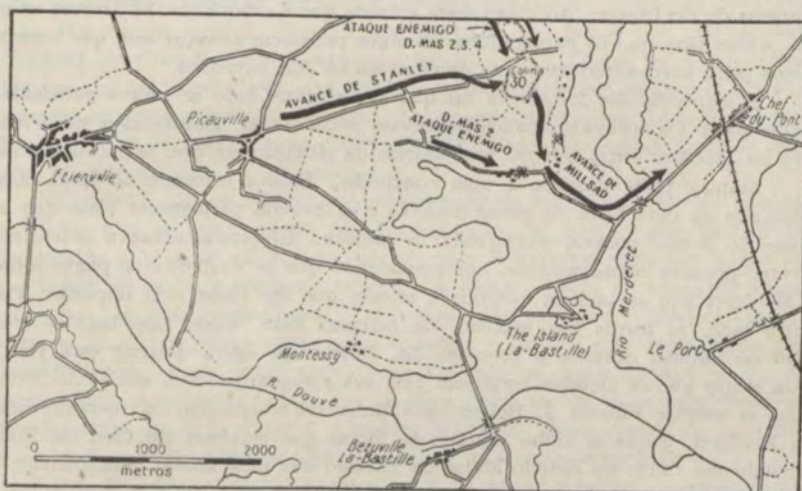
O inimigo não fez qualquer tentativa para deter a retirada. A coluna avançou, a coberto das sebes, até um ponto situado cerca de 800 metros a Este de Picaucville. Ali encontraram 200 pára-quedistas que estavam sentados numa clareira. Ninguém tinha tomado o comando, e, portanto, nenhuma ordem tinha sido dada. Esta força considerável tinha deixado correr o tempo, esperando que alguém aparecesse para lhes dizer o que deviam fazer. Stanley dividiu o total das suas forças em três pelotões, alcançou uma colina dominante e estabeleceu uma defesa em todas as direcções. Pensou então que tinha reunido os homens suficientes para cumprir a missão. Para apoio, tinha arranjado uma metralhadora calibre 50, e três calibre 30 mas, ainda não tinha explosivos necessários. Chegara o momento de provar se era suficientemente forte para atacar em direcção Este e atingir a ponte sobre o Douve. Enviou 4 patrulhas, duas para cortar as linhas telegráficas das vizinhanças e as outras para buscar informações entre os habitantes franceses. Estas cumpriram as suas missões e as informações dadas pelos franceses foram que pelo menos «um batalhão inimigo» estava disposto em volta de Picaucville e que uma força «muito maior» cavava posições que cobriam Etienneville.

Já tinha anoitecido e as forças de Stanley continuavam a consolidar as suas posições. Os grupos de Warren e Mc Vicar tinham-se reunido, e, depois de uma rápida escaramuça com os exploradores inimigos, tinham chegado à posição de Stanley. Contudo, este ainda duvidava se seria suficientemente forte para avançar para Este. Não tinha entrado ainda em contacto rádio, nem com o Regimento, nem com os outros Batalhões, tendo chegado à conclusão que o lançamento os tinha dispersado em largura e profundidade e que não havia forças norte-americanas a Oeste de Etienneville. Esta apreciação, como o provaram todas as informações posteriores, eram completamente certas e requeriam uma única solução integrada na missão dada ao Regimento 508. Era necessário avançar para a colina 30 que dominava o Merderet e a estrada Chef du Pont.

As 21h00 organizou as suas forças em duas Companhias, dando o comando de uma a Warren ficando ele com o da outra. Numa marcha de duas horas

Revista da Cavalaria

alcançaram a Colina 30 sem novidade. Era uma Colina que na carta parecia totalmente dominante e que, portanto, da sua crista devia dominar todo o vale, as estradas, e, ainda para além da cidade de Chef du Pont. Porém, a realidade do terreno desmentiu o que prometia a carta. A Colina 30 estava cruzada por sebes que tapavam completamente as vistas sobre os terrenos vizinhos e o arvoredo era alto e cerrado. O caminho que conduzia à crista era um lamaçal entre taludes altos e escarpados. Do alto da Colina 30 não se tinha a noção de se estar num ponto dominante, porque era quase impossível ver para além das primeiras sebes. Era um local favorável para uma reunião pois estava bem assinalado e tinha bastantes cobertos, mas por causa das copas das árvores não haviam nem campos de tiro nem de observação.



Nessa noite Stanley ocupou a posição e completou a sua organização na manhã seguinte. A sua Companhia tomou posições em forma de meia lua, na pendente Norte da colina. A Companhia de Warren foi colocada de modo a cobrir os caminhos vindos do Sul. Assim disposta, a posição de Stanley vigiava na direcção de La Fiere e da igreja de Saint-Mere.

A poucos quilómetros de distância, atingia o auge a batalha em que a 82.^a Divisão Aerotransportada estava empenhada. Dessa luta não se ouviu o menor ruído, e os esforços para tomar contacto pela rádio com qualquer comando superior foram infrutíferos. Concluiu então, que o Batalhão se tinha convertido num ponto avançado, sitiado, de uma invasão que tinha falhado. Contudo, essa sensação de isolamento não tinha começado a deprimir o espírito dos seus homens. Os seus encontros com o inimigo tinham tido bom êxito e não tinham sofrido um verdadeiro revés.

A noite foi tranquila, e na manhã do segundo dia saíram patrulhas para procurar fardos com abastecimentos e limpar do inimigo as zonas adjacentes. Outro grupo de dispersos chegou à posição trazendo metralhadores. Este aumento de reforços deu-lhe coragem para pensar em novos empreendimentos.

Revista da Cavalaria

Por rádio, tinha conhecimento de que tropas amigas situadas do outro lado do Merderet dominavam a parte final da estrada para Chef du Pont. Apenas sabia que essas forças eram norte-americanas mas não podia precisar os seus efectivos, pois não o podiam dizer pela rádio. Mas, para auxiliá-la e ao mesmo tempo para sua própria segurança, decidiu-se a interceptar a estrada que corria paralela ao Douve, ao Sul da colina 30, cortando a passagem às forças inimigas que tentassem avançar por aí na direcção Este, ou que viessem de Oeste até à Colina 30.

Deve notar-se que mesmo depois de interceptada a estrada, ao anoitecer, a 82.^a Divisão ainda não tinha conseguido estabelecer a testa de ponte no Sul.

A estrada para Chef du Pont, metade da qual se desenvolve entre pântanos, bifurca-se, seguindo uma parte pela zona baixa, para Sul, entre o terreno ocupado pelo inimigo, na região de Beuzeville, La Bastille e Montessy, nas duas margens do rio Douve. Ao longo desta estrada que é arborizada, as árvores eram suficientes para que os exploradores inimigos pudessem avançar sem que fossem vistos pelos norte-americanos que dominavam os dois extremos.

A dispersão das forças era tal que em nenhum lado se estava suficientemente forte. Os norte-americanos hesitavam entre atacar, manterem-se na defensiva ou procurar outra solução para saírem da situação em que se encontravam.

Stanley tinha chegado a uma conclusão. Estava colocado no local mais avançado de uma testa de ponte decisiva e aí deveria permanecer visto que se saísse de lá não poderia reconquistar a posição. Enquanto actuava defensivamente, pensava ofensivamente, compreendendo que se destruísse a ponte sobre o Merderet não se poderia cumprir a missão que lhe tinha sido imposta. Por outro lado, as forças que estavam na margem Este, tendo sido batidas pelo fogo do inimigo durante o primeiro dia, desejavam agora destruir esta ponte para evitar que os alemães surgissem pela sua retaguarda. Um oficial do Batalhão, o tenente Francis J. Bolger, que tinha caído próximo da margem Este do Merderet, e que se tinha juntado às forças que estavam em Chef du Pont ouvindo um Chefe do Estado Maior da Divisão dar uma ordem para destruir a ponte, e verificando que a ordem era mal dada, chamou Stanley pela rádio e avisou-o de que a ponte ia ser destruída.

Devido aos protestos de Stanley a ordem foi suspensa e posteriormente revogada. Por uma contingência, a coragem de um tenente discutindo uma ordem superior, salvou-se a ponte que depois foi utilizada pela 90.^a Divisão de Infantaria e outras forças do Corpo de Exército para a passagem do obstáculo que era o rio Merderet.

Mesmo assim Stanley continuava actuando às cegas. Não tinha conhecimento da situação geral e não tinha ainda tomado contacto com os comandos superiores. Nestas circunstâncias, pode perguntar-se, se a sua firmeza de manter intacta a ponte era proveniente do seu optimismo, ou, mais correctamente, do desgosto de ver destruído o único meio de ligação com a força norte-americana de que tinha notícias.

Ainda que Stanley o não soubesse, a sua força era a única que estava actuando taticamente a Oeste do Merderet. Nas outras partes, excepto alguns pequenos grupos isolados e imobilizados que esperavam ser recolhidos, as forças norte-americanas tinham fracassado e o inimigo estava sólidamente estabelecido nas suas posições. Por ter chegado a terra precisamente sobre o objectivo, estava Stanley de facto lutando para todo o Corpo de Exército, mas era

Revista da Cavalaria

necessário definir se em tais circunstâncias, poderia manter-se o suficiente para que daí resultasse algum benefício para essas forças.

Nessa noite o comandante do Regimento, Lindquist, chegou a Chef du Pont e falou com Stanley. Concordando com tudo o que Stanley tinha feito e dito, ordenou-lhe que continuasse a defender a Colina 30, o que era fácil de dizer mas difícil de fazer.

As forças tinham poucas munições e víveres, estavam quase sem meios sanitários e as baixas eram numerosas. O cimo da Colina 30 estava a ser fortemente batido pelo fogo de morteiros, proveniente da preparação de um ataque que o inimigo lançava no flanco Norte da posição.

Grupos de atiradores rondavam ao longo das sebes e fustigavam os postos avançados.

A situação impunha tomar uma rápida resolução: A marcha para Este.

Na terceira manhã (D+2), uma patrulha das forças que estavam estacionadas em Chef du Pont estabeleceu ligação com a Colina 30, e, informou o tenente coronel Stanley que marchando pela estrada tinham alcançado a posição sem encontrarem resistência inimiga. Tal acontecimento que devia ter alegrado Stanley pô-lo de mau humor, pois a patrulha tinha atravessado as suas linhas sem ter sido atacada ou reconhecida.

Correndo, desceu a colina, e, observando de um ponto alto do caminho, verificou que as suas ordens para organização da posição não tinham sido cumpridas. Cerca de 50 homens tinham sido destacados para proteger o sopé da Colina 30 e deter qualquer avanço das forças alemãs ao longo da estrada principal, de Este para Oeste. Tinha-lhes ordenado que estabelecessem dois campos de minas (essas minas eram inimigas e tinham sido encontradas pelos seus homens). Esses campos de minas cobriam os caminhos que se dirigiam para ambos os lados da Colina 30. A força devia ser colocada num lugar adequado, entre os dois campos minados, actuando como centro de resistência e de modo a poder cobri-los com o fogo das suas armas automáticas.

Em vez disso, Stanley verificou que as forças estavam desorganizadas e dispersas, e não se podiam apoiar entre si. O dispositivo era tal que se uma força alemã os atacasse pela estrada, a posição poderia ser cortada em duas e tomada pela retaguarda. Stanley então deu ordens e instruções detalhadas para a organização da posição, indicando a maneira de colocar os soldados e pondo a base de fogos num ponto central. Vendo que as suas ordens estavam a ser cumpridas, tornou a subir a Colina, mas, antes de ter alcançado a crista, o inimigo iniciou um forte ataque com um efectivo aproximado de uma companhia, ataque que partiu das sebes que corriam paralelas à estrada para Oeste. O fogo surpreendeu as forças no momento em que efectuavam o movimento ordenado e mudavam as armas pesadas para a nova posição. Stanley ouviu o ruído do combate quando chegava à crista da Colina 30, e, percebendo que devido às ordens que tinha dado, a força colocada nas barreiras estava a ser decididamente atacada, chamou Warren, reuniram um pelotão e contra-atacaram pelo Sul, encosta abaixo, convencendo-se que assim cairiam sobre a esquerda do ataque inimigo.

O contra-ataque foi lançado, mas ao mesmo tempo que começavam a desorganizar o flanco inimigo, os homens de Stanley ouviram o conhecido matraquear das metralhadoras e carabinas norte-americanas que estavam batendo

Revista da Cavalaria

a zona em que eles combatiam. Havia uma distância de 300 metros entre os soldados que cobriam as barreiras e o pelotão que contra-atacava de flanco. Os primeiros não podiam observar o que acontecia, e Stanley tinha-se esquecido de lhes comunicar a manobra que tinha realizado. Eles estavam atirando para a zona donde ouviam os tiros.

Acompanhado por um soldado, Stanley deslocou-se rastejando por entre as sebes até às forças que estavam nas barreiras, pensando que ainda poderia obter algum apoio com uma pequena mudança na direcção do tiro. Porém, quando aí chegou já tinha passado a oportunidade, e, encontrou os soldados acorados em desordem contra os taludes.

Ao mesmo tempo que a posição suportava o fogo frontal, era batida de flanco por morteiros pesados, situados a algures nos arredores de Montssy. Enquanto apreciava a situação, vários soldados foram postos fora de combate. Ordenou então que o pelotão que defendia as barreiras regressasse à Colina 30. Avançou logo com este pelotão para Oeste, a coberto das sebes, com a intenção de aliviar a situação em que se encontrava o pelotão que contra-atacava de flanco. Estava convencido que a posição na própria Colina era suficientemente forte para atacar as forças inimigas quando chegasse o momento oportuno, e não havia nenhuma vantagem em defender aquele terreno, que no conjunto tinha pouca importância. Não tendo encontrado o pelotão que tinha mandado com Warren, e sem perder tempo a procurá-lo, voltou para a Colina 30 onde tinha as suas forças. Ali encontrou Warren que tinha retirado. A apreciação que Warren fazia da situação, coincidia com a dele e, além disso, o efeito do fogo dos morteiros que tinha começado a cair entre os homens também o influenciaram.

Os alemães, avançando, tinham ocupado o terreno em redor da quinta que estava situada na base da colina. Stanley não se podia opor a este movimento, pois apesar de ter procurado durante bastante tempo, fardos com morteiros, não os tinha encontrado. As suas armas de tiro tenso não podiam empregar-se por causa das sebes, e só com morteiros seria possível tornar insustentável a posição das forças inimigas que ocupavam os terrenos da quinta.

Tacticamente a situação na Colina 30 era agora clara. A posição estava cercada. Ao êxito obtido pelo inimigo, a Sudeste contra as barreiras seguiu-se uma pressão que se manteve durante todo o dia contra os postos avançados.

A cadeia de colinas à qual pertencia a colina 30 estendia-se na direcção Noroeste e as baterias inimigas de morteiros estavam colocadas ao mesmo nível que as forças norte-americanas. A maior concentração do fogo inimigo caía no posto de socorros entre os soldados que aí estavam para receber tratamento dos pequenos ferimentos.

O pessoal dos postos avançados podia ver grupos de forças inimigas de efectivos equivalentes a um pelotão que avançavam progredindo a coberto das sebes. Entretanto, esse pessoal que estava a ser batido por intenso fogo das armas portáteis não cedia, apesar das elevadas perdas que estava sofrendo. De cada cinco combatentes, havia um que já estava ou morto ou ferido. Sete canhões M/3, de 7,5, que pertenciam ao 319.º Grupo de Artilharia de Campanha, e que estavam em posição do outro lado do rio, em Chef du Pont, apoiavam as forças da Colina 30 de tempos a tempos.

Revista da Cavalaria

Por toda a parte a situação era desesperada. A posição carecia de alimentos e não tinha material sanitário, a não ser os pensos individuais. Havia por toda a parte combatentes agonizantes, a quem noutras circunstâncias, teria sido possível salvar a vida. Os soldados que sabiam tudo isto, estavam a desmoralizar e pediram aos Comandos que fizessem qualquer coisa para os tirar daquela situação. Mas Stanley viu que a oportunidade de enviar patrulhas em busca de socorros já tinha passado e que a única coisa que podia fazer, era esperar. O seu desespero e o abaixamento moral dos defensores acentuava-se porque cerca de três quartas partes dos soldados que estavam sob o seu comando, não pertenciam ao seu Batalhão. Os seus próprios soldados encaravam com calma os acontecimentos, mas notava-se que a maior parte tinha o espírito deprimido.

Nessa noite, Dindquist falou pela rádio com Stanley e comunicou-lhe que ia mandar pela estrada, abastecimentos, para aliviar a situação na colina 30, mas para isso, era necessário que Stanley eliminasse os alemães que se mantinham no sopé da colina. O tenente coronel Woodrod Millsap ofereceu-se para o fazer como voluntário, dizendo que desejava abandonar a colina. Nessa tarde, Millsap tinha estado a tratar dos feridos e ouvira estes pedirem água. Entre eles, haviam soldados feridos no peito e outros que tinham sido feridos no estômago. Stanley ordenara que em nenhuma circunstância lhes dessem água, mas os lamentos persuadiram Millsap, e quando ninguém o observava, repartiu a água que ainda tinha no seu cantil, com os homens que pareciam sofrer mais, consolando-se com a ideia de que eles morreriam de um momento para o outro. Se este acto lhe pesava na consciência ou se se achava nervoso pela inacção, não o sabemos, mas explica o seu desejo de abrir caminho lutando, pois ele estava convencido de que as forças da colina 30 se encontravam esgotadas e que a única probabilidade de salvação era abrir um caminho para Este.

Iniciou-se a acção com uma força de 23 homens, sendo segundo comandante o 2.º tenente Lloyd L. Polette. Era cerca de meia noite quando deixaram a colina. Tinham combinado que deviam avançar lenta e cuidadosamente até à posição na base da colina, onde chegariam pelas 02h30.

Os sete canhões de Chef du Pont disparariam sobre a posição vinte e quatro tiros, e, logo que tivessem dado o último tiro a patrulha tomaria a posição de assalto. As 02h30, a patrulha alcançou a posição e esperou. Caíram três projecteis de artilharia na posição alemã, mas de repente, o fogo foi desviado para uma ilha que estava no centro do pântano. Esta mudança inesperada da direcção de tiro deixou Millsap perplexo. Esperou que lhe batessem a zona combinada, mas tal não aconteceu. Entretanto, enquanto esperavam, os homens de Millsap iam-se pondo nervosos. Quando cessou o fogo contra a ilha, Millsap compreendeu que a artilharia se tinha enganado com a obscuridade. Rápidamente com os seus soldados saltou para a estrada, marchando no terço posterior da coluna, e Polette na testa. Percebeu então que se ordenasse o assalto, o inimigo depois daquela preparação de artilharia o estava esperando e que os seus soldados o não seguiriam.

Haviam avançado cerca de 50 metros, quando ficaram debaixo de fogo de uma metralhadora. Millsap viu os seus homens retrocederem e a metade posterior da coluna desfez-se.

Revista da Cavalaria

Fugiam como cães!

Correu para um deles e agarrou-o. Era um sargento. Agarrou outro e gritou-lhe. O sargento que havia recuperado o seu aprumo, ajudava agora Millsap a deter os fugitivos. Entretanto Polette tinha-se mantido na testa com mais três homens. Eles retrocederam e ajudaram Millsap a juntar os fugitivos para depois poderem tornar a avançar.

Uma verdadeira chuva de foguetões luminosos lançados pelo inimigo, foi acompanhada por alguns tiros isolados de espingarda. O caminho que a coluna tinha percorrido desde a Colina 30, ia entroncar na estrada que corria de Oeste para Este, junto à quinta, num local onde o terreno era plano. No cruzamento do caminho com a estrada, havia um pomar de macieiras com um comprimento de 45 metros, e, para lá do pomar estavam as casas. Tinha sido da estrada da esquerda que a metralhadora atirava sobre a patrulha. Millsap decidiu avançar com os seus homens, rodeando o inimigo pela direita, através do pomar, até às casas. Havia um sólido valado, sem sebe, que cercava o pomar. Millsap levou cerca de meia hora a rodeá-lo pela direita e tomou posição em semi-círculo, de acordo com o seu traçado. Durante este tempo, o fogo inimigo tinha aumentado e agora eram já três metralhadoras que disparavam, com uma cadência bastante acelerada. Também tinha aumentado o número de foguetões e todo o terreno estava continuamente iluminado. As posições inimigas não pareciam estar organizadas em redor de uma base central de fogo, mas sim espaçadas ao longo das sebes, que separavam as casas do pomar e cobriam uma pequena abertura que havia entre eles. Era tal a luz e o ruído, que Millsap compreendeu que as condições em que o combate estava a decorrer, iam influenciando os nervos dos seus homens.

Millsap, ordenou: «Sigam avançando até estarmos sobre eles. Mantenham o fogo até que dê ordem». Seguindo através do pomar, avançaram até alcançar a sebe que limitava o outro extremo, e este movimento surpreendeu o inimigo. Quando os homens atingiram a sebe, uma voz, a menos de 20 metros de Millsap, gritou em alemão: «Alto! Quem vive?» Millsap disparou a sua M/1 nessa direcção e os seus homens deitaram-se por terra e dispararam para a sua frente com todas as suas armas (alguns iam armados de pistolas metralhadoras). A Millsap pareceu-lhe que o volume do fogo obtido naquela fracção de segundo era tremendo. Mas, o mais difícil era fazer levantar aqueles homens e avançar, pois eles estavam pegados ao chão e não se importavam que Millsap os amaldiçoasse ou lhes pedisse; eles não se moviam.

Rapidamente notou que se não fizesse levantar os homens, estaria perdido. O inimigo poderia avançar e batê-los com os seus potentes fogos desde a sebe mais próxima ou então cortar-lhes o caminho da retirada. Já se ouvia o fogo das pistolas metralhadoras na sua retaguarda e à esquerda. Então saltou e avançou uns quatro metros pela brecha da sebe e incitou os seus homens a segui-lo. Eles não se moveram. Tornou a voltar atrás, arrastando-se até eles, indo de homem a homem. Ninguém admitia que tivesse medo, mas cada um apresentou uma desculpa: ou estava carregando a arma, ou tinha ido levar um ferido, ou estava fazendo qualquer coisa que o «pregava» ao lugar onde se encontrava. Millsap sabia que estavam mentindo, porque ele também sentia o medo. Então Polette veio em sua ajuda e o homem mais jovem obteve melhor resultado. De repente desapareceu a dúvida.

Revista da Cavalaria

Os homens puseram-se em pé, e em seguida, num salto passaram a sebe. Os inimigos que tinham avançado até à sebe, ou foram mortos ou fugiram.

Deixando o casario à direita, os homens de Millsap fizeram um rodeio até à esquerda e retaguarda em direcção à estrada. Os foguetões luminosos iluminavam o terreno como se fosse de dia. Atiradores inimigos saíram dos seus «poços» e trataram de fugir, mas na sua fuga eram metralhados.

Depois de despejar uma Schmeisser, Millsap arrebatou uma M/1 a um sargento que diante dele tinha ficado de repente coxo, e continuou a fazer fogo.

Uns quantos inimigos ainda se mantinham nas posições, e entre os atacantes começaram a cair granadas explosivas e de fósforo branco. Alguns morreram e outros ficaram feridos. Os que ficavam de pé pareciam ter esquecido o perigo, não prestando nenhuma atenção aos homens que caíam.

Millsap, por causa das granadas que caíram nas suas proximidades, foi volteado por três vezes, mas ficou ileso. Viu alguns dos seus homens deterem-se para sacudirem partículas de fósforo, e depois continuarem a avançar. Quando já não restava nenhum alemão vivo junto à estrada, fizeram um rodeio até às casas. Alguns soldados munidos de espingardas e pistolas metralhadoras ainda aí se defendiam, a coberto das sebes. Mataram todos os que aí se encontravam e quando atravessaram o curral, mataram as ovelhas e as vacas. Pareceu a Millsap que os seus homens eram vítimas de uma hipnose geral e que actuavam como homens debaixo de um feitiço.

O fogo cessou quando não havia mais nada que matar. Millsap colocou sentinelas na zona da quinta e verificou que existiam possibilidades de que outras forças inimigas pudessem atacar de Oeste. A sua patrulha ficou reduzida a metade e necessitava de todos os homens disponíveis. A um soldado ferido de gravidade Polette ordenou-lhe que fosse para a estrada. Ele retorquiu-lhe: Não posso, tenente! Estou morrendo!! Millsap disse: «Sei que está morrendo! Mas eu também estou morrendo? Vá e cubra caminho!» Sabia que estava a pôr-se histérico e encontrava dificuldade em pensar e falar claramente. Os outros soldados também estavam sobre-entusiasmados. Viam-se muitos cadáveres em redor, mas com a pouca luz que havia não podiam distinguir quais eram os seus companheiros e quais os inimigos, nem tão pouco trataram de o averiguar.

Ordenando a Polette que se mantivesse ali até perder o último homem, Millsap pediu voluntários para atravessar com ele o valado, mas só se apresentou um homem. Tornou a perguntar, mas mais ninguém lhe respondeu. Partiu com o sargento Willian Klinfelter. A uma centena de metros encontraram um alemão. Millsap atravessou-o com a baioneta, e por mais duas vezes encontraram inimigos, que matou. Eles não podiam fazer prisioneiros. Em todos estes encontros Klinfelter tinha permanecido atrás de Millsap e este enojou-se com aquela atitude. Por fim disse-lhe: O que se passa com você? Não pode manter-se firme? Klinfelter respondeu: «Parece-me que estou ferido». Millsap desapertou a blusa de Klinfelter e viu que haviam 6 entradas de balas no braço e ombro esquerdo do sargento. Quando terminou o exame às feridas, Klinfelter estava tão fraco que apenas se podia pôr de pé. Millsap levantou-o, apoiando-o até que chegaram ao posto norte-americano mais próximo do Merderet, onde o deixou. Depois seguiu a estrada à procura de Lindquist.

Nesse momento o valado suportava um violento fogo de morteiros e artilharia, vindo do Sul do Douve. O comandante Lindquist que estava na margem

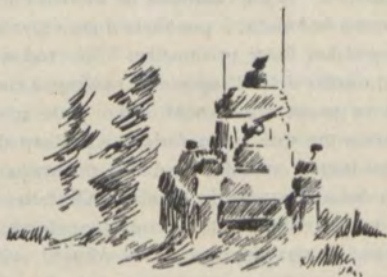
Revista da Cavalaria

Este, tendo um conhecimento confuso da defesa, pensou que seria muito difícil enviar uma coluna de camions e comunicou-o a Stanley. Como estava a amanhecer, Stanley resolveu recolher Polette e os seus homens, que estavam no extremo Oeste da estrada. Outra vez a sua resolução se baseava no princípio de que provavelmente assim se salvariam as vidas de alguns soldados. A ordem cumpriu-se exactamente no momento em que Millsap chegava à outra margem. A descrição que fez sobre a desesperada situação das forças da Colina 30 e a sua fácil experiência em atravessar o valado convenceram o comandante do Regimento. Este chamou Stanley pela rádio e comunicou-lhe que estava a preparar uma coluna para o ir socorrer. Mas os homens de Polette já tinham chegado à Colina 30 em pleno dia, e Stanley, temeu ter de travar outro combate para alcançar outra vez as casas da quinta. Disse a Lindquist para não enviar a coluna e mandou uma patrulha a Chef du Pont que passou a vau o pântano, a Norte do valado. A patrulha voltou trazendo plasma sanguíneo, resolvendo assim o principal problema das tropas da Colina 30, que era mais importante que a chegada das forças de reforço. Este êxito mostrou que o inimigo não podia cobrir o vale com o fogo das armas portáteis.

No dia seguinte Lindquist ordenou que outro Batalhão do 508 passasse o rio e tomasse posições à direita de Stanley, aliviando assim a sua posição. Desde esse momento, as forças inimigas que tinham estado a «martelar» a Colina 30, desapareceram. A situação no Merderet tinha mudado. Com as passagens em Chef du Pont e La Fiere nas mãos dos norte americanos, os alemães na orla Oeste, entre as duas testas de ponte, estavam em perigo. Fugiram abandonando o terreno, onde tinham combatido contra Stanley, a Norte da Colina 30, quatro obuses de infantaria com seus reboques, doze metralhadoras, e outras armas. No princípio, dissemos que esta batalha não teve nada de importante; mas pelas suas consequências no campo estratégico, parece-nos razoável perguntar: Não teria sido o brilhante comportamento das forças da Colina 30 que guiou no seu avanço as outras Unidades do VII Corpo de Exército?

S. B.

Da Revista **Ejército**
Setembro de 1951

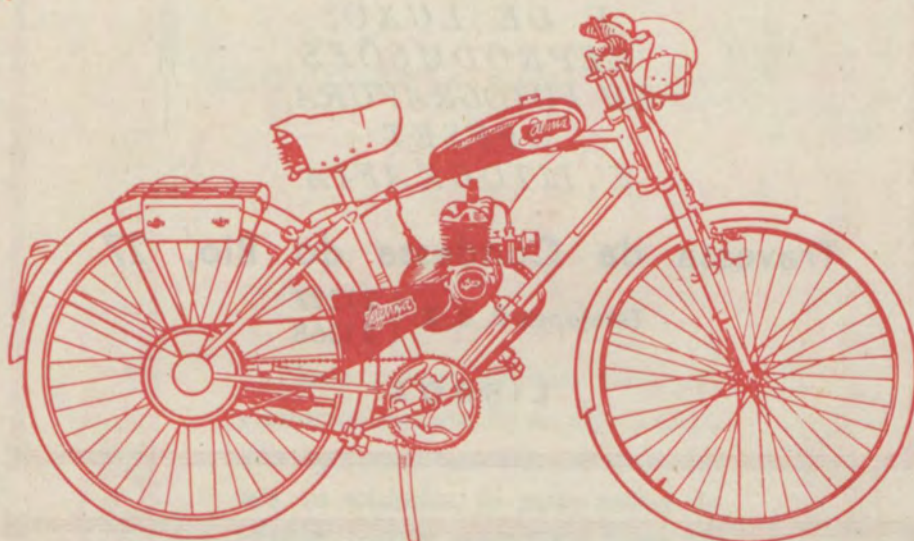


1.º MOTOR AUXILIAR PARA BICICLETA

FABRICADO EM PORTUGAL

TÉCNICA E INDÚSTRIA PORTUGUESA

ALMA



CARACTERÍSTICAS

Cremalheira com amortecedores
Fácil manejo da alavanca de velocidades
Reservatório de 2,2 litros.
Raio de acção de 180 Km.
Adaptação rápida a qualquer bicicleta.

Grande simplicidade
Suspensão elástica, torna o motor independente da articulação do quadro
Colocação ao centro.
Grande estabilidade

A alta qualidade dos materiais empregues garante uma

DURAÇÃO EXCEPCIONAL

DADOS TÉCNICOS: 1 cilindro, Dois tempos, Diâmetro 40 mm, Curso 39,5 mm, Cilindrada 49,6 cc, Rpm 6000, 2 velocidades, Caixa pré-selectiva sem embraígem, Volante magnético, Cambota equilibrada assente em rolamentos,
Velocidade 40 Km/H a 50

LISBOA, GARAGEM, L.^{DA}
LISBOA

Rua Rodrigues Sampaio, 142 a 152 • Telef. 4 68 61

Concessionários exclusivos para o Centro e Sul de Portugal

Bertrand & Irmãos, L.^{da}

*TRABALHOS
TIPOGRÁFICOS
SIMPLES,
E DE LUXO,
REPRODUÇÕES
EM FOTOGRAVURA,
OFFSET
E LITOGRAFIA*

Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227
 21368

LISBOA



**TIPOGRAFIA DA LIGA DOS COMBATENTES
DA GRANDE GUERRA**



TRABALHOS TIPOGRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS



Calçada dos Caetanos, 18

TELEFONE — 21450

L I S B O A



...Essas poucas páginas brilhantes
e consoladoras que há na História do
Portugal contemporâneo escrevemo-las
nós, os soldados, lá pelos sertões da
África, com as pontas das baionetas
e das lanças a escorrer em sangue...

Joaquim Mousinho

Bertrand & Irmãos, L.

Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Májo

Major Cristovam Ayres de Magalhães Sepulveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares

F. C.



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Capitão António S. Ribeiro de Spínola

Capitão José João Henriques de Avellar

Capitão Luiz Pimenta de Castro

Tenente António Gentil Soares Branco

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA

Calçada da Ajuda — Telef. 38 167

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 7\$50

F.C.

SUMÁRIO

GENERAL VIEIRA DA ROCHA	<i>Capitão Antônio Spinola</i>	173
A CAVALARIA BLINDADA E A INFANTARIA	<i>Capitão Fontes Pereira de Mello</i>	181
OPERAÇÕES ANFÍBIAS	<i>Alferes Cunha Seixas</i>	192
VIRIATO — SUAS CAMPANHAS E ESTRATÉGIA	<i>Capitão do C. E. M. Mário de Andrade</i>	197
O ESFORÇO DE TENDÃO	<i>Capitão Méd. Vet. Nunes Sal- vador</i>	215
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
REVISTA «DIANA»	<i>A. S.</i>	221
O COMBATENTE PERANTE O CARRO	<i>Comandante Wilhelmi</i>	223
BIBLIOGRAFIA	<i>J. A.</i>	234



Revista da Cavalaria

13.º ano-n.º 3

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Maio

BIBLIOTÉCA DO EXERCITO
(Antiga Biblioteca do E. M. E.)
1.204

GENERAL VIEIRA DA ROCHA



Afirmam sociólogos eminentes que as consequências dos longos períodos de paz conduzem os povos ao abatimento das suas energias vitais.

A guerra, embora não deva constituir razão determinante da política dos povos é, na opinião do grande pensador Renan, uma das condições de progresso, a chicotada que evita o adormecimento de um País, obrigando a mediocridade satisfeita de si mesma a sair da apatia.

A história de todos os tempos, comprova-nos largamente que o apogeu dos povos coincidiu sempre com o desenvolvimento das suas virtudes guerreiras, seguido de períodos de decrepitude em que essas virtudes se apagaram.

Revista da Cavalaria

Embora não se contestem a veracidade e alto sentido deste conceito, sólidamente documentado em factos passados, reconhece-se, porém, a impossibilidade prática dos povos apurarem periodicamente as suas virtudes através de acções guerreiras.

É por isso, que se devem aproveitar as raras oportunidades que surgem, nos longos períodos de paz, para aviyar a recordação dos tempos em que irmãos de raça combateram nos campos de batalha por amor radicado à independência e à liberdade da Pátria.

É difundindo o conhecimento das glórias passadas e orientando as massas populares no sentido do culto dos seus heróis, que se eleva o grau de educação cívica e patriótica de um povo e se apura o espírito militar de uma Nação.

Ocorreram-nos estas reflexões quando, perfilados perante o corpo inerte do venerando General Ernesto Maria Vieira da Rocha, prestavamos a derradeira homenagem ao glorioso cavaleiro.

Se abstrairmos da iniciativa tomada pelo Ex.^{mo} Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, de solenizar o cerimonial fúnebre do heroico finado, dentro das suas limitadas possibilidades, visionaremos um quadro sobremaneira discordante do ponto de vista apontado: — Uma almofada com as medalhas do velho General a atestarem o seu glorioso passado militar, algumas pessoas de sua família e a *ingratidão da Pátria*, patenteada na ausência das honras militares a que o glorioso extinto tinha jus por direito próprio.

Este quadro, que a simples abstracção de uma iniciativa particular transformaria em dura realidade, evidencia a necessidade de se reverem alguns problemas de ética nacional, que embora se encontrem bem vivos na mente do agregado militar, ainda não foram convenientemente ponderados no âmbito legal da vida pública da Nação.



General Vieira da Rocha

Revista da Cavalaria

Embora não se contestem a veracidade e alto sentido deste conceito, sòlidamente documentado em factos passados, reconhece-se, porém, a impossibilidade prática dos povos apurarem periòdicamente as suas virtudes através de acções guerreiras.

É por isso, que se devem aproveitar as raras oportunidades que surgem, nos longos períodos de paz, para aviyar a recordação dos tempos em que irmãos de raça combateram nos campos de batalha por amor radicado à independência e à liberdade da Pátria.

É difundindo o conhecimento das glórias passadas e orientando as massas populares no sentido do culto dos seus heróis, que se eleva o grau de educação cívica e patriótica de um povo e se apura o espírito militar de uma Nação.

Ocorreram-nos estas reflexões quando, perfilados perante o corpo inerte do venerando General Ernesto Maria Vieira da Rocha, prestavamos a derradeira homenagem ao glorioso cavaleiro.

Se abstrairmos da iniciativa tomada pelo Ex.^{mo} Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, de solenizar o cerimonial fúnebre do heroico finado, dentro das suas limitadas possibilidades, visionaremos um quadro sobremaneira discordante do ponto de vista apontado: — Uma almofada com as medalhas do velho General a atestarem o seu glorioso passado militar, algumas pessoas de sua família e a *ingratidão da Pátria*, patenteada na ausência das honras militares a que o glorioso extinto tinha jus por direito próprio.

Este quadro, que a simples abstracção de uma iniciativa particular transformaria em dura realidade, evidencia a necessidade de se reverem alguns problemas de ética nacional, que embora se encontrem bem vivos na mente do agregado militar, ainda não foram convenientemente ponderados no âmbito legal da vida pública da Nação.



General Vieira da Rocha

Revista da Cavalaria

Se a evidência da ingratidão dos homens perante o passado militar do ajudante de campo do grande Mousinho, contribuir para solucionar o problema moral que focámos, o venerando General Vieira da Rocha, terá prestado na morte o último serviço à Pátria, que tanto dignificou em vida.

*

Na madrugada de 16 de Abril expirou no Pavilhão da Família Militar do Hospital da Estrela, o heróico General Ernesto Maria Vieira da Rocha, cuja vida tantas vezes oferecida à Pátria, foi um exemplo típico de encarnação do espírito da mais bela tradição romântica da nossa Cavalaria.

Alto, seco, irrepreensível no traje e nas maneiras, sem que lhe faltasse para mais realce o monóculo e as inseparáveis luvas brancas e bengala de castão, mais parecia um diplomata de eleição que um velho combatente de África e de França.

No entanto, embora tivesse sido uma figura social de rara distinção, a sua serenidade, o seu acentuado orgulho profissional e o incontestável exemplo que sempre deu do mais admirável heroísmo, creditaram-no como figura militar de extraordinária projecção, que se estende dos fins do século passado até aos nossos dias.

A sua biografia constitui, como a de tantos outros para quem a África foi a verdadeira escola da arte de comandar, uma admirável lição.

Nada há que acrescentar ou realçar para que a figura do heróico General nos apareça na sua integral grandeza. A sua folha de serviços e as citações dos relatórios do grande Mousinho de Albuquerque são, na sua magnífica singeleza, bastante eloquentes.

Natural de Évora, filho do tenente coronel de cavalaria António Manuel Martins da Rocha e de D. Rita de Cássia Vieira da Rocha, nasceu em 18 de Outubro de 1872.

Frequentou o Colégio Militar. Aos 18 anos alistou-se como voluntário no Regimento de Cavalaria 2 (Lanceiros de El-Rei). Seguidamente frequentou o curso de cavalaria na Escola do Exército e três

Revista da Cavalaria

anos depois era promovido a alferes, com 21 anos de idade. Passados dois anos embarcou para Angola, como subalterno do Esquadrão de Dragões do planalto de Mossâmedes, mandado organizar em consequência da atitude dos colonos boers que pretendiam ali fundar uma república independente. Teve então o seu baptismo de fogo, distinguindo-se no ataque aos indígenas rebeldes de Lupinda e Catumba (1895).

Finda a comissão de serviço, regressa ao Reino e um ano depois (1896) embarca para Moçambique, sendo nomeado ajudante de campo do Governador Geral da Província — o grande Mousinho de Albuquerque — e como seu ajudante fez toda a campanha dos Namarrais, tendo-se particularmente distinguido no combate de Mugenga à frente de um pelotão de infantaria indígena, encarregado de dar ao quadrado, seriamente atacado, a consistência que estava em risco de se perder. Neste combate ficou ferido num braço.

Alguns meses depois, toma parte nos combates de Naguema, de Ibrahimio e de Macuto-Muno, sendo citado pela sua extraordinária bravura e serenidade.

Já Mousinho de Albuquerque era Alto Comissário da Província quando o seu ajudante, tomou parte na campanha de Gaza, combatendo heróicamente em Macontene e Mapulanguene (1897). Pela segunda vez, no mesmo ano, foi ferido neste último combate pelo indomável e bravo indígena Maguiguana, na ocasião em que pretendia aprisioná-lo vivo. Distinguiu-se nesta acção à testa de um pelotão de Cavalaria 4. *«na mais bela carga de cavalaria que jamais se deu em campos de batalha da África do Sul».*

Referem-se a este período da sua actuação as seguintes passagens dos relatórios oficiais do grande Mousinho:

«... a não ser assim, oficiais como o capitão Ornelas, tenentes Velez e Coelho e alferes Vieira da Rocha, teriam direito a esperar um acesso muito mais rápido que o geral dos seus camaradas...».

«... louvo o alferes Vieira da Rocha, pela maneira distinta como se portou, tanto na carga e perseguição de Macontene, sem nunca deixar de atender e moderar como era preciso o ímpeto das praças, nem ao mesmo tempo deixar nunca de me acompanhar, como lhe cumpria, como também pela forma como se houve na surpresa de Mapulanguene, expondo-se com a máxima serenidade, tanto antes de ferido como depois, e não tendo havido durante todas as operações uma ocasião única em que, ou a proximidade do inimigo ou o entusiasmo de qualquer

Revista da Cavalaria

cometimento, o houvesse desviado do inteiro cumprimento do seu dever, como ajudante de campo e como oficial de Cavalaria.

Pertence o alferes Vieira da Rocha a uma categoria de oficiais a quem nos exércitos estrangeiros se apressa a promoção, não tanto como recompensa dos serviços prestados, mas para mais cedo se lhes aproveitarem as aptidões excepcionais nos postos superiores. O ferimento recebido por ele em Mapulanguene, foi o segundo que no espaço de um ano este oficial recebeu em campanha...».

E, finalmente no termo da segunda campanha de Gaza:

«... É difícil encontrar um oficial que reúna nestas ocasiões tanta aptidão para o serviço da arma de cavalaria como o alferes Vieira da Rocha...».

De regresso ao Reino em fins de 1898, por motivos de saúde, o seu nome vinha já glorificado com dois ferimentos em campanha e as mais belas citações que poderia ambicionar um jovem alferes de cavalaria.

Já louvado pelo rei em atenção à forma como se expusera ao fogo do inimigo na campanha dos Namarrais e condecorado com a medalha da Rainha D. Amélia após o combate de Mugenga, recebeu então a medalha de prata de Valor Militar, salientando-se no decreto que lha concedia, as suas altas virtudes de oficial de cavalaria e extraordinário heroísmo.

No ano seguinte foi promovido a tenente e condecorado com a medalha de prata de Comportamento Exemplar, tendo servido sucessivamente em Lanceiros 1, Guarda Municipal, Cavalaria 4, Cavalaria 7 e Lanceiros 2.

Em 1901, dois anos depois do seu regresso de Moçambique, embarca novamente para Lourenço Marques, integrado nas forças expedicionárias encarregadas da cobertura da fronteira, por causa da guerra do Transvaal.

De regresso à metrópole em 1902, serviu sucessivamente como subalerno em Cavalaria 7, Lanceiros 2, Cavalarias 5 e 10 e na Companhia de Alunos da Escola Militar, onde o surpreendeu, com a idade de 33 anos, a promoção ao posto de capitão (1905).

Nesse mesmo ano partiu para Timor, onde o Governador Celestino da Silva o encarrega sucessivamente do Governo Militar de Viquerque (1906 a 1908) e de Bancau (1908). Em Dezembro desse ano, findo o tempo de comissão, regressa ao Reino visitando todo o Extremo Oriente.

Revista da Cavalaria

Foi colocado no Regimento de Cavalaria 3 e um ano depois (1909) na Guarda Municipal de Lisboa, ali continuando quando esta se transformou em Guarda Nacional Republicana, passando em 1911 a comandar um dos esquadrões da cavalaria da Guarda.

Promovido a major aos 41 anos (1915), foi colocado como comandante interino do Regimento de Cavalaria 7 e integrado na expedição ao Sul de Angola, sob o comando do general Pereira d'Eça. Ali exerceu, primeiramente o comando do Grupo Tático de Cavalaria (Cavalarias 4, 9 e 11) e em seguida o comando do Destacamento Dongoena, fazendo toda a árdua campanha do Cuanhama: — reocupação do Humbe, os dois combates de Môngua e a conquista de Cacimbas, em que duas vezes carregou à frente dos seus esquadrões.

Aos louvores do grande Mousinho, se seguiram novos louvores do general Pereira d'Eça, os quais lhe originaram a concessão da medalha de prata da classe de Bons Serviços e a de ouro, ambas com palma.

A medalha de ouro com a legenda «Cuanhama — 1915» e a Cruz de Guerra de 1.^a Classe, completaram os trofeus obtidos pelo major Vieira da Rocha na expedição ao Cuanhama, onde se celebrou pela sua extraordinária serenidade, valentia e impecável porte com que carregou à frente dos seus esquadrões de monóculo atestado e luvas brancas calçadas.

Ainda tomou parte nas operações de N'Giva e no Baixo Cunene, regressando à metrópole em Setembro do memorável ano de 1915, em que para sempre se completou a pacificação de Angola.

Em 1916, foi encarregado de chefiar os serviços de recenseamento de animais e veículos da 7.^a divisão.

Pouco depois é nomeado comandante de Cavalaria 8 e em 1917, já tenente coronel, com 43 anos, embarca para França como comandante da Base de Desembarque do Corpo Expedicionário Português em Brest, passando pouco depois a brilhar no seu peito a medalha de ouro das Campanhas de França do Exército Português.

De regresso à Metrópole, assumiu novamente o comando de Cavalaria 8 e depois de 1919 a sua acção militar transitou para o campo da *ordem pública*, onde mais uma vez teve a ocasião de revelar as suas extraordinárias qualidades de comando e a sua cavalheiresca e generosa lealdade de soldado para com os camaradas que lutavam no campo adverso.

É sucessivamente agraciado com a Comenda da Torre e Espada, de Aviz, de Cristo e com a medalha da Vitória. Depois das incursões do Norte, regressou a Lisboa, exercendo o comando da Cavalaria da

Revista da Cavalaria

Guarda Nacional Republicana e em 1920, interinamente, o da mesma Corporação.

No posto de coronel comandou Cavalaria 2, foi inspector das tropas de cavalaria da guarnição de Lisboa, chefe da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra e comandante geral interino da Guarda Nacional Republicana.

Em 1921, com 49 anos de idade, ascendeu ao posto de general e foi nomeado comandante efectivo da mesma Guarda.

Quatro vezes Ministro da Guerra, Ministro das Colónias, foi na direcção da sua arma que rematou em 6 de Janeiro de 1938 a sua gloriosa e brilhante carreira.

Até 1942, ano em que transitou para a situação de reforma, desempenhou as funções de vogal do Conselho da Ordem do Império Colonial e de presidente do Supremo Tribunal Militar.

No seu peito de militar valoroso, além dos trofeus já citados, ainda brilhavam as Comendas da Legião de Honra, a Grã-Cruz de Cristo, de Aviz e de Mérito Militar de Espanha, a Croix Rouge Alemã, o Grande Oficialato da Ordem do Império Colonial e a medalha de ouro dos Serviços Distintos e Relevantes no Ultramar com a legenda: «Homenagem Nacional aos Heróis da Ocupação de África».

*

É indubitavelmente impressionante a biografia do general Ernesto Maria Vieira da Rocha que em cerca de sessenta anos de actividade militar, verteu mais que uma vez o seu sangue pela Pátria que generosamente serviu em terras de África, França e Timor.

Com a sua morte a Nação perdeu um chefe militar da escola do grande Mousinho, que para nós militares simbolizava uma geração valorosa, a geração que assegurara definitivamente em África o domínio da nossa bandeira.

E porque assim é, e todos os cavaleiros o sentem, não podia a *Revista da Cavalaria*, como porta-voz e intérprete do sentir

Revista da Cavalaria

da Arma, deixar de prestar esta singela homenagem ao glorioso general Vieira da Rocha que para nós simbolizava, ainda, o tipo de oficial de cavalaria da mais bela tradição.

É, por conseguinte, óbvia a razão por que, quando perfilados perante o corpo inerte do venerando General lhe prestávamos o nosso preito de reconhecimento, nos ocorreram as amargas reflexões com que prefaciámos o seu «Curriculum-vitæ», o qual cremos não ter desmerecido da gratidão da Pátria.

Capitão ANTÓNIO SPÍNOLA



A CAVALARIA BLINDADA



E A INFANTARIA

pelo Cap. FONTES PEREIRA DE MELLO

Bastante se tem escrito entre nós, Cavaleiros, sobre a ligação atiradores-carros, mas sempre sob o prisma das Grandes Unidades Blindadas, e, portanto, como problema interno da Arma.

Necessário se torna chamar a atenção para uma nova modalidade de cooperação que os Cavaleiros devem prestar à Infantaria. Sendo uma forma completamente nova de emprego da Arma, e que largos horizontes vem abrir para os Cavaleiros de hoje, procuremos evitar que um errado tradicionalismo, roçando de perto o rotineirismo, nos impeça ou dificulte o estudo de um problema, cuja solução numa futura emergência deve estar nas nossas mãos.

Procurarei em rápida galopada pintar a traços largos o cenário e as condições em que se irá exercer esta nova actividade. Pretendo desta arte, executar uma «meia paragem» a fim de nos reunirmos, para que a transposição do novo obstáculo que se apresenta, se faça com todas as condições de êxito e sem qualquer penalização.

Revista da Cavalaria

Cooperação Infantaria-Carros

Dado o incremento verificado na defesa anticarro, especialmente no que diz respeito à luta imediata, e nesta às armas tipo «bazooka», imprescindível se torna, em todas as circunstâncias, fazer acompanhar os carros por atiradores. Isto no que diz respeito às G. U. B., sejam esses atiradores tropas de Cavalaria como entre nós, ou tropa de Infantaria, como na maioria dos Exércitos Estrangeiros.

Com o enorme aumento da densidade de armas automáticas e de origens de fogo dos mais variados tipos, com que uma posição defensiva se acha dotada, e ainda, à necessidade de fazer face aos blindados e actuar como factor moralizante, necessário se torna que as unidades de Infantaria disponham permanentemente de carros de apoio, para serem empregues sempre que as condições tácticas e o terreno o permitam. Isto no que diz respeito às G. U. de Infantaria.

Como neste rápido relance se acaba de verificar, o binário Infantaria-Carros é de uma actualidade e necessidade absolutas, quer se trate de Unidades Blindadas, quer se trate de Unidades de Infantaria. Para que este resulte eficaz é, necessário um recíproco conhecimento das características, possibilidades, e modo de actuar, por parte de cada um dos elementos constitutivos.

Os Carros na Grande Unidade de Infantaria

Organização

Não existem entre nós, por enquanto, Unidades de Carros especialmente destinados a trabalhar com a Infantaria, nem tão pouco está previsto doutrináriamente em que condições esse apoio será feito.

E dado que o vento predominante entre nós é o de Oeste, veremos como está posto o problema no Exército Americano. Na Div. de Inf. Americana existe 1 Grupo de

Revista da Cavalaria

Esquadrões de Carros Divisionários e um Esquadrão por cada Regimento de Infantaria, ou sejam 3 Esq. de Carros.

O G. E. será empregue segundo o critério do Comandante da Div.

- Em missão independente;
- Totalmente em apoio de um determinado Regimento;
- Fragmentado para reforço de várias Unidades de Infantaria.

Os Esquadrões Regimentais fazem parte orgânica dos Regimentos e, por consequência, são empregados em benefício da sua unidade. Deve-se nesta altura fazer notar, por se julgar não ser ideia muito generalizada entre nós, que os Carros de Combate constituem a espinha dorsal da defesa próxima anticarro das Unidades de Infantaria.

O mais eficaz, rápido, móvel e versátil anticarro é o Carro de Combate.

Além destas Unidades de Carros ainda existem nas Div. Inf. carros ligeiros, não constituindo pelotões de carros ligeiros, tipo de sub-unidade hoje abandonada, mas fazendo parte dos pelotões de Reconhecimento que constituem o Esquadrão de Reconhecimento Divisionário.

Ainda nestas pequenas sub-unidades, se mantém a necessidade do binário *Infantaria-Carros*, como se verifica pelo facto de na sua constituição estarem incluídas uma Sec. de atiradores.

Emprego

Como inicialmente se disse, para um proveitoso emprego do binário *Infantaria-Carros* é absolutamente necessário conhecer as missões que competem a cada um destes elementos.

De uma forma genérica poderemos estabelecer que:—

Compete aos Carros quando trabalham com a Infantaria:

- Fornecer, não apenas apoio material, mas também suporte moral à Infantaria;

Revista da Cavalaria

- Como principal missão, a destruição ou neutralização das armas inimigas que possam impedir o ataque da Inf.;
- Acompanhar a Infantaria até ao objectivo, no caso da situação e o terreno o permitirem, ou caso contrário, apoiá-la com os seus fogos;
- Uma vez no objectivo, devem ocupá-lo, fazendo face às armas que impeçam a Inf. de se organizar. Não se deve, no entanto, reter os carros no objectivo mais que o tempo necessário;
- Estarem prontos a fazer face a contra-ataques inimigos, particularmente com a missão anticarro;
- Na defensiva, efectuando contra-ataques, designadamente quando o dispositivo inimigo se encontra desorganizado, em resultado do seu ataque.

Compete à Infantaria quando trabalhando com os Carros:

- Como missão principal, apoderar-se do objectivo e garantir essa posse pela sua ocupação;
- Em virtude da vulnerabilidade da blindagem dos carros, eliminar as armas anticarro, especialmente tipo «bazooka», e destruir as armas automáticas que foram temporariamente neutralizadas pela presença dos carros;
- A missão de protecção aos carros é tanto mais importante quanto mais fechado for o terreno;
- Remoção de obstáculos e minas anticarro.

Da simples enumeração feita das missões que competem a cada um dos elementos do binário Infantaria-Carros, resulta a importância primordial do problema da ligação entre eles.

Este problema de difícil solução, está hoje resolvido, ainda que não satisfatoriamente, pelos seguintes meios de ligação:

Revista da Cavalaria

- T. S. F.;
- Telefone colocado no exterior do carro;
- Sinais luminosos e fumígenos;
- Código de sinais com braço;
- Munições tracejantes;
- Autofalantes colocados nos carros.

Princípios fundamentais do emprego do binário Infantaria-Carros:

A) — Surpresa

A surpresa pode ser obtida atacando o inimigo em tempo imprevisto, de direcção imprevista e com um potencial imprevisto.

Uma rápida concentração, rápidos deslocamentos, e o uso de itinerários desenhados, muito contribuem para a obtenção da surpresa.

Deve-se tirar partido de todos os ruídos de campo de batalha, especialmente da Artilharia e Aviação, para mascarar os ruídos dos carros. Os condutores e restantes membros das guarnições dos carros, contribuem para a obtenção da surpresa com uma condução cuidadosa e disciplina de fogo e transmissões.

B) — Concentração de esforços

1.º — Deverá concentrar-se todo o poder do fogo sobre o inimigo para obter o maior efeito do choque possível. As unidades de carros devem evitar ataques complicados e, ainda, ataques simultâneos a diversos objectivos.

Os objectivos deverão ser atacados e reduzidos um de cada vez.

2.º — Os carros devem ser empregados em massa, com a concentração máxima compatível com as dispo-

Revista da Cavalaria

nibilidades, a natureza do terreno, a missão e o inimigo.

Desta forma teremos uma pressão constante, apoio mútuo e acção de choque.

C) — Fogo e movimento

Os carros a descoberto são muito vulneráveis.

A dificuldade de visão, agravada durante os deslocamentos pelo movimento e poeira, torna muito difícil a execução de tiro.

Necessário se torna, pois, uma judiciosa utilização do terreno, de forma a que exista um escalão fixo servindo de base de fogos, enquanto o outro escalão efectua um deslocamento.

D) — Segurança

Uma eficiente e contínua segurança evitará surpresas.

A segurança é obtida pelo dispositivo, pela utilização de obstáculos naturais e artificiais, por uma constante vigilância e um eficiente sistema de alarme.

E) — Espírito de entre-ajuda

Os comandantes das sub-unidades de Carros trabalham normalmente em cooperação com outras armas ou comandos, e só com um alto espírito de entre-ajuda se conseguirá uma conjugação de esforço que nos garanta o sucesso.

Este espírito obtém-se e cultiva-se com a realização de exercícios de conjunto, e empregando sempre que possível, as mesmas unidades trabalhando reunidas.

Revista da Cavalaria

Emprego do Grupo de Esquadrões de Carro Divisionário

Destina-se este grupo a fornecer o apoio necessário ao desempenho da missão geral da Divisão. Deverá ser usado na maior concentração compatível com a situação.

Como já se disse, poderá ser empregue reforçado ou para reforço das unidades de Infantaria; aumenta o poder de fogo no ataque, contra-ataque e exploração de sucesso, e aumenta a profundidade da defesa anticarro, tanto na defensiva como na ofensiva.

Os métodos de emprego desta Unidade, são de uma forma geral, semelhantes aos de idêntica unidade no quadro da G. U. Bl., devendo no entanto ter-se em consideração os factores seguintes:

- Os atiradores do binário são vulgares infantes sem especialização neste trabalho de conjunto;
- A Artilharia de apoio será rebocada e não se desloca em automotores, portanto tem menores possibilidades;
- Há um menor contingente de carros em relação aos atiradores;
- A Infantaria encontra-se dependente dos carros para protecção anticarro;
- Há dificuldades de meios de comunicação para a ligação *Infantaria-Carros*;
- A velocidade e ritmo de ataque.

Vejamos agora as diferentes formas como poderão ser empregues os Carros do Grupo:

G. E. de Carros reforçados com Infantaria, quando:

- Se prevê o emprego de carros inimigos;
- A posição inimiga tem fraca organização anticarro;

Revista da Cavalaria

- O terreno é apropriado ao emprego de carros, desejando-se que o efeito do choque se sobreponha à cuidadosa limpeza da posição;
- É essencial a rapidez na conquista de objectivo.

Batalhão de Infantaria fortemente reforçado com carros, quando:

- As posições inimigas estão fortemente organizadas, mas fracas em defesas anticarros;
- O terreno é utilizável por carros, mas com relativa dificuldade;
- O objectivo está dentro da distância de marcha;
- É necessária a completa limpeza da zona de acção;
- O ritmo do ataque se tem que subordinar ao das unidades vizinhas, sendo elas desmontadas.

Batalhão de Infantaria dispondo de limitado número de carros em apoio, quando:

- A posição inimiga dispõe de forte organização anticarro;
- O movimento de carros é seriamente restringido por obstáculos naturais ou artificiais.

Emprego do Esquadrão de Carros do Regimento de Infantaria

O Esquadrão de Carros Regimental, destina-se a aumentar o poder de fogo e de choque do Regimento, e dar-lhe protecção anticarro. É empregado normalmente com a missão de apoiar a Infantaria.

Revista da Cavalaria

Ofensiva

No ataque, as formas de empregar o binário Infantaria-Carros, dependem da missão, da natureza do terreno, das informações sobre o inimigo e da própria composição do binário.

Assim:

— Os Carros em posição de torre enfiada apoiam inicialmente pelo fogo a Infantaria, deslocando-se depois rapidamente para se juntarem a ela, no assalto

Este processo pode ser empregue quando o objectivo está claramente definido, e o terreno é suficientemente aberto para permitir o fogo sobre as tropas e nos flancos.

Exige tempo para uma cuidadosa coordenação, e preparação de um plano de fogos de apoio detalhado.

Este processo garante apoio de fogo dos carros à Infantaria, durante o seu deslocamento desde a base de ataque até à distância de assalto.

Garante-se, também, o máximo poder de fogo dos carros, no momento crítico do ataque. Não ficando os carros subordinados ao ritmo lento da Infantaria, será curto o período em que ficarão sujeitos aos fogos inimigos.

Além disso, este método de ataque poupa a Infantaria aos efeitos dos fogos dirigidos contra os carros.

— Os Carros e a Infantaria progridem simultâneamente

Este processo será empregue quando a visibilidade, os campos de tiro e o movimento dos carros são restritos, e é especialmente indicado com nevoeiro, em povoações, bosques e operações nocturnas. Como variante deste processo pode-se, numa primeira fase, transportar a Infantaria sobre os carros.

Revista da Cavalaria

Neste método, a velocidade de progressão dos Carros e da Infantaria é de uma maneira geral a mesma. Os carros executarão deslocamentos rápidos e curtos, fazendo paragens para execução de tiro; desta forma, por momentos os carros deslocam-se mais rapidamente que a Infantaria, mas no total a velocidade será a mesma.

Com este método, garante-se um apoio de fogo dos carros a curtas distâncias, e uma protecção eficaz por parte da Infantaria, contra a luta individual anticarro.

— Os Carros apoiam a Infantaria apenas pelo fogo, em posição de torre enfiada

Neste processo apenas se aproveita o efeito de fogo, desprezando-se o de choque.

Este método é usado quando o avanço dos carros sobre o objectivo é impedido por obstáculos anticarros, sejam eles naturais ou artificiais.

— Infantaria e Carros atacam de direcções diferentes

Este processo garante-nos o efeito de surpresa, aumenta o poder de fogo e choque, permitindo a utilização da velocidade dos carros.

É aconselhável quando o terreno é aberto e livre de minas ou obstáculos anticarro, e quando a defesa anticarro está quase neutralizada por fumos ou fogos de apoio.

Normalmente a partida da Infantaria, será dada antes da dos carros, para que estejam no objectivo aproximadamente na mesma altura. Exige um número de carros suficiente para que se possa fazer o apoio mútuo entre eles.

Deverá haver o maior cuidado na completa elucidação do pessoal atacante, Carros e Infantaria, para evitar que sejam atingidos por fogos uns dos outros, quando abordarem o objectivo.

Revista da Cavalaria

Defensiva

A principal missão dos carros atribuídos a uma Unidade de Infantaria numa situação defensiva, é garantir-lhe a protecção anticarro.

Poderão também ser empregues, para reforçar o poder de fogo da Infantaria, e para colaborar na realização de contra-ataques.

Os carros poderão ser utilizados em posição de postos avançados. Neste caso, devem abrir fogo a grandes distâncias, e retirarem de forma a evitar o combate próximo, protegendo de posições previamente reconhecidas, a retirada dos elementos de Infantaria.

Poderão também ser empregues para reforçar o poder de fogo da linha principal de resistência. Deverão ter uma posição inicial, uma posição de alternativa e uma posição suplementar.

Poderão ainda ser atribuídas à reserva. Nesta situação aumentam a profundidade da defesa anticarro e estão aptos a tomar parte em contra-ataques.



Operações anfíbias

pelo Alferes CUNHA SEIXAS

Como é do nosso conhecimento, esta guerra foi bastante fértil em aplicações de operações anfíbias. Dadas as grandes extensões de água que separavam os contendores, tornava-se necessário recorrer a elas, a fim de levar a guerra ao território inimigo ou por ele ocupado. Recordando assim algumas delas, temos: a ocupação das diversas ilhas do Pacífico pelos japoneses e depois as mesmas ou quase todas pelos americanos; o desembarque na Normandia; o desembarque na Sicília, etc., e um caso mais recente na guerra da Coreia que foi o desembarque em Inchon pelas tropas da ONU. Por estes e por muitos outros exemplos, óbvio se torna verificar a valia destas operações, que em casos futuros ainda com mais frequência, terá cabimento o seu emprego.

Não são fúteis, desnecessários por falta de actualidade, os estudos relacionados com esta espécie de operações. Seria até talvez um pouco descabido não se ligar à sua importância, ignorando certas idéias gerais, possuindo nós um tão vasto, tão dessiminado, e também tão cubiçado Império Colonial.

Após estes breves considerandos, entremos pròpriamente no assunto, que para melhor exposição, se divide em alíneas.

Finalidade

Já atrás foi dito, embora superficialmente, qual a sua finalidade. Ela, no entanto, pode tomar dois aspectos, conforme a grandiosidade da acção e seus objectivos. Se apenas se procura, por exemplo, a captura de prisioneiros, a busca de informações sobre as defesas costeiras, campos de aterragem, etc., isto é, operações em que o seu objectivo é restrito,

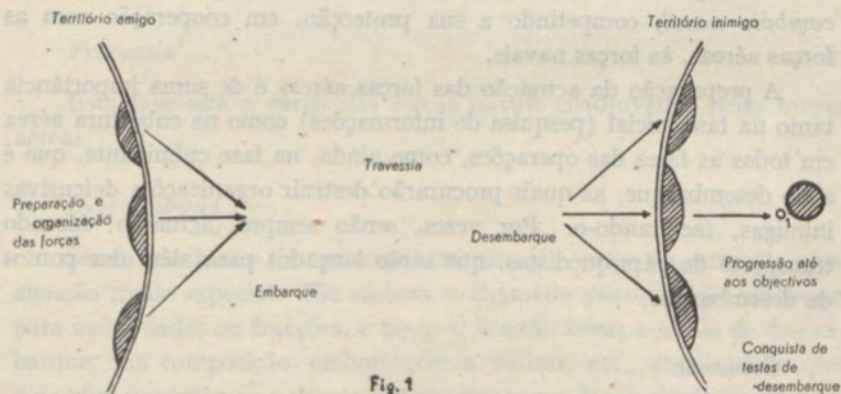
Revista da Cavalaria

com carácter de golpe de mão, elas denominam-se de *operações locais*. Salta-nos à vista exemplificar este tipo, com as acções de grande nomeada dos afamados *Comandos*, cuja preparação e orientação foi devida a Lord Montbatten. Por outro lado, se os objectivos são mais amplos, admitindo-se a posse de território e destruição de forças que o ocupam, então, a operação toma a designação de *expedição*, e lembram-se os casos atrás referidos da Normandia, Sicília, e Norte de África.

Fases

Uma vez fixados os objectivos, as operações anfíbias comportam as seguintes *fases*:

- Preparação e organização das forças;
- Embarque;
- Travessia;
- Desembarque;
- Conquista de testas de desembarque e progressão para a conquista dos objectivos marcados.



Preparação

A preparação compreende a preparação das forças terrestres, navais e aéreas. A das forças terrestres compreende ainda a preparação moral, material, técnica e táctica.

Revista da Cavalaria

A primeira tem por fim pôr os homens em óptimas condições para o combate, que, geralmente, se dá após o desembarque.

Nela há a atender a um factor importante que é o de habituar o soldado ao mar, tornando-o quanto possível menos vulnerável às indisposições causadas pelo enjôo.

A preparação material diz respeito a tudo o que se refere a armamento, munições, víveres, equipamento, etc., não esquecendo o equipamento sanitário, pois este é sem dúvida necessário, dado que em operações destas, a execução do reabastecimento e evacuações são sempre mais melindrosas, que nas vulgares campanhas.

A preparação táctica e técnica neste caso, além das instruções habituais para o combate no terreno, é acrescida pelo treino do embarque e desembarque, exigindo-se para esta segunda operação a máxima rapidez e precisão.

A preparação das forças navais embora dizendo mais respeito a essas forças, obriga todavia as forças terrestres a certos conhecimentos imprescindíveis.

Os elementos navais de transporte compreendem: navios, barcaças e lanchas, sendo estas últimas utilizadas em pequenos percursos ou simplesmente na fase final, durante a operação de desembarque.

Ao conjunto dos meios navais de transporte e desembarque chama-se *combóio naval*, competindo a sua protecção, em cooperação com as forças aéreas, às forças navais.

A preparação da actuação das forças aéreas é de suma importância tanto na fase inicial (pesquisa de informações) como na cobertura aérea em todas as fases das operações, como ainda, na fase culminante, que é a do desembarque, as quais procurarão destruir organizações defensivas inimigas, facilitando-o. Por vezes, senão sempre, actuarão, fazendo transporte de pára-quedistas, que serão lançados para além dos pontos de desembarque.

Comando

Não se pode de forma alguma deixar de falar no Comando das operações anfíbias, que sendo operações combinadas, exigem um comando único que coordena a acção dos três comandos: o das forças terrestres, forças navais e forças aéreas.

A ele compete especialmente, além de tudo, a escolha dos pontos de desembarque, e para isso, se fez um reconhecimento prévio na costa inimiga com uma dupla finalidade: táctica e técnica.

Revista da Cavalaria

A tática visa a organização de defesa inimiga em toda a sua profundidade. A técnica visa a determinação de pontos onde são possíveis os desembarques, entrando em linha de conta com as condições hidrográficas do litoral, condições climatológicas, astronómicas, etc.

Embarque

O comando elabora um *plano de embarque*, o qual deve ser realizado o mais tarde possível e com a maior brevidade, para que as tropas não aguardem embarcadas o início da travessia, pois além das incomodidades, a sua exposição à acção inimiga pode trazer consequências em geral algo catastróficas.

O embarque é feito, em regra, em diversos pontos, seguindo as tropas para os diversos locais fraccionadas por unidades de transporte, recebendo para isso os *boletins de embarque* nos quais consta: a composição de cada elemento de transporte; os locais de embarque; data e hora do seu início, e final; itinerários para esses mesmos locais, etc.

Nestas operações há que atender que se deve embarcar primeiro o material, depois o animal e por último o pessoal, tendo em linha de conta que se deve embarcar em último lugar, aquilo que no desembarque é necessário em primeiro lugar.

Travessia

Esta fase está a cargo das forças navais coadjuvadas pelas forças aéreas.

Desembarque

Sendo esta fase a fase principal da operação, exige do comando uma atenção muito especial. Ele elabora o chamado *plano de desembarque* para as unidades ou fracções, e no qual consta: horas e locais de desembarque; sua composição; embarcações a utilizar, etc., atendendo a que é de vital importância o descongestionamento nos locais de desembarque.

Nesta fase compete às forças navais conduzir as forças terrestres às praias ou pontos de desembarque, proteger o desembarque e apoiar a constituição das testas de desembarque.

As forças aéreas compete: a cobertura e apoio aéreo.

Analisemos então como se desenrola esta fase.

Feita a preparação para o desembarque pelas forças aéreas e forças navais, estas conduzem à praia as forças terrestres. Os primeiros ele-

Revista da Cavalaria

mentos a desembarcar são os elementos de infantaria e também alguns de engenharia, que constituindo os *grupos de assalto* procuram organizar as *testas de praia*, a fim de garantir contra as armas ligeiras inimigas, o desembarque em condições satisfatórias, dos reforços.

Desembarcada a infantaria é forçoso consolidar a posse destas testas de praia, progredindo, procurando unir-se às mesmas, de molde a colocar os locais de desembarque ao abrigo do tiro da artilharia ligeira inimiga. Constituem-se as *testas de desembarque*. Este avanço é apoiado pelo fogo da artilharia de campanha já desembarcada, e dos canhões dos carros de combate também já desembarcados.

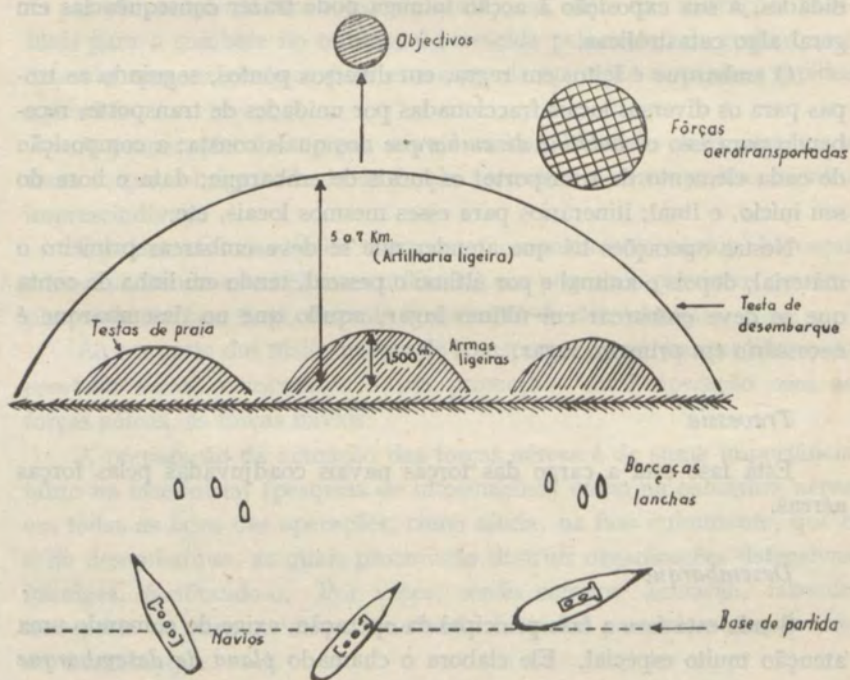


Fig 2

A conquista destas testas deve realizar-se logo no primeiro dia aproveitando-se a noite para a consolidação dessas posições, pois é natural que o inimigo tente repelir por meio de contra-ataques, as forças já desembarcadas, aproveitando-se da situação delicada dessas forças.

Uma vez acumulados os meios necessários, a progressão sobre os objectivos previstos inicia-se logo, nos moldes de qualquer operação terrestre.



SUAS CAMPANHAS E ESTRATÉGIA

(147 a 139 a. C.)

pelo Capitão do C. E. M., MÁRIO DE ANDRADE

Como vamos ver, até à sua morte, Viriato venceu sucessivamente todos os generais romanos e as tribos aliadas de Roma que o enfrentaram, conquistando êxitos sobre êxitos.

O questor que assumiu o comando após a morte de Vetílio fortificou Carteia e apressou-se a pedir socorros à Hispânia Citerior. As tribos de Belos e Títos dos Celtiberos, que acudiram ao chamamento, pois eram aliadas dos Romanos, foram detidas na marcha, por Viriato, e exterminadas. Diz Apiano que não escapou um só, para levar a notícia do desastre aos Romanos. O questor pediu auxílio a Roma, que lhe enviou Caio Pláucio, como sucessor de Vetílio, para governador da Hispânia Ulterior com um exército de 10.000 peões e 1.300 cavaleiros, com que atacou o Chefe lusitano. Viriato, com tropas numericamente inferiores, bateu-o, usando pela primeira vez uma «manobra caracteristicamente ibérica», desconhecida ao tempo dos generais romanos e denominada «retorno ofensivo». É a retirada simulada, em que o perseguido se transforma em atacante e perseguidor, no momento e no terreno julgados mais convenientes. A certa altura do combate os Lusitanos, fingindo-se vencidos, lançaram-se na fuga. Pláucio, embriagado já com a vitória, mandou 4.000 homens em sua perseguição. De repente, quando menos o esperavam, os Lusitanos pararam, fizeram meia volta

Revista da Cavalaria

para o Nordeste, dizem que para Baecula (hoje Bailen), antes do desfileiro de Despeñaperros, onde não foi mais incomodado, o que prova que o êxito dos Romanos não devia ter sido grande.

Emiliano pacificou uma ou outra cidade aliada dos Lusitanos e foi submetendo pouco a pouco o sudoeste da península onde habitavam os Túrdulos, Turdetanos e Célticos, acampando em Corduba. Depois de três anos de campanha, era este o primeiro êxito dos Romanos. Pouco tempo, porém, durou o sucesso das armas de Roma.

A Emiliano sucedeu *Quinto Pompeu*, o mesmo que durante os anos de 141-140 a.C., sendo cônsul da Citerior, havia de ser vencido pelos Celtiberos, com quem firmou um tratado de paz no ano 139 a.C.

Pompeu nada conseguiu, e a prova da sua inacção é que Viriato saiu de Baecula e, na Citerior, atacou e derrotou o pretor *Quíncio*, que então a governava, empregando o seu estratagema habitual — retirada simulada, seguida de retorno ofensivo. Assim, durante o combate, Viriato, fingindo-se vencido, retirou na direcção da serra de Vénus (S. Vicente) perseguido pelos homens de Quíncio. No momento oportuno o caudilho enfrentou as tropas romanas, matando-lhes mil soldados e pondo os restantes em fuga, em direcção a Córdova, onde Quíncio se refugiou, deixando a C. Márcio (um fbero romanizado da Itália) o comando das tropas.

Em 142 a.C. apareceu o cônsul *Lúcio Cecílio Metelo*, que teve a mesma sorte que os cônsules anteriores, isto é, foi derrotado por Viriato.

Este, entretanto, isto é, durante os anos de 143 e 142 a.C., havia-se instalado em Tucci (modernamente Martos), que escolheu para base de operações das suas audazes incursões na Bastetânia. Viriato era de novo senhor das duas províncias.

Os Celtiberos (Arevacos, Belos e Titos), encorajados pela vitória de Viriato sobre Quíncio, revoltaram-se (em 143 a.C.) contra os Romanos, sem contudo fazerem causa comum com o chefe dos Lusitanos. Esta guerra, conhecida por «Numantina», durou dez anos (143 a 133 a.C.). Se tivesse havido acordo, o poder dos Romanos na Ibéria — que, mercê dos sucessivos revezes infligidos pelos Lusitanos, tantas vezes estivera em cheque — teria levado o «cheque mate».

Uma acção de conjunto dos dois povos, para que tanto trabalhou Viriato, só mais tarde Sertório a conseguiu. Diz Schulten: «os cantões ibéricos nunca se uniram para o combate em comum, como os Gauleses, sob o comando de Vercingetorix, e os Germanos do Ocidente, sob o de Armínio. O particularismo, tara hereditária do ramo ibérico, impedia a união nacional».

Revista da Cavalaria

A despeito desta falta de conexão política e bélica, os negócios de Roma, na península, iam de mal a pior. Como vimos, a Citerior encontrava-se revoltada e a Ulterior estava nas mãos de Viriato, que dominava também a primeira.



Gráfico interpretativo das deslocações de Viriato citadas neste trabalho

Perante esta situação, o Senado elegeu (em 141 a.C.) cônsul da Ulterior um membro da família dos Cepiões: *Quinto Fábio Máximo Serviliano*, irmão adoptivo de Emiliano. Chegou à península somente com um exército de 18.000 peões e 1.600 cavaleiros. Roma não lhe podia dar mais tropa, porque tinha agora duas frentes a alimentar, de homens e de material: Tucci e Numância, com preferência por esta.

Revista da Cavalaria

A primeira missão, que o novo exército recebeu do seu comandante, foi a reconquista de Tucci, ocupada, como vimos, por Viriato.

Os dois adversários foram ao encontro com forças iguais, que os historiadores computam em 6.000 de cada lado. Os Lusitanos atacaram, cantando, como era hábito, e com aquela coragem e desprezo pela vida, já tão conhecidos, fizeram retirar os Romanos, que, entretanto, recebem um reforço de 10 elefantes e 300 cavalos. Encorajados com este apoio, os Romanos atacam novamente. Viriato recorre então ao seu costumado ardil, retirando perante a superioridade numérica, para no momento oportuno contra-atacar inesperadamente e com tal bravura que surpreendia sempre o adversário, acabando por desbaratá-lo, como então sucedeu mais uma vez.

Do exército vencido foram mortos 3.000 homens e Serviliano teve de retirar para o seu acampamento, onde Viriato chegou em primeiro lugar, saqueando-o e incendiando-o, sem falar na mortandade que fez. O desastre não foi completo, devido à intervenção de Fânio (genro de Lélío) que, à chegada de Serviliano, improvisou a defesa do arraial, e, sobretudo, devido à vinda da noite, que pôs termo ao combate. Este ataque às retaguardas do inimigo foi possível graças aos princípios da surpresa e da velocidade utilizados magistralmente pelo chefe lusitano.

A influência de Viriato chegou, como se vê, bastante longe da Lusitânia para onde decidiu voltar logo que se viu desfalcado nos seus efectivos e com falta de provisões.

Serviliano, por sua vez, dirigiu-se a Tucci e daqui resolveu seguir os Lusitanos, submetendo, na Bética, as cidades aliadas àqueles e castigando duramente os Cuneos. Na sua marcha para o Norte, Serviliano é, porém, atacado por Cúrio e Apuleio, dois capitães de guerrilhas, chefes insurrectos romanizados, segundo uns, ou lugares-tenentes de Viriato, segundo outros, que lhe infligiram pesada derrota. O cônsul retrocedeu para a Bética, onde reconquistou algumas cidades antes afectas aos Lusitanos, entre as quais Astigi (Ecija) e Obulcola (Porcuna), ao Sul de Cordoba. Ante a inteligência dos seus habitantes com Viriato, Serviliano executou bárbaramente centenas de pessoas, para impor a disciplina. As que deixava com vida era cortada a mão direita ou ambas as mãos.

Quando esta crueldade se tornou conhecida nas citânias, as fileiras de Viriato depressa se recompuseram e breve voltaram ao ataque.

O chefe lusitano apareceu inesperadamente, quando Serviliano em (160 a.C.) se preparava para sitiar a cidade de Erisane ou Arsa, na

Revista da Cavalaria

Betúria (desconhece-se o local, e para alguns autores o primeiro nome têm-no por corrupto), e cuja população tinha aderido aos Lusitanos. O caudilho entrou de noite na cidade e, na manhã seguinte, audaciosamente, e rápido como o relâmpago, atacou as tropas romanas, que estavam a entrincheirar-se. A surpresa foi completa.

Os soldados não resistiram e fugiram em debandada, abandonando todo o material de entrincheiramento, de que se estavam servindo. Acudiu o grosso do exército romano, que Viriato repeliu para um desfileiro, cercando-o completamente e pondo-o à sua mercê.

Serviliano e os seus homens não tinham salvação possível, pois não podiam contar com quaisquer socorros, visto que toda a sua gente ali estava encurralada.

Viriato ia dar o golpe de misericórdia no exército romano, vingando-se das crueldades e desumanidades consentidas por Serviliano, e ainda recentes. Desta sorte libertava a sua querida Ibéria do odioso invasor, sagrado objectivo da luta que tinha empreendido pela independência. Melhor oportunidade não podia ambicionar, visto que tinha ali à sua disposição todo o exército romano, que esperava o duro e merecido castigo e a hora do aniquilamento.

Porém, deu-se o inacreditável. Os Romanos resolveram trocar parlamentários, pedindo a paz, que Viriato lhes concedeu. O tratado assinou-se de parte a parte, depois de breves explicações, no dizer dos historiadores, comprometendo-se os contratantes: a viver reciprocamente em paz e amizade; a retirar cada qual às suas cidades, deixando os Lusitanos senhores dos seus territórios; a considerarem território próprio todo o que estivesse ocupado pelas tropas respectivas, incluindo, portanto, a Betúria para os Lusitanos. Foi como um acto diplomático celebrado entre duas potências, de igual para igual.

O exército romano libertou-se assim da destruição por uma capitulação honrosa.

Lusitanos e Romanos deviam respeitar doravante as fronteiras dos seus domínios. O povo romano louvou a clemência do vencedor, embora para alguns o tratado de paz fosse considerado uma injúria. Porém, o Senado ratificou-o, conferindo a Viriato o título de *amicus populi Romani* e reconhecendo-o *rei*.

Quais seriam as razões que teriam levado Viriato a conceder a paz aos Romanos?

Eis uma pergunta para a qual não se encontra resposta plausível. Falta de homens, cansaço de guerra, desânimo dos valentes Lusitanos? Estamos perante um enigma.

Revista da Cavalaria

Assim terminou o primeiro período das campanhas de Viriato, separado do início do segundo e último pelo curto espaço de tempo que durou a paz.

*

A oligarquia romana elegeu, no ano 139 a.C., sucessor de Serviliano, seu irmão *Quinto Servílio Cepião*, que passou a ser o novo cônsul da Hispânia Ulterior. Este era dos que consideravam o tratado de paz, celebrado com Viriato, ultrajante e desprestigiado para Roma. Pediu autorização ao Senado para provocar Viriato de forma que fosse o Chefe lusitano o primeiro a quebrar o tratado. A censurável manobra não deu, porém, resultado, o que levou o Senado, a insistências de Cepião, a anular pura e simplesmente o tratado e a combater abertamente Viriato desde esse momento.

Perante os acontecimentos narrados, viu-se Viriato forçado a pegar em armas novamente. E assim começa o *segundo período das campanhas de Viriato*, que termina com o seu assassinio.

Servílio Cepião, que, no dizer de Aquilino Ribeiro, «pertencia àquela classe de patrícios que consideravam a guerra como uma indústria necessária pelo que dela tiravam directa ou indirectamente em proventos chorudos», invadiu em sigilo os territórios que lhe eram vedados pelo tratado de Paz. Contava com o efeito da surpresa para subjugar rapidamente os Lusitanos.

Viriato soube então da ofensiva romana, o que o levou a convocar as tropas que havia licenciado. A pouca gente, que reuniu entre os Vetões, só lhe consentia defender-se de Cepião, que já o perseguia, alcançando-o na Carpetânia. Viriato procurava actuar na região central, mas dizem os historiadores clássicos que em determinada altura é cercado pelos Romanos, em número muito superior às forças que comandava.

Quando Cepião antegozava retumbante vitória, o genial caudilho emprega a sua costumada táctica, atacando com um grupo escolhido de cavaleiros os sitiadores, para dar tempo a que o grosso das suas forças se pusesse a salvo. Depois, rompendo o contacto com o inimigo, foi juntar-se às suas tropas, deixando os Romanos atónitos e ignorantes quanto à direcção por ele seguida. O momento era de muito perigo, e por isso Viriato recolheu às montanhas, serra de S. Vicente — segundo se julga — incluída ainda na Lusitânia.



Monumento a Viriato
de Mariano Benlliure

Gravura da Comissão Municipal
de Turismo de Viseu

Revista da Cavalaria

Servílio Cepião, que já tinha um numeroso exército, é reforçado ainda com as tropas de Popílio Lenas, da Citerior, que não eram precisas na Celtibéria, em virtude do tratado de paz assinado com os Numantinos no ano em que decorrem estes acontecimentos (139 a.C.) pelo seu antecessor Quinto Pompeu Aulo.

Os dois côsules combinaram um plano de ataque, que reputavam decisivo para a submissão total da Lusitânia. Era um ataque concêntrico: Lenas, pelo Norte, e Cepião, pelo Sul.

Os historiadores romanos nada nos dizem sobre as vitórias alcançadas — se as houve — depois deste concerto. Sabe-se, porém, que os territórios dos Vetões e dos Calaicos foram completamente assolados. Nada se sabia ainda do chefe lusitano.

Na opinião de Ballesteros, na sua *História de España*, foi Cepião que o localizou no Monte de Vénus (correspondente, como vimos, à serra de S. Vicente, contornada pelo Alberche) e dispunha-se a cercá-lo, no que foi impedido por uma insubordinação das suas tropas. A indisciplina romana era tão pronunciada que 600 cavaleiros romanos incendiaram o pretório.

Embora a situação de Viriato tivesse melhorado, como o prova a sua presença no Monte de Vénus, os Lusitanos não queriam, porém, a luta, cansados como estavam de tão longo guerrear. Viriato solicitou condições de paz a Popílio Lenas, de categoria mais elevada que Cepião, segundo diz Schulten, indo pessoalmente ao acampamento romano. Roma aceitou a capitulação, mas exigiu que lhe fossem entregues os revoltosos mais notáveis. Viriato, cumprindo as imposições do mais forte, entregou uns, a que Lenas mandou cortar as mãos, e matou outros, entre os quais Astolpas, seu sogro, para não sofrerem tão dura provação.

Cumprida a condição imposta, logo Popílio Lenas exigiu a entrega das armas, o que indignou Viriato, que suspendeu imediatamente as negociações, disposto a continuar a luta. É que o Ibero só se separava das armas com a morte. Lenas regressou à sua província. Os Lusitanos não concordaram com a decisão de Viriato e de novo o coagiram a pedir a paz, agora directamente a Cepião. Três amigos íntimos de Viriato — Audax, Ditalkon e Minuros — foram enviados ao acampamento romano, para renovarem o tratado que anteriormente haviam firmado com Serviliano. Os plenipotenciários foram bem recebidos pelos Romanos, que os encheram de ricos presentes e os convenceram de que o único processo de terminar a guerra era assassinar Viriato. Teriam as mais altas recompensas, se o fizessem. As honrarias e as riquezas prometidas cegaram os três guerreiros, tidos como fiéis. Eram naturais

Revista da Cavalaria

de Urso, província rebelde de Roma e cujos habitantes, mormente os principais, não tardariam a receber o duro castigo de terem aderido à causa de Viriato. Congraçarem-se com os Romanos naquele momento, para atenuarem uma futura represália às suas pessoas, foi ideia que também esteve presente, certamente, no pensamento dos três emissários.

A traição consumou-se (ano 139 a.C.). Enquanto Viriato dormia descansadamente, confiado na boa empresa dos três subalternos por ele considerados dos mais fiéis, são esses mesmos subalternos que entram de noite na sua tenda e o matam cobardemente, sem qualquer defesa.

O horroroso crime foi conhecido de madrugada. O corpo de Viriato, com a cabeça quase decepada, dormia o sono eterno no seu leito de morte, à espera que lhe prestassem justiça, numa última homenagem digna de um chefe. Os cúmplices tinham desertado, juntando-se aos Romanos.

O cadáver de Viriato foi incinerado numa enorme pira de lenha, e com ele foram sacrificados muitos animais e algumas centenas de prisioneiros romanos, o que constituiu uma honra para o herói e uma vingança contra o inimigo. A prática de cremação era usada com os heróis, para que o seu corpo não caísse nas mãos do inimigo, que o profanaria irremediavelmente, como era costume. Enquanto durou a incineração, infantes e cavaleiros evolucionaram em redor da pira, entoando hinos de guerra e canções em louvor a Viriato. As cinzas foram religiosamente recolhidas e depositadas no túmulo construído para esse fim. Dizem os escritores clássicos, gregos e romanos, que no final houve um simulacro de combate, sobre o sepulcro, entre duzentos pares de guerreiros.

Viriato foi invencível no campo de batalha. Só por uma nefanda perfídia e com a sua morte Roma, na pessoa de Cépião, o instigador do crime — segundo o testemunho irrefutável de Políbio — o conseguiu vencer. Eis porque a figura do herói avulta ainda mais, ao estudarmos a ingente e prolongada luta pela independência da Ibéria, sob a sua égide.

Os traidores, cujos nomes ficaram na história para serem execrados através dos tempos, pediram a Servílio Cépião, no ano seguinte ao do assassinio (138 a.C.), as recompensas prometidas por tão horrída iniquidade. Este disse-lhes que fossem a Roma solicitar a recompensa que pediam. Quando Roma tomou conhecimento da reclamação, respondeu que não costumava recompensar os soldados que assassinavam o seu chefe: «numquam Romanis placuisse, imperatorem a suis militibus interfici»⁽¹⁷⁾. Também se negaram a Cépião as honras do triunfo que solicitava, embora Roma rejubilasse com o desaparecimento do audaz

Revista da Cavalaria

caudilho lusitano que, como disse Vítor Chapot, na sua obra *Le Monde Romain (L'évolution de l'humanité)*, «era mais temível ainda pelos seus projectos e planos de aliança entre os dois povos principais do centro da Espanha (o seu e o dos Celtiberos) do que pela sua táctica de guerra de guerrilhas» ⁽¹⁸⁾.

A resistência dos Lusitanos enfraqueceu consideravelmente com o desaparecimento do chefe, mas a luta continuou sob o comando de Tautalos, segundo Apiano. A sua acção durou, porém, pouco tempo. Cepião derrotou-os, e os Lusitanos pediram a paz, que lhes foi concedida com a entrega de terras onde pudessem viver sossegados, mas como súbditos de Roma. Outras guerrilhas se formaram ainda para continuar uma luta já sem esperanças.

Décio Júnio Bruto, sucessor de Cepião, cônsul de 138 a 136 a.C., veio pôr termo à guerra lusitana. Com auxílio de uma frota, submeteu a costa lusitana, chegando até ao rio Minho. Com as restantes forças lusitanas, submetidas, foi fundada a cidade de Valência, na costa oriental da Península. Foi como que um monumento erguido pelos Romanos ao valor do chefe lusitano e das suas aguerridas tropas, pois «Valentia» quer dizer: «força».

A belicosidade dos Lusitanos não os deixa sossegados por muito tempo. Com a saída da península do cônsul Júnio Bruto, sucedem-se sublevações parciais dos Lusitanos contra a precária dominação romana.

Mais de um século foi preciso ainda para que a Lusitânia fosse definitivamente conquistada.

A tarefa coube a Júlio César Octaviano Augusto (25 a.C.). Porém, alguns autores, entre os quais Dion Cássio ⁽¹⁹⁾ falam ainda em rebeliões dos Lusitanos em 19 a.C., considerando a Ibéria, província apaziguada a partir desta data.

c) — *A estratégia de Viriato e o seu sistema de guerra.*

Chegamos ao ponto nevrálgico destas breves considerações, ao formular a seguinte pergunta: — Nas campanhas de Viriato haverá estratégia, aquela ciência-arte que atrás definimos?

Dos autores, que consultámos, só dois ou três falam em estratégia de Viriato, dedicando-lhe até capítulos especiais, onde os termos «estratégia» e «táctica» se empregam indistintamente, como se fossem uma e a mesma coisa. A palavra «estratégia» não é empregada com propriedade; chega a figurar como sinónimo de «ardil» ou «emboscada» e até

Revista da Cavalaria

como «modalidade de combate». Neste particular temos, pois, que emitir a nossa opinião.

Recordemos, em primeiro lugar, as definições de «estratégia», já apresentadas e comparêmo-las com a definição de «táctica».

Estratégia — ciência-arte do comandante ou chefe; ou, mais modernamente — ciência-arte de distribuir os meios militares para realizar os fins da política;

Táctica — arte dos comandos subordinados e que ensina a dispor as tropas em relação com um fim determinado.

A estratégia recebe os seus problemas da política da guerra e a táctica recebe os seus da estratégia. A este respeito, o general Barros Rodrigues, ilustre chefe do Estado-Maior do Exército, afirma: «se a estratégia é a continuação da política, a táctica é a continuação e o complemento natural e indispensável da estratégia, devendo haver uma perfeita harmonia entre as disposições tomadas por qualquer delas» (20).

A estratégia é utilizada antes, durante e depois da guerra, ao estabelecer-se a paz. Antes da guerra e durante a paz a estratégia cria uma doutrina de guerra. Estabelecidas pela política as hipóteses prováveis da guerra, em face da situação geográfica, económica e financeira do próprio país e do país inimigo e fixados os fins gerais da guerra, é à estratégia que compete fixar os objectivos de ordem militar a atingir e a forma de os atingir, concebendo a manobra e elaborando os planos de operações. Durante a guerra compete-lhe a direcção superior de todas as operações ofensivas ou defensivas. Depois da guerra, ao firmar-se a paz, intervém igualmente a estratégia, para que a situação militar seja a mais conveniente para os fins a atingir, atendendo a que a paz é de reinado efémero, como se tem verificado através da história.

A primeira operação de ordem estratégica, na realização da guerra, é a execução do plano de concentração dos efectivos mobilizados.

Postas estas considerações, analisemos sucintamente a acção militar de Viriato. Foi o chefe incontestado das cinquenta tribos lusitanas, politicamente independentes, e realizou uma política de aproximação com os Celtiberos, que teria sido a morte dos Romanos, se a aliança se tivesse efectuado quando a negociou. Reuniu sob o seu comando mais de 20.000 combatentes (no dizer de alguns historiadores), vindos das várias tribos, com que enfrentou efectivos romanos superiores. O seu pensamento dominante, porém, foi provocar o levantamento em massa, simultâneo, de todas as tribos ibéricas, chefiando-as numa luta de exter-

Revista da Cavalaria

mínio contra o invasor ou expulsá-lo da Ibéria — seu objectivo político. Assim se explica a situação central que escolheu (serra de S. Vicente) para dar execução a tão vasto plano de campanha, que só um grande general e comandante em chefe poderia ter concebido. As vitórias que alcançou sobre os Romanos, lógicamente encadeadas, eram penhor seguro de que terminariam com o seu aniquilamento, se não tivesse sucumbido à vil traição preparada pelos seus adversários.

Viriato foi, pois, o comandante em chefe das tribos que congregou à sua volta. Concentrou-as em várias regiões da Ibéria e coordenou a acção de todas, no tempo e no espaço, na luta contra o invasor, o que só poderia ter acontecido como resultado de um bem elaborado plano de operações. E tudo isto para quê? Para realizar o fim da sua política — o aniquilamento do adversário ou a sua expulsão da península ibérica. *Viriato, enquanto assim procedeu, praticou estratégia.* Sempre que comandou ou chefiou alguma tribo, *fez tática.*

E qual foi a sua estratégia? A resposta exacta depende das características de que se revestiram as múltiplas operações táticas que se realizaram, para resolverem o problema estratégico. Como o somatório dessas operações, para a época, teve carácter nitidamente ofensivo e de velocidade, não há dúvida que a sua estratégia foi ofensiva e veloz.

Jomini, como já dissemos, afirmou que todos os grandes capitães anteriores ao aparecimento dos primeiros escritos sobre estratégia, a praticaram aplicando, por assim dizer, instintivamente os seus princípios. E porque assim é, à estratégia de Viriato não faltou o princípio da unidade de comando, o da ofensiva e o da velocidade — como já vimos. O da surpresa e o da liberdade de acção foram largamente usados, de que resultou uma estratégia ofensiva, veloz e de imprevisto, cansando o adversário e conservando sempre a iniciativa nas operações.

Ouve-se afirmar que a fronteira estratégica de Portugal está nos Pirenéus. Pois bem, nos recuados tempos que estamos a considerar, a fronteira estratégica do território lusitano considerava-a Viriato na Bética, na Bastetânia e na Carpetânia, onde ia atacar as legiões romanas. As lutas no teatro da Lusitânia coincidiram com o grande esgotamento dos Lusitanos, e só no fim do segundo período das suas campanhas. Até aí Viriato lutou sempre em território estranho à Lusitânia e na posse dos Romanos.

Viriato foi também um hábil tático. Conhecedor de toda a Ibéria, o terreno era um dos seus grandes aliados e dele tirava o máximo partido. Escolhia posições favoráveis, de fácil defesa e onde punha em cheque o território inimigo. Porém, a guerra de posição era muito

Revista da Cavalaria

excepcional em Viriato. Perante as suas diminutas forças, relativamente à dos Romanos, nunca oferecia combate regular, batalha campal. As suas acções, consideradas separadamente e vistas à luz dos modernos conhecimentos militares, constituem a *guerra de guerrilhas*, contra a qual se anula toda a acção da guerra moderna e pouca eficácia têm os métodos da guerra clássica. É este o sistema da guerra de Viriato. O carácter singular desta guerra deixa aplicar uma táctica de combate caracterizada, sobretudo, pela surpresa, pela segurança, pela iniciativa e pela retirada simulada, seguida de retorno ofensivo, como já vimos.

As guerrilhas não combatem contra a superioridade numérica ou material, mas, sim, com inteligência e com astúcia. «É o sistema de luta usado pelos mais fracos contra os mais poderosos, dos poucos contra os muitos, dos donos da terra contra os intrusos, da astúcia contra a força» (21). Os pequenos efectivos utilizados na guerra de guerrilhas caracterizam o seu modo de actuar, traduzido numa «série de pequenas manobras, marchas rápidas e ataques isolados, perfeitamente ligados entre si, e que, fazendo parte de um plano de conjunto, visem fundamentalmente o esgotamento e o cansaço do inimigo, o desgaste e o aniquilamento do seu moral, numa luta sem tréguas nem quartel» (22). Era assim que Viriato actuava com as suas tropas. Não queria conquistar territórios, evitava a batalha campal, procurando obter a decisão por vários golpes, utilizando a emboscada e o ardil, quer de dia, quer de noite. Por isso as suas acções tinham por finalidade o ataque contra as vias de comunicação e transporte, saqueando e destruindo os comboios de víveres e os destacamentos de forrageadores dos exércitos romanos. Eram presas fáceis de apanhar, os primeiros porque se moviam vagarosamente e com dificuldade em caminhos e estradas conhecidas e fáceis de acometer; os segundos, por serem obrigados a espalhar-se pelo território. A esta guerra irregular chamavam os romanos *latrocinium* (guerra de ladrões, de salteadores) e aos guerrilheiros *latrones*. Ensinados no conceito clássico da batalha regular, para os Romanos a guerra consistia em conquistar ou defender uma região ou uma cidade e por isso não compreendiam a guerra conduzida por Viriato, que reprovavam à *outrance*, mas que temiam acima de tudo porque ela lhes dizimava os seus exércitos. Em resumo: marchas rápidas, golpes certos, retiradas simuladas, ataques imprevistos, íntima ligação no combate entre a sua esplêndida e veloz cavalaria e o valor e a astúcia dos seus infantes, caracterizam as guerras conduzidas pelo génio de Viriato, que desconcertava os pretores e os cônsules, comandantes de legiões carregadas de impedimenta, o que as tornava pesadas e difíceis de movimentar.

Revista da Cavalaria

Viriato aproveitava-se desta desvantagem do exército romano sempre que queria romper um cerco ou interromper um combate desfavorável. Com tropas escolhidas, a cavalo, fingia o adversário, atraindo-o a um falso combate para dar tempo a que o grosso das tropas retirasse. No momento oportuno, a cavalaria rompia o contacto, pondo-se a salvo sem o perigo da perseguição, confiada na ligeireza dos seus cavalos.

VI — Conclusão

Ao cabo de nove anos de lutas constantes, os Lusitanos de Viriato, embora cansados e esgotados, continuavam a atacar os soldados romanos com a mesma esperança dos primeiros dias: a expulsão do invasor. Só pela vil traição, mandando-o assassinar, os Romanos se libertaram de tão perigoso adversário, conseguindo assim que a guerra Viriatina não lograsse o fim desejado.

Foi no ano 150 a.C., como vimos, que Viriato apareceu, pela primeira vez, em cena no tablado político da península ibérica. Há dois mil anos que se deu o acontecimento.

Não admira, pois, que o vulgo ignore a vida do herói, que tão pouco estudado tem sido por nós e que até Portugueses cultos o considerem uma figura lendária.

São, porém, tantos os testemunhos a provar a sua existência que já é tempo de desfazer equívocos e proclamar bem alto a verdade às novíssimas gerações e a todos os que a ignorem.

Estamos chegados à conclusão dos nossos breves comentários, que eu resumo nas seguintes palavras: *Viriato não foi uma figura lendária, mas um valor real e palpável, um grande general, chefe de um povo que votou acrisolado amor à sua pátria, honrando-a e defendendo-a até à morte.*

Os seus inimigos bem respeitam e louvam a sua memória e reprovam o seu assassinato. Os próprios anais romanos prestam homenagem à grandeza e estatura de Viriato, «realçando as suas qualidades como general e soberano», no dizer de Schulten. Lucílio chama-lhe «Aníbal dos Iberos», e o historiador Floro diz que poderia ter sido o «Rómulo de Espanha». O pretor Lélio foi glorificado por Cícero, apenas por ter resistido a Viriato.

Assim falaram os estranhos de tão excelsa figura, o nosso maior lusitano, exemplo e modelo de todos os que vivem e lutam pelo ideal

Revista da Cavalaria

de uma pátria independente, preferindo morrer em glória do que viver em desonra e servidão.

Camões, o nosso grande épico, na sua epopeia nacional — os *Lusiadas* — ergueu-lhe um monumento ao lado de Sertório, quando, na estância 26.^a do canto I, diz, pela boca de Júpiter:

Deixo, Deuses, atrás a fama antiga,
Que co'a gente de Rómulo alcançaram,
Quando com Viriato, na inimiga
Guerra romana, tanto se afamaram;
Também deixo a memória que os obriga
A grande nome, quando alevantaram
Um por ser capitão, que, peregrino,
Fingiu na cerva espírito divino.

NOTAS

- (14) Lafuente, Don Modesto — *História General de Espanha*, ano de 1877.
- (17) Vasconcelos, J. Leite de — *Religiões da Lusitânia*, vol. III, 1913, pág. 126.
- (18) *Enciclopédia universal ilustrada europeu-americana*, tomo LXIX, 1930.
- (19) Beretta, D. António Ballesteros y — *História de Espanha y su influencia en la história universal*, 1943.
- (20) Rodrigues, General José Filipe de Barros — *Estratégia*, 1942, pág. 15.
- (21) Oliveira, capitão do C. E. M. Hermes de — *A guerrilha na guerra moderna*, 1949, pág. 25.
- (22) Regulamento para o serviço de campanha, II parte, anexo IV, Operações especiais.

BIBLIOGRAFIA

Além de outros foram consultados os seguintes autores:

- Ataide, Alfredo — *Versão de Viriato*, de Adolf Schulten (2.^a edição).
- Beretta, D. António Ballesteros y — *História de Espanha y su influencia en la história universal* — 1943.
- Brito, Frei Bernardo de — *A Monarquia Lusitana* — 1597.
- Carvalho, Brigadeiro Vasco de — *A guerra de Viriato*.

Revista da Cavalaria

- Chaves, Luís — *Viriato, o herói da Lusitânia*.
Enciclopédia universal ilustrada europeu-americana, tomo LXIX, 1930.
Gabris, P. J. — *Viriatos — Herói nacional Ibero lusitan*.
Hart, Lidell — *A estratégia de aproximação indirecta*, 1942.
Lafuente Don Modesto — *História General de Espanha*, 1877.
Oliveira, capitão do C. E. M. Hermes de — *A guerrilha na guerra moderna*.
Pereira, Gabriel — Versão da *Descrição da península ibérica*, de Strabão.
Pereira, Major do C. E. M. Júlio — *Guerra de guerrilhas*.
Ribeiro, Aquilino — *Avós dos nossos avós*.
Rodrigues, General José Filipe de Barros — *Estratégia*.
Romey, Charles — *História de Espanha*.
Schulten, Adolf — *Viriato* (2.^a edição da tradução portuguesa de Alfredo de Ataíde).
Strabão — *Descrição da península ibérica* (Versão de Gabriel Pereira).
Vasconcelos, J. Leite — *Religiões da Lusitânia*.
Regulamento para o serviço de campanha — 2.^a parte, anexo IV — *Operações especiais*.





GABINETE do Veterinário

O ESFORÇO DE TENDÃO

pelo Cap. Med. Vet. NUNES SALVADOR

Pela frequência com que são lesionados e pela importância que representa na utilização do cavalo, os tendões são motivo de constantes cuidados e não poucas apreensões, por parte do cavaleiro. Daí, o possível interesse da sua descrição.

Embora simplesmente conhecida por tendão, esta região é constituída pelo ligamento suspensor do boleto e pelas partes tendinosas dos músculos flexores das falanges (perfurado e perforante), conjunto este denominado geralmente — aparelho de suspensão do boleto. — E ainda que todos estes componentes concorram para um mesmo resultado — a sustentação do boleto durante o apoio do membro, — cada um deles desempenha o seu papel particular.

E porque os tendões, fazendo seguimento às partes carnudas dos músculos, têm a possibilidade de permitir um certo alongamento, o aparelho suspensor do boleto beneficia da elasticidade do tecido muscular e da tenacidade do tecido fibroso.

Revista da Cavalaria

O ligamento suspensor do boleto é uma corda de tracção directa, que está em relação à frente com o osso da canela e atrás com o tendão perfurante. Tem origem ao nível do carpo ou do tarso (conforme se trate do membro anterior ou posterior) e termina por dois ramos, que se fixam sobre os lados dos ossos sesamoides e se continuam, cada um do seu lado, para se reunirem à frente, ao tendão do extensor anterior das falanges.

O tendão do perfurado ou flexor superficial das falanges, faz continuação ao corpo carnudo do músculo, a partir do carpo ou do tarso, para ir terminar por dois ramos, na 2.^a falange. Está em relação à frente com o tendão do perfurante, ao qual fornece um anel, por onde este passa. Atrás, está relacionado com os flexores da canela. Recebe na sua origem uma produção fibrosa radial que o reforça.

O tendão do perfurante ou flexor profundo das falanges, continua a parte carnuda do músculo, a partir do carpo ou do tarso, terminando na crista semi-lunar da 3.^a falange, após ter passado pelo anel sesamoide do perfurado. À frente relaciona-se com o ligamento suspensor do boleto e atrás com o tendão do perfurado. Recebe no seu terço superior um reforço fibroso que lhe fornece o carpo ou o tarso, conforme se trate do membro anterior ou do posterior.

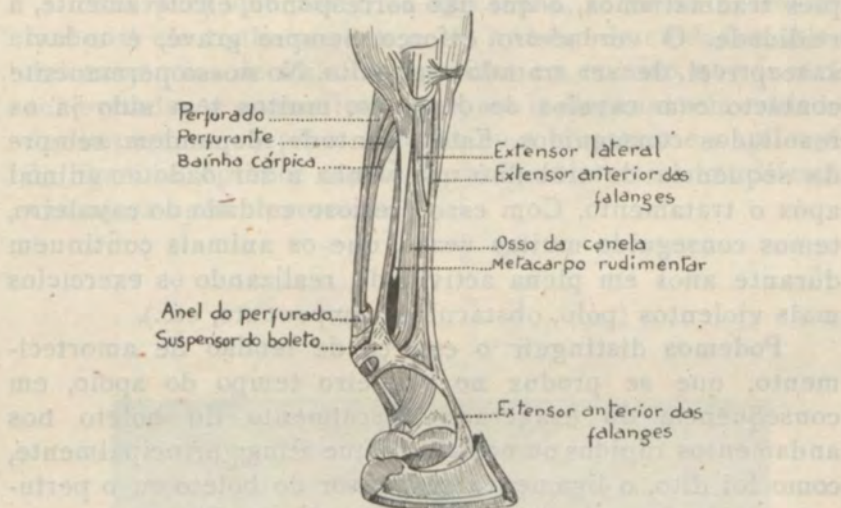
O ligamento suspensor do boleto, estica-se proporcionalmente ao abaixamento da quartela, razão por que o expõe à distensão e mesmo à rotura, no primeiro tempo do apoio, isto é, durante a fase de amortecimento.

O tendão do perfurado, que sustenta o ângulo formado pela canela e as falanges, actua nas mesmas condições que o ligamento suspensor do boleto. A sua distensão produz-se, por via de regra, no primeiro tempo do apoio. Como, porém, é menos tenso que o ligamento suspensor nos animais em estação, a sua secção não provoca senão um ligeiro abaixamento do boleto, ao contrário do que sucede com a do ligamento suspensor do boleto, que ocasiona uma queda de 3 a 4 centímetros, em média.

O tendão do perfurante actua no amparo do boleto, como a corda móvel da corrediça sesamoidea (formada na face posterior dos dois grandes sesamoides), deslizando num ou noutro sentido, mais ou menos frouxa, durante o apoio.

Revista da Cavalaria

Assim, no primeiro tempo de apoio, quando a quartela se baixa, oscilando sobre o casco, forma-se um ângulo entre a 2.^a e a 3.^a falanges, que origina relaxamento deste tendão. Por este motivo, a sua distensão não se produz de ordinário neste momento, sob a influência da extrema flexão do raio digitado, mas sim no segundo tempo, ou seja durante a fase de impulsão, quando o esforço geral de alongamento do membro tenha a articulação do pé em extrema extensão, e a canela, muito oblíqua, 'feche o ângulo do boleto, sem que se



torne possível o menor deslize sobre as corrediças seza-moideas. Como durante a estação o tendão perfurante não contribui normalmente para a sustentação do boleto, a sua secção a meio da canela não provoca a sua descida. Todavia, como nem sempre se encontra num estado normal de tensão, a sua secção é seguida de uma queda mais ou menos acentuada do boleto.

O chamado esforço de tendão, resulta, portanto, de ter sido ultrapassado o limite de tenacidade deste sistema. De facto, o peso do corpo distribui-se ao nível do boleto, entre a quartela e o aparelho de sustentação que estamos descre-

Revista da Cavalaria

vendo. A parte que a este último corresponde, encontra-se aumentada pela quantidade de movimento de que o corpo se encontra animado, quando o membro atinge o solo, ou pela pressão que resulta do esforço impulsivo, quando o membro já está no fim do apoio. Deste modo, o sistema pode, não só ser distendido, mas até roturado completamente, interessando notavelmente um dos seus componentes — o ligamento suspensor do boleto — distensão que, embora mais comum, é também de menor gravidade.

É vulgar considerarem-se esforços de tendão, pequenas alterações nele localizadas, às vezes resultantes até de simples traumatismos, o que não corresponde, efectivamente, à realidade. O verdadeiro esforço, sempre grave, é todavia susceptível de ser tratado com êxito. No nosso permanente contacto com cavalos de desporto, muitos têm sido já os resultados conseguidos. Estes, contudo, dependem sempre da sequência do trabalho que venha a ser dado ao animal após o tratamento. Com esse precioso cuidado do cavaleiro, temos conseguido muitas vezes, que os animais continuem durante anos em plena actividade, realizando os exercicios mais violentos (polo, obstáculos, campeonato, etc.).

Podemos distinguir o esforço de tendão de amortecimento, que se produz no primeiro tempo do apoio, em consequência do exagerado descaimento do boleto nos andamentos rápidos ou no salto, e que atinge principalmente, como foi dito, o ligamento suspensor do boleto ou o perfurado; e o esforço de tendão de impulsão que, contrariamente, se produz no fim do apoio, como vimos, no momento do esforço geral do membro, interessando sobretudo o perfurante. Assim se explica ser o primeiro esforço mais frequente nos animais de velocidade (excesso de flexão do amortecimento), enquanto que o segundo se produz principalmente nos animais de tiro. E, entre os primeiros, o esforço do perfurado é menos frequente que o do ligamento suspensor, certamente porque o corpo carnudo do músculo lhe permite um certo alongamento.

Os esforços de tendões são, em geral, muito mais frequentes nos membros anteriores do que nos posteriores, o que se explica pela sobrecarga e maior intensidade de reacções que aos primeiros compete.

Revista da Cavalaria

O estado de extensão do pé, que se observa, por exemplo, no caso de exagerado alongamento da pinça, predispõe para o esforço perfurante, o mesmo acontecendo com as exostoses da coroa (sobremãos, sobrepés, cravos), por dificultarem o movimento da articulação da 2.^a com a 3.^a falange.

Quando íntegro, o tendão deve apresentar-se bem destacado em todo o seu comprimento e cair perpendicularmente sobre o boleto; ser rijo, seco e de sólido volume, embora proporcional à musculatura do animal; e encontrar-se isento de taras (engorgitamentos, curvaturas, calor exagerado, sensibilidade alterada, etc.).

Mas para que assim se mantenha, torna-se necessário que com ele tenhamos um certo número de cuidados. Além das exigências de trabalhos pedidas em excesso, que deverão ser evitadas, é conveniente que, aos indispensáveis cuidados de limpeza, se sucedam o duche ou a maçagem e a aplicação de ligadura, óptimos moderadores circulatórios, de utilização vantajosa após o exercício.





Jornaes revistas livros

Revista "Diana"

Tomámos conhecimento no primeiro número da Revista «Diana», do corrente ano, que o capitão António Miranda Dias aceitara o convite que lhe fôra feito para dirigir a Secção de Hipismo daquela Revista.

Com a acertada escolha, a direcção da Revista «Diana» deu um passo em frente no campo das suas aspirações.

Dirigir uma secção de um periódico desportivo não é missão susceptível de ser desempenhada com garantia de êxito, senão por pessoa que alie às qualidades de ordem jornalística os necessários conhecimentos sobre a técnica da modalidade desportiva em causa.

Com efeito, por mais requisitos profissionais e apurado sentido de apreciação que um cronista desportivo possua, tais predicados, embora necessários, não podem dispensar os alicerces de ordem técnica; isto, para que o juízo crítico seja convenientemente fundamentado e a consequente crónica salutarmente orientada.

Revista da Cavalaria

Só desta forma o jornalismo desportivo resultará eficiente, não só para o público cujo sentido crítico se pretende apurar, como também para as organizações e praticantes da modalidade, cujas técnicas de realização e execução se ambicione aperfeiçoar.

Não teríamos focado este aspecto particular da actuação jornalística, se não se verificasse a feliz circunstância da Revista «Diana» ter escolhido para dirigir a sua Secção de Hipismo, uma pessoa, que, em nosso critério, reúne condições plenas para o cabal desempenho da difícil missão que conscientemente aceitara.

Está, por isso, de parabens a Revista «Diana», a qual vai ter uma Secção de Hipismo à altura dos seus legítimos anseios, que diga-se em abono da verdade, vêm sendo plenamente realizados nos outros campos da sua actuação.

No número de Janeiro em que é feita a apresentação do novo director da Secção de Hipismo, inicia o capitão Miranda Dias a sua colaboração com um expressivo e entusiástico apelo a todos aqueles que se interessam, directa ou indirectamente, pelo progresso do hipismo, para que apresentem a público nas páginas da «Diana» o fruto das suas reflexões, os seus anseios e soluções práticas conducentes ao progresso do hipismo nacional.

Termina o capitão Miranda Dias o seu convite à colaboração, pleno de fé nos dias de amanhã, por saudar a Sociedade Hípica Portuguesa e a *Revista da Cavalaria* pelos serviços prestimosos prestados à causa do desporto hípico.

A *Revista da Cavalaria* agradece as saudações que lhe foram endereçadas e cõscia de que interpreta o sentir dos cavaleiros portugueses, felicita a Revista «Diana» pela nova e eficiente fase de actividade em que vai entrar, de que é seguro penhor o entusiasmo, a fé e a competência do seu novo director.

A. S.

O COMBATENTE

PERANTE O CARRO

(Experiências da Guerra)

Por H.

(da Revista Suíça *Allgemeine Schweizerische Militär Zeitschrift*)

Tradução e resumo do comandante *Wilhelm*

Nota da Redacção da Revista Suíça

Para conseguirmos uma instrução e educação dos combatentes o mais realista possível consideramos de grande valor as informações que reflectem as experiências reais da guerra, no campo psicológico. Sobretudo, julgamos muito interessantes aquelas questões que versam sobre os fenómenos do pânico e a forma de combatê-los.

A seguir publicamos umas ideias, nascidas da experiência da guerra, escritas por um oficial austriaco, onde as conclusões sobre a educação da tropa com o fim de combater o seu natural pânico, se reveste de um especial interesse.

Em todas as guerras desempenhou um papel primordial o rendimento da tropa e os seus meios de combate, conjugados com a capacidade dos comandos. O êxito de uma tropa, não depende somente do número dos seus componentes, mas também, muito especialmente, da sua disposição física e psicológica. Precisamente a guerra moderna, com o enorme poder das novas armas e a disseminação das forças em unidades relativamente pequenas, representa uma tremenda carga material e moral para o combatente. Por isso, os comandos e tropas têm de ser familiarizados desde o tempo de paz com os «fantasmas» e impressões de todo o género que podem surgir numa guerra moderna.

A primeira impressão para deter ou eliminar o pânico de qualquer espécie é ter o combatente confiança na potência e rendimento das suas armas.

A sensação de inferioridade e desamparo ante o inimigo, tira ao soldado a confiança em si e coloca-o num estado psicológico, próprio para o pânico. É, pois, preciso, que disponha de meios adequados para destruir as armas inimigas, ou proteger-se, ao menos, contra elas. O bom rendimento tanto do pessoal como das armas pode conseguir-se em tempo de paz com uma instrução adequada, porém, é muito mais difícil conseguir incutir na tropa a necessária serenidade e treiná-la contra o pânico. A seguir vamos ocupar-nos desta importante questão.

A condição decisiva para salvar as situações críticas, é a existência de uns comandos valentes, tanto principais como subalternos, que conservem a se-

renidade perante qualquer situação por mais crítica que ela seja, e que consigam sempre procurar o caminho para poderem sair dela airosoamente. As vezes bastam só umas palavras tranquilizadoras, e sobretudo, o exemplo pessoal para cortar no início uma onda de pânico. Se os comandos possuem uma boa experiência da guerra, a tropa nunca lhes fugirá das mãos. Este princípio confirmou-se centenas de vezes na passada guerra, quando os comandos tinham actuado na I Guerra Mundial.

A psicose do medo causado, ou pelo emprego de novos meios de combate ou por «impressões estranhas» ou ainda por surpresa, predispõe a tropa ao desencadeamento do pânico. A obscuridade, a neve, e em geral a falta de visibilidade sobre o terreno, favorecem estes fenómenos. Quando uma tropa se encontra neste estado de espírito, basta às vezes um grito ou a fuga precipitada de uns quantos soldados para arrastar unidades inteiras e fazer com que apareçam as gravíssimas consequências da onda de pânico.

Ao começar a guerra de 14, o grito de «cossacos», dado num determinado sector, produzia uma confusão diabólica. Esse grito, tinha tido como origem o ruído de uns cavalos que tinham fugido de uma unidade vizinha, e que entraram no sector de um Batalhão. O resultado do suposto ataque dos cossacos foi um louco tiroteio que deixou uma lamentável quantidade de mortos e feridos, encontrando-se entre os feridos o próprio comandante desse Batalhão. Noutra ocasião bastou o grito de «gaz» para que se detivesse, durante bastante tempo no seu avanço uma Brigada que se dirigia para a frente a reforçar um sector e que por ser de recente criação ainda não tinha recebido máscaras anti-gás.

Esclarecido o motivo, viu-se que unicamente se tratava da explosão de granadas fumígenas de artilharia.

Nesta guerra um Regimento de Assalto, que como todos, não dispunha de metralhadoras e que estava apoiado por algumas peças de artilharia de montanha recebeu a missão de assaltar as posições defendidas por um corpo de granadeiros russos em Chodelbach (a Sul de Dublin). De repente essa tropa completamente bisonha, foi surpreendida pelo fogo rápido da artilharia russa. O pânico estendeu-se a toda a unidade, que fugia em debandada, deixando uma brecha no dispositivo alemão, e o Regimento só foi detido na sua fuga a bastantes quilómetros do lugar onde se dera o ataque. O fogo em massa da artilharia russa tinha posto em completa fuga essa improvisada tropa que desconhecia os princípios que indicamos como indispensáveis para manter o moral dos combatentes. A unidade estava antiquada, mal instruída e armada e não tinha a necessária confiança nem nos comandos, nem nas suas armas, nem mesmo na sua própria força.

Com o objectivo de sanar dentro do possível esta Unidade do «Shock» do pânico, entrou para a brecha por ela deixada, um Batalhão de Ciclistas, muito curtido na luta, sendo o Regimento de Assalto colocado a cerca de um quilómetro à retaguarda, num bosque, de modo que sem grande perigo, pudesse observar o que se passava na frente com o Batalhão de Ciclistas. Este Batalhão, instalado nas trincheiras e abrigo desfez todos os ataques lançados pelos russos, apesar de estar constantemente batido pelo fogo da artilharia.

Ao cair da noite, quando voltou a calma ao sector, avançou o Regimento de Assalto até às posições ocupadas pelo Batalhão, com o objectivo de provar, directamente, a essa tropa, que apesar do intenso fogo de artilharia a que o

Revista da Cavalaria

sector tinha estado submetido, as suas perdas eram insignificantes. No dia seguinte, as tropas de Assalto juntamente com os Ciclistas, dispersaram novos ataques inimigos e uma Unidade do Regimento conseguiu infiltrar-se nas linhas inimigas e destruir uma das Baterias de Artilharia russas, cujo pessoal foi surpreendido quando estava a receber o rancho. A partir deste instante, a confiança desta tropa, até então bisonha, subiu de tal forma que mesmo depois da retirada do Batalhão de Ciclistas, continuou desfazendo com êxito e grande moral todos os ataques russos.

O exemplo de uma tropa aguerrida e bem treinada, havia feito um milagre.

Este método usado talvez pela primeira vez na citada Campanha do Este em 1914, consistindo no emprego de unidades especialmente escolhidas pelas suas boas qualidades morais, foi empregado com sucesso em numerosas ocasiões na última Guerra Mundial.

Uma boa tropa também pode ser envolvida pela onda de pânico, se o seu chefe, numa situação crítica, perder os nervos. Ambas as Guerras Mundiais demonstraram que nestes casos, nas Unidades, incluindo Divisões inteiras, dava-se a deserção. Estas situações bastante desagradáveis só podem evitar-se por uma cuidadosa selecção de Comandos.

A mais clara inteligência e os maiores conhecimentos militares, carecem de valor se o chefe não dispõe de uma grande força de vontade e de nervos de aço. Os teóricos, de nervos débeis, representam uma desgraça e não devem estar na frente.

As duas Guerras Mundiais mostraram que uma tropa bem instruída é muito menos dada a cair em fenómenos de pânico do que outra cuja instrução seja deficiente. Mas não só os factores assinalados influem na maior ou menor predisposição da tropa ante o pânico como também existem outros cuja influência é bastante nítida. Viu-se, por exemplo, que os soldados dos diferentes países e raças não mostram iguais condições de reacção perante o medo. Em geral, os soldados dos países nórdicos, são menos dados a caírem no pânico do que os dos países temperados do Sul. As unidades recrutadas entre a população das grandes cidades não têm tampouco, normalmente, essa espécie de insensibilidade perante as influências psíquicas que possuem, por exemplo, aquelas que são compostas por elementos da população rural. Os habitantes das altas montanhas e das costas, mostram uma especial resistência perante a psicose do medo.

Outro factor que estabelece também nítidas diferenças é o das profissões. Viu-se que aqueles soldados cujas profissões encerram um certo perigo, possuem sempre melhores nervos do que os que exercem uma actividade burocrática. Sobre estes a prática dos desportos tem uma influência altamente benéfica não só fortalecendo-lhes o corpo como também o espírito.

Uma adequada mistura entre os soldados tem dado sempre óptimos resultados. Os temperamentos exaltados arrastam o conjunto para a frente, enquanto que os mais fleumáticos enquadrando os outros, formam uma boa estrutura que nos momentos críticos é capaz de sustentar qualquer situação.

Sobre a futura moral das tropas influi de uma maneira decisiva a sua primeira impressão em combate, ou seja o seu baptismo de fogo. Se este decorre de maneira desfavorável, a tropa acusará a sua prejudicial influência durante bastante tempo, predispondo-a para o pânico. Não é aconselhável empregar uma

Revista da Cavalaria

tropa em uma missão difícil quando se encontra ainda sobre os efeitos do pânico. Em muitos casos, quando se sofrem elevadas perdas, é um erro, e resulta completamente inútil, substituir essas perdas por pessoal pouco experimentado. Os substitutos contagiam-se rapidamente, e falham também. Por isso é sempre recomendável, nestes casos, ao ter a necessidade de substituir as perdas sofridas, dotá-las de uns comandos seleccionados, com o objectivo de conseguir que as novas unidades reorganizadas tenham sempre uma ocasião de alcançar uns quantos êxitos. Se isto se consegue, então a tropa está salva, pois recuperará a confiança em si e vencerá a predisposição para o pânico.

Nas tropas cujo baptismo de fogo decorreu favoravelmente, é difícil que se assustem mais tarde perante as situações complicadas. Pouco a pouco vão-se curtindo na guerra e acabam por constituir as Unidades de confiança que formam a elite dos Exércitos.

O «Shock» provocado pelos Carros de Combate

Na II Grande Guerra a aparição em massa dos carros blindados foi o factor que mais frequentemente deu lugar à psicose do medo, que conduzia fatalmente ao pânico, sobretudo se a sua aparição era de surpresa. Amigos e inimigos foram arrastados pelo pânico a situações muito complicadas e muitas batalhas perderam-se por causa dessa psicose.

O fenómeno do «Shock» perante os carros de combate, produziu-se com mais frequência no começo da guerra; porém, ele continuou a dar-se sobretudo quando não existiam os meios adequados para os combater ou quando as unidades novas se viam pela primeira vez em frente deste poderoso meio de combate. Já ao acabar a guerra, tropas com uma elevada moral, dada pela vitória que era certa, caíram na psicose do medo ao serem surpreendidas por um inesperado ataque em massa dos blindados sobre a sua retaguarda.

O «Shock» produzido pelos carros tem um carácter permanente. Uma tropa que tenha caído uma vez em pânico encontra-se normalmente impossibilitada para sempre de poder defender-se. Assim, a certas Divisões de Infantaria que tinham tido a desgraça de serem desbaratadas por um forte ataque de blindados, e que tinham sofrido profundamente o perigoso «Shock» de que estamos tratando, ficaram conhecidas entre as tropas com o nome de «Divisões de pouca confiança» para a defesa contra carros. O adversário chegou a perceber a sua existência, e procurava sempre realizar as grandes acções de rotura com carros nos sectores que elas ocupavam. Se não se pressentia o perigo, ou se não se colocavam atrás das suas linhas fortes reservas contra carros, ao primeiro impulso elas cediam e o adversário abria a brecha desejada.

Um exemplo que confirma o que dissemos deu-se ao começar a grande contra-ofensiva russa em 5 de Agosto de 1943, ao Norte de Bjelgorot quando um ataque em massa dos carros inimigos caiu sobre uma das tais Divisões que não tinha protecção contra carros. Esse ataque, fez com que essa divisão debandasse e só depois de ter chegado à retaguarda da unidade que combatia à sua direita, foi possível reunir os grupos dispersos e retirá-los da frente.

Revista da Cavalaria

A Unidade que operava na direita, estava apoiada por uma força contra carros composta de doze «Tigres» e vinte canhões auto-propulsores e graças a este apoio conseguiu repelir os ataques russos, apesar de ser como a outra, uma unidade «de pouca confiança». É muito perigoso empregar tropas bisonhas e pouco habituadas à guerra nos sectores em que sejam frequentes os ataques de carros, sobretudo se essas tropas não tiverem tido já contacto com os engenhos blindados. Numerosos exemplos da passada guerra confirmam as nossas palavras.

A guerra ensina que a tropa que tenha feito frequentes exercícios juntamente com Unidades Blindadas, é muito menos impressionada perante o ataque destes engenhos do que aquelas que não tenham tido essa oportunidade. Assim, por exemplo, uma Divisão de Infantaria composta inteiramente por recrutas, mas que tinham tido uma cuidadosa instrução de defesa contra carros e que frequentemente tinham tomado parte em exercícios combinados com Unidades Blindadas, pôde fazer frente, desde o primeiro dia em que entrou em combate, a todos os ataques de blindados inimigos. Esta Divisão teve de actuar em 5 de Julho de 1943, quando chegou à frente, no centro de gravidade do XI Corpo de Exército, para a passagem dos Donez. Depois de passado este rio, e de ter avançado três ou quatro quilómetros, desde a sua margem, os russos contra-atacaram com grandes forças, empregando duas Brigadas Blindadas Pesadas. (64 carros pesados de rotura e certo número de carros de exploração). Os pesados carros Kw-1 e Kw-2 surpreenderam os infantes, surgindo inesperadamente de um bosque próximo, conseguindo desalojá-los e penetrar na sua retaguarda. Apesar disso, os bisonhos soldados alemães não perderam o controle do medo, e quando os carros passaram, contra-atacaram violentamente a infantaria russa que vinha atrás deles, conseguindo detê-la, permitindo desta forma que os carros separados das forças que os acompanhavam a pé, fossem totalmente destruídos por Unidades Especiais. É este um claro exemplo da eficácia de uma boa instrução e particularmente dos favoráveis resultados que se obtêm fazendo com que a tropa se familiarize durante as manobras com os engenhos blindados.

Os russos também sofreram algumas vezes em 1941 e épocas posteriores, alguns «Shocks» perante os carros, que os levaram igualmente a situações muito difíceis. Neles, também eram geralmente as unidades mal instruídas, pouco familiarizadas com a presença dos blindados e mal dotadas de meios de defesa contra carros, as que caíam nessa psicose.

Tanto no Exército Russo como no Alemão comprovou-se que as tropas de infantaria ou qualquer outra especialidade enquadradas organicamente nas Unidades Blindadas, podia dizer-se que eram incólumes ao «Shock» perante o carro, e que constituíam sempre a melhor estrutura para formar as Unidades Especiais contra carros.

Saltava à vista a segurança e a tranquilidade com que as Unidades de Granadeiros, enquadradas nas formações blindadas, repeliem os ataques dos carros inimigos, ainda que em alguns casos não tivessem os adequados meios de defesa ou quando os blindados inimigos eram superiores aos seus. Deu-se até o caso, repetidas vezes, de forças de infantaria pertencentes a estas formações, serem escolhidas para destruir por surpresa os blindados inimigos em golpes de mão nocturnos ou dentro dos bosques.

Revista da Cavalaria

Entre os carros e a sua infantaria de acompanhamento chegou-se a uma grande compenetração e confiança mútua, inspirando o convencimento de que se os carros abriam caminho aos granadeiros, eliminando do seu caminho os obstáculos que os espreitavam, eram em troca os infantes que ao chegar à noite os cercavam e protegiam contra os possíveis golpes de mão inimigos.

Esta mesma confiança nas suas próprias forças existia também nas Unidades russas enquadradas nas forças blindadas. Assim, no ataque realizado por um Corpo de Exército Blindado alemão com a missão de libertar Stalinegrado, uma formação, apoiada por uns 200 carros, tinha ocupado uma série de colinas defendidas por granadeiros russos pertencentes a uma Unidade Couraçada. Depois de combater duramente, os carros alemães conseguiram infiltrar-se até à retaguarda russa, parecendo que tinham destruído toda a resistência, mas, na verdade, atrás dos carros alemães tinham ficado bem abrigados nos seus ninhos, e camuflados, numerosos atiradores russos que não só resistiram aos ataques alemães como também destruíram as suas armas de defesa contra carros, alguns blindados. Só com a entrada em acção da infantaria de acompanhamento, foi possível à formação blindada alemã alcançar o objectivo previsto.

Os Estados Maiores de todos os escalões têm também de ser instruídos e estarem especialmente preparados para enfrentar o pânico provocado pelos carros. A experiência tem ensinado frequentemente, que os Quartéis Gerais têm sido atacados por Unidades Couraçadas. A deserção de um Estado Maior não só produz uma lamentável impressão como tem consequências incalculáveis sobre a coragem e moral das tropas.

Por isso os Quartéis Gerais têm de estar equipados com armas contra carros e desde o Chefe ao último dos Oficiais tem de haver uma perfeita instrução no manejo dessas armas, para o que devem tomar parte nos exercícios que se façam com as tropas, a fim de poderem contrariar a impressão produzida pelos engenhos blindados.

No pequeno exemplo que se narra a seguir, compreende-se a importância destas medidas.

Em 5 de Outubro de 1944 o III Exército Couraçado Alemão cuja totalidade das formações de carros havia sido torpemente agregada ao Grupo de Exércitos do Norte, foi cercado, cerca de Schaulen (Lituânia) por um Corpo de Carros inimigos. As únicas 4 Divisões de «Volksgranadiere» (Granadeiros do Povo) que tinham ficado, foram empurradas, depois de 10 dias de dura luta, contra o curso inferior do Memel, formado por uma zona cujos caminhos eram atoleiros, sendo a situação, segundo parecia, impossível de se resolver. Em Heydekrug, centro de gravidade daquele caos, estava instalado o Estado Maior do III Exército Couraçado e até lá penetraram uns 14 carros pesados russos, espalhando a confusão entre aquela mescla de soldados e civis que tardiamente iam sendo evacuados, e que já estavam envolvidos pelo pânico espalhado pelos carros. Imediatamente todos os oficiais do Estado Maior, desde o General até ao último dos Alferes, deitaram mãos das armas de defesa próxima contra carros e de dentro do próprio edifício do Estado Maior destruíram rapidamente alguns deles tendo destruído os restantes depois de uma movimentada perseguição. Esses oficiais pela sua rápida actuação conseguiram salvar uma situação angustiosa.

Revista da Cavalaria

Os exercícios combinados e a contínua convivência desses oficiais do Estado Maior com os carros da sua unidade, deram não só nesta como em outras ocasiões excelentes resultados.

Um feito heróico realizado por um só homem, pode ter às vezes uma influência decisiva na resolução de momento crítico. Até que ponto isto é assim, o demonstram inúmeros exemplos como o que a seguir transcrevemos.

Em meados de Maio de 1944, um Regimento Alemão, composto por recrutas bastante jovens e apenas acabados de instruir, foi atacado no sector a Oeste de Tarnopol (Galícia Oriental) por uns 20 carros inimigos. Já começava a estender-se a perigosa onda de pânico quando um valoroso sub-oficial, muito jovem, empunhou um Panzerschreck («terror dos carros», espécie de Bazooka) e com um sangue-frio admirável conseguiu destruir o primeiro T-34 que abria a marcha. Os outros carros vendo o que tinha sucedido ao carro testa, fizeram meia volta e retiraram. Estimulados por este exemplo, os jovens recrutas lançaram um contra-ataque e conseguiram recuperar as antigas posições.

Modo de combater o «Shock» provocado pelos Carros de Combate

Os poucos exemplos que indicamos constituem já algumas indicações sobre os procedimentos a seguir para combater o terror inspirado pelos carros. Deve-se sempre procurar *prever* o pânico antes que ele se produza, ou seja, não esquecer que o mais simples e mais eficaz é a profilaxia. A condição prévia para evitar o «Shock» frente ao carro, é a de adquirir familiaridade com a sua força e forma de combatê-lo, com as nossas armas e os nossos meios. Quanto mais ampla e mais real se possa dar a instrução sobre um ataque de blindados e a maneira de nos defendermos deles, tanto mais incólume se formará o espírito da tropa contra o «Shock» perante o carro.

Em primeiro lugar, a todo o soldado deve-se mostrar um carro explicando-lhe os seus pontos fortes e fracos e dando-lhe também a oportunidade de saltar para cima dele. O primeiro passeio num carro fica gravado para sempre na mente do soldado. Este verá claramente como os serventes do carro, metidos na sua casa de aço, têm limitada a sua visibilidade, restringidos os seus movimentos, e que tem de lutar com inúmeras dificuldades.

As demonstrações no campo, procurando que se vejam as passagens através de toda a espécie de obstáculos com diferentes velocidades, a observação da precisão do fogo do carro, em marcha e parado, e as experiências de perfuração das suas couraças com as diversas armas contra carros, umas que conseguem perfurá-las, e outras que são completamente ineficazes completam activamente a idéia que deve formar-se no soldado sobre as possibilidades do carro e os meios de o combater. O seu interesse e a sua compreensão serão ainda mais completos se se procurar que se possam ouvir as ordens que a guarnição do carro recebe pela rádio e que se vá seguindo a maneira como elas são executadas.

Revista da Cavalaria

O objectivo destas demonstrações é pôr a tropa ao corrente dos terrenos e obstáculos que podem dar-lhe segurança para a defesa e ensinar-lhe a forma mais conveniente, activa ou passiva, de defenderem-se contra estes potentes inimigos. No entanto, é necessário ter o cuidado de que estas demonstrações sejam bem orientadas, com o objectivo de que no soldado não se forme uma ideia exagerada, nem das possibilidades dos carros, nem tão pouco das armas de defesa contra eles.

É necessário que o soldado compreenda que não existe nenhuma arma «miraculosa» contra os carros. O *fosso contra carros* só representa uma detenção mais ou menos longa. O *punho anticarro* pode constituir certamente uma ameaça para os carros isolados ou em pequenos grupos; porém, seria insensato crer que uma força armada com este ou com outros meios análogos de defesa próxima contra carros, pudesse defender-se por si só contra os ataques em massa. Os *campos de minas* só são eficazes quando o inimigo não conta com a sua presença e não pode rodeá-los ou limpá-los.

Apesar de todos os meios de defesa, os carros inimigos conseguem, se o terreno é adequado, penetrar nas posições, abrindo uma brecha mais ou menos ampla na frente defensiva e destroem a infantaria. Requerem-se uns nervos de aço para ver avançar sobre nós semelhantes monstros e deixá-los passar por cima dos poços ou abrigos especiais aonde estamos escondidos.

No entanto, *esta é a pedra angular da defesa contra carros*. Se os defensores conseguem manter-se serenos deixando-se «atropelar» pelos carros inimigos, e surgem dos seus ninhos uma vez que estes tenham passado, então podem enfrentar a infantaria inimiga de acompanhamento e destruí-la. Mas se pelo contrário, não são capazes de suportar esta prova de nervos, então os carros inimigos destroem toda a defesa e a vitória é irremediavelmente deles.

A infantaria tem de estar necessariamente e a todo o custo, preparada para esta prova de nervos, antes de ter o seu primeiro contacto com os blindados inimigos. É preciso, pois, que todo o oficial, graduado ou soldado tenha sido submetido frequentemente, em exercícios no tempo de paz, à prova de ser «atropelado» por carros, se se quer que ao chegar a um caso real esteja em condições de superar esta dura prova.

A experiência demonstra que estes exercícios não são tão inúteis como à primeira vista podem parecer. Um atirador agachado ou deitado num profundo fosso ou vala de «cobertura contra carros» não sofre qualquer dano ao rodar sobre ele um carro. Para as primeiras provas, recomenda-se, sendo possível, a escolha de um terreno de piso duro coberto de espesso mato, metendo-se nos poços e valas para isso preparados uns bonecos, fazendo passar sobre eles, em todas as direcções e em diferentes velocidades, carros e peças auto-propulsoras. Tem de fazer-se com que os carros parem e rodem sobre os abrigos, com o objectivo de fazer ver às tropas que os carros não podem combater os bonecos ali ocultos, nem tão pouco esmagá-los com as suas lagartas. Terminada esta demonstração encontram-se sempre oficiais e soldados voluntários que querem substituir no novo exercício o papel dos bonecos. Uma vez que todos o tenham realizado e saído-se bem, pode-se iniciar a instrução nesse sentido, de uma maneira geral e sistemática, começando pelas unidades elementares. No final, um ataque em massa dos carros que tomam parte no exercício, deve pôr fim a esta preparação da tropa.

Revista da Cavalaria

Em todos estes exercícios, tem de haver um pessoal especializado que cuide em dispor as coisas de modo a que não haja nenhum desastre. Na Alemanha durante a passada guerra, tais exercícios eram realizados de uma maneira sistemática, à retaguarda das frentes, aproveitando-se os descansos das Unidades Blindadas e também, quando havia tempo, nos campos de manobras da retaguarda, não havendo a lamentar qualquer desastre durante a sua realização.

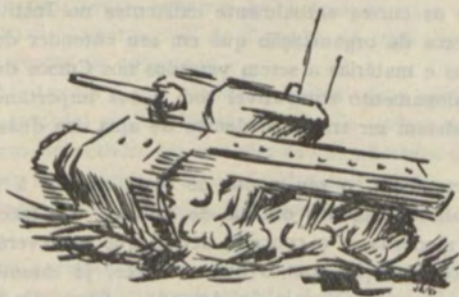
Nas Divisões Couraçadas era fácil a realização desses exercícios, e as consequências notavam-se pelo completo desconhecimento do pânico em frente dos carros. Porém, não sucedia o mesmo nas Divisões de Infantaria onde quase nunca se dispunha, ao menos durante algum tempo, de veículos blindados e tinham de contentar-se com a utilização, em geral, de canhões de assalto ou de alguns poucos carros, pelo que tinham de fazer-se os exercícios com grande rapidez. Para isso dispunham-se os homens nos poços e valas previamente preparados entrando por Companhias e sofrendo a prova de «atropelamento».

Porém, esta breve instrução deu pleno rendimento. Muitos semblantes empalideceram como se tivesse chegado o seu fim, ao verem aproximar-se os canhões de assalto fazendo fogo, e os homens que entravam para os abrigos como uns cobardes, saíam deles transformados em soldados.

Ejército

Março 1951

S. B.



Bibliografia

Sobre o futuro do I. A. E. M. — Palavras do General Director na Sessão Solene de abertura do ano escolar de 1951-52.

A semelhança do que acontecera no ano anterior, também, agora, o I. A. E. M. publicou em folheto as palavras proferidas pelo seu Director na sessão solene de abertura dos trabalhos do corrente ano lectivo. Verifica-se, assim, uma continuidade de procedimento, que começa a fazer tradição naquele estabelecimento de ensino. E, na verdade, seria muito útil que tal tradição se mantivesse, pois que, deste modo, como já indicámos nas despretenciosas referências feitas em 1951, haverá a possibilidade de um maior número de pessoas nelas interessadas, poderem tomar contacto com as palavras ditas em condições que impõem responsabilidade e interesse, que sempre existirá, ao seu conteúdo.

Assim acontece, também, este ano, marcada a primeira pela categoria de quem as proferiu e definido o segundo na própria legenda que lhes foi dada. Agora, o Ex.^{mo} Sr. General Ferreira de Passos expõe, neste trabalho, as suas preocupações quanto à posição actual do Instituto como Escola Superior Militar, pelo prestígio que ele deve ter, valorizando, assim, os profissionais que aí tenham sido preparados quer para ascender aos postos superiores, quer para desempenho de funções especiais.

Seguidamente, e com a clareza e brilho que lhe são peculiares, considera o problema da evolução futura exigida à instituição que dirige, dada a necessidade de adaptação rápida a doutrinas e meios novos, alguns ainda mal definidos; ao aumento da frequência dos cursos; e à afluência de instruídos pouco seleccionados nos cursos iniciais da E. E.

Considerando os cursos actualmente existentes no Instituto, expõe o seu ponto de vista acerca da organização que em seu entender deverá ser seguida, pondo os problemas e matérias a serem versados nos Cursos de Altos Comandos dentro de um escalonamento compatível com a sua importância e necessidades em tempo para poderem ser tratados, dentro de uma das duas modalidades que preconiza.

Desenvolve, também, o seu ponto de vista quanto à preparação inicial e especialização subsequente dos oficiais de carreira, em face das necessidades actuais da guerra moderna, e o conceito actual que se deverá ter do seu combatente, fazendo comparação com o que acontece, já mesmo entre nós, com o ensino e preparação dos Officiais da Armada. Aduz, ainda, os argumentos julgados convenientes e compatíveis com o escasso tempo de que dispõe para a realização de uma palestra.

Pelo rápido resumo que acabamos de fazer julgamos ter chamado suficientemente a atenção dos leitores da Revista para um assunto de palpitante actualidade — a possível evolução do funcionamento do I. A. E. M. —, agora ventilado por alguém que pelo cargo que ocupa o fez revestir de particular interesse.

J. A.

Revista da Cavalaria

Introdução ao estudo dos conhecimentos militares — General Sebastião Telles (1887) — Edições do E. M. E.

Em 1947 passou o centenário do nascimento do General Sebastião Telles, o qual teve lugar a 27 de Julho.

Pessoa dotada de grande capacidade intelectual, marcou uma posição de relevo no mundo do pensamento da época em que viveu, e na qual não escasseavam altos valores mentais.

Esta obra, que o E. M. E. publicou, em 2.^a edição, no ano do centenário, é considerada como a principal da sua carreira de escritor militar. Escrita aos 39 anos, quando era major do C. E. M., foi com ela que teve ingresso na Academia Real das Ciências, em virtude do parecer elaborado por pensadores e cientistas, tais como os Doutores, António Cândido, famoso na oratória parlamentar; Teixeira de Aragão, médico distinto e notável arqueólogo; e Teófilo Braga, que, então, se distinguia pelos seus ensaios literários e estudos filosóficos.

A edição agora feita é apresentada com um largo intróito, do Ex.^{mo} Sr. General Barros Rodrigues, no qual são focados os principais pontos tratados, não só nesta obra como também numa outra, «A fortificação e a defesa do País», escrita anteriormente pelo General Sebastião Telles, a cujo valor intelectual, e à acção por ele exercida, com os seus trabalhos, nas instituições militares portuguesas, é rendida homenagem por aquele Ex.^{mo} Senhor.

Acerca da posição daquelas obras vistas à luz dos conhecimentos actuais, diz-se no referido intróito:

«Os conhecimentos humanos, qualquer que seja a sua modalidade, estão em constante evolução e os conhecimentos relativos à guerra, não podiam, de forma alguma, escapar à sua lei, especialmente em períodos como este em que se verificaram os maiores conflitos armados que a História regista — guerra Russa-Japonesa de 1904-1905 — guerras balcánicas de 1912 — primeira grande guerra de 1914 a 1918 — guerra civil de Espanha de 1936-1939 — e, finalmente, a segunda grande guerra de 1939-1945.

O que não há dúvida é que ainda há nestas obras muito que aprender e meditar, como há também muitas ideias que já não podem ser aceites.

Há um aspecto, sobretudo, em que elas são de absoluta utilidade: é quando se pretende estudar o passado, a evolução das instituições militares, especialmente da fortificação e da preparação para a guerra, particularmente em Portugal».

Ninguém teria mais autoridade do que o Ex.^{mo} General Chefe do Estado Maior, mais ainda, como antigo professor da E. E. e do C. E. M., para, com as suas palavras, definir o valor que tem, ainda hoje, a obra do General Sebastião Telles. Aquele valor é, quanto a nós, engrandecido pelo alto exemplo que representa, e em relação ao qual se justifica, plenamente, a homenagem agora prestada com a sua publicação.

J. A.

Revista da Cavalaria

Conferências do General Marcel Carpentier — Edições do Estado Maior do Exército — 2.^a Repartição.

Há cerca de três anos, por iniciativa da então Majoria General do Exército, veio ao nosso País realizar uma série de Conferências, o General Marcel Carpentier, que durante a II Guerra Mundial fora C. E. M. do Corpo de Exército Francês, que se bateu na Itália integrado no Grupo de Exércitos Anglo-Americano.

Tivemos o prazer de o ouvir nessa altura e impressionou-nos vivamente a simplicidade com que expunha factos e conhecimentos que viveu de perto, sem nunca falar de si. De presença muito agradável e distinta, personificava a ideia que fazíamos do oficial do Alto Comando Francês. Deixando aflorar aqui e além o espírito gaulês, foi um conferente que se ouviu com muito agrado tanto mais que fazia história nas condições mais favoráveis, como testemunha imparcial, que fora, da maior parte dos acontecimentos que relatava.

Quando as conferências foram reunidas em publicação, de que agora foi enviado um volume à nossa Revista, tornámos a encontrar todo o prazer que tivemos ao ouvi-las e tivemos ocasião de verificar o poder de síntese e o método de exposição em que há sempre o número de palavras suficiente e o comentário exacto e oportuno para criar a ideia necessária à compreensão do relato equilibrado que se ouve ou lê sem fadiga e sempre com interesse.

Há a acrescentar que o General Carpentier, ainda que a sua modéstia e simpatia o procurasse quase fazer esquecer, era um oficial de carreira na mais ampla acepção do termo, pois que a sua fora sempre plena de serviços que bem mereceram da sua Pátria visto que por ela dera o melhor do seu sangue. E aí estavam três ou quatro fiadas de fitas multicolores a cobrirem o lado esquerdo da farda debaixo da qual vibra um coração de verdadeiro Soldado. O Grau de Cavaleiro da Legião de Honra recebeu-o aos 19 anos como alferes da I Grande Guerra, e o Grau de Oficial foi-lhe concedido por 12 ferimentos em combate, com cinco citações...

Eis o início da sua carreira, durante a qual, três citações em Ordem do Exército como Coronel Comandante de um Regimento de atiradores marroquinos, no Médio Oriente; a comenda da Legião de Honra, depois da tomada de Roma, onde entrou ao lado do General Juin sob cujas ordens fez a campanha da Itália; o grande oficialato da Legião de Honra e a Cruz de Guerra com 12 palmas, marcam outros tantos pontos brilhantes da vida deste militar de trato tão simples e insinuante.

A natureza do fundamento desta publicação, as conferências feitas, dão lugar a que nele não se possa encontrar tudo quanto um trabalho de outra natureza e orientado para outro fim poderia conter, mas encontra-se nele aquilo que de essencial é necessário para apreender da acção dos Exércitos Aliados, em geral, e do C. E. F. em especial, na Itália durante a II Guerra Mundial.

Em boa hora o General Carpentier gentilmente permitiu a publicação do seu trabalho, que é apresentado pelo Ex.^{mo} Sr. General Barros Rodrigues, Chefe do E. M. E., em termos de muita consideração por tão ilustre militar, e acompanhado por 12 «croquis» explicativos do texto, numa edição muito cuidada.

J. A.

Revista da Cavalaria

Convenções anglo-alemãs relativas às colónias portuguesas —

Dr. José de Almada (Edições do Estado-Maior do Exército).

A partir do momento em que, sob a hegemonia da Prússia, se realizou a unificação da Alemanha esta passaria a desempenhar um largo papel no palco da vida mundial. Se, inicialmente, o principal criador da unificação alemã — o príncipe de Bismark — se não interessou pelos problemas coloniais, o que é facto é que as desavenças então existentes entre a França e a Inglaterra, levaram esta última a buscar o apoio da Alemanha no conjunto das suas combinações sobre a política colonial. E o Chanceller prussiano que se tinha limitado ao simples papel de árbitro quando da Conferência de Berlim de 1884, que largamente favoreceu a Bélgica, passou, posteriormente, a interessar-se pelos problemas coloniais, procurando uma posição vantajosa para o seu país no Continente Africano, já então alvo da cobiça e de partilhas por parte das outras potências, grandes ou pequenas, entre as quais estava Portugal, com manifestos direitos de precedência em relação a quaisquer outros. A vastidão dos territórios, sobre os quais pretendíamos defender esses direitos, levou, necessariamente, a atrair a atenção das outras potências, em especial da Alemanha, que então iniciava a sua penetração nessa África de que nós tínhamos descoberto os encantos, abrindo os trilhos que outros, mais tarde, seguiram, atribuindo-se os louros do desbravamento e, principalmente, os proveitos que este lhes podia dar... O jogo de interesses que se estabeleceu, favorecido pelas dificuldades financeiras em que nos encontrávamos, deu lugar a uma série de atritos, malquerenças, arranjos e consequentes combinações, as quais, contudo, nem sempre foram levadas a cabo com facilidade, nem finalidades práticas. Custava a acomodar tão grandes apetites num espaço que já se mostrava estreito pelas posições dos territórios sob a nossa influência.

Partilhar estes parecia, portanto, o caminho mais fácil à satisfação daqueles, e para regularização de outros problemas relacionados com o desenvolvimento sempre crescente da Alemanha. E havia que garantir, em qualquer dos casos, a cada um, a sua posição, uma vez que todos estavam, então, bem alerta e prontos a tomar a iniciativa no campo colonial.

É a definição das atitudes tomadas, em relação a Portugal, em especial pela Alemanha e a Inglaterra, relativamente às convenções de 1898 e 1913, dentro do quadro da política geral e da colonial, que resulta do trabalho do Sr. Dr. José de Almada, feito em Janeiro de 1938 e publicado em 1946 pelo Estado-Maior do Exército. O autor, como consultor colonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, encontra-se em posição de poder apresentar os factos à luz das fontes documentais e baseia principalmente o seu estudo, além de outros, nas publicações oficiais alemãs — «Grosse Politik der Europäischen Kabinette» — na parte das negociações secretas alemãs de 1870 e 1914; nos documentos confidenciais do Foreign Office — «British War Documents»; e ainda nos «Documents Diplomatiques Français», o que lhe dá especial valor. A extensão dos assuntos tratados, e a vastidão da documentação correspondente, dão ao trabalho publicado, em grande parte, o carácter de um repositório de indicações de consulta dos documentos, onde cada assunto, apresentado por vezes numa só frase, possa ser estudado com maior desenvolvimento, dado

Revista da Cavalaria

que o período abrangido vai de 1883 às vésperas da I Guerra Mundial, compreendido numa escassa centena e meia de páginas. Também o autor deixa falar a documentação, na qual deve ter procedido à escolha criteriosa das passagens que melhor esclarecessem o assunto que se propunha tratar.

Qualquer das convenções estabelecidas foi uma consequência da política geral seguida, e nelas estão completamente integradas.

Deste modo, o trabalho do Dr. José de Almada, onde perpassam as principais figuras do meio político internacional do final do século passado e do princípio do actual — Bismark, Guilherme II, Balfour, Salisbury, o Marquês de Soveral, Sir Edward Grey, W. Churchill, etc. — reveste, ainda, interesse para análise dos problemas que se foram apresentando nas relações anglo-alemãs e determinaram, em grande parte, a eclosão da I Guerra Mundial.

Dado o carácter que revestem os documentos analisados, de natureza essencialmente diplomática, quer-nos parecer que o seu lugar deveria ser numa edição feita em condições diferentes da actual, pois certamente ficariam melhor colocados, e até mesmo ganhariam em autoridade, se constassem de uma publicação do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ao tomar a iniciativa de dar a lume o trabalho do Dr. José de Almada, o E. M. E. permitiu que o ambiente restrito das publicações militares de origem oficial ficasse assim enriquecido com uma obra que vem lançar luz sobre um período da nossa História que muito se tem discutido e cuja análise e estudo completo ainda é cedo para serem feitos. Contudo, serão documentos como os agora apresentados, de uma forma que se nos afigura desapaixorada e isenta de influência pessoal, que permitirão realizar o julgamento ponderado que essa mesma História exige e impõe.

J. A.

*

Estudos de História Militar sobre a primeira Guerra Mundial (1914-1918) — Brigadeiro Eduardo Santos.

Em 1949 publicou o Sr. Brigadeiro Eduardo Santos a 1.^a Série dos seus Estudos de que agora recebemos a 2.^a Dados o desenvolvimento e o pormenor de análise que qualquer delas reveste, verifica-se, assim, um bom ritmo de trabalho em assunto que exige ponderada análise e difícil reunião de elementos, que se têm de cotejar e recortar convenientemente.

Ao relatar acontecimentos há que não perder completamente a parte viva, que mantém o interesse para quem os lê, e conseguir que se não dispersem, para darem ao leitor, através do seu encadeado, uma imagem tanto quanto possível verdadeira do momento histórico que se procura estudar em detalhe.

Se, por outro lado, quem relata, pretende também fazer, oportunamente, o seu comentário, terá que integrar-se e transportar-se à época estudada para que possa interpretar devidamente os factos à luz do espírito, das ideias e dos conceitos que a orientavam, então. Julgamos que o autor conseguiu atingir

Revista da Cavalaria

ambas as finalidades no seu trabalho, que se apresentava acrescido da dificuldade de uma síntese necessária, pois que um excessivo desenvolvimento conduziria à perda do brilho e viveza da exposição.

O Sr. Brigadeiro Eduardo Santos ao abalançar-se a estudo de tanto fôlego como aquele a que meteu ombros, pois que neste 2.º volume se atinge, praticamente o final da fase da I Guerra Mundial que passou à História sob a designação de «Batalha das Fronteiras», consegue, assim, dar-nos, em traços bem definidos e claros o carácter que na sua opinião teriam tido os acontecimentos relatados.

Também, porque o assunto é, digamos, dos nossos dias, ainda se encontra presente na memória de muitos, e porque sobre ele muito se tem escrito, exigiria de quem o quisesse abordar qualidades de descrição e anotação que lhe conferissem condições de agrado para quem o consultasse. Julgamos também que, neste ponto, o autor triunfou da dificuldade. O seu estilo fácil e simples, conciso, sem nunca perder um nível elevado; a apresentação de conceitos e opiniões de uma forma acessível, mantendo-lhe o brilho ou atribuindo-lhes o valor que em seu julgamento considera justo; tudo isto, aliado ao poder de síntese já referido e a um ligeiro humorismo que por vezes perpassa nas suas páginas tornam, quanto a nós, o trabalho do Sr. Brigadeiro Eduardo Santos muito agradável, levando-nos, uma vez iniciada a sua leitura, a prosseguir-la sempre com maior interesse.

Na 1.ª Série, o autor detém-se na análise bastante desenvolvida da preparação e situação dos exércitos que nesta 2.ª série se encontram em presença; dos princípios que inspiraram os Altos Comandos Francês e Alemão; as influências de ordem política; os problemas de organização; o potencial de guerra e os planos de guerra dos dois principais contendores, etc...

A 1.ª Série de estudos é subordinada ao título geral — Os Governos, os E. M. e a Guerra. Liège.

O primeiro capítulo, logo pelo seu título — «A Alemanha e a guerra nas duas frentes» — mostra-nos o problema principal que aborda. Pela definição da personalidade do Kaiser, e a sua posição em relação ao poder político e ao militar, dentro do império alemão; do papel desempenhado pelo Estado-Maior General, e a sua influência no desenrolar dos acontecimentos depois de Sarajevo; do carácter do Chanceler alemão e da sua intervenção nos mesmos acontecimentos, o autor delimita e define a responsabilidade de cada um dos principais elementos que intervieram nas decisões que conduziram à primeira conflagração mundial.

O «plano Schlieffen» e a necessidade militar do ataque à Bélgica, para lhe poder dar execução, e os problemas de ordem militar e política a que tal decisão deu lugar, são desenvolvidos neste primeiro capítulo que entra depois na análise dos acontecimentos de ordem militar e diplomática que tiveram lugar, da parte alemã, no início das hostilidades.

O segundo capítulo, dedica-o o autor à França e ao seu exército e, mais particularmente, ao estudo da personalidade de Joffre e à discussão do «Plano XVII» que do lado francês consubstanciava os princípios estabelecidos pelo Alto Comando. Definido o panorama político, totalmente diferente do alemão e em que correntes de opinião contrárias, e nem sempre favoráveis aos assuntos militares, se debatiam; estabelecida a influência doutrínaria que teve a escola do

Revista da Cavalaria

Coronel Grandmaison, com o culto do espírito ofensivo em todas as circunstâncias; passa o autor a analisar a personalidade de Joffre, nomeado Chefe do E. M. General, e futuro Comandante em Chefe. Servindo-se do testemunho, tanto daqueles que o defendem como dos que o atacam, o autor estabelece um retrato de Joffre que julgamos se deverá aproximar muito daquilo que ele teria sido, na realidade.

A posição da França na política internacional, especialmente em relação à Bélgica, em caso de conflito, e o reconhecimento da necessidade de invasão do território desta; o estabelecimento do Plano XVII e a natureza do conteúdo deste documento fundamental para a aplicação das forças francesas; a base pouco real em que tinha sido concebido e os problemas de recrutamento a que dava lugar; são também analisados com muito cuidado. Entra, então, na análise dos factos de ordem diplomática que se desenrolaram do lado francês, perante os acontecimentos de Agosto de 1914, e do dispositivo de concentração adoptado. Por último, expõe a posição relativa do Comando e do Governo, problema que não tendo sido resolvido satisfatoriamente deu lugar, ulteriormente, à crise daquele.

Os terceiro e quarto capítulos são dedicados, respectivamente, ao estudo da organização dos exércitos inglês e belga. O quinto, finalmente, trata, com larga cópia de detalhes, da acção inicial — «o prólogo do drama» — das forças alemãs contra Liège. Na verdade, após a rendição desta praça forte, a ala direita do dispositivo alemão teve aberto diante de si o terreno necessário para o seu completo desenvolvimento e aquele dispositivo pôde completar-se para se iniciar o largo movimento envolvente das forças francesas.

A segunda Série de Estudos, subordinada ao título geral — «A crise da estratégia» — é dedicada, como é natural, ao estudo das operações dos exércitos, estudados na primeira Série, no início da I Guerra Mundial.

É agora que vão começar a salientar-se, pelas suas consequências, as deficiências de organização, quer de tropas, quer dos comandos, mas em especial destes; das relações entre os Governos e os Altos Comandos, etc. Todos estes factores, e outros que deles resultaram — a falta de ligação e cooperação entre os Comandos Aliados, por exemplo — contribuíram para criar a situação definida no título dado.

Mas é, também, o reflexo de tal situação nas operações — a falência do plano francês; a má condução dos exércitos alemães, etc. — que interessa analisar e para isso há que descrevê-las. Tarefa difícil quando se entra na teia intrincada de nomes, números e títulos de tantos corpos de tropas e dos seus comandantes, actuando numa zona tão extensa, o que dá, por sua vez, lugar a outro largo desenrolar de nomes de cidades, regiões e rios. A tarefa é ainda dificultada pela necessidade de acompanhar a actuação de ambos os exércitos em luta. Pena é que a edição feita não tivesse permitido a realização de gráficos mais detalhados, e possivelmente a cores, pois os existentes não estão, nem na realização, nem na apresentação, à altura do valor do texto. Um mapa de conjunto, de maiores dimensões, afigura-se-nos que teria sido também um precioso auxiliar da leitura.

Mas logo que saímos da cronologia dos factos, e isso é, por vezes, quanto a nós, de interesse restrito num trabalho desta natureza, é com manifesto prazer que deparamos com os comentários justos e o mesmo brilho de expo-

Revista da Cavalaria

sição de situações e de conceitos, e sua análise, que tanto agrado nos despertaram na primeira série de estudos.

Deste modo, as duas completam-se, numa perfeita unidade de estilo e de processos.

Esta Série inicia-se com um capítulo relativo à estratégia das informações, em que é definida e estudada a actuação pouco feliz, e de modestos resultados, das cavalarias de ambos os lados, no início do conflito, nas suas missões de descoberta. Quanto ao valor atribuído às informações fornecidas pela aviação, diz-nos o autor que «não gozavam ainda de grande favor nos quartéis gerais, onde com facilidade se lançava à conta de erro de observação o que era contrário às opiniões correntes». E, à míngua de informações, ou não lhes dando crédito, foram essas opiniões correntes, mas nem sempre ajustadas às circunstâncias, que influíram nas decisões tomadas.

As operações na Alsácia e Lorena orientadas, em especial, pela ideia da recuperação dos territórios perdidos em 1870, mas conduzidas em más condições, e de resultados pouco favoráveis para as armas francesas, são estudadas no segundo capítulo.

O terceiro é dedicado à campanha da Bélgica, e à análise dos acontecimentos passados do lado francês durante o desenrolar daquela. Ressalta, em especial, dessa análise a definição da atitude do general Lanrezac em relação a Joffre, e as dificuldades, ou melhor a ausência de cooperação dos exércitos aliados. Do outro lado, mostram-se as condições em que ia sendo conduzida a manobra alemã.

O capítulo seguinte compreende o desenrolar da «batalha das fronteiras», decomposta nas três acções principais — a batalha das Ardenas; a de Charleroi e a da Mons. A segunda, que melhor se deveria chamar «do Sambre e Mosa», cujo desfecho foi fundamental para o ulterior desenrolar dos acontecimentos, deu lugar a Lanrezac mostrar o seu valor em ocasião crítica das operações; a última marcou a importância da intervenção inglesa, pela acção desenvolvida pelo Corpo Expedicionário perante um inimigo muito superior não só em número, mas, principalmente, em preparação, o I Exército Alemão, de Von Kluck.

Finalmente, o último capítulo — «a invasão da França» — trata da continuação da acção das forças inglesas (batalha de Le Cateau); da reacção do Comando em Chefe francês perante a derrota sofrida; e das consequências da vitória alemã alcançada na «Batalha das Fronteiras», a qual trazia em si o germe da derrota que se concretizaria no Marne.

Ao terminar a segunda parte dos estudos, lamentamos não poder continuar a sua leitura, tal o agrado que ela nos despertara. É natural que tão cedo não tenhamos o prazer de a retomar, e o mesmo desgosto, estamos certos, terão aqueles que tomarem contacto com o cuidadoso trabalho do Sr. Brigadeiro Eduardo Santos que, pelos ensinamentos que contém, recomendamos, como muito útil e interessante, aos leitores da nossa Revista.

J. A.

Revista da Cavalaria

O documento Lloyd (1765) — Coronel de Cavalaria A. Faria de Moraes (Separata do Boletim n.º 21 do Arquivo Histórico Militar).

No n.º 21 do *Boletim do A. H. M.*, do qual é prestigioso Director, publicou o Sr. Coronel Faria de Moraes uma tradução do «Documento Lloyd», a qual fez anteceder de considerações explicativas e reflexões que lhe foram sugeridas pela análise do referido documento, trabalho este com o qual constituiu a presente separata.

Este «Documento Lloyd» é uma espécie de relatório do estado do reino de Portugal em 1765, dirigido pelo Coronel Inglês do mesmo nome, ao Conde de Schaumburg Lippe, de cujo «Arquivo» deverá constar, fazendo parte das espécies documentais que o Governo Brasileiro ofereceu ao nosso País em 1940, as quais pela sua natureza se encontram hoje à guarda daquele Arquivo.

Compreende o relatório cerca de 80 páginas e nele, o seu autor, propõe-se «resolver o problema político, económico, social e militar, na terra lusitana» conforme diz o Sr. Coronel Faria de Moraes nas suas notas. Estas constituem um interessante estudo da época em que o «Documento» foi escrito, e da personalidade do seu autor. Deste modo, são estabelecidos um certo número de comentários que julgamos muito oportunos e esclarecem as verdadeiras intenções que aquele teria ao escrevê-lo, e a dificuldade ou mesmo incompreensão que apresenta no estudo que faz da terra portuguesa e dos seus habitantes. Servindo-se dos seus conhecimentos históricos e invocando o testemunho de documentos subscritos por personalidades contemporâneas do Coronel Lloyd ou a opinião autorizada de alguns historiadores, o ilustre Director do A. H. M. estabelece uma hipótese muito verosímil acerca do verdadeiro valor da personalidade do autor inglês, reduzindo às devidas proporções as afirmações, por vezes fantasiosas, apresentadas no seu relatório. Esclarece, também, certas confusões feitas quanto à importância dada por alguns escritores à competência e talento do Coronel Lloyd, o qual, segundo aqueles, teria chegado a interferir no «plano de defesa» do Conde de Lippe, para a campanha de 1762, o que se julga não ser verdade.

Sempre perfeitamente fundamentado, o Sr. Coronel A. Faria de Moraes, apresenta, assim, uma análise muito interessante da época pombalina, e expõe os condicionamentos que nela influíram e que Lloyd não deixa transparecer no seu relatório talvez por estarem directamente relacionados com o seu país de origem, onde, contudo, parece que nunca figurou nas listas de oficiais do exército. Na opinião do seu comentador, o memorial deveria ter constituído «um mero incidente na sua vida agitada de aventureiro, e como tal o devemos apreciar», opinião com que ficarão, certamente, também aqueles que lerem este tão bem conduzido estudo.

Seguidamente, estabelece uma biografia baseada nas notas do «Dictionary of National Biography», porquanto nem em Londres, nem na nossa Torre do Tombo, teria sido possível encontrar o rastro do Coronel Lloyd. Por essas notas se fica sabendo da sua vida bastante agitada, durante a qual teria servido em diferentes exércitos e percorrido quase toda a Europa em missões nem sempre bem definidas. Qual aquela que verdadeiramente veio desempenhar a Portugal? Pergunta o Sr. Coronel Faria de Moraes que para encontrar uma resposta se

Revista da Cavalaria

detém na análise da atitude de Lippe em relação ao convite que em 1765 lhe fez o Conde de Oeiras para de novo vir servir no exército português. As reacções do Marechal e certas referências que faz, cotejadas com as informações que no relatório a ele dirigido lhe fornece o Coronel Lloyd, permitiriam, na opinião do autor, uma possível definição da natureza dos serviços prestados por um talvez oficial inglês, que pretendia, todavia, servir ao mesmo tempo nas fileiras do exército português... Os seus biógrafos ingleses não hesitam em afirmar que deveria, nas suas largas andanças, estar pago por fundos secretos. Muito curiosa, portanto, esta figura de Lloyd que o Sr. Coronel Faria de Moraes, com a sua autoridade, e coligindo informações dispersas e trabalhosas de reunir, cotejando documentos e opiniões, deduzindo, relacionando e comentando com muita clareza, vai, pouco a pouco, erguendo diante do leitor.

A última parte das suas considerações em que, de resto, reconhece o interesse das informações de carácter militar, de muito maior valor que as relativas à economia, indústria, etc., do nosso País, a última parte dizíamos, é dedicada à análise de um ponto muito interessante do «Documento Lloyd», o relativo ao ataque e tomada de Cadiz, nele considerada como «a cidade mais importante, não só da Espanha mas talvez da Europa... possuindo... um excelente porto capaz de abrigar com segurança um milhar de velas...», «pelo que tem de estranho e muito se afasta da tradição nacional», diz o Sr. Coronel Faria de Moraes, que procura seguidamente esclarecer tão estranho conceito estratégico, por comparação com o que se tinha passado com Gibraltar poucos anos antes da data do memorial.

É, ainda, com muito brilho e bastante desassombro que o autor desenvolve esta parte das suas considerações acerca de uma acção conduzida dentro do quadro de um conflito entre as duas nações peninsulares, e da qual resultaria para a Inglaterra a posse de posições chaves para o domínio do Mediterrâneo, vigilância do Atlântico e comando da Península Ibérica. Aqui, Lloyd demonstra um certo espírito visionário que o coloca fora das realidades e do conhecimento do verdadeiro valor da posição dos povos peninsulares.

E o Sr. Coronel Faria de Moraes termina assim, as considerações feitas no seu artigo — «Nunca leio o que de nós se tem escrito, especialmente quanto ao nosso atraso, que não exerça no meu espírito um sentimento totalmente oposto aos propósitos dos que pretendem diminuir-nos. Está neste caso o documento Lloyd». — Opinião com a qual concordamos absolutamente e certamente todos aqueles que tomem conhecimento de tão interessante como judicioso trabalho, cuja leitura recomendamos aos nossos leitores.

Foi também enviado à nossa Revista o n.º 21 do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, referente ao ano de 1951 e no qual constam os seguintes artigos:

«O novo Chefe do Estado — Notas biográficas de alguns dos seus ascendentes» e o já referido «Documento Lloyd» ambos subscritos pelo Director do A. H. M. Sr. Coronel A. Faria de Moraes; «Catálogo e Sumário dos documentos de carácter militar existentes nos Mss. da Universidade de Coimbra» pelo

Revista da Cavalaria

Sr. Coronel de Infantaria vogal do C. H. M., Belizário Pimenta; «Fragmentos históricos da Guerra Peninsular (1811-1814)», cópia de um documento original; uma extensa documentação sobre «Lembranças pelo Tenente-Coronel Vasco Parrot», segunda parte: «Notas sobre — Os portugueses na Índia no Século XVIII — (1735)»; relatórios sobre as actividades da Comissão de História Militar e do Arquivo Histórico Militar, no ano de 1950. É, ainda, publicada uma breve notícia relativa às novas instalações do A. H. M. que passou a funcionar, a partir de Agosto de 1951, em dependências do Museu Militar, tendo assim, abandonado as instalações em que há muito existia, no velho palácio dos Condes de Resende, em condições absolutamente impróprias para a segurança das espécies bibliográficas e documentais que encerrava. Congratulamo-nos, sinceramente, com tal acontecimento, que foi devido, em grande parte, à activa perseverança do Director do Arquivo.

J. A.



Bertrand & Irmãos, L.^{da}

TRABALHOS

TIPOGRÁFICOS

SIMPLES,

E DE LUXO,

REPRODUÇÕES

EM FOTOGRAVURA,

OFFSET

E LITOGRAFIA



Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227
21368

LISBOA



Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra



TRABALHOS TIPOGRÁFICOS
EM TODOS OS GÉNEROS



CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 21450

LISBOA



*...Essas poucas páginas brilhantes
e consoladoras que há na História do
Portugal contemporâneo escrevemo-las
nós, os soldados, lá pelos sertões da
África, com as pontas das baionetas
e das lanças a escorrer em sangue...*

Joaquim Mousinho



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristovam Ayres de Magalhães Sepulveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares





Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Capitão António S. Ribeiro de Spínola

Capitão José João Henriques de Avellar

Capitão Luiz Pimenta de Castro

Tenente António Gentil Soares Branco

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA

Calçada da Ajuda — Telef. 38167

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 7\$50

F.C.



SUMÁRIO

A CAVALARIA E A EQUITACÃO	<i>Major Fernando Paes</i>	249
UM DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA POMBALINA	<i>Capitão Antônio Spinola</i>	251
A TROPA A CAVALO NA GUERRA DE GUERRILHAS	<i>Tenente Brandão de Brito</i>	258
SERVIÇO VETERINÁRIO MILITAR	<i>Ten. Méd. Vet. Manuel Trindade</i>	266
TEMAS TÁCTICOS NO QUADRO DA SUB-UNIDADE	<i>Capitão do C. E. M. Raúl Ramos</i>	274
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
O ESPARVÃO — NOÇÕES GERAIS	<i>Major Vet. Miguel Garde</i>	297
A CRIAÇÃO DO CAVALO DE SALTOS		303
A CAVALARIA NOS EXÉRCITOS MODERNOS	<i>General John Knowles Herr</i>	307



Revista da Cavalaria

13.º ano-n.º 4

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Julho

BIBLIOTÉCA DO EXERCITO
(Antiga Biblioteca do E. M. E.)

A CAVALARIA E A EQUITACÃO



Posta de parte a cavalaria a cavalo, como Arma, chegou o momento de definir claramente o papel que cabe à equitação dentro do Exército e, particularmente, ao seu papel dentro da moderna cavalaria, cujas nobres tradições, de valor moral inconfundível, estão ainda fortemente arreigadas ao nobre animal que durante alguns séculos foi a sua razão de ser.

É certo que o emprego da cavalaria a cavalo em regiões de escassas e longas vias de comunicação, como pode ainda suceder em certas regiões da Ásia e da Europa Oriental, é escolásticamente discutível, mas a actual doutrina do Pacto do Atlântico, de carácter meramente defensivo, não permite pôr o problema em equação.

Considerada, pois, a equitação fora do seu aspecto táctico, há que encará-la sob as suas três formas educativas: elemento

Revista da Cavalaria

de formação moral de quadros, meio eficaz de actividades desportivas e meio de propaganda.

Como elemento de formação moral de quadros, seja no período da sua selecção, seja como meio de aperfeiçoamento permanente de qualidades e virtudes, as suas possibilidades são enormes.

É certo que exige de quem a pratica e, especialmente de quem a dirige, os requisitos próprios da coragem física e moral e as qualidades de persistência, observação e disciplina necessárias, mas a sua influência é visível na formação da personalidade, logo na primeira juventude, como é fácil verificar na educação equestre da juventude inglesa.

Como meio capaz de assegurar aos quadros do Exército a actividade desportiva necessária à sua vitalidade, é o que está mais indicado para um organismo que, como o militar, possui características muito próprias e especiais.

Não só o cavalo, pela sua dignidade muito particular, contribui facilmente para o prestígio pessoal do Chefe, como também permite uma actividade desportiva relacionada com a idade e o grau hierárquico de cada um, desde a corrida de *steeple-chase* até ao passeio a passo pela manhã, de hábitos saudáveis e normas exemplares.

Finalmente, como meio de propaganda, ela pode ser muito importante para as pequenas nações que já tenham atingido um nível apreciável nos desportos equestres, como sucede connosco, visto que uma embaixada desportiva valiosa contribui sempre para o prestígio do país, além do estímulo que constitui para todos quantos praticam a equitação.

Posto o problema dentro das bases indicadas parece ter chegado o momento de tomar decisões.

O diploma que criou a Escola Militar de Equitação, pode ter sido o primeiro passo para uma nova política equestre.

Major FERNANDO PAES

UM DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA POMBALINA

pelo Capitão ANTÓNIO SPÍNOLA

O desejo de se anteceder a publicação de uma carta dirigida por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, ao Coronel de Engenheiros e Capitão-Mór do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas ⁽¹⁾, com um breve intróito, conduziu-nos a uma pequena digressão através da história pombalina.

Logo aos primeiros passos nos sentimos desorientados perante o antagonismo das opiniões dos inúmeros escritores que têm glosado, com mais ou menos brilho, os vários aspectos da vida política e administrativa do primeiro ministro do Rei D. José. Pombal foi, incontestavelmente, figura apaixonadamente discutida.

Quando se cotejam os escritores pombalinos, e se observe o que neles há de contraditório, o investigador animado de senso crítico, de balde rebuscará traços para um juízo seguro acerca da personalidade do famoso estadista.

Com honrosas excepções, em que se destaca o vulto do grande Herculano, a literatura referente à época pombalina, aparece-nos vazia de significação histórica e de senso crítico.

A maioria dos escritores, não exaltou ou atacou na pessoa do Marquês, nem o estadista nem o incontestável reformador da Nação, mas simplesmente a génese de uma «causa política», cuja paixão partidária cegou igualmente panegiristas e detractores, conduzindo uns à demasiada exaltação e outros à difamação.

Importa, portanto, para fins de análise séria, pôr de parte o que rescenda a controvérsia política, optando-se pela consulta de documentos

(¹) A gentileza do Ex.^{mo} General Affonso Botelho, antigo director desta Revista e seu ilustre e distinto colaborador desde a primeira hora, se deve a possibilidade da publicação deste curioso documento.

Revista da Cavalaria

da época e pelo testemunho de relatos escritos à margem de sentimentos pessoais ou de fins especulativos dirigidos no exclusivo sentido da publicidade.

É este o rumo aconselhado para se atingir a verdade crítica da discutida personalidade do Marquês de Pombal.

Torna-se, por isso, particularmente interessante o testemunho dos escritos íntimos do próprio Marquês, como o trecho que seguidamente se publica, de uma carta particular dirigida ao Capitão-Mór do Maranhão:

Justo me pareceu, depois de querer V. Ex.^a entrar instruído no seu generalato, sabendo do clima, dos frutos, viveres, da jornada e do preciso cómodo dela para seu transporte, que também se instruisse no génio dos povos e em um breve método de governar e dirigir suas acções com menos embaraço do que acontece a quem primeiro há-de praticar para conhecer, e que quando se chega a fazer senhor das coisas, e quando tem involuntariamente errado com ânimo de acertar. O povo que V. Ex.^a vai governar é obediente, fiel a el-Rei, aos seus generais e ministros; com estas circunstâncias, é certo que há-de amar a um general prudente, afável, modesto e decisivo.

A justiça e a paz com que V. Ex.^a o governar o farão, igualmente, benquistos e respeitados, porque, com uma e outra coisas, se sustenta a saúde pública. Engana-se quem entende que o temor com que se faz obedecer é mais conveniente do que a benignidade com que se faz amar, pois a razão natural ensina que toda a obediência forçada é violenta e a voluntária segura.

Nos Generais substitui el-Rei seu alto poder, fazendo duas imagens suas; esta lembrança fará a V. Ex.^a exemplar de predicados virtuosos, para que não vejam os súbditos a sombra da cópia desmentir as luzes do original que é puro e perfeito. Conheçam todos em V. Ex.^a que el-Rei é pio, e que o manda para ser pai e não tirano, porque isto é o mesmo que V. Ex.^a vê praticar seu Régio Ministro. Casos há em que se deve usar de rigor apesar da própria vontade, assim como vemos pelo professor, ou cauteriza uma chaga, ou corta um braço para restaurar a saúde de uma vida. Da mesma forma quem governa, se não pode conservar a saúde do corpo misto da República, por causa de um membro podre, justo é cortá-lo, para não contaminar a saúde dos demais. Pese V. Ex.^a na balança do entendimento a sua benevolência, que não diminua a autoridade do respeito, nem a justa severidade das leis, obrigado do amor, porque neste equilibrio está a arte de um feliz

Revista da Cavalaria

governo. A jurisdição que el-Rei confere a V. Ex.^a jamais sirva para vingar as suas paixões; porque injuria o poder usar da espada da justiça fora dos casos dela.

Duvido se há quem saiba executar estas virtudes; contudo, seja V. Ex.^a, o exemplar, para conseguir a palavra de uma vitória, tão heróica como invencível. Defenda V. Ex.^a o respeito do lugar pela autoridade de el-Rei, castigando a quem pretender manchá-lo; porém, os seus agravos pessoais saiba dissimular, e esquecer-se deles. Os adúladores não se conhecem pelas roupas que vestem, nem pelas palavras que falam; quase todos os que os ouvem são do génio do rei Achab, que só estimava os profetas que lhe prediziam coisas que o lisongiasse; e porque Micheas, em certa ocasião, lhe disse o que não convinha, logo o apartou de si com ódio. Quase todos os que governam querem que os lisongeiem, e sempre ouvem com agrado os elogios que se lhes fazem.

Desta espécie de homens ou de inimigos em toda a parte se encontram; e V. Ex.^a os achará também no seu governo; aparte-os, pois, de si, como veneno mortal. O Espírito Santo diz que os que governam devem ter os ouvidos cercados de espinhos, só para que, quando os adúladores se cheguem a eles, os lastimem e os façam afugentar. Um crime há em direito, que os jurisconsultos chamam «stelionatus», crime de engano, derivando a sua etimologia daquele animal stelião, que não mata com o veneno, e só entorpece a quem vê, introduzindo diversas quantidades e efeitos no ânimo; castigue V. Ex.^a a estes teliões, e negue-lhes atenção, para que o deixem obrar livre, e lhe não paralise os sentidos, nem o ânimo. V. Ex.^a vai para um governo tão moderno, que é o 4.^o general que o continua a criar; imite ao primeiro em tudo aquilo que achar ter sido grato ao povo e útil ao serviço do rei e da República; não altere coisa alguma com força, e nem violência, porque sendo preciso, emenda costumes inveterados, ainda que sejam escandalosos. Os mesmos príncipes encontraram dificuldades neste empenho; Tibério não conseguiu tirar os jogos ilícitos e públicos, introduzidos por Augusto; Galba pouco tempo reinou por querer emendar as desenvolturas de Nero, e Pertinaz pouco menos de um ano empunhou o ceptro, por intentar reformar as tropas relaxadas por seu antecessor Comodo!

Contudo, quando a razão o permita, e seja preciso desterrar abusos, e destruir costumes perniciosos, em benefício de el-Rei, da justiça e do bem comum, seja com muita prudência e moderação que o modo vence mais do que o poder. Essa doutrina é de Aristóteles, e todos aqueles que a praticaram não se arrependeram. Em qualquer resolução que

Revista da Cavalaria

V. Ex.^a intentar, observe estas três coisas: prudência para deliberar, destreza para dispor e perseverança para acabar. Não resolva V. Ex.^a com aceleração as dependências árduas do seu governo para que não aconteça logo emendá-las; menos mal é dilatar-se para acertar com maduro conselho, que desferir com ligeireza para se arrependar, com pesar sem remédio. Quando duvidar, informe-se; pergunte; e para não dar a entender o que quer obrar, figure o caso como questão às pessoas que o possam saber, para o informarem em termos. Também não quero dizer que, por isso, se sujeite V. Ex.^a a tudo e a todos; mas sim que ouça e pratique para resolver por si o que entender. A família de V. Ex.^a seja a coisa mais importante e escolhida que consigo leve; pois por ela há-de V. Ex.^a ser amado, ou aborrecido; e por ela há-de ser aplaudido, ou murmurado. São os criados inimigos domésticos, quando são desleais; e companheiros estimáveis quando são fieis; se não são como devem ser, participam para fora o que sabem de dentro e depois passam a dizer dentro o que se não sonha fora; e o mais é que, como são tidos por leais e verdadeiros, acham grata atenção no que contam, prejudicando muitas vezes com mentiras a inocência do acusado por vingança dos seus particulares interesses. É muito preciso à boa eleição da família que um general há-de levar consigo, principalmente para a América; porque o país influi, em quase todos, o espírito de ambição e relaxação das virtudes, mormente na da caridade cujo desprezo abre a porta para outros muitos males e vícios. Por mão dos criados não aceite V. Ex.^a petição, e nem requerimento, ainda que seja daquele de que V. Ex.^a formar o mais sólido conceito, para que à sombra da súplica, que vai despida de favor, se introduza a que se acompanha de empenho e de interesse. A mentira veste galas, a verdade não; esta, por inocente, presa-se de andar nua; aquela, por maliciosa, procura enfeites, para parecer formosa; e como os olhos se namoram do que vêem, e os ouvidos do que ouvem, em tais casos a confidência que V. Ex.^a fizer ao criado e a informação que ele der ao requerimento que apadrinha, quando não obrigue que V. Ex.^a, que pela sua rectidão, ofenda a pureza da justiça, pode facilmente incliná-lo a favorecer o despacho; mas para que assim não suceda (que a experiência é a melhor mestra para o acerto), dissera a V. Ex.^a que mandasse fazer uma pequena caixa com uma abertura para as partes meterem dentro os papéis, posta em alguma casa exterior, cuja chave só V. Ex.^a confiará de si para a mandar abrir e despachar de noite, para de manhã se entregar às partes, e não receber requerimento algum por mão de pessoas suas, não seja a própria ou procurador das partes.

Revista da Cavalaria

Tiradas as horas do seu precioso e natural descanso, dê V. Ex.^a audiência todos os dias, e a todos e em qualquer ocasião, que lhe queiram falar.

Das primeiras informações nunca V. Ex.^a se capacite, ainda que estas venham acompanhadas de lágrimas, e a causa justificada com sangue do próprio queixoso; porque nesta mesma figura pode enganar a V. Ex.^a; e se a natureza deu, com providência, dois ouvidos, seja um para ouvir o ausente e o outro para o acusador. Atenda V. Ex.^a e escute o aflito que se queixa, lastimado e ofendido, console-o; mas contudo não lhe defira sem plena informação, e esta que seja pelo ministro, ou pessoa muito confidente, para que assim defira, V. Ex.^a, com madureza e rectidão, sem que lhe fique lugar de se arrepender do que tiver obrado; com este método livra-se V. Ex.^a também de muitas queixas vãs e falsas de muitos que sem verdade as fazem, confiados na prontidão com que alguns superiores castigam, levados da primeira acusação que se lhes faz. Quando assim suceda que a V. Ex.^a enganem, mande castigar o informante, e o queixoso, ainda que tenha mediado tempo; isto tanto para a satisfação da justiça e do seu respeito como para exemplo dos que quizerem intentar o mesmo. Não consinta V. Ex.^a violência dos ricos contra os pobres; seja defensor das pessoas miseráveis, porque de ordinário os poderosos são soberbos, e pretendem destruir e desestimar os humildes; esta recomendação é das leis divinas e humanas; e sendo V. Ex.^a o fiel executor de ambas, como bom católico, e bom vassalo, fará nisso servir a Deus e a el-Rei. Toda a República se compõe de mais pobres e humildes do que de ricos e opulentos; e nestes termos, conheça antes a maior parte do povo a V. Ex.^a por pai, para o aclamarem defensor da piedade, do que a menor — protector das suas temeridades para se gloriarem do seu rigor. Pouco importará que se estimulem de V. Ex.^a não concorrer para as suas violências; porque esses mesmos que agora se queixarem, conhecendo a justiça com que V. Ex.^a procede, logo confessam a verdade, porque a virtude tem consigo a proeminência de se ver exaltada pelos mesmos que a perseguem e aborrecem. Há muitos casos que, merecendo castigo, primeiro há-de haver uma prudente admoestação repreensiva, ou pela qualidade da pessoa ou pela natureza da culpa; esta é a ocasião em que V. Ex.^a há-de mandar chamar o culpado e com ele sòmente, sem outras testemunhas, repreendê-lo, e encarregar-lhe a emenda, com segredo de correção, com tanto empenho que, se revelar ou abusar do conselho, lhe será preciso castigar pública e ásperamente para exemplo dos mais; essa repreensão deve ser cheia de gravidade, e de palavras moderadas;

Revista da Cavalaria

porque estas infundem no réu um certo espírito de pejo para emenda, e respeito para com V. Ex.^a; cuja autoridade em muitas ocasiões é mais eficaz a moderação com que se repreende do que a severidade com que se castiga; o concerto de modo nas ocasiões faz uma suave harmonia e este o mando e a obediência.

Nunca V. Ex.^a trate mal de palavras nem acções a pessoa alguma dos seus súbditos, e que lhe fazem requerimentos; porque o superior deve mandar castigar, que para isso tem cadeias, ferros e oficiais que lhe obedçam; mas nunca deve injuriar com palavras e afrontas, porque os homens, se são honrados, sentem menos o peso dos grilhões e a privação da liberdade que a descompostura de palavras ignominiosas; e, se o não são, nenhum fruto se tira em proferir impropérios. Quem se preocupa das suas paixões faz-se escravo delas, e descompõe a sua própria autoridade.

Mostre-se V. Ex.^a, em todos os momentos de paixão e de perigo, superior e inalterável; porque com os dois atributos de prudência e valor, o temerão os seus súbditos. Tenha por descrédito, como superior, provar o seu poder na fraqueza dos miseráveis pretendentes. Só três divindades sei que pintaram os antigos com os olhos vendados, sinal de que não eram cegos; mas que eles assim faziam e adoravam; há um Pluto, deus da riqueza; um Cupido, deus do amor e uma Astéa, deusa da justiça. Negue V. Ex.^a culto a semelhantes divindades e nunca consinta que se lhes irijam templos e se lhes consagrem votos pelos oficiais de el-Rei; porque é prejudicial em quem governa riqueza cega, amor cego e justiça cega».

Que Pombal foi déspota, que empregou o terror e a tirania, é um facto que a consciência dos portugueses, transformou já em conceito inveterado.

Contudo, à luz da imparcialidade que deve constituir a base de toda a crítica séria, é lícito reconhecer-se que o ambiente de corrupção da época e o consequente estado calamitoso a que o País chegara, constituíram factores, de certo modo justificativos de medidas extremas. Aliás, é princípio geral do desenvolvimento social da Humanidade, que quanto mais corrupta se encontre a sociedade, mais força será mister dispender para a melhorar.

Após a leitura do documento acima transcrito, em que o Marquês deixa transparecer o seu pensar íntimo acerca de determinados aspectos de condução da Humanidade, uma interrogação nos ocorre:

Revista da Cavalaria

As crueis medidas postas em prática pelo Marquês foram ditadas pela sua própria maneira de ser, ou teriam sido impostas pelas necessidades prementes de uma Pátria enferma?

Entregamos à meditação dos que nos lerem o esclarecimento da dúvida suscitada, na certeza de que, independentemente do sentido da opinião formada, uma verdade se sobreporá às paixões terrenas: *o Marquês empregou o terror, mas empregou-o em favor do futuro de Portugal.*



A TROPA A CAVALO



NA GUERRA DE GUERRILHAS

pelo Tenente BRANDÃO DE BRITO

Difícil será dizer, senão impossível, de quando data a guerrilha. Certamente, ela apareceu desde que o primeiro povo atacou e quis dominar o seu vizinho. A revolta latente do invadido, fez o primeiro guerrilheiro.

No nosso solo vemos a guerra de guerrilhas em embrião, nas derrotas infligidas aos Romanos, por Viriato e Sertório. Estes dois condutores de homens, com os seus redutos nos Hermínios, daí saíam para, em ataques parciais de emboscada e de surpresa, derrotar sucessivamente, as legiões regulares de Roma.

E Roma, o expoente máximo da potência militar da antiguidade, é levada a usar de traição para dominar o pequeno povo.

Os séculos passam, e a Península é novamente invadida agora, pelos Sarracenos; os cristãos, derrotados em campo aberto, vão retirando para o norte e do seu reduto das Astúrias fazem surtidas que vão tornando aquelas paragens inabitáveis aos mouros. É de lá que lançam a conquista, com a qual surge o feudalismo na Península, e, com o feudalismo, nasce Portugal.

Portugal que, no século XIX, se vê impotente para, com o seu exército regular, sustentar a invasão napoleónica, lança-se deliberadamente na guerra de guerrilhas que aqui já aparece nitidamente delineada.

Revista da Cavalaria

Não é só a intervenção de bandos indisciplinados de civis assassinando o invasor francês, mas de forças regulares (milícias e outras) as quais sob o comando dos generais Trant, Mousinho, Bacelar e Silveira, entre outros actuam em ligação ou se batem conjuntamente com as forças de Wellington.

Assim se torna dura a vida do exército invasor, que em Espanha sofreu da mesma sorte, pois aí, devido à acção das guerrilhas, perdeu tantos homens como nas campanhas contra a Áustria e a Prússia.

Na actualidade, a guerra de guerrilhas, embora adopte a mesma táctica, tem possibilidade de dispor de novos meios que lhe permitem, do ponto de vista técnico, melhorar os processos de actuação. O avião, as armas ligeiras com grande capacidade de fogo ou utilizando calibres elevados; processos químicos especiais; e o rádio, para só citarmos os mais importantes, constituíram meios cujos aperfeiçoamentos mais contribuíram para o desenvolvimento da acção das guerrilhas. O rádio então, facilitando a ligação entre fracções actuando em pontos distantes ou com as forças regulares, permite a efectivação de uma coordenação de esforços, e a cooperação entre as diferentes forças, o que não era possível realizar, com a simplicidade que hoje reveste, senão mercê dos aperfeiçoamentos que aquele meio de transmissão tem sofrido modernamente.

É assim que nós vemos uma íntima ligação entre as inúmeras guerrilhas russas, constituídas na sua quase totalidade com base na cavalaria a cavalo, e o exército regular. Enquanto este ia retirando para o interior, deixando o exército alemão penetrar profundamente no país, as guerrilhas atacavam-lhe a retaguarda e os flancos, dificultando tanto o abastecimento e o remuniciamento, que os alemães tinham de manter mais homens no território ocupado a Leste que propriamente na frente de combate. É de considerar que a sua acção também era de vastos efeitos devastadores, pois as guerrilhas destruíam as suas próprias aldeias, vilas, cidades, pontes, vias férreas, etc., que os alemães iam ocupando e que o exército regular russo não havia podido destruir na sua, embora ordenada, rapidíssima retirada. Se às guerrilhas não se pode atribuir a vitória final russa, a sua acção largamente contribuiu para ela. Mas a preponderância da guerra de guerrilhas tem o seu ponto máximo na Iugoslávia pois que, se em poucos dias algumas divisões alemãs conseguiram desbaratar o exército iugoslavo e politicamente anexaram este país, em quatro anos, trinta divisões italianas auxiliadas por forças búlgaras, croatas e da sérvia, não conseguiram evitar que os guerrilheiros de Mihailovitch e depois as forças organizadas por Tito,

Revista da Cavalaria

sem quase auxílio exterior, estabelecessem uma frente interior, que ficou célebre, numa zona que abrangia 1/3 do território iugoslavo, o que corresponde sensivelmente à área de Portugal continental.

Interessante o modo como arranjavam canhões, carros de combate, combustíveis e outros materiais que dificilmente lhe podiam vir do exterior e de que não dispunham; era o próprio exército italiano que lhes cedia em troca de prisioneiros. Organizaram mesmo uma lista de equivalências em que os oficiais eram resgatados conforme o seu posto. O sistema era vantajoso para os guerrilheiros, pois não podendo ter prisioneiros só lhes era possível eliminar os seus inimigos que assim passavam a constituir um valor a trocar pelos meios de que careciam.

Também a China para se opor à invasão nipónica fez a guerra de guerrilhas, adoptando o regulamento do exército alemão que desde o tempo de paz previa esta modalidade de guerra.

Em resumo, perante os exemplos que os factos que indicamos nos apontam, verifica-se que, por vezes, nações que têm sido atacadas e não se encontravam em condições imediatas de se defender ou não tinham possibilidades de oferecer resistência eficaz com o seu exército, têm recorrido à guerra de guerrilhas, com maior ou menor sucesso.

Donde se conclui que a guerra de guerrilhas é de uma flagrante actualidade e de um enorme interesse para nós, portugueses, que temos carência de pessoal mobilizável e dificuldade na aquisição de material.

Mas para a guerra de guerrilhas, como para toda a guerra geral é necessária larga preparação e estudo prévio. O guerrilheiro não é qualquer, ele tem de obedecer a certos requisitos, entre os quais apontamos:

- a) — Sentir ardorosamente o amor pela Pátria.
- b) — Ser de um desembaraço inextinguível.
- c) — Ser disciplinado e confiar cegamente no seu chefe, por reconhecer nele não só superior hierárquico, mas por esse chefe ter no mais alto grau as qualidades que estamos apontando.
- d) — Ser-lhe familiar a rede de comunicações da região.
- e) — Conhecer os chamados *espaços mortos*, isto é, os locais onde, ao abrigo dos fogos e das vistas do inimigo, a guerrilha se poderá agrupar, para descanso, ou como ponto de partida ou de reunião, antes ou depois de qualquer acção.
- f) — Conhecer o território onde opera tanto de dia como de noite, saber orientar-se e conhecer os mais leves detalhes do terreno.
- g) — Quando o guerrilheiro actuar junto de cidades, ele deverá conhecer bem as suas entradas, os seus principais edifícios, bem como

Revista da Cavalaria

as fábricas que o inimigo possa utilizar. A rede de canos de esgoto e edifícios que sirvam de observatórios.

h) — Em qualquer caso, quer actue nas cidades ou em campo aberto, precisa estar ligado aos habitantes, com cujo auxílio possa contar para o abrigarem, reabastecerem e protegerem quando necessário.

Três fontes se apresentam, como principais, para o recrutamento de homens com tantos requisitos:

- O exército regular;
- Os civis da região ocupada;
- As formações de voluntários.

Como todas as soluções dos problemas humanos, cada uma das apontadas para este, têm as suas vantagens e inconvenientes.

A primeira das origens indicadas resulta sempre de tropas regulares que foram ultrapassadas pelas forças invasoras. Mas se estas tropas são disciplinadas estão, de um modo geral, longe de conhecer bem o terreno onde operam. Só poderão ter utilidade se o seu chefe for um perito na guerra de guerrilhas.

No segundo caso há que ter em conta a possível falta de disciplina, ou mesmo a indisciplina que os transforma em bandos de malfeitores. Embora possam prejudicar o inimigo com o seu ódio feroz ao invasor, não deixam por vezes de prejudicar ainda mais as populações das regiões onde actuam o que as leva a deixar de prestar-lhe auxílio. No entanto, quando devidamente comandados, podem ser de grande eficiência.

A terceira origem é talvez a melhor para o recrutamento das guerrilhas, pois aquelas formações são constituídas por homens suficientemente disciplinados, oriundos da região onde actuam, e que têm uma certa cultura e alguma instrução militar como é o caso, entre nós, dos filiados da M. P. e da L. P., os escuteiros, os bombeiros, etc. Ainda nesta hipótese, necessário é, contudo, dar a estes homens, que só têm boa vontade, alguém competente que os comande.

Se no tempo de paz houvesse uma preparação para a guerra de guerrilhas seria certamente esta última, a fonte a escolher para o recrutamento de guerrilheiros.

Mas não se pode assim proceder, devido ao possível perigo de revoltas políticas, e como tal, é com o exército regular que temos de contar para constituir as primeiras guerrilhas. E só estas consideraremos no presente trabalho.

Revista da Cavalaria

Em todos os casos considerados vimos que o problema principal é o do chefe. Seja qual for a fonte de recrutamento, o chefe tem de ser sempre, um modelo de desembaraço e de conhecimentos. Terá de ser um perito em tal género de guerra, pelo que nos parece que ele terá de sair do quadro permanente do exército.

Pena é que o graduado de cavalaria não tenha instrução e exercícios adequados a tal guerra. É fácil dizer que o chefe de guerrilha tem de ser inteligente e de reflexos rapidíssimos, mas estas qualidades embora nasçam com a pessoa podem aperfeiçoar-se, e em campanha os problemas, serão certamente mais bem resolvidos se já tiverem sido executados em exercícios.

E se tantos cursos são ministrados ao subalterno de Cavalaria, tendo em vista uma absoluta especialização, por que não criar também estoutro que resolvesse o problema atrás citado?

A guerra de guerrilhas tem de obedecer a algumas normas, como seja a de nunca travar combate, não só por os efectivos serem reduzidos, mas também por escassez de armamento, e este ser constituído principalmente por armas ligeiras: espingardas, pistolas, pistolas-metralhadoras, etc. Por outro lado, também, a guerrilha terá sempre de lutar com dificuldades para o seu remuniciamento.

Como disse Mihailovitch: «A invisibilidade é a fortaleza da guerrilha, e a guerrilha consegue-a estando sempre em movimento, raramente permanecendo mais do que uma noite no mesmo sítio, quando fora do terreno próprio à sua ocultação. Ela deve estar em toda a parte e a todo o momento; ela ataca hoje aqui para amanhã atacar ali; ela sabe como se deve esconder e como deve ocultar os seus elementos».

Afinal a guerrilha tem de abastecer-se a si própria; de cima, o chefe dá as suas ordens mas raramente dá os meios, estes tem ela de os obter. O remuniciamento terá que ser feito por ataque ao inimigo; o abastecimento pelo mesmo processo e pela ajuda dos naturais da região. O seu aquartelamento será móvel. Ela terá de andar por todo o terreno menos por estradas. Para essas deslocações não poderá pensar nos motores que a denunciariam com os seus ruídos, porque, além de gastar de combustível de que não dispõe, são de difícil ocultação e praticamente não podem afastar-se das estradas.

Qual então o meio ideal para o deslocamento da guerrilha?

Sem dúvida que é o cavalo, o qual pode percorrer o terreno inacessível ao motor, alimenta-se de ervas, de raízes, de urzes e do que atrás delas se esconde; que de dia labuta na lavoura e à noite, com o arreio

Revista da Cavalaria

no dorso, é conduzido pelo valoroso guerrilheiro que ataca o inimigo de surpresa.

Por outro lado, qual o homem que tem uma instrução mais próxima da que é exigida a um guerrilheiro do que o explorador a cavalo, que é aquele que nós instruímos e adestramos a trabalhar isolado, a ver sem ser visto, a orientar-se, a procurar informações, a espiar e atacar com desembaraço quando o ataquem, mas sem ruído, sem tiros, à arma branca?

E, ainda outra semelhança entre a guerrilha e a tropa a cavalo; a guerrilha é como um mosquito, picando aqui e ali as suas vítimas. Silenciosa, saltando de coberto para coberto, só atacando de surpresa quando tem a certeza do êxito. Mas espiando, o que implica ver e informar.

A pequena fracção a cavalo, deslocando-se de ponto de observação em ponto de observação, carregando de imprevisto contra o adversário por vezes mais forte e destroçando-o pela surpresa e pelo movimento, mas informando sempre, actua semelhantemente.

Para tornar mais sensível, através de um exemplo, qual o processo de actuação geralmente posto em prática pelas guerrilhas, vamos transcrever as declarações de um soldado alemão que fazia parte de uma coluna que se deslocava algures na Rússia, durante a II Guerra Mundial.

Este soldado que pertencia a um Batalhão de Infantaria, conta o seguinte:

«O nosso Batalhão foi atacado continuamente durante todo o caminho de Varsóvia até à frente; experimentamos fortes baixas, especialmente nos últimos 100 quilómetros. Depois de passar uma noite na cidade X, a nossa coluna de camiões partiu ao amanhecer através de uma região arborizada; repentinamente o camião da frente, caiu numa trincheira aberta no caminho parализando o resto da coluna.

Simultaneamente um violento fogo caiu sobre a coluna de cima das árvores e detrás dos seus troncos. Nessas escaramuças foram mortos 28 soldados e 7 feridos gravemente. Mais de 17 soldados e 2 oficiais foram mortos antes que saíssemos deste local. Durante o resto do trajecto nesta zona arborizada, fomos sempre fazendo fogo contra as árvores e mato suspeito.

Passada a zona arborizada, chegámos a um rio, onde encontrámos a ponte recentemente destruída. Enquanto a reparávamos fomos frequentemente alvejados por pequenos grupos de cavaleiros dotados de armas automáticas. Vários soldados e um oficial foram mortos.

Revista da Cavalaria

A 25 km. do nosso destino fomos novamente atacados por fracções montadas dispondo de morteiros de trincheira.

Os primeiros tiros incendiaram um camião e um tiro certo caiu em cima doutro matando 14 soldados. Os guerrilheiros só retiraram quando abrimos intenso fogo de metralhadora, canhão anticarro e morteiro. Neste encontro tivemos vários mortos e feridos. Em resumo: desde o princípio de marcha perdemos: 6 oficiais, 160 homens e 11 camiões».

Esta acção é nitidamente característica de guerrilha da Cavalaria. Não fazemos esta afirmação somente porque no texto transcrito se diz «que a certa altura fomos alvejados por pequenos núcleos de cavaleiros»; mas, porque só a cavalaria poderia actuar assim. Atacou num ponto, para imediatamente retirar e, aproveitando a sua grande mobilidade, ir atacar noutro ponto; enquanto os camiões tinham como servidão a estrada, o cavalo não escolhia caminho sendo afinal mais rápido que o motor.

Num artigo publicado na *Revista Militar* de 1947, o Sr. Cap. Hermes de Oliveira, tira as seguintes conclusões, acerca da guerra de guerrilhas:

«— O conhecimento pormenorizado do terreno.

— Perfeitas e sempre actualizadas informações sobre o inimigo.

— Actuação por surpresa

constituem as bases fundamentais da acção do guerrilheiro tal como da do Infante.

Quer dizer:

— A mesma posição que ocupam perante a Nação

— Os mesmos sofrimentos que suportam

— O mesmo elevado moral que os anima e impulsiona

— Os métodos que empregam na acção

fazem com que o guerrilheiro e o infante sejam gémeos».

Ao ler estas linhas recordamo-nos da noção que nos ficou, do tempo em que na Escola do Exército iniciamos os nossos estudos de táctica, acerca da acção de Infantaria, a Arma que pelos sacrifícios e esforços que suporta é, incontestavelmente, a Rainha de todas.

Mas, como dissemos, a ideia que então nos ficou, poderá ser expressa do seguinte modo: ao pretender-se tomar um dado objectivo, a

Revista da Cavalaria

Cavalaria já o observou e informou do valor da resistência que poderá ser oferecida pelos seus defensores; a Artilharia é mandada fazer os seus fogos, que, a Aeronáutica reforçará, e prolongará, enquanto observa também; a Engenharia abrirá caminho através das defesas e obstáculos e procurará destruir as obras existentes. É então, e só então, que a Infantaria intervirá porque só ela tem os meios para limpar, reorganizar, ocupar e manter a posse da posição conquistada.

Dentro desta noção, que nós temos como verdadeira, não nos parece que o infante, que ocupa e conserva, e o guerrilheiro que destroi e abandona tenham missões análogas.

Por outro lado, o guerrilheiro, que vive à margem da lei, sem preconceitos, escondido, sim, mas na montanha, livre na acção, embora sob disciplina férrea, não será como o cavaleiro? Obediente aos seus superiores mas sempre com missões que tem de resolver pelo seu desembaraço, com soluções por vezes afastadas dos dogmas e das regras aprendidas no tempo de paz, pois que são inúmeros e sempre diferentes os seus problemas?!

Há aqui, parece-nos, maior semelhança entre os dois processos de actuar, do que entre os seguidos pela Infantaria e o guerrilheiro.

A Cavalaria observa no avanço, protege na retirada, sempre animada por espírito ofensivo. É a primeira a entrar em combate e dele será a última a sair. A tropa a cavalo essa é que faz já durante a guerra regular, uma guerra de guerrilhas, movimento e fogo, fogo e movimento.





SERVIÇO VETERINÁRIO MILITAR

pelo Ten. Méd. Vet. MANUEL TRINDADE

A Escola Veterinária criada em 1830 e instalada na Luz no edificio onde funcionava já o Colégio Militar destinava-se, exclusivamente, a habilitar facultativos veterinários militares. A profissão médico-veterinária foi, pois, instituída entre nós para servir as tropas montadas, mas tem tomado, nos últimos tempos, um desenvolvimento e uma complexidade tais, que a finalidade para que foi primitivamente criada é hoje ultrapassada em importância por outras actividades profissionais.

Tem o cavalo perdido, ultimamente, como máquina de guerra, parte da sua importância. No entanto, lembrando-nos que o nosso Continente a Norte do Tejo é bastante acidentado, não quisemos deixar de nos referir à importância do emprego de solípedes durante a última guerra em zonas idênticas àquela do nosso território.

Na campanha da Polónia a Wehrmacht dotou à retaguarda as suas divisões Panzer de um importante núcleo hipomóvel, pelotões de cavalaria, batalhões de reconhecimento calculados em 250.000 solípedes e 750.000 nas campanhas seguintes. Na campanha da Rússia o cavalo, que até então tinha estado em segundo plano, passou a tomar parte activa tanto na ofensiva como na defensiva. Em Novembro de 1941, em Rostov, a cavalaria Cossaca infligiu o primeiro desfalecimento às forças blindadas do «eixo», por incursões profundas, desorganizando as suas comunicações e as suas retaguardas. A Wehrmacht coberta de glória até às portas de Stalinegrado vê o seu 6.º exército envolvido e neutralizado por uma surpreendente combinação carro-cavalo constituída por 3 corpos de cavalaria com 8 divisões de cavalaria, dois corpos

Revista da Cavalaria

blindados e um mecanizado. Verificando a vantagem da associação dos motores com o cavalo o exército alemão adoptou dispositivos idênticos ao do exército russo, mas já tão tarde que segundo opinião do marechal Joukov o fracasso do exército alemão contra a Rússia foi por falta de cavalaria.

Na campanha da Tunísia e principalmente no ataque à Europa, pela Sicília e pelo continente Italiano, em terrenos montanhosos, com estradas obstruídas e pontes danificadas, o emprego de blindados em larga escala foi impossível, tornando-se indispensáveis os cavalos e as muares. Nos Apeninos teve de se substituir grande parte dos motorizados por companhias mulateiras e unidades de montanha, hipomóveis.

Em virtude do exposto parece-nos que é de aconselhar no nosso continente a Norte do Tejo, o emprego de tropas hipomóveis. Os solípedes — cavalos e muares — a empregar, devem ser muito rústicos e sóbrios, de cascos pequenos e duros. Não é, pois, de aconselhar o emprego de cavalos argentinos, mas sim o dos autoctones. Não é só sob o ponto de vista bélico que convém encarar este problema — o emprego dos solípedes — mas também sob o ponto de vista económico. Cavalos que nascem, crescem e são abatidos no nosso país, alimentando-se com produtos nacionais, produzindo trabalho e estrume e depois de abatidos, couros e carne, constituem bens de produção e, portanto, riqueza, ao passo que os motores implicam, para nós, tanto para a sua compra, como para a sua manutenção e para o seu funcionamento, saída de capitais e, portanto, expoliação económica. Devemos acrescentar ainda que a progressiva motorização dos exércitos de uma parte, e as descobertas científicas de outra, continuam em marcha ascendente e quando houver uma estabilização não podemos ainda prever qual será o destino dos blindados. Por outro lado as descobertas da Ciência postas ao serviço da Guerra podem, a breve trecho, alterar, tão profundamente, a arte de conduzir batalhas a tal ponto, que o Homem se sinta na necessidade de modificar profundamente a estrutura dos Exércitos. Actualmente, a contribuição do homem de ciência, trabalhando encerrado no seu laboratório, não é menos valiosa para a obtenção da Vitória do que a do soldado que se expõe às balas num campo de batalha.

Pelo que atrás dissemos verifica-se que os solípedes, na última guerra, foram principalmente empregados em terrenos montanhosos. Há, contudo, a acrescentar, que no Pacífico, em regiões pantanosas, e na campanha da Rússia, em regiões de bosques, o emprego de tropas hipomóveis foi vantajoso. Apesar de tudo sofreu o cavalo, como elemento

Revista da Cavalaria

militar, um rude golpe na sua actuação. Este golpe se veio diminuir a actividade do médico veterinário militar no campo da Clínica, teve o condão de vir fazer sobressair o que se considera, hoje, ser a sua mais importante missão: a inspecção sanitária dos produtos alimentares de origem animal. Com efeito, um dos problemas magnos de todos os exércitos, e desde sempre — e será certamente de futuro — tem sido a sua alimentação. Hoje, este problema complicou-se excepcionalmente em virtude dos exércitos terem de actuar, por vezes, em zonas de fracos recursos locais, ou mesmo nulos, por se tornar impossível, outras vezes, de fornecer às tropas alimentos recém-preparados, quer ainda pelas tropas actuarem enquadradas noutras que têm uma alimentação diferente daquela a que estão habituadas.

Por todas estas razões, todos os exércitos modernos estudaram e adoptaram já os tipos de ração de campanha conveniente e variáveis de composição química, consoante a intensidade de esforços a exigir dos soldados, não esquecendo os mais pequenos pormenores, desde o teor vitamínico ao papel higiénico, tabaco e fósforos e estudando não só a forma do melhor acondicionamento da ração, mas também, duração da conservação da mesma, modos de a preservar contra conspurcações bacteriológicas, químicas, físicas e talvez nucleares.

Assim é que o exército americano possui as seguintes rações de campanha: «A», «B», «C», «D», «E», «G» e «K».

Esta última é o tipo de ração individual e, portanto, a que convém distribuir a tropas aerotransportadas, pára-quedistas, unidades de grande mobilidade, etc. É composta de três caixas de cartão camuflado, forradas interiormente de papel parafinado e de papel metálico o que as torna impermeáveis e assegura a protecção contra gases. Cada caixa corresponde a uma refeição e contém uma lata, provida de chave, devidamente fechada, com queijo, carne ou carne com ovos; uma carteira de fósforos, um maço de quatro cigarros e shwing-gum. O resto da ração é contido num saco de celofane e é constituído por: 85 grs. de bolacha; 14 gramas de açúcar; 7 gramas de café solúvel ou concentrado de limão ou de laranja; 57 gramas de flocos de cereais comprimidos e ainda de um dos seguintes produtos: tablete de leite com malte, chocolate, caramelos, bombons ou de uma barra de confeitos de fruta. Ultimamente, os confeitos de fruta tinham a seguinte composição: Uva moscatel — 20 partes; figo de Calimyrna — 20 partes; amêndoa torrada — 20 partes; damasco seco — 15 partes; casca de laranja — 5 partes e melaço — 20 partes. Além destes confeitos fornecerem vitaminas B₁ e B₂, o chocolate está impregnado de vitamina B₁.

Revista da Cavalaria

A caixa que corresponde ao jantar contém ainda 10 gramas de caldo concentrado e a do pequeno almoço contém papel higiénico.

Esta ração é inalterável a temperaturas compreendidas entre — 4 e + 52 graus C.; tem um peso total de 1,200 kgs. sendo 930 grs. de alimentos.

O exército francês possui também uma ração de campanha muito equilibrada.

Cada ração tem 3 refeições alojadas cada uma em uma lata paralelepédica, pintada exteriormente de cinzento. A tampa é de cor diferente, consoante as refeições, a fim de permitir fácil identificação. As latas do almoço e do jantar de algumas ementas têm também uma meia lua o que indica que os alimentos estão isentos de produtos de porco e são destinadas aos militares muçulmanos.

A lata do pequeno almoço contém: 6 bolachas de água e sal (150 grs.) envolvidas em papel de celofane; um tubo de alumínio com 8 grs. de café solúvel; 4 torrões de açúcar (16 grs.); 1 ou 2 tabletes de chocolate envolvidas em papel metálico e em papel de celofane; 1 latinha com 90 grs. de queijo Gruyère; 1 maço de 20 cigarros envolvido em papel celolósico impermeável; 1 carteira com 24 fósforos e papel higiénico.

A lata do almoço contém: 6 bolachas de água e sal (150 grs.); 2 caixas de alumínio contendo cada uma 17 gramas de concentrado assucarado de limão, permitindo preparar meio litro de bebida; 60 grs. de confeitos de fruta envolvidos em papel celolósico impermeável; 25 grs. de bombons em celofane; 25 grs. de bombons com anis ou mentol embrulhados em celofane; 1 lata contendo 140 grs. de conserva de carne de vaca ou 140 grs. de uma pasta de carne de vaca e de fígado de porco.

A lata do jantar comporta: 6 bolachas de água e sal (150 grs.); 1 saco de celofane contendo 25 grs de caldo concentrado, o que permite fazer uma sopa instantânea pela adição de água quente; 8 gramas de café solúvel em um tubo de alumínio; 4 torrões de açúcar (16 grs.); 60 grs. de confeitos de fruta; 2 tabletes de ovomaltine com chocolate, envolvidas com um tablete de pequeno almoço e uma lata contendo 80 grs. de conserva de atum, ou de conserva de sardinhas ou 80 grs. de carne de porco frita.

As vitaminas B₁ e B₂ são fornecidas pelos próprios alimentos. O peso total da ração é de 1,750 kgs.

No nosso exército a ração de campanha é constituída pelos chamados Viveres de reserva e consta de: pão de guerra (bolachas) — 600 grs. (200 grs. para cada refeição) — pode ser substituído por um

Revista da Cavalaria

kilograma de pão ordinário; chocolate com açúcar — 50 grs. (destinado ao pequeno almoço); conservas de peixe — 400 grs. (em latas de 200 grs., sendo uma para o almoço outra para o jantar); vinho — meio litro.

Esta nossa ração de campanha parece-nos que devia incluir uma sopa concentrada uma vez que este alimento entra normalmente na alimentação quotidiana do nosso soldado. Por outro lado, quer-nos parecer que o vinho pelo volume que ocupa, pelo difícil acondicionamento, pela sua fácil deterioração, pelo fraco valor nutritivo e ainda pelo baixo coeficiente de saturação deve ser substituído por outro componente.

Da alimentação do homem são, sem dúvida, os produtos de origem animal, os componentes mais caros e os que mais facilmente se conspurcam, deterioram ou adulteram, produtos cuja inspecção sanitária está a cargo do médico veterinário e que podem servir de veículo para um certo número de doenças de que podemos distinguir dois grupos:

Doenças dos animais transmissíveis ao homem;

Doenças de natureza alimentar.

Quanto às doenças do primeiro grupo temos a considerar a tuberculose, leptospirose, tularémia, carbúnculo, mórmo, bruceloses, etc. Embora não sejam consideradas, propriamente, doenças de natureza alimentar há um certo número de doenças dos animais transmissíveis ao homem a que não queremos deixar de nos referir: raiva, ornitose, actinomicose, febres recorrentes, anemia infecciosa dos equídeos, febre aftosa, mal rubro, leishmaniose, pseudo tuberculose dos roedores e enfim, doenças cutâneas de origem parasitária. Se algumas destas doenças têm no homem evolução benigna outras há de prognóstico bastante grave como por exemplo a ornitose para a qual a mortalidade é de cerca de 20% dos casos ou como a pseudo tuberculose dos roedores para a qual em 10 observações citadas pelo Professor Basset, 9 casos foram mortais em períodos compreendidos de duas a três semanas. Em 1943, na Grécia, Caminopetros, Chefe de Serviço do Instituto Pasteur de Atenas, isolou de sangue e de escarros de soldados alemães atingidos de bronco-pneumonia uma variedade de *Rickettsia* inoculável em cobaias. As tropas inglesas foram também infectadas por rickettsioses logo que desembarcaram. Esta variedade de vírus foi identificada como *Rickettsia* Barneti e é o agente etiológico da chamada gripe balcânica ou febre Q. Além do homem, são muito receptíveis à infecção o carneiro, a cabra e a vaca. A infecção nos animais manifesta-se como no homem por uma bronco-pneumonia. O leite revelou-se como sendo

Revista da Cavalaria

a fonte de infecção para animais recém-nascidos indemnes e também para o homem. A transmissão inter-humana não parece ser provocada pelos escarros, mas sim pelo leite pois que a doença desaparece no verão, coincidindo este desaparecimento com a cessação de lactação motivada pela gestação. Giunchi cita em *Médecine et Hygiène*, de Março de 1951, 170 casos de febre Q que verificou em Itália. Parece que esta doença, no continente Italiano, está mais difundida do que a princípio se pensou. Segundo Fernando da Fonseca e Manuel Pinto, na *Gazeta Médica* de 1951 a febre Q está também muito espalhada em Portugal.

Do exposto infere-se que numa guerra bacteriológica os animais podem ser visados não só com o fim de diminuir os efectivos pecuários, o que acarretaria além de outros males, carência de proteínas animais na alimentação do homem — lembremo-nos da falta de carne que houve para consumo na última guerra sem que tenha havido guerra bacteriológica — mas também para constituir reservatórios de virus para as doenças transmissíveis ao homem.

Quanto às doenças do segundo grupo merecem citação especial a desenteria amibiana, febres tifóides, salmoneloses, betulismo e leptospirose íctero-hemorrágica. Esta última doença, citada também no primeiro grupo, é transmitida pelos alimentos conspurcados por urina de ratos infestados e a mortalidade pode atingir, no homem, 48% dos casos, como tem sido verificado no Japão e no Egipto. Devemos acrescentar que os cães são infestados, facilmente, pela leptospirose.

As intoxicações e as toxi-infecções alimentares de origem bacterica revelam-se por perturbações nervosas, de natureza paralítica, determinadas pela toxina do *Cl. betulinum* absorvida com o alimento conservado ou por perturbações gastro-intestinais consecutivas à ingestão de alimentos infectados por outras bactérias. *The Lancet*, n.º 259 de 1950, cita uma epidemia de envenenamentos motivada pela ingestão de carne infectada por salmonelas. A *Presse Médicale*, de Janeiro de 1951, cita 39 casos de intoxicação grave provocada pela ingestão de gelados fabricados com ovos infectados de salmonela. O Sr. Dr. Cutileiro atribuiu também, em fins do ano passado, a ovos infectados de salmonela vários casos de envenenamento observados em Lisboa. Rieux, Buttiaux e Mlle. Brogniart, no n.º 50 da *Presse Médicale* de 1947, dizem que certas estirpes de estafilococos são capazes de segregar uma toxina termostável, neurotrópica. O estafilococo é capaz de atravessar as mucosas intestinais e pode ser observado no sangue seis horas depois da ingestão de alimentos infectados e dois meses depois, na medula óssea. Bayer, Cobre Mercier, Pillet e Tissier em *La Presse Médicale* de 29-9-951, citam

Revista da Cavalaria

vários casos de intoxicação alimentar causados pela enterotoxina de um estafilococos. As perturbações começam brutalmente cerca de três horas depois da absorção do alimento infectado e traduzem-se por salvação, náuseas, vômitos e diarreia abundante. Richard Mayer cita, no ano findo vários casos de intoxicação por ingestão de salsichas infectadas por *Staphylococcus aureus*. *The Lancet* cita que de mil casos de envenenamentos alimentares observados em 1948 o *Staphylococcus aureus* conta tantas vítimas como os diferentes tipos de salmonelas.

A estas intoxicações de origem alimentar podemos ainda acrescentar as motivadas por ingestão de produtos de degradação de substâncias proteicas motivadas por enzimas de micróbios proteolíticos.

As medidas profiláticas a tomar para as doenças veiculadas com os alimentos visam impedir que os produtos estéreis sejam adulterados, conspurcados ou deteriorados durante a manipulação ou armazenamento. Deve, portanto, o médico veterinário providenciar que qualquer destas anormalidades não se verifique e saber quais são os processos de beneficiação dos alimentos, quando ela surja.

Seguindo esta ordem de ideias foram criados na última guerra destacamentos veterinários no Exército do Ar Americano no teatro de operações europeu. Estes destacamentos, comandados por um tenente-coronel, compunham-se de várias secções. A actividade destas secções exercia-se das seguintes formas: inspecção dos produtos alimentares, guerra química, conservação de víveres, controle dos roedores e desratização dos armazéns, intoxicações alimentares, doenças dos animais transmissíveis ao homem e ligação com as autoridades civis no que respeitava a questões veterinárias.

Os víveres provinham, quase exclusivamente, dos E. U. A. e tinham sido controlados nas fases de preparação e de embarque pelo Serviço Veterinário; eram novamente inspeccionados nos teatros de operações a fim de se certificar de ausência de contaminação ou deterioração. Por esta razão a inspecção era feita, periodicamente, pelas secções, nas messes, armazéns e estações de reabastecimento.

Estudou-se a protecção dos géneros alimentícios contra um possível ataque químico, bem como a beneficiação destes géneros em caso de emprego de gases ou de uma contaminação accidental.

Em fins de 1944 a aviação militar dos E. U. A. possuía dois destacamentos veterinários, tendo cada um nove secções com um total de 22 oficiais veterinários.

O treino e a instrução deste pessoal foi feito em cursos especiais: 8 oficiais seguiram o curso ministrado aos médicos na Escola de Gás de

Revista da Cavalaria

Combate da R. A. F.; 10 outros oficiais fizeram um estágio de desratização na R. A. F. Todos os oficiais possuíam conhecimentos de inspecção sanitária.

O funcionamento do Serviço Veterinário na Aviação Militar dos E. U. A. demonstrou que o médico-veterinário pode ser incumbido de todos os assuntos que se refiram à alimentação das tropas e que a importância das suas funções seria aumentada, extraordinariamente, numa guerra química, nuclear ou bacteriológica.

Não é de estranhar o funcionamento do Serviço Veterinário junto da aviação uma vez que a complexidade de processos de condução de uma guerra moderna pode incidir directamente sobre a maior fonte de vitalidade do homem — a sua alimentação. Sempre, quer na paz quer na guerra, em qualquer situação, o Serviço Veterinário actua junto de cada soldado, discretamente, mas com uma importância que não é demais enaltecer.

Não é só na Profilaxia das doenças contagiosas dos animais, transmissíveis ao homem e higiene alimentar que o Serviço Veterinário deve colaborar intimamente com o Serviço de Saúde mas também, pelos seus conhecimentos técnicos em serviços laboratoriais: preparação de soros e vacinas de aplicação humana, produção de antibióticos, etc.

Podemos, portanto, resumir as actividades do Serviço Veterinário Militar, do seguinte modo:

- A) — Zootécnica e Clínica: estudo das raças, clínica, terapêutica, e higiene das espécies animais que interessam ao Exército;
- B) — Em colaboração com o Serviço de Saúde:

- 1) — Profilaxia das doenças dos animais transmissíveis ao homem;
- 2) — Higiene alimentar;
- 3) — Serviços laboratoriais.



TEMAS TÁCTICOS

NO QUADRO DA SUB-UNIDADE

pelo Cap. do C. E. M. RAÚL RAMOS

Apresenta-se neste número um tema relativo à instalação de um posto de D. T. C. A. Para a sua eficiente resolução preconiza-se a seguinte distribuição de tempo:

- 1) — *Trabalho de escolher o terreno (acção do oficial subalterno)*
— *Uma manhã.*
- 2) — *Trabalho de fazer o tema e escrever a sua discussão e ordens (acção do oficial subalterno)*
— *Seis horas.*
- 3) — *Trabalho de preparação da caixa de areia (acção do oficial subalterno ajudado pelos graduados)*
— *Quatro horas.*
- 4) — *Instrução sobre conhecimentos gerais*
— *O armamento, elementos de tiro e trabalhos de organização do terreno*
— *Uma hora.*

Revista da Cavalaria

— *Material de Aeronáutica (tipos de aviões, características, possibilidades, etc.)*

— *Uma hora.*

— *Sobre elementos aerotransportados*

— *Duas horas.*

Total — Quatro horas.

5) — *Instruções na caixa de areia*

— *Duas sessões de duas horas.*

6) — *Instrução no campo (exercício de quadros)*

— *Uma sessão de três horas.*

7) — *Instrução no campo (exercício com todo o efectivo)*

— *Uma sessão de um dia inteiro
com a 2.^a refeição no campo.*

8) — *É bastante aconselhável que se possa repetir o exercício
mas no qual colabore, pelo menos, 1 avião, a fim de se
poder praticar na observação e marcação de elementos
de tiro (para este efeito bastará uma manhã)*

*Embora, à primeira vista, pareça que os tempos indicados
são excessivos, pensamos que bastará dar execução ao exercício
para se verificar que assim não é.*

*Preparado um exercício, ele servirá para os anos seguintes,
para o que bastará introduzir-lhe as alterações provenientes,
quer da evolução quer da concepção indicadas pela prática dos
anos anteriores.*

Revista da Cavalaria

Instalação de um posto de D. T. C. A.

Sumário

I — Conhecimentos gerais

1) — GENERALIDADES

- a) — Meios de D. T. C. A. nas Unidades de Cavalaria
- b) — Suas possibilidades
- c) — Generalidades sobre Met. Pesadas A. A.
20 m/m
- d) — Vigilância do ar
- e) — Material
- f) — Elementos de tática

II — Exercício

1) — TEMA

2) — RESOLUÇÃO

- a) — Generalidades
- b) — Reconhecimento
 - Posições de tiro
 - Local das viaturas
 - Local do P. C. e P. O.
 - Servidões
- c) — Entrada em posição
- d) — Organização da posição
- e) — Relatório da instalação

Revista da Cavalaria

I—Conhecimentos gerais

I)—GENERALIDADES

a)—Meios de D. T. C. A. nas Unidades de Cavalaria

Nas Unidades de Cavalaria como meios destinados à D. T. C. A. existem:

- As metralhadoras Madsen 7^m/_m,9 dos Trens e de algumas viaturas (Brens, A. M. C. e C. C.);
- As metralhadoras A. A. 20^m/_m do pelotão de Metralhadoras Pesadas A. A. de 20^m/_m.

No entanto, todas as metralhadoras ligeiras ou pesadas podem efectuar o tiro antiaéreo. Até ao fogo colectivo das espingardas se pode recorrer (altitudes inferiores a 400 m. e distâncias menores de 500 m.).

b)—Possibilidades

Cada metralhadora A. A. de 20^m/_m protege uma zona de acção de 1,5 km. de raio, contra aviões voando a altitudes inferiores a 1,5 km. ⁽¹⁾

Deste modo, constituindo postos com uma metralhadora e sem se obter sobreposição, há possibilidades para proteger, em condições deficientes, com 1 Pl. a 4 armas, 12.000 m.

As metralhadoras de 7,9 protegem zonas de acção com 0,8 kms. de raio (só devem actuar até 1 km. e contra aviões que võem abaixo de 0,6 kms.).

As metralhadoras ligeiras não devem actuar a mais de 0,8 kms.

As áreas ou extensões que se podem proteger com as metralhadoras 7^m/_m,9 são função do número que se pode destinar ao tiro antiaéreo.

Só a situação táctica pode regular esse número.

⁽¹⁾ Estes números regulamentares parece que excedem, em muito, as possibilidades que as armas revelaram na última guerra. A eficácia destas armas tem diminuído muito tendo em conta os grandes acréscimos de velocidade verificados nos aviões.

Revista da Cavalaria

— Localização dos Postos de D. T. C. A.

É conveniente que a distância entre postos sucessivos seja de 1,5 km. para as A. A. de 20^m/m e 0,8 km. para as metralhadoras para que um avião atacante, ao sobrevoar a coluna, vindo da frente ou da retaguarda, se encontre sempre sob a acção de dois postos sucessivos.

Atendendo ao armamento A. A. conclui-se que a defesa até à altura de 0,6 km. quando se lhe pode atribuir a totalidade das metralhadoras da Unidade (caso de marcha longe do inimigo), dispõe do número de postos necessários para a proteger em toda a sua profundidade de marcha.

Para altitudes superiores a 0,6 km. e até 1,5 km. é que já não é possível garantir a defesa com a mesma eficiência. Em combate, a solução é menos satisfatória, pois os elementos das Unidades, encontram-se mais dispersos (especialmente no caso da defensiva) e não se pode estar a distrair as metralhadoras das suas missões terrestres.

Nesta hipótese procura-se, sobretudo, proteger os órgãos essenciais:

- grupos de cavalos e viaturas desmontadas
- escalões de viaturas
- serviços
- bases de fogos
- P. C.

para o que dispõe do Pel. A. A. 20^m/m e das metralhadoras dos Trens das Unidades reforçadas ou não, com algumas fracções de metralhadoras.

c) — Generalidades sobre a utilização das Metralhadoras Pesadas A. A. 20^m/m

- Utiliza-se a M. P. A. A. 20^m/m contra aviões voando a altitudes inferiores a 1,5 km.

— A sua missão é atacar qualquer avião que penetre na sua zona de acção, derrubando-o ou estorvando o cumprimento da missão de que vem encarregado.

Revista da Cavalaria

— O pessoal contribui para a informação fornecendo elementos sobre a tática, potência e actividade da aviação inimiga.

— *Pode actuar, em missão eventual, contra alvos terrestres ou navais, tais como engenhos blindados e lanchas de assalto.*

— *As unidades de D. T. C. A. devem:*

- a) — manter uma vigilância permanente no ar;
- b) — abrir fogo com rapidez e precisão;
- c) — concentrar o fogo das diversas armas sobre o mesmo objectivo.

— As unidades de D. T. C. A. são dotadas de grande mobilidade.

— Ao determinar-se as direcções mais perigosas dos ataques dos aviões inimigos deve ter-se em atenção:

- a) — que, em geral, seguem rotas rectilíneas;
- b) — para se orientarem realizam vôos ao longo de itinerários nítidos;
- c) — sempre que possível, voam com a luz solar pelas costas ou aproveitam as nuvens.

— *As unidades de D. T. C. A. podem garantir a segurança de:*

- a) — tropas em marcha;
- b) — pontos sensíveis;
- c) — tropas em combate.

— *A segurança em marcha* pode ser obtida com postos móveis ou fixos.

Nesta última hipótese, como cada zona de acção de um posto (effectivo mínimo 1 secção) tem 1,5 kms. de raio, os postos não devem estar separados mais de 3 kms. É conveniente que sobreponham as suas zonas de acção. Assim, obter-se-ia uma defesa continua. Geralmente os effectivos não permitem esta finalidade e, então, estabelece-se a defesa descontinua, tendo em particular atenção os pontos sensíveis (desfiladeiros, pontes, etc.).

Revista da Cavalaria

No caso de defesa móvel utilizam-se postos de 1 Secção que marcham distanciados de 1,5 km.

Quando não se pode cobrir toda a coluna deve-se proteger, especialmente, a testa e a cauda da coluna.

— Na protecção das tropas em combate deve-se atender à importância dos elementos que constituem essa tropa, pois os efectivos de D. T. C. A. não dão, em regra, para a protecção geral. Assim, tem-se, em primeiro lugar, *preocupação com a Artilharia, P. C., observatórios importantes, Serviços, etc.*

Como a aviação inimiga actua, geralmente, num percurso paralelo à frente, embora surja, às vezes, perpendicularmente, é possível ter a D. T. C. A. suficientemente afastada da linha da frente e, portanto, em maior segurança.

— Na protecção de pontos sensíveis, tem-se de ter em consideração:

- a) — a forma e dimensões do objectivo;
- b) — as direcções mais prováveis do ataque.

— O caso de proteger uma linha ou alvos profundos, não pode ser resolvido pelo pelotão D. T. C. A., pois exige efectivos muito superiores.

O problema apresentado no tema é um caso normal de emprego do pelotão D. T. C. A. nas Unidades de Cavalaria.

d) — *Vigilância do ar*

A vigilância do ar tem duas finalidades:

- 1) — descobrir os aviões;
- 2) — recolher informações sobre as actividades aéreas inimigas e a própria.

— Os vigias do ar devem anotar:

- 1) — o tipo de avião observado;
- 2) — o número de aviões, suas formações;
- 3) — a direcção da sua rota;
- 4) — a hora a que faz a observação;
- 5) — a abertura de fogo, e resultado do tiro, etc.

Revista da Cavalaria

— Registos e relatórios da actividade aérea:

A título elucidativo, apresenta-se um modelo das folhas do caderno do registo de observações realizadas e um modelo do relatório diário da actividade aérea a enviar ao Comando.

Folha de registo de observação

Data	Observador		Aviões observados						Observ.
	Hora	Apelido	Nacionalidade	Tipo	N.º de aviões	Dispositivo	Direcção do voo	Altitude de	

Relatório da actividade aérea

Dia de e noite de / /

Data	Hora	Aviões observados							Observ.
		Nacionalidade	Tipo	N.º de aviões	Dispositivos das formações	Direcção do voo	Altitude	N.º de tiros feitos	
									Bombas lançadas, pontos de impate, efeitos, pontos de queda dos aviões abatidos.

O Comandante do Pelotão

F

Revista da Cavalaria

É conveniente fazer acompanhar o relatório diário de um transparente e colocar sobre a carta da região e onde se deve indicar:

- itinerários seguidos pelos aviões inimigos;
- ponto de impate das bombas;
- zonas metralhadas;
- pontos de queda dos aviões abatidos.

e) — *Material*

(Ver Regulamento para a Instrução das Unidades de Metralhadoras Pesadas A. A. 20 m/m - m/43 — I.^a Parte).

- 1) — Instrução elementar (págs. 7 a 47)
- 2) — Ordem unida e dispersa (págs. 75 a 85)
- 3) — Instrução Preparatória do Combate (pág. 111)
- 4) — Sinais convencionais (pág. 113).

— *O reconhecimento de uma posição deve visar:*

- a) — Uma posição de tiro que possua amplos campos de tiro e tenha vistas desafogadas;
- b) — sempre que possível, ao abrigo das vistas aéreas e terrestres;
- c) — situado à frente da zona a proteger na direcção mais provável dos ataques inimigos;
- d) — bons e protegidos itinerários para o material, favorecendo a sua entrada e saída em posição;
- e) — a situação das nossas tropas que possam constituir servidões para o tiro;
- f) — local do P. O. e do P. C.;
- g) — possibilidades de dissimulação.

— *Entrada em posição:*

O Comandante do Pelotão dá aos Comandantes de Secção os seguintes elementos:

- a) — direcção principal de vigilância de cada Secção;
- b) — posição de tiro a ocupar por cada Secção;

Revista da Cavalaria

- c)* — servidões do campo de tiro;
- d)* — locais de P. O. e P. C. do Pelotão;
- e)* — local de estacionamento das viaturas;
- f)* — serviço de vigia do ar a montar.

O dispositivo pode ser rectângulo, trapézio, linha. O P. O. e P. C. ficam no centro.

Os intervalos e distâncias mínimas devem ser de 50 m.

— Trabalhos na posição

- a)* — Dissimulação da posição;
- b)* — organização do P. O. e P. C.;
- c)* — plataforma para as armas;
- d)* — abrigos para as munições;
- e)* — abrigos para protecção e repouso do pessoal.

Na Cavalaria nem sempre há tempo para se realizar todos estes trabalhos.

A urgência está indicada pela ordem em que os trabalhos foram enunciados.

— Preparação e conduta de fogos

O Comandante do Pelotão dá aos Comandantes de Secção:

- a)* — as missões de tiro;
- b)* — a porção de terreno a proteger;
- c)* — a posição a ocupar;
- d)* — a direcção perigosa a vigiar em especial;
- e)* — as condições especiais de alerta e de cobertura de fogo;
- f)* — o serviço permanente de vigia, o qual, em geral, compreende:
 - 1 Comandante de Secção de quarto;
 - 1 servente, em cada Secção, desempenhando as funções de vigia do ar e pronto a abrir fogo se receber ordem e que deve ser rendido de 2 em 2 horas;

Revista da Cavalaria

g) — a indicação para o remuniciamento que se deve efectuar logo que esteja consumida metade da dotação inicial.

— Combate :

1) — *Pode apresentar as seguintes finalidades :*

- a) — defesa contra ataques aéreos;
- b) — interdição do reconhecimento e da observação do tiro de Artilharia;
- c) — protecção da aviação própria (aviões orgânicos das Un. de Cav. — Caso americano), contra a caça inimiga;
- d) — indicações de aviões inimigos à caça amiga (eventual);
- e) — cooperação com a aviação de caça (muito eventual);
- f) — eventualmente executar fogos contra alvos terrestres ou marítimos.

2) — *Factores a ter em consideração no combate :*

- a) — os aviões inimigos isolados ou formações devem ser batidos por todas as armas que tenham acção sobre eles. Se o bombardeamento é feito a picar, o fogo deve ser intenso e de modo a surpreender e atingir os aviões antes do lançamento das bombas;
- b) — os aviões avançados em vôo razante devem ser batidos durante a aproximação (antes do ataque) e desde o mais longe possível; e quando se afastem (após o ataque) enquanto for possível;
- c) — os aviões de caça, em missão de protecção dos de bombardeamento não são, em geral, batidos pelas M. P. A. A. 20^m/m, as quais farão uma melhor aplicação dos seus fogos dirigindo o tiro contra os bombardeiros;

Revista da Cavalaria

d) — se há vários aparelhos ou formações a bater, a escolha do objectivo é feita, tendo presente que:

— se deve bater primeiro o avião mais avançado que é, em geral, o mais perigoso. Se há vários perigosos, aquele sobre o qual o tiro tem mais probabilidades de êxito;

— se deve fazer sempre fogo sobre os aviões inimigos a não ser que haja ordem expressa em contrário (presença de caças amigos);

e) — deve suspender-se o fogo logo que se torne perigoso para as nossas tropas;

f) — a indicação de aviões inimigos à caça amiga efectua-se por meio de rebentamentos que balizam a direcção em que aqueles se encontram.

— **Nota** — A cooperação com a caça é muito mais admissível para a Artilharia A. A.

3) — *Servidões do tiro antiaéreo:*

Para as Metralhadoras Pesadas A. A. 20^m/_m as servidões técnicas reduzem-se a preocupações com a altura de segurança das nossas tropas, pois a espoleta de autodestruição do projectil garante a sua destruição depois de um percurso de 2.000 m., o que leva a não se ter preocupação com a zona de queda dos projecteis.

Para determinar a altura de segurança basta aplicar-se a fórmula:

$$A_T = A_S + 270^m$$

em que o ângulo de segurança de 270^m (15°) é suficiente.

No caso de se utilizar Metralhadoras 7^m/_m,9 (Madsen), o problema encontra-se mais dificultado, pois tem-se de contar com duas espécies de servidões: as que dizem respeito à zona de queda dos projecteis (*zonas interditas*) e às trajectórias passando sobre as nossas tropas (*altura de segurança*).

Revista da Cavalaria

— Zonas interditas

Exige que se determine em volta do posto a localização das nossas forças que se encontram dentro do alcance das armas.

As «Instruções para a protecção das tropas de Infantaria contra ataques aéreos, blindados e gases de combate» estabelecem que as metralhadoras não devem fazer fogo nem com ângulos de tiro inferiores a 180° ($10^{\circ} 6'$) nem com superiores a 1.100° ($61^{\circ} 44'$).

Estes ângulos de tiro correspondem no material Madsen a determinados alcances.

Se dentro da coroa circular existem tropas amigas determinam-se os azimutes das direcções a interdizer. Se os pontos ocupados pelas nossas tropas não forem visíveis da posição da arma, fazem-se as medições pela carta e cravam-se estacas definindo essas direcções.

Se houver vento o sector interdito deve ser aumentado de 100° ($6^{\circ} 25'$), no sentido contrário do vento.

Estas exigências fazem diminuir muito o rendimento do tiro antiaéreo sem haver uma grande justificação.

É curioso relembrar que os alemães diziam:

«Para as armas de defesa antiaérea nada de zonas de fogo interditas».

Sem se chegar a este extremo, pode-se resolver o problema em condições de segurança e sem se cair em cuidados demasiados.

A interdição do fogo com $A_T > 1.100^{\circ}$ cria uma zona morta com a abertura de 500° que não permite bater os aviões à máxima altura, impede as armas, do mesmo ponto, de se apoiarem mutuamente, impossibilita a defesa da arma contra um avião picando e torna, por cima, inútil aquela condição que se exige ao armamento A. A. de actuar até um ângulo de tiro próximo dos 90° , condição que as armas apresentam e que uma segurança demasiada e injustificada pretende pôr de parte. Se pensarmos que com ângulos de tiro maiores que 1.100° , o poder vulnerante das balas é só proveniente da velocidade de queda, justifica-se, logo, que a segurança que se exige para que qualquer elemento nosso

Revista da Cavalaria

não apanhe com uma bala, em queda livre, é desproporcionada com o risco que se corre, em não abater ou afastar o avião e ficar-se na perspectiva de receber as suas bombas ou as suas balas animadas de grande poder vulnerante.

Deste modo, atender-se-à, e já não é pouco, à elevação mínima do tiro e aos sectores interditos. Tudo nos leva, porém, a crer que mesmo estas restricções na prática e, muito especialmente, no caso da Cavalaria, em que as unidades estão muito dispersas e é difficil, por vezes, determinar a sua localização, se reduzirão, normalmente, ao princípio :

«Para as armas de defesa antiaérea, o menor número de zonas de fogo interditas».

— *Altura de segurança*

A trajectória inferior do cone de fogo tem de passar acima das nossas tropas, de modo a evitar-se accidentes e poupar-se até às tropas a impressão desagradável e desmoralizante que causa a chicotada.

Um ângulo de 180° ($11^{\circ} 25'$) é o sufficiente para garantir a segurança. Deste modo, o ângulo de tiro mínimo na direcção das nossas tropas deverá ser:

$$A_T = 180^{\circ} + A_S$$

sendo A_S o ângulo de sitio das nossas tropas.

— *Algumas regras práticas de segurança:*

- 1) — Não se deve fazer fogo na direcção de uma estrada que não enfie em grande extensão e que seja percorrida pelas nossas tropas;
- 2) — Só se deve abrir fogo quando se viu o avião pelo menos uma mão de travessa ($\text{uns } 180^{\circ}$) acima da posição ocupada pelas nossas tropas;
- 3) — Não se fará fogo se o avião, voando a menos de 50 m. de altura, se afastar da arma.

Revista da Cavalaria

II — Exercício

1) — *Instalação de um posto de D. T. C. A.*

Às 08.00 do dia o Comandante do Pelotão de Metralhadoras Pesadas A. A. 20^m/_m, recebeu do Comandante do G. C. D. 3, a seguinte ordem:

3. ^a Div.	P. C. em Santarém em... /... /...
G. C. D. 3	às 07.30
N.º.....	Exemplar n.º.....

ORDEM PARTICULAR DE OPERAÇÕES N.º.....

(Ao Pelotão de Metralhadoras Pesadas A. A. 20^m/_m)

- 1) — O G. C. D. 3 vai iniciar o seu movimento para Sul ao longo da estrada SANTARÉM-VALE DE SANTARÉM-CARTAXO às 08.30, de hoje.....
- 2) — O Pelotão de Metralhadoras Pesadas A. A. 20^m/_m instalará 2 postos de D. T. C. A. para dar protecção à marcha, nas seguintes condições:

— 1 posto protegendo a ponte de ASSECA.

Duração da instalação — Das 10.00 às 11.00

— 1 posto protegendo.....

.....

O Comandante do G. C. D. 3

F

Ten.-Coronel

2) — *Resolução*

a) — *Generalidades*

Recebida a ordem às 08.00 e depois dela ter tomado conhecimento, o Comandante do Pelotão resolveu deslocar-se para a região de ponte de ASSECA a fim de efectuar o reconhecimento. Fez-se acompanhar pelo clarim estafeta-moto.

Revista da Cavalaria

Antes de partir deu conhecimento ao sargento (mais antigo) comandante da 1.^a Secção do Pelotão da missão recebida, de que o Pelotão (1.^a e 2.^a Secções), constituiriam o posto de ponte de ASSECA e que às 09.00 deveriam estar aquelas Secções no cruzamento da estrada imediatamente a Sul da ponte de ASSECA. Igualmente determinou que o sargento, comandante da 3.^a Secção com a sua Secção e a 4.^a Secção constituiriam o Posto n.º 2, para o que lhe deu as necessárias instruções.

Chamou a atenção dos sargentos para a revista que deviam passar a homens, viaturas, armamento e munições, antes de partir.

Por volta das 08.15 apresentou-se a viatura do comando e o estafeta-moto.

b) — *Reconhecimento* :

Às 08.30 iniciou o seu reconhecimento tendo em vista a missão recebida, por forma a determinar:

- a) — Uma posição de tiro;
- b) — o local de estacionamento das viaturas;
- c) — os locais de P. O. e P. C.;
- d) — a situação das nossas tropas que possam constituir servidões para o tiro.

A) — Para escolher a *posição de tiro* terá de ter em consideração:

- a) — *que deve possuir amplos campos de tiro e vistas desafogadas para facilitar a pontaria e não serem limitadas as possibilidades de fogo.*

No nosso caso a região de ASSECA (△) parece oferecer, sob esse ponto de vista, boas condições.

A Norte as possibilidades de vistas são mais limitadas, a Sul só no planalto do ALTO DO VALE (△) se encontram boas condições. No entanto, esta região está demasiadamente afastada do ponto a proteger;

Revista da Cavalaria

- b) — *que não deve estar na zona a proteger, mas fora dela, a uma distância dependente da missão.*

No caso presente, em que se pretende efectuar a defesa de um ponto sensível (ponte de ASSECA), a posição deve estar afastada entre 300 a 500 m. (para bater o espaço sobre a zona a cobrir).

Nota — Se a defesa do ponto sensível fosse efectuada com metralhadoras 7^m/m,9, a distância devia estar também compreendida entre 300 a 500 m.

Verifica-se que, sensivelmente, no sentido N.E.-S.W., a partir de ASSECA (Δ) e até 1.000 m. para S.W. da ponte existe uma região que apresenta a configuração de um pequeno planalto em que os campos de tiro e as vistas desafogadas são idênticas às de ASSECA (Δ). Parece, portanto, uma zona aproveitável;

- c) — *que convém que a posição esteja à frente do ponto a proteger e colocada na direcção mais provável do ataque.*

A direcção mais provável do ataque é balizada pela estrada, linha de caminho de ferro e VALA DA AZAMBUJA. Deste modo, a região indicada encontra-se em boas condições. Podem, no entanto, os aviões aproximarem-se na direcção S.E.-N.W. seguindo o curso da R.^a da LÉGUA. Sem estar em tão boas condições a posição do pequeno planalto de ASSECA, ainda cumpre em razoáveis condições a sua missão em relação à última direcção indicada;

- d) — *que é aconselhável estar o mais afastada possível de pontos facilmente referenciáveis.*

Não parece que a região indicada tenha na sua proximidade pontos referenciáveis. Os pontos mais facilmente referenciáveis são a povoação e estação de VALE DE SANTARÉM, a FONTE BOA e as pontes. As povoações e estação estão a uns 1.000 m. e as pontes a uns 300 a 400 m.;

Revista da Cavalaria

- e) — *que esteja o mais possível coberta tanto das vistas terrestres como aéreas.*

Sendo a região arborizada e dispondo de pequenas ondulações não será difícil obter-se esta finalidade.

Um pouco a N. de p. c. 80 parece existir uma zona aproveitável;

- f) — *que a posição se deve prestar a uma boa organização do terreno. O terreno deve ser consistente, não pedregoso nem muito acidentado.*

A posição, em princípio, parece obedecer a estas condições.

Se atentarmos no pouco tempo que o posto vai funcionar, chegamos à conclusão que esta condição não se apresenta, no caso presente, como primordial;

- g) — *convém que se encontre afastada de locais onde haja ruídos, como estações de caminhos de ferro, fábricas, depósitos de explosivos, de munições, etc.*

No caso concreto a uns 1.000 m. a SE. existe a estação de VALE DE SANTARÉM. Não parece que na situação táctica apresentada aquela estação esteja funcionando.

Admitindo o seu funcionamento, não se revelam razões para abandonar a zona escolhida, em princípio, em vista das vantagens que tem revelado;

- h) — *que deve ter bons acessos. Itinerários que permitam atingir a posição com o material rebocado a tractores, até o mais perto possível dela e que posteriormente facilitem a saída da posição.*

Até à ponte de ASSECA há uma boa estrada; para se atingir o pequeno planalto dois itinerários se podem seguir:

— um, seguindo a estrada para ISENTA durante uns 250 m. e depois um caminho para S W. durante uns 800 m., virando seguidamente para E.;

Revista da Cavalaria

— outro, seguindo a estrada de VALE DE SANTARÉM e na altura de Qt.^a da CALIFÓRNIA aproveitar o caminho para W.

Este troço de caminho apresentando maior declive tem, no entanto, a vantagem de ser curto, uns 300 m., o que permite o deslocamento do material a braço.

Se o primeiro itinerário for praticável às viaturas é mais aconselhável; se o não for, tem-se de recorrer ao segundo;

- i) — *que deve estar à prova de carros se estes forem de temer e favorecer o tiro anticarro que as armas possam fazer.*

Pelo lado E. e N. esta condição verifica-se; o mesmo já não se pode dizer na direcção mais perigosa, a do Sul. No entanto, se a R.^a de VALE DE SANTARÉM levar água em abundância representa nesta direcção um obstáculo retardador que poderá ser batido da posição desde que se puxem as armas a Sul;

- j) — *que deve apresentar boas possibilidades de dissimulação.*

Sendo uma zona arborizada parece apresentar boas condições em relação a esta finalidade.

Pelo exposto o Comandante do Pelotão escolheu para posição das armas a zona uns 800 m. a S. de ASSECA (△).

Determinada a posição, o Comandante do Pelotão tratou de reconhecer o terreno, tendo, como finalidade, o estacionamento de viaturas, o P. C. e o P. O. e as servidões que a localização das nossas tropas possa acarretar.

- B) — Para localizar o estacionamento das viaturas tem de ter em consideração os itinerários que pode utilizar.

Tendo verificado que o itinerário pela estrada da ISENTA não é praticável a viaturas, terá de utilizar a estrada para VALE DE SANTARÉM. As viaturas ficarão a E.

Revista da Cavalaria

da estrada por alturas da Qt.^a da CALIFÓRNIA. Daí para a posição o material terá de ir a braço, o que não é aconselhável. No entanto, como a distância é pequena (400 m.), esta solução é viável.

C)—*Para localizar o P. C. e o P. O.* terá de ter em consideração que convém localizarem-se perto das armas e que o P. O. deve possuir boas vistas, característica que a posição possui.

D)—*Em relação a servidões* que as nossas tropas possam acarretar sabe-se que a coluna se vai deslocar pela estrada SANTARÉM-VALE DE SANTARÉM-CARTAXO e, portanto, não convém fazer fogo nessa direcção com um ângulo de tiro que permita que os projecteis atinjam a estrada antes de terem percorrido 2.000 m., para se ter a garantia da sua autodestruição.

Para determinar esse ângulo bastará aplicar a fórmula:

$$A_T = A_S + 270^\circ (15^\circ)$$

$$\text{logo } A_T = 35^\circ + 270^\circ = 305^\circ$$

E)—*Entrada em posição:*

Tendo terminado o seu reconhecimento por volta das 08.50, o Comandante do Pelotão mandou o estafeta à ponte de ASSECA com ordem para as Secções se dirigirem para a estrada do VALE DE SANTARÉM e pararem à altura da Qt.^a da CALIFÓRNIA.

Logo que as Secções chegam, o Comandante do Pelotão ordena aos sargentos que coloquem as viaturas no local em que ele, Comandante do Pelotão, marca (ver transparente em anexo) e ponham o material em condições de ser transportado para a posição, devendo o seu transporte começar o mais rapidamente possível.

Aos cabos das Secções foi indicado o caminho a percorrer para a posição e o Comandante do Pelotão, acompanhado dos sargentos, dirigiu-se para a posição.

Revista da Cavalaria

Ali indicou aos Comandantes de Secção:

- a missão do posto;
- a posição das armas (ver esboço anexo).

Estas ficaram separadas 50 m., o necessário para que não sejam destruídas pela mesma bomba;

- a direcção principal de vigilância — estrada CARTAXO - VALE DE SANTARÉM - PONTE DE ASSECA;
- a servidão imposta pela marcha das nossas tropas ao longo da estrada — A_T mínimo naquela direcção, 255°;
- local do P. C. e P. O. (ver esboço em anexo);
- o serviço de vigia do ar, a montar:
 - O Comdt. da 2.^a Secção de quarto;
 - 1 servente em cada Secção, desempenhando as funções de vigia do ar e pronto a abrir fogo.
- O da 1.^a Secção vigiará a região para Sul e 2.^a Secção para Norte.

Ainda indicou aos Comdts. de Secção quais as direcções prováveis de fogo na hipótese de surgirem elementos blindados (ver esboço em anexo).

Nota — Podia-se ter adoptado a solução de constituir 2 postos (cada posto com 1 Secção) ficando uma no ponto indicado e colocando a outra na região a N. de PONTE DE ASSECA. Aliás, esta região, na proximidade da ponte, não apresenta posições vantajosas, o que se conseguia era cobrir uma maior área e fazer face a ataques de S.E. em melhores condições.

F) — Organização da posição :

Logo que o dispositivo ficou instalado, fixadas as missões e a funcionar o sistema de vigia e alarme, o Comandante do Pelotão preocupa-se com a organização da posição.

— O primeiro cuidado constou de proceder à dissimulação das armas, para o que utilizou tarrafas, ramos de árvores, etc.

Revista da Cavalaria

Se houvesse tempo os trabalhos de organização constavam de:

— organização de plataformas para as armas (circulares e enterradas, com 1,5 m. de raio e 40 de profundidade e 30 cms. de parapeito. A arma tem 76 cms. de altura de joelheira em tiro terrestre).

— Organização do P. O. e do P. C.;

— Abrigo para as munições;

— Abrigos para o pessoal.

Todos os trabalhos devem ser dissimulados. No caso presente, naturalmente, não haveria tempo para tomar estas medidas. As medidas tomadas reduziram-se a uma dissimulação cuidada.

G) — Relatório da instalação:

Por último, o Comandante do Pelotão enviará ao Comdt. do G. C. D. 3 um relatório.

O relatório pode tomar a seguinte forma:

G. C. D. 3

Posto n.º 1/D. T. C. A.

N.º.....

P. C. em .../.../...

às.....

O Comdt. do Posto n.º 1/D. T. C. A.

Ao Comdt. do G. C. D. 3

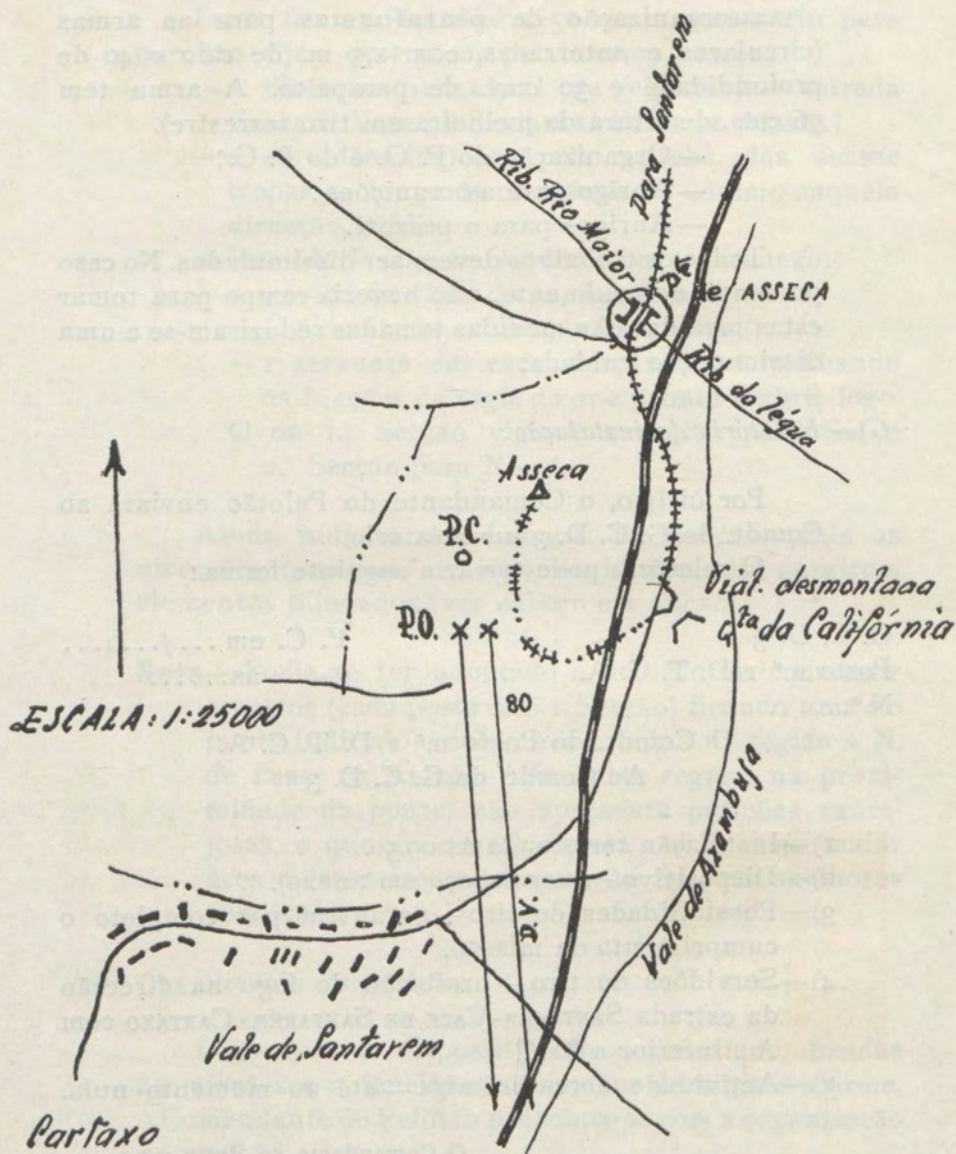
- 1) — Instalação terminada às 09.50.
- 2) — Dispositivo — (ver esboço em anexo).
- 3) — Possibilidades de tiro — garantem por completo o cumprimento da missão.
- 4) — Servidões de tiro — proibição do fogo na direcção da estrada SANTARÉM-VALE DE SANTARÉM-CARTAXO com A_T inferior a 255^m.
- 5) — Actividade aérea inimiga — até ao momento nula.

O Comandante do Posto n.º 1

F

Alferes

Revista da Cavalaria



O ESPARVÃO NOÇÕES GERAIS

Pelo Major veterinário MIGUEL GARDE



Designam-se por esparvão, os processos inflamatórios crónicos que se desenvolvem no periósteo, ossos e articulações da parte interna e inferior do tarso (curvilhão).

O curvilhão é constituído por duas séries de pequenos ossos unidos uns aos outros por pequenas articulações, e tendo todos, excepto o calcâneo, movimentos muito limitados (Figs. 1 e 2).

O esparvão apresenta-se sob a forma de umá exostose, ou de uma periartrite, que se caracteriza por uma

artrite anquilosante do curvilhão.

Anquilose e exostose (tumor ósseo) limitam a articulação do metatarso e dos curciformes, ou interessam as ligações dos ossos já mencionados e do escafoide, ou atingem ainda o astrágalo, soldando-se a este último, neste caso, todos os ossos da articulação do tarso, formando-se uma massa óssea compacta (Figs. 3, 4 e 5).

Revista da Cavalaria

São causas do esporvão:

—A predisposição na qual se incluem: a conformação defeituosa da articulação do tarso (curvilhão estreito, oscilante), aprumos defeituosos, a pouca idade, a fadiga e certos exercícios que esforçam principalmente os curvilhões (saltos, galope, corridas).

— A hereditariedade que para a maioria dos autores contemporâneos não intervém senão como transmissora de defeitos de conformação, é para outros autores a causa da fraca resistência do tecido ósseo, de certas deficiências de nutrição, e osteísmo que se transmite aos produtos de pais esporvados.

— As acções que provocam a dilatação ou inflamação dos tecidos das articulações do curvilhão, tais como: os esforços violentos, o encabritamento e os saltos.

Origens e desenvolvimento do esporvão:

Existem três «teorias do esporvão»:

A primeira, a mais antiga, considera-o como uma periostite complicada por lesões articulares e anquilose.

A segunda localiza o princípio do processo nas articulações do tarso.

A terceira afirma que o esporvão tem por origem uma osteíte acompanhada de artrite, que provoca a anquilose do tarso.

Estas três doutrinas mostram a complexa morbilidade que é o esporvão. O processo desta doença é tão variável na sua origem que tanto pode nascer nas

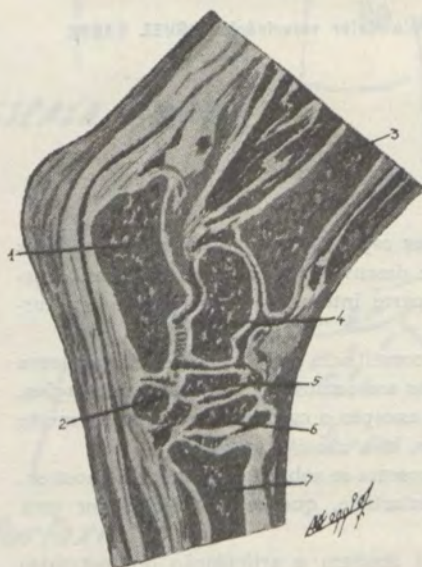


Fig. 1 — Corte do curvilhão do cavalo: 1) calcâneo; 2) culoide; 3) tibia; 4) astrágalo; 5) escafoide; 6) grande curciforme; 7) metatarso.

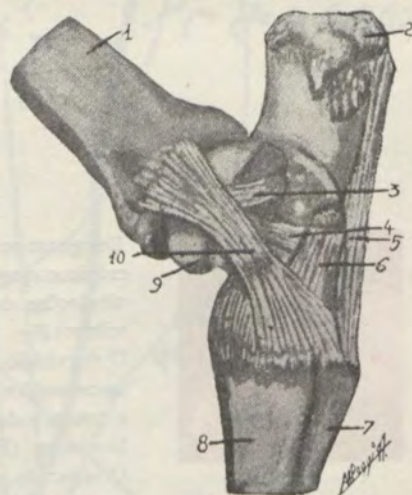


Fig. 2 — Articulação do tarso direito visto do lado interno: 1) tibia; 2) calcâneo; 3) e 4) ramos do ligamento tibio-társico interno; 5) ligamento tarso-metatarsico; 6) ligamento tarso-metatarsico; 7) metatarso rudimentar; 8) metatarso ou canela; 9) astrágalo; 10) ligamento tibio-metatarsico interno.

Revista da Cavalaria

articulações como no osso, ou no perióstee, e conforme o caso as lesões desenvolvem-se do interior para o exterior; do exterior para o interior ou permanecem periarticulares.

Sintomas:

O esparvão ataca um dos curvilhões, ou muitas vezes os dois.

Quando a doença evoluciona na profundidade do curvilhão, a exploração do mesmo não mostra nada de anormal — esparvão invisível. Só a claudicação e a atitude do membro enfermo acusam o mal. Durante o repouso o apoio faz-se só pela pinça, para evitar a dor que a extensão causa, e o pé é levado um pouco para a frente.

Nota-se, também, um abatimento dos músculos da garupa na posição aprumada.

Durante a marcha verifica-se uma rigidez anormal do curvilhão. A claudicação acentua-se quando o cavalo trabalha depois de se fazer a exploração do membro enfermo.

A prova de esparvão consiste, precisamente, em flexionar o membro segurando-o pelo casco e mantendo os ângulos articulares fechados durante alguns minutos; uma vez abandonado o membro a si mesmo, obriga-se o cavalo a trotar. A claudicação é quase sempre mais acentuada que antes da prova, chegando o animal a ficar em três patas com a enferma no ar se a lesão é grave.

Quando o esparvão apresenta os sinais exteriores, reveladores da periostite, nota-se na face interna do curvilhão um tumor ósseo de extensão e volume variáveis (Figs. 6 e 7).

A inflamação do aparelho ligamentoso e a periostite da face interna do curvilhão com desenvolvimento de vegetações ósseas (osteófitos), não se estende além dos bordos das superfícies articulares.

Quando o tumor ósseo está definitivamente constituído, e a inflamação desapareceu, muitas vezes não se nota nenhuma claudicação; o animal trabalha sem dor.

O tumor ósseo do tarso é a última lesão do esparvão, mas nem sempre tem este significado. Há numerosos casos de esparvão que evoluem sem provocar claudicação: as vegetações ósseas desenvolvem-se sobre os bordos internos dos ossos, mas as articulações permanecem intactas. Estes «falsos esparvões»

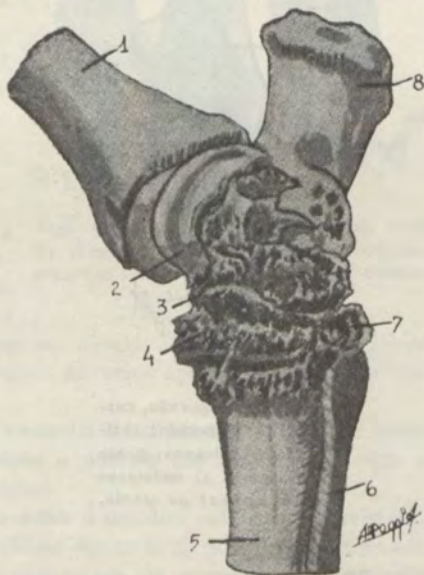


Fig. 3 — Esparvão no tarso direito, face interna : 1) tíbia; 2) astrágalo; 3) escafoide; 4) grande curciforme; 5) metatarso ou canela; 6) metatarso rudimentar; 7) cuboide; 8) calcâneo.

Revista da Cavalaria

aparecem nos cavalos com raquitismo incipiente, e são simplesmente um sinal de desnutrição óssea.

São lesões benignas, evoluem sem claudicação e sem atrofia muscular da garupa. Com o tempo a lesão atenua-se, ou desaparece, sem exercer nenhuma influência sobre os descendentes.

Diagnóstico:

Quando não existe nenhuma deformação da articulação o diagnóstico do esparvão é difícil. Tem que se ter em conta a atitude do membro enfermo durante o repouso, a prova de esparvão e a frequência de claudicações do curvilhão.

Também tem grande importância a atrofia dos músculos da garupa. Em casos duvidosos aplica-se uma injeção sub-cutânea de novocaina sobre o tra-



Fig. 4—Esparvão, curvilhão dissecado: 1) tíbia; 2) calcâneo; 3) astrágalo; 4) metatarso principal ou canela.



Fig. 5—Corte transversal vertical de um tarso afectado de esparvão.

jecto do nervo ciático e tibial anterior; tratando-se de esparvão a claudicação desaparece para voltar quando passa o efeito da injeção.

Quando existe tumor ósseo é preciso saber reconhecê-lo: colocado o observador de frente para o membro anterior correspondente, ou por trás do membro claudicante, vê-se imediatamente uma deformação do perfil interno do curvilhão. Para maior exactidão no diagnóstico, deve-se comparar com o curvilhão bom (Figs. 6 e 7). A palpação permite distinguir o esparvão das tumefacções moles.

Revista da Cavalaria

Prognóstico:

O prognóstico varia com a natureza da lesão, seu volume e a situação do tumor.

A periartrite e as vegetações ósseas são menos graves que a artrite anquilosante. A observação demonstra que os esparvões são tanto mais graves e rebeldes ao tratamento quanto mais se estende sobre o curvilhão, e quanto mais se tarde em aplicar o tratamento apropriado.

Tratamento:

Repouso absoluto. Aplicação de um cáustico, ou pontas de fogo superficiais ou de meia profundidade, podendo-se repetir a aplicação em caso de necessidade.

Se este tratamento fracassa ou se a lesão é muito antiga, deve-se cautelarizar com pontas de fogo profundas. Não é prático aplicar o fogo muito profundo na primeira vez, porque corre-se o perigo de a osteíte se desenvolver muito, podendo chegar à anquilose total do curvilhão.

Também se podem praticar a periosteotomia sub-cutânea ou a tenotomia do ramo cuneano (Fig. 8.).

A neurotomia dos nervos tibial e peróneo é o último recurso para combater o esparvão.

Esparvão seco — Arpejo:

O esparvão seco — arpejo — é uma lesão dos membros posteriores caracterizada pela flexão brusca, exagerada e convulsiva do curvilhão durante o exercício que se observa frequentemente no cavalo. Esta lesão desenvolve-se lentamente, acentuando-se pouco a pouco. Às vezes aparece bruscamente sem causa evidente.

Sintomas. O arpejo, que é uma anomalia funcional sintomática de lesões diversas, é em alguns casos muito ténue e noutros tão pronunciados que o bolete chega a bater na parede abdominal.

A passo, ou quando o cavalo gira sobre o membro enfermo, o movimento anormal observa-se melhor; é menos visível no trote e galope, desaparecendo quando o animal aquece depois de certo tempo de exercício. O esparvão seco é um sintoma de causas ocultas.

Existe um esparvão seco idiopático, isto é, sem lesão aparente, e outro sintomático, determinado por lesões, como: nervosas musculares, tendinosas ou aponevróticas, artrite seca do curvilhão, gretas, cuartos, infosuras crônicas e querafiloceles.

Causas — O arpejo pode ser provocado por: luxação instantânea da rótula sobre o bordo interno da tróclea femural (articulação da soldra); pela retração



Figs. 6 e 7 — À esquerda, esparvão visto de frente, membro esquerdo; à direita, esparvão visto de trás, membro direito.

Revista da Cavalaria

muscular da região da coxa; pela retracção da membrana que envolve os músculos da perna; por lesões da espinha e nervo ciático (arpejo nervoso).

Tratamento — O arpejo é uma doença difícil de curar, pela dificuldade de determinar qual a causa exacta que o provoca. Pode curar-se por si próprio, como também por várias operações como o corte do tendão extensor

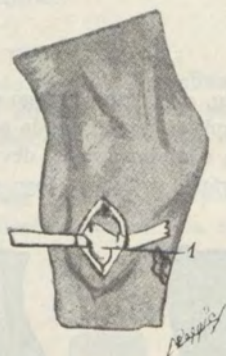


Fig. 8 — Tenotomia cuneana: 1) rama cuneana.



Fig. 9 — Pontas de fogo penetrantes à distância de 10 a 11 milímetros.

lateral da falange, pelo corte do nervo ciático e do tibial. Estas operações no entanto podem não curar o arpejo. Em certos casos consegue-se a cura, principalmente nos de origem nervosa, com injecções intramusculares de solutos de estricnina.

Esparvão seco — arpejo

Periosteio: Membrana que envolve completamente o osso.

Periartrite: Inflamação dos tecidos que envolvem uma articulação.

Anquilose: Imobilidade anormal, ou solidificação de uma articulação.

Osteismo, osteite: Inflamação aguda ou crónica de um osso.

Periostite: Inflamação do periosteio.

Periosteotomia: Incisão cirúrgica do periosteio.

Tenotomia: Secção de um tendão.

Neurotomia: Secção de um nervo.

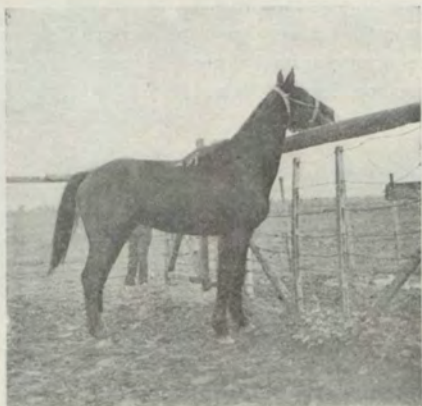
Aponevrose: Membrana que envolve os músculos.

Podofilite: Inflamação dos tecidos vivos do casco.

Querofilocole: Tumor córneo do casco.

F. M.

A CRIAÇÃO DO CAVALO DE SALTOS



Já nos temos referido diversas vezes à necessidade dos nossos criadores encararem a produção de um tipo de cavalo apto para o salto. Tal como, por exemplo, já se chegou com uma extraordinária perfeição ao cavalo de polo, existem no nosso meio aproveitáveis elementos para obter exemplares que pela sua conformação e temperamento correspondem às exigências de um saltador.

A procura, ainda, deste tipo de cavalo é evidente não só no País como também, e muito especialmente, no estrangeiro donde chegam diáriamente

aficionados e Comissões Oficiais, atraídos pelo justificado prestígio mundial da produção equína argentina.

Um estabelecimento de criação.

Especialmente convidados visitámos um estabelecimento que se encontra actualmente ajustando a sua organização para produzir este tipo de cavalo, mas o seu trabalho é ainda de maior amplitude porque também ali serão preparados e adestrados os produtos com vista à sua utilização como saltadores.

A cria e a posterior preparação, tarefa esta, longa, difícil e complicada é ali realizada sob a abalizada direcção do nosso colaborador Ten. Coronel W. Zgorzelski que já começou a desenvolver as actividades do estabelecimento dentro desta orientação.

Este estabelecimento que se chama «Don Severo» é propriedade do Sr. J. A. Sanchez Crexell e está situado no Parque Candil por alturas do quilómetro 95 da estrada n.º 8 que conduz a Rosário e, a 3 quilómetros da estação Solis da F. C. U. G. B. M.

O Parque Candil é uma área pitoresca e arborizada, com várias vivendas e que se pensa transformar num Country Club e Centro Hípico com características muito especiais.

Revista da Cavalaria

Instalações.

No meio de um bosque protegido do calor, do frio e dos ventos, construíram-se as cavalariças com todas as comodidades, incluso água e luz em cada boxe.

A pista de saltos apresenta um conjunto de valas e obstáculos cuja variedade e estrutura se ajustam às exigências de qualquer concurso hípico.

Um corredor natural formado por duas alas de velhas árvores termina numa pista circular de 20 metros de diâmetro.

Grandes espaços para galopar em conjunto, fazem também parte das instalações dedicadas à preparação dos cavalos para saltos.

O estabelecimento «Don Severo» tem já em serviço o padriador *Xenium* (Clocles-Xantippe, ex-Genuflexion), que é um animal forte, de bom aspecto e através do qual se está já obtendo uma boa descendência.

Trabalho realizado.

Para começar este trabalho, actualmente em plano de desenvolvimento, o Sr. Zgorzelski seleccionou em diversas coudelarias do País, dez exemplares mestiços, que pela sua configuração apresentam as características dos cavalos de



Um conjunto de «boxes» no meio de um frondoso arvoredor

salto. Estes cavalos de idades entre os 4 e 6 anos, já começaram a ser metidos a obstáculos e entre eles destacam-se os seguintes: Gran Señor, castanho escuro, de 6 anos e meio, com bastante sangue mestiço, harmonioso nas suas linhas e movimentos; Fox Hunter, castanho claro, de 4 anos, grande e poderoso do tipo Hunter (irlandês); César, castanho escuro, de 6 anos, do tipo Hannover (alemão); El Conde, lação, de 5 anos, de grande estatura, tipo P. S. C.; Cognac,

Revista da Cavalaria

castanho, de 5 anos, do tipo Anglo-árabe (francês), com bons andamentos e Miss Atoenica, de 6 anos e do tipo do cavalo de polo. Todos eles estão já a saltar obstáculos de 1,30 m. e valas de 3,50 m.

As éguas.

Percorrem as pradarias desta propriedade uma piara de éguas especialmente seleccionadas pela sua conformação para produzirem cavalos de salto.



Éguas saltando com poldros de seis meses, num corredor de obstáculos

Destas éguas já nasceram poldros que no corredor atrás mencionado, saltam alegremente com as mães os obstáculos que ali são colocados para esse fim.

Plano de acção.

Sob a direcção do Sr. Zgorzelski, cujos trabalhos sobre «o cavalo de saltos» e diversos artigos técnicos publicados nesta Revista nos mostram os seus conhecimentos sobre este assunto, está a desenvolver-se o seguinte plano:

- a) — Procurar sempre melhores éguas.
- b) — Começar a fazer saltar os poldros junto com as mães quando estes atinjam os 6 meses de idade.
- c) — Saltar em liberdade os poldros desde os 2 anos.
- d) — Começar o ensino aos 3 anos.
- e) — Aos 3 anos e meio metê-los a obstáculos.

Este plano de trabalho realiza-se serena e metódicamente e os resultados obtidos em alguns casos, nestas etapas previamente estabelecidas, mostram-nos boas perspectivas futuras.

Revista da Cavalaria

O puro sangue de corridas.

O estabelecimento de que estamos tratando, está preparando as suas instalações para a criação do puro sangue de corridas, tendo uma piara de éguas de grande categoria tais como: Adalita (A dalid-Chipolita) do criador César Gonzalez Guenico; Extaris (Prince Tetra-Rêverie) do criador Chevalier



Corredor de obstáculos com cerca de 200 metros de comprimento, onde saltam as éguas e os poldros

e C.^a, Estatica (Bhopel-Elenita) do criador Roberto P. Fraja; Greer Garson (Ramazon-Gentillen) do criador Alberto Leloir, e Lluvia (Lexito-Espinaca) do criador E. Delbene.

Em síntese, esta iniciativa, merece a maior atenção, porque é a primeira vez que no nosso País se encara sèriamente a cria do cavalo de saltos.

Ela ficará completa quando o estabelecimento «Don Severo» agregar às suas piaras, as éguas que mais se destaquem nos nossos concursos hípicas e importe um padriador que tenha sido um bom ganhador em concursos ou em Steeple Chase, o que está dentro do plano traçado para um futuro próximo.

S. B.

Do *El Caballo*
Abril

A CAVALARIA

NOS EXÉRCITOS MODERNOS

Pelo General JOHN KNOWLES HERR

O autor, ex-comandante da Cavalaria Norte-Americana, enviou este eloquente artigo à revista The Thoroughbred Record sob a forma de uma carta. Como dizem os directores desta Revista o artigo explica-se por si só, mas nós acrescentamos que ele, para o nosso público, é duplamente interessante pois revela como está a ser debatida, justamente nos Estados Unidos, uma questão que muitos crêem já decidida contra a Cavalaria.

Observei várias alusões da Revista *The Thoroughbred Record* de Dezembro de 1950 sobre a necessidade do emprego da Cavalaria, como o tem demonstrado a guerra na Coreia, e a sugestão de que já é tempo de rever a política que destruiu essa Arma no nosso Exército.

Escrevo o que se segue para vos pôr em dia sobre este assunto.

Os incrédulos da Cavalaria chefiados pelo general McNair, induziram o general Marshall e acidentalmente o general Eisenhower a dissolvê-la em 1942, utilizando muitos dos seus regimentos para formarem as chamadas unidades mecanizadas de reconhecimento, que, como eu já tinha prevenido o general Marshall, resultaram completamente inadequadas para esses reconhecimentos pois na verdade realizaram como tais, somente um por cento das missões que lhes foram dadas.

Em Junho de 1942 escrevi uma carta de protesto ao Secretário de Guerra Stinson, falando da Cavalaria Soviética e preveni-o que íamos ter necessidade desta Arma. A minha previsão resultou certa.

Cito um extracto de *The Rider and Driver*, número de Fevereiro de 1948 que dá um resumo do que aconteceu:

«O Sr. Frank M. Smith escreveu no *The Washington Times*, que se fez uma enérgica exortação para reviver a Cavalaria Norte Americana na última sessão da Sub-comissão das Forças Armadas do Senado. Essa exortação foi feita pelo general Herr que declarou não ser verdade que os cavalos já não tinham sido necessários na última guerra, e leu as declarações do general Patton e de outros chefes dizendo que as unidades de Cavalaria teriam sido muito vantajosas nas campanhas do Norte de África e Sicília. O general Herr disse também que o general Wainwright podia testemunhar sobre a eficácia da Cavalaria se

Revista da Cavalaria

fosse chamado para ser ouvido pela Sub-comissão. O general Herr apresentou à Comissão uma carta do tenente general Lucian K. Truscott, sucessor de Patton como comandante do III Exército, em que este sustentava que se os Estados Unidos tivessem conservado a sua Cavalaria — *a dos cavalos e não a mecânica* —, ter-se-iam evitado as sangrentas batalhas de Monte Cassiano e Anzio e provavelmente tinha-se abreviado a guerra da Itália por uns quantos meses.

O coronel Fred. L. Hamilton, ex-chefe da Remonta dos Estados Unidos disse à sub-comissão:

«Falei com oficiais alemães da aviação e das forças de terra dos corpos mecanizados e dos corpos de cavalaria, e todos, quase todos, foram da opinião de que tinham perdido a guerra na frente oriental porque os russos tinham melhores cavalos. Os cavalos eram melhores e as unidades alemãs motorizadas e mecanizadas resultaram impotentes nas zonas russas onde não existiam caminhos. Quase todos estavam de acordo de que uma das causas por que tinham perdido a guerra na frente russa fora a magnífica Cavalaria Soviética, tanto regular como irregular».

Em conclusão, o general Herr disse que gostaria de apresentar à Sub-comissão um documento que era um boletim reservado do Serviço de Espionagem de Maio de 1946, editado pela G-2 (Serviço Secreto) por intermédio da Divisão de Informação do Estado Maior.

«A União Soviética, com vastas distâncias e poucos caminhos e com duras condições climáticas durante parte do ano, empregou a Cavalaria com grande vantagem durante a II Guerra Mundial, não como substituto das forças blindadas, mas como *arma independente* e de *complemento* dessas forças e do poderio mecanizado, nas operações em terrenos difíceis. A Cavalaria Soviética conta com um grande número de armas de apoio. A sua organização está concebida de tal forma que proporciona uma força de choque, pequena e móvel, com suficiente apoio de artilharia, morteiros e armas automáticas. A Cavalaria e os tanques estão combinados numa organização eficaz e que funciona sem atropelos».

Depois de apresentar este documento à Sub-comissão, o general Herr e o senador Morse mantiveram um diálogo de que resultou concluir-se que a Cavalaria Norte Americana tinha sido eliminada apesar de todos os depoimentos apresentados sobre a sua necessidade.

Transcreve-se a seguir uma parte desse diálogo:

«Senador Morse: Por outras palavras, quando há que efectuar operações militares nessa parte da Europa em que se movem os exércitos russo, húngaro, yugoslavo e polaco. Trata-se de operações militares em que os cavalos desempenham um importante papel?

General Herr: «Sim. Ali desempenharam um papel de importância cada vez maior, e desejo dizer aqui mesmo, que não é verdadeira a crença espalhada de que a Cavalaria só é útil em lugares afastados, onde há montanhas e terreno difícil, e onde não podem andar os veículos. Pelo contrário, ela é muito útil em qualquer espécie de terreno. Um cavalo pode ir aonde se queira que vá um veículo, mas um veículo não pode ir a uma quantidade de sítios que podem ser alcançados pelo cavalo. O cavalo chega quase a qualquer parte onde o homem chega, pode transportar o seu poder de fogo por sítios inacessíveis aos veículos, e em bom terreno, por muito que pese aos homens, anda

Revista da Cavalaria

muito mais depressa que o infante. — Ele é qualquer coisa de vital. Nenhum país que pretenda estar bem organizado para a guerra em qualquer parte do mundo e debaixo de quaisquer condições meteorológicas afirmará que é capaz de combater em qualquer teatro de operações com boas vantagens se não tiver o devido complemento de Cavalaria e animais de carga. Os chineses estão justamente agora, a comprová-lo. (Esta declaração publicou-se em princípios de 1948).

Além disso, eu declaro, acuso e alego que o Departamento de Guerra, prematura, imprudente e erroneamente suprimiu a nossa Cavalaria em 1942, depois de me haver retirado como seu comandante, e a transformou em outras organizações e unidades fúteis como as de reconhecimento mecanizado, contra o enérgico protesto por mim formulado quando começaram a fazer essa transformação. Além disso, dirigi uma carta ao Secretário de Guerra em Junho de 1942, pouco depois de me ter retirado, chamando a atenção sobre a miserável sabotagem feita à Cavalaria Norte Americana, apelando para que lhe pusesse termo, e citando-lhe o que estava fazendo a Cavalaria Russa: que os resultados iam ser prejudiciais para o nosso país; que tínhamos uma Cavalaria bem organizada, a melhor do mundo, ainda que pequena, baseada nas nossas experiências da Guerra Civil; que suprimir-se essa soberba Cavalaria era quase um crime, porque não se poderia reconstituí-la durante uma emergência, e que teríamos necessidade dela e aplicação a dar-lhe.

Pessoalmente conhecia-o bem. Enviou-me uma carta muito amável de que tenho o original nos meus arquivos. Assegurava-me nela que também queria muito ao cavalo. Em velhos tempos estivera por ele, etc., mas simplesmente, não via já como poderia utilizar alguma Cavalaria nesta guerra, e esperava que eu não me ressentisse demasiado, mas era assim. Naturalmente com isso não fazia mais do que repetir o que lhe diziam os seus conselheiros militares».

Até aqui está transcrito o que foi publicado no *The Rider and Driver*. Além disso, na mesma sessão ante a Sub-comissão das Forças Armadas do Senado, declarei o seguinte:

«Direi também que ainda que em minha opinião tenham suprimido errónea e prematuramente a Cavalaria nesta guerra, quando havia uma grande necessidade de a ter, é eventualmente o Congresso que deve decidir se ela deve ou não reviver. O Departamento de Guerra suprimiu-a pois tinha faculdades para o fazer por ser tempo de guerra. Sòmente quando cadaque a Lei de Defesa Nacional, saberemos o que estabelece o Congresso para a constituição das nossas forças armadas em terra. Creio que quando chegue esse momento, pedirei à Comissão das Forças Armadas que considere o restabelecimento da Cavalaria. Não só eu como também o general Wainwright e o general Truscott e outros estão completamente em desacordo com a ideia de tornar definitivo este erro que consideramos muito grave».

Foi pena que a Comissão das Forças Armadas se reunisse antes da guerra da Coreia para tratar do plano de reorganização. Em 26 de Maio decidiu aprovar o projecto do Departamento de Guerra que excluía a Cavalaria. A Comissão não se reuniu mais do que dois dias para estudar esta reorganização vital e apesar de eu telefonar ao seu representante antes de que se reunissem e lhe pedir para me escutarem, alguns dias mais tarde, enviei um pedido por escrito, mas obtive como resposta uma expressão de pesar por terem recebido

Revista da Cavalaria

a minha carta depois da Comissão ter votado a informação a dar ao Senado sobre a lei para a qual tiveram apenas dois dias de sessões. Isto fez-se contra o meu testemunho anterior. Agora a única probabilidade de fazer reviver a nossa Cavalaria consiste em expressar a verdade sobre o erro e a imperdoável falta de terem arruinado essa Arma; sobre a negativa de Eisenhower em reconstituí-la depois da última guerra apesar da prova clara da sua necessidade e também sobre os esforços astuciosos e furtivos dos conspiradores para ocultá-lo ao público, aos jornais e ao Congresso, e fomentarem a crença de que ela morreu de morte natural, quando na realidade foi estrangulada, levanta-se a voz de muitos dos nossos melhores militares que advogam enèrgicamente a sua reconstrução.

S. B.



Bertrand & Irmãos, L.^{da}

TRABALHOS
TIPOGRÁFICOS
SIMPLES,
E DE LUXO,
REPRODUÇÕES
EM FOTOGRAVURA,
OFFSET
E LITOGRAFIA



Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227
 { 21368

LISBOA



Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra



TRABALHOS TIPOGRÁFICOS
EM TODOS OS GÉNEROS



CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 21450

LISBOA



...Essas poucas páginas brilhantes
e consoladoras que há na História do
Portugal contemporâneo escrevemo-las
nós, os soldados, lá pelos sertões da
África, com as pontas das baionetas
e das lanças a escorrer em sangue...

Joaquim Mousinho



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristovam Ayres de Magalhães Sepulveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Corpeia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares

F.C.

Telefone 31456

LISBOA



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Capitão António S. Ribeiro de Spínola

Capitão José João Henriques de Avellar

Capitão Luiz Pimenta de Castro

Tenente António Gentil Soares Branco

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA

Calçada da Ajuda — Telef. 38167

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 7\$50



SUMÁRIO

BRIGADEIRO AGUIAR FERREIRA		317
O PROBLEMA DOS CHEFES	<i>Capitão Quintino da Costa</i>	325
VISÃO DE NOITE	<i>Capitão Antônio Spínola</i>	329
OS JOGOS OLÍMPICOS DE HELSINKI—A GINÁSTICA	<i>Alfons Mil Robalo Gouveia</i>	335
HIPISMO:		
O HIPISMO NAS OLIMPIADAS	<i>Capitão Valadas Junior</i>	343
PREPARAÇÃO EM OBSTÁCULOS DO CAVALO INVERTIDO	<i>Tenente Rodrigues Mano</i>	350
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
A NOVA ESPINGARDA INGLESA		361
O COMBATENTE DEBAIXO DE FOGO—EXPERIÊNCIAS AME- RICANAS	<i>Coronel Léderrey</i>	363
NOVA ESPINGARDA AUTOMÁ- TICA NORTE-AMERICANA		374



Revista da Cavalaria

13.º ano-n.º 5

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Setembro

BIBLIOTÉCA DO EXERCITO
(Antiga Biblioteca do E. M. E.)

Brigadeiro Aguiar Ferreira

O Exército está de luto pelo trágico falecimento do Brigadeiro Ângelo de Aguiar Ferreira. Com o seu desaparecimento perdeu o Exército, e em particular a Arma de Cavalaria, uma figura eminente, que deixará por largos anos um lugar a preencher.

Há perdas que retardam de tal forma o progresso das ciências, que não podem deixar de ser consideradas, pelas gerações presentes, como irreparáveis.

É o caso do Brigadeiro Aguiar Ferreira no campo da ciência militar.

Da sua privilegiada inteligência, da sua sólida formação profissional, da sua profunda cultura geral e excepcional sentido pedagógico, muito tinha a esperar o Exército e, adentro deste, a sua Arma.

Os seus trabalhos primavam pela clareza, objectividade e método; as suas lições, as suas críticas ou conselhos eram sínteses perfeitas que ficaram conhecidas como exemplos de saber, de lógica e de forma.

Revista da Cavalaria

Na nossa esfera de acção, não podemos deixar de rememorar saudosamente a valiosa colaboração prestada pelo ilustre extinto à causa da *Revista da Cavalaria*, especialmente o amparo moral e autorizado conselho técnico dado nos momentos incertos das primeiras horas e a sua subsequente colaboração na secção «Temas Tácticos», a qual se celebizou, mesmo fora do âmbito da Arma, como precioso elemento de estudo. Muitos dos seus escritos ultrapassaram as fronteiras, tendo sido transcritos em revistas militares estrangeiras.

A *Revista da Cavalaria* interpretando o sentir da Arma a que o ilustre finado dedicou todas as suas privilegiadas qualidades intellectuais, presta sentida homenagem à memória do Brigadeiro Ângelo de Aguiar Ferreira, que por direito próprio passa à posteridade como exemplo de um dos mais dedicados e eficientes servidores da Arma de Cavalaria.





Brigadeiro Aguiar Ferreira

Revista da Cavalaria

Na nossa esfera de acção, não podemos deixar de rememorar saudosamente a valiosa colaboração prestada pelo ilustre extinto à causa da *Revista da Cavalaria*, especialmente o amparo moral e autorizado conselho técnico dado nos momentos incertos das primeiras horas e a sua subsequente colaboração na secção «Temas Táticos», a qual se celebizou, mesmo fora do âmbito da Arma, como precioso elemento de estudo. Muitos dos seus escritos ultrapassaram as fronteiras, tendo sido transcritos em revistas militares estrangeiras.

A *Revista da Cavalaria* interpretando o sentir da Arma a que o ilustre finado dedicou todas as suas privilegiadas qualidades intellectuais, presta sentida homenagem à memória do Brigadeiro Ângelo de Aguiar Ferreira, que por direito próprio passa à posteridade como exemplo de um dos mais dedicados e eficientes servidores da Arma de Cavalaria.





Brigadeiro Aguiar Ferreira

Revista da Cavalaria

PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E LOUVORES DO BRIGADEIRO AGUIAR FERREIRA

1918 - Medalha comemorativa das campanhas do Exército Português «Moçambique, 1914 a 1918» (Dec. 5:060, de 30 de Novembro de 1918).

1919 - Louvado pelo Ex.^{mo} General Comandante da Expedição a Moçambique, pelo excelente trabalho de reconhecimento e exploração do território dos vales dos Rios Ninga e Lugindo, feito por ordem do mesmo senhor, e acertada escolha da posição dos postos a montar para a penetração até ao Nyassa, demonstrando inteligência, desenvolvido espírito crítico e de aventura (O. S. do Quartel General da Expedição a Moçambique n.º 31 de 12-6-919).

1922 - Terceiro prémio no Concurso Hípico Regimental em 23 de Novembro de 1922.

1923 - Primeiro prémio no Concurso Hípico Regimental de 1923.

1924 - Louvado pela forma inteligente como se desempenhou das várias instruções de que foi incumbido, mostrando sempre o maior zelo e boa vontade para que a instrução geral e as especialidades a seu cargo atingissem um grau de perfeição digno de apreço (O. S. do R. C. 7 n.º 211, de 1924).

1925 - Terceiro prémio no Concurso Hípico Regimental no ano de 1925.

- Condecorado com o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Aviz (O. E. n.º 21 - 2.ª S. - de 1925).

1926 - Terceiro prémio na prova hípica a «Corta-Mato» que se realizou no R. C. 8 em 28-10-926.

1929 - Medalha de prata da classe de Comportamento Exemplar (O. E. n.º 5 - 2.ª S. - de 1929).

- Louvado pela maneira como desempenhou as funções de ajudante de campo do Ministro da Guerra, demonstrando, a par de muita dedicação e lealdade, muito zelo e actividade no cumprimento de ordens do mesmo Ministro (O. S. n.º 10 - 2.ª S. - de 1929).

1930 - Louvado pela maneira inteligente e acertada como se desempenhou da missão que lhe foi incumbida na Comissão encarregada de estudar e propor o material de guerra que com mais urgência convém adquirir (O. E. n.º 20 - 2.ª S. - de 1930).

1931 - Louvado pela muita dedicação, lealdade e proficiência com que desempenhou os múltiplos serviços de que foi encarregado na Repartição do Gabinete do Ministro (O. E. n.º 1 - 2.ª S. - de 1931).

1932 - Louvado pelo bom critério e competência revelados nos assuntos militares entregues ao seu estudo e pelo zelo, dedicação e lealdade evidenciados no desempenho do seu cargo como adjunto da inspecção das tropas de comunicações (O. S. da I. T. C. de 19-4-932).

1935 - Promovido a oficial da Ordem Militar de Aviz, por Dec. de 11 de Novembro de 1935 (O. E. n.º 20 - 2.ª S. - de 1935).

Revista da Cavalaria

1936 – Louvado pela sua activa e inteligente colaboração nos trabalhos de maior vulto da C. T. C., especialmente nos que estiveram a cargo da denominada Sub-Comissão, revelando-se sempre oficial muito sabedor e muito dedicado à arma a que pertence e, ainda, pelo brilho que imprime aos trabalhos a seu cargo, postos em destaque no Q. G. da B. C. em exercícios no Outono de 1936, e, ultimamente numa conferência no R. C. 7 a que assistiu como Director da Cavalaria (O. S. da D. A. C. n.º 40, de 1936).

1938 – Louvado pela inteligência e faculdades de trabalho que revelou no desempenho de todos os serviços de que foi incumbido e pela orientação, método e proficiência com que ministrou a instrução aos oficiais da unidade, serviço este em que manifestou as suas elevadas qualidades de oficial distinto e muito sabedor (O. S. do R. C. 7 de 6-9-938).

1939 – Louvado pela muita dedicação e interesse que revelou durante a instrução das praças disponíveis, de que foi o director, e na preparação e execução dos exercícios de conjunto realizados na Guarnição de Lisboa nos dias 11, 12 e 13 do corrente, e pelas provas de especial competência dadas na organização de todos os serviços a seu cargo enquanto desempenhou as funções de comandante de Grupo, firmando assim mais uma vez, o justo conceito em que é tido como oficial muito culto, superiormente competente e distintíssimo da arma de cavalaria (Nota n.º 1.895 do R. C. 7, de 22-10-939) (O. Escolar da Escola do Exército n.º 297 de 1939).

– Louvado, sendo adjunto do Regimento de Cavalaria que tomou parte nos exercícios de disponíveis, pela muita dedicação e interesse que revelou durante a preparação e execução dos exercícios e provas de excepcional competência dadas na organização de todos os serviços a seu cargo; manifesto zelo, bom senso, qualidades de iniciativa e esclarecida inteligência, aliadas a uma actividade dignas de nota especial, que confirmam mais uma vez o elevado conceito em que é tido como oficial muito culto, superiormente competente e distintíssimo da arma de cavalaria (Art. 6.º da O. S. do Q. G. do G. M. L., n.º 282, de 1939).

1940 – Louvado por como membro da Comissão Técnica da Arma de Cavalaria, da qual vem fazendo parte há longos anos, ter sempre manifestado notável zelo e dedicação, a par de superior competência profissional e muita inteligência em todos os trabalhos de que foi incumbido ou dos quais teve a iniciativa, especialmente os referentes à elaboração dos Quadros Orgânicos das Unidades de Cavalaria, Regulamento da Metralhadora Madsen e das Instruções para o Emprego dos Grupos de Cavalaria, serviços estes que devem ser considerados como importantes para o progresso e aperfeiçoamento da Arma a que pertence (O. S. da D. A. C. — Nota n.º 351 do R. C. 7).

1941 – Louvado pela forma dedicada e distinta como durante cerca de onze anos desempenhou as funções de professor adjunto da 15.ª cadeira da Escola do Exército, que por vezes regeu interina-

Revista da Cavalaria

mente. No exercício das suas funções revelou, a par de uma inextinguível dedicação e competência profissional, assinalados dotes de bom senso pedagógico e de excelente educador, contribuindo assim poderosamente para a boa preparação e espírito militar das gerações de oficiais de cavalaria que cursaram a escola desde 1931, serviços estes que devem ser considerados como importantes e extraordinários por contribuírem para o bom nome da Escola e lustre do Exército (O. E. n.º 3-2.ª S. - de 1941).

- Condecorado com a medalha militar de prata da classe de Bons Serviços, por se encontrar ao abrigo da alínea a) do § 2.º do art. 8.º com referência à última parte do art. 10.º do Regulamento da Medalha Militar; Portaria de 4 de Março (O. E. n.º 5-2.º S. - de 1941).

- Prémio Augusto Osório — 1933 —, do art. «Os G. C. na Marcha para a Batalha», publicado na Revista Militar (Nota da 1.ª Secção da 1.ª Rep. da 1.ª D. G. do Ministério da Guerra, n.º 974, de 11 de Junho de 1941).

1942 - Louvado pela muita competência, grandes qualidades de trabalho, muito critério, inextinguível correcção e muita lealdade com que tem desempenhado o cargo de Chefe do E. M. da 2.ª Brigada de Cavalaria, tornando-se pelas suas qualidades militares um valioso auxiliar do comandante e um oficial que prestigia a arma a que pertence (O. S. do Q. G. da 2.ª B. Cav.ª n.º 76, de 1942).

- Louvado pela forma distinta como tem desempenhado neste Governo Militar vários serviços de que tem sido encarregado, nomeadamente durante os exercícios finais de recrutas de 1941 e no corrente ano em que desempenhou as funções de Chefe do E. M. da direcção dos exercícios, demonstrando a par de uma lúcida inteligência profundos conhecimentos não só da sua como das outras armas e do serviço do Estado Maior, muita ponderação e grandes faculdades de trabalho, o que junto ao seu belo mas firme carácter, o faz considerar como um colaborador do comando do mais alto valor (O. S. do Q. G. do G. M. L. n.º 153, de 1942, transcrita na O. S. do Q. G. da 2.ª B. Cav.ª n.º 87, de 1942).

- Louvado pela maneira distinta como tem desempenhado o cargo de Chefe do Estado Maior da 2.ª Brigada de Cavalaria, aliando à sua muita competência e dedicação pelo serviço grandes qualidades de ponderação, lealdade e inteligência o que junto a uma grande capacidade de trabalho e método o tornam um chefe do Estado Maior bem digno dos justos louvores que na Brigada lhe têm sido conferidos (Art. 1.º da O. S. do Q. G. da 2.ª Brigada de Cavalaria, 130 de 1942).

1943 - Louvado pelo Ex.^{mo} General Director do Instituto de Altos Estudos Militares pela sua grande dedicação pelos cursos de promoção a major das armas das quais dá o melhor do seu esforço intelectual e grande saber mantendo sempre em elevado nível e actualizado, o curso que rege tornando-se deste modo um valioso elemento nos referidos cursos. (Nota n.º 612 de 11 de Setembro de 1943 do I. A. E. M. publicado no art. 2.º da O. S. do Q. G. da 2.ª Brigada de Cavalaria, n.º 66 de 1943).

Revista da Cavalaria

- Louvado por ter no exercício das suas funções de Chefe do Estado Maior da 2.^a Brigada de Cavalaria, e no desempenho de vários serviços para que tem sido escolhido, nomeadamente os de Chefe do Estado Maior da direcção dos exercícios finais de recrutas de 1941, 1942 e 1943, revelado lúcida inteligência, profundos conhecimentos, grandes faculdades de trabalho, aliados à muita ponderação e firmeza de carácter, contribuindo assim para o melhor rendimento e bons resultados desses exercícios, pelo que devem estes serviços ser considerados extraordinários e importantes. (O. E. n.º 13-2.^a S. - de 1943, transcrito na O. S. do Q. G. da 2.^a B. Cav. n.º 72 de 1943).

- Condecorado com a medalha militar de prata da classe de Bons Serviços, por ter sido julgado ao abrigo da alínea a) do § 2.º do art. 8.º, com referência à última parte do art. 10.º do Regulamento da Medalha Militar. (Publicado nas O. E. e O. S. anteriormente mencionadas).

1944 - Condecorado com o grau de Comendador da Ordem Militar de Aviz (O. E. n.º 14-2.^a S. - de 1944).

- Louvado pelo Ex.^{mo} General Governador Militar de Lisboa pela absoluta lealdade, muita competência, acendrado zelo e dedicação pelo serviço, demonstrados durante o exercício do cargo de Chefe do Estado Maior da 2.^a Brigada de Cavalaria, agora extinta, predicados estes que têm sido reconhecidos no desempenho dos mais variados serviços de que tem sido incumbido e que o classificam como oficial do mais alto valor. (O. S. do Q. G. do G. M. L. n.º 296 de 1944, transcritos na O. S. do Q. G. da 2.^a Brigada de Cavalaria n.º 82).

1945 - Por expresso desejo de Sua Ex.^a o Ministro da Guerra foi louvado pelo Ex.^{mo} Director dos Serviços de Censura Militar Postal-Telegráfica, pelo zelo, dedicação ao serviço, espírito de camaradagem e plena noção dos seus deveres militares, manifestados durante o tempo que prestou serviço na Censura Militar, contribuindo assim com os seus camaradas, para os excelentes resultados de tão ingrata e árdua missão. (Nota n.º 265 da C. M., de 6-10-45 e O. R. do R. C. 7 n.º 283, de 1945).

- Louvado por Sua Ex.^a o General Director do Instituto de Altos Estudos Militares, pela profundidade e conhecimentos e precisão de métodos de trabalho, os quais forçosamente impõem aos tirocinantes o prestígio e a segurança da doutrina professada nos Cursos de Promoção. (O. S. n.º 236 do I. A. E. M. e O. S. n.º 286 do R. C. 7 de 1945).

1946 - Louvado por Sua Ex.^a o General Governador Militar de Lisboa, pelas qualidades militares e cívicas mais uma vez manifestadas no comando do seu Regimento, a que já tem prestado assinalados serviços com o seu bom critério, muita competência, zelo, dedicação e inteligência, o que tudo perfaz um conjunto de predicados que o tornam um distinto oficial da sua Arma, e concorre para que seja considerado um auxiliar dos mais prestimosos do Governador Militar de Lisboa. (O. Esp. do G. M. L. n.º 1, de 28-6-46).

Revista da Cavalaria

— Condecorado com a medalha de Mérito Militar de 2.^a classe. Supl. à O. E. n.º 10 — 2.^a S. — de 1946).

1947 — Louvado por Sua Ex.^a o General Director do Instituto de Altos Estudos Militares, por proposta do Ex.^{mo} Director do Curso de Promoção das diversas armas e serviços, exarada no seu relatório do ano lectivo de 1946/1947, datado de 20 do corrente ano, pela forma inteligente e proficiente alicerçada numa sólida cultura geral e militar, como, em cursos sucessivos conduziu a instrução dos oficiais tirocinantes, despertando-lhes o interesse pelas questões militares e assegurando-lhes notável equilíbrio aos seus conhecimentos.

1948 — Louvado por Sua Ex.^a o Brigadeiro Governador Militar Interino, pela forma brilhante e criteriosa como exerceu durante mais de três anos, as funções de comandante do Regimento de Cavalaria n.º 7, cargo onde revelou possuir excepcionais faculdades de trabalho, inteligência superior e bem orientada, elevada competência técnica e superiores qualidades de instrutor dando sobejas honras de ser um oficial distinto, muito dedicado e zeloso pelo serviço, de uma inexcusável lealdade e de um verdadeiro entusiasmo pela arma a que pertence, sendo assim com toda a justiça merecedor do alto apreço em que é considerado. (Art. I da O. S. n.º 199 do Q. G. do G. M. L. de 27-8-948 — O. S. n.º 241 do R. C. 7 de 28-8-948).

— Louvado por Sua Ex.^a o Ministro da Guerra pela forma notável como exerceu o comando do Regimento de Cavalaria 7, obtendo, a par de uma disciplina consciente e de grande corecção e aprumo dos seus subordinados, um elevado grau de instrução, que orientou, dirigiu e ministrou com elevado grau confirmando ser um oficial muito culto, sabedor e inteligente e revelando possuir notáveis qualidades de chefe. (O. E. n.º 9 — 2.^a S. — de 1948).

1950 — Louvado por Sua Ex.^a o General Director da Arma de Cavalaria, pela forma inteligente e criteriosa como tem exercido o comando fazendo-se sentir a sua acção, em todos os ramos de actividade da Escola, no aprumo e correção dos seus subordinados, no ambiente criado, propício a desenvolver o gosto de bem servir, na orientação de toda a instrução, conseguindo com o seu exemplo, com as suas faculdades de trabalho e excepcional saber, obter resultados dignos de nota, impondo-se assim ao respeito e admiração dos seus inferiores e à consideração dos seus superiores, demonstrando mais uma vez as suas grandes qualidades de chefe. (O. S. da E. P. C. n.º 55 de 1950 e O. S. n.º 10 da D. A. C. de 1950).

— Condecorado com o grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz. (O. E. n.º 6 — 2.^a S. — de 23 de Maio de 1950).

— Louvado por Sua Ex.^a o General Director da Arma de Cavalaria pela muita competência, pela sua inexcusável educação, pelas suas notáveis qualidades morais e pelas suas faculdades de trabalho e saber que completamente tem posto ao serviço da sua Arma, confirmando mais uma vez, ser um oficial distinto e reunir as grandes qualidades de um chefe. (O. S. da E. P. C. n.º 175 de 1950).

Revista da Cavalaria

—Louvado porque no desempenho do cargo de comandante da Escola Prática de Cavalaria, e ainda em outras Comissões de serviço de que tem sido incumbido sempre se tem afirmado como oficial de vasta cultura militar, notável inteligência, excepcionais virtudes morais e inquebrantável dedicação ao Exército e ao País, prestando-lhe serviços que devem ser considerados muito distintos, extraordinários e altamente relevantes. (O. E. n.º 10-2.ª S. - de 25 de Agosto de 1950).

—Condecorado com a medalha militar de prata de Serviços Distintos. (O. E. n.º 10-2.ª S. - acima referida).



O PROBLEMA DOS CHEFES

pelo Capitão QUINTINO DA COSTA

Interessante este problema: o dos chefes; interesse com extensão e profundidade a justificar vasto estudo que não cabe no âmbito destes trabalhos, e para o qual certamente os nossos recursos não chegariam. Mas os espíritos ávidos de curiosidade construtiva dos que nos lêem saberão por certo satisfazer pela leitura quanto neste trabalho sem bravata lhe possamos sugerir.

Comandar, é levarmos indivíduos a cooperar com espontâneo e vigoroso espírito de solidariedade numa obra comum de alto interesse social.

De modo mais restrito, comandar é fazer agir, dirigindo a acção no sentido da missão recebida. É esta a acção de comando que os regulamentos militares nos apontam como preceito essencial.

Seja, porém, qual for a extensão do significado, o certo é que o acto de comandar implica a existência de duas classes de indivíduos: uns que mandam e outros que obedecem. Os primeiros são os chefes e devem naturalmente constituir o escol. Os segundos formam a massa anónima objecto das principais preocupações dos chefes. E é à breve análise da parte dessa massa populacional que vem subindo até às fileiras da Força Armada que dedicamos este trabalho.

Sabe-se que a Juventude tem características próprias. Como regra geral o jovem é mais confiante, mais ousado do que o adulto de idade madura, facto que se explica pelas maiores forças disponíveis e ainda por sentir próximo o período feliz da infância cujas recordações raras vezes se associam a perigos sérios.

Podem distinguir-se dois períodos sucessivos na adolescência. No primeiro, o jovem espraia-se nos seus pensamentos, é um entusiasta,

Revista da Cavalaria

e sente necessidade instintiva de amizade, de confiança, de nobreza. Por vezes esta necessidade manifesta-se de tal forma que o jovem segue o primeiro que se arvora em chefe fazendo simplesmente apelo à sua lealdade. Por isso os movimentos da Juventude vingam e prosperam rapidamente. O homem já feito, dispondo de uma vida menos livre, geralmente com família constituída, é obrigado a maior subordinação à sua profissão, o que implica para a sua personalidade moral um complexo difícil de mudar, cada vez que toma uma resolução. Por outro lado, a experiência e a penetração na vida são sempre acompanhadas por bastantes decepções que tornam o homem mais prudente, quando não desconfiado ou mesmo intimidado perante uma empresa colectiva, embora informada pelas finalidades mais eminentemente patrióticas, como seja o Exército. Semelhante facto não facilita de modo algum a acção de quem recebe nas fileiras do Exército e da Armada uma Juventude que pelo deformado sentimento colectivo que possui, e pelo desejo de servir tantas vezes minimado pelos seus maiores, se torna difícil de ser comandada. A Juventude não admira nem deseja a moderação. Para ela só existem soluções totais, perfeitas e definitivas. Os problemas militares, como os económicos, os políticos e os sociais só não encontraram ainda solução por motivo do desleixo e pela falta de coragem das gerações passadas, quando não pela tibieza e incapacidade dos chefes da própria época.

No segundo período da adolescência, a vida não se apresenta da mesma forma. As primeiras experiências de acção choca com os piores defeitos da idade madura, e se por acaso, o jovem teve a infelicidade de ser conduzido por um falso chefe, terá esbarrado com a ambição, com a cupidez, e com tantos outros defeitos a caracterizarem aquele que havia colocado tão alto. Observa então, com espanto, a indiferença com que a maioria dos indivíduos continua submetendo-se, assiste com desespero ao progresso lento da resistência passiva do Universo, contra tudo o que no seu espírito surgiu como injustiça. É por isso que tantas vezes, em lugar de um homem bem formado não encontramos mais do que um cínico, tão cínico agora como outrora fora entusiasta. Dificuldades de alcançar o fim almejado, transições de amor e de amizade, indiferença dos mais velhos e dos chefes, constituem decepções que a Juventude por pudor dissimula, mas nunca esquece nem perdoa. Somos nós, os chefes de uma hierarquia militar a quem a lei confia a Juventude da Nação no seu estágio mais adiantado, quem pode mostrar a esses mancebos por vezes descrentes e até envelhecidos de espírito, como a vida é prometedora para todo aquele que saiba en-

Revista da Cavalaria

cará-la com honesta realidade, e seja capaz de viver com galhardia e nobreza. Nada mais belo do que iluminar o caminho a alguém. E quando o Exército lograr que a sua luz se projecte de modo construtivo na vida de todos aqueles que passam pelas fileiras, boa parte da nossa missão de paz estará cumprida.

— Há quem conteste a existência de chefes, mas basta a simples observação para nos mostrar tratar-se de um fenómeno natural. Sempre que se verifica uma associação voluntária de pessoas, surge naturalmente um a quem cabe a responsabilidade de dirigir. Nos próprios irracionais se observam fenómenos semelhantes. Todas as manadas têm um chefe que é seguido voluntariamente pelos outros.

Os profetas russos da doutrina comunista ao proclamarem a igualdade absoluta, anunciaram o desaparecimento dos chefes, entregando o poder do comando à colectividade e não a indivíduos. Sem dúvida, se tem observado uma evolução, que ainda não parou, na forma de compreender a autoridade. Temos como ambição geral um regime onde as fantasias e as paixões desregradas daqueles que comandam sejam reduzidas a um mínimo de nocividade, onde os gestos dos chefes sejam altamente inspirados pelo interesse geral e nunca pelos seus caprichos ou fantasias.

É incontestável que num agrupamento, qualquer que ele seja, militar ou civil, será tanto mais facilmente comandado quanto maior for a aceitação geral do regulamento aplicado. Mas isso não nos pode levar até à ilusão de que a máquina social se tornará de tal modo perfeita que indiferentemente se possa incumbir qualquer indivíduo das funções de chefe.

Pelos princípios fundamentais do regime soviético na Rússia, os chefes, delegados dos soviets da aldeia, das fábricas, dos distritos, das províncias, não deveriam exercer estas funções mais de seis meses. Deste modo esperavam eles evitar a reconstituição de uma classe privilegiada e reduzir ao mínimo os inconvenientes do «instrumento de opressão» que nós conhecemos por autoridade.

Mas a necessidade, na Rússia como em toda a parte, acaba sempre por impor as suas leis, e semelhantes disposições parece não constituírem hoje mais do que vagas recordações de uma teoria falhada.

A lógica das coisas confirmada pela observação elementar, mostra-nos que quando um indivíduo, pela sua vontade, pela sua inteligência, pela energia, conseguiu criar alguma coisa, será sempre um chefe, investido ou não de poder, particularidade esta tanto mais secundária quanto a missão se situar na política sectária.

Revista da Cavalaria

Mouzinho, nem mesmo quando não conseguiu encontrar a geração que ele tão altamente servia deixou de ser o grande chefe cujas virtudes o tempo parece avolumar.

É possível formar chefes mas não é num torno que eles se fabricam. Necessitam de sabedoria, de experiência na condução de homens, de capacidade de iniciativa, de coragem e tantos outros predicados que seria ridícula, se não fosse ingênua, a pretensão de mudar de chefe todos os seis meses, com o mesmo espírito de quem muda regularmente de camisa. Pelo contrário, os agrupamentos humanos esclarecidos tendem a conservar os seus chefes, particularmente nos períodos críticos, porque a sua experiência, o seu conhecimento mais real das coisas e dos homens, os habilitam com uma competência capaz de conquistar a confiança de quem é conduzido.

Esclarecidos sobre a existência dos chefes, põe-se-nos o problema: poderemos formar chefes? Não se podem formar chefes eminentes porque isso constitui virtude rara apenas observada nos indivíduos que conseguem reunir à inteligência um conjunto de qualidades superiores, das quais a hereditariedade não é a de menor importância. Não obstante, todo o indivíduo possui certa plasticidade que lhe permite adaptar-se a condições de vida nova, particularmente quando essa plasticidade é explorada no período próprio: o formativo. Se durante este período o indivíduo pode adquirir hábitos que o colocam à vontade dentro de qualquer profissão, por que razão não podemos dar àqueles que se destinam a funções de chefia, determinados hábitos mentais? Não será este o principal fundamento pedagógico do Colégio Militar, e a justificação doutrinária para a preferência dada aos seus alunos no acesso à carreira das armas?

Formar chefes é, sem dúvida, trabalho árduo e delicado, mas não impossível.





VISÃO DE NOITE

pelo Capitão ANTÓNIO SPÍNOLA

A história da última Guerra Mundial apresenta-nos vários exemplos de combates nocturnos, realizados com pleno êxito pelas tropas americanas, que, não raras vezes, ocuparam durante a noite posições consideradas inexpugnáveis.

Este facto, levou o exército americano a dedicar particular atenção à instrução de visão nocturna, procurando por todas as formas aumentar a acuidade visual da tropa durante a noite e nesse sentido se realizaram curiosos estudos e experiências.

Os resultados de vários testes a que foram submetidos os soldados americanos, mostram que 99% das pessoas conseguem ver só com a luz das estrelas, podendo esta percentagem escalonar-se em cinco categorias, fazendo parte da primeira os indivíduos com visão dez vezes melhor que os agrupados na última.

Experiências realizadas com indivíduos de raças diferentes mostraram não existir diferenciação entre raças no referente a visão. Notou-se, porém, que indivíduos com falta de vitaminas A e B ou atacados de determinadas doenças como constipações, enxaqueca ou fadiga, apresentam uma sensível diminuição de vista durante a noite, a qual é ainda reduzida pelo uso de narcóticos, como o excesso de tabaco ou de bebidas

Revista da Cavalaria

alcoólicas. As pessoas de idade demoram mais tempo a adaptar-se à escuridão e há mesmo algumas que nunca o conseguem.

Apenas no intuito de se divulgarem algumas normas práticas aplicadas na instrução de visão nocturna, daremos uma ideia genérica da técnica preconizada nos regulamentos americanos.

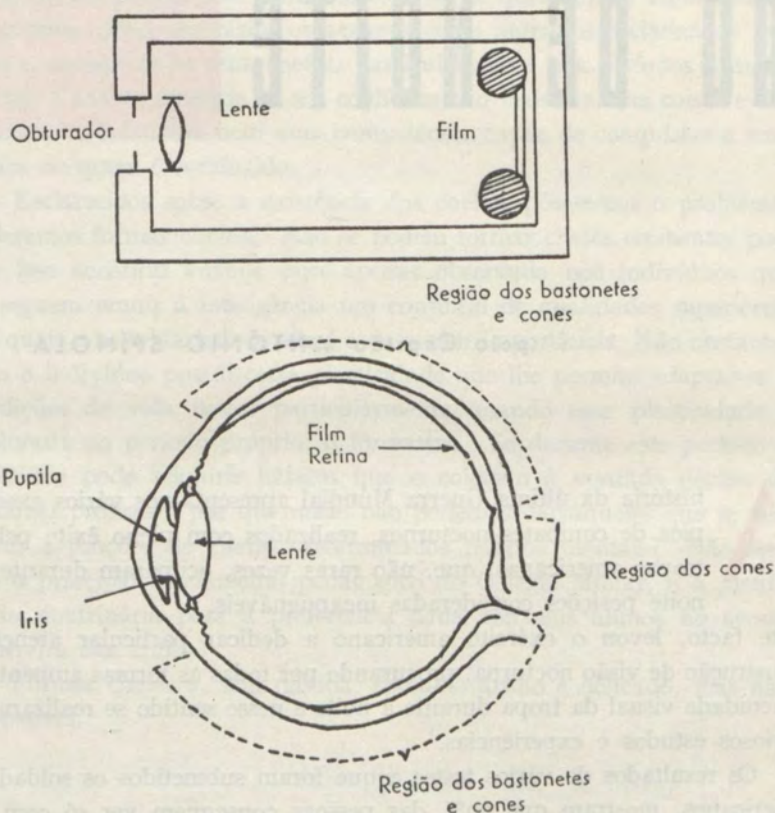


Fig. n.º 1

A vista é semelhante a uma câmara

Conforme se verifica facilmente na Fig. 1 o olho e uma câmara fotográfica têm comportamento, de certo modo, semelhante. Ambos têm uma lente, um diafragma para regular a abertura da lente e uma placa sensível que reage à luz e fixa a imagem. A abertura da lente auxilia a focar o objecto.

Revista da Cavalaria

A iris do olho corresponde ao diafragma da câmara e a retina ao filme.

Na câmara a luz entra através da lente e a imagem é focada sobre o filme, o qual, conforme o tipo empregado, apresenta diferentes sensibilidades à luz.

No caso do olho a luz entra pelo cristalino e a imagem forma-se na retina que por sua vez apresenta zonas com diferentes sensibilidades à luz.

Vejamos como trabalham os olhos.

De dia o cristalino foca a imagem na parte central da retina, região esta onde se encontram células em cone, denominadas: *cones*. Estas células só funcionam quando a claridade é maior do que a originada por uma brilhante meia lua.

De noite o cristalino foca as imagens noutra região da retina, localizada fora da região dos cones, onde se encontram células alongadas com a forma de bastonetes, que se denomina, *região dos bastonetes* da retina e as suas células só funcionam quando a claridade é inferior à que provém de uma brilhante meia lua.

Para que se possa ver de noite torna-se necessário adaptar primeiramente estas células — bastonetes —, somente sensíveis a uma luz ténue. É preciso preparar o seu funcionamento para se alcançar maior sensibilidade.

Durante o período de adaptação ao escuro tem lugar uma troca na retina. Os bastonetes fabricam um produto químico chamado rodopsina, que habilita a retina a ver de noite.

Para conseguir a adaptação ao escuro, é necessário permanecer-se 30 minutos num quarto completamente fechado. Outro processo, seguido com resultado, consiste em usar óculos de vidros vermelhos durante 20 minutos e seguidamente permanecer 10 minutos em escuridão completa.

Uma vez que os olhos se encontrem adaptados à escuridão, os bastonetes estão em condições de registar a ténue claridade que os objectos emitem de noite, mas, por hábito o cristalino continua a focar as imagens na parte central da retina onde se encontram as células cónicas, que somente se tornam sensíveis para a luz do dia.

Há, por conseguinte, que conseguir a focagem das imagens na região sensível dos bastonetes, para o que não se deve olhar directamente para o objecto, mas sim para perto dele.

Como esta região não está igualmente sensibilizada, devem-se fazer tentativas até se encontrar a zona mais sensível que pode estar de um

Revista da Cavalaria

ou outro lado da parte central, por cima ou por baixo. Esta prática denomina-se: *visão descentrada*.

A maioria das pessoas apresenta a zona sensível da região dos bastonetes situada de forma a obter a sua maior visão, quando olhem numa direcção 6 a 10 graus acima do objecto (vidé fig. 2).

Conseguida a adaptação da vista à escuridão e praticada a visão descentrada torna-se necessário, ainda, aprender a perscrutar de noite, o que consiste em fazer movimentos bruscos com os olhos por cima e à

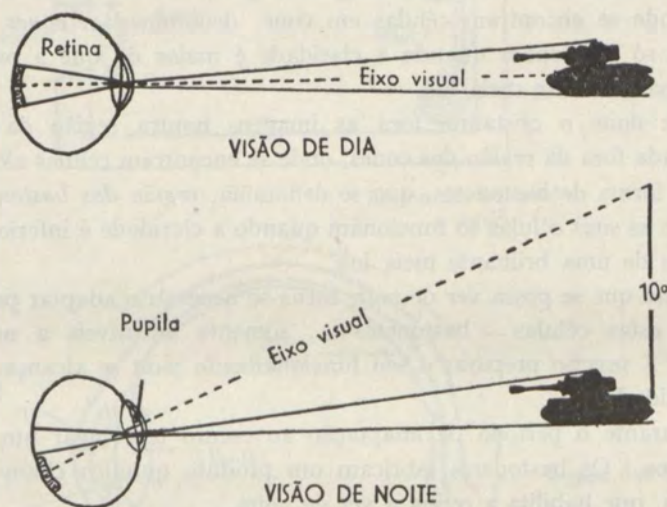


Fig. n.º 2

Visão de dia: — A vista olha directamente para o objecto

Visão de noite: — Para ver um objecto deve olhar-se um pouco para cima dele — visão descentrada

volta do objecto que se pretende ver. A figura 3, mostra a maneira correcta como se deve perscrutar para se ver um carro de combate situado no meio da figura.

O tracejado representa o movimento dos olhos e as cruzes representam as paragens do movimento. Enquanto se estiver a perscrutar, a atenção deve estar completamente dirigida no sentido do objecto.

O tempo em que se pode ver continuamente um objecto, varia de pessoa para pessoa. Normalmente, oscila entre 4 a 6 segundos. Passado este tempo os bastonetes cansam-se, suspendendo o fabrico de

Revista da Cavalaria

rodopsina o que origina deixar-se de ver o objecto. Quando tal suceda deve-se pestanejar muitas vezes para procurar a lubrificação dos olhos e diminuir-lhes a fadiga.

Na fase final da instrução importa obter-se o desenvolvimento da *confiança* do indivíduo, o que, sob o aspecto de rendimento prático no

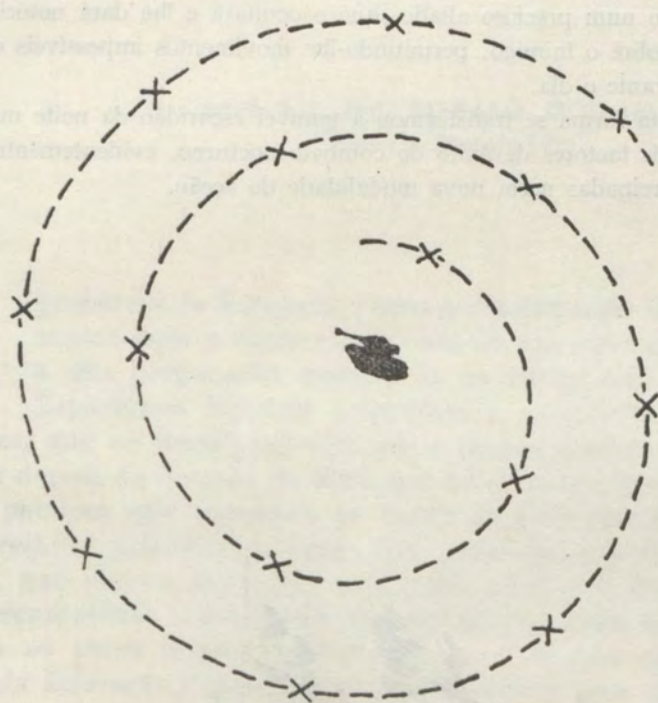


Fig. n.º 3

Como perscrutar de noite

combate, é tão importante como a adaptação ao escuro, a visão des-
centrada ou a perscrutação.

Como se está habituado a ver de dia, o cérebro só está familiarizado com imagens de contornos bem definidos e de cores claras. Na escuridão o cérebro é impressionado por imagens fracas com muito pouco ou nenhum contraste de cor, o que origina a formação de um estado de dúvida que se repercute, evidentemente, nas reacções psíquicas do indivíduo.

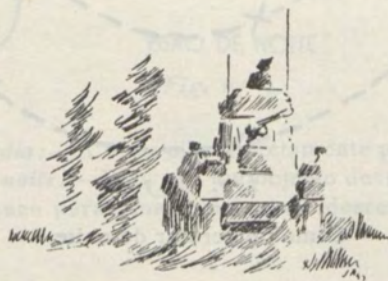
Revista da Cavalaria

Há, por isso, que desenvolver a *confiança* do indivíduo, levando-o a acreditar no que os seus olhos descortinam.

Só a muita prática de exercícios nocturnos conduzidos com perfeito conhecimento da técnica da visão de noite, poderá aumentar esta visão, desenvolvendo a confiança do indivíduo nas suas possibilidades de acção durante a noite.

O combatente bem treinado na visão nocturna transformará a escuridão num precioso aliado, que o ocultará e lhe dará notória vantagem sobre o inimigo, permitindo-lhe movimentos impossíveis de realizar durante o dia.

Desta forma se transformou a temível escuridão da noite num dos principais factores de êxito do combate nocturno, evidentemente, para tropas treinadas nesta nova modalidade de acção.



OS JOGOS OLÍMPICOS DE HELSÍNQUIA

A GINÁSTICA

pelo Alf. Mil. ROBALO GOUVEIA

Professor de Educação Física

O problema da Educação Física é um dos mais importantes para o desenvolvimento de um povo e para a sua preparação militar. Já na antiga Grécia os Espartanos ligavam importância primordial aos desportos, que os transformavam em soldados modelos. Os alemães depois da derrota de Iena, por intermédio de Ghan, grande patriota que concebeu as bases da ginástica alemã de aparelhos, procuraram fazer uma cuidada preparação atlética, que elevou sensivelmente a sua eficiência militar.

Presentemente o problema desportivo preocupa os povos não só pelos benefícios fisiológicos e morais que a prática da Educação Física produz, mas também pela necessidade de se obterem homens fortes capazes de pegar em armas se necessário for.

Os Jogos Olímpicos de Helsínquia, saíram um pouco dos ideais preconizados pelo barão Pierre de Coubertini, transformaram-se numa competição política em que as Nações se degladiaram, bem sabemos que desportivamente, principalmente com o fito da propaganda e não com o verdadeiro ideal desportivo. As nações mais fracas, mais pequenas, também compareceram e quiseram provar que tinham gente forte e direito à vida. Ainda outras, se não bateram récorde ou não ganharam medalhas de ouro, também quiseram demonstrar que existiam e procuravam tornar-se fortes.

Revista da Cavalaria

Muito tem sido criticado o Comité Olímpico Português e a delegação de atletas portugueses. Nós sabemos que houve erros e faltas, sim, é verdade, mas para eles é necessária uma crítica construtiva e não como quase todas, destrutiva. Criticar é muito fácil mas fazer melhor é sempre difícil!...

Os resultados obtidos pelos atletas portugueses não foram brilhantes, é facto, mas de forma alguma foram ridículos ou de molde a envergonharem-nos. Certamente, todos



*Equipa de ginástica representativa de Portugal
nos Jogos Olímpicos de 1952*

os atletas e dirigentes à saída de Lisboa não tinham ilusões quanto aos resultados e estes não foram piores do que aqueles que se esperavam.

Estamos plenamente convencidos que os 80 Olímpicos portugueses prestaram um bom serviço ao País. Os resultados técnicos, como já dissemos, não foram brilhantes, mas a simpatia e a curiosidade que despertámos, a afirmação pela nossa presença de que nós também olhámos para o problema desportivo e que também queremos valorizar a nossa raça, supriram bem os resultados. Necessariamente

Revista da Cavalaria

que não era com uma representação de 4 ou 5 que isto se podia fazer mas sim com uma delegação relativamente grande.

Se fôssemos só meia dúzia, podíamos ter tido a alegria de ouvir dizer que Portugal tinha sido uma das três Nações que melhor desfilou e melhor presença manteve na inesquecível cerimónia da inauguração dos Jogos? Não foi isto uma afirmação agradável para o nosso País!... A despedida que o povo finlandês nos fez prova bem a simpatia que Portugal lhe mereceu.

Quando chegámos a Portugal e lemos algumas críticas bem como outras que se seguiram, entristecemos-nos pela incompreensão que elas demonstram e até algumas pela mentira que encerram ... É sempre assim «preso por ter cão, preso por não o ter ...» se tivessem ido poucos atletas, não faltaria quem criticasse e como foram em número razoável e aliás merecido não faltou também quem criticasse a qualidade e quantidade... Apesar de tudo, nós orgulhámo-nos de ter concorrido aos Jogos Olímpicos e ficámos com a firme certeza que fomos úteis à nossa Pátria, bem como todos os camaradas da delegação Olímpica.

Procuremos aproveitar os ensinamentos colhidos e pô-los em prática, trabalhando para o progresso do Desporto Nacional e fortalecimento da raça.

Algumas considerações sobre a ginástica

As provas masculinas compareceram 29 Nações num total de 212 concorrentes. daquelas, somente 23 formaram equipa, pois a Argentina, Espanha, Cuba, Bélgica, Índia e África do Sul não tinham ginastas em número suficiente para as formar.

Tanto por equipas como individualmente a Rússia obteve o 1.º lugar, conseguindo também classificar sete ginastas entre os onze primeiros e o oitavo em 78.º, tendo sido 3.º em argolas.

Logo na véspera da prova, depois do treino, os russos tornaram-se favoritos, pois mostraram extraordinária segu-

Revista da Cavalaria

rança e fôlego treinando 3 horas consecutivas e repetindo os exercícios várias vezes.

Estamos convencidos que os russos, há muito tempo não faziam outra coisa que não fosse ginástica em obediência ao seu plano de propaganda. É impossível um indivíduo que tem o seu trabalho, conseguir resistência para um treino daqueles na véspera das provas. Os ginastas suíços que se classificaram em 2.º, disseram-nos que não poderiam fazer um treino assim e confirmaram a nossa opinião de que os ginastas russos certamente durante muito tempo só se preocuparam com a preparação ginástica.

Indiscutivelmente mereceram o 1.º lugar por equipas mas também é verdade que foram algumas vezes beneficiados, principalmente em paralelas.

Na classificação individual, o suíço Stalder que foi 3.º, ficaria provavelmente em 2.º ou talvez em 1.º em vez de respectivamente os russos Chaguinian e Tchoukarine se não tivesse havido um certo auxílio do júri.

As surpresas das provas foram dadas pelo Japão e os Estados Unidos da América. O Japão apresentou uma equipa de cinco elementos muito bons conseguindo o 5.º lugar por Nações tendo sido muito prejudicado pelo júri, talvez por não ter nenhum representante a pontuar. Os americanos conseguiram o 8.º lugar à frente de Nações consagradas dentro da ginástica aplicada tal como a França e a Itália que se classificaram respectivamente em 12.º e 10.º.

A Alemanha procura ressurgir e colocou-se em 4.º lugar. Uma das maiores ovações foi dada ao alemão Schwarzmann vencedor dos Jogos Olímpicos em Berlim em 1936 e que apesar de já ter ultrapassado os 40 anos, fez um formidável exercício de barra fixa obtendo o 2.º lugar neste aparelho.

Os finlandeses vencedores dos Jogos de Londres trabalharam bem, mas não com a segurança dos russos e dos suíços. Ficaram em 3.º lugar. Dentro desta equipa destacamos Savolainen com quarenta e muitos anos que se mantém ainda jovem na ginástica, tendo obtido o 28.º lugar da classificação geral. Ele é um ídolo no seu país e foi escolhido para ler o juramento olímpico na cerimónia da inauguração dos Jogos.

Revista da Cavalaria

Os portugueses entraram na competição de ginástica pela primeira vez. Fomos recebidos com simpatia e todos nos diziam que era preciso começar. Tivemos de lutar contra o natural nervosismo, o sermos absolutamente desconhecidos e, vá lá também, contra algumas injustiças dos juizes. A nossa actuação foi modesta, mas nunca de molde a lastimar a nossa ida a Helsínquia.

A equipa ficou em 23.º lugar que seria mau se a diferença de pontos para as restantes fosse muito grande, o que não aconteceu. Países com mais responsabilidades que o nosso, nem equipa apresentaram, portanto, devemos considerá-los piores. Pensamos que o nosso 23.º, sem pretensões, é melhor do que a classificação de outras Nações com mais responsabilidades. Para exemplo, podemos citar a Inglaterra que não obteve senão o 21.º lugar.

As classificações individuais que obtivemos, foram:

Classificação Geral

146 — Robalo Gouveia . .	93,35 P.
161 — Joaquim Granger .	88,50 »
172 — Prazeres. . . .	84,50 »
173 — Raul Caldeira . .	82,90 »
177 — Araujo Leite . .	78,15 »
183 — Seara Cardoso . .	61,50 »

Argolas

107 — Joaquim Granger .	17,05 P.
130 — Robalo Gouveia .	16,00 »
158 — Araujo Leite . .	15,15 »
177 — Prazeres. . . .	12,60 »
178 — Raul Caldeira . .	11,10 »
181 — Seara Cardoso . .	10,00 »

Paralelas

138 — Joaquim Granger .	16,25 P.
163 — Robalo Gouveia .	14,95 »
172 — Raul Caldeira . .	13,25 »
174 — Prazeres. . . .	13,15 »
176 — Araujo Leite . .	12,85 »
178 — Seara Cardoso . .	10,00 »

Cavalo de Arção

113 — Prazeres. . . .	15,80 P.
157 — Araujo Leite . .	12,85 »
167 — Robalo Gouveia .	11,65 »
169 — Raul Caldeira . .	11,45 »
172 — Joaquim Granger .	11,30 »
173 — Seara Cardoso . .	10,05 »

Barra-Fixa

111 — Robalo Gouveia .	16,75 P.
128 — Raul Caldeira . .	16,15 »
146 — Joaquim Granger .	15,20 »
172 — Prazeres. . . .	11,30 »
175 — Araujo Leite. . .	10,20 »
177 — Seara Cardoso . .	10,10 »

Revista da Cavalaria

Salto de Cavalo

111 — Robalo Gouveia .	17,65 P.
142 — Prazeres	16,90 »
172 — Raul Caldeira . .	14,65 »
178 — Joaquim Granger .	13,25 »
179 — Araujo Leite. . .	12,60 »
184 — Seara Cardoso . .	5,50 »

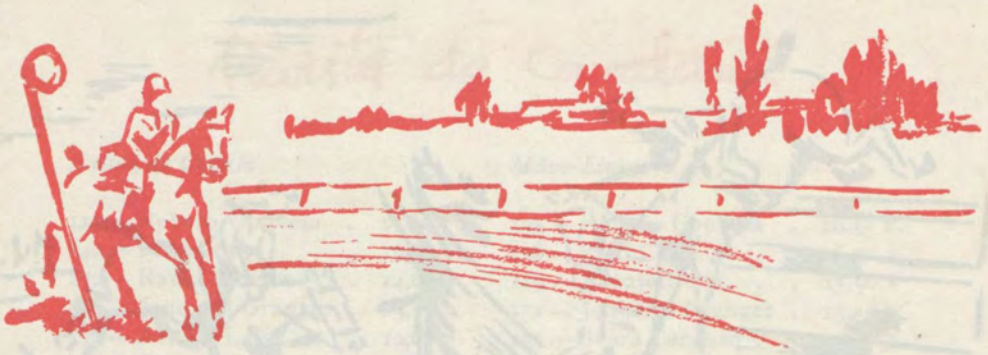
Mãos-Livres

125 — Robalo Gouveia .	16,35 P.
128 — Raul Caldeira . .	16,30 »
149 — Araujo Leite. . .	15,50 »
151 — Joaquim Granger .	15,45 »
157 — Seara Cardoso . .	15,10 »
164 — Prazeres	14,75 »

Individualmente em nenhum aparelho, nem na classificação geral ficámos lanterna vermelha. Houve sempre ginastas de vários países atrás dos nossos. Aproveitemos o que aprendemos e trabalhemos no firme propósito de melhorar a Educação Física em Portugal.







SUMÁRIO

O Hipismo nas Olimpíadas

Capitão Valadas Junior

Preparação em obstáculos do cavalo invertido

Tenente Rodrigues Mano



O HIPISMO NAS OLIMPIÁDAS

pelo Capitão VALADAS JUNIOR



Solicitados a redigir algumas palavras sobre as Olimpíadas de 1952, nas quais tomámos parte, a isso vimos. Satisfaça-se o pedido mas desculpe-se a manifesta pobreza da execução. A nossa profissão, afora alguns relatórios técnicos e alguns escritos mais ou menos obedecendo a fórmulas oficiais, não nos proporciona ocasião de trabalhar as letras, e daí, um emperramento natural quando, como agora, temos necessidade de fugir da rotina ou das normas habituais.

O assunto é vasto e complexo, pelo que nos limitaremos a tratar apenas da modalidade desportiva que praticamos: *O Hipismo*.

Como sempre acontece entre nós, e não estamos longe de supor que isto seja universal, atenta a vileza do barro humano, uma vaga de pessimismo e de críticas presidiu à nossa partida para Helsínquia. Na opinião autorizada da instituição «Má Língua», são sempre os melhores que ficam, mas estes não o seriam também, se tivessem sido escolhidos... É a velha história já muito conhecida, o cansado «Chá de Tolentino». Apesar disso, não deixa a maledicência

Revista da Cavalaria

de dar seus frutos, de fazer estragos no espirito, de carregar de fantasmas a atmosfera de boa disposição e de fé que deveria imperar unicamente nos *predestinados* a quem coube a *sorte* da selecção.

Por uma questão de temperamento e educação, liga-se demasiado à contingência de uma prova dependente de duas vontades. E como nem sempre as coisas correm a contento, aí temos o concorrente amarfanhado, inconformado com a crueldade do Destino que o expôs às tesouradas da crítica de café. Assim, ao receio de não honrar o privilégio que lhe coube junta-se o nervosismo do ambiente. Como se avalia e como sempre sucede em tais circunstâncias, sobrevém uma depressão que inferioriza e tira possibilidades.

Apesar deste fardo, que é inevitável, a equipa portuguesa de hipismo soube estar à altura da missão que lhe coube. E, se lugar mais honroso não conquistou, foi menos por deslizes de execução do que por causas a que não são estranhas as personalidades ou os países dos concorrentes.

Assistiu-se, nos Jogos Olímpicos de Helsínquia à derrocada dos principios de honestidade, justiça e isenção que devem ser apanágio das competições desportivas. E esta derrocada actua num à-vontade que impressiona quem, como nós, ainda não está dentro do novo processo de obter valorizações. Não sabemos mesmo como poderá fazer-se, de futuro, a classificação de provas que dependam de apreciação pessoal. Impera a razão da força. E o país que não tenha no Júri elementos que coloque nos primeiros lugares, merecida ou imerecidamente, os seus concorrentes ou se prestem ainda a ajustamentós pouco dignos, estará condenado irremediavelmente a não ver hasteada a sua bandeira no mastro de honra.

Os factos que vamos narrar mostram quanto a falta de probidade e razões de outro poder, que não o mérito desportivo, orientaram as classificações:—Um concorrente francês obteve do membro do Júri do seu país o 1.º lugar da classificação geral, na prova de ensino, e o 2.º do elemento belga, mas foi classificado em 14.º (!) pelo suíço e 18.º (!) pelo sueco. Estes dois últimos deram aos seus concorrentes os primeiros lugares...

Um nosso competidor de esgrima, pessoa aliás muito educada, estava a ser nitidamente prejudicado pelo partida-

Revista da Cavalaria

rismo do Júri. Depois de um ataque de que resultou toque no adversário, levanta a máscara, volta-se para os assistentes portugueses e diz: «Se este... me não conta o toque...» e proferiu uma ameaça.

É claro que lhe foi contado; e, nos assaltos seguintes, o homenzinho não se esqueceu de dar explicações sempre que teve de penalizar o nosso concorrente.

A equipa portuguesa de campeonato ficou mal classificada na prova do primeiro dia (ensino); na seguinte, em que o cronómetro mostra os resultados, melhorou extraordinariamente e foi-lhe atribuído o 3.º lugar na classificação; no terceiro dia, aparece em 4.º lugar e com dois cavalos eliminados na inspecção.

O médico veterinário português, não se conformando com a arbitrariedade, pois os animais não estavam, de modo algum atingidos pela disposição do Regulamento que manda eliminar apenas os que apresentarem claudicações graves, tanto mais que outros, aprovados, revelavam piores condições, protesta, faz barulho e a *aprovação vem*.

Os nossos fizeram os percursos sem derrubes e um dos indevidamente aprovados (suéco) chegou, dificilmente, ao fim, com cinco.

O nível equestre das Olimpíadas de 1952 não sofreu sensível modificação desde Londres para cá.

A monte, especialmente de obstáculos, é a mesma em todos os países participantes e em todos apareceram os intervencionistas, os que o não são e os que pretendem não o ser. Estão à cabeça do primeiro grupo os mexicanos, cavaleiros desembaraçados e hábeis, que recolhem as suas montadas antes do obstáculo, da frente para trás, pela força e pela gamarra fixa. O pescoço enrugado como um harmónio, afunda-se no garrote, os animais quase se sentam, galopam para o ar, «disparam» para o obstáculo, e uma vez transposto, voltam de novo, abruptamente à posição anterior, como se fora mola comprimida. Continua luta de que os cavaleiros por processos violentos, saem vencedores. É uma excentricidade que não pode constituir escola, como não

Revista da Cavalaria

constituiu a do australiano que se desligava do arreio durante o salto, como não pode constituir a do condutor de automóvel que se lembre de meter o acelerador a fundo, prendê-lo e usar apenas o travão. O carro estará sempre pronto a lançar-se em velocidade, e, sem dúvida, conseguir-se-á aumentar e diminuir consoante as necessidades, mas, que nós saibamos, nenhum construtor, até hoje, se lembrou de lançar um carro de aceleração máxima constante e de uma só mudança. E, no entanto, todos sabemos que abreviaria consideravelmente a aprendizagem.

O segundo grupo, constituído pelos que apresentaram as suas montadas estendidas, de bridão, galopando o necessário, calmas, atentas e confiantes. Os norte-americanos, menos bem que em Londres, procuram alcançar este *desideratum*.

Ao terceiro grupo pertencem os de ideias e cavalos pouco firmes.

Quanto ao ensino, sentimo-nos desorientados.

Se é certo que o cavalo só está «ligeiro quando obedece facilmente às ajudas, quando não apresenta resistências na mão e às pernas do cavaleiro, e quando seja susceptível de se concentrar, isto é, de se colocar num equilíbrio próprio para as fáceis deslocações do peso em todos os sentidos», os Jogos Olímpicos de Helsínquia não podem constituir padrão a defender.

De maneira geral, os cavalos apresentaram-se com uma colocação baixa e hesitante. E muito embora haja diferentes graus de ligeireza correspondentes «a obediência mais ou menos completa, fácil e pronta à acção das ajudas e um equilíbrio mais ou menos perfeito», não me parece que a categoria desta prova, pelas dificuldades que apresenta, dispense um grau de ligeireza quase absoluto e, consequentemente, a sujeição completa das forças físicas e morais do cavalo.

Alguns fizeram os exercícios mais ou menos certos. Mas que importa se os não executaram na ligeireza (colocados, descontraídos, impulsionados, etc.)?

A «passage» apresentada, na sua maioria, foi um trote alto e cadenciado, mas não concentrado, em que, o posterior que está no ar se apresenta à retaguarda do que assenta no

Revista da Cavalaria

solo, a mão não se dobra, a espinha dorsal cela-se, a cabeça foge à colocação, o anterior eleva-se para a frente e o posterior para a retaguarda. Como consequência, sempre que se pretendia passar deste *mau trote espanhol* ao «piaffer» os animais perdiam a cadência, aceleravam ou paravam e as transições não se verificavam.

Não estamos convencidos que sejamos mais conheedores e habilidosos do que a maioria dos cavaleiros que competiram connosco. Constatamos, porém, que encaram e praticam a equitação diferentemente. A ligeireza, que constitui a nossa pedra de toque, está para eles em plano secundário. Os cavalos são mecanizados nas provas e interessa-lhes, principalmente, que executem os exercícios certos. Pretendem, por exemplo, parar na letra X e conseguem-no, muito bem; pouco lhes importa que o animal não entre com os posteriores, que não arredonde, que não fique colocado e descontraído, pronto a romper a marcha à mais discreta solicitação.

Usam, normalmente, os estribos curtos e os pés totalmente calçados. Não trotam sentados, ou antes, trotam mal. O próprio vencedor não conseguiu este trote em toda a prova. Os seus cavalos, grandes, de sangue inglês, apoiados fortemente, mostraram maior amplitude de andamento do que os nossos.

Não afirmamos que se impôs esta derivante hípica, porque basta analisar as classificações para se mostrarem incoerências inconcebíveis.

Não se chega a qualquer outra conclusão além da que já citamos: luta entre nações ou grupo de nações. Mas, dado o elevado número de adeptos, é de admitir que se pretendem reformar as normas clássicas criadas e robustecidas pelos latinos. Se assim é, assente-se oficialmente em bases e princípios que nos guiem, e, muito embora discordando, sujeitar-nos-emos ao que for estabelecido quando entrarmos em provas internacionais. Mas não faz sentido que o regulamento da Federação Equestre Internacional se mantenha e se não condenem os que o não observam.

Numa disposição, pelo menos, este regulamento terá que ser alterado: no sistema de classificação de provas dependentes do critério pessoal.

Revista da Cavalaria

Ou se exige aos componentes do Júri, sob pena de sanções graves, isenção e honestidade, ou se substitui o processo.

Talvez a última hipótese seja a mais viável, visto que o barro é muito frágil.

Como não se conhecem processos mecânicos de classificação destas provas remediar-se-ia consideravelmente o inconveniente da opinião pessoal e simpatia, dos quais, mesmo sem querer, o ser humano se não liberta, constituindo o Júri por um elemento idóneo de cada Nação participante a quem se exigiria, sob palavra, respeito pelos princípios que orientam os Jogos Olímpicos, procedimento, aliás, obrigatório com todos os concorrentes. Além disto, esse elemento do Júri retirar-se-ia da tribuna sempre que entrasse na pista um concorrente da sua nacionalidade. Isso seria essencial.

*

Generalizou-se o emprego do puro sangue, ou próximo parente em todas as modalidades do hipismo.

Apenas os russos apresentaram uns cavalos pequenos e arabizados, que pouco conseguiram e nós, na prova de alta escola, um peninsular, que forneceu trabalho regular e quase sem faltas, mas que foi mal classificado.

A propósito, lembramos a necessidade de relegar o anglo-árabe em provas de regularidade e precisão quase cronométricas como a olímpica. É, sem dúvida, um animal alindado e enérgico, mas franzino, irrequieto e desconfiado. O cavaleiro que monta um cavalo desta raça por melhor arranjado que o tenha, perde a confiança e entrega-se ao «favor» de uma boa apresentação, se môsca ou ruído a não vier comprometer.

Quanto a nós (falamos por experiência própria), é mais difícil seleccionar um bom cavalo de alta escola do que um saltador.

No entanto, teima-se em destinar aquela especialização, exclusivamente, os que mostram fraca aptidão para obstáculos, esquecendo-se de que a inaptidão para este fim implica, quase sempre, falta de condições também para aquele.

Revista da Cavalaria

Ou o ensino é luxo supérfluo de escassa meia dúzia de caturras, e então acabe-se com ele, ou não o é, e forneça-se-lhe matéria prima necessária para a máxima eficiência. O meio termo é que não está certo.

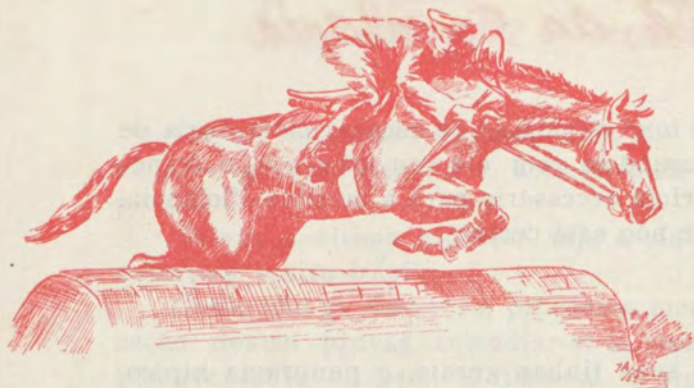
*

Apreciado nas suas linhas gerais, o panorama hípico, resta-nos apenas louvar a primorosa organização desta XV Olimpíada, onde tudo esteve certo, ajustado, correcto e preciso.

A sombra nefasta da corrupção que pairou sobre o grandioso pleito desportivo, não é da responsabilidade do afável e simpático povo finlandês, que nos pareceu, tirante as características do povo nórdico, muito semelhante ao magnífico povo português, nas suas atávicas qualidades de independência, orgulho e pundonor imorredouros.

Saímos de Helsínquia como de Londres, mais portugueses do que nunca. Sem pretendermos estabelecer uma polémica sobre os atributos ou qualidades de cada povo, verificámos que nada temos que aprender ou que invejar, e que, muito pelo contrário, temos de pleno direito, o nosso lugar bem marcado ao sol de cada dia.





PREPARAÇÃO EM OBSTÁCULOS DO CAVALO INVERTIDO

pelo Tenente RODRIGUES MANO

Introdução

Em virtude da cada vez mais crescente motorização dos exércitos, o cavalo, seu tão precioso colaborador, durante décadas e décadas, foi sendo posto de parte e relegado para um segundo plano. Todas as virtudes que o cavalo nos dá, não as podemos receber de um motor, que não passa de uma máquina cujo funcionamento é regulado sempre da mesma forma. O domínio absoluto do cavalo, como ser vivo que é, com a sua vontade e querer próprios, reagindo no dia a dia de formas bem diversas é, como alguém disse, «a mais bela conquista do homem».

Aquelas virtudes, de observação, energia, vontade, decisão rápida que são justamente as de um chefe, vamo-las nós hoje procurar na prática do hipismo.

Em quase todo o mundo equestre a prática dos obstáculos é a que maior número de apaixonados tem e que, conseqüentemente, maior desenvolvimento tem tomado.

Qual o tipo de cavalo a adoptar, uma vez que as combinações, proporções e dimensões das varas de um percurso parecem não ter limite?

Segundo estudos baseados na observação das provas mais importantes, quer da Europa quer dos outros continentes, chegou-se à con-

Revista da Cavalaria

clusão que não é o *puro sangue* o mais indicado para este género de equitação. A sua grande sensibilidade, o seu grande nervosismo, são muitas vezes origem de grandes dissabores. O conjunto de qualidades que hoje em dia se requer num cavalo de obstáculos é tão elevado, que essas exigências não podem ser satisfeitas, como dantes, pela simples razão de ser um puro sangue.

Hoje, o cavalo de obstáculos deve caracterizar-se pela sua massa, seu equilíbrio natural, sua *souplesse* e flexibilidade naturais, aliadas a uma intuição inata e a uma calma que exclua todo o nervosismo.

Infelizmente, é raro encontrar um cavalo que reuna todas estas qualidades e então temos que suprir essas deficiências por uma ginástica racional, metódica e progressiva, a fim de o aproximar do modelo acima focado.

Diferindo entre si todos os seres vivos, mesmo os comportados na mesma espécie ou na mesma família, podemos afirmar que entre os cavalos não aparecem dois iguais. Então cada cavalo a ensinar é um novo problema a resolver, sendo este o motivo por que a equitação é considerada uma arte, e tanto prende aqueles que a praticam.

No domínio dos obstáculos, de todos os casos que aparecem, o mais interessante, por ser muito frequente e de solução difícil, é o caso do cavalo invertido. Por esta razão, abordarei neste trabalho o ensino de um cavalo deste tipo.

Causas

Um cavalo pode estar invertido pelas seguintes razões:

- 1.º — Por configuração natural.
- 2.º — Por deficiência de ensino.
- 3.º — Por uma prematura e má utilização.

Um cavalo invertido por configuração natural é, normalmente, um animal com dificuldade de entrar com os posteriores, quer por ter os rins fracos, quer por ter predominância de garupa, do que resulta um afundamento do garrote e uma elevação do pescoço.

Nos outros casos, o cavalo não estando sobre a mão, levanta a cabeça, do que resulta um afundamento do garrote e um consequente atraso de posteriores.

Andando permanentemente nesta atitude, o cavalo chega ao ponto de se muscular ao contrário, isto é, tem os flexores distendidos em vez dos inversores, os músculos elevadores da base do pescoço atrofiados, e os abdominais impedidos de actuar por os ilio-espinais estarem contraídos, consequência da interdependência de todos estes músculos:

- a) — Os inversores do pescoço são antagonistas dos seus flexores.
- b) — Os ilio-espinais são antagonistas dos abdominais.
- c) — Nas suas acções, os inversores do pescoço são também antagonistas dos elevadores da base do pescoço e dos abdominais. As suas acções, que produzem efeitos contrários, tendem a opor-se.

Trabalhos correctivos

Com um cavalo nestas condições é necessário modificá-lo fisiologicamente, isto é, torna-se indispensável dar-lhe a musculatura de um cavalo normal, fortalecendo-lhe os músculos da base do pescoço e os rins, que são na maioria dos casos os seus pontos fracos.

Qual a razão por que se tem de proceder a esta modificação?

Com o pescoço invertido, as nossas acções de mão nunca chegariam à garupa, pois morriam todas no garrote e os posteriores andariam sempre atrasados. Assim, todos os exercícios executados não teriam valor sob o ponto de vista ginástico. É preciso, pois, colocar o cavalo numa atitude em que se possa trabalhar com eficiência.

Para modificar a musculatura e conseguir a boa atitude, é necessário trabalhar em descida de pescoço durante o tempo que for necessário. Mas, antes disso, é preciso pôr o cavalo sobre a mão.

O cavalo sobre a mão é o cavalo adiante das pernas, que a todo o momento procura e mantém o contacto com a mão do cavaleiro.

Como conseguir?

Primeiro, ensinar o cavalo a ceder à acção das pernas, visto a elas caberem o papel de produzir e manter o movimento para diante.

Segundo, executar exercícios que se não oponham ao movimento para diante e que obriguem o cavalo a procurar e manter o contacto com a mão. De todos os exercícios feitos com rédeas simples, o principal é a marcha em zig-zag com rédeas de abertura, que a princípio tem os ramos muito abertos, mas à medida que o trabalho se vai adiantando, esses zig-zagues transformar-se-ão numa marcha quase directa com oscilações do pescoço a um e outro lado. Este trabalho,

Revista da Cavalaria

no picadeiro, será acompanhado de trabalho no exterior, quer a passo quer a trote. Do acidentado do terreno vamos aproveitar as subidas, porque o instinto do cavalo leva-o a puxar a massa para a frente e, consequentemente, a alongar e baixar o pescoço, musculando o rim e aprendendo a distender os posteriores.

Neste trabalho é absolutamente indispensável haver progressão, a fim de não se pedirem esforços demasiado grandes, o que viria a tarar o animal.

Tendo esta ideia sempre na mente, as subidas pouco inclinadas e extensas serão feitas a trote, e as mais inclinadas, a passo, procurando manter sempre o contacto.

Com este trabalho, não só levamos o animal a procurar o referido contacto com a mão, em virtude da atitude tomada pelo cavalo nas subidas, mas também desenvolvemos o hábito do movimento para diante, base da impulsão, pois derivando esta do poder de distensão dos membros posteriores, essas distensões são máximas nas subidas, por os posteriores trabalharem num plano inferior ao do ante-mão.

Em virtude da má configuração natural do cavalo de que estamos a tratar, verifica-se que embora esteja para diante, procurando e mantendo o contacto com a mão, inverte à mais pequena oposição de mão.

Este cavalo deverá ser agora trabalhado incurvado porque, fisiologicamente, é mais difícil ao cavalo incurvado inverter o pescoço, e também porque as incurvações do pescoço obrigam o alongamento de um dos seus inversores, decompondo assim a sua resistência simultânea.

Mas para trabalhar com o cavalo incurvado, incurvação que será obtida pelo trabalho em círculo, será necessário ao cavaleiro dispor de meios para poder impor a incurvação desejada, porque o cavalo há-de querer fugir ao trabalho, saindo do círculo ou entrando demasiado nele.

O trabalho de sujeição à perna isolada fornece-nos os meios necessários, em especial pela mobilidade que dá à garupa, centro de todas as resistências. Com os meios de que dispomos podemos começar com o trabalho em círculo.

Depois de ter o cavalo adaptado ao círculo, devemos fazer variar não só o andamento, com alargamentos e encurtamentos, mas também o raio do círculo, obrigando-o a adaptar-se aos vários círculos impostos. Quando o cavalo executar bem estes exercícios, fazemos variar o raio do círculo juntamente com variações de andamento. Assim, poderemos diminuir o raio do círculo diminuindo o andamento e aumentar o raio do círculo aumentando o andamento. Podemos dificultar o exercício,

Revista da Cavalaria

diminuindo o raio do círculo aumentando o andamento e aumentar o raio do círculo diminuindo o andamento.

Este trabalho traz-nos várias vantagens, a saber:

- a) — Ginastica a coluna.
- b) — Mantém um posterior permanentemente sobre a massa contribuindo para pôr o cavalo sobre a mão.
- c) — Tem maior dificuldade em inverter.
- d) — Maior facilidade em receber as acções da mão.

Claro que há o reverso da medalha: — a dificuldade em manter o cavalo direito sobre o círculo.

Esta dificuldade deve ser vencida sobre o círculo base com variações no andamento e, só depois, passar a círculos de raio diferente, não esquecendo voltar sempre ao círculo base logo que a dificuldade surja mais acentuada.

Trabalho em descida de pescoço

Obtido o cavalo sobre a mão, é necessário começar com o trabalho em que se procura modificar a musculatura do cavalo e fortalecer os seus pontos fracos.

Essa ginástica baseia-se no trabalho em descida de pescoço.

A descida de pescoço é o alongamento e abaixamento simultâneo do pescoço do cavalo, sob pedido do cavaleiro e comandado por este. Este exercício pode ser pedido por meio de divisão de apoios, tendo o cavalo encurvado e bem sobre a mão. A curvatura vem facilitar o exercício, porque estando o cavalo adaptado ao círculo, o pescoço está também encurvado, havendo uma extensão do inversor externo.

Ora como os dois inversores são congêneres, a extensão de um arrasta a extensão do outro e, desta forma, o cavalo está numa posição fácil para fazer a extensão do pescoço.

O exercício será pedido a trote porque sendo um andamento que não é basculante, o pescoço não tem movimentos, tornando-se mais fácil ao cavalo aprender o exercício e ao cavaleiro ensiná-lo.

Mais tarde a descida de pescoço será pedida nos outros andamentos.

Como vai influir este exercício na modificação da musculatura do cavalo?

A descida de pescoço obriga os músculos inversores a estenderem-se e, como são antagonistas dos flexores, dificulta ou impede a sua dis-

Revista da Cavalaria

tensão. Por sua vez, a base do pescoço é levantada e os posteriores entram mais facilmente para debaixo da massa, fortalecendo o rim.

Este trabalho só mostra os seus efeitos ao fim de bastante tempo e depende do estado de inversão do animal.

Vantagens

- 1.º — Flexibilidade e descontração lateral.
- 2.º — Mantém o posterior interior debaixo da massa.
- 3.º — Flexibilidade da coluna nos dois sentidos.
- 4.º — Fortalecimento e desenvolvimento dos músculos da base do pescoço e rim.
- 5.º — Movimentos ritmados e mais brilhantes.

É preciso ter cuidado com este trabalho porque se não for bem executado os resultados mal se vislumbram.

Trabalho em Chambon

No caso que estamos a tratar, no qual o cavalo é invertido ao ponto de ser musculado ao contrário, vamos ajudar o nosso trabalho com o Chambon.

O cavalo com este aparelho só encontra a liberdade baixando e estendendo o pescoço.

Nesta posição, se o cavalo estiver impulsionado, arredonda o rim, muscula a base do pescoço e entra com os posteriores, cadenciando os andamentos.

Este trabalho que é dado à guia, não mostra os seus efeitos rapidamente, e só ao fim de certo tempo se nota a transformação.

Ensino

Durante o trabalho anterior nós tivemos apenas a preocupação de modificar a musculatura do cavalo e de o pôr sobre a mão.

Ora na equitação de obstáculos, o que nos interessa é o equilíbrio horizontal, que pode ser definido como sendo a atitude do cavalo estendido e apoiado na mão estando o seu peso igualmente distribuído

Revista da Cavalaria

pelo ante-mão e post-mão. Para conseguirmos este equilíbrio, vamos dar uma ginástica pela qual o cavalo se flexibilize e seja obrigado a entrar ora com um posterior ora com o outro. Como os meios ao nosso dispor não são suficientes para obrigar o cavalo a executar os referidos exercícios, temos primeiro de lhe dar a conhecer o que são as rédeas de oposição.

As rédeas de oposição, dando-nos o domínio da garupa, torna-nos senhores do cavalo. Com estes elementos, estamos aptos a executar o trabalho em duas pistas, o qual dá uma grande flexibilidade à coluna, e obriga um posterior a andar constantemente metido, desde que seja exigido com o cavalo numa atitude baixa e estendida, criando-lhe o hábito da atitude e desenvolvendo permanentemente os músculos bases. Este trabalho deve ser alternado com frequentes descidas de pescoço, para combater qualquer contracção de pescoço que apareça.

Estes exercícios que a princípio serão executados em andamentos curtos, serão a pouco e pouco executados em andamentos largos, para que o cavaleiro tenha pleno domínio do cavalo nestes andamentos, característicos das provas de obstáculos.

Salto

Ao mesmo tempo que se vai tentando modificar a musculatura do cavalo, devemos-lhe dar uma ginástica a fim de modificar a sua maneira defeituosa de saltar, aproximando-a o mais possível da maneira ideal de executar o salto.

No caso extremo que estamos a observar, o cavalo não mete o pescoço e, conseqüentemente, ou não levanta a frente ou arrasta a garupa. É necessário, pois, dar-lhe uma ginástica tal que o leve a executar o salto o mais correctamente possível.

Como, à guia, temos o domínio do cavalo e a ginástica a dar é baseada nos saltos a trote, em que é necessário comandar o andamento, é por este processo que vamos dar a primeira ginástica de saltos ao cavalo. Neste andamento, o cavalo submetido a um esforço grande é obrigado a decompor o salto em todas as suas fases, ou seja, a empregar músculos e gestos que não utilizava.

Para esta instrução é necessário escolher os obstáculos, pois estes não devem ser demasiado pequenos porque nessa altura o cavalo passa de qualquer maneira, nem demasiado grandes para que não se veja

Revista da Cavalaria

obrigado a passar ao andamento superior. Os obstáculos verticais obrigam-no a levantar a frente e a servir-se do pescoço, e nos obstáculos largos de varas iguais, o cavalo é obrigado a servir-se, não só do pescoço mas também do rim, para que assim possa cobrir a largura. Para que este gesto seja mais pronunciado, deve-se colocar uma vara no chão depois do salto.

Como o trabalho do rim está ligado ao trabalho do pescoço, pode-se dizer que o cavalo, servindo-se do pescoço, serve-se do rim. Então o gesto do balanceiro de cima para baixo trás um arredondamento de toda a coluna e, portanto, o salto correcto.

Para executar este trabalho, é necessário ter o cavalo completamente sujeito à guia porque, de contrário, só provoca defesas e luta. O cavalo, estando dominado pela guia, aumenta e diminui o círculo, aumenta e diminui o andamento com facilidade, sem nunca deixar de estar adaptado ao círculo. Nesta altura, o cavalo deve estar estendido, encostado à guia e com o posterior interior metido, isto é, em condições óptimas de executar o salto correcto.

Estando o cavalo sujeito à guia, o cavaleiro é senhor dele, isto é, comanda-o, e o cavalo adaptado ao círculo, estendido, equilibrado, calmo e indo devagar, é obrigado a decompor o salto nas suas fases, executando-o assim correctamente. Por outro lado, obriga o cavalo a calcular o ponto óptimo da batida e a bascular, compensando desta forma a falta de velocidade ao abordar.

É, pois, o desenvolvimento da correcção, da calma e da intuição, que este trabalho cultiva.

Saltos em liberdade

O trabalho de saltos em liberdade é outro meio de que nós dispomos para melhorar a execução do salto do cavalo invertido.

Para executar este trabalho, cujo andamento deve ser o trote, é necessário ter o cavalo habituado a andar em liberdade junto à teia, e sem se ficar aos cantos do picadeiro, para o que é preciso perder algumas lições somente com este trabalho.

Uma vez confirmado, faz-se passar o cavalo por cima de varas no chão, para que ganhe confiança, e só depois de as passar sem hesitação se deve começar com os saltos propriamente ditos. A princípio, deve-se saltar apenas saltos isolados, quer verticais, quer largos, mas à medida que o cavalo se vai ginasticando entramos nos saltos compostos.

Revista da Cavalaria

De começo, dois saltos bem marcados, para dar confiança ao cavalo, e a pouco e pouco, joga-se com os verticais e os largos, sempre colocados a boas distâncias. Mais tarde, criam-se dificuldades ao cavalo colocando os obstáculos a más distâncias, com o fim de o obrigar a jogar com o peso utilizando todos os seus recursos, forçando-o deste modo a meter o pescoço.

Quais os cuidados a ter nesta instrução?

Nunca se deve saltar o cavalo frio, o que pode levar o cavalo a recusar. Deve-se, antes desenrolar a galope e depois dar umas voltas a trote.

Não nos devemos entusiasmar por um bom salto, pedindo-lhe logo a seguir um salto superior às suas possibilidades. É bom não esquecer que os saltos são também de correcção e as alturas e larguras excessivas levam o cavalo a um esforço demasiado ou ao andamento superior.

Durante este trabalho, o cavalo não deve suar, antes descansar frequentemente a fim de recuperar a respiração normal e a confiança, devendo ser recompensado sempre que salte bem.

Nos saltos em liberdade, deve-se ter o cuidado de colocar uma vara no chão, a uma distância tal que o cavalo chegue ao salto bem medido.

Vantagens

a) — Este trabalho, além de correctivo, fortifica toda a musculatura do cavalo.

b) — Flexibiliza a coluna vertebral.

c) — Ensina o cavalo a escolher o bom sítio da batida.

d) — Evita o peso do cavaleiro e permite o trabalho do cavalo, mesmo quando este esteja impossibilitado, por qualquer motivo, de trabalhar montado.

Inconvenientes

Se o cavalo não está obediente à voz do cavaleiro, pode precipitar o andamento e entrar no andamento superior, fugindo ao exercício que se pretende.

Revista da Cavalaria

Saltos montado

Como o fim a que se destina o cavalo é fazer provas de obstáculos convém, logo que o adiantamento do cavalo o permita, começar a saltar montado para que se habitue ao peso do cavaleiro, pois este influi no equilíbrio do cavalo.

Nesta altura, em virtude do trabalho de picadeiro e do trabalho de saltos dados à guia e em liberdade, o cavalo deve estar dominado pelo cavaleiro e calmo perante o obstáculo. O trabalho de picadeiro deu-lhe a ginástica necessária para poder aceitar a mão do cavaleiro e, por conseguinte, este pode regular perfeitamente o andamento do cavalo. O trabalho em liberdade e à guia deu-lhe ginástica e calma perante o obstáculo.

Se, ao iniciarmos os saltos montados, verificarmos que o nosso cavalo, demonstrando a mais absoluta falta de calma e respeito pelo obstáculo, desobedece à nossa acção de mão tendente a normalizar o andamento, uma coisa há a fazer: é aperfeiçoar o ensino e o trabalho de saltos à guia, até estar calmo perante o obstáculo.

No entanto há processos para uma utilização imediata.

Se nós deixarmos o cavalo carregar para o obstáculo e um ajudante mecher com a vara, o cavalo olha mais, prepara-se e salta com mais cuidado.

Este processo ensina o cavalo a preparar-se, a procurar o bom sítio da batida e a ter respeito pelo obstáculo.

Outro processo utilizado, é o seguinte:

Colocar uma série de cavaletes antes do salto a executar, estando todos eles a boas distâncias. O cavalo, ao saltar os cavaletes, vai diminuindo o andamento, e ao abordar o obstáculo maior, já vai mais calmo. Este processo tem grande influência sobre a calma do cavalo.

Os chilenos utilizam o processo de saltar sempre sobre o círculo. O cavalo como está sobre o círculo, aborda o obstáculo equilibrado, calmo e estendido.

Consideremos o cavalo perfeitamente dominado pelo cavaleiro e calmo perante o obstáculo. Assim, seguindo uma suave progressão, deve-se saltar primeiro no picadeiro e, depois, no campo de obstáculos. Os obstáculos serão os mesmos, mas mais baixos, do que os utilizados nos saltos em liberdade e à guia, pois são já conhecidos pelo cavalo, não provocando desconfianças e, por conseguinte, lutas. Apesar disto, é conveniente mostrar o obstáculo antes de saltar.

Revista da Cavalaria

Durante o salto deve-se ter o máximo cuidado em não dar esticões na boca, o que provocaria desconfiança na mão do cavaleiro e viria a favorecer a inversão.

O andamento deve ser o trote, pois assim é obrigado a empregar-se mais e a decompor o salto. Logo que esteja suficientemente franco, começa-se a saltar a galope.

Em virtude da sua configuração e apesar da ginástica já ministrada, o cavalo tem dificuldade em se equilibrar neste andamento. Vamos, pois, dar uma ginástica tal que ele aborde sempre o obstáculo equilibrado e em condições de o executar correctamente.

No trabalho em círculo, vimos que se o cavalo se adaptar ao círculo, entra com os posteriores, estende e equilibra-se. Trabalhem, pois, à base deste princípio.

Obrigando o cavalo a circular antes de abordar o obstáculo, conseguimos que o cavalo chegue ao obstáculo estendido e equilibrado, ou seja, em condições óptimas de executar o salto correcto.

Se este trabalho for completado com uma paragem a seguir ao obstáculo, o cavalo, com a repetição, habitua-se a parar logo que chegue ao solo, por consequência, a melhorar o seu equilíbrio em seguida ao salto.

Mais tarde, quando o cavalo está mais adiantado, convém, para melhorar o seu equilíbrio, fazer paragens antes e junto ao obstáculo. Mas este processo só é de aconselhar num cavalo muito franco, por natureza.

O cavalo, indo na incerteza se vai saltar ou se vai parar, toma um equilíbrio que, dando para uma ou outra solução, é óptimo para a execução correcta do salto.



A NOVA ESPINGARDA INGLESA

No fim da II Guerra Mundial, o exército britânico sentiu a necessidade de rearmar a sua infantaria com uma espingarda automática ligeira.

No entanto, ao escolher a arma, não foi possível manter em uso o antigo cartucho de 7.7 mm., porque o couce originado por esta munição era excessivo para a nova espingarda, visto esta ser mais leve do que a anterior.

Tornou-se preciso criar um novo cartucho, aproveitando-se a ocasião para modificar a base do invólucro, suprimindo o seu rebordo que no cartucho 7.7 mm. servia para a extracção pois que para as armas automáticas, é preferível um cartucho, sem rebordo, porque permite simplificar os seus mecanismos.

Nomeada uma comissão no ano de 1945, esta, depois de longo estudo, chegou à conclusão de que o calibre ideal para uma arma ligeira era o de 7,11 mm.

A nova munição permite diminuir o peso da espingarda em cerca de 0,350 kg. que para o caso do calibre de 7.7, significa um ganho de peso de 18%.

O novo cartucho mais curto que o anterior, resulta numa notável economia de volume para a nova munição quando apreciada em grandes quantidades.

Depois de 3 anos de estudo e de 18 meses de ensaios, a comissão chegou às seguintes conclusões: Para pôr fora de combate um homem e conseguir penetrações às distâncias normais de combate, a nova munição é superior à de calibre 7.7; o couce provocado pelo cartucho 7,11 é inferior ao do antigo 7.7; a cadência de tiro da nova espingarda é de 84 disparos por minuto (carregadores de 20 cartuchos) ou seja 3 a 4 vezes superior à anterior; o funcionamento da nova espingarda em más condições de utilização e em climas extremos, é melhor do que o de qualquer outra; o tipo de poligno, com a nova arma, é mais preciso do que com a antiga; a arma é robusta, suporta bem o sabre baioneta e é de mais fácil manejo do que a anterior; finalmente o seu preço é de 34 libras, ou seja metade do da actual Lee-Enfield.

S. B.

Revista da Cavalaria



A nova espingarda inglesa

O COMBATENTE DEBAIXO DE FOGO

EXPERIÊNCIAS AMERICANAS

Pelo Coronel LÉDERREY

Traduzido da *Revue Militaire Suisse*

Número de Janeiro de 1952

Introdução

A obra que vamos analisar — «Men against Fire» pelo Cor. S. L. A. Marshall — apareceu há cinco anos, na altura em que se manifestara, nos EE. UU., uma tendência para reduzir as forças armadas. O autor, um *infante* cem por cento, sentiu a necessidade de agitar a opinião americana, e, conhecedor do seu público, serviu-se de argumentos incisivos, quase sensacionais, para despertar o interesse, recorrendo à estatística e aos números para convencer.

O leitor que ignorasse estes factos — revelados pelo nosso antigo Adido Militar em Washington, Coronel C. M. I. Waibel — poderia ser levado a um julgamento pouco favorável sobre a instrução ministrada à Infantaria Americana. Ora o Coronel Waibel, em cuja opinião podemos confiar, acentua que, já antes do aparecimento do livro em causa e durante quatro anos, teve ocasião de seguir de perto essa instrução e de constatar o alto nível que ela atingiu.

As deficiências que o autor do livro põe em foco em nada atingem a infantaria americana; elas encontram-se em todos os exércitos. Em todos os tempos elas preocuparam os escritores militares, mas nenhum conseguiu resolver este problema com êxito. Eles desbravaram o caminho que Marshall seguiu, demonstrando — este o seu mérito — um sentido mais prático.

Importância da Infantaria — Suas deficiências

«A história não nos ensina senão uma coisa: é que nós não aprendemos nada», escreveu um autor desiludido. A maioria dos adversários de Hitler pode dizer outro tanto da guerra, da qual recebeu antes de combater, falsos ensinamentos, o que é ainda pior.

Se não é fácil encontrar as causas do sucesso ou do revés, é ainda mais difícil prever, com vista a assegurar a vitória, qual será o valor relativo das diferentes armas numa futura guerra, e que forma esta apresentará.

Revista da Cavalaria

A este propósito faz Marshall umas «considerações gerais» das quais resumiremos algumas.

A predilecção pelas máquinas (aviões e carros) assinalada sobretudo depois da derrota da França, teria levado os americanos a descuidar a sua Infantaria. Em Dezembro de 1944, a carência de reservas era tal que, para fazer frente à crise das Ardenas, foi forçoso recorrer a tropas mal preparadas para substituir a Infantaria: tropas supranumerárias da aviação e D. C. A.

No futuro, o emprego das bombas atómicas, de projecteis telecomandados e de meios bacteriológicos, permitirá — sem grandes perdas para o agressor — destruir ou contaminar cidades inteiras. A resistência do país atacado, encontrar-se-á enfraquecida mas só a *ocupação por forças terrestres* conduzirá ao fim.

O *infante* entrará então em cena para desempenhar um papel principal.

São os combates que ganham as guerras. Eles, por sua vez, são ganhos pelo fogo, cujo valor está sintetizado nos conceitos incisivos de Petain: «O ataque é o fogo que avança» — «A manobra é o fogo que se desloca» — «A defesa é o fogo que detém». No entanto, por muito mortífero que seja o fogo, é incapaz, sozinho, de desalojar o inimigo das suas posições. A intenção de as ocupar deve ser assinalada por um *movimento contínuo*, que a *superioridade do fogo* condiciona.

Movimento e fogo são, portanto, inoperantes quando actuem separados. Judiciosamente combinados, terminam muitas vezes por enfraquecer o adversário até ao ponto de o fazer recuar antes do assalto final.

A estas considerações de Marshall, que estão longe de ser inéditas, veio recentemente juntar outras, notáveis numa época em que os carros e os aviões têm aumentado em número, qualidade e importância, o general americano Van Fleet, comandante do 8.º Exército na Coreia, quando afirma: «A vitória final reside na superioridade da Infantaria» e corolário próprio para animar os atiradores suíços. «A base do sucesso é o soldado com a sua espingarda»... «o soldado que atira» diria La Palice. De nada serve, com efeito, ao combatente *saber do seu ofício*, se, paralizado pelo ambiente do campo de batalha, ele se sente incapaz de o exercer.

Iniciativas americanas

É tão evidente, tem-se insistido tantas vezes sobre a necessidade de *educar* (e não apenas instruir) o futuro combatente, que se o coronel Marshall se tivesse limitado a recordá-lo, uma análise da sua obra parecer-nos-ia supérflua. Ora não é este o caso. Os seus conselhos incidem especialmente sobre o *momento crítico em que o homem, privado dos seus meios pelo fogo do inimigo* — um fogo cujos efeitos destruidores e paralizantes são consideravelmente aumentados pelo seu estado de espírito — *renuncia a combater* e corre o risco do pânico.

Conhecemos o fenómeno, ainda que um longo período de paz vá fazendo esquecer o «grito de alerta» do coronel Ardant du Picq contra «as ilusões das manobras, onde as experiências se fazem com o soldado calmo, sereno... inteligente e dócil... e não com esse *ser nervoso, impressionável, emocionado, inquieto, distraído... descontrolado que é, do chefe ao soldado, o combatente...*».

Revista da Cavalaria

A tática, escreveu ele depois da guerra de 70 «é a arte ou a ciência de fazer combater os homens com o máximo de energia, máximo que só pode ser atingido por uma organização em frente do medo». É igualmente *no medo* que um combatente da guerra de 14, o coronel Lucas, vê «o único e verdadeiro inimigo do soldado. Todos os meios postos em acção no combate... tendem a paralisar os seus esforços e a obrigá-lo a reconhecer-se vencido antes que tenha esgotado todos os seus meios de luta».

Ao medo, Marshall acrescenta — para um ser educado na ideia que matar é um crime e surpreender uma cobardia — a angústia de dever servir-se da sua arma. Medo ou angústia o efeito é o mesmo: o de um projectil invisível que põe o homem fora de combate com o risco de o transformar num agente de pânico.

Ora este inimigo, o mais temível — o *medo* — não se desmascara senão debaixo de fogo. Antes deste momento deixa os chefes desarmados, ansiosos por saber como os homens e eles próprios se comportarão, incapazes de determinar infalivelmente aqueles que farão o seu dever e... os outros.

Esta selecção dará lugar a uma crise que todos os autores tentaram reduzir ao mínimo por uma acção preventiva. No nosso entender, Marshall é o primeiro, e o único que, partindo da ideia que a crise é inevitável, procurou os meios capazes de a vencer.

As suas conclusões fundam-se em inquéritos minuciosos, realizados na «frente» por oficiais designados especialmente para o efeito. Os exemplos citados apresentam, deste modo, um valor particular. Outra iniciativa, inteligentemente tomada no domínio psicológico pelas autoridades americanas determina que: Depois de cada combate os capitães são obrigados a indicar aos homens da sua companhia os ensinamentos que eles devem tirar do mesmo.

Não esqueçamos que as observações dos peritos enviados ao Pacífico e à Europa dizem respeito a um exército diferente do nosso em muitos aspectos (meios materiais, hábitos, mentalidade). Debaixo do fogo inimigo os homens não têm menos tendência a assemelhar-se.

Por isso nós daremos uma prova de sabedoria meditando nas conclusões a que chegou o coronel Marshall.

Resultados dos inquéritos sobre o fogo

Submetidos pela primeira vez ao fogo do inimigo, os homens dispersam-se, deitam-se no chão e procuram um abrigo com a única preocupação de salvar a pele. (Ou ao contrário, reúnem-se perigosamente em volta dos seus chefes, fez-nos notar um comandante de regimento alemão). As ordens dadas por chefes — também surpreendidos — não têm sempre o vigor necessário, não atingem todos os ouvidos ou não os penetram. A acção do fogo inimigo revela-se mais forte que a dos chefes, os quais não conseguem recuperar, sem demora, o movimento, nem pôr em acção a maioria das espingardas. (Isto é contrário à concepção que tinham até aqui os exércitos europeus, e à opinião de um Comandante de Regimento alemão que fez a última guerra. Segundo

Revista da Cavalaria

este é mais para temer o esbanjador de munições, enlouquecido até ao ponto de continuar a accionar a sua arma sem se aperceber que o depósito está vazio).

Os inquéritos feitos em 400 companhias americanas permitem estabelecer que a *média dos homens tendo tomado efectivamente parte no combate, não ultrapassava 15%*. Tendo em conta os mortos e feridos, este número atingirá no máximo 25%. É de notar que se trata a maior parte das vezes de acções locais coroadas de êxito, onde na maioria dos casos 80% dos homens teria ocasião de atirar. Isto prova que o adversário terá sofrido uma quebra igual.

Os oficiais destas unidades ficaram estupefactos ao verem que a maior parte dos seus soldados não tinha utilizado as espingardas, metralhadoras, pistolas-metralhadoras, granadas ou bazookas. Absorvidos por deveres julgados mais importantes, não tiveram ocasião de se aperceberem disso.

Um batalhão empenhado pela primeira vez, defendia-se contra os japoneses que durante três noites do crepúsculo ao amanhecer não lhe deram repouso algum. O último ataque à arma branca conduziu o assaltante à primeira trincheira que numa largura de doze metros perdeu 50% dos seus defensores, e ficou com metade das armas pesadas fora de combate. O inimigo foi no entanto repellido. Depois da operação verificou-se que, sem contar os mortos, unicamente 36 homens tinham tomado parte no fogo, sobretudo por meio de armas pesadas.

Outros inquéritos feitos nas várias frentes, demonstram que mesmo numa companhia aguerrida a percentagem de homens que utilizou as suas armas, num dia de combate médio, era a mesma: 15% a 25%. Nestes números estão incluídos os homens que só atiravam uma ou duas vezes, mesmo sem apontar, ou os que lançavam uma granada na direcção aproximada do inimigo. (Facto surpreendente que é preciso não generalizar. O Coronel Waibel explica-o pelo formidável fogo de apoio com que o *infante* americano podia sempre contar. Comparado com o efeito das bombas de avião, foguetes incendiários, projecteis de canhões, morteiros e de metralhadoras, o efeito da sua espingarda devia parecer-lhe nulo e supérfluo. Compreende-se que o General Van Fleet tenha reagido contra esta concepção, pois viu-se na Coreia a infantaria preferir esperar o apoio dos aviões sobre um objectivo que ela poderia tomar mais depressa pelos próprios meios).

As guarnições das armas pesadas (metralhadoras, lança-chamas, bazookas) revelaram-se mais activas que os atiradores.

Um fogo relativamente fraco, aplicado no lugar e momento oportunos pode — como provam outros exemplos — obter um efeito decisivo. As grandes vitórias americanas, segundo Marshall, resultaram da acção de alguns homens decididos.

Foi o que sucedeu na Normandia em 6-6-944. Avançaram da margem onde tinham desembarcado 5 companhias, não fizeram uso das armas mais que 20% dos seus homens (cerca de 450) o que não impediu que se criasse uma testa de ponte, sem a qual o êxito seria duvidoso.

Para estas companhias, alguns grupos armados de granadas e espingardas tiveram, no momento decisivo, mais efeito que os bombardeamentos formidáveis das esquadras aéreas e navais.

Revista da Cavalaria

Em Dezembro de 1944, ao norte de Bastogne, uma dúzia de atiradores americanos chocou inopinadamente com o que eles tomaram por uma patrulha de reconhecimento. Sobressaltados, atiraram ao acaso e recuaram. Era de noite. O inimigo fez o mesmo, mas anunciou falsamente ao regimento de infantaria, de que formava o extremo de uma ala, que se encontrava em presença de forças superiores. O regimento precedia a 2.^a Divisão Panzer que se tivesse continuado para o sul, teria ocupado Bastogne antes dos americanos. A informação falsa teve como consequência dirigir esta Divisão Panzer, ao contrário, para o norte. Das informações dos dois partidos depois da luta, Marshall, concluiu que a ocupação de Bastogne teria permitido aos alemães transpor o Mosa, facto que teria modificado totalmente o curso da batalha das Ardenas.

Um outro exemplo foi dado no mesmo dia por um grupo de pára-quedistas, largados longe da zona prevista para a sua descida. Sem hesitar, estes homens atacam duas pequenas localidades, Le Ham e Montebourg. Desta acção o comando alemão concluiu que tinha encontrado o limite norte da operação americana esperada. Deste modo guardou em reserva tropas que, lançadas para o sul, teriam facilmente repellido a fraca 82.^a Divisão de Santa Maria da Igreja.

Seja-nos permitido juntar um exemplo, tirado da luta germano-russa: Em 16-2-43 uma Divisão da Wermacht, exausta por uma longa retirada e reduzida a 2.500 homens, não estava ainda completamente estabelecida atrás do Mious (afluente do mar de Azov) quando duas companhias russas atravessaram o curso de água gelada, rompem a frente de um regimento e arrebataam a 12 defensores, uma altura com muito boas vistas. A reserva do sector não conta mais que 8 homens, armados com uma metralhadora mod. 42. O sub-oficial que a comanda, não se deixa intimidar. Surgindo do lado oposto, num quarto de hora põe o inimigo em fuga, sucesso que lhe custou apenas um ferido, contra 61 mortos e 5 prisioneiros que os russos tiveram de abandonar.

Atiradores activos e passivos

O *combate pelo fogo* será sempre conduzido pelos *mesmos soldados*, que serão também os capazes de tomarem *iniciativas temerárias* (cercar o inimigo ou fazer saltar um abrigo, por exemplo). Se esta ideia tivesse sido confirmada noutra parte além da 7.^a Divisão, teria de concluir-se (e Marshall connosco) pela impossibilidade de aumentar o número desta elite e, por consequência, de aumentar a potência de fogo da Companhia.

Este problema técnico deve ser resolvido em todos os escalões. Na linha de fogo ele é de ordem psicológica, e necessita de uma preparação cuidada dos quadros da companhia. O condutor auto cujo saber se limita a pôr o seu veículo em marcha, a manpear o volante e a travar, ver-se-á irremediavelmente paralizado pela primeira pane. O *condutor de homens*, exposto pelo fogo a panes frequentes, e de consequências mais graves, não terá como aquele a possibilidade de recorrer a um camarada amável ou a uma garage. Deve estar, pois, preparado para, pelos seus próprios meios, resolver as suas avarias. Cada

Revista da Cavalaria

homem é um motor cujo baptismo de fogo revelará o bom ou mau funcionamento.

A instrução em tempo de paz tem por fim prevenir as avarias, porém, como provam os exemplos citados, ela só actua imperfeitamente. Por isso, Marshall, depois de ter enumerado alguns pontos, que repisaré, dá determinados conselhos, próprios para remediar as panes causadas pelo fogo ou pelo simples receio que o mesmo causa.

A preparação física e técnica, tem por fim dar ao futuro combatente *confiança no seu valor pessoal*. Um atleta que seja bom atirador e, no terreno, ardiloso como um índio, será melhor que um outro capaz de afrontar o fogo.

A educação do cérebro, senhor dos músculos e dos nervos, não será esquecida. Ela deve ter por fim criar — em lugar da disciplina da fileira, desaparecida com as formações de combate — uma disciplina individual que estimule a *vontade* e a *iniciativa* de um homem muitas vezes isolado, mas cuja colaboração é indispensável ao êxito do esforço comum.

Para alcançar este fim, por-se-á de lado a teoria que se dirige apenas aos ouvidos, para recorrer a *pequenos exercícios práticos* (reunindo de início poucos homens, por vezes opostos uns aos outros) destinados a fazer compreender as noções elementares da táctica (importância do fogo e do movimento, da colaboração, da segurança, da procura de informações necessárias à acção dos chefes, etc.).

Os exemplos farão ressaltar as realidades e as duras exigências da guerra, a causa dos êxitos e revezes, as consequências da passividade oposta à acção, a necessidade de ficar *senhor de si mesmo*. A perda deste poder, se é geral, conduzirá à perda de todos.

O homem deve estar convencido de que a *sua melhor protecção* reside no emprego da sua arma, e de que o sucesso de uma operação resulta da superioridade do fogo adquirida graças à contribuição de *todas as armas* da sua unidade.

Apesar deste convencimento os homens não estarão ao abrigo nem da *surpresa*, nem do *medo*, mas como um perigo previsto está meio conjurado, isto os ajudará a reagir melhor e mais rapidamente.

Depois do baptismo de fogo o que os assustará mais é o *vácuo do campo de batalha*. Por isso os chefes não hesitarão em mandar abrir fogo sobre os pontos presumivelmente ocupados pelo inimigo. O soldado obedecerá tanto melhor quanto, segundo Marshall, ele prefere atirar sobre uma orla, uma casa, ou uma árvore do que sobre um ser humano. Por outro lado esperar que um alvo vivo apareça, poderá, por vezes prolongar perigosamente a inactividade da tropa. Isto deve ser evitado a todo o custo. Só a acção fortifica. Uma ordem directa (por exemplo, mandar cavar um buraco, ou levar os primeiros socorros a um camarada ferido) é susceptível de libertar o cérebro e os músculos.

A ausência de ordens, pode dar a ideia que os chefes hesitam, e aumenta a ansiedade da tropa.

Deve também exigir-se que nenhum homem se esquive aos assaltos da companhia: o efeito desmoralizador para o inimigo cresce com o número dos assaltantes.

Os homens que não atiram, mostram-se muitas vezes capazes de cumprir, como bons soldados, as funções de explorador, batedor, sentinela, ordenança ou dispenseiro.

Revista da Cavalaria

Tem-se igualmente notado que incorporados na guarnição de uma metralhadora ou canhão eles abrem fogo e continuam-no mais facilmente do que como atiradores isolados. Teremos então lugar para trocas.

Basta por vezes que um soldado timorato troque a sua arma por um lança-chamas, ou por uma arma automática para que, estimulado pelo sentimento da responsabilidade aumentada, se torne um soldado corajoso.

É de notar uma feliz tendência dos homens para procurar o contacto dos camaradas. Essa tendência é tão forte, segundo Marshall, que o homem preferirá encontrar-se desarmado no meio de camaradas, a estar isolado com a melhor arma.

O facto a reter é que o *esqueleto do fogo da companhia é formado por uma minoria*. Do número de homens que o compõem depende a *força efectiva e moral da unidade*. Os chefes estarão impacientes por conhecer esta elite — que nas suas mãos constitui como que uma só arma, *a sua* — de a utilizar judiciosamente e de a aumentar. Evitarão privar-se dela, utilizando-a em missões que, não sendo de fogo, poderão ser confiadas a homens da maioria, e providenciarão para lhes dar o máximo de repouso. Com a esperança de que o seu exemplo estimulante criará prosélitos, verá se pode distribuí-los pelos grupos.

É o oficial subalterno quem está melhor colocado para descobrir os elementos activos e passivos.

Não disfrutará sempre de invulnerabilidade que lhe permita percorrer a frente e, a pontapé, decidir estes últimos a atirar. Mas obterá já um resultado apreciável se se ocupar dos activos, destinando a cada um deles uma boa posição de tiro e o objectivo mais indicado. Por vezes ele participará do fogo, mas este exemplo silencioso do chefe não é contagioso. Os americanos aprenderam dos japoneses, e depois dos alemães, que o exemplo deve ser acompanhado por gritos de todos que o rodeiam.

Procura da ligação e da informação

A companhia forma o escalão mais elevado no qual é ainda possível coordenar os esforços individuais.

Ao fogo, que se oporá de repente à acção dos chefes, juntar-se-ão durante a progressão, os vácuos criados pela natureza do terreno. A tarefa mais difícil consiste nessa altura em manter o contacto lateral.

Muitos jovens oficiais, segundo Marshall, têm tendência para esquecer que esta obrigação não termina nos limites da companhia, cujos flancós, mais vulneráveis que a frente, cessam de estar apoiados, desde que o contacto com as companhias vizinhas se perca.

Nada é mais difícil do que restabelecê-lo sobre o campo de batalha. Ligar-se à vista — dado que cada um se aplique a dissimular os seus movimentos — é uma impossibilidade. Será, de resto, insuficiente. Pois ligar-se significa permutar informações com vista a assegurar a colaboração.

O movimento ou paragem de uma companhia tem, sobre as suas vizinhas, uma repercussão vantajosa, que se tratará de explorar, ou perigosa a qual se

Revista da Cavalaria

deverá evitar. Estas unidades estarão tanto melhor habilitadas para o fazer, quanto elas estiverem constantemente ao corrente da situação sobre os seus flancos.

A permuta de informações deverá também fazer-se no sentido vertical.

A situação inicial sobre a qual o chefe fundou o seu plano, tende a modificar-se.

As instruções recebidas «de cima» no decorrer da acção serão raramente suficientes e muitas vezes inúteis. É sobre a linha de fogo que se desenrolam os acontecimentos importantes, e isto tem um andamento tão rápido, que é por vezes impossível segui-lo com informações de segunda mão. É necessário ir lá ver. Sobre quais pontos? Sobre aqueles decisivos ou críticos que um contacto estreito com o avanço terá podido discernir a tempo. Aguardar o apelo de socorro, lançado «in extremis» por um subordinado, é correr o risco de responder excessivamente tarde ou, em resultado do pouco tempo para reflectir, não tirar o melhor partido dos meios ao seu alcance para prestar auxílio.

— Nos postos mais inferiores da escala, o homem deve observar o mais frequentemente possível e por outro lado ser habilitado a transmitir o resultado da sua observação. Os exemplos ter-lhe-ão provado, no fim da sua instrução, que os factos insignificantes para os seus olhos, podem revestir uma grande importância.

— Certos superiores abusam do telefone e fatigam os seus subordinados.

Resultado: Para ter repouso, um anuncia a tomada de uma localidade, logo que atinge as primeiras casas. Um outro, precisa que se encontra em determinado sítio, logo que três pobres exploradores (bougres), dos quais prevê a retirada, se agarram aí. Um outro ainda, faz saber que ocupa uma posição, de que ele espera apoderar-se somente ao fim de uma hora.

— Um comandante de batalhão deve ter a coragem de não transmitir todas as comunicações dirigidas às companhias que se vão bater. A única que é admissível é a que diz respeito ao meio de as ajudar.

— O superior que se dirige à «frente» a fim de melhor preparar a sua intervenção, não faz mais que facilitar a tarefa dos seus subordinados. Ele leva também um sério conforto aos combatentes. Numerosos são aqueles que pensam como o soldado ouvido por Eisenhower: *Se o velho se mostra neste lugar, é porque aqui não se deve estar tão mal, como nós pensamos.*

A ausência de informações necessárias à acção dos chefes, pode provocar erros de pesadas consequências. Marshall deu um exemplo:

O Comandante da 2.^a D. Panzer Lehr preparava-se para atacar Bastogne, quando sobre o seu flanco esquerdo apercebeu um fogo violento. Ignorando que ele provinha do seu próprio batalhão de exploração, em transe de tomar uma aldeia, acreditou num ataque americano ameaçando o seu flanco esquerdo. Receando ser cercado, renuncia ao ataque até ao momento — demasiado tardio — em que, pela retirada do seu centro, ele restabeleceu uma situação ainda longe de estar comprometida.

— Um outro caso que faz ressaltar a necessidade da presença do superior na «frente» é a diferença de apreciações a que a situação pode dar lugar.

— Um comandante de Batalhão teve conhecimento de que a sua companhia do flanco esquerdo estava detida, enquanto as outras companhias progrediam a despeito da forte resistência. O comandante do batalhão limitou-se a

Revista da Cavalaria

admoestar o comandante da companhia detida, incapaz de agir do mesmo modo que os seus camaradas. Se ele fosse tomar conhecimento directo da situação, teria constatado que esta não correspondia àquela que havia motivado a sua ordem e que necessitava efectuar um deslocamento do seu centro de gravidade.

Notas sobre a moral

A moral da tropa é instável. Homens que acabam de bater-se como leões, podem de súbito fugir como lebres, em seguida a um choque psicológico, proveniente, por exemplo, de perdas infligidas pelo fogo do próprio apoio, um movimento retrógrado inexplicável de elementos vizinhos, uma surpresa de flanco, ou a aparição de uma nova arma em poder do inimigo.

Marshall dá alguns exemplos:

— Um ataque rapidamente conduzido, pára bruscamente, porque o comandante de batalhão, que se aventurou demasiadamente, foi morto na frente.

Nos momentos críticos, a tropa gosta de sentir a presença de um chefe na sua fileira, mas fica nervosa se o chefe tem o hábito de se expor muito, correndo o risco de a privar do seu guia. Ocasões se oferecerão em que um chefe subalterno deve servir de exemplo, mas é necessário não abusar.

— Um tiro muito curto de artilharia feriu um só homem. Isto bastou para que um pelotão abandonasse a posição de que se tinha apoderado brilhantemente.

— O prolongamento imprevisto da demora na linha de fogo, deprime um regimento de infantaria. Finalmente, rendido, ele encontra ao fim de seis horas, a sua força combativa. Bastou que os homens fossem libertos de parasitas e mudassem de roupas interiores.

«O homem é como o carneiro, tem necessidade de companheiros e de um pastor» relata um sargento que se fora colocar à frente de um pelotão completamente desmoralizado». Reconheci o medo do pelotão pelo meu, disse ele, e vi de súbito, que ele provinha da ausência da voz de um chefe. Pus-me a gritar: Façam como eu! Em frente! Marche! Fui seguido, e concluí que o exemplo silencioso não é bastante para estimular um homem.

O êxito desarma. Passado o perigo, a melhor tropa — quadros de oficiais subalternos incluídos — afrouxa e descuida as regras mais elementares da segurança. Isto é provado com os exemplos seguintes:

Uma companhia apoderou-se de uma aldeia. Em lugar de retomar o contacto com os carros que a apoiavam pôs-se a revistar as despensas belgas. Menos de uma hora depois, surgiram os carros alemães que dispersaram a companhia, após ter-lhes feito perder 50% do seu efectivo.

Alguns, 2 grupos conseguiram chegar diante de um abrigo de betão para o qual fizeram recuar os japoneses. Apesar destes dispararem à metralhadora sobre uma companhia vizinha, não se decidem a batê-los. Riem-se, divertem-se, e limitam-se a colocar uma sentinela à saída do abrigo. De repente, no momento em que a sentinela se preparava para chupar uma guloseima, os japoneses empurraram-na e põem em fuga os 2 grupos surpreendidos.

Revista da Cavalaria

Marshall cita três casos de fuga provocada por movimentos retrógrados incompreendidos:

— Um sargento, com uma artéria furada corre em direcção do posto de socorros mais próximo. Os seus homens seguem-no e o movimento propaga-se aos gritos de «em retirada»!

— Como o Rádio de um posto de observação de artilharia não funcionava, os operadores na pressa de ir repará-lo ao próximo P. C. — atravessam, correndo, uma linha de atiradores, no momento em que ela está submetida a violento fogo de morteiros. Os infantes, levantam-se e safam-se.

— Um capitão, colocado à esquerda da sua Companhia, designa uma posição de recuo e ordena a retirada. Mal transmitidas, as suas instruções não atingem o pelotão da direita que empreende a fuga.

Se o medo é contagioso, a coragem também o é. Na maioria dos casos, os fugitivos foram detidos antes do esgotamento das suas forças e reconduzidos ao combate, graças ao exemplo de alguns homens resolutos que não hesitaram em ameaçar com as suas próprias armas, os camaradas desmoralizados, no que foram secundados por chefes enérgicos.

Constatou-se por outro lado que, separados da sua unidade e ligados a uma outra, os elementos que ficam na mão dos seus chefes, tendem a rivalizar em coragem, enquanto os isolados são pouco utilizáveis. Marshall explica este facto.

O combatente possui um horizonte restrito, não se distanciando muito além do Chefe que ele conhece e que julga capaz de influenciar o seu destino.

No momento crítico, o temor de perder a estima dos seus camaradas é um dos sentimentos que o impele à acção. Isolado, rodeado por desconhecidos, ele, perde este estímulo.

A missão dos comandantes (chefes)

O subalterno é um dos melhores guardiões da moral. A ele compete transformar em actos, as forças latentes dos seus homens.

Cuidadoso pelo seu bem estar, mostrar-se-á rigorosamente justo, guardará uma atitude viril, reconhecerá o trabalho dos seus subordinados, orientá-los-á constantemente e estará compenetrado da dignidade da sua função que as aptidões físicas, a coragem e uma inteligência criadora, ajudarão a exercer.

O Capitão deverá poder confiar no julgamento e no sentido do dever dos seus subalternos, que ele se terá aplicado em conhecer. Sem renunciar a controlar a execução das suas ordens, deixá-los-á livremente agir. De contrário, ele depressa ficará esmagado por uma tarefa que, segundo Marshall, comporta 60% de previsões e 40% de imprevistos.

Prever, é, em primeiro lugar, reconhecer minuciosamente o terreno de acção, com vista a estabelecer um plano. Este, comporta a disposição dos pelotões em 1.^a linha, as medidas de segurança, a intervenção do fogo de apoio e a constituição de uma reserva. Estes dois últimos meios são aqueles dos quais

Revista da Cavalaria

o capitão dispõe, para fazer sentir a sua acção no decurso do combate. Ele deverá então:

- Controlar se os fogos de apoio julgados necessários estão prontos a desempenhar o seu papel; obter os que faltam e as respectivas munições; desta maneira evitará uma das causas mais frequentes dos revezes, diz Marshall.

- Prever o emprego da reserva (que não é um reservatório) sobre um ponto decisivo com o fim de render ou «reforçar» um elemento esgotado (privar-se muito cedo deste auxílio é constranger-se a ficar impotente).

- Assegurar o contacto com os vizinhos imediatos (ver mais acima) e não descarregar esta obrigação sobre o superior.

- Verificar o bom funcionamento do abastecimento.

- Cuidar da reserva do superior, com a qual ele pode eventualmente contar.

- Aproveitar a ocasião de beneficiar de um auxílio exterior à companhia.

Para assegurar a colaboração, o capitão não se limitará a levar por diante os seus trabalhos. Ansioso por ajudar os seus subordinados não esperará que eles o informem regularmente da situação; irá tomar conhecimentos directos aos locais onde ela pareça crítica ou decisiva. Antes da acção, ele terá exposto a situação, tal como ela parece apresentar-se; dará conhecimento do objectivo da operação, qual a maneira como conta realizá-la e precisará o concurso que espera de cada um dos seus subordinados.

Conclusão

Os últimos anos da 2.^a guerra mundial podem ser considerados como um período de ensaio das potentes máquinas que serão empregadas de futuro. A linha de fogo formada por infantes armados de espingarda conservará a sua importância.

A força militar de uma nação não repousa nem sobre os recursos materiais nem sobre o génio industrial.

Ela mergulha as suas raízes no coração e na mentalidade dos cidadãos formados pela família, a escola (a caserna, acrescentaremos nós) e a vida.

*

As grandes vitórias americanas, resultaram da coragem e inteligência de uma minoria de combatentes que utilizaram a sua arma e moveram as máquinas.

Tais são algumas das conclusões da obra do coronel Marshall, cujo estudo nós recomendamos vivamente aos nossos oficiais, muito especialmente dos quadros das companhias de infantaria, aos quais ela servirá de guia precioso.

F. M.

NOVA ESPINGARDA AUTOMÁTICA NORTE-AMERICANA

De *Combat Forces Journal*

Como resultante das discussões entre a Inglaterra e os Estados Unidos sobre a verificação do armamento portátil, neste último país ultimaram-se investigações iniciadas sobre este assunto, concretizando-as em duas novas armas designadas por T-44 e T-47 (Figs. 1 e 2).

Estas duas espingardas têm um desenho quase igual e a sua única diferença essencial consiste no mecanismo da culatra; num deles o accionamento da culatra é igual ao da actual espingarda semi-automática Garand M-1 (Fig. 3) enquanto que no outro é semelhante ao da espingarda automática Browning. Comparando-as quanto a precisão, não existe diferença apreciável. Elas possuem dispositivos para disparar, à vontade, em tiro semi-automático ou completamente automático, utilizando um carregador com 20 cartuchos; a sua velocidade de tiro é de 700 disparos por minuto, e com o seu tapa chamas adaptado à boca, ambas as armas têm o comprimento da actual M-1, e o seu peso é uns 600 grs. inferior ao desta arma.

No entanto, o seu aspecto exterior, não apresenta diferença aparente da M-1, no que se assemelha em tudo.

Manejadas por um bom atirador, estas novas armas podem colocar 48 empates por minuto sobre uma silhueta de combatente a pé situada a uma distância para a qual a M-1 somente coloca 34 empates no mesmo tempo (Fig. 4).

A nova espingarda pode também disparar «rajadas de assalto» com a mesma cadência de uma metralhadora, para o que dispõe de um carregador especial, com o qual se podem fazer 100 tiros num minuto.

Posto que as novas armas tenham só menos 600 grs. que a actual M-1, pode parecer que com elas não se conseguiu obter o objectivo original que era o de produzir uma arma realmente leve. Actualmente a redução de peso é somente um dos três factores a considerar no estudo da evolução de uma nova espingarda. Sobretudo, e em primeiro lugar, o combatente insiste em pedir que a potência mortífera ou de detenção, assim como a resistência aos maus tratos e a confiança na nova arma não sejam inferiores à Garand M-1. A segunda característica em importância, é a de obter uma arma que possa disparar à vontade em tiro semi-automático ou automático.

Finalmente, a terceira é a redução do peso que depende do plano da arma.

Para se chegar a este tipo de espingarda, foram ensaiados alguns modelos tão leves que só pesavam 3,2 kgs.

O modelo T-25 (Fig. 5) que constituiu a primitiva versão do presente modelo T-47 era, pelo menos, meio quilo mais leve.

Revista da Cavalaria

Esta maior leveza era devida fundamentalmente à adaptação de uma culatra especial de forma recta. No entanto, este tipo de culatra, acidentalmente adaptado na nova espingarda automática inglesa de 7,11 m/m requer um aparelho de pontaria (Fig. 6) de altura fora do normal, aparte outros possíveis

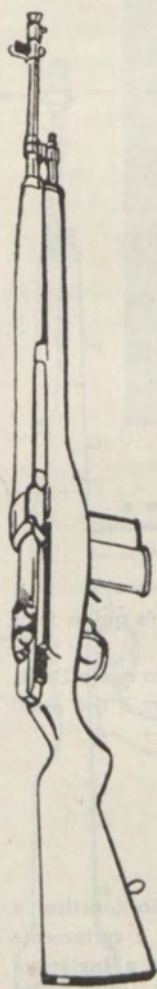


Fig. 1

Espingarda automática T-44

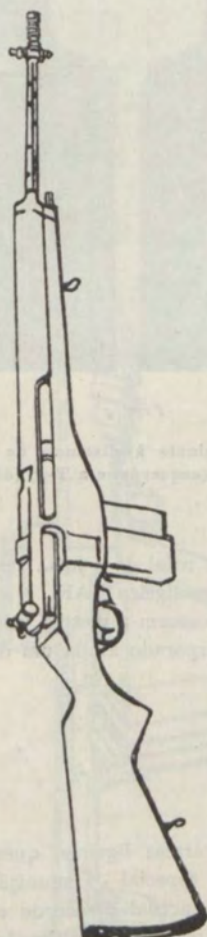


Fig. 2

Espingarda automática T-47

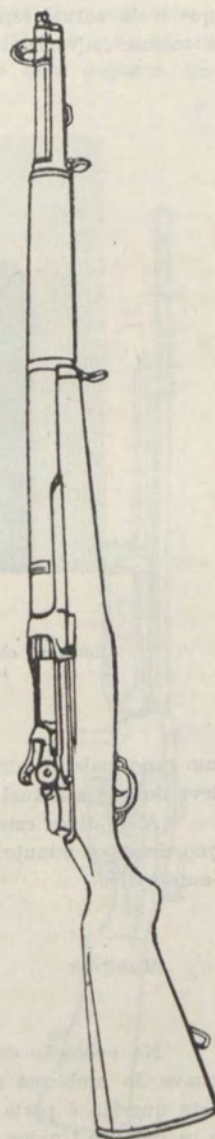


Fig. 3

Espingarda Garand M-1

Revista da Cavalaria

inconvenientes, que confirmados em numerosas experiências de campanha, fizeram com que este tipo de culatras e aparelho de pontaria não satisfizessem as condições exigidas para o combate, tendo sido por isso rejeitadas.

Os novos modelos utilizam ambas culatras oblíquas do tipo corrente.

Cada um dos novos modelos pode utilizar-se com um cano do mesmo peso que o da actual espingarda automática Browning (BAR) (Fig. 7), suportando a mesma cadência de tiro desta arma, e, não obstante estarem equipadas com



Fig. 4

Empates obtidos num minuto à distância de 91 metros com a Garand M-1 (esquerda) e a T-47 (direita)

um cano mais pesado, o seu peso total de 5 kgs., resulta quase três quilos mais leve do que a actual metralhadora ligeira BAR.

Além disso, estes modelos possuem a mesma velocidade de tiro que a BAR, 700 tiros por minuto, tendo incorporado ainda um dispositivo para o tiro semi-automático.

Munições

Na evolução destas novas armas ligeiras, quem sabe se não constitui a chave do problema a concepção especial da munição a disparar e certamente esta questão é parte essencial do actual desacordo existente entre a Inglaterra e os Estados Unidos, no que diz respeito à unificação deste tipo de armamento. Os técnicos de armamento consideram como o principal factor no aperfeiçoamento de uma arma a potência que ela pode desenvolver contra o combatente inimigo. Como consequência, esses técnicos opõem-se formalmente a adoptarem

Revista da Cavalaria

qualquer tipo de cartucho de menor eficácia (potência de choque, penetração ou rendimento balístico) ou de calibre mais reduzido que o de 7,62 m/m da M-2, perfurante, o qual foi suficientemente provado nos campos de batalha da II Guerra Mundial e presentemente confirmado nos da Coreia.

As diferenças básicas entre a munição da espingarda norte americana e da nova espingarda inglesa estão no calibre e nos metais de que são construídas.

Na actual Garand M-1 emprega-se a bala perfurante M-2 de 7,62 m/m, enquanto que na nova espingarda inglesa usa-se uma bala mais pequena, de

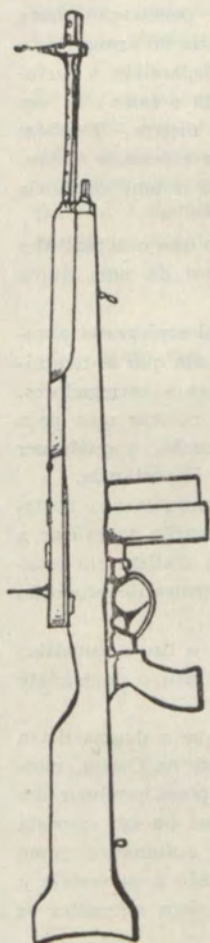


Fig. 5

Espingarda automática
T-25

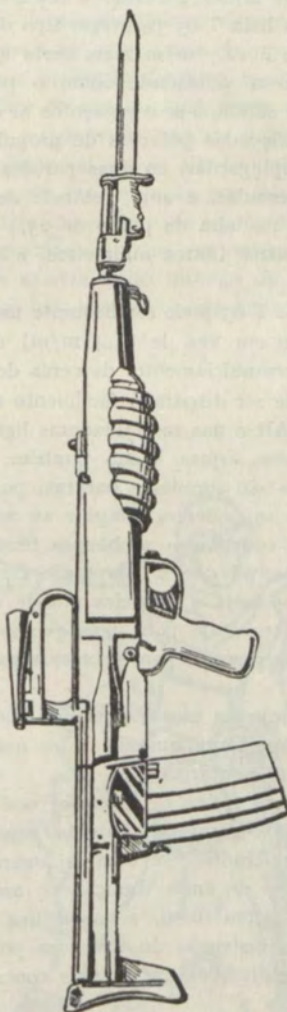


Fig. 6

Espingarda automática inglesa
de 7,11 mm

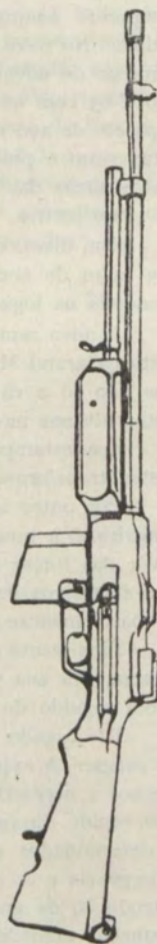


Fig. 7

Espingarda BAR.
M. 1918 A-2

Revista da Cavalaria

núcleo de chumbo, de 7,11 m/m, e com uma potência de penetração muito menor.

Numa demonstração efectuada para comparar o poder de penetração destes dois tipos de projectéis, fizeram-se disparos contra uma chapa blindada de 12,7 m/m de espessura, a uma distância de 100 jardas (91 metros).

O projectil perfurante norte-americano efectuou uma penetração completa da chapa, enquanto que a bala inglesa, com o núcleo de chumbo, não conseguiu nem amolga-la.

Os norte-americanos, realizaram um importante avanço no desenvolvimento da munição para as armas portáteis e estes novos modelos estão aptos a poder utilizá-la. A nova bala T-65 para este tipo de armas foi dada a conhecer em Janeiro de 1952, e é 12,7 m/m mais curta que a actual M-2 (Fig. 8) conquanto conjugue tanto a velocidade como o poder de penetração desta última. No novo cartucho eliminou-se o espaço de ar que existia no antigo, pelo emprego de novas e aperfeiçoadas pólvoras de propulsão. Disparando o cartucho T-65 com as novas espingardas, as duas paredes (entrada e saída) de um capacete de aço são atravessadas, a uma distância de 1.100 metros. Também atravessam 6 pranchas de madeira de pinho de 25,4 m/m de espessura distanciadas umas das outras outros tantos milímetros, e colocadas a uma distância de 1.800 metros.

Além disso, o cartucho T-65 pode ser bastante mais curto que o actual M-2 (63 m/m de comprimento em vez de 84,4 m/m) o que nos dá uma dupla economia na logística do remuniamento, de cerca de 16%.

A nova munição pode ser disparada facilmente na actual espingarda automática Garand M-1, na BAR e nas metralhadoras ligeiras, desde que se modifique não só a câmara destas armas, como também os pentes e carregadores. Estas últimas modificações são simples e baratas, pois basta colocar uma peça de chapa estampada para se poderem adaptar ao novo cartucho, e quaisquer destas transformações não constituem problemas técnicos de importância.

Por outro lado é possível que a adaptação do actual armamento norte-americano à munição T-65, seja a primeira grande transformação a realizar a favor das forças combatentes deste país, pois que se poderia realizar em escalões sucessivos sem grandes gastos e sem sobrecarregar os sistemas de produção e abastecimentos.

Finalmente a introdução de uma espingarda que utiliza o tiro automático mostra, por sua vez, a importante questão de se manter ou não o dogma até agora seguido do «tiro com pontaria».

Efectuando um correcto treino e instrução, verifica-se que o dogma deixa de existir. A experiência dos campos de batalha, especialmente na Coreia, mostra-nos a necessidade imprescindível de uma espingarda que possa produzir um tiro rápido durante períodos de curta duração no assalto final ou em resposta a determinados ataques. Além disso, se se utiliza o fogo automático como emergência e se acentua a instrução do tiro com pontaria, não é necessária a introdução de grandes modificações nos actuais conceitos tácticos referentes às pequenas unidades.

Sob o ponto de vista logístico, também é essencial evitar a tremenda avidez de munições que deviam resultar do desnecessário e contínuo uso do tiro automático de todas estas armas postas nas mãos dos combatentes.

Revista da Cavalaria

Considerações finais

O que expusemos neste artigo, é o que sabemos sobre a actual evolução efectuada nos Estados Unidos para a adopção de uma nova espingarda automática que satisfaça não sòmente as modernas exigências pedidas a este tipo de armamento, como também à discussão respeitante à unificação do mesmo.

Sobre esta última discussão, iniciada há uns meses entre os Estados Unidos e a Inglaterra, podemos dizer que depois de se terem travado grandes discussões secretas em Washington, Londres, e nos campos experimentais de Benning e Aberdeen, parece que pelo menos, temporariamente elas acabaram.

Mr. Churchill disse, depois da última viagem aos Estados Unidos: «não estou completamente convencido que possa favorecer os nossos interesses escolhendo unilateralmente a produção da nova espingarda de 7,11 m/m, ainda que seja considerada melhor do que qualquer outra arma do mesmo tipo».

Porém, e como que respondendo às suas palavras, o Exército norte-americano, anunciou, depois desta viagem de Mr. Churchill, que o Departamento da Indústria Militar, tinha posto em execução um grande contrato de muitos milhões de dólares para a fabricação de mais espingardas Garand M-1.

Em resumo, nos armamentos, como em outros vários aspectos da vida, o perfeito e melhor resulta muitas vezes inimigo do prático e proveitoso, como parece ter acontecido com esta famosa discussão sobre espingardas.

S. B.

De *Ejército*,
Junho, 1952





TIPOGRAFIA DA LIGA DOS COMBATENTES
DA GRANDE GUERRA



TRABALHOS TIPOGRÁFICOS

EM TODOS OS GÊNEROS



Calçada dos Caetanos, 18

TELEFONE — 2 1450

L I S B O A

Bertrand & Irmãos, L.^{da}

TRABALHOS
TIPOGRÁFICOS
SIMPLES,
E DE LUXO,
REPRODUÇÕES
EM FOTOGRAVURA,
OFFSET
E LITOGRAFIA

Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227
21368

LISBOA



*...Essas poucas páginas brilhantes
e consoladoras que há na História do
Portugal contemporâneo escrevemo-las
nós, os soldados, lá pelos sertões da
África, com as pontas das baionetas
e das lanças a escorrer em sangue...*

Joaquim Mousinho



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Mayo

Major Cristovam Ayres de Magalhães Sepulveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferees Luís Manuel Tavares

F.C.



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Capitão António S. Ribeiro de Spínola

Capitão José João Henriques de Avellar

Tenente António Gentil Soares Branco

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — Telef. 38 167

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 7\$50

F.C.

SUMÁRIO

DISCIPLINA E OBEDIÊNCIA	<i>Capitão Quintino da Costa</i>	385
ALGUNS ASPECTOS DAS INVESTIGAÇÕES MÉDICAS PARA O ESTUDO DA PROTECÇÃO CONTRA A GUERRA MODERNA	<i>Aspirante mil. Gonçalves Vieira</i>	391
AMPLIFICADORES DA VISÃO NOCTURNA — INFRAVERMELHOS	<i>Tenente Fernando Maya</i>	405
HIPISMO:		
A NOSSA REPRESENTAÇÃO EQUESTRE EM HELSÍNQUIA	<i>Marquês do Funchal</i>	417
CAMPEONATO EQUESTRE MILITAR DE 1952	<i>Capitão Fernando Cavaleiro</i>	429
A TEMPORADA HÍPICA DE 1952	<i>Repórteres X, Y e Z</i>	433
CONCURSOS HÍPICOS NO ESTRANGEIRO		495
PREÇO DO CAVALO		501
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
O IV CONCURSO HÍPICO INTERNACIONAL DE LOURENÇO MARQUES		503
NOVO EMBLEMA		511



Revista da Cavalaria

13.º ano-n.º 6

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Novembro

DISCIPLINA E OBEDIÊNCIA

Por disciplina entende-se a ordenação permanente interior e exterior, de um ou vários indivíduos num sistema objectivo e normativo de exigências, como seja numa hierarquia.

A disciplina é necessária onde não exista espontânea sujeição a um sistema, onde o uso livre da vontade permita uma atitude favorável ou contrária a esse sistema. Essa atitude tanto é possível na esfera estritamente individual, como em associação com os nossos semelhantes; primeira origem da diferença entre auto-disciplina e disciplina no sentido da comunidade. Esta compreende sempre e simultaneamente a primeira, de que é lógico prolongamento. À primeira categoria corresponde a expressão: disciplina pessoal, enquanto na segunda se situa, entre outras, a expressão disciplina militar. Há quem defina disciplina militar, como o conjunto de princípios e de regras que asseguram a harmonia dos esforços individuais e dos esforços colectivos, com vistas a pre-

Revista da Cavalaria

parar um exército para realizar um acto de força em defesa da Pátria. Assim, o dever militar estaria na base da disciplina militar, e a dedicação voluntária a esse dever seria a verdadeira fonte da disciplina militar.

Há também quem atribua sentido mais restrito ao termo, que significaria somente um conjunto de regras formais e de sanções. Outros limitam ainda mais o significado, e para esses, disciplina é sinónimo de submissão ou de obediência.

Quanto a nós, disciplina há uma, que constitui o princípio de homogeneidade da vida, pois serve a ligar os vários graus de uma hierarquia seja ela civil ou militar, laica ou religiosa.

Comando e obediência outra coisa não são senão dois tempos de um acto de integração nessa hierarquia. Esse acto é que poderá ser voluntário, livremente aceite, ditado pela consciência, portanto com valor moral, ou poderá ser forçado pelo medo da punição, sem assentimento interior do indivíduo, de ser por consequência estranho à sua educação moral.

Ora este tipo de disciplina através o medo, é tudo quanto existe de mais contra indicado na hierarquia militar, já porque o militar nada deve fazer cedendo ao medo, quer porque em estado de guerra o medo a sanções pacíficas é sempre relativo para quem joga a vida a todo o instante. Depois, na guerra moderna, cada vez se necessita mais de homens capazes da maior iniciativa, e a disciplina, a velha disciplina que encerrava em fórmulas negativas os subordinados, processo cómodo para quem comanda, mas sem dúvida fatal para a personalidade de quem obedece, pois cedo se transformavam os subordinados nuns autómatos cuja vontade era substituída pela dos seus chefes. O «não» é uma fórmula somente digna de comandos medíocres porque representa o fosso que defende a ignorância e a incapacidade de tantas pessoas res-

Revista da Cavalaria

ponsáveis. Quem comanda, nunca deve ensinar os subordinados a «não fazerem» isto ou aquilo, condenando-os a uma vida de restrições que os desencoraja e deforma. Deve, sim, mostrar-lhe horizontes vastos, encorajá-los sancionando os seus actos felizes, ensiná-los a «querer não fazer» em vez de «não querer fazer». O militar quer sempre, fazer ou não, consoante se trata de um bom ou mau acto.

Entre o velho conceito de disciplina e o actual existe uma diferença essencial; enquanto no primeiro a obediência era um fim, hoje é simplesmente um meio, e como tal a ela nos vamos referir.

— A obediência é uma das maiores leis das sociedades civilizadas, pois sem ela seria impossível estruturá-las em observância à ordem e à harmonia, seria impossível a unidade que as fortalece, seria impossível resolver os conflitos entre os interesses particulares e o interesse geral, conflitos inerentes à vida em comum.

Mas a obediência tem seus riscos e a eles voltamos a referir-nos, agora de maneira mais ordenada.

O primeiro perigo reside no facto de facilitar a tirania das consciências. A obediência pode tornar-se cega ao ponto de o indivíduo abdicar abandonando-se completamente aos caprichos da vontade alheia. Semelhante obediência é simplesmente imoral. — Ninguém tem o direito de proclamar «o regulamento sou eu!». A lei não é ninguém, ela está acima das pessoas e mal vai quando com elas se confunde porque deixa de ser moral.

Por outro lado, não poderá a obediência constituir uma ameaça para o que de mais valor possui o homem: o seu carácter? À força de se dobrar, esta mola admirável não perderá o seu vigor? Sem dúvida que a obediência exógena, aquela que se desenvolve exteriormente, sem assentimento interno do indivíduo, curva, paraliza, quebra essa força da vida que é o carácter.

Revista da Cavalaria

Poderão obter-se «boas pessoas», ou os chamados «pobres diabos», seres sem personalidade, caracteres débeis e sem firmeza, cuja percentagem no nosso país é tal que bem nos dispensa de aumentarmos o número. Suprimir a vontade dos subordinados e substituí-la pela nossa é fazer adestramento, mas nunca educação militar.

Não há unicamente más formas de comandar. Também há más formas de obedecer: os escravos que obedecem por medo, os hipócritas que afectam uma submissão permanente exterior, os amorfos que obedecem consoante as suas conveniências, não sabendo a sua consciência sequer distinguir entre os chefes autênticos e os ilegítimos.

— Nem só perigos tem a obediência. Também reúne vantagens suficientes para a reabilitar.

Quando ela é interior, livremente aceite, concordante com o nosso carácter, é na escola da obediência que nos enriquecemos com o fruto da experiência das gerações passadas, porque só ela nos permite a aquisição sistemática do muito que foi legado da experiência alheia. Sem obediência não haverá progresso.

É a obediência que nos permite lutar vantajosamente contra os nossos caprichos, libertando-nos. O indivíduo preso pelas suas paixões, facilmente se afunda nos atoleiros se uma voz autorizada de comando o não vier salvar. É a obediência que nos ajuda a passar estes perigos, que nos restitui à liberdade plena.

A obediência não é necessariamente destruidora da vontade, antes pelo contrário, desenvolve-a, fortifica-a, quando se obedece por um acto de vontade, porque é o exercício da própria vontade. É assim que podemos apontar a obediência como caminho que conduz à virilidade, como um meio de engrandecer a personalidade, de dar força à própria vida.

Revista da Cavalaria

— Já atrás dissemos que para tanto não serve qualquer obediência. Apontemos, pois, as qualidades que devem caracterizá-la para ser educativa.

Antes de tudo, a obediência deve ser pronta, isto é, obedecer-se sem esperar que nos supliquem. Quando assim não sucede, estamos em presença de pessoa não educada ou de mentalidade mesquinha.

A obediência deve ser inteligente não só na sua execução como também na sua concepção. Já se disse que não devemos transformar a obediência num gesto mecânico, mas fazer dela qualquer coisa de que aproveite a nossa formação. Por vezes a obediência deve ser cega quanto aos motivos da ordem; mas jamais o deve ser sobre as modalidades da execução.

A obediência deve ser universal, o que quer dizer que não devemos distinguir entre as ordens que nos agradam e aquelas que nos desagradam.

Deve também a obediência ser activa e digna, activa, porque obedecer não significa abdicar mas sim afirmar uma virtude, e como todas as virtudes deve ser activa. Digna, quer dizer: espontaneamente consentida, voluntariamente aceite, que a distingue da obediência de escravo que obedece pelo medo, da do homem livre que adere. Digna quer dizer sincera, e sincera significa não interpretar as ordens a seu belo prazer, tal como Nelson quando em 1800 recebeu em Copenhague ordem para cessar fogo colocou o papel diante do olho cego, dizendo: «não vejo nada; continuem a lutar!».

Digna, quer dizer, evitar a amabilidade interesseira que faz proclamar como admirável e evidente aquilo que em consciência se tem como falso e odioso, evitar que a pessoa se transforme em objecto de compra e venda.

Revista da Cavalaria

— Terminamos com a consciência de quem sòmente apontou temas sem neles entrar a fundo, tão vasta e complexa é a matéria proposta. Cremos, no entanto, que alguma coisa de útil resultará se tivermos conseguido chamar a atenção para um assunto que está na génese da profissão militar: o delicado problema da disciplina e da obediência.

Capitão QUINTINO DA COSTA



ALGUNS ASPECTOS DAS INVESTIGAÇÕES MÉDICAS PARA O ESTUDO DA PROTECÇÃO CONTRA A GUERRA MODERNA

pelo Asp. mil. GONÇALVES VIEIRA

Para o estudo das guerras, a história poder-se-ia dividir em duas partes: uma, a primeira, até à primeira metade do século XIX, em que cada período de guerra não era acompanhado, fatalmente, de modificações profundas do armamento. Há quem queira até atribuir a este facto uma das causas do fracasso das tropas de Napoleão durante a campanha de 1815 em que usaram as mesmas armas com que se haviam batido quinze anos antes em Marengo.

Na segunda parte, isto é, a partir da segunda metade do século XIX, cada conflito tem sido marcado por um aumento considerável de potência dos meios de destruição e pelo emprego de novas armas, que culminou com o aparecimento, na última guerra mundial, de explosivos violentos, libertando quantidades enormes de energia, produzindo ondas de choque intensas e um aumento de temperatura considerável.

A energia libertada pela explosão de projecteis ordinários, antes mesmo do aparecimento da bomba atómica, é, sem dúvida também uma energia atómica. Com efeito, ela utiliza os fenómenos que se desenrolam na periferia do átomo e modificam as suas ligações mútuas, dando lugar à dissociação de moléculas.

Na última guerra, porém, foi utilizada a energia proveniente da parte mais interna e profunda do próprio átomo, quer dizer, do seu núcleo, pelo que, melhor seria chamá-la nuclear do que atómica, e a bomba que utilizou essa energia produzia tais efeitos morais e materiais que se impôs, sem dúvida, uma revisão total de princípios não só sob o ponto de vista estratégico e, portanto, político, mas sobretudo no que diz respeito à defesa de todos quantos podem ser atingidos pela acção devastadora de tais explosivos. Neste capítulo a medicina muito

Revista da Cavalaria

contribuiu, como era lógico, pela observação exacta e pormenorizada das lesões e fenómenos apresentados pelos seres vivos atingidos por tais explosões, e para o estabelecimento das principais medidas de protecção que se impunham contra um explosivo que de uma só vez provocou em Nagasaki 40.000 mortos e 50.000 feridos e em Hiroshima 80.000 mortos e 85.000 feridos. Quer dizer, em duas explosões, 120.000 mortos e 135.000 feridos, uma verdade cruel!

Mas, fixar a nossa atenção única e exclusivamente na bomba atómica, convencidos de que é esse o perigo do futuro, é um erro. As dificuldades técnicas e materiais e a sua morosa execução; o custo exagerado dessa bomba e até mesmo as repercussões políticas e morais e as contra-indicações tácticas no seu emprego, obrigam a que, num futuro conflito, elas sejam usadas com parcimónia. Por outro lado, outras armas existem cuja potência destruidora vem aumentando dia a dia e que continuarão a ser usadas com eficácia garantida. Refiro-me aos explosivos de grande potência e às bombas incendiárias.

Finalmente, não esquecer que o futuro pode trazer surpresas sob o ponto de vista da guerra química e bacteriológica, e o estudo da sua defesa é mais uma das grandes tarefas em que a quota parte da medicina é considerável.

São abundantes os triunfos da medicina que resultantes de um verdadeiro esforço de guerra, serviram no tempo de paz para salvar inúmeras vidas e minorar um sem número de sofrimentos. Cita-se, por exemplo, o caso de um produto descoberto para aplicar às vítimas de gases de guerra, sobretudo contra a «Lewisite» e que existe agora no mercado sob o nome B. A. L. (iniciais das palavras inglesas British Ant-Lewisite).

Com o aparecimento do B. A. L. as vítimas de intoxicação pelos metais pesados, sobretudo os intoxicados pelo sublimado, viram afastado de si o espectro horrível de uma morte pela acção deste sal ou pelo menos beneficiaram de uma melhoria considerável no prognóstico.

A própria penicilina, a quem a humanidade tanto deve, não foi mais do que triunfo da medicina no esforço de guerra, esforço aturado, inteligente e bem conduzido por uma equipa de investigadores orientados por um homem cujo nome nunca se nos apagará da memória: o professor Dr. Fleming.

Estes são, por assim dizer, trabalhos de laboratório, mas, também nos campos de batalha e nas cidades bombardeadas o trabalho dos médicos é incessante quer no tratamento imediato quer na observação cuidadosa das lesões ou ainda no estudo dos projecteis e da forma por que actuam.

Revista da Cavalaria

Estudemos, agora, a acção da bomba explosiva e da incendiária, e, por fim, da bomba atómica. O que vamos dizer não são mais do que as conclusões a que chegou a medicina com os dados da observação dos seus investigadores em colaboração com o exército.

a) — *Características das bombas*

Bombas explosivas — Variadíssimos têm sido os tipos de bombas explosivas empregadas na guerra; elas diferem da granada de Artilharia por conterem uma proporção de explosivo maior podendo ultrapassar a metade do peso total e pela menor espessura da sua parede metálica. A sua explosão é muito mais forte do que a das granadas e os estilhaços que originam são mais pequenos e animados de uma força viva considerável.

Enquanto que, até 1939, as bombas de demolição pesavam de 10 a 500 kg., as da última guerra foram de 2 a 11 toneladas. Actualmente, fabricam-se bombas com dezenas de toneladas e uma de 50 toneladas está em construção tendo em vista determinados objectivos, como sejam os diques. As bombas de 450 kg. de que os americanos se serviram muito para o bombardeamento de cidades produzia uma onda de choque que matava directamente até aos 11 metros e feria até aos 30 metros. A bomba de duas toneladas, das quais uma tonelada e meia era de explosivo, destinava-se a agir pela deslocação de ar que matava num raio de 22 metros e feria até aos 55 metros.

Outra espécie de bombas explosivas — as bombas de fragmentação — foram causadoras de um grande número de vítimas. Ficaram bem conhecidas, da última guerra, as célebres bombas alemãs que os franceses alcunharam de «papillon», de cerca de 2 kg. e que eram lançadas às dezenas e cujos estilhaços matavam até 50 metros.

Outra bomba de fragmentação usada, pesava 120 kg. e projectava estilhaços até 1.000 metros. Comparadas as bombas de diferentes pesos umas com as outras para saber quais eram as que produziam mais mortos e feridos, concluíram que para uma tonelagem de 1.000 kg. de bombas os efeitos eram 10 vezes maiores quando se empregavam 20 bombas de 50 kg. do que quando se usava uma só bomba de uma tonelada.

— A mais horrível das bombas explosivas — a célebre bomba V dos alemães — fez a sua aparição sobre Londres em Junho de 1944 matando até ao fim de Julho seguinte 5.000 pessoas, ferindo 14.000 e

Revista da Cavalaria

destruindo 17.000 edifícios. Em Setembro do mesmo ano apareceu a bomba V2 de 13 mil toneladas que à sua conta aumentou a estatística em 6.570 feridos e, pior teria sido o desastre se os Comandos Britânicos se não tivessem empenhado a fundo na destruição das bases de onde eram lançados tais engenhos.

Bombas incendiárias — Outro flagelo, um dos maiores, da última guerra. Estas bombas com pesos que variam entre 2 e 250 kg., foram responsáveis por uma acção destruidora, material e psicológica, extraordinária.

As bombas incendiárias chegavam a perfurar quatro andares dos edifícios e ardiam durante um período de 7 a 15 minutos atingindo a temperatura de 2.500°. Regra geral, eram lançadas juntamente com bombas explosivas na proporção de 10 para 1 pelo que se pode fazer ideia do efeito destruidor desta táctica de ataque.

b) — *Análise dos seus efeitos.*

Uma das formas por que actuam as bombas explosivas é a deslocação de ar, produzindo o chamado «efeito sopra». Só na última guerra é que, mercê do aumento considerável da potência dos explosivos, se começou a investigar profundamente os efeitos da deslocação do ar sobre o corpo humano. A detonação de uma massa explosiva dá origem a uma onda de pressão muito forte, deslocando-se com uma velocidade superior à do som e que se chama «onda de choque». Essa onda, atinge o meio ambiente com uma brutalidade extrema e, passados os primeiros momentos em que ela se confunde em volta do ponto de explosão com a massa gasosa que se distende, ela age exclusivamente pela sua passagem, de duração inferior a 10 milésimos de segundo e constitui um verdadeiro agente traumatizante. Logo a seguir a pressão atmosférica volta ao seu valor inicial ou, mais frequentemente, a um valor muito inferior durante um período de tempo superior ao da fase positiva, e constitui a «onda de depressão» ou «onda de sucção». Esta onda de sucção, isto é, a fase negativa da onda de choque, exerce pela sua passagem, uma aspiração, cujos efeitos sobre edifícios são muito mais importantes do que os da fase positiva. Sobre o organismo humano, pelo contrário, é a fase positiva que age.

Na proximidade da explosão, o corpo humano fica completamente retalhado e esmagado por esta onda de choque. Mais longe, a desloca-

Revista da Cavalaria

ção do ar agindo sobre toda a superfície corporal que lhe é apresentada, cria aí uma segunda onda de choque que desloca os tecidos e obriga as vísceras a chocar umas contra as outras, rebentando os tecidos mais fracos, rompendo os capilares e provocando inúmeras hemorragias.

As costelas afundam-se sobre os pulmões e os órgãos ocos, sobretudo os intestinos, cheios de gás, rompem-se pelo aumento brusco da sua pressão gasosa interna devido à pressão simultânea externa e em toda a sua extensão, da onda de choque.

Os pequenos vasos, atingidos também por essa ruptura, originam hemorragias que vão inundar a cavidade abdominal e tornar mais grave o quadro clínico. Da mesma forma, no cérebro e centros nervosos, no aparelho auditivo, etc., aparecem hemorragias. Note-se que estes fenómenos se passam no indivíduo que esteja de pé e seja atingido por uma onda de choque e o facto de cair ou ser atirado a distância, só vem agravar e aumentar toda a série de lesões de que falamos.

A dor é um sintoma constante e a perda do conhecimento é frequente e muitas vezes seguida de amnésia retrógrada. Há alterações respiratórias, nervosas e de tensão arterial. Quando a morte não sobrevem dentro das primeiras horas é sinal de que as lesões viscerais não foram consideráveis e o prognóstico passa então a melhorar.

Há um certo número de cuidados a ter nos locais dos acidentes e dos quais dependem muitas vezes — mais vezes do que podemos supor à primeira vista — a vida dos feridos.

Perante um indivíduo, vítima de uma explosão, devemos mobilizá-lo o menos possível. O seu transporte deve ser deitado ou instalado com o máximo das comodidades que as circunstâncias permitirem.

Manobrar um ferido intempestivamente, esticar-lhe os braços ou as pernas com vista às possíveis fracturas; metê-lo incômodamente, e em qualquer posição, num «jeep», por exemplo, e enviá-lo a toda a velocidade e por qualquer estrada, por mais regular que seja, para o hospital mais próximo, convencidos de que assim aumentamos as probabilidades de lhe salvar a vida, é um erro. Bem entendido que um ferido necessita de socorros urgentes, imediatos, mas para isso lá está o penso individual e qualquer cabo maqueiro deve saber fazer um garrote, desinfectar uma ferida, colocar uma tala num membro ou desobstruir as vias respiratórias superiores se acaso elas se obstruíram por detritos ou terra para aí projectados.

Depois disso, e na impossibilidade de fazer chegar a medicina ao doente e não o doente à medicina como seria o ideal, é a calma, o bom senso e a boa organização dos serviços de saúde que salvam um ferido

Revista da Cavalaria

e não a precipitação, as correrias doidas e o desejo, tantas vezes inconsciente, de que ele chegue vivo ou morto, mas o mais depressa possível, ao hospital.

Fizemos estas considerações a propósito das lesões provocadas pela onda de choque de uma explosão, mas o que ficou dito aplica-se também às vítimas de estilhaços de granadas ou a qualquer traumatizado.

As vítimas de explosões, os medicamentos de urgência a aplicar são: o oxigénio, a morfina, os tónicos cardíacos e os antibióticos.

Todos sabem que na última guerra os soldados americanos em certas circunstâncias, usavam eles próprios a morfina quando eram vítimas de grandes lesões provocadas por explosões de granadas ou outros grandes desastres, em locais onde por circunstâncias várias não podiam ter assistência imediata.

Bombas incendiárias — Os ataques incendiários que flagelaram muitas cidades, sobretudo da Alemanha, Inglaterra e do Japão constituíram um dos grandes flagelos da última guerra.

Em Dezembro de 1943 foram convocados em Jüterborg, na Alemanha, médicos especialistas para examinar os efeitos dos grandes ataques aéreos a Hamburgo. Mais tarde, no Japão, o problema dos ataques incendiários foi uma preocupação dominante do Governo assim como na França. Eis alguns resultados: os bombardeamentos incendiários das cidades possuem três características fundamentais: a rapidez, subitaneidade e imensidão do desastre; os ataques eram lançados por vagas de mais de 500 aviões, provocando um grande número de incêndios. Cita-se o número de 16.000 incêndios num só *raid*.

As causas principais da morte nestes ataques incendiários classificam-se em dois grupos: num grupo estão os feridos atingidos pelos destroços projectados à distância pela explosão das bombas, e com queimaduras extensas e infecções que tantas vezes as complicam, muito em especial o tétano.

Noutro grupo enfileiram-se os mortos sem ferimentos aparentes vítimas de asfixia pelo óxido de carbono nos abrigos e na rua; o efeito das altas temperaturas sem queimaduras externas; a sufocação por poeiras, a onda de choque e a morte súbita dos cardíacos. A intoxicação pelo fósforo foi também uma das causas de morte de muitas vítimas de guerra, muito embora as bombas fosforadas não aparecessem frequentemente.

Embora a principal causa de morte nos abrigos fosse intoxicação pelo óxido de carbono, que é responsável pela asfixia de 4/5 das vítimas, outras sucumbiram devido à alta temperatura quer nos abrigos

Revista da Cavalaria

quer nas ruas onde se lançavam desesperadamente na ânsia de encontrarem temperaturas mais suportáveis.

Foram inúmeras as cidades atingidas quer na Inglaterra, quer na Alemanha ou no Japão e para que possamos ter uma ideia de conjunto citamos números: em Inglaterra, Londres e a maior parte das grandes cidades da costa meridional e algumas do interior foram vítimas desses ataques; calcula-se que em 5 edifícios, um foi atingido. Em Londres os aviadores alemães lançaram em 29 de Dezembro de 1940, 100.000 bombas incendiárias que provocaram 1.500 incêndios. Na Alemanha os *raids* britânicos e americanos destruíram 3.600.000 edifícios e mataram 400.000 pessoas. No Japão, num só ataque a Tóquio morreram 84.000 pessoas e ficaram destruídos 3/4 da cidade.

Se nos alargamos um pouco sobre este assunto é para demonstrar o grande problema que constitui para uma cidade, um destes terríveis ataques em que a vida se desorganiza de tal forma que só uma preparação cuidadosa da população civil, dos abrigos, dos meios de defesa e dos serviços de saúde pública pode minorar o sofrimento dos seus habitantes.

A acção de um bombardeamento explosivo ou incendiário sobre a higiene pública é notável; a destruição de residências, do sistema de esgoto, de hospitais e as más condições de vida de certos abrigos onde chegam a viver durante meses, famílias inteiras em plena promiscuidade e a propagação de doenças que por vezes aparecem sob a forma endémica ou epidémica, criam problemas verdadeiramente trágicos.

Sobre a moral da população civil a acção de um bombardeamento é também importante, sendo elevado o número de mortos e alterados mentais, sobretudo os estados ansiosos e de esgotamento psíquico, que provoca. Além disso notou-se um aumento de úlceras gástricas e de doenças cardíacas numa idade inferior à habitual. Outro aspecto da questão é o abalo moral e físico e o decréscimo de actividade e energia de uma comunidade que necessita manter o trabalho árduo e contínuo que impõe o esforço de guerra.

O pânico e a ansiedade criados por estes ataques são finalmente factores importantes a ter em conta para a segurança do próprio Governo.

Do que dissemos surgiram novas orientações para a protecção de tropas e população civil. Assim, os abrigos necessitam novos processos de arejamento, e acomodações de forma a possuírem condições de vida durante um espaço de tempo superior àquele para que normalmente são calculados.

Revista da Cavalaria

A dispersão de postos de socorro, devidamente equipados e a construção de hospitais subterrâneos que satisfaçam as exigências de uma guerra moderna são ideias devidamente assentes, algumas das quais já se iniciaram, constituindo uma das mais prudentes medidas de protecção para uma futura guerra.

A dispersão da população e tropas; uma eficiente montagem dos serviços de higiene pública para actuar de emergência e uma preparação consciente, aturada e bem orientada da população civil são outros tantos problemas que se impõem.

Bomba atómica — Os efeitos de uma explosão atómica podem classificar-se em precoces ou imediatos e tardios.

Aos primeiros, responsáveis pela grande mortalidade e gravidade das lesões que produzam, opõem-se os segundos muito menos graves e extensos e cujas consequências são de longe inferiores ao que a princípio se supunha.

Efeitos imediatos — Os efeitos imediatos da explosão são três:

- a) — efeitos mecânicos;
- b) — efeitos térmicos;
- c) — efeitos radio-activos.

a) — *Efeitos mecânicos* — Os efeitos mecânicos de uma explosão atómica são devidos por um lado à onda de choque, tal como vimos ao falar de bombas explosivas e por outro lado ao choque de objectos e destroços de toda a espécie que a violência do sopro transforma em verdadeiros projecteis, provocando desta maneira indirecta lesões que vão desde a simples contusão até ao esmagamento e graves feridas penetrantes.

As lesões devidas à onda de choque, muito bem descritas pelos técnicos ingleses sob a denominação de «Blast injuries» são precisamente aquelas de que falámos ao tratar de bombas explosivas e havendo, contudo, aspectos particulares de determinadas lesões segundo a explosão se verifica no ar, na terra ou num meio líquido.

A violência da explosão atómica no ar, propaga-se sob a forma de uma onda de choque tão intensa que em Nagazaki, por exemplo, foi partir vidros a 12 km. de distância. Houve quem descrevesse a passagem dessa onda de choque em locais distantes do centro de explosão como «um vento tempestuoso violento e brusco mas muito breve».

As mortes, ou eram imediatas à explosão devidas, quer aos desmoronamentos, choque produzido pelos destroços, quedas, etc., quer a

Revista da Cavalaria

lesões internas, acompanhadas ou não de lesões externas, devidas à passagem da onda de choque. Muitas mortes imediatas foram explicadas pela acção sobre os centros nervosos cerebrais do aumento brusco de pressão do líquido céfalo-raquidiano provocado pelo deslocamento em massa para o espaço cramo vertebral do sangue venoso de toda a cavidade torácica submetido a uma elevada pressão exterior.

Este mecanismo explica também, o facto assinalado pelos médicos japoneses de certas vítimas situadas a grande distância das explosões, no Japão, terem perdido temporariamente o conhecimento sem acusarem qualquer espécie de traumatismo. As lesões pulmonares e abdominais são frequentes, sobretudo as hemorrágicas pulmonares, encontradas num grande número de autópsias.

As perfurações do tímpano encontravam-se também nos sinistrados mas muito menos frequentemente do que logicamente poderiam supor: 17 rupturas do tímpano em Hiroshima e 22 em Nagasaki. É claro que estou convencido que destes números não fazem parte aquelas vítimas que, por estarem junto ao local da explosão da bomba atómica ficaram completamente dilacerados e irreconhecíveis.

Finalmente foram frequentes as alterações nervosas que vão desde violentas concussões — a chamada «Shell contusion» — até aos estados emocionais ligeiros ou gravíssimos («Shell Shock»).

O quadro clínico apresentado por uma vítima do «Blast» aéreo é muito variável no seu aspecto externo ou na sua gravidade. As vítimas apresentam-se chocadas e os primeiros cuidados são, geralmente, os mesmos de que já nos ocupámos: calma, evitar os transportes ou manobras violentas; proporcionar-lhes um repouso moral e físico completo; suprimir-lhes a dor e a angústia; suspender as hemorragias pelos meios ao nosso alcance e evitar-lhes as infecções pela aplicação de doses elevadas de antibióticos. Insistimos nesta conduta, não porque os queiramos ver obrigados a serem médicos à força ou de emergência mas porque, estamos convencidos que qualquer de vós pode num dado momento da vossa vida ter à sua frente um problema desta natureza como tantos, sem serem médicos também e sem nada perceberem de medicina já tiveram e, não nos restam dúvidas de que algumas mortes se teriam evitado se se conhecessem e respeitassem estes princípios básicos que devem fazer parte da cultura geral oficial do exército.

A explosão de uma bomba atómica *na água* provou-se em Bikini, produz efeitos muito menos importantes do que o «Blast» aéreo.

A onda de choque propagada no meio líquido ao encontrar o corpo humano atravessa-o sem lhe provocar lesões importantes excepto ao

Revista da Cavalaria

nível das vias aéreas onde as lesões são idênticas às provocadas por uma explosão aérea ou talvez menos graves. Nas vísceras abdominais as lesões são também muito menos importantes e o facto de o meio líquido opor uma resistência importantíssima aos corpos projectados não se observam lesões de origem traumática. Como meio de defesa contra uma explosão na água bastaria um revestimento de cautchou gasoso que por si só seria suficiente para amortizar o choque da onda líquida.

No meio sólido a explosão origina uma onda de choque relativamente curta e com uma aceleração enorme. Para um indivíduo de pé num carro de combate por exemplo, a onda de choque entrar-lhe-ia pelos pés e as lesões provocadas seriam precisamente as mesmas que provocaríamos se dessemos umas marteladas fortes de baixo para cima: fractura dos pés ou pernas para um indivíduo de pé e fractura da coluna num sujeito sentado. Sucede, porém, que neste caso, às fracturas referidas se associam lesões secundárias motivadas pelo facto do indivíduo geralmente cair ou ser atirado a distância. Do que dissemos conclui-se que os efeitos do «Blast» sólido serão diminuídos pela interposição entre um indivíduo e o solo, de uma substância mole: tapetes, calçados especiais, borrachas, etc.,

Aos efeitos mecânicos da onda de choque de uma explosão atômica, sucedem-se as lesões indirectas, secundárias, provocadas pela contusão dos objectos que a violenta deslocação de ar, mobiliza.

A gravidade destas lesões depende em grande parte da altura da explosão da bomba — sendo mais perigosa uma explosão aérea do que aquática ou no terreno — e ainda do tipo de construção local onde a bomba é lançada.

Por estas razões fácil é compreender a extensão do desastre de Nagasaki e Hiroshima onde a maior parte dos edificios, construídos em madeira, desapareceram num raio de 2.500 metros e onde os incêndios foram bastante violentos. Milhares de japoneses foram vítimas de projecção violenta de destroços de todos os géneros e origens e entre os mortos figuram em grande número aqueles que atingidos pelos destroços, ficaram em estado tal que não puderam fugir aos múltiplos focos de incêndio, cada vez mais violentos e confluentes, acabando por morrerem carbonizados.

Foi enorme o número de «queimados vivos». Em Hiroshima os casos mortais encontravam-se num raio de 2.500 metros.

Até aos 500 metros do centro da explosão não foi possível reconhecer a causa principal de morte. Tudo contribuiu, desde a onda de choque e a projecção de destroços até às violentas queimaduras.

Revista da Cavalaria

Dos 500 aos 1.250 metros, 60% dos hospitalizados apresentavam lesões traumáticas, percentagem que caiu bruscamente a partir dos 2.500 metros.

Dáí para cima encontravam-se imensamente diminuídos os casos fatais predominando as lesões nervosas e emocionantes e aos 4.500 metros a percentagem de feridos era de 14%.

É interessante conhecerem-se estes factos que por si só nos explicam porque uma explosão atómica em Lisboa, por exemplo, causaria um número de vítimas proporcionalmente inferior às japonesas. Os aspectos topográficos de Lisboa e o tipo das suas construções pesam grandemente em favor da sua defesa embora por outro lado seja lógico admitir que entre o menor número de feridos fossem mais graves as lesões. Com efeito, é mais difícil fazer abater um prédio sólido, de granito e tijolos do que uma construção — tipo japonesa mas quando aquele abate o perigo torna-se mais grave.

b) — *Efeitos térmicos*

A queimadura, poderoso meio de destruição porque age a bomba atómica, faz-se por dois mecanismos: por irradiação da onda calorífica e por contacto.

A importância das lesões térmicas é condicionada pela distância da vítima do centro de explosão; pela roupa que traz vestida, e pela existência fortuíta, entre a vítima e o ponto de explosão, de um écran qualquer. Quanto à distância, vejamos resumidamente o que se passou nas explosões atómicas do Japão: No ponto de queda da bomba as vítimas ficaram imediatamente carbonizadas; ao redor num raio de cerca de 500 metros, pouco tempo de vida tiveram os queimados. Dos 1.500 metros por diante as queimaduras apareceram cerca de 2 horas depois da explosão. Além dos 3.000 metros as queimaduras apareciam 4 ou mais horas depois e além dos 4.000 metros não se assinalaram queimaduras.

A protecção pelo vestuário é indiscutível e eficaz a partir dos 1.000 metros e antes dos 1.000 metros se o vestuário não oferece confiança é porque normalmente arde e, arde tanto mais difficilmente consoante o material em que é feito — facto importante para a defesa de tropas — é a distância a que a vítima se encontra.

A lei da física, por todos nós conhecida, de que as cores escuras absorvem mais calor do que as claras foi magistralmente demonstrada no corpo de muitos japoneses vítimas da explosão atómica.

Revista da Cavalaria

Os japoneses usam muito fatos desenhados com flores ou outros detalhes escuros em fundo claro. Ora, observou-se que os detalhes escuros ficaram gravados na pele sob a forma de queimadura enquanto que as partes claras protegiam muito mais.

A parte do corpo mais vulnerável à onda calorífica é a região das espáduas e por outro lado, foi observado que as costuras e camadas mais espessas da roupa têm um valor protector maior.

Dissemos que qualquer ecran interposto entre a vítima e a direcção de explosão atómica a protegia dos efeitos caloríficos pelo facto do calor se propagar em onda recta.

Bem entendido que no centro da explosão ou perto desta qualquer objectivo arde ou é imediatamente destruído mas a partir de uma certa distância qualquer ecran, mesmo pouco espesso que seja, construído de folhagens, por exemplo, pode ser o suficiente para defender um homem de queimaduras graves e por vezes mortais.

Uma semana após a explosão de Hiroshima tinham morrido 53% dos hospitalizados por queimaduras, percentagem que subiu para 75% no fim da 2.^a semana.

As queimaduras por contacto — Foram devidas aos incêndios vorazes que se propagaram velozmente em Nagazaki e Hiroshima após as explosões atómicas.

Descrevemos atrás, muito resumidamente, o aspecto de um ataque incendiário e comparando-o com os efeitos térmicos da explosão atómica conclui-se que nesta, a origem térmica é muito mais potente e vai provocar incêndios a distâncias superiores.

Outro facto agravante da explosão atómica é a que, enquanto que num ataque incendiário as vítimas conseguiam mobilizar todos os seus meios e fugir da morte que as esperava, no caso da explosão atómica uma grande parte das vítimas ficou de tal forma contundida pela onda de choque que era incapaz de tentar a fuga de junto dos incêndios que se ateavam e até mesmo de se libertar das roupas incendiadas.

Mais uma conclusão a tirar para a protecção de tropas e população civil: é que, das condições topográficas e do material de construção locais, como a existência ou não de grandes aplicações em vidro, e madeira; a maior ou menor abundância de materiais inflamáveis ou explosivos e ainda do vestuário usado nos grandes aglomerados sujeitos ao perigo atómico, defende em grande escala a extensão de catástrofe provocada por uma explosão atómica. É com base nestas observações que já se ouve falar de cidades «anti-atómicas».

Revista da Cavalaria

c) — *Efeitos radio-activos*

Os efeitos radio-activos de uma explosão atómica são muito menos graves e extensos do que primitivamente se supunha. Nos dias que se sucederam às explosões no Japão a maior parte das pessoas, senão o Mundo inteiro interrogou-se a si próprio acerca do que seria a bomba atómica; o que era a desintegração nuclear e nos primeiros tempos da «era atómica» muita gente pretendeu ver na radio-actividade a causa da extensão do desastre do Japão. Encontraram-se de facto grandes alterações orgânicas e mesmo certas alterações fisiológicas nos sobreviventes mais próximos do centro de explosão. Concluiu-se também que os terrenos e certas substâncias da zona afectada adquiriam propriedades radio-activas pelo que foi imediatamente recomendado o uso de detectores para a localização das zonas mais perigosas até que a radio-actividade desaparecesse e deixasse de constituir um perigo, mas o que não há dúvida é que os efeitos mecânicos e técnicos da explosão atómica é que foram os responsáveis pelo grande número de vítimas e que a rádio-actividade embora tenha contribuído também para a existência de um certo número de alterados orgânicos, a maior parte dos quais sem gravidade, não foi, sem dúvida causadora de qualquer aumento de mortalidade nos sobreviventes.

Temos a consciência de não ter dito tudo e muito menos a última palavra sobre os ataques explosivos e incendiários e, muito em especial, sobre a bomba atómica.

É já do nosso conhecimento que a Rússia e a América trabalham intensamente no aperfeiçoamento da bomba atómica, procuram a desintegração nuclear de outros elementos além do urânio, já fizeram explodir uma bomba de hidrogénio e estudam já a aplicação de novas armas atómicas. Não há dúvida também que o aumento de potência das explosões atómicas na Sibéria, em Los Alamos e em Las Vegas é uma realidade, e que os seus efeitos aumentaram extraordinariamente.

Nos séculos anteriores, havia, durante a guerra, um princípio que norteava os estrategas: «eram as forças armadas do adversário que interessava destruir»; uma vez cumprido este objectivo, tudo era possível.

Hoje, a população civil, porque participa activamente no esforço de guerra, sobretudo na produção e nos transportes, e porque a sua opinião colectiva, — a chamada opinião pública — exerce por vezes uma influência notável sobre a estabilidade e modo de conduta dos governos, ela recebe não só uma parte dos golpes dirigidos às forças armadas mas também ataques que lhes são directamente dirigidos.

Revista da Cavalaria

E assim, à guerra entre as forças armadas dos séculos passados sucedeu a guerra total dos nossos tempos.

A preparação militar para a guerra é importante, sem dúvida, mas a preparação económica não é menos importante e é precisamente atendendo às características da guerra moderna que se deve proceder a uma preparação cuidadosa e prudente das tropas e população civil.

Hoje o ataque sistemático às grandes cidades sobretudo àquelas com grande desenvolvimento industrial e dos transportes é lei, como lei deve ser também a sua preparação defensiva.

A morte — eis o facto novo da guerra moderna — ameaça a população civil tanto ou mais como às forças armadas. Defender, pois, a população civil contra a ameaça dos bombardeamentos explosivos e incendiários; o emprego de armas atómicas e contra a guerra química e microbiana é um dever de todos aqueles que conduzem ou pelo menos pretendem conduzir prudentemente os destinos de uma nação.

Na preparação das medidas defensivas a Medicina toma um lugar indiscutível como o tomou ou tomará na frente de combate, nos hospitais de sangue, ou mais atrás, tratando ainda dos feridos e observando paciente e silenciosamente todos os fenómenos que se revelam à medida que novas armas vão aparecendo.

Não se julgue, porém, que as relações da Medicina com o Exército cessaram ou desfaleceram no dia do armistício; os esforços continuaram; as investigações sucedem-se, agora em plena paz. Nesta paz fictícia, os médicos estão presentes em Las Vegas e na Sibéria, como o estiveram em Bikini para observarem e estudarem os melhores meios de protecção contra os engenhos mais devastadores com que infelizmente a Ciência tem prendado a Humanidade.





Amplificadores da Visão Nocturna

===== INFRVERMELHOS =====

pelo Tenente FERNANDO MAYA

O interessante artigo do último número da *Revista da Cavalaria*, sobre visão nocturna, da autoria do Sr. Capitão António Spínola, despertou a nossa curiosidade por este assunto e levou-nos a estudá-lo, tanto quanto nos foi possível, com os poucos elementos que nos vieram à mão.

Logo se formou no nosso espírito a ideia de divulgar umas noções sobre os processos que permitem aumentar essa visão, e que serão como que um modesto complemento do artigo a que nos referimos.

É do conhecimento geral o facto de se poder ver de noite iluminando a zona que se pretende observar, com projectores, very-light, granadas luminosas, etc.; não é deste processo que nos vamos ocupar, mas de um outro que aumentando as possibilidades da visão nocturna não se denuncia, isto é, que utilize uma *luz invisível*.

Sabemos todos que a luz solar branca se pode decompor em radiações visíveis com as cores do arco-iris: vermelho, laranja, amarelo, verde, azul, anil e violeta.

Sabemos também que aquém do vermelho e além do violeta existem outras radiações, o infravermelho e o ultravioleta, estas invisíveis (*fig. 1*).

Revista da Cavalaria

As radiações infravermelhas têm muitas das características das radiações visíveis e serviriam ao efeito que se pretende, logo que fosse possível torná-las visíveis ao observador que as utilizasse.

Foi o que se conseguiu fazendo incidir as radiações infravermelhas sobre uma superfície fosforescente carregada por radiações de onda curta emitidas por uma substância rádio-activa. As radiações infravermelhas libertam a ener-

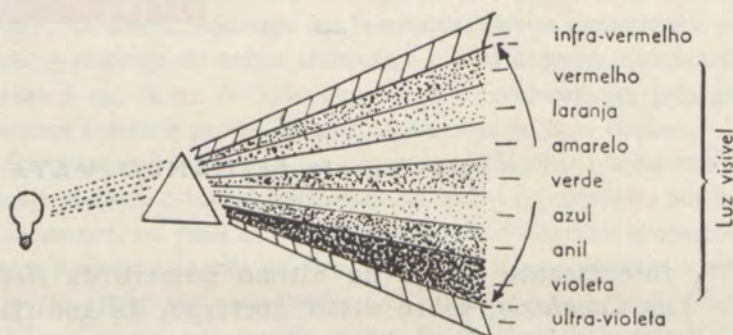


Fig. 1

Espectro solar

gia acumulada, transformando-a em luz visível (princípio em que se baseia o «metascope»).

Outra maneira de conseguir o mesmo efeito, consiste em recolher as radiações infravermelhas num tubo electrónico, no qual se verifica uma libertação de electrões proporcional à intensidade dos raios infravermelhos recebidos. Os electrões assim libertados vão bombardear um écran fluorescente que reproduz a imagem fornecida pelos raios infravermelhos (princípio do «sniperscope» e do «snooperscope»).

Qualquer destes sistemas pode receber as radiações infravermelhas directamente de uma fonte de raios infravermelhos ou as reflectidas pelos objectos quando sujeitos às mesmas radiações.

Revista da Cavalaria

Daqui resulta o múltiplo emprego do sistema em campanha, podendo-se, com efeito utilizá-lo em:

Postos de observação, fazendo incidir sobre o ponto a observar um foco de raios infravermelhos, e por este sistema identificar e alcançar pontos de reunião, terrenos conquistados, locais de desembarque, etc.

Postos de transmissões, fazendo sinais luminosos invisíveis em código com foguetões que tenham filtro infravermelho ou com a lâmpada dos aparelhos como transmissores. A

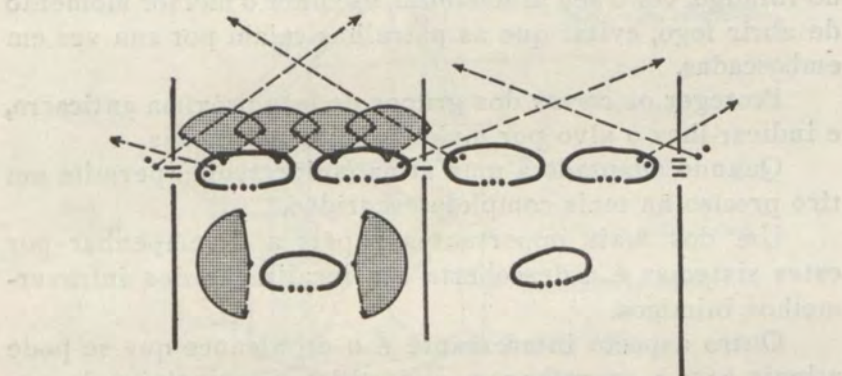


Fig. 2

Disposição dos postos ao longo da L. P. R.

transmissão de mensagens em Morse por estes processos não é prática, ainda que possível.

Na defensiva, para assinalar forças inimigas que procuram aproveitar a escuridão para lançar um ataque, localizar patrulhas que a coberto da noite busquem informar-se sobre as nossas posições. Na linha principal de resistência pode montar-se uma rede de infravermelhos por forma a que toda a frente seja vigiada (*fig. 2*).

Quando qualquer dos postos localiza o inimigo pode assinalar o local preciso em que este se encontra às armas da defesa por meio de balas luminosas. Os operadores de infravermelhos desta rede devem observar com todo o

Revista da Cavalaria

cuidado o seu sector de dia, para mais facilmente o poderem reconhecer de noite.

No ataque, para guiar unidades na marcha de aproximação, reconhecer as posições inimigas que se queiram atacar no escuro, indicar o caminho aberto através de um campo de minas, conduzir o assalto de fortes pontos como casamatas e cavernas.

Nas patrulhas, permitindo-lhes localizar, destruir ou passar perto de patrulhas adversárias, facilitar a infiltração nas linhas inimigas, observar cavernas ou buracos sem entrar neles, poder conhecer — nas emboscadas — os efectivos do inimigo, ver o seu armamento, escolher o melhor momento de abrir fogo, evitar que as patrulhas caiam por sua vez em emboscadas.

Proteger os *carros* dos grupos de luta próxima anticarro, e indicar-lhes o alvo por meio de balas luminosas.

Quando adaptado a uma arma (sniperscope) permite um tiro preciso na mais completa escuridão.

Um dos mais importantes papéis a desempenhar por estes sistemas é a descoberta e a localização dos infravermelhos inimigos.

Outro aspecto interessante é o do alcance que se pode atingir com a aparelhagem que utiliza os princípios de que estamos tratando, e que pode ir até os 6.400 metros. No entanto, o alcance varia não só com o aparelho que recebe as radiações infravermelhas, mas também com a natureza da fonte que as emite. O alcance é ainda influenciado por qualquer luz natural — como por exemplo, o dealbar, o luar ou até a claridade das estrelas — a chuva, o nevoeiro e a reflexão dos infravermelhos na folhagem, em galhos ou nos ramos que estejam perto dos aparelhos. Todos estes factores diminuem o alcance e tornam as imagens menos nítidas.

O emprego dos infravermelhos é decidido pelo comando, única entidade capaz de evitar a utilização simultânea de fontes de luz visível, que prejudicam muito a acção dos infravermelhos, e de coordenar a actuação de todos os aparelhos que existam na área dos receptores.

Tem ainda que se contar com a vantagem que o inimigo possa tirar do emprego dos nossos aparelhos, sempre que possa captar as suas radiações.

Revista da Cavalaria

Esboçados sumariamente os princípios em que se baseia e as utilizações em campanha dos infravermelhos, vejamos, em esquema alguns aparelhos usados pelo Exército Americano.

O «*Metascope*»: é constituído por uma caixa com uma lente óptica e um espelho montados. Contém uma substância

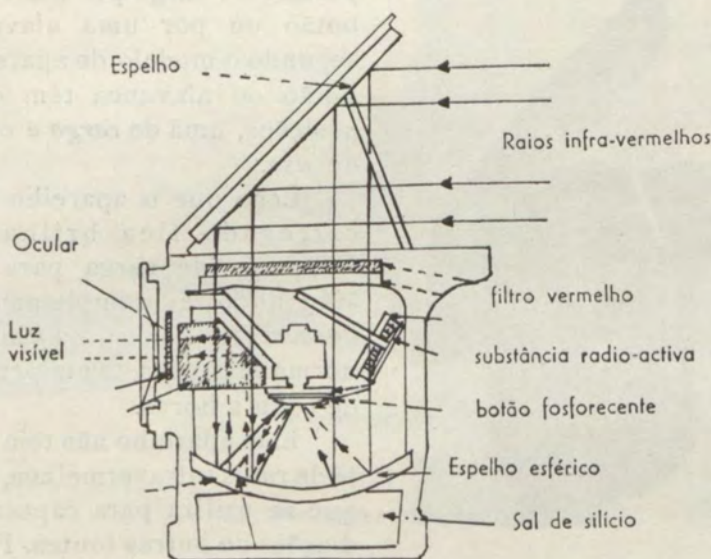


Fig. 3

Esquema do «Metascope»

química que transforma as radiações infravermelhas em luz visível.

As suas partes principais são:

Um *botão-fosforescente* carregado por radiações de onda curta emitidas por uma substância rádio-ativa, que conserva a carga que recebeu até ser impressionado pela luz visível ou por radiações infravermelhas.

Um *sistema óptico* formado por espelhos que levam os raios infravermelhos ao botão fosforescente, e que conduzem a luz visível por este fornecida à ocular.

Revista da Cavalaria

Um *filtro vermelho* que evita a entrada no aparelho de luz visível.

Qualquer humidade que tenha entrado é absorvida por um sal de silício existente no fundo da caixa.

A fig. 3 indica como funciona o «Metascope».

O botão fosforescente é carregado pela substância rádio-activa que é levada para a posição de carga por um outro botão ou por uma alavanca segundo o modelo do aparelho. Botão ou alavanca têm duas posições, uma de *carga* e outra de *uso*.



Fig. 4
«Metascope»

Logo que o aparelho está carregado fica brilhante. O tempo de carga para um «Metascope» completamente descarregado é de 3 a 3,5 horas; normalmente basta um período de 0,5 a 2 horas.

Este aparelho não tem fonte de raios infravermelhos, pelo que se utiliza para captar radiações de outras fontes. Pode, no entanto, trabalhar em conjunto com um projecteur de infravermelhos.

O seu alcance de recepção é de:

- 450 metros para a luz de foguetões com filtro infravermelho,
- 4.800 metros para a luz da lâmpada do «Sniperscope».

Emprega-se principalmente em receber sinais e em detectar os infravermelhos inimigos.

O seu peso é de 450 gramas.

Como medida de segurança contra a rádio-actividade do aparelho, o mesmo só deve estar em contacto com os homens quando estes o estiverem a utilizar ou transportar. Terminada a operação os aparelhos serão recolhidos em armazéns secos e bem ventilados.

Revista da Cavalaria

A rádio-actividade não atinge as pessoas que estiverem afastadas mais de metro e meio.

Todos os que lidem continuamente com estes aparelhos devem ser observados periodicamente pelo médico.

O «*Sniperscope*» é constituído por uma espingarda a que se adapta um gerador de infravermelhos e um telescópio electrónico. Estes elementos são alimentados por um pe-



Fig. 5

«*Sniperscope*» completo

queno gerador e bateria que o operador leva às costas. O peso do «*sniperscope*» completo é de cerca de 12 kgs.

As suas partes principais são:

- Um *holofote* de raios infravermelhos que projecta um feixe destes raios sobre os objectos visados. Estes por sua vez reflectem parte da energia recebida.

Um *telescópio electrónico* composto por: uma «objectiva» que capta as radiações infravermelhas reflectidas pelos objectos «iluminados» pelo holofote; um «tubo electrónico» onde as radiações infravermelhas são transformadas em luz visível, por — como vimos — se verificar uma libertação de electrões proporcional à intensidade das mesmas radiações, electrões estes que, depois de sofrerem uma aceleração, vão bombardear um écran fluorescente, onde reproduzem as ima-

Revista da Cavalaria

gens fornecidas pelos infravermelhos; uma «ocular» que permite ver a imagem fornecida pelo écran e que a amplia.

Uma *Bateria* de chumbo, de 3 elementos e 6 volts metida numa caixa estanque. Esta bateria completamente carregada dá para 4 horas de funcionamento do aparelho, podendo ser carregada 50 vezes.

Um *Vibrador* que, conjuntamente com um transformador e uma lâmpada rectificadora, transforma a corrente contínua de 6 volts da bateria na corrente contínua de alta tensão, (4.250 volts) que através de um circuito potenciômetro for-

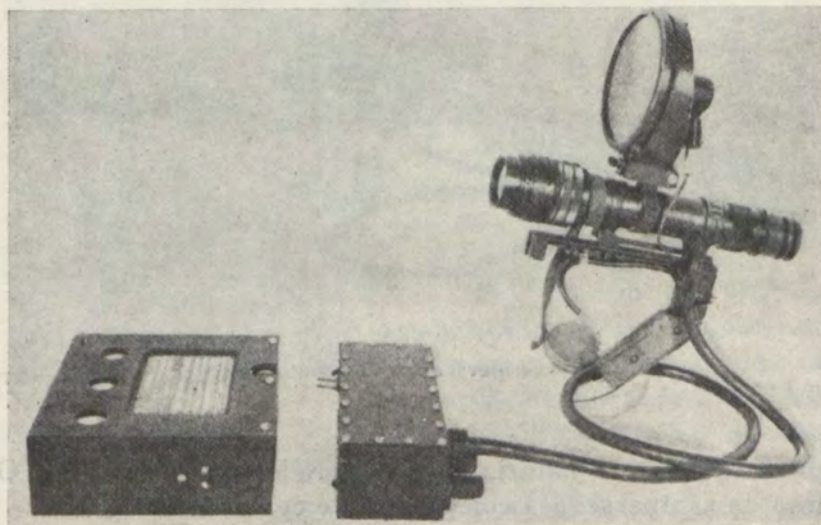


Fig. 6

O «Snooperscope»

nece as diversas potências necessárias ao tubo que torna a luz visível.

Uma *carabina* calibre 30 modificada de modo a permitir a adaptação do telescópio e do holofote de infravermelhos.

O sniperscope pode ser utilizado em todas as missões a desempenhar pelos infravermelhos e que já enumerámos.

Revista da Cavalaria

O seu alcance é de:

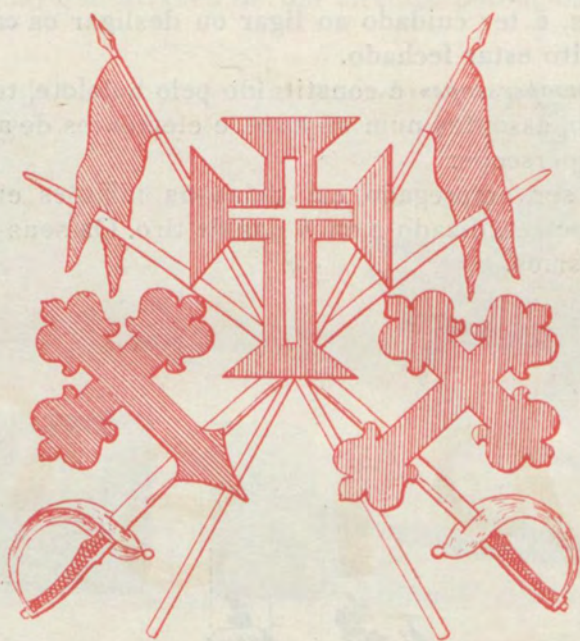
- 1.600 metros para a luz de foguetões com filtro infravermelho.
- 6.400 metros para a luz do holofote de outro sniperscope.

Como segurança do pessoal aconselha-se apenas cuidado com a corrente de alta tensão que alimenta o telescópio electrónico. É preciso verificar o estado dos isolamentos dos condutores, e ter cuidado ao ligar ou desligar os cabos não vá o circuito estar fechado.

O «*Snooperscope*» é constituído pelo holofote, telescópio electrónico, assentes num suporte, e elementos de alimentação do sniperscope.

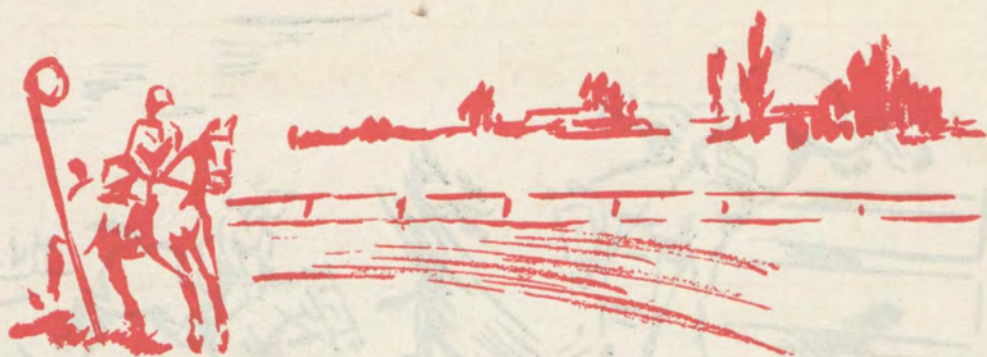
Pode ser empregado em todas as missões em que o sniperscope é utilizado menos nas de tiro. Os seus alcances são os mesmos.







Hippismo



SUMÁRIO

A nossa representação equestre em Helsínquia

Marquês do Funchal

Campeonato equestre militar de 1952

Capitão Fernando Cavaleiro

A temporada hípica de 1952

Repórteres X, Y e Z

Concursos hípicos no estrangeiro



A NOSSA REPRESENTAÇÃO EQUESTRE EM

HELSÍNQUIA

pelo MARQUÊS DO FUNCHAL



Ao aproximar-se a época da realização dos jogos olímpicos em Helsínquia, na Finlândia, em Julho do corrente ano e ao apercebermo-nos de tal, criou-se a impressão de que não nos encontravamos convenientemente preparados para en-

frentar tais competições desportivas.

Pelo menos, na parte respeitante a hipismo, é difícil afirmar que tínhamos a convicção sincera de que a nossa representação seria condigna.

Estabeleceu-se a dúvida em vários espiritos acerca da nossa participação equestre dever ou não efectivar-se e em que modalidades; prevaleceu a de competirmos, quanto possível, com equipas completas (de 3 cavaleiros) nas 3 modalidades: Prova de Escola, Concurso Completo de Equitação e Prova das Nações.

Considerou-se, pois, o lema Olímpico do Barão de Coubert: *«O que é essencial não é ganhar mas sim comparecer»*.

Compareceram as nossas 3 equipas e cumpriram.

Pode a cavalaria nacional estar satisfeita e de parabens.

Devemos, porém, no futuro prometer não reservar para a última hora decisões que devem ser tomadas com a antecedência inerente ao espaço de 4 anos de intervalo entre duas olimpíadas.

Revista da Cavalaria

É justo, pois, dizer-se que melhor ou pior as nossas equipas de hipismo sabiam que dispunham de elementos com que podiam enfrentar o adversário em condições de travarem luta, o que infelizmente não sucedeu com as nossas representações em outros ramos do desporto, exceptuando a vela.

Sabe-se, através das palavras que S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional proferiu perante os dirigentes da repre-



A representação Nacional às provas equestres de Helsínquia

sentação desportiva nacional aos jogos olímpicos, quando dos cumprimentos de despedida, que além do governo considerar o desporto um problema nacional, entendia S. Ex.^a que para além dos resultados do domínio desportivo interessava que essa representação fosse condigna.

Os nossos cavaleiros corresponderam a esse desejo.

Honra seja feita aos nossos velejadores também, que conseguiram elevar a nossa Bandeira no mastro de honra ganhando uma 3.^a classificação.

Sobre escolha de equipas, facto consumado, apenas se pode dizer que cada qual se esforçou e actuou o melhor que pôde e consoante também a sorte o bafejou.

Revista da Cavalaria

Tendo os cavalos chegado em boas condições a Helsínquia depois de uma viagem de 7 dias embarcados no *Serpa Pinto*, puderam passados dois dias iniciar os seus trabalhos preparatórios para as provas olímpicas.

O clima parecia favorável, temperatura agradável entre 20 e 25°, as instalações em boas boxes interiores com terrenos para treino próximos e bem assim um picadeiro coberto. Assim, em Rukensan, local a uns 6 km. do cais onde se encontrava o «*Hotel Serpa Pinto*», era onde os nossos cavaleiros e muitos outros se encontravam todas as manhãs pelo menos para os seus treinos.

Também num dos edifícios próximos se encontrava a secretaria dos serviços equestres e onde, portanto, nos forneciam todos os esclarecimentos e programas necessários.

Quase todos os cavalos das diferentes equipas se encontravam em cavalariças ali existentes, entre outros os da equipa russa. Cavalos de sangue, bem tratados e bonitos. Quer o Stadium Olímpico ou o campo de obstáculos do campeonato equestre e terreno

da prova de ensino encontravam-se próximos o que era uma grande vantagem. Apenas a pista de corridas e o terreno do cross estavam afastados mas terminado o cross os cavalos eram conduzidos às suas cavalariças em camiões próprios.

Os treinos foram executados com regularidade pelos componentes da



Ten. Duarte Silva a bordo do *Serpa Pinto*, junto dos cavalos da equipa



Cap. Valadas montando *Feitiço* num treino

Revista da Cavalaria



Cap. Henrique Calado, montando *Caramulo* num treino em Tali

nossa equipa e as provas tiveram lugar nos dias de antemão marcados.

Sorteados os 26 concorrentes da prova de Escola, coube aos nossos cavaleiros os seguintes números de ordem:

N.º 2 Cap. Valadas montando *Feitiço* (a. a.), n.º 14 Major F. Pais montando *Matamãs* (a. a.) e n.º 23 Cap. R. Nogueira montando *Napeiro* (Alter).

As provas tiveram o seu início às 07h00 do dia 28 de Julho, num ambiente agradável visto não só o rectângulo da prova ser relvado e num recinto arborizado como o público bastante numeroso e generoso no aplauso.

Os nossos concorrentes embora com os cavalos bem preparados não foram felizes; um, na execução dos trabalhos, os outros dois na classificação, sobretudo o Cap. R. Nogueira cujo cavalo executou uma prova agradável.

Verificou-se que a classificação dos 5 membros do júri por vezes era muito dispar o que não se compreende bem num júri técnico e muito escolhido.

É certo que aqueles nossos cavalos não são de grande brilho nos seus trabalhos e para provas internacionais desta natureza convém apresentar cavalos que, desde logo, agradem à vista no tipo e nos andamentos.

Pode, por isso, concluir-se que apenas convém perder o tempo na preparação para estas provas com



Capitão Fernando Cavaleiro, montando *Caudel* saltando uma sebe no «steepie» em Tali

Revista da Cavalaria

cavalos escolhidos e não com qualquer cavalo. Outro tanto não acontece com cavalos de obstáculos que necessariamente devem em primeiro lugar saltar bem e se puderem ser distintos e bonitos à vista, melhor.

A nossa equipa no conjunto das outras equipas e dentro do trabalho realizado devia ter ficado pelo menos com as equipas americana e russa à esquerda.



Oficiais russos junto das cavaliças, vendo-se dois dos cavalos da sua equipa

Classificação individual:

1.º — H. S. Cyr — Suécia.	556,5 pontos
2.º — Lis Hertel — Dinamarca	541,5 »
3.º — A. Jausseamme — França.	541 »
19.º — Reimão	430,5 »
20.º — Valadas	422 »
25.º — Pais.	346 »



Equipa nacional do concurso completo de equitação

Classificação por equipas:

1.º — Suécia.....	1.592,5 p.
2.º — Suíça.....	1.575 »
3.º — Alemanha .	1.501 »
8.º — Portugal...	1.198 »

Nos dias 30, 31 de Julho, 1 e 2 de Agosto realizaram-se as provas de concurso completo de equitação, sendo os dois primeiros dias reservados à prova de picadeiro e os outros res-

Revista da Cavalaria



Cap. Reimão Nogueira na «prova de Escolas»

pectivamente às provas de campo e de obstáculo. Os cavaleiros da nossa equipa, à excepção do Ten. Per. de Almeida que montava a sua égua *Florentina*, encontravam-se um tanto duvidosos das suas montadas, confiados, contudo, no seu desembaraço e prática.

Devemos a boa classificação necessariamente à grande vontade de vencer daqueles cavaleiros e ao

seu conhecimento deste género de provas.

Faial embora não estivesse indicado como tendo a preparação adequada, estava, contudo, sólidamente trabalhado para provas de obstáculos duros e necessariamente possuía o fundo que é exigido para provas violentas de obstáculos em dias seguidos de concurso.

Por vezes é preferível possuir as montadas em condições de treino, cujas exigências não foram demasiadas.

Na sequência das 3 provas neste concurso completo de equitação, mantivemo-nos em permanente tensão.

Os cavaleiros sorteados eram 59. Portugal inscreveu os seguintes conjuntos: Cap. F. Cavaleiro montando *Caudel*, Ten. P. de Almeida montando *Florentina* e Ten. D. Silva montando *Faial*.

As provas de picadeiro dos nossos cavaleiros saíram regulares, mas as classificações não satisfizeram os interessados, viciando notoriamente a classificação geral. Assim, os nossos, ficaram nesta primeira prova classificados respectivamente em 40.º, 49.º e 51.º.



Um concorrente russo na «prova de Escolas»

Revista da Cavalaria

A égua *Florentina* podia ter feito uma prova com a cabeça mais sossegada; *Caudel* é ingrato à vista e *Faial* tem uma natural má colocação.

No dia 1 de Agosto realizou-se a 2.^a prova, isto é, a prova de campo num total de 36 km. assim dividida: 7 km. de estrada em 29' 10'', seguida de 4 km. de *steeple* em pista em 6' 40'', continuando em 15 km. de estrada em 62' 30'', 8 km. de *cross* em 18' que apresentava 32 bons obstáculos num percurso bem marcado em que não podia haver cortes e onde se encontravam algumas subidas. Esta prova era seguida de um percurso de 2 km. em pista rasa, a realizar em 6'. A prova de estrada era em piso duro. O *steeple* era feito numa boa e bonita pista com boas sebes e valas e onde se verificaram algumas quedas aparatosas. Quando os concorrentes terminaram o *steeple* quase imediatamente tinham ocasião de verificar num grande quadro o tempo que tinham realizado. A parte de maior interesse era, pois, o *cross*, tanto assim



Ten. Pereira de Almeida, montando *Florentina* transpondo um obstáculo do «Cross»



Um concorrente irlandês transpondo um obstáculo do «Cross»

que foi onde se verificou o maior número de desclassificações. Nesta parte da prova tem grande influência o desembaraço dos cavaleiros e ao mesmo tempo a calma necessária para permitir o *self-contrôle* indispensável. Os nossos cavaleiros conseguiram manter esses valores nas devidas proporções o que certamente os levou a conseguir uma posição de destaque.

Revista da Cavalaria



Um concorrente americano transpondo um obstáculo do «Cross»

O terreno pode considerar-se pesado, não revolvido mas elástico. Os obstáculos sólidos, bem construídos, bem enquadrados, portanto apresentados com aspecto artístico para o que contribuiu de certo modo a paisagem local. Embora fossem obstáculos de campo, muitos eram idênticos aos de campos de obstáculos, tais como: tríplexes de varas rústicas em cima de valões, duplo de cancelas

rústicas, estacionadas, valados com sebes espessas; um pinheiro cortado na altura de 1,20 m., atravessado e preso ainda ao pé. Lembramo-nos de ter assistido à desclassificação de, pelo menos, 3 concorrentes (1 brasileiro, 1 italiano e 1 romeno) num enterrado com estacionata no fundo.

Nesta prova pareceu-nos pesada a penalização de 60 pontos por queda e as recusas também o são.

Quer o Cap. Cavaleiro como o Ten. P. de Almeida caíram e tiveram recusas, o que os prejudicou um tanto.

Existia um serviço perfeito de ligação entre os vários pontos de passagem obrigatória e obstáculos, sendo as transmissões feitas por meio de postos rádio portáteis. Havia portanto conhecimento em todos os postos do que se ia passando, tanto mais que um cavaleiro que tivesse durante o percurso 4 recusas, era desclassificado. O Ten. Duarte Silva quando entrou na parte do *cross* conhecia a responsabilidade que lhe cabia naquela ocasião, pois



Um concorrente transpondo um obstáculo do «Cross»

Revista da Cavalaria

chegar ao fim do *cross* já representava uma boa colocação da equipa na classificação geral. Uma exigência demasiada durante o *cross* ou o *descontrôle* teria impedido que *Faial* terminasse a prova.

A classificação estava praticamente feita e havia que manter o 4.º lugar no dia seguinte com a prova em campo de obstáculos, ou ainda melhorá-lo o que todavia era difícil. Não abandonar a posição entre 19 equipas já era bom e assim aconteceu mercê de 2 bons percursos sem faltas e de um com 4 pontos.

O campo de obstáculos apresentava-se com uma enorme tribuna cheia de espectadores e o restante espaço contornado de público.

Tarde clara, cheia de sol e algo quente, obstáculos bem dispostos e o percurso não muito fácil, havendo que mencionar como curiosidade uma vala de água em linha quebrada com dois obstáculos a saltar em sentidos opostos e

uma das voltas a fazer no percurso era em seguida ao salto de um obstáculo entrando-se numa espécie de redil aberto num dos lados menores e voltava-se frente à retaguarda para vir tomar uma outra pista com obstáculo final do percurso; era preciso cautela por forma a diminuir o galope a tempo de não saltar para fora.

Embora a classificação individual, não tivesse correspondido ao desejo de



Ten. Duarte Silva montando *Faial*, transpondo o último obstáculo do «Cross»



Ten. Duarte Silva, com *Faial* ao terminar a «prova de Campo»

Revista da Cavalaria

cada um, foi de certo modo, mais interessante e mais importante conseguir-se uma classificação boa da equipa em conjunto.

Classificação individual:

1.º — H. V. Blisceu — Finecke — Suécia.	28,33 pontos
2.º — G. de Frant — França	54,5 »
3.º — W. Búsúj — Alemanha	55,5 »
19.º — Cavaleiro	183 »
23.º — Pereira de Almeida	216,2 »
24.º — Duarte Silva	218 »

Classificação por equipas:

1.º — Suécia... 221,94 pontos	4.º — Portugal 617,20 pontos
2.º — Alemanha 235,49 »	5.º — Dinamarca.
3.º — U. S. A... 587,16 »	6.º — Irlanda

As restantes equipas foram eliminadas.

Fica-nos agora o dia 3 de Agosto, último dia das provas olímpicas e última prova (Taça das Nações) em que se encontravam inscritas 20 equipas representando 20 nações diferentes.

A prova era disputada no Stadium Olímpico e por isso tinha o seu carácter mais popular. Entre 70.000 espectadores sempre algum tem de olhar para os cavaleiros portugueses.

A equipa estava constituída com Cap. Carvalhosa montando *Mondina*, Cap. Calado montando *Caramulo* e Cap. Craiveiro Lopes montando o velho *Raso*. Este último conjunto merecia as nossas dúvidas se bem que os treinos tivessem decorrido bem.

A prova estava séria, não tinha armadilhas, mas certamente por ser disputada em duas mãos iguais, uma de manhã outra de tarde, não estava tão difícil como as das duas últimas olímpicas.

Revista da Cavalaria

É possível que os cavaleiros preferissem fazer uma só prova ainda que mais difícil. Talvez em duas mãos seja, porém, mais regular e menos contingente.

Dos obstáculos entre outros a mencionar, havia uma vala de água de 5 m. onde poucos eram os que não tinham penalização e seguia-se-lhe a 15 m. uma cancela de 1,5 m. que também obrigava a muitas faltas. Na 1.^a mão a nossa equipa ficou bem colocada em 2.^o lugar visto *Mondina* ter feito percurso rápido com 4 pontos. *Raso* teve 12 pontos e *Caramulo* 8 pontos. Craveiro Lopes montou bem sem hesitação e deu confiança à equipa. Apenas 1 cavaleiro fez o percurso sem faltas.

Na parte da tarde, isto é, na 2.^a mão, aconteceu que *Mondina* não correspondendo ao que dela se esperava, porque estivesse sentida do 1.^o percurso ou por qualquer outra razão que o seu cavaleiro tenha encontrado, facto é que saltou rasando tanto que teve 20 pontos, colocando a equipa em dificuldades.

O Cap. Craveiro Lopes conduzindo mais seguro a sua montada teve apenas 8 pontos e o Cap. Calado que também não foi feliz, teve 12 pontos, tendo uma das faltas sido um pouco duvidosa.

A classificação desta forma desceu para 8.^o lugar, que mesmo assim entre 20 boas equipas se deve considerar boa classificação.

Deve-se considerar, de um modo geral, que se a nossa actuação na parte do hipismo foi regular, podia ter sido ainda melhor. Contudo, quando da partida de Lisboa, pensava-se que seria bastante inferior.

Podemo-nos dar por satisfeitos, embora de futuro se pretenda fazer melhor e corrigir erros que sempre se cometem.



Stadium — percurso da «prova das Nações»

Revista da Cavalaria

RESULTADOS

Ensino

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
20.º	Reymão Nogueira	<i>Napeiro</i>	429,5 pontos
21.º	Valadas Júnior	<i>Feitiço</i>	422 »
26.º	Fernando Pais	<i>Matamas</i>	340 »
	8.º PORTUGAL	1.197,5 pontos	

Campeonato

19.º	Fernando Cavaleiro	<i>Caudel</i>	183 pontos
	Penalidades	Ensino	159 »
		Cross (Saltos)	80 »
		Obstáculos	10 »
	Benefícios	Steeple	33 »
		Cross	33 »
23.º	Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	216,2 »
	Penalidades	Ensino	173,2 »
		Cross (Saltos)	100 »
	Benefícios	Steeple	33 »
		Cross	24 »
24.º	Duarte Silva	<i>Faial</i>	218,8 »
	Penalidades	Ensino	173,8 »
		Cross (Saltos)	20 »
		Cross (Tempo)	40 »
	Benefícios	Steeple	15 »
	4.º PORTUGAL	618 pontos	

Taça das Nações

16.º	Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	8 1.40 - 8
			12 1.43 - 6
19.º	Craveiro Lopes	<i>Raso</i>	12 1.46 - 6
			8 1.43 - 8
26.º	José Carvalhosa	<i>Mondina</i>	4 1.41 - 2
			20 1.38
	8.º PORTUGAL	64 Pontos	

CAMPEONATO

EQUESTRE MILITAR DE 1952

IDEIAS E SUGESTÕES

pelo Capitão FERNANDO CAVALEIRO



Mais um campeonato se disputou em Torres Novas. O segundo depois do inexplicável interregno que ia sendo fatal para uma prova que, é sem dúvida, a mais caracteristicamente cavaleira.

Não teve o brilho e a animação que até 1947 sempre dominou na E. P. C. quando se disputava um campeonato. Basta dizer-se que em 1947 houve 65 concorrentes e este ano se ficou por menos de metade, mais concretamente 32.

Apesar disso temos fé em que num futuro próximo, os oficiais de cavalaria verdadeiramente dedicados ao cavalo, conseguirão fazer com que o quase moribundo volte a ter a vida e a animação antigas.

O mais difícil foi conseguir que se tornasse a realizar, e isso, felizmente, já está feito. Bem hajam os que para tal contribuíram, que têm direito à gratidão profunda de todos os cavaleiros.

Oxalá os «novos» saibam compreender o que significa, para a verdadeira Cavalaria, a disputa da sua prova hípica máxima e possam e queiram acompanhar, com a alegria, o desembaraço e o dinamismo próprios, o esforço já dispensado, concorrendo a esta prova num número proporcional à sua importância.

Revista da Cavalaria

A Cavalaria atravessa uma grande crise, mas se as virtudes e os defeitos que a caracterizam não desaparecerem do Mundo, ela há-de renascer das próprias cinzas, com mais brilho e pujança do que antes. É a História, a grande mestra da vida, que no-lo ensina.

Com o Campeonato prova 100⁰/₀ cavaleira está a acontecer o mesmo.

E para isso muito há-de contribuir a troca de impressões feita, à semelhança do ano passado, em seguida ao final



Tenente Duarte Silva, montando o cavalo «Sacato» em que ganhou a 1.ª Série do Campeonato Equestre Militar

da prova. Na sua simplicidade tem, além de um elevado significado, um resultado altamente benéfico para o melhoramento da prova, de ano para ano.

O Júri reuniu-se com todos os concorrentes e todo aquele que tinha ideias e quis apresentá-las, teve o direito de o fazer.

Do apanhado que fizemos das ideias dos outros e das nossas, chegámos à conclusão de que o actual campeonato beneficiaria se sofresse algumas modificações a saber:

— O cross passar a ter 8 km. em vez de 6 km. e o número de obstáculos ser de 30 a 35. (Haveria vantagem em que alguns destes obstáculos, num máximo de seis,

Revista da Cavalaria

tivessem a constituição e o aspecto semelhantes ao normal nas provas internacionais).

Parece estar provado que um cross de 6 km. não requer nem o treino do cavalo nem a habilidade de condução que devem ser exigidas. O máximo de seis obstáculos internacionais trará a vantagem de dar a conhecer os obstáculos



*Capitão Freire de Andrade, montando o cavalo
«Justo» em que ganhou a 2.^a Série do Campeonato
Equestre Militar*

de campo a que normalmente não estamos habituados, sem fazer perder o cunho característico do nosso campo.

— Adoptar as penalizações do Regulamento Olímpico para as recusas, a saber:

1. ^a recusa	20 pontos
2. ^a recusa no mesmo obstáculo .	40 pontos
3. ^a recusa no mesmo obstáculo .	80 pontos
4. ^a recusa no mesmo obstáculo .	desclassificação.

Não é considerada a existência de obstáculos compostos, isto é, uma recusa num dos saltos de um múltiplo considerado não implica obrigação de saltar os anteriores.

— Houve também a ideia de seguir o Regulamento Olímpico no que respeita a penalização nas quedas no

Revista da Cavalaria

campo do salto, mas parece ter-se chegado à conclusão, aliás bastante razoável, de que o facto de penalizar as quedas poderia levar a que se passasse a fazer equitação de exterior demasiado cautelosa, em prejuizo de tradicional e primordial desembaraço.

A queda obriga sempre a perda de tempo e não é normalmente devida, como no caso de recusa, a deficiência do ensino do cavalo. Poderá, sim, ser devida a excesso de desembaraço, mas não será este preferível a um excesso de cautela?

— Pensou-se também em eliminar o limite máximo de beneficiação no cross, o que nos parece desnecessário caso o cross seja aumentado para 8 km.

Quanto à prova de ensino, parece-nos que a solução seria constituir um Júri de 5 membros, obtendo-se, portanto, cinco classificações das quais se eliminariam a mais alta e a mais baixa, sendo as classificações todas publicadas.

Esta medida que preconizamos pode ainda ser ampliada com o sistema seguido nas provas de ensino dos últimos Jogos Olímpicos, o qual consistia em manter separados os componentes do Júri a fim de se eliminar a influência recíproca.

Os membros do Júri deveriam ser, em princípio, pessoas com bastantes conhecimentos da prova preferivelmente, pessoas que tivessem tomado parte em campeonatos, mas já afastados da actividade hípica. Este sistema não seria novidade, pois é o seguido no Concurso Completo de Equitação Olímpico, prova correspondente ao nosso Campeonato.

Estas são as notas, tomadas ao correr da pena, e que nos ocorrem como as mais importantes daquelas que assinalámos no C. E. M. de 1952.

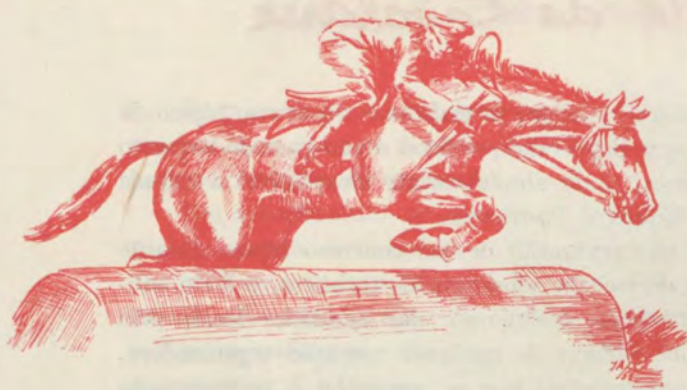


CAMPEONATO EQUESTRE MILITAR

	Concorrentes				Cavalos	1.ª Prova Ensino		2.ª Prova — Fundo										3.ª Prova Obstáculos		Soma das penalizações	Soma das beneficiações	Pontos atribuídos a cada concorrente	Pontuação final				
	Números	Postos	NOMES	Unidades		Valorização	Penalização	1.ª Marcha		Steeple			2.ª Marcha		Cross			Pista raza							Tempo gasto	Penalização	
								Tempo gasto	Penalização	Tempo gasto	Penalização	Beneficiação	Tempo gasto	Penalização	Tempo gasto	Penalização	Beneficiação	Tempo gasto	Penalização								
ESTRANGEIROS	1	Ten.	Xavier de Brito	G. N. R.	<i>Evelyne</i>	253	43			5.12		30			12.13		21			2.18	5	48	60	1000	1012	5.º	
	3	Cap.	Alves Pereira	R. L. 2	<i>Cabeçalvo</i>	240	52			5.42		12			17.36	520	—		Eliminado na inspecção					—	—		
	4	Ten.	Neto de Almeida	E. M. Eq.	<i>Farol</i>	271	35			5.02		36			13.13	—	3			2.37	10	45	39	1000	994	7.º	
	5	Cap.	Correia de Freitas	R. L. 2	<i>Caipira</i>	201	73			5.32		18			16.57	440	—			2.73	15	528	18	1000	490	13.º	
	6	Ten.	Fonseca Lage	E. P. C.	<i>Cruzeiro</i>	199	78			5.15		27			11.21	—	36			2.23	20	98	63	1000	965	8.º	
	7	Ten.	Minas da Piedade	G. N. R.	<i>Miquete</i>	252	43			5.00		36			12.08	—	24			2.29	20	63	60	1000	997	6.º	
	8	Ten.	Monteiro da Graça	R. L. 2	<i>Corinto</i>	176	98			5.56		3			15.50	300	—			2.30	25	423	3	1000	580	12.º	
	9	Ten.	Fonseca Ribeiro	E. P. C.	<i>Come e Cala</i>	188	88			5.24		24			12.06	—	24			3.49 ⁴ / ₅	56 ¹ / ₄	144 ¹ / ₄	48	1000	903 ³ / ₄	9.º	
	10	Cap.	Rhodes Sérgio	E. M. Eq.	<i>Castiço</i>	341	11			5.15		27			12.15	—	21			2.34	—	11	48	1000	1037	4.º	
	11	Cap.	Marques Cavaleiro	Ser. Rem.	<i>Catão</i>	265	39			5.03		36			10.56	—	45			2.47	¹ / ₂	39 ¹ / ₂	81	1000	1041,5	2.º	
	12	Cap.	Alves Calado	E. M. Eq.	<i>Chispa</i>	312	19			4.56		36			11.05	—	42			2.5 ⁵ / ₅	17 ³ / ₄	36 ³ / ₄	78	1000	1041,2	3.º	
	13	Cap.	Herculano Moura	R. C. 3	<i>Sever</i>	193	83			5.47		9			Desclassificado					—	—	—	—	—	—	—	
	14	Ten.	Lopes Cerqueira	R. L. 2	<i>Ivanhoe</i>	253	43			5.35		15			14.52	190	—			2.38	20	253	15	1000	762	11.º	
	15	Cap.	Emiliano Fernandes	R. C. 6	<i>Calculista</i>	207	70			5.28		21			18.52	670	—			3.18 ¹ / ₅	28 ¹ / ₂	768 ¹ / ₂	21	1000	252,5	14.º	
	16	Ten.	Alves Amaro		<i>Cávado</i>	168	108			5.40		12			13.25	—	3			2.30	10	118	15	1000	897	10.º	
	17	Ten.	Duarte Silva	E. P. C.	<i>Sacato</i>	273	35			4.26		36			10.17	—	54			2.32	5	40	90	1000	1050	1.º	
	18	Cap.	Abrantes da Silva	R. C. 5	<i>Gasolo</i>	233	55			5.38		36			13.34	30	—			Eliminado na inspecção					—	—	
	NACIONAIS	19	Cap.	Freire de Andrade	R. L. 2	<i>Justo</i>	297	28			5.29		36			11.56	—	39			2.33	10	35	75	1000	1040	1.º
20		Ten.	Rodrigues Mano	E. P. C.	<i>Embaração</i>	246	46			6.06		21			Desclassificado					—	—	—	—	—	—	—	
21		Cap.	Cruz Azevedo	R. L. 1	<i>Heroi</i>	237	52			Desistiu					—	—	—			—	—	—	—	—	—		
22		Alf.	Ferreira Durão	E. P. C.	<i>Lumiar</i>	259	41			6.09		21			13.26	—	12			Desistiu			—	—	—	—	
23		Ten.	Fonseca Sabbo	E. M. Eq.	<i>Jau</i>	301	23			5.43		36			13.11		15			2.31 ⁴ / ₅	5	28	51	1000	1023	3.º	
24		Cap. pic.	Seródio	E. M. Eq.	<i>Lacaio</i>	234	55			5.47		33			13.04	—	18			2.30 ⁴ / ₅	0	55	51	1000	996	4.º	
25		Ten.	Sousa Cambezes	R. C. 4	<i>Decidido</i>	188	88			5.40		36			Desclassificado					—	—	—	—	—	—	—	
26		Ten.	Ferreira da Cunha	R. C. 7	<i>Janóinha</i>	244	49			6.29		9			16.38	330	—			Desclassificado					—	—	—
27		Ten.	Rodrigues de Carvalho	R. C. 8	<i>Belmonte</i>	201	23			5.54		30			Desclassificado					—	—	—	—	—	—	—	
28		Cap.	Ferreira Coelho	R. C. 7	<i>Ilhéu</i>	236	52			6.55	30	—	51.05	65	Desclassificado					—	—	—	—	—	—	—	
29		Cap.	Chaves Ramos	R. C. 3	<i>Judeu</i>	Desclassificado				—	—	—			—	—	—			—	—	—	—	—	—	—	
30		Alf.	Antunes Palla	G. N. R.	<i>Jararaca</i>	226	58			5.28		36			11.18	—	48			2.36 ⁴ / ₅	0	58	84	1000	1026	2.º	
32		Alf.	Martins dos Santos		<i>Faizão</i>	141	143			5.40		36			13.32	—	9			2.38	15	158	45	1000	887	5.º	



1	Cap.	Alfredo de Azevedo
2	Cap.	Alfredo de Azevedo
3	Cap.	Alfredo de Azevedo
4	Cap.	Alfredo de Azevedo
5	Cap.	Alfredo de Azevedo
6	Cap.	Alfredo de Azevedo
7	Cap.	Alfredo de Azevedo
8	Cap.	Alfredo de Azevedo
9	Cap.	Alfredo de Azevedo
10	Cap.	Alfredo de Azevedo
11	Cap.	Alfredo de Azevedo
12	Cap.	Alfredo de Azevedo
13	Cap.	Alfredo de Azevedo
14	Cap.	Alfredo de Azevedo
15	Cap.	Alfredo de Azevedo
16	Cap.	Alfredo de Azevedo
17	Cap.	Alfredo de Azevedo
18	Cap.	Alfredo de Azevedo
19	Cap.	Alfredo de Azevedo
20	Cap.	Alfredo de Azevedo
21	Cap.	Alfredo de Azevedo
22	Cap.	Alfredo de Azevedo
23	Cap.	Alfredo de Azevedo
24	Cap.	Alfredo de Azevedo
25	Cap.	Alfredo de Azevedo
26	Cap.	Alfredo de Azevedo
27	Cap.	Alfredo de Azevedo
28	Cap.	Alfredo de Azevedo
29	Cap.	Alfredo de Azevedo
30	Cap.	Alfredo de Azevedo
31	Cap.	Alfredo de Azevedo
32	Cap.	Alfredo de Azevedo
33	Cap.	Alfredo de Azevedo
34	Cap.	Alfredo de Azevedo
35	Cap.	Alfredo de Azevedo
36	Cap.	Alfredo de Azevedo
37	Cap.	Alfredo de Azevedo
38	Cap.	Alfredo de Azevedo
39	Cap.	Alfredo de Azevedo
40	Cap.	Alfredo de Azevedo
41	Cap.	Alfredo de Azevedo
42	Cap.	Alfredo de Azevedo
43	Cap.	Alfredo de Azevedo
44	Cap.	Alfredo de Azevedo
45	Cap.	Alfredo de Azevedo
46	Cap.	Alfredo de Azevedo
47	Cap.	Alfredo de Azevedo
48	Cap.	Alfredo de Azevedo
49	Cap.	Alfredo de Azevedo
50	Cap.	Alfredo de Azevedo
51	Cap.	Alfredo de Azevedo
52	Cap.	Alfredo de Azevedo
53	Cap.	Alfredo de Azevedo
54	Cap.	Alfredo de Azevedo
55	Cap.	Alfredo de Azevedo
56	Cap.	Alfredo de Azevedo
57	Cap.	Alfredo de Azevedo
58	Cap.	Alfredo de Azevedo
59	Cap.	Alfredo de Azevedo
60	Cap.	Alfredo de Azevedo
61	Cap.	Alfredo de Azevedo
62	Cap.	Alfredo de Azevedo
63	Cap.	Alfredo de Azevedo
64	Cap.	Alfredo de Azevedo
65	Cap.	Alfredo de Azevedo
66	Cap.	Alfredo de Azevedo
67	Cap.	Alfredo de Azevedo
68	Cap.	Alfredo de Azevedo
69	Cap.	Alfredo de Azevedo
70	Cap.	Alfredo de Azevedo
71	Cap.	Alfredo de Azevedo
72	Cap.	Alfredo de Azevedo
73	Cap.	Alfredo de Azevedo
74	Cap.	Alfredo de Azevedo
75	Cap.	Alfredo de Azevedo
76	Cap.	Alfredo de Azevedo
77	Cap.	Alfredo de Azevedo
78	Cap.	Alfredo de Azevedo
79	Cap.	Alfredo de Azevedo
80	Cap.	Alfredo de Azevedo
81	Cap.	Alfredo de Azevedo
82	Cap.	Alfredo de Azevedo
83	Cap.	Alfredo de Azevedo
84	Cap.	Alfredo de Azevedo
85	Cap.	Alfredo de Azevedo
86	Cap.	Alfredo de Azevedo
87	Cap.	Alfredo de Azevedo
88	Cap.	Alfredo de Azevedo
89	Cap.	Alfredo de Azevedo
90	Cap.	Alfredo de Azevedo
91	Cap.	Alfredo de Azevedo
92	Cap.	Alfredo de Azevedo
93	Cap.	Alfredo de Azevedo
94	Cap.	Alfredo de Azevedo
95	Cap.	Alfredo de Azevedo
96	Cap.	Alfredo de Azevedo
97	Cap.	Alfredo de Azevedo
98	Cap.	Alfredo de Azevedo
99	Cap.	Alfredo de Azevedo
100	Cap.	Alfredo de Azevedo



A TEMPORADA HÍPICA DE 1952

pelos Repórteres X, Y e Z

Com as provas do Outono, levadas a efeito pela Sociedade Hípica Portuguesa, terminou a temporada hípica de 1952, que ficou assinalada com a realização de dez concursos hípicos e quatro dias de corridas.

Embora, comparativamente a outros países da Europa e das Américas, o número de concursos realizados seja diminuto, tem que se reconhecer um acentuado progresso em relação aos anos transactos.

Dificuldades de ordem material, impediram mais uma vez a efectivação do concurso hípico de Coimbra, realizado em 1950 com pleno êxito desportivo; porém, sabemos que a comissão local se encontra animada dos melhores desejos em assegurar a continuidade de realização do concurso.

Por dificuldade de inclusão no calendário hípico na data exactamente fixada pela comissão organizadora, não se realizou este ano o concurso hípico de Espinho. A colocação de um oficial de cavalaria no comando da polícia local, constitui, sob o aspecto em causa, bom augúrio, pois a sua acção ajudará certamente a resolver as dificuldades burocráticas inerentes à realização de um concurso, que aliás são facilmente removíveis, quando se tratem os assuntos com espírito compreensivo.

Em relação ao ano de 1950, há a registar a realização do concurso hípico de Torres Vedras, o qual não tinha sido efectuado em 1951 por dificuldades de ordem material.

Revista da Cavalaria

Mais um ano se passou, sem que se realizasse o concurso hípico da Figueira da Foz, facto que depois do que ficou o ano passado expresso nas páginas desta Revista, torna absolutamente inexplicável a atitude passiva da Federação Equestre Portuguesa.

Parece-nos que a não realização de um concurso hípico durante doze anos, numa zona de reconhecidos recursos turísticos, é facto suficientemente demonstrativo do desinteresse das entidades locais pelo desporto hípico e da inexistência de qualquer comissão organizadora.

Não é por isso compreensível que se mantenha a representação oficial e o consequente direito de opinião a uma organização, que não existe desde 1939, irregularidade que se encontra sobrelevada pelo facto de outras organizações apresentarem o legítimo direito de desejarem oficializar os seus concursos.

Dificuldades inerentes a um meio essencialmente avesso às funções jornalísticas, o elevado número de concursos realizados e o facto dos vários periódicos desportivos se terem referido em pormenor às diferentes organizações hípias do ano, conduziu-nos a manter a solução, o ano passado adoptada, de reunir numa só reportagem todos os concursos hípicos do ano, os quais são focados apenas sob os aspectos que mais feriram a atenção dos cronistas da nossa Revista X, Y e Z.

É natural, que os cronistas nem sempre sejam completamente compreendidos, tanto mais que o anonimato constitui factor psicológico de ordem negativa; no entanto, quando o sentido crítico é norteado, como no caso presente, pelo ideal de progresso das várias organizações hípias do País, há que sobrelevar às susceptibilidades de ordem individual, os interesses gerais do hipismo nacional.

É possível que apareça um ou outro quadro pintado a tintas fortes, porém, mesmo neste caso, apenas os moveu o salutar anseio de avivarem cores, que por terem saído demasiado esbatidas em anos anteriores, escaparam à vista dos observadores menos atentos.

MAFRA

(Concurso Hípico Militar de Mafra)

As características militares deste concurso, colocam-no em situação muito especial, pelo que não é possível compará-lo com as demais organizações.

Revista da Cavalaria

Trata-se de provas regulamentares já largamente referidas em anos transactos, o que nos dispensa de entrar em mais considerações sobre as suas condições de realização.

Em complemento do que ficara o ano passado expresso, nestas páginas, acerca deste concurso, pode afirmar-se, embora com tristeza, que mais um ano se passou, sem que tivéssemos notado com a realização do concurso hípico militar de Mafra qualquer benefício palpável para o hipismo militar.

X.

RESULTADOS

Prova «Sargentos»

Correram 29

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	O. A.	Francisco Caetano	<i>Garoto</i>	o 1.01
2.º	O. A.	Inácio Guerra	<i>Que Foi</i>	o 1.04
3.º	O. A.	Orestes Chaves	<i>Heril</i>	o 1.05 - 1
4.º	O. A.	Silva Reis	<i>Belver</i>	o 1.07 - 3
5.º	O. A.	José Marques	<i>Brioso</i>	o 1.08

Prova «Omnium»

1.ª Série — Correram 75

1.º	O. A.	Duarte Silva	<i>Ixia</i>	o 1.14
2.º	O. A.	António Seródio	<i>Corgo</i>	o 1.14 - 1
3.º	O. A.	Rui Abrantes	<i>Chispa</i>	o 1.15 - 1
4.º	O. A.	Sousa Pereira	<i>Magnate</i>	o 1.16 - 1
	O. A.	Semedo de Albuquerque	<i>Fão</i>	o 1.16 - 1

2.ª Série — Correram 50

1.º	O. A.	Jorge Matias	<i>Cinzano</i>	o 1.14 - 4
2.º	O. A.	Ferreira Cabral	<i>Inca</i>	o 1.16
3.º	O. A.	Joaquim Leote	<i>Vénus</i>	o 1.19
4.º	O. A.	Monteiro da Graça	<i>Hissália</i>	o 1.22 - 3
5.º	O. A.	Marquês do Funchal	<i>Wessington King</i>	o 1.29 - 3

Revista da Cavalaria

3.^a Série — Correram 48

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e tempo
1. ^o	O. A.	Fernando Cavaleiro	<i>Invento</i>	0 1.12 - 1
2. ^o	O. A.	Neto de Almeida	<i>Impecável</i>	0 1.14
3. ^o	O. A.	Rangel de Almeida	<i>Fébus</i>	0 1.15
4. ^o	O. A.	Jorge Matias	<i>Flávia</i>	0 1.15 - 4
5. ^o	O. A.	Rhodes Sérgio	<i>Flama</i>	0 1.16 - 2

Prova «Caça»

1.^a Série — Correram 101

1. ^o	O. A.	Álvaro Sabbo	<i>Cachimbo</i>	1.26 - 1
2. ^o	O. A.	Fernando Cavaleiro	<i>Catão</i>	1.35
3. ^o	O. A.	Duarte Silva	<i>Ixia</i>	1.35 - 1
4. ^o	O. A.	Ivens Ferraz	<i>Dark Night</i>	1.35 - 3
	O. A.	Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	1.35 - 3

2.^a Série — Correram 47

1. ^o	O. A.	Fernando Cavaleiro	<i>Invento</i>	1.45
2. ^o	O. A.	Miranda Dias	<i>Corsário</i>	1.53 - 1
3. ^o	O. A.	Jorge Matias	<i>Flávia</i>	1.56 - 1
4. ^o	O. A.	António Romeiras	<i>Nocivo</i>	1.58 - 1
5. ^o	O. A.	Rodrigues Mano	<i>Formigo</i>	1.59 - 2

Prova «Escola Militar de Equitação»

Correram 13

1. ^o	O. A.	Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	0 1.18 - 3
2. ^o	O. A.	Rangel de Almeida	<i>Fébus</i>	0 1.19 - 1
3. ^o	O. A.	Duarte Silva	<i>Faial</i>	4 1.13 - 4
4. ^o	O. A.	Ferrand de Almeida	<i>Cupido</i>	4 1.16 - 4
5. ^o	O. A.	Henrique Calado	<i>Cantil</i>	5 ¹ / ₂ 1.32 - 3

Prova «Escola Prática de Infantaria»

1.^a Série — Correram 63

1. ^o	O. A.	Fernando Cavaleiro	<i>Catão</i>	0 1.03 - 3
2. ^o	O. A.	Mena e Silva	<i>Le Roi Darius</i>	0 1.03 - 4
3. ^o	O. A.	Quintino da Costa	<i>Cutita</i>	0 1.04 - 1
4. ^o	O. A.	Antunes Palla	<i>Kaju</i>	0 1.04 - 3
5. ^o	O. A.	António Seródio	<i>Corgo</i>	0 1.05 - 1

Revista da Cavalaria

2.^a Série — Correram 41

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	O. A.	Saldanha Gouveia	<i>Hanga</i>	0 1.05
2. ^o	O. A.	Pinto de Aguiar	<i>Sagres II</i>	0 1.05 - 4
3. ^o	O. A.	Marquês do Funchal	<i>Wessington King</i>	0 1.07 - 1
4. ^o	O. A.	Augusto Lage	<i>Fradique</i>	0 1.08 - 3
5. ^o	O. A.	Ribeiro de Carvalho	<i>Caifaz</i>	0 1.10

Prova «Escola Prática de Cavalaria»

Correram 26

1. ^o	O. A.	António Romeiras	<i>Nocivo</i>	0 0.37 - 2
2. ^o	O. A.	Rhodes Sérgio	<i>Flama</i>	4 0.34 - 2
3. ^o	O. A.	Duarte Silva	<i>Marlborough</i>	4 0.34 - 3
4. ^o	O. A.	Alvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	4 0.36 - 1
5. ^o	O. A.	Manuel Carpinteiro	<i>Chibuto</i>	4 0.37 - 1

Prova «Taça Ministério do Exército»

1. ^o	Taça E. M. E.	Neto de Almeida	<i>Jacaré</i>	0 1.23 - 4
		Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	0 1.22 - 3

LISBOA

Em relação ao ano passado, há que registar com agrado uma incontestável melhoria no referente à organização do programa do concurso e consequente realização técnica.

Quanto à organização do programa, quando este seja encarado no quadro das competições internacionais, nenhum reparo nos ocorre. As deficiências notadas em 1951 foram devidamente remediadas.

Quanto à realização técnica, limitar-nos-emos a transcrever da revista *Diana* a opinião dos componentes da equipa espanhola sobre este concurso: «De todos os concursos hípicos em que temos tomado parte, neste último ano, destacamos como os melhores, os percursos que corremos no concurso hípico de Lisboa».

No campo técnico apenas nos feriu a atenção o elevado número de faltas dadas numa ria localizada em sétimo obstáculo da prova de

Revista da Cavalaria



Capitão José Carvalhosa, montando Estemido em que ganhou
os «Grandes Prêmios» de Lisboa e Cascais

Revista da Cavalaria

«Regularidade», o que ofuscou, de certo modo, o brilho da prova, originando a eliminação de muitos dos cavalos favoritos. Porém, fazemos este reparo com certa reserva, porque encontrando-se este obstáculo a meio de uma pista sem qualquer outro obstáculo a condicionar-lhe a abordagem, nada justifica o número de faltas que originou, uma vez que se encontrava com aspecto normal. Piso, ilusão óptica, atenção dos cavalos desviada noutro sentido, preocupação demasiada dos cavaleiros em face das primeiras faltas fortuitamente verificadas,... ou outro qualquer factor imponderável. Sem dúvida, alguma causa existiu, porém, escapou à nossa observação.

Quanto a resultados técnicos é de salientar a excelente actuação da equipa espanhola que ganhou cinco provas do concurso, três das quais o comandante Ordovaz montando *Boémio* e duas o comandante Garcia Cruz, montando *Quorum*.

A prova máxima do concurso — «Grande Prémio» — foi ganha pelo capitão Carvalhosa, montando magistralmente o seu generoso *Estemido* e a — «Taça de Honra» — pelo capitão Henrique Calado montando, em percurso de grande estilo, o seu *Caramulo*.

Com as vitórias dos nossos cavaleiros internacionais capitães Carvalhosa e Calado, Portugal conseguiu os primeiros postos das provas mais importantes, o que constituiu um lenitivo para a extraordinária actuação que vinha fazendo a equipa espanhola, que tinha até essa altura ganho todas as provas em que tomara parte.

Y.

RESULTADOS

Prova «Sociedade Hípica Portuguesa»

(Omnium 1.^a Série)

Correram 27 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1,42

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	1.000\$00	Jorge Matias	<i>Cinzano</i>	0 1.11 - 3
2. ^o	600\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Cara Linda</i>	0 1.15 - 2
3. ^o	400\$00	António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1.20
4. ^o	300\$00	Manuel Cerqueira	<i>Hirco</i>	3 1.21 - 3
5. ^o	200\$00	Sousa Pereira	<i>Magnate</i>	4 1.16 - 2
6. ^o	200\$00	Alvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	4 1.16 - 3
7. ^o	200\$00	Augusto Lage	<i>Fradique</i>	4 1.17 - 1
8. ^o	200\$00	Joviano Ramos	<i>Arc-en-Ciel</i>	4 1.19 - 1
9. ^o	200\$00	Quintino da Costa	<i>Cutita</i>	4 1.21 - 2
10. ^o	200\$00	Antunes Palla	<i>Kajú</i>	4 1.24 - 3

Revista da Cavalaria

Prova «Secretariado Nacional de Informação Cultura Popular e Turismo»

(Omnium 2.^a Série)

Concorreram 50 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.42

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	2.000\$00 e Taça	Garcia Cruz	Quorum	0 1.02 - 3
2. ^o	1.000\$00	Neto de Almeida	Jacaré	0 1.11 - 1
3. ^o	700\$00	Correia Barrento	Congo II	0 1.11 - 4
4. ^o	500\$00	Martins Rodrigues	Favorito	0 1.15 - 3
5. ^o	400\$00	Ordováz Gonzalez	Bohemio	4 1.02 - 2
6. ^o	300\$00	António Romeiras	Nocivo	4 1.03 - 2
7. ^o	300\$00	Duarte Silva	Faial	4 1.04 - 2
8. ^o	200\$00	José Carvalhosa	Mondina	4 1.05 - 1
9. ^o	200\$00	Rangel de Almeida	Fébus	4 1.07 - 2
10. ^o	200\$00	Dominguez Manjon	Vitamen	4 1.07 - 4

Prova «Capitão José Beltrão» (Caça)

Correram 38 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.23

1. ^o	1.500\$00 e Taça	Garcia Cruz	Quorum	0.58 - 2
2. ^o	1.000\$00	Cruz Azevedo	Faneca	0.59 - 2
3. ^o	500\$00	Ferrand de Almeida	Cupido	1.00 - 1
4. ^o	400\$00	Neto de Almeida	Impecável	1.01
5. ^o	250\$00	Rodrigues Mano	Formigo	1.02 - 2
	250\$00	Henrique de Mendia	Ardent	1.02 - 2
7. ^o	200\$00	António Romeiras	Nocivo	1.04 - 1
8. ^o	200\$00	Correia Barrento	Raso	1.05

Prova «Turf Club»

Correram 29 — Altura máxima 1,40 — Tempo concedido 1.29

1. ^o	1.500\$00 e Min. da Taça	Ordováz Gonzalez	Bohemio	0 1.02 - 2
2. ^o	1.000\$00	Marcelino Gavillan	Foragido	0 1.08
3. ^o	450\$00	Neto de Almeida	Jacaré	0 1.12
	450\$00	Rangel de Almeida	Fébus	0 1.12
5. ^o	300\$00	M. Espírito Santo	Ilustre	0 1.16 - 2

Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
6.º	200\$00	Dominguez Manjon	Vitamen	3 1.16 - 3
7.º	200\$00	Cruz Azevedo	Rama	3 1.21
8.º	200\$00	Henrique Calado	Caramulo	4 1.04

Prova «Ministério da Economia»

(Nacional)

Correram 18 — Altura máxima 1,30

1.º	2.000\$00	Abrantes da Silva	Borlista	0 1.03 - 1
2.º	1.000\$00	Neto de Almeida	Jacaré	0 1.05 - 4
3.º	700\$00	Barros e Cunha	Jamor	0 1.23
4.º	500\$00	Rodrigues Mano	Formigo	4 1.03
5.º	400\$00	Rodrigues Mano	Gambosino	4 1.04 - 1
6.º	300\$00	Rui Abrantes	Gaivotto	4 1.06 - 2
7.º	200\$00	António Spínola	Tobruck	4 1.10 - 2
8.º	200\$00	Manuel Cerqueira	Hirco	7 1.18 - 2

Prova «Federação Equestre Portuguesa»

Correram 44 — Altura máxima inicial 1,40

1.º	2.000\$00 e Taça	Ordováz Gonzalez	Bohemio	0 0 0.38 - 1
2.º	1.000\$00	José Carvalhosa	Mondina	0 0 0.39
3.º	700\$00	Ordováz Gonzalez	Incierto	0 0 0.43 - 3
4.º	500\$00	Dominguez Manjon	Vitamen	0 0 0.44
5.º	400\$00	Alvaro Sabbo	Licorne	0 0 0.45 - 2
6.º	300\$00	Garcia Cruz	Quorum	0 3 0.56 - 2
7.º	200\$00	Henrique Calado	Caramulo	0 4 0.39 - 2
8.º	200\$00	Joaquim Leote	Vénus	0 4 0.40 - 2
9.º	200\$00	José Carvalhosa	Estemido	0 4 0.41
10.º	200\$00	Marcelino Gavillan	Foragido	0 4 0.42

Prova «Escola Militar de Equitação»

(Ensino)

Concorreram 5

1.º	2.000\$00	Francisco Valadas	Feitiço
2.º	1.000\$00	Reymão Nogueira	Napeiro
3.º	500\$00	Mena e Silva	Frivolo

Revista da Cavalaria

Prova «Direcção Geral dos Desportos» (Regularidade)

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	2.000\$00	Ordováz Gonzalez	Bohemio	31 2.00
2.º	1.000\$00	Fernando Cavaleiro	Cara Linda	25 1.43 - 3
3.º	700\$00	Neto de Almeida	Impecável	23 1.34
4.º	500\$00	Garcia Cruz	Quorum	23 1.34 - 2
5.º	400\$00	Dominguez Manjon	Vitamen	21 1.23 - 4
6.º	300\$00	Vicente da Silva	Cuangular	19 1.23 - 2
7.º	300\$00	José Carvalhosa	Estemido	19 1.23 - 3
8.º	200\$00	Marcelino Gavillan	Foragido	14 1.05 - 1
9.º	200\$00	António Romeiras	Nocivo	14 2.00
10.º	200\$00	Abrantes da Silva	Bajone	12 0.50 - 1

Prova «Juventude» (Discipulos)

Correram 15 — Altura máxima 1,10

1.º	O. A.	Barahona Nuncio	Limerick	0 1.02 - 2
2.º	O. A.	Jorge Diogo	Foguete	0 1.05 - 3
3.º	O. A.	Vasco L. Ramires	Cubal	0 1.09 - 4

Prova «Diana» (Amazonas)

Correram 11 — Altura máxima 1,20

1.º	O. A.	D. Ana Ribeiro Ferreira	Phoebus	3 1.14 - 4
2.º	O. A.	D. Martine de Stoop	Junquillo	3 1.23 - 4
3.º	O. A.	D. Ana Ribeiro Ferreira	Janota	4 1.06 - 3

Prova «Câmara Municipal de Lisboa» (Grande Prémio)

Correram 31 — Altura máxima 1,60

1.º	6.000\$00 e Taça	José Carvalhosa	Estemido	0 1.12 - 1
2.º	3.000\$00	Marcelino Gavillan	Foragido	4 1.07 - 1
3.º	2.000\$00	Ordováz Gonzalez	Bohemio	4 1.10 - 4

Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4. ^o	1.500\$00	José Carvalhosa	Mondina	4 1.13 - 3
5. ^o	1.200\$00	Jorge Matias	Cinzano	4 1.16 - 3
6. ^o	1.000\$00	Abrantes da Silva	Bajone	8 1.04 - 1
7. ^o	700\$00	António Romeiras	Nocivo	8 1.10
8. ^o	500\$00	Henrique Calado	Caramulo	8 1.11 - 2
9. ^o	500\$00	Garcia Cruz	Quorum	8 1.12
10. ^o	500\$00	Garcia Cruz	Mister B	8 1.15 - 2
11. ^o	500\$00	Marcelino Gavillan	Quoniam	8 1.17 - 4
12. ^o	500\$00	Neto de Almeida	Impecável	11 ³ / ₄ 1.30

Prova «Ministério das Obras Públicas» (Estafetas)

Correram 22 — Altura máxima 1,40

1. ^o	2.400\$00	{ Cruz Azevedo	Rama	
		{ António Romeiras	Nocivo	0 1.50
2. ^o	1.200\$00	{ Duarte Silva	Faial	
		{ Henrique Calado	Caramulo	0 1.54
3. ^o	600\$00	{ Garcia Cruz	Quorum	
		{ Marcelino Gavillan	Quoniam	0 1.54 - 2
4. ^o	400\$00	{ Duarte Silva	Ixia	
		{ Henrique Calado	Caudel	4 2.08 - 2
	400\$00	{ Ordováz Gonzalez	Bohemio	
		{ Marcelino Gavillan	Foragido	4 2.08 - 2

Prova «Ministério do Exército» (Taça de Honra)

Correram 14 — Altura máxima 1,60

1. ^o	Taça	Henrique Calado	Caramulo	0 0.48 - 3
2. ^o	Taça	José Carvalhosa	Mondina	0 0.50 - 1
3. ^o	Taça	Garcia Cruz	Quorum	0 0.58 - 2

Taça General Vieira da Rocha

1. ^o	Taça	José Carvalhosa	Estemido
-----------------	------	-----------------	----------

Revista da Cavalaria

ÉVORA

Realizou-se nos dias 22, 23 e 25 de Junho o III concurso hípico oficial de Évora, o qual se ficou devendo à «carolice» e entusiasmo dos Srs. coronel Luís de Camões e tenente-coronel Artur de Matias. Embora, tècnicamente, o concurso deste ano mostrasse certa evolução em bom



Tenente António Romeiras, montando Nocivo em que ganhou o «Grande Prémio» de Évora

sentido, ainda não correspondeu plenamente ao magnífico esforço dispendido pela comissão organizadora.

O programa apresentou-se bem elaborado, resultando uma boa distribuição dos cavalos pelos três dias de provas.

Animou o concurso a presença de uma equipa espanhola, que fez uma apresentação manifestamente infeliz no primeiro dia de provas, para o que muito contribuiu a pouca prática de alguns dos seus cavaleiros na transposição de saltos compostos a uma passada. Porém, a mudança de orientação verificada nos traçados dos dias seguintes foi-lhes francamente favorável, resultando classificarem-se brilhantemente na

Revista da Cavalaria

prova «Ministério do Exército», ganha por Alonso Martin montando *Brise-Brise*.

As provas do primeiro dia do concurso delineadas sobre a facilidade, apresentaram-se equilibradas, originando satisfatórios resultados técnicos.

No segundo dia do concurso correram-se as provas de «Caça» (1.^a e 2.^a séries), o «Grande Prémio» e a prova «Ministério do Exército», sendo esta última reservada à inscrição de duas equipas representativas de Portugal e Espanha.

A «Caça» encontrava-se bem delineada e de certo modo equilibrada, apenas se discordando da localização dos fardos de palha em frente da cancela curva, por constituir um obstáculo sem interesse de maior e susceptível de prejudicar um bom percurso.

Quanto ao «Grande Prémio», foi manifesta a infelicidade do traçado, dando como resultado esta prova ter sido ganha com um percurso penalizado com 8 pontos e terem-se classificado todos os cavalos que concluíram a prova, ficando ainda dois prémios por atribuir. Os resultados técnicos da prova dispensam-nos de comentar os pormenores do traçado, que, quanto a nós, apresentou como deficiência mais deflagrante a falta de espaço entre um muro que antecedia o tripló e este, que tendo sido decalcado do «Grande Prémio de Lisboa», não se apresentou nas mesmas condições de abordagem e de piso, o que constituiu a razão fundamental do insucesso.

As restantes provas apresentaram-se delineadas dentro da técnica normal, resultando felizes e equilibrados os resultados.

Mais uma vez se insistiu no erro de se seleccionar em velocidade os cavalos para a barragem da «Taça de Honra», a qual sendo disputada em prova de potência, não deve logicamente ser iniciada por uma prova de velocidade.

Quanto a resultados técnicos é digna de especial menção a actuação do tenente Romeiras no «Grande Prémio» que ganhou, sobre um traçado particularmente difícil, montando *Nocivo* e do capitão Cruz de Azevedo que, montando magistralmente *Rama*, ganhou com o maior brilhantismo a «Taça de Honra» do concurso.

Z.

Revista da Cavalaria

RESULTADOS

Prova «Escola de Regentes Agrícolas de Évora»

(Omnium — 1.^a Série)

Correram 47 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.33

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	800\$00 e Taça	Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	0 1.02 - 2
2. ^o	600\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Catão</i>	0 1.02 - 3
3. ^o	500\$00	Duarte Silva	<i>Ixia</i>	0 1.05 - 1
4. ^o	400\$00	Mena e Silva	<i>Le Roi Darius</i>	0 1.06 - 1
5. ^o	400\$00	António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1.07 - 4
6. ^o	300\$00	Augusto Lage	<i>Grou</i>	0 1.08 - 1
7. ^o	300\$00	Monteiro da Graça	<i>Hissália</i>	0 1.08 - 3
8. ^o	200\$00	Augusto Lage	<i>Fradique</i>	0 1.08 - 4
9. ^o	200\$00	Augusto Lage	<i>Fanfarrão II</i>	0 1.11
10. ^o	200\$00	Antunes Palla	<i>Falke</i>	0 1.13 - 4

Prova «Engenheiro Dr. Almeida Margiochi»

(Omnium — 2.^a Série)

Correram 44 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.22-0.51

1. ^o	1.000\$00 e Taça	Ferrand de Almeida	<i>Cupido</i>	0 0 0.36 - 2
2. ^o	800\$00	Rangel de Almeida	<i>Fébus</i>	0 0 0.36 - 4
3. ^o	700\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Cara Linda</i>	0 0 0.40 - 3
4. ^o	500\$00	António Romeiras	<i>Nocivo</i>	0 3 0.50 - 2
5. ^o	400\$00	Cruz Azevedo	<i>Faneca</i>	0 4 0.37 - 1
6. ^o	400\$00	Jorge Matias	<i>Cinzano</i>	0 4 0.39 - 2
7. ^o	300\$00	Duarte Silva	<i>Faial</i>	0 8 0.33 - 1
8. ^o	300\$00	Alonso Martin	<i>Sainete</i>	3 1.17 - 4
9. ^o	200\$00	Neto de Almeida	<i>Jacaré</i>	4 1.06 - 2
10. ^o	200\$00	Rangel de Almeida	<i>Chibuto</i>	4 1.10 - 2

Prova «Lavouza do Distrito de Évora»

(Caça — 1.^a Série)

Correram 40 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.30
Penalidade 7^s

1. ^o	800\$00 e Taça	Duarte Silva	<i>Ixia</i>	1.21 - 4
2. ^o	600\$00	Alvaro Sabbo	<i>Cachimbo</i>	1.23 - 4

Revista da Cavalaria

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
3.º	500\$00	João Moura	<i>Impetuosa</i>	1.24 - 4
4.º	400\$00	Gabriel Dorés	<i>Forreta</i>	1.25
5.º	400\$00	António Spinola	<i>Achiles</i>	1.26 - 4
6.º	300\$00	Antunes Palla	<i>Kaju</i>	1.27 - 2
7.º	300\$00	Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	1.29
8.º	200\$00	Sousa Pereira	<i>Cubal</i>	1.29 - 3
9.º	200\$00	Antunes Palla	<i>Jararaca</i>	1.34 - 3
10.º	200\$00	Alvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	1.36 - 1

Prova «Cidade de Évora»

(Caça — 2.ª Série)

Correram 26 — Altura máxima 1,40 — Tempo concedido 1.30

Penalidade 7^s

1.º	800\$00			
	e Taça	Duarte Silva	<i>Marlborough</i>	1.18 - 4
2.º	600\$00	Comandante Ybarra	<i>Frizar</i>	1.21 - 1
3.º	500\$00	Miranda Dias	<i>Corsário</i>	1.22 - 3
4.º	400\$00	Cruz Azevedo	<i>Faneca</i>	1.22 - 4
5.º	400\$00	Ferrand de Almeida	<i>Cupido</i>	1.27
6.º	300\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Invento</i>	1.27 - 2
7.º	300\$00	Xavier de Brito	<i>Radieux</i>	1.27 - 4
8.º	200\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Ebro</i>	1.29
9.º	200\$00	Jorge Matias	<i>Flávia</i>	1.32 - 3
10.º	200\$00	Ramirez Esparza	<i>Zambo</i>	1.42 - 2

Prova «4.ª Região Militar»

(Grande Prémio)

Correram 18 — Altura máxima 1,60 — Tempo concedido 1.30

1.º	3.000\$00			
	e Taça	António Romeiras	<i>Nocivo</i>	8 1.18 - 3
2.º	2.000\$00	Duarte Silva	<i>Faial</i>	12 1.21
3.º	1.000\$00	Capitan Valencia	<i>Cabralles</i>	12 1.25
4.º	800\$00	Jorge Matias	<i>Cinzano</i>	19 ¹ / ₄ 1.47
5.º	700\$00	Alonso Martin	<i>Sainete</i>	24 1.16 - 2
6.º	600\$00	Alvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	28 1.23 - 2
7.º	500\$00	Gonzalez de Gregorio	<i>Rio</i>	28 1.25 - 1
8.º	400\$00	Cruz Azevedo	<i>Rama</i>	44 ³ / ₄ 2.16 - 2

Revista da Cavalaria

Prova «Ministro do Exército»

Correram 10 — Altura máxima 1,40 — Tempo concedido 1.04

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Postuação e Tempo
1.º	1.000\$00 e Taça	Alonso Martin	Brise-Brise	3 0.59 - 1
2.º	700\$00	Duarte Silva	Marlborough	4 0.54 - 3
3.º	500\$00	Neto de Almeida	Jacaré	4 0.55
4.º	300\$00	Alonso Martin	Sainete	12 0.51 - 3

Prova «Ministério da Economia»

(Nacional)

Correram 20 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.20

1.º	1.500\$00 e Taça	Fernando Cavaleiro	Invento	0 0.53 - 3
2.º	800\$00 e Taça	Gabriel Dorez	Forreta	0 0.54 - 2
3.º	600\$00	Fernando Cavaleiro	Ebro	0 0.54 - 4
4.º	500\$00	Antônio Romeiras	Nocivo	0 0.55 - 4
5.º	400\$00	Joviano Ramos	Jacaré	0 0.59 - 2
6.º	300\$00	Soares Branco	Malcata	0 1.00
7.º	300\$00	Antunes Palla	Jararaca	0 1.00 - 2
8.º	200\$00	Ferreira da Cunha	Bonito II	0 1.08

Prova «Comissão Municipal de Turismo»

(Despedida)

Correram 25 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.20

1.º	400\$00 e Taça	Delgado de Robles	Encarado	0 0.52 - 4
2.º	300\$00	Delgado de Robles	Romeria	0 0.54
3.º	200\$00	Alcínio Ribeiro	Garboso	0 0.54 - 4
4.º	200\$00	Antônio Seródio	Corgo	0 0.55 - 2
5.º	200\$00	Alcínio Ribeiro	Calçadinho	4 0.53 - 3
6.º	200\$00	Carvalho Simões	Mourisco	4 0.55 - 2
7.º	200\$00	D. Helena Asseca	Nuit d'Avril	4 0.56
8.º	200\$00	Silva Tavares	Fadista	4 0.56 - 1
9.º	200\$00	Gomes Cardoso	Cutita	4 0.56 - 2
10.º	200\$00	Costa Gomes	Fragil	4 0.56 - 3
11.º	200\$00	Alves Pereira	Iva	4 0.57 - 2
12.º	200\$00	Delgado de Robles	Adarve	4 0.58 - 3

Revista da Cavalaria

Prova «Governador Civil de Évora»

(Potência — Eliminatórias)

Correram 14 — Altura máxima inicial 1,40 — Tempo concedido 0.54

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	2.000\$00 e Taça	Cruz Azevedo	Rama	0 0 0 0 0
2.º	1.500\$00 e Taça	Comandante Ybarra	Frizar	0 3 0 0 4
3.º	800\$00	António Romeiras	Ilustre	4 0 0
	800\$00	Jorge Matias	Cinzano	0 4 0
5.º	500\$00	Capitan Valencia	Cabralles	0 8
	500\$00	Duarte Silva	Faial	0 4
	500\$00	Alonso Martin	Brise-Brise	0 4
	500\$00	Fernando Cavaleiro	Cara Linda	0 4

Ilustre	}	Ilustre	}	Rama	}	Rama
Faial						
Brise-Brise	}	Rama	}			
Rama						
Cabralles	}	Cinzano	}			
Cinzano						
Frizar	}	Frizar	}			
Cara Linda						

TORRES VEDRAS

Graças à perseverança e entusiasmo do Sr. presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Ex.^{mo} Sr. Figueiroa Rego, que encontrou na direcção do Sport Club União Torreense, o organismo de acção, foi possível realizar o V concurso hípico de Torres Vedras.

Embora o concurso se encontrasse limitado apenas a dois dias de provas, não temos dúvidas em lhe augurar a sua próxima ascensão a concurso hípico oficial, tanto mais que da sua comparação com o concurso hípico oficial de Mafra resultam, em seu favor, certos direitos de ordem moral. Estamos certos que se a comissão organizadora do concurso propuser a sua oficialização, será dada a esta organização primazia sobre Mafra.

Revista da Cavalaria

Um observador imparcial que assista aos dois concursos imediatamente verificará que o concurso hípico de Torres Vedras, progride de ano para ano, ao passo que em contrapartida o concurso hípico de Mafra se encontra agonizante. Julgamos interpretar o sentir dos



Capitão Abrantes da Silva, montando Borlista em que ganhou o «Grande Prémio» de Torres Vedras

concorrentes propondo a oficialização de Torres Vedras por troca com Mafra.

Embora a irregularidade do tempo tenha prejudicado o brilhantismo do concurso, sobretudo no referente a afluência do público, o concurso sob o aspecto de organização pode considerar-se perfeito.

O campo satisfaz completamente, sendo o seu piso susceptível de melhoramento. Os percursos delineados na base da facilidade, resultaram tènicamente equilibrados.

Apenas o traçado do «Grande Prémio» perdeu certo equilíbrio com a transigência do director de campo em baixar alguns obstáculos. Os dez percursos limpos obtidos nesta prova mostraram que a prova foi demasiado desvalorizada com o abaixamento de alguns obstáculos, sobretudo o triplo de tríplexes.

Para findar este agradável concurso, a comissão organizadora ofereceu, no último dia de provas, a todos os concorrentes e famílias um

Revista da Cavalaria

jantar seguido de baile realizado na sede do Club, onde se procedeu à distribuição de prémios.

A vila de Torres Vedras, marcou indiscutivelmente uma posição destacada no referente a bem receber. O seu concurso de 1952, deixou a mais viva saudade em todos os concorrentes, pelo que tem jus a ser acarinhada pelos Organismos Officiais do Hipismo Nacional.

Quanto a resultados técnicos há que salientar a actuação do capitão Abrantes da Silva que montando *Borlista* ganhou a «Omnium» (2.^a série) e o «Grande Prémio», constituindo-se desta forma triunfador absoluto do concurso.

X.

RESULTADOS

Prova «Sport Club União Torreense»

(Omnium — 1.^a Série)

Correram 30 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.16

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	900\$00 e Taça	Fernando Cavaleiro	<i>Catão</i>	0 0.53 - 2
2. ^o	500\$00	Sousa Pereira	<i>Magnate</i>	0 0.55 - 2
3. ^o	400\$00	Alvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	3 1.12 - 3
4. ^o	400\$00	Guedes Campos	<i>Ixia</i>	4 0.53 - 3
5. ^o	300\$00	Alves Pereira	<i>Iva</i>	4 0.55
6. ^o	300\$00	Augusto Lage	<i>Fanfarrão II</i>	4 0.56
	300\$00	Antunes Palla	<i>Kaju</i>	4 0.56
8. ^o	200\$00	Antunes Palla	<i>Jararaca</i>	4 0.56 - 2
	200\$00	António Seródio	<i>Corgo</i>	4 0.56 - 2
10. ^o	200\$00	Augusto Lage	<i>Fradique</i>	4 0.56 - 4

Prova «Comércio e Indústria»

(Omnium — 2.^a Série)

Correram 30 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.16

1. ^o	1.000\$00 e Taça	Abrantes da Silva	<i>Borlista</i>	0 0.50 - 2
2. ^o	700\$00	Manuel Carpinteiro	<i>Chibuto</i>	0 0.55
3. ^o	600\$00	Fernando Ferreira	<i>Folgado</i>	0 0.55 - 2
4. ^o	500\$00	Jorge Matias	<i>Flávia</i>	0 0.56
5. ^o	400\$00	Helder Martins	<i>Virtuose</i>	0 1.01

Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
6.º	400\$00	António Spínola	<i>Achiles</i>	3 ³ / ₄ 1.18 - 4
7.º	300\$00	Abrantes da Silva	<i>Bajone</i>	4 0.47 - 4
8.º	300\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Invento</i>	4 0.51
9.º	200\$00	António Romeiras	<i>Ilustre</i>	4 0.54 - 4
10.º	200\$00	Martins Rodrigues	<i>Favorito</i>	4 0.55 - 4

Prova «Comendador António Hipólito»

(Caça)

Correram 36 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.20
Penalidade 5^s

1.º	900\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Catão</i>	1.07 - 3
2.º	600\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Invento</i>	1.08
3.º	400\$00	Jorge Matias	<i>Flávia</i>	1.08 - 1
4.º	200\$00	António Seródio	<i>Corgo</i>	1.10 - 2
5.º	200\$00	Augusto Lage	<i>Fanfarrão II</i>	1.12 - 1
6.º	200\$00	Rui Abrantes	<i>Celta</i>	1.13 - 2
7.º	200\$00	Sousa Pereira	<i>Magnate</i>	1.13 - 4
	200\$00	Mena e Silva	<i>Le Roi Darius</i>	1.13 - 4
9.º	200\$00	Antunes Palla	<i>Jararaca</i>	1.15 - 1
10.º	200\$00	Ivens Ferraz	<i>Hiate</i>	1.15 - 3

Prova «Câmara Municipal de Torres Vedras»

(Grande Prémio)

Correram 23 — Altura máxima 1,50 — Tempo concedido 1.10

1.º	2.000\$00			
	e Taça	Abrantes da Silva	<i>Borlista</i>	0 0.56 - 4
2.º	1.500\$00			
	e Taça	Fernando Cavaleiro	<i>Cara Linda</i>	0 0.57 - 2
3.º	1.000\$00	Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	0 0.59
4.º	950\$00	António Romeiras	<i>Ilustre</i>	0 0.59 - 2
	950\$00	Helder Martins	<i>Optus</i>	0 0.59 - 2
6.º	800\$00	Miranda Dias	<i>Corsário</i>	0 1.00 - 1
7.º	700\$00	Vicente da Silva	<i>Cuangar</i>	0 1.01
8.º	600\$00	Jorge Matias	<i>Cinzano</i>	0 1.01 - 1
9.º	500\$00	António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1.01 - 3
10.º	400\$00	Mena e Silva	<i>Indigo</i>	0 1.04 - 4
11.º	300\$00	Abrantes da Silva	<i>Bajone</i>	4 0.53 - 2
12.º	300\$00	António Romeiras	<i>Nocivo</i>	4 0.55

Revista da Cavalaria

MAFRA

Realizou-se nos dias 3, 5 e 6 de Junho o XII concurso hípico oficial de Mafra.

Durante anos sucessivos as crónicas deste concurso têm primado pela benevolência da crítica, reacção aliás compreensível para com um concurso realizado sob o patrocínio directo do Estabelecimento, que legitimamente representa o expoente máximo da equitação nacional, e a que todos os cavaleiros se encontram ligados por laços sentimentais.

Infelizmente constatamos, com o correr dos anos, que o verdadeiro sentido da reacção do crítico, não tem sido compreendido pela comissão organizadora do concurso hípico de Mafra, que perante o desgosto de todos os cavaleiros, marcha na retaguarda de todas as organizações hípias do País.

Basta que um observador imparcial compare o concurso hípico de Mafra com os concursos hípicos de Sintra e Torres Vedras para imediatamente notar a dura realidade. Por mais estranho que o facto possa parecer, a comparação resulta notoriamente desvantajosa para este concurso.

É natural que por detrás dos bastidores existam causas justificativas dignas de ponderação. Contudo, a observação superficial de alguns concursos realizados em Mafra em «épocas remotas» permite-nos concluir que este concurso reúne condições de êxito, uma vez que seja delineado na base de certa *organização e entusiasmo*, factores que, em última análise, constituem o segredo do progresso dos demais concursos hípicos do País. A vila de Mafra tem um campo de obstáculos com condições de se transformar num campo modelo, tem obstáculos, tem pessoal, tem técnicos competentíssimos, e se recordarmos a realização dos antigos concursos hípicos temos de concluir possuir, também, o último factor de êxito: — o público.

Com tais condições, que temos de considerar de privilégio em relação a tantas outras vilas do País que realizam com brilhantismo os seus concursos, e um pouco de interesse, organização e entusiasmo por parte da comissão organizadora, seria possível realizar-se o concurso hípico de Mafra *em condições de ser apontado como exemplo de perfeição* às demais organizações hípias do País. Porém, se a dura realidade continuar a mostrar que nos encontramos no reino da fantasia, alvitramos que, a bem do prestígio da Escola Militar de Equitação

Revista da Cavalaria

que a todos os cavaleiros compete salvaguardar, este concurso deixe de ser classificado de oficial.

Embora por razões facilmente compreensíveis se tenha evitado entrar no detalhe da organização, não podemos deixar de registar que o quantitativo económico resultante das inscrições dos cavaleiros, se apresentou superior ao dispendido com os prémios, facto que além de ilegal jámais se verificou noutra organização hípica do País.

Y.

RESULTADOS

Prova «Escola Militar de Equitação»

(Sargentos)

Correram 10 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.23

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	400\$00	Pimenta da Gama	Descante	0 1.06 - 4
2.º	300\$00	Inácio Guerra	Que Foi	0 1.07
3.º	200\$00	Vilas Boas	Balandrau	0 1.16
4.º	200\$00	Marques Lopes	Quadrante	3 ¹ / ₄ 1.24
5.º	200\$00	Francisco Caetano	Garoto	4 1.01 - 2

Prova «Ministério do Exército»

(Omnium — 1.ª Série)

Correram 17 — Tempo concedido 1.43

1.º	400\$00	Sousa Pereira	Magnate	0 1.15 - 1
2.º	300\$00	António Seródio	Corgo	0 1.17
3.º	200\$00	Augusto Lage	Fanfarrão II	0 1.20 - 1
4.º	200\$00	Mena e Silva	Le Roi Darius	0 1.20 - 2
5.º	200\$00	Antunes Palla	Cocktail	4 1.46 - 4

(2.ª Série)

Correram 20 — Tempo concedido 1.30

1.º	400\$00	Alvaro Sabbo	Cachimbo	0 1.22 - 1
2.º	300\$00	Augusto Lage	Fradique	0 1.25
3.º	250\$00	Henrique Calado	Chispa	0 1.27 - 3
	250\$00	Ribeiro de Carvalho	Caifaz	0 1.27 - 3
5.º	200\$00	Henrique Calado	Brioso III	4 1.19 - 1

Revista da Cavalaria

(3.^a Série)

Correram 29 — Tempo concedido 1.30

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	500\$00 e Taça	Cruz Azevedo	Rama	0 1.12 - 4
2. ^o	400\$00	Cruz Azevedo	Faneca	0 1.16 - 4
3. ^o	300\$00	Miranda Dias	Corsário	0 1.18 - 4
4. ^o	200\$00	Álvaro Sabbo	Cafoné	0 1.19 - 2
5. ^o	200\$00	Abrantes da Silva	Bajone	4 1.13 - 4

Prova «Direcção Geral dos Serviços Pecuários»

(Nacional)

Correram 17 — Altura máxima 1.40 — Tempo concedido 1.35

1. ^o	800\$00	Sousa Pereira	Magnate	0 1.20 - 1
2. ^o	600\$00	Neto de Almeida	Jacaré	0 1.26 - 2
3. ^o	400\$00	Augusto Lage	Fanfarrão II	3 ¹ / ₂ 1.36 - 4
4. ^o	300\$00	Rodrigues Mano	Gambosino	4 1.15 - 3
5. ^o	200\$00	Sousa Sanches	Gaivoto	4 1.18 - 1
6. ^o	200\$00	Abrantes da Silva	Borlista	4 1.19 - 4
7. ^o	200\$00	António Spínola	Tobruck	4 1.23 - 1

Prova «Ministério do Interior»

(Caça)

Correram 36 — Altura máxima 1.40 — Tempo concedido 1.30

Penalidade 5^s

1. ^o	800\$00	Cruz Azevedo	Rama	1.15 - 3
2. ^o	600\$00	Manuel Carpinteiro	Chibuto	1.21 - 3
3. ^o	400\$00	Mena e Silva	Frívolo	1.23
4. ^o	300\$00	Lima Costa	Jumper	1.26 - 1
5. ^o	200\$00	Sousa Pereira	Cubal	1.29
6. ^o	200\$00	Neto de Almeida	Limerick	1.29 - 1
7. ^o	200\$00	Jorge Matias	Flávia	1.31 - 1

Revista da Cavalaria

Prova «Câmara Municipal de Mafra»

Correram 37 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.30

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	700\$00	Sousa Pereira	Magnate	0 1.09 - 4
2.º	500\$00	Manuel Carpinteiro	Chibuto	0 1.13 - 1
3.º	400\$00	Augusto Lage	Fradique	0 1.19
4.º	300\$00	Ribeiro de Carvalho	Caifaz	0 1.20
5.º	200\$00	Manuel Carpinteiro	Fataça	0 1.22 - 3
6.º	200\$00	Lima Costa	Jumpier	3 1.22 - 4
7.º	200\$00	Sousa Sanches	Gaivoto	3 1.23 - 1
8.º	200\$00	Henrique Calado	Brioso III	3 1.25

Prova «Ministério das Finanças»

(Grande Prémio)

Correram 20 — Altura máxima 1,50 — Tempo concedido 1.27

1.º	2.000\$00 e Taça	Cruz Azevedo	Rama	4 1.13
2.º	1.500\$00	Abrantes da Silva	Bajone	4 1.13
3.º	1.000\$00	Neto de Almeida	Jacaré	4 1.21
4.º	800\$00	Jorge Matias	Cinzano	4 1.26 - 4
5.º	700\$00	Miranda Dias	Corsário	7 1.23 - 3
6.º	600\$00	Abrantes da Silva	Borlista	8 1.14 - 3
7.º	400\$00	Ribeiro de Carvalho	Farsola	8 1.14 - 4
8.º	300\$00	Alvaro Sabbo	Cafoné	8 1.16 - 3

SINTRA

Com o natural encenamento da bela paisagem da Serra de Sintra, realizou-se nos dias 24, 26 e 27 de Junho o VI concurso hípico da vila de Sintra.

Este ano o concurso voltou a ser de três dias, facilitando a organização do programa que se encontrava equilibradamente elaborado, resultando uma boa distribuição dos cavalos pelas várias provas do concurso.

Revista da Cavalaria

As provas do primeiro dia encontravam-se delineadas na base do percurso em pistas, sem bandeiras e com traçados fáceis e normais; provas estas, que armadas noutro campo teriam resultados demasiado fáceis mas a que as reduzidas dimensões e a inclinação da pista deu o necessário equilíbrio.

No segundo dia do concurso, embora o traçado da prova «Caça» não agradasse a muitos dos concorrentes, há que o destacar como um dos mais interessantes da temporada.



Capitão Cruz Azevedo, montando Rama em que ganhou os «Grandes Prêmios» de Sintra e Mafra

O traçado do «Grande Prémio», resultou muito equilibrado dando apenas um percurso sem faltas. Percurso forte mas acessível a todos os cavalos inscritos.

No terceiro dia de provas, há que destacar a forma brilhante como foi disputada a «Taça de Honra», que originou uma segunda mão brilhantíssima, sobretudo se atendermos à dificuldade da pista.

Fechou o concurso a prova de parelhas que constitui já uma característica típica do concurso de Sintra, e que, como nos demais anos, resultou muito interessante.

Revista da Cavalaria

As provas de «Amazonas» e «Discípulos» foram delineadas na base dos percursos de «Caça», o que evitou as perigosas correrias dos jovens cavaleiros e consequentes sustos por parte da assistência.

Embora se mantenha a ideia de construir um hotel monumental no palácio dos Setiais, o que afasta a hipótese de continuar a realizar-se o concurso no actual campo, temos esperança que a tenacidade do Sr. Visconde de Asseca, consiga superar as consequentes dificuldades, por forma a não interromper a continuidade de realização deste simpático concurso. Como nos anos anteriores, o concurso fechou com um jantar oferecido a todos os concorrentes no Hotel Central, durante o qual se proferiram várias saudações e se procedeu à distribuição dos prémios.

Quanto a resultados técnicos há que salientar o capitão Cruz de Azevedo, que ganhou com o *Rama* as provas mais categorizadas do concurso: — o «Grande Prémio» e a «Taça de Honra». É merecedor de especial referência o tenente Lima Costa que ganhou a prova de «Caça» num percurso de grande estilo, não só propriamente na condução como ainda na forma como apresentou *posto* o seu cavalo *Jumper*.

Z.

RESULTADOS

Prova «Omnium — 1.^a Série»

Correram 20 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1,16

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	800\$00	Joaquim Leote	Vénus	0 0.58
				4 0.27 - 4
2.º	500\$00	Ferreira Cabral	Inca	0 0.58
				4 0.30 - 3
3.º	400\$00	Miranda Dias	Brioso III	3 1.09
4.º	300\$00	R. de Castro Pereira	Bruno	4 0.54 - 3
5.º	300\$00	Alves Pereira	Correio Mor	4 0.59 - 2
6.º	200\$00	António Seródio	Corgo	4 1.01 - 2
7.º	200\$00	Leão Correia	Jamor	4 1.04 - 3
8.º	200\$00	Antunes Palla	Jararaca	7 1.09 - 4

Revista da Cavalaria

Prova «Omnium — 2.^a Série»

Correram 30 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1,16

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	1.000\$00	António Romeiras	Nocivo	0 0.52 - 2
2. ^o	800\$00	Rangel de Almeida	Fébus	0 0.53 - 2
3. ^o	600\$00	Manuel Carpinteiro	Chibuto	0 0.55 - 1
4. ^o	400\$00	Rhodes Sérgio	Jacaré	0 0.59 - 2
5. ^o	400\$00	Miranda Dias	Corsário	3 1.03
6. ^o	200\$00	Abrantes da Silva	Bajone	3 1.11 - 3
7. ^o	200\$00	Jorge Matias	Flávia	3 1.13 - 1
8. ^o	200\$00	Abrantes da Silva	Borlista	4 0.55

Prova «Rainha D. Amélia»

(Amazonas)

Correram 12 — Altura máxima 1,10

1. ^o	Taça	D. Martine de Stoop	Janota	0 1.09 - 1
2. ^o	Taça	D. Maria Cruz Azevedo	Napista	3 1.13
3. ^o	Taça	D. Maria Emauz Silva	Vulcão	3 1.36 - 1

Prova «Discípulos»

Correram 6 — Altura máxima 1,10

1. ^o	Taça	Vasco Luís Ramires	Malcata	0 1.04 - 3
2. ^o	Taça	Pedro Emauz Silva	Farsa	3 1.23 - 3
3. ^o	Taça	Moura Santos	Queiro	4 1.10 - 3

Prova «Caça»

Correram 30 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1,33
Penalidade 5^s

1. ^o	800\$00	Lima Costa	Jumper	1.09 - 3
2. ^o	600\$00	Xavier de Brito	Ephrayne	1.10 - 4
3. ^o	400\$00	D. Helena Asseca	Nuit d'Avril	1.14 - 4
4. ^o	300\$00	Leão Correia	Jamor	1.17 - 1
5. ^o	200\$00	Antunes Palla	Jararaca	1.20 - 2
6. ^o	200\$00	Rangel de Almeida	Cliper	1.20 - 3
7. ^o	200\$00	António Romeiras	Napista	1.21
8. ^o	200\$00	Alves Pereira	Cabeçalvo	1.22 - 4

Revista da Cavalaria

Prova «Grande Prémio de Sintra»

Correram 19 — Altura máxima 1,50 — Tempo concedido 1.16

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	3.000\$00	Cruz Azevedo	Rama	0 0.53 - 3
2.º	1.800\$00	Miranda Dias	Corsário	4 1.19 - 1
3.º	900\$00	Abrantes da Silva	Bajone	4 0.52 - 2
4.º	600\$00	R. de Castro Pereira	Bruno	4 0.55 - 2
5.º	500\$00	Rhodes Sérgio	Jacaré	4 0.57 - 2
6.º	400\$00	Antunes Palla	Kaju	4 1.06 - 2
7.º	300\$00	Abrantes da Silva	Borlista	8 0.55
8.º	300\$00	Ferreira Cabral	Inca	8 0.59 - 2
9.º	200\$00	Joaquim Leote	Vénus	8 1.00 - 1
10.º	200\$00	Rhodes Sérgio	Candidato	8 1.01 - 2
	200\$00	António Spínola	Achiles	8 1.01 - 2

Prova «Seteais»

Correram 28 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.16

1.º	800\$00	Jorge Matias	Flávia	0 0.53 - 1
2.º	600\$00	Rangel de Almeida	Clíper	0 0.59 - 1
3.º	400\$00	Guedes Campos	Caquoso	0 0.59 - 2
4.º	300\$00	António Seródio	Corgo	0 1.02
5.º	200\$00	Manuel Carpinteiro	Fataça	0 1.08 - 2
6.º	200\$00	Jorge Matias	Gaivoto	4 0.55 - 2
7.º	200\$00	Mena e Silva	Indigo	4 0.55 - 3
8.º	200\$00	Alves Pereira	Cabeçalvo	4 0.59 - 2

Prova «Taça de Honra»

Correram 17 — Altura máxima 1,40 - 1,50 — Tempo concedido 1.12 - 0.35

1.º	Taça	Cruz Azevedo	Rama	0 0 0.25 - 3
2.º	Taça	Abrantes da Silva	Bajone	0 0 0.25 - 4
3.º	Taça	D. Helena Asseca	Nuit d'Avril	0 12 0.31 - 3
4.º	Taça	António Romeiras	Nocivo	0 Df.

Revista da Cavalaria

Prova «Parelhas Mistas»

Correram 8 — Altura máxima 1,10 — Tempo concedido 1.20

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Taças	{ D. Maria Cruz Azevedo António Romeiras	<i>Napista</i> <i>Nocivo</i>	4 ³ / ₄ 1.22 - 1
2.º	Taças	{ D. M. José Costa Félix Guedes Campos	<i>Ribamar</i> <i>Ixia</i>	6 1.00 - 3
3.º	Taças	{ D. Ana Ribeiro Ferreira José Barreiro	<i>Janota</i> <i>Junquilha</i>	8 0.58 - 3
4.º	Laços	{ D. Martine de Stoop Vasco L. Ramires	<i>Janota</i> <i>Malcata</i>	14 1.00

PÓVOA DO VARZIM

Realizou-se nos dias 6 e 8 de Agosto o concurso hípico da Póvoa do Varzim, que este ano ficou tristemente assinalado pela incompreensível supressão do último dia de provas.

Por mais razões que se invoquem não há possibilidade de se explicar a supressão do último dia de provas do concurso, quando as condições do tempo permitiam perfeitamente a sua realização em circunstâncias, aliás, vantajosas no referente a piso do hipódromo, que se encontrava consideravelmente beneficiado com a chuva.

Independentemente de razões particulares de ordem económica, as comissões organizadoras não devem perder de vista que quando publicam o seu programa, contraem responsabilidades para com os concorrentes que se deslocam de vários pontos do País para disputarem um certo número de provas, que a não se realizarem modificam completamente as condições que constituíram a sua base de deslocamento. É este um dos aspectos da organização de um concurso que nunca deve ser esquecido, quando se tenha de tomar decisões que alterem fundamentalmente a estrutura dos programas oficiais.

Por motivos vários, nomeadamente a deficiência de piso e a construção e colocação de alguns obstáculos, os percursos do primeiro dia de provas resultaram manifestamente infelizes. Foram assinalados por uma série interminável de desclassificações e desistências. De uma certa

Revista da Cavalaria

altura em diante o piso, em frente dalguns obstáculos, encontrava-se impraticável.

Os ensinamentos colhidos no primeiro dia de provas, foram proficuamente aplicados nos traçados do segundo dia, que se encontravam tènicamente perfeitos, originando resultados tènicos equilibrados.

A Póvoa do Varzim, tem um hipódromo magnífico cujo piso é susceptível de grande melhoramento; tem possibilidades de resolver



Alferes Sousa Sanches montando Xadrez III em que ganhou o «Grande Prémio» da Póvoa do Varsim

plenamente o problema de alojamento de cavalos, e tem óptimos hotéis, reunindo por conseguinte todas as condições para se transformar num concurso modelar. Sabemos, que se encontra constituída uma comissão local, presidida pelo Sr. presidente da Câmara, a qual se propõe sollicitar a oficialização do concurso e organizá-lo em novos moldes.

Com a constituição da nova comissão organizadora e as extraordinárias condições locais, é fácil vaticinar o maior êxito ao próximo concurso hípico da Póvoa.

Quanto a resultados tènicos é de assinalar a «performance» do alferes Sousa Sanches que montando *Xadrez III* ganhou brilhantemente a «Omnium» (1.^a série) e o «Grande Prémio» do concurso.

X.

Revista da Cavalaria

RESULTADOS

Prova «Capitão António José da Mota»

(Omnium 1.^a série)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	900\$00 e Taça	Sousa Sanches	<i>Xadrex III</i>	0 1.04 - 1
2. ^o	700\$00	Mena e Silva	<i>Le Roi Darius</i>	3 1.23 - 1
3. ^o	500\$00	Ribeiro de Carvalho	<i>Caifaz</i>	3 1.25 - 3
4. ^o	300\$00	Guedes Campos	<i>Ixia</i>	4 1.08
5. ^o	300\$00	Emiliano Fernandes	<i>Ironia</i>	4 1.10
6. ^o	200\$00	Augusto Lage	<i>Fanfarrão II</i>	7 1.18
7. ^o	200\$00	António Seródio	<i>Corgo</i>	7 1.19 - 1
8. ^o	200\$00	Ferreira Cabral	<i>Inca</i>	8 1.07 - 4
9. ^o	200\$00	Lopes Mateus	<i>Ideal</i>	8 1.11 - 2
10. ^o	200\$00	Abrantes da Silva	<i>Facaia</i>	8 1.11 - 4

Prova «Grande Casino da Dóvoa»

(Omnium 2.^a série)

1. ^o	1.200\$00 e Taça	Rhodes Sérgio	<i>Jacaré</i>	4 1.11 - 4
2. ^o	800\$00	Abrantes da Silva	<i>Bajone</i>	8 1.01 - 3
3. ^o	500\$00	Lima Costa	<i>Juniper</i>	8 1.11 - 3
4. ^o	400\$00	Vasconcelos Porto	<i>Marlborough</i>	11 1.36
5. ^o	400\$00	Alves Pereira	<i>Cabeçalvo</i>	12 1.18
6. ^o	300\$00	Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	15 ¹ / ₂ 1.29 - 2
7. ^o	300\$00	Ribeiro de Carvalho	<i>Farsola</i>	16 1.08
8. ^o	200\$00	Augusto Lage	<i>Fradique</i>	16 1.08 - 2
9. ^o	200\$00	Xavier de Brito	<i>Radieux</i>	16 1.20 - 4
10. ^o	200\$00	Abrantes da Silva	<i>Borlista</i>	20 1.11

Prova «Artur Ayres»

1. ^o	900\$00 e Taça	António Seródio	<i>Corgo</i>	0 1.03 - 4
2. ^o	700\$00	António Rebelo	<i>Formigão</i>	0 1.08 - 1
3. ^o	600\$00	Coelho da Silva	<i>Francês</i>	0 1.09 - 1

Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	500\$00	Ribeiro de Carvalho	<i>Cai faz</i>	0 1.10
5.º	400\$00	Lopes Mateus	<i>Ideal</i>	0 1.13
6.º	300\$00	Soares Branco	<i>Malcata</i>	4 1.03
7.º	300\$00	Lopes Mateus	<i>Japonês</i>	4 1.10
8.º	200\$00	Emiliano Fernandes	<i>Ironia</i>	4 1.14 - 3
9.º	200\$00	Leushner Fernandes	<i>Atlantide</i>	4 ¹ / ₄ 1.30
10.º	200\$00	Sousa Sanches	<i>Heril</i>	7 1.20 - 2

Prova «Câmara Municipal da Póvoa de Varzim» (Grande Prémio)

1.º	3.000\$00 e Taça	Sousa Sanches	<i>Xadrez III</i>	4 1.07 - 4
2.º	2.000\$00	António Spínola	<i>Achiles</i>	4 1.15 - 1
3.º	1.200\$00	Ribeiro de Carvalho	<i>Maxixe</i>	4 1.16
4.º	800\$00	Vasconcelos Porto	<i>Marlborough</i>	5 ³ / ₄ 1.30 - 4
5.º	700\$00	Rhodes Sérgio	<i>Jacaré</i>	8 1.07 - 1
6.º	500\$00	Rodrigues Mano	<i>Farsola</i>	8 1.09
7.º	500\$00	Augusto Lage	<i>Fradique</i>	8 1.16 - 2

PEDRAS SALGADAS

Com a honrosa presença de S. Ex.^a o Presidente da República realizou-se nos dias 13, 15, 17, 19 e 20 de Agosto o concurso hípico oficial das Pedras Salgadas, que continuou a não desmerecer das referências feitas quando do seu reaparecimento.

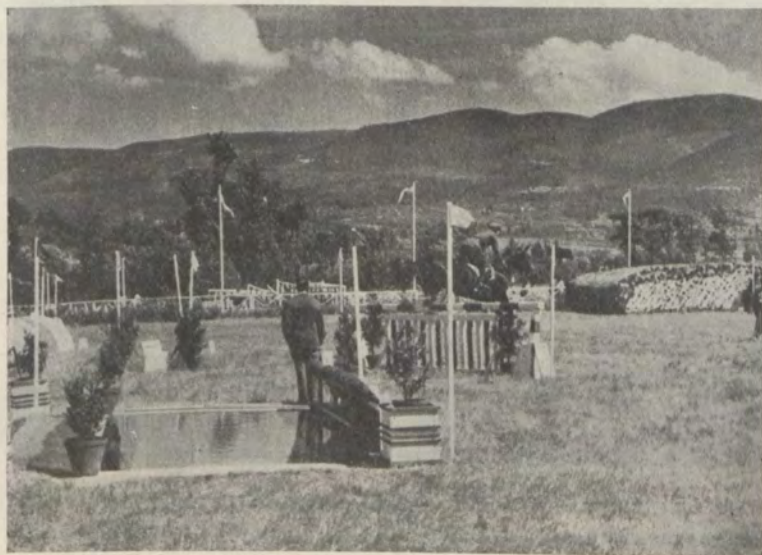
Há que destacar a muito boa distribuição das provas pelos cinco dias do concurso, os quais se encontravam convenientemente intervalados por forma a assegurar o necessário descanso a cavalos e *cavaleiros!*... Quanto à elaboração do programa e distribuição de provas, consideramos este concurso modelar, todavia, permitimo-nos patentear a nossa discordância com a obrigatoriedade de inscrições na prova «Taça de Honra», sobretudo tratando-se de um concurso realizado em condições económicas sobremaneira privilegiadas.

Reconhecida a vantagem de cada concurso manter as suas características próprias, no referente a traçados e construção de obstáculos, e sabendo-se que presidiu à orientação técnica deste concurso o desejo

Revista da Cavalaria

de lhe imprimir um cunho «sui generis», não nos ocorre qualquer reparo digno de menção. Este concurso é caracterizado por obstáculos pouco sólidos, de apresentação original, sem enquadramento, de cores berrantes e pela alteração de algumas habituais distâncias dos obstáculos compostos.

Uma pequena nota discordante nos saltou à vista. A forma pouco atenciosa como nos primeiro e segundo dias do concurso se solicitou ao



Vista geral do Hipódromo das Romanas (Pedras Salgadas)

público, pelo microfone, para não aplaudir os cavaleiros durante os percursos, bem como a forma pouco cortês de chamar à tribuna do Júri os concorrentes. Embora se compreenda, de certo modo, a reacção do Júri, não podemos esquecer que o ambiente público obriga a conter certas reacções naturais.

Como no ano passado referimos ao tratar do concurso hípico de Cascais, somos de opinião que embora as provas não agradem a muitos, há vantagem em manter as características próprias do concurso, sob a condição, evidentemente, de não nos afastarmos demasiadamente das tendências dos nossos dias.

Revista da Cavalaria

Discordámos do critério de selecção dos cavalos para a barrage da «Taça de Honra», porque consideramos que a *velocidade*, não deve logicamente constituir factor de eliminação para uma prova tipo *potência*.

O mesmo erro foi cometido em anos transactos no concurso hípico de Lisboa, o que originou a modificação do critério seguido, por se re-



A equipa espanhola que tomou parte no Concurso Hípico das Pedras Salgadas, acompanhada do engenheiro João Mesquita

conhecerem razoáveis os reparos feitos por alguns componentes das equipas estrangeiras.

Antes de fecharmos esta breve notícia há que destacar a presença neste concurso de uma forte equipa espanhola, chefiada pelo comandante Espinosa de los Monteros, que actuou com grande brilhantismo valorizando notoriamente o concurso.

Na noite do último dia de provas procedeu-se no Casino à distribuição das taças, tendo lugar seguidamente um «beberete» que pela forma como decorreu nos deixou em dúvida sobre o seu significado.

Resta-nos saudar a empresa Vidago, Melgaço, Pedras Salgadas na pessoa do seu ilustre director Raúl de Oliveira, o grande entusiasta

Revista da Cavalaria

do hipismo e grande animador deste concurso, o engenheiro João Mesquita, seu incansável obreiro e os realizadores técnicos major Ribeiro de Carvalho e capitão Costa Gomes a cujos esforços se devem, em grande parte a realização deste simpático concurso.

Quanto a resultados técnicos há que destacar as actuações do capitão Alonso Martin que montando *Brise-Brise* ganhou a prova «Cecilinha» e o «Grande Prémio» e do tenente António Romeiras que ganhou com o maior brilhantismo a «Taça de Honra» do concurso, e finalmente há que registar a incontestável vitória de Portugal na disputa da «Taça Teniente General D. Fernando Barron», oferecida por este oficial general do Exército Espanhol para ser disputada entre equipas representativas das duas Nações.

Y.

RESULTADOS

Prova «Hoteis Pedras Salgadas»

(Omnium — 1.^a Série)

Correram 46 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1,55

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	800\$00	Joaquim Leote	<i>Vénus</i>	4 1.21
2. ^o	e Taça	Saldanha Gouveia	<i>Hanga</i>	4 1.26 - 1
3. ^o	600\$00	Augusto Lage	<i>Fanfarrão II</i>	4 1.31 - 4
4. ^o	500\$00	Leushner Fernandes	<i>Atlantide</i>	7 1.40 - 2
5. ^o	400\$00	João Moura	<i>King</i>	7 1.46 - 3
6. ^o	400\$00	Henrique Vaz	<i>Fiado</i>	8 1.22 - 3
7. ^o	300\$00	Sousa Sanches	<i>Ideal</i>	8 1.23 - 1
8. ^o	300\$00	Coelho da Silva	<i>Francês</i>	8 1.24 - 4
9. ^o	200\$00	Ivens Ferraz	<i>Judeu</i>	8 1.26
10. ^o	200\$00	Guedes Campos	<i>Ixia</i>	8 1.27
11. ^o	200\$00	Albertino Margarido	<i>Pequenino</i>	8 1.30 - 3
12. ^o	200\$00	Ribeiro de Carvalho	<i>Caifaz</i>	8 1.31 - 1
13. ^o	200\$00	Leite Ferreira	<i>Heraldo</i>	8 1.31 - 2
14. ^o	200\$00	Galeano Tavares	<i>Febe</i>	12 1.25 - 2
15. ^o	200\$00	Santos Leite	<i>Sultão</i>	12 1.25 - 3

Revista da Cavalaria

Prova «Taça Governador Civil de Vila Real»

(Omnium — 2.^a Série)

Correram 45 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.44

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	1.200\$00 e Taça	Cruz Avezedo	Rama	0 1.18 - 2
2. ^o	900\$00	Miranda Dias	Corsário	0 1.23
3. ^o	700\$00	António Seródio	Corgo	0 1.30
4. ^o	600\$00	Dominguez Manjon	Vitamen	4 1.17
5. ^o	500\$00	Vasconcelos Porto	Marlborough	4 1.19 - 3
6. ^o	400\$00	Rhodes Sérgio	Jacaré	4 1.26 - 4
7. ^o	400\$00	António Spínola	Tobruck	4 1.27
8. ^o	300\$00	Rhodes Sérgio	Castiço	4 1.29 - 4
9. ^o	300\$00	Cruz Azevedo	Faneca	7 1.31 - 3
10. ^o	300\$00	Jorge Matias	Flávia	7 1.33 - 1
11. ^o	200\$00	Alonso Martin	Brise-Brise	8 1.22 - 1
12. ^o	200\$00	Rodrigues Mano	Farsola	8 1.23 - 1

Prova «Taça Dr. Trigo de Negreiros»

1.^a Série

Correram 40 — Altura máxima 1,50 — Tempo limite 1.30

1. ^o	900\$00	Carvalho Simões	Honesto	555
2. ^o	700\$00	Xavier de Brito	Ephrayne	530
3. ^o	550\$00	Severo Pinto	Ariane	490
	550\$00	Miranda Dias	Brioso III	490
5. ^o	400\$00	Augusto Lage	Fanfarrão II	450
6. ^o	400\$00	Joaquim Leote	Vénus	430
7. ^o	300\$00	Vicente da Silva	Lulo	370
8. ^o	300\$00	João Moura	Impetuosa	350
9. ^o	300\$00	Alves Pereira	Correio Mor	340
10. ^o	200\$00	Lima Costa	Bagdad II	310
11. ^o	200\$00	Sousa Sanches	Ideal	300
	200\$00	Ribeiro de Carvalho	Caifaz	300

2.^a Série

Correram 45 — Altura máxima 1,60 — Tempo limite 1.30

1. ^o	1.400\$00 e Taça	Dominguez Manjon	Vitamen	685
2. ^o	1.100\$00	Abrantes da Silva	Bajone	540
3. ^o	900\$00	Cruz Azevedo	Rama	520

Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	700\$00	António Romeiras	Nocivo	515
5.º	500\$00	Alonso Martin	Brise-Brise	510
6.º	400\$00	Guedes Campos	Caqueoso	495
7.º	300\$00	António Spínola	Achiles	480
8.º	300\$00	Alonso Martin	Sainete	415
9.º	200\$00	Vasconcelos Porto	Marlborough	380
10.º	66\$50	Lima Costa	Juniper	375
	66\$50	Abrantes da Silva	Borlista	375
	66\$50	Jorge Matias	Flávia	375

Prova «Junta de Turismo das Pedras Salgadas»

Correram 32 — Altura máxima 1,20

1.º	900\$00	Vicente da Silva	Lulo
	e Taça		
2.º	800\$00	Galeano Tavares	Febe
3.º	600\$00	Lima Costa	Bagdad II
	600\$00	Severo Pinto	Ariane
5.º	300\$00	Ribeiro de Carvalho	Caifaz
	300\$00	Henrique Vaz	Fiado
	300\$00	Albertino Margarido	Pequenino
	300\$00	Abrantes da Silva	Facaia
		Caifaz	} Bagdad II
		Bagdad II	
		Fiado	} Febe
		Febe	
		Pequenino	} Ariane
		Ariane	
		Facaia	} Lulo
		Lulo	

Prova «Cap. Hermínio Carneiro»

(Nacional)

Correram 28 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.17

1.º	1.200\$00	Miranda Dias	Brioso III	0 0.58 - 2
	e Taça			
2.º	900\$00	Abrantes da Silva	Borlista	0 0.59 - 4
3.º	700\$00	António Spínola	Tobruck	0 1.00 - 3

Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	500\$00	Sousa Sanches	<i>Ideal</i>	0 1.02 - 3
5.º	300\$00	António Romeiras	<i>Napista</i>	3 1.09 - 2
6.º	300\$00	Saldanha Gouveia	<i>Hanga</i>	3 1.17
7.º	200\$00	António Romeiras	<i>Nocivo</i>	4 0.57 - 2
8.º	200\$00	Henrique Vaz	<i>Fiado</i>	4 0.58 - 4
9.º	200\$00	Ivens Ferraz	<i>Judeu</i>	4 0.59 - 4

Prova «Cilinha»

Correram 35 — Altura máxima 1,40 — Tempo concedido 1.12

1.º	1.500\$00 e Taça	Alonso Martin	<i>Brise-Brise</i>	0 1.01
2.º	1.200\$00	Cruz Azevedo	<i>Rama</i>	4 0.58
3.º	900\$00	Alonso Martin	<i>Sainete</i>	4 0.58 - 4
4.º	700\$00	Jorge Matias	<i>Flávia</i>	4 1.01
5.º	500\$00	Dominguez Manjon	<i>Vitamen</i>	4 1.06 - 1
6.º	300\$00	Ferreira da Cunha	<i>Framboesa</i>	4 1.09
7.º	300\$00	Hintze Ribeiro	<i>Fagulha</i>	7 1.12
8.º	200\$00	Abrantes da Silva	<i>Bajone</i>	8 1.01
9.º	200\$00	Rangel de Almeida	<i>Fébus</i>	8 1.03 - 4
10.º	200\$00	Alves Pereira	<i>Cabeçalvo</i>	8 1.04 - 2

Prova «Taça H. Jennings»

(Caça) — 1.ª Série

Correram 37 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.30

Penalidade 6º

1.º	700\$00	Sousa Sanches	<i>Ideal</i>	1.16 - 1
2.º	500\$00	Lima Costa	<i>Bagdad II</i>	1.20 - 2
3.º	400\$00	Carvalho Simões	<i>Honesto</i>	1.21 - 3
4.º	300\$00	Ivens Ferraz	<i>Judeu</i>	1.22 - 2
5.º	300\$00	Santos Leite	<i>Imitável</i>	1.25 - 1
6.º	200\$00	Henrique Vaz	<i>Fiado</i>	1.25 - 4
7.º	200\$00	Augusto Lage	<i>Fanfarrão II</i>	1.26
8.º	200\$00	Miranda Dias	<i>Brioso III</i>	1.27 - 1
9.º	200\$00	Ribeiro de Carvalho	<i>Caifaz</i>	1.29
10.º	200\$00	Vicente da Silva	<i>Lulo</i>	1.31

Revista da Cavalaria

2.^a Série

Correram 16 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.24
Penalidade 6^s

Clas.	Premios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	700\$00 e Taça	Cruz Azevedo	Faneca	1.12 - 3
2. ^o	500\$00	Ribeiro de Carvalho	Maxixe	1.18 - 2
3. ^o	400\$00	Manuel Carpinteiro	Chibuto	1.22
4. ^o	300\$00	António Romeiras	Napista	1.22 - 2
5. ^o	200\$00	António Seródio	Corgo	1.24

Prova «Taça Myrian»

(Grande Prémio)

Correram 28 — Altura máxima 1,60 — Tempo concedido 1.33

1. ^o	3.000\$00 e Réplica	Alonso Martin	Brise-Brise	0 1.17
2. ^o	2.000\$00	Abrantes da Silva	Bajone	4 1.15
3. ^o	1.200\$00	Dominguez Manjon	Vitamen	4 1.17 - 1
4. ^o	800\$00	António Romeiras	Nocivo	4 1.17 - 3
5. ^o	600\$00	Alonso Martin	Sainete	4 1.18 - 2
6. ^o	500\$00	Jorge Matias	Flávia	8 1.30
7. ^o	400\$00	Cruz Azevedo	Rama	11 1.27 - 2
8. ^o	300\$00	Lima Costa	Juniper	12 1.22 - 1
9. ^o	300\$00	Joaquim Leote	Vénus	12 1.22 - 2
10. ^o	300\$00	Abrantes da Silva	Borlista	12 1.22 - 3
11. ^o	300\$00	Craveiro Lopes	Vouga	14 1.44 - 3
12. ^o	300\$00	Maestre Salinas	Very Hot	16 1.19 - 4

Prova «Romanas»

(Parelhas)

Correram 12 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.04

1. ^o	800\$00	{ Ferrand de Almeida	Garça	
		{ Leite Ferreira	Heraldo	4 0.54
2. ^o	700\$00	{ Soares Branco	Malcata	
		{ Ferrand de Almeida	Garboso	4 0.55 - 3
3. ^o	600\$00	{ Gabriel Dores	Elegante	
		{ Rodrigues Mano	Farsola	4 0.59
4. ^o	500\$00	{ Marquês do Funchal	Ebro	
		{ Costa Gomes	Frágil	4 1.04

Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
5.º	400\$00	{ Vasco Ramires	<i>Mourisco</i>	8 ¹ / ₄ 1.04 - 2
		{ Rangel de Almeida	<i>Clíper</i>	
6.º	400\$00	{ Rangel de Almeida	<i>Fébus</i>	16 0.58 - 1
		{ Monteiro da Graça	<i>Hissália</i>	
7.º	400\$00	{ Ferreira da Cunha	<i>Jardineiro</i>	16 1.03 - 3
		{ Virgílio Raposo	<i>Lombardo</i>	
8.º	400\$00	{ Emiliano Fernandes	<i>Ironia</i>	18 ¹ / ₂ 1.18
		{ Jorge Osório	<i>Heril</i>	
9.º	400\$00	{ Souto Pires	<i>Come-gente</i>	21 ¹ / ₂ 1.05 - 2
		{ Virgílio Raposo	<i>Jardim</i>	
10.º	400\$00	{ Leite Ferreira	<i>Jardineira</i>	40 ¹ / ₂ 1.41 - 2
		{ Rodrigues Mano	<i>Barbante</i>	

Prova «Taça Vidago — Pedras Salgadas»

(Taça de Honra)

Correram 15 — Altura máxima inicial 1,50 — Tempo concedido 1.30

1.º	Taça	António Romeiras	<i>Nocivo</i>	0 0 0 4	(0.52)
2.º	Taça	Cruz Azevedo	<i>Rama</i>	0 0 0 4	(0.54)
3.º	Taça	Espinoza de los Monteros	<i>Batel</i>	0 0 0 4	(0.55 - 1)

«Taça Teniente General D. Fernando Barron»

1.º	Taça	Cruz Azevedo	<i>Rama</i>	0 0.54
		António Romeiras	<i>Nocivo</i>	0 0.52
PORTUGAL		Abrantes da Silva	<i>Bajone</i>	0 0.48 - 4
		Jorge Matias	<i>Flávia</i>	Df.

CALDAS DA RAÍNHA

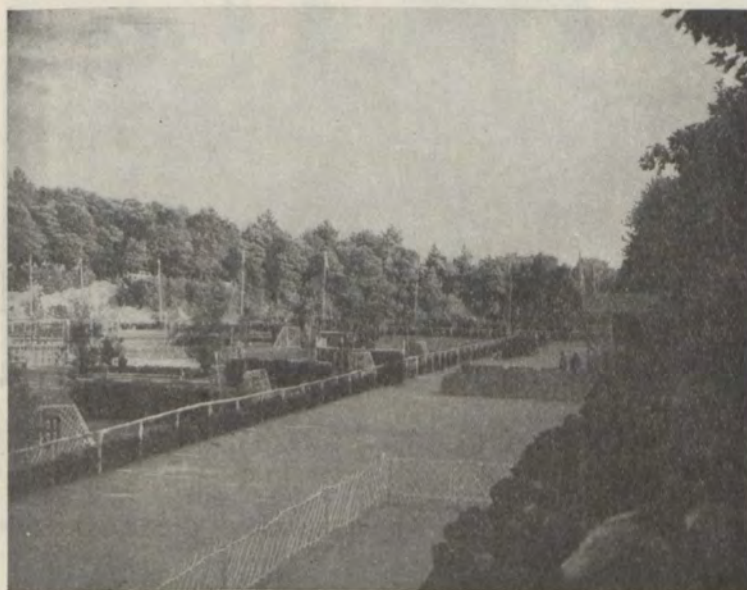
Realizou-se nos dias 24, 27, 30 e 31 de Agosto o XL concurso hípico oficial das Caldas da Raínha.

O seu programa apresentou como no ano passado, as provas divididas em séries, sistema que criou uma situação de desvantagem para os cavalos do 3.º e 4.º handicaps.

Revista da Cavalaria

Da experiência dos últimos dois concursos das Caldas, parece-nos poder-se concluir que as provas em séries não resultam equilibradas nos resultados, sendo preferível dividir os cavalos por provas e não estas em séries.

No referente ao qualitativo de prémios, este concurso tem perdido terreno em relação às demais organizações do País, podendo mesmo afirmar-se que, excluindo Mafra, o concurso das Caldas é o que apresenta actualmente prémios mais fracos, situação que a não se modificar



Vista geral do Hipódromo das Caldas da Rainha

terá logicamente que conduzir a uma mudança de orientação técnica do concurso, a qual deve ser condicionada, dentro de certos limites, pelo qualitativo dos prémios a disputar nas várias provas.

É no judicioso equilíbrio entre as dificuldades dos percursos e o qualitativo dos seus prémios, que se alicerça o actual sistema de handicapagem dos cavalos de obstáculos, equilíbrio que alternando-se viará completamente o agrupamento dos cavalos por handicaps.

Neste particular aspecto nota-se no concurso hípico das Caldas da Rainha certo desequilíbrio, pois as dificuldades dos seus traçados nem

Revista da Cavalaria

sempre se harmonizam com o qualitativo dos prémios atribuídos. Isto, quando se enquadre o concurso no conjunto das demais organizações hípcas do País.

Muito embora o condicionamento da inscrição na prova «Saudade» tenha obedecido a um critério de certo modo lógico, parece-nos que a vitória do major Ribeiro de Carvalho, cavaleiro já classificado em várias



Capitão Henrique Calado montando Caramulo em que ganhou o «Grande Prémio» de Caldas da Rainha

provas do concurso, tornou flagrante a necessidade de se rever o sistema adoptado.

Quanto à execução técnica do concurso, nenhum reparo nos ocorre. As provas foram delineadas dentro da técnica normal, mantendo o concurso as suas características particulares, nomeadamente obstáculos bem construídos, completamente enquadrados e com as alturas cortadas por sebes.

Das provas do concurso salientou-se pela sua originalidade o traçado da prova de «Caça» o qual apresentava quatro soluções a escolher pelos concorrentes.

O traçado que resultou mais feliz foi sem dúvida o do «Grande Prémio».

Antes de fecharmos esta breve notícia, há que destacar como facto sobremaneira honroso para este Concurso, a presença de S. Ex.^a o Presidente da República no dia do «Grande Prémio».

Revista da Cavalaria

Quanto a resultados técnicos há que salientar as brilhantes vitórias de Henrique Calado e Cruz de Azevedo, no «Grande Prémio» e «Taça de Honra», montando respectivamente *Caramulo* e *Rama*.

Mais uma vez, resultou sobremaneira feliz o campeonato de salto em altura, conseguindo três cavalos — *Caramulo*, *Cafonè* e *Jacaré* — transpor a altura de dois metros. Esta prova foi ganha pelo capitão Henrique Calado montando o *Caramulo*, o qual já fora da competição transpôs tècnicamente 2,20 m., muito embora em condições de brilho inferiores à indiscutível classe revelada pelo conjunto em saltos anteriores.

Z.

RESULTADOS

Prova «Hoteis das Baldas da Rainha»

(Omnium 1.^a Série)

Correram 34 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.43

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	600\$00	Antunes Palla	<i>Jararaca</i>	0 1.22 - 1
2.º	300\$00	Gabriel Dorez	<i>Elegante</i>	0 1.23 - 4
3.º	300\$00	Alves Pereira	<i>Correio Mor</i>	0 1.24 - 2
4.º	200\$00	Henrique Calado	<i>Chispa</i>	0 1.24 - 3
5.º	200\$00	R. de Castro Pereira	<i>Bruno</i>	4 1.15 - 2
6.º	200\$00	Mena e Silva	<i>Le Roi Darius</i>	4 1.23 - 2
7.º	200\$00	Alvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	4 1.23 - 3
8.º	200\$00	Leite Ferreira	<i>Heraldo</i>	4 1.26 - 4
9.º	200\$00	João Moura	<i>King</i>	4 1.28 - 2

Prova «Hospital Rainha D. Leonor»

(Omnium 2.^a Série)

Correram 26 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.43

1.º	800\$00	Miranda Dias	<i>Brioso III</i>	0 1.19
				0 0.33
2.º	500\$00	Manuel Carpinteiro	<i>Chibuto</i>	0 1.19
				7 1.07 - 2

Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
3.º	400\$00	Ribeiro de Carvalho	Caifaz	0 1.25 - 1
4.º	200\$00	Augusto Lage	Fradique	0 1.28
5.º	200\$00	D. Helena Asseca	Nuit d'Avril	4 1.20 - 1
6.º	200\$00	Galeano Tavares	Febe	4 1.22 - 4
7.º	200\$00	Duarte Silva	Sacato	4 1.24 - 3

Prova «Regimento de Infantaria 5»

(Omnium 3.ª Série)

Correram 27 — Altura máxima 1,40 — Tempo concedido 1.43

1.º	1.000\$00	António Romeiras	Nocivo	0 1.10 - 1
2.º	600\$00	Cruz Azevedo	Faneca	0 1.16 - 1
3.º	500\$00	Ribeiro de Carvalho	Farsola	0 1.18
4.º	300\$00	Jorge Matias	Flávia	0 1.21
5.º	200\$00	Hintze Ribeiro	Fagulha	0 1.22 - 2
6.º	200\$00	Miranda Dias	Corsário	3 1.26
7.º	200\$00	José Carvalhosa	Estemido	3 1.28

Prova «Sargentos»

Correram 12 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.12

1.º	400\$00	José Marques	Gaivoto	0.57 - 1
2.º	300\$00	Inácio Guerra	Que Foi	1.13 - 4
3.º	200\$00	Simões Pereira	Castanho	1.14 - 2
4.º	100\$00	Silva Reis	Celta	1.29 - 1

Prova «Grémio do Comércio»

(Caça) — 1.ª Série

Correram 16 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.48
Penalidade 6^s

1.º	600\$00	Ferreira Cabral	Judeu	1.30
2.º	400\$00	Henrique Calado	Chispa	1.34 - 1
3.º	300\$00	José Barreiro	Hirco	1.35 - 3

Revista da Cavalaria

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	300\$00	R. de Castro Pereira	Bruno	1.36 - 1
5.º	200\$00	Antunes Palla	Jararaca	1.36 - 4
6.º	200\$00	Lima Costa	Bagdad II	1.40 - 1

(2.ª Série)

Correram 24 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.48
Penalidade 6^s

1.º	800\$00	Neto de Almeida	Impecável	1.35 - 3
2.º	500\$00	António Romeiras	Napista	1.40 - 2
3.º	400\$00	Semedo de Albuquerque	Mourisco	1.43 - 2
4.º	300\$00	Abrantes da Silva	Borlista	1.44
5.º	200\$00	Ribeiro de Carvalho	Maxixe	1.45 - 1
6.º	200\$00	Augusto Lage	Fanfarrão II	1.46
7.º	200\$00	Manuel Carpinteiro	Chibuto	1.50 - 2
8.º	200\$00	António Seródio	Corgo	1.52 - 2

Prova «Direcção Geral dos Serviços Decuários»

(1.ª Série)

Correram 16 — Alturas entre 1,20 e 1,60 — Tempo limite 1.30

1.º	600\$00	Alvaro Sabbo	Licorne	400
2.º	400\$00	Alves Pereira	Correio Mor	335
3.º	300\$00	Abrantes da Silva	Impetuosa	320
4.º	250\$00	Mena e Silva	Le Roi Darius	275
	250\$00	Leuschner Fernandes	Atlantide	275

(2.ª Série)

Correram 26 — Alturas entre 1,20 e 1,60 — Tempo limite 1.30

1.º	900\$00	Cruz Azevedo	Rama	570
2.º	500\$00	António Romeiras	Nocivo	520
	e Taça	Fernando Pais	Candidato	505
3.º	400\$00	Henrique Calado	Caramulo	500
4.º	300\$00	Miranda Dias	Corsário	495
5.º	200\$00	Rhodes Sérgio	Castiço	495

Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
7.º	200\$00	Abrantes da Silva	<i>Bajone</i>	480
8.º	200\$00	Jorge Matias	<i>Flávia</i>	470
9.º	200\$00	Ribeiro de Carvalho	<i>Farsola</i>	415

Prova «Sociedade Hípica Portuguesa»

Correram 30 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.42

1.º	600\$00	Alvaro Sabbo	<i>Cachimbo</i>	0 1.11
2.º	400\$00	Mena e Silva	<i>Le Roi Darius</i>	4 1.08 - 2
3.º	300\$00	Antunes Palla	<i>Jararaca</i>	4 1.09
4.º	300\$00	Vicente da Silva	<i>Lulo</i>	4 1.09 - 4
5.º	200\$00	Severo Pinto	<i>Ariane</i>	4 1.10 - 2
6.º	200\$00	Abrantes da Silva	<i>Impetuosa</i>	4 1.11
7.º	200\$00	Ferreira da Cunha	<i>Jardineiro</i>	4 1.11 - 2
	200\$00	Leuschner Fernandes	<i>Atlantide</i>	4 1.11 - 2

Prova «Federação Equestre Portuguesa»

Correram 25 — Altura máxima 1,40 — Tempo concedido 1.42

1.º	800\$00	Cruz Azevedo	<i>Faneca</i>	4 1.04
2.º	500\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Cara Linda</i>	4 1.09 - 3
3.º	400\$00	Augusto Lage	<i>Fanfarrão II</i>	4 1.10
4.º	300\$00	Miranda Dias	<i>Brioso III</i>	4 1.10 - 2
5.º	200\$00	Augusto Lage	<i>Fradique</i>	7 1.23 - 3
6.º	200\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Invento</i>	8 1.04

Prova «Comissão Municipal de Turismo»

(Grande Prémio)

Correram 27 — Altura máxima 1,60 — Tempo concedido 1.32

1.º	2.500\$00	Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	0 1.09
	e Taça			
2.º	1.500\$00	António Romeiras	<i>Nocivo</i>	0 1.10 - 4
3.º	1.000\$00	Alvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	0 1.15

Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4. ^o	800\$00	Henrique Calado	<i>Congo II</i>	3 1.31 - 2
5. ^o	700\$00	Henrique Calado	<i>Raso</i>	4 1.14 - 1
6. ^o	600\$00	Fernando Pais	<i>Candidato</i>	4 1.18 - 2
7. ^o	500\$00	José Carvalhosa	<i>Estemido</i>	4 1.22 - 2
8. ^o	400\$00	Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	8 1.13 - 3
9. ^o	300\$00	Craveiro Lopes	<i>Vouga</i>	8 1.18 - 3
10. ^o	300\$00	Neto de Almeida	<i>Impecável</i>	8 1.19 - 2
11. ^o	200\$00	Neto de Almeida	<i>Jacaré</i>	8 1.24 - 2
12. ^o	200\$00	R. de Castro Pereira	<i>Bruno</i>	11 1.28

Prova «Diana»

(Amazonas)

Correram 6 — Altura máxima 1,20

1. ^o	Taça	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Hirco</i>	0 0.52 - 4
2. ^o	Taça	D. Maria Cruz Azevedo	<i>Napista</i>	0 0.57 - 2
3. ^o	Taça	D. Anne Norton Griffiths	<i>Cliper</i>	4 0.54

Prova «Saudade»

(Despedida)

Correram 38 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1,30

1. ^o	500\$00	Ribeiro de Carvalho	<i>Maxixe</i>	0 1.21
2. ^o	400\$00	Gabriel Soares	<i>Forreta</i>	4 1.11 - 3
	400\$00	Joaquim Leote	<i>Vénus</i>	4 1.11 - 3
4. ^o	300\$00	Helder Martins	<i>Faraó</i>	4 1.21
5. ^o	200\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Invento</i>	8 1.09 - 3
6. ^o	200\$00	Carvalho Simões	<i>Honesto</i>	8 1.13 - 3
7. ^o	200\$00	Severo Pinto	<i>Ariane</i>	8 1.17
8. ^o	200\$00	Galeano Tavares	<i>Jockey</i>	8 1.18 - 2
9. ^o	200\$00	Abrantes da Silva	<i>Bajone</i>	12 1.02 - 2
10. ^o	200\$00	Mena e Silva	<i>Frívolo</i>	12 1.08 - 4
11. ^o	200\$00	Alves Pereira	<i>Cabeçalvo</i>	12 1.10 - 2
12. ^o	200\$00	Rodrigues Mano	<i>Garboso</i>	12 1.11 - 2

Revista da Cavalaria

Prova «Câmara Municipal das Caldas da Rainha»

(Taça de Honra)

Correram 16 — Altura máxima inicial 1,40 — Tempo concedido 1.00

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo			
1.º	Taça	Cruz Azevedo	Rama	0	0.37 - 4	0	0 4
2.º	Taça	Neto de Almeida	Impecável	0	0.40 - 4	0	0 8
3.º	Taça	Henrique Calado	Caramulo	0	0.45 - 2	0	4

Prova «Campeonato do Salto em Altura»

Correram 5 — Altura inicial 1,50

1.º	Taça	Henrique Calado	Caramulo	4 a 2,20
2.º	Taça	Alvaro Sabbo	Cafoné	0 a 2,00
3.º	Taça	Neto de Almeida	Jacaré	4 a 2,00

CASCAIS

Com a honrosa assistência de S. Ex.^a o Presidente da República, realizou-se de 6 a 14 de Setembro o XVI concurso oficial de Cascais, cujas provas foram distribuídas por 6 dias, formando um conjunto desportivo, harmonioso e equilibrado.

O belo hipódromo da Gandarinha apareceu este ano cortado por pistas de piso arenoso, modificação que de forma alguma se coaduna com a evolução da técnica dos concursos. Tal circunstância, condicionou os traçados às pistas existentes, facto de que resultou a monotonia dos percursos alterando sensivelmente as características próprias deste concurso.

Possuindo Cascais um hipódromo exclusivamente destinado ao seu concurso hípico anual, não se compreende que o seu piso não seja tratado com a necessária antecedência por forma a apresentar-se nas devidas condições de utilização, evitando-se ter que se subordinar a realização técnica do concurso às precárias condições da pista, como sucedeu no corrente ano com manifesto prejuízo para o interesse do concurso, não só por parte dos concursistas como também do próprio público. É este um dos aspectos, que a organização não deve descurar, a fim de se evitar que o concurso perca as suas características próprias, aliás absolutamente coincidentes com a moderna técnica.

Revista da Cavalaria

Os traçados dos primeiro e segundo dias de provas foram caracterizados pela sua simplicidade o que originou um número demasiado de percursos sem faltas, dando em resultado não terem sido premiados alguns percursos limpos, o que tirou manifestamente o interesse às provas.

Sabemos ter motivado esta deficiência o condicionamento às pistas do campo e o natural receio do piso demasiado arenoso, que finalmente se verificou ter melhorado no decorrer do concurso. Contribuiu também para o desequilíbrio dos resultados a construção demasiado sólida de alguns obstáculos que suportaram fortes toques sem se deslocarem.

Embora alguns críticos desportivos da imprensa diária, não estejam de acordo com a nossa opinião, o traçado mais perfeito do concurso foi sem dúvida o da prova de «Regularidade». Pode mesmo afirmar-se que, no traçado desta prova, se deu um passo em frente no campo da técnica, conseguindo-se comandar a abordagem dos vários obstáculos do percurso em função da sua estrutura própria e situação relativa. Sabemos que os resultados práticos obtidos confirmaram absolutamente os princípios em que se baseava a localização de todos os obstáculos da primeira parte do traçado, circunstância que embora tivesse escapado à observação de alguns críticos desportivos, constituiu sem dúvida a nota técnica predominante do concurso. As provas máximas do certame designadamente o «Grande Prémio» e a «Taça de Honra», foram ganhas respectivamente pelos cavaleiros internacionais capitão José Carvalhosa e tenente Neto de Almeida montando dois generosos cavalos nacionais *Estemido* e *Jacaré*.

X.

RESULTADOS

Prova «Gandazinha»

(Omnium — 1.^a Série)

Correram 45 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1,35

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	900\$00 e Taça	Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0 1.04
2. ^o	700\$00	Pimenta de Castro	<i>Radis Rose</i>	0 1.04 - 3
3. ^o	600\$00	Ferreira Cabral	<i>Inca</i>	0 1.05 - 2
4. ^o	500\$00	Henrique Calado	<i>Chispa</i>	0 1.07

Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
5.º	400\$00	R. de Castro Pereira	Hopefull Don	0 1.07 - 1
6.º	300\$00	Leite Ferreira	Heraldo	0 1.08 - 3
7.º	300\$00	Helder Martins	Virtuose	0 1.09 - 3
8.º	300\$00	Guimarães da Costa	Grou	0 1.16 - 4
9.º	200\$00	Pereira de Almeida	Fulano	3 1.18 - 1
10.º	200\$00	Xavier de Brito	Radieux	4 0.59 - 4
11.º	200\$00	Miranda Dias *	Brioso III	4 1.01 - 4

Prova «Visconde dos Olivais»

(Omnium — 2.ª Série)

Correram 38 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.35

1.º	1.500\$00 e Taça	Cruz Azevedo	Rama	0 0.55 - 3
2.º	1.000\$00	Henrique Calado	Caramulo	0 0.56 - 2
3.º	600\$00	Correia Barrento	Raso	0 0.57 - 4
4.º	500\$00	Abrantes da Silva	Bajone	0 0.58 - 3
5.º	350\$00	Abrantes da Silva	Borlista	0 1.01
	350\$00	D. Helena Asseca	Nuit d'Avril	0 1.01
7.º	250\$00	Fernando Pais	Candidato	0 1.02 - 2
	250\$00	António Spínola	Tobruick	0 1.02 - 2
9.º	200\$00	Miranda Dias	Corsário	0 1.03 - 1
10.º	100\$00	Rhodes Sérgio	Castiço	0 1.04 - 3
	100\$00	Neto de Almeida	Jacaré	0 1.04 - 3

Prova «Dr. Filipe de Vilhena»

(Caça)

Correram 41 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.32
Penalidade 5^s

1.º	800\$00 e Taça	Ferrand de Almeida	Garça	1.07 - 3
2.º	600\$00	Xavier de Brito	Ephrayne	1.17 - 2
3.º	500\$00	Vasconcelos Porto	Heril	1.19
4.º	400\$00	R. de Castro Pereira	Hopefull Don	1.19 - 2
5.º	300\$00	Carvalho Simões	Honesto	1.19 - 3
	300\$00	Henrique Calado	Chispa	1.19 - 3
7.º	300\$00	R. de Castro Pereira	Bruno	1.20
8.º	200\$00	Leite Ferreira	Heraldo	1.20 - 1
9.º	200\$00	Ferreira Cabral	Judeu	1.21 - 2
10.º	200\$00	Joaquim Leote	Vénus	1.23 - 1
11.º	200\$00	Xavier de Brito	Radieux	1.24 - 4

Revista da Cavalaria

Prova «José Florindo de Oliveira»

Correram 31 — Altura máxima 1,40 — Tempo concedido 1,32

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	1.200\$00 e Min. ^a da Taça	António Romeiras	Nocivo	0 1.02 - 3
2.º	800\$00	Cruz Azevedo	Rama	0 1.04 - 2
3.º	600\$00	Henrique Calado	Caramulo	0 1.04 - 3
4.º	500\$00	Abrantes da Silva	Borlista	0 1.05 - 4
5.º	400\$00	Miranda Dias	Corsário	0 1.10 - 2
6.º	300\$00	Cruz Azevedo	Faneca	0 1.11
7.º	300\$00	Vasconcelos Porto	Marlborough	0 1.12
8.º	200\$00	Ribeiro de Carvalho	Farsola	0 1.12 - 2
9.º	200\$00	Fernando Cavaleiro	Cara Linda	0 1.14 - 3

Prova «Dr. Emilio Infante da Câmara»

(Nacional)

Correram 15 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1,54

1.º	1.200\$00	António Romeiras	Nocivo	0 1.12 - 1
2.º	900\$00	Neto de Almeida	Jacaré	0 1.16
3.º	700\$00	Abrantes da Silva	Borlista	0 1.17 - 2
4.º	500\$00	António Spínola	Tobruck	0 1.24
5.º	400\$00	António Romeiras	Napista	3 1.27 - 2
6.º	300\$00	Galeano Tavares	Jockey	4 1.26 - 4
7.º	200\$00	Vicente da Silva	Lulo	7 1.47 - 2

Prova «Câmara Municipal de Cascais»

Correram 35 — Altura máxima 1,40 — Tempo concedido 1,39

1.º	1.200\$00	Cruz Azevedo	Rama	0 1.11 - 3
2.º	900\$00	Abrantes da Silva	Bajone	0 1.12
3.º	700\$00	Helder Martins	Faraó	0 1.34 - 4
4.º	600\$00	Henrique Calado	Caramulo	4 1.14 - 2
5.º	500\$00	António Spínola	Achiles	4 1.22 - 3
6.º	400\$00	Joaquim Leote	Vénus	4 1.23
7.º	300\$00	Pereira de Almeida	Fradique	4 1.23 - 2
8.º	300\$00	Augusto Lage	Florentina	4 1.25
9.º	200\$00	R. de Castro Pereira	Bruno	7 1.29 - 3
10.º	200\$00	Cruz Azevedo	Faneca	8 1.18
11.º	200\$00	Correia Barrento	Raso	8 1.21
12.º	200\$00	José Carvalhosa	Estemido	8 1.28

Revista da Cavalaria

Prova «Francisco José Paulo de Carvalho»

(Discipulos)

Correram 6 — Altura máxima 1,10

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Taça	Armando Pais	<i>Que Foi</i>	0 1.01 - 2
2.º	Taça	José Manuel Sabbo	<i>Correio Mor</i>	0 1.09
3.º	Taça	Marinho Falcão	<i>Nanja</i>	0 1.15 - 3
4.º	Laço	Vasco Luís Ramires	<i>Gay Boy</i>	7 1.44 - 1

Prova «Junta de Turismo de Cascais»

(Regularidade — 1.ª Série)

Correram 36 — Altura máxima 1,30

1.º	800\$00	Carvalho Simões	<i>Honesto</i>	21 1.14 - 3
2.º	600\$00	Guimarães da Costa	<i>Grou</i>	20 2.00
3.º	400\$00	Ferrand de Almeida	<i>Garça</i>	18 0.59 - 1
4.º	300\$00	Ferreira Cabral	<i>Inca</i>	16 1.05 - 3
5.º	200\$00	Pimenta de Castro	<i>Radis Rose</i>	16 2.00
6.º	200\$00	Joaquim Leote	<i>Vénus</i>	15 0.54
7.º	200\$00	Ferreira Cabral	<i>Cová</i>	15 0.55
8.º	200\$00	Ferreira Cabral	<i>Judeu</i>	15 0.56
9.º	200\$00	Xavier de Brito	<i>Radieux</i>	13 0.41 - 3
10.º	200\$00	Augusto Lage	<i>Fradique</i>	11 0.36 - 4

Prova «Capitão José Beltrão»

(Regularidade — 2.ª Série)

Correram 27 — Altura máxima 1,40

1.º	1.000\$00	António Romeiras	<i>Nocivo</i>	37 1.58 - 3
	e Taça	Vasconcelos Porto	<i>Marlborough</i>	35 2.00
2.º	800\$00	Ribeiro de Carvalho	<i>Farsola</i>	25 1.25 - 4
3.º	600\$00	António Romeiras	<i>Napista</i>	25 1.29 - 2
4.º	400\$00	Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	24 1.27 - 4
5.º	300\$00	Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	15 0.58
6.º	200\$00	Correia Barrento	<i>Congo II</i>	14 0.54
7.º	200\$00	Correia Barrento	<i>Raso</i>	14 0.57 - 1
8.º	200\$00	Cruz Azevedo	<i>Faneca</i>	14 2.00
9.º	200\$00	António Spínola	<i>Tobruck</i>	13 0.46 - 2

Revista da Cavalaria

Prova «Rainha D. Amélia»

(Amazonas)

Correram 8 — Altura máxima 1,10

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Taça	D. Maria Cruz Azevedo	Pinóquio	0 1.04
2.º	Taça	D. Martine de Stoop	Junquillo	0 1.16 - 4
3.º	Taça	D. Ana Ribeiro Ferreira	Hirco	4 1.00 - 2
4.º	Laço	D. Ana Ribeiro Ferreira	Phoebus	9 1.17
5.º	Laço	D. Maria Cruz Azevedo	Honesto	9 1.22 - 3

Prova «Cidadela de Cascais»

(Sargentos)

Correram 15 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.12

1.º	600\$00	Inácio Guerra	Que Foi	1.01
	e Taça			
2.º	400\$00	José da Graça	Frecha	1.02 - 2
3.º	300\$00	Orestes Chaves	Ideal	1.04 - 3
4.º	200\$00	Pimenta da Gama	Fama	1.08
5.º	200\$00	Manuel Abambres	Ferral	1.09
6.º	200\$00	Manuel Abambres	Curiola	1.09 - 3

Prova «Duque de Palmela»

Correram 31 — Altura máxima 1,40 — Tempo concedido 1.21

1.º	1.500\$00	Soares Branco	Malcata	4 0.58
	e Taça			
2.º	1.000\$00	Xavier de Brito	Radieux	4 0.58 - 4
3.º	800\$00	Xavier de Brito	Ephrayne	4 1.00 - 3
4.º	600\$00	Henrique Calado	Mourisco	4 1.04 - 2
5.º	350\$00	Alves Pereira	Correio Mor	4 1.05 - 1
	350\$00	Antunes Palla	Jararaca	4 1.05 - 1
7.º	300\$00	Souto Pires	Come-gente	7 1.19 - 1
8.º	200\$00	R. de Castro Pereira	Bruno	8 0.57
9.º	200\$00	Ferreira Cabral	Inca	8 0.58
10.º	200\$00	Monteiro da Graça	Hissália	8 0.58 - 2
11.º	200\$00	Cruz Azevedo	Friolo	8 0.59 - 3
12.º	200\$00	Ferreira Cabral	Cová	8 1.00

Revista da Cavalaria

Prova «El-Rei D. Carlos»

(Grande Prémio)

Correram 25 — Altura máxima 1,50 — Tempo concedido 1.36

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	4.000\$00 e Min. ^a			
	da Taça	José Carvalhosa	Estemido	0 1.33 - 3
2.º	2.000\$00	Pereira de Almeida	Florentina	0 1.35
3.º	1.000\$00	Henrique Calado	Caramulo	4 1.17 - 3
4.º	900\$00	Correia Barrento	Raso	4 ¹ / ₄ 1.36 - 3
5.º	800\$00	Neto de Almeida	Jacaré	5 ¹ / ₄ 1.40 - 1
6.º	700\$00	António Romeiras	Nocivo	8 1.17 - 4
7.º	600\$00	Abrantes da Silva	Bajone	12 1.16 - 4
8.º	500\$00	Correia Barrento	Congo II	12 1.32 - 1
9.º	500\$00	Neto de Almeida	Impecável	13 ¹ / ₄ 1.44 - 2

Prova «Despedida»

Correram 13 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.28

1.º	300\$00	Craveiro Lopes	Vouga	4 1.03 - 3
2.º	200\$00	Gabriel Dorez	Elegante	4 1.08 - 2
3.º	200\$00	Fernando Pais	Imperatriz	4 1.14 - 1
4.º	200\$00	Hintze Ribeiro	Fagulha	7 1.19 - 1
5.º	200\$00	José Barreiro	Hirco	12 1.04

Prova «Marquês de Faial (D. Anténio)»

(Habits Rouges)

Correram 11 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.28

1.º	700\$00 e Taça	R. de Castro Pereira	Bruno	0 1.01 - 2
2.º	500\$00	Fernando Cavaleiro	Invento	0 1.01 - 4
3.º	400\$00	D. Helena Asseca	Nuit d'Avril	0 1.06 - 3
4.º	200\$00	Helder Martins	Optus	4 1.05 - 3

Revista da Cavalaria

Prova «Taça Marechal Carmona»

(Taça de Honra)

Correram 18 — Altura máxima inicial 1,30 — Tempo concedido 1.28

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	1.000\$00 e Min. ^a da Taça	Neto de Almeida	Jacaré	0 1.06 - 1 0 0 0
2.º	750\$00	Henrique Calado	Caramulo	0 0.49 - 3 0 0 4
3.º	500\$00	Cruz Azevedo	Rama	0 0.55 - 4 0 0 4
4.º	500\$00	Correia Barrento	Congo II	0 1.00 0 0 4

Taça Tenente Coronel Fernando Coutinho da Silveira Ramos

10.000\$00
e Min.^a

da Taça

D. Helena Asseca

Nuit d'Avril

CORRIDAS DO OUTONO

Em muito boa hora a direcção da Sociedade Hípica Portuguesa decidiu realizar as corridas de cavalos do outono, alterando o ambiente de realização das suas habituais organizações. Ambiente que, em nossa opinião, constituiu a razão fundamental dos resultados negativos verificados nos últimos anos.

Os problemas essenciais da Sociedade Hípica Portuguesa, debatem-se, desde longa data, num círculo vicioso. O público não acorre aos espectáculos hípicos e estes, por sua vez, economicamente delimitados na base da ausência do mesmo público, não se apresentam aliciantes.

A situação apresenta certo paralelismo com a daquele proprietário de um circo ambulante, que desmoralizado com os resultados negativos da bilheteira, em vez de procurar melhorar os números do espectáculo, resolvera empenhar as cadeiras da plateia, continuando a protestar contra a incompreensão do público que, como é evidente, desaparecera completamente por falta de cadeiras.

Revista da Cavalaria

Desta vez a Sociedade Hípica Portuguesa foi mais feliz que o proprietário do circo, pois apesar da deficientíssima organização dos dois primeiros dias de provas, o público acorreu em massa. De facto, se considerarmos a falta de camionetas e o deficiente sistema de funcionamento da aposta mútua nos primeiros dias de provas, é legítimo concluir-se que a direcção da Sociedade Hípica Portuguesa, influenciada pelas suas organizações anteriores, não contava com a presença do público.

Aliás, tal orientação não nos surpreendeu, antes pelo contrário a achamos uma lógica consequência do estado de divórcio existente, desde longa data, entre a Sociedade Hípica Portuguesa e o público. Divergência que parece ter-se resolvido nas corridas do Outono a contento da Sociedade Hípica Portuguesa, que no primeiro dia de provas ganhou francamente a partida, pois apesar de não ter proporcionado transportes nem uma conveniente organização da «aposta mútua», conseguiu canalizar o público no sentido do seu hipódromo.

No segundo dia de provas a Sociedade Hípica Portuguesa continuou a ganhar francamente a partida, castigando o público com uma organização ainda deficiente.

Nos terceiro e quarto dias de provas, deliberou a Sociedade Hípica Portuguesa conciliar-se com o público, proporcionando-lhe finalmente, dois espectáculos bem organizados e plenos de interesse nos seus vários aspectos.

Além das vantagens de ordem imediata, no duplo aspecto do accidental prazer proporcionado ao público e do consequente resultado de bilheteira, o êxito obtido nas corridas do Outono transcende o campo dos resultados próximos, pois desvendou-nos o segredo da solução do problema fundamental da Sociedade Hípica Portuguesa.

Depois do êxito alcançado julgamos não haver dúvidas de que as corridas de cavalos constituem a chave da solução do problema, e nesse sentido será necessário evoluir velozmente para não se perder o entusiasmo do caprichoso público que em hora feliz derivou para o nosso hipódromo.

Cada uma das três jornadas previstas constou de duas provas de obstáculos, uma corrida demonstrativa de atrelados e três de corridas planas.

Pela primeira vez se apresentou no nosso País um espectáculo hípico tão variado, englobando três modalidades do desporto hípico, entre elas uma considerada inédita no nosso País. Referimo-nos às corridas de atrelados. Estas corridas, embora tivessem sido realizadas em ambiente

Revista da Cavalaria

demonstrativo, tiveram grande interesse, animando sobremaneira a assistência, o que nos leva a vaticinar grande futuro, no nosso País, a esta nova modalidade desportiva.

Um aplauso à Sociedade Hípica Portuguesa pela improvisação da pista de corridas, a qual se apresentou com piso muito melhorado em relação à pista das antigas corridas.

No campo da realização desportiva, não podemos deixar de começar por salientar como primeiros animadores do certame os irmãos Palhas e o Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana, os primeiros proporcionando à Sociedade Hípica Portuguesa a oportunidade de apresentar pela primeira vez corridas de atrelados e a G. N. R. pela realização das corridas planas, pois não constitui segredo, para o observador atento, que sem a sua colaboração não teria sido possível a realização das corridas.

Salienta-se ainda a contribuição dada pela Estação Zootécnica Nacional da Fonte Boa, principalmente nos primeiro e terceiro dias de corridas.

O extraordinário êxito alcançado nas três jornadas da reunião do Outono, levaram a Sociedade Hípica Portuguesa a realizar o quarto dia de provas, que como o terceiro dia resultou brilhantíssimo, não só no referente a organização como à afluência do público.

Quanto a resultados técnicos das provas de obstáculos é de salientar a regularidade de *Caramulo* e *Achilles* que montados respectivamente pelos capitães Henrique Calado e António Spínola conseguiram classificar-se nos quatro dias de provas, incluindo uma prova de «Regularidade» com um percurso de desempate, sem que tivessem dado no conjunto de todas as provas qualquer falta. Proeza quase idêntica fez *Estemido* montado pelo capitão José Carvalhosa, que se classificou em todos os dias de provas, apenas se diferenciando dos dois primeiros cavalos com um toque dado no final da prova de «Regularidade».

Nas corridas de cavalos foi manifesta a «performance» do tenente Xavier de Brito, que conseguiu ganhar várias corridas montando diversos cavalos, revelando-se um cavaleiro de corridas de extraordinário mérito a quem vaticinamos um brilhantíssimo futuro, que fica evidentemente condicionado ao futuro das corridas em Portugal. E, para terminar, um franco aplauso ao capitão Henrique Calado pela desforra que tirou na *corrida dos vencedores*, vitória em que a sua incontestável categoria de cavaleiro superou a condição e qualidades corredoras dos cavalos competidores.

Z.

Revista da Cavalaria

RESULTADOS

Prova «Capitão José Maia Brandão de Brito»

1.^a Série

Correram 22 — Altura máxima 1,20 — Tempo concedido 1.07

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	600\$00	Sousa Pereira	<i>Cubal</i>	0 0.45 - 2
2. ^o	500\$00	Helder Martins	<i>Faraó</i>	0 0.47
3. ^o	400\$00	Galeano Tavares	<i>Comparsa</i>	0 0.47 - 4
4. ^o	300\$00	Galeano Tavares	<i>Jockey</i>	0 0.49 - 4
5. ^o	200\$00	Antunes Palla	<i>Jararaca</i>	0 0.50 - 2

2.^a Série

Correram 23 — Altura máxima 1,30 — Tempo concedido 1.07

1. ^o	Taça	José Carvalhosa	<i>Estemido</i>	0 0.44 - 3
				0 0.40 - 1
2. ^o	Taça	Rangel de Almeida	<i>Febus</i>	0 0.44 - 3
				8 0.41 - 3
3. ^o	Taça	Fernando Cavaleiro	<i>Invento</i>	0 0.44 - 3
				12 0.38 - 1
4. ^o	Taça	António Spínola	<i>Achiles</i>	0 0.45 - 3
5. ^o	Taça	Herrique Calado	<i>Caramulo</i>	0 0.46

Corrida «Conde de Fontalva»

(Trote Arelados)

Correram 3 — Distância 1.400 m.

1. ^o	Taça	João Alcobia	<i>Kranus</i>	2.25
-----------------	------	--------------	---------------	------

Corrida «Fonte Boa»

Correram 7 — Distância 900 m. — Velocidade 870 m/m

1. ^o	600\$00	José Vicente	<i>Fiandeiro</i>	1.02
2. ^o	400\$00	Isidro Domingos	<i>Licor</i>	
3. ^o	300\$00	Joaquim Rodrigues	<i>Ião</i>	

Revista da Cavalaria

Corrida «Altez»

Correram 8 — Distância 1.460 m. — Velocidade 811 m/m

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	800\$00	Xavier de Brito	Angélus	1.48
2.º	400\$00	Neto de Almeida	Farol	
3.º	300\$00	Minas da Piedade	Rose Blanche	

Corrida «Rio Frio»

Correram 7 — Distância 1.609 m. — Velocidade 849 m/m

1.º	1.000\$00	Xavier de Brito	Bouton d'Or	1.53
2.º	500\$00	Henrique Calado	Cerne	
3.º	300\$00	Soares Branco	Rio Frio	

Prova «Tenente Alfredo Morais Sarmiento»

(Caça) — 1.ª Série

Correram 13 — Altura máxima 1.30 — Tempo concedido 1.30

Penalidade 8º

1.º	600\$00	D. Ana Ribeiro Ferreira	Junquillo	1.05 - 2
2.º	500\$00	Ivens Ferraz	Febe	1.10
3.º	400\$00	Galeano Távares	Comparsa	1.15 - 1
4.º	300\$00	Galeano Távares	Jockey	1.23 - 1
5.º	200\$00	Henrique Calado	Castiço	1.24 - 3

2.ª Série

Correram 17 — Altura máxima 1.40 — Tempo concedido 1.30

Penalidade 8º

1.º	Taça	Rangel de Almeida	Fébus	1.04 - 4
2.º	Taça	José Carvalhosa	Estemido	1.06 - 2
3.º	Taça	Henrique Calado	Caramulo	1.08
4.º	Taça	António Spínola	Achiles	1.08 - 3
5.º	Taça	José Barreiro	Hirco	1.15 - 2

Revista da Cavalaria

Corrida «Dr. Emilio Infante da Câmara»

(Trote Atrrelados)

Correram 4

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Taça	Carlos Palha	Kranaus	

Corrida «Belém»

Correram 5 — Distância 1.460 m. — Velocidade 829 m/m

1.º	600\$00	Amândio Reis	Jockey	1.45 - 3
2.º	400\$00	António Andrade	Jeque	
3.º	300\$00	José Lourenço	Jovem	

Corrida «Marinha»

Correram 7 — Distância 1.590 m. — Velocidade 810 m/m

1.º	800\$00	Xavier de Brito	Bouton d'Or	1.57 - 4
2.º	400\$00	Minas da Piedade	Rose Blanche	
3.º	300\$00	Mena e Silva	Frívolo	

Corrida «Campo Grande»

Correram 6 — Distância 1.750 m. — Velocidade 816 m/m

1.º	1.000\$00	Henrique Calado	Cerne	2.08 - 4
2.º	500\$00	Soares Branco	Angélus	
3.º	300\$00	Galeano Tavares	Atila	

Prova «Tenente João Pimenta da Gama»

(Regularidade) — 1.ª Série

Correram 13 — Altura máxima 1,30

1.º	600\$00	Fernando Cavaleiro	Alviela	21	1.27
2.º	500\$00	Henrique Calado	Castiço	20	1.30
3.º	400\$00	António Romeiras	Napista	9	0.42 - 3
4.º	300\$00	Galeano Tavares	Jockey	9	1.13
5.º	200\$00	Barros e Cunha	Clíper	6	0.31 - 2

Revista da Cavalaria

2.^a Série

Correram 18 — Altura máxima 1,40

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	Taça	Henrique Calado	Caramulo	22 1.30
				0 0.33 - 1
2. ^o	Taça	António Spínola	Achiles	22 1.30
				0 0.36 - 3
3. ^o	Taça	Xavier de Brito	Radieux	21 1.30
4. ^o	Taça	Craveiro Lopes	Vouga	19 1.30
5. ^o	Taça	José Carvalhosa	Estemido	17 1.11 - 4

Corrida «José Pereira Salha Blanco»

(Trote Atrrelados)

Correram 3 — Distância 2.000 m.

1. ^o	Taça	Georges Dubois	Brantome	3.19 - 1
-----------------	------	----------------	----------	----------

Corrida «Turf Clube»

Correram 5 — Distância 1.460 m. — Velocidade 817 m/m

1. ^o	600\$00	José Vicente	Fiandeiro	1.47 - 1
2. ^o	400\$00	Isidro Domingos	Licor	
3. ^o	300\$00	Amândio Reis	Jeque	

Corrida «Jockey Club»

Correram 7 — Distância 1.590 m. — Velocidade 859 m/m

1. ^o	800\$00	Ivens Ferraz	Scalabis	1.51
2. ^o	400\$00	Soares Branco	Brabançonne	
3. ^o	300\$00	Xavier de Brito	Avenir	

Corrida «Sociedade Hípica Portuguesa»

Correram 8 — Distância 2.000 m. — Velocidade 805 m/m

1. ^o	1.200\$00	Xavier de Brito	Angélus	2.29
2. ^o	600\$00	Milho Ferro	Bouton d'Or	
3. ^o	400\$00	Neto de Almeida	Farol	

Revista da Cavalaria

Prova «Outono»

Correram 18 — Altura máxima 1,40 — Tempo concedido 1,30

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	1.000\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Cara Linda</i>	0 1.04 - 4
2.º	600\$00	José Carvalhosa	<i>Estemido</i>	0 1.05 - 2
3.º	400\$00	Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	0 1.08 - 2
4.º	300\$00	António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1.09 - 2
5.º	200\$00	Neto de Almeida	<i>Jacaré</i>	0 1.13 - 3
6.º	200\$00	Neto de Almeida	<i>Impecável</i>	0 1.15 - 3
7.º	200\$00	Fernando Cavaleiro	<i>Invento</i>	4 1.06 - 4
8.º	200\$00	Ferreira Cabral	<i>Inca</i>	4 1.11 - 3

Corrida «Nacional»

Correram 6 — Distância 1.460 m. — Velocidade 792 m/m

1.º	800\$00	Minas da Piedade	<i>Jeque</i>	1.50 - 3
2.º	400\$00	Neto de Almeida	<i>Hebraico</i>	
3.º	300\$00	Milho Ferro	<i>Hectar</i>	

Corrida «Escola Militar de Equitação»

Correram 9 — Distância 1.590 m. — Velocidade 844 m/m

1.º	800\$00	Xavier de Brito	<i>Jockey</i>	1.53
2.º	400\$00	Milho Ferro	<i>Amarante</i>	
3.º	300\$00	Henrique Calado	<i>Floral</i>	

Corrida «Guarda Nacional Republicana»

Correram 8 — Distância 1.800 m. — Velocidade 841 m/m

1.º	800\$00	Mena e Silva	<i>Frívolo</i>	2.08 - 2
2.º	400\$00	Galeano Tavares	<i>Atila</i>	
3.º	300\$00	Xavier de Brito	<i>Avenir</i>	

Corrida «Vencedores»

Correram 7 — Distância 2.140 m. — Velocidade 808 m/m

1.º	1.500\$00	Henrique Calado	<i>Cerne</i>	2.38 - 4
2.º	750\$00	Ivens Ferraz	<i>Scalabis</i>	
3.º	500\$00	Minas da Piedade	<i>Angélus</i>	

CONCURSOS HÍPICOS NO 1952 ESTRANGEIRO

CLASSIFICAÇÕES DOS CAVALEIROS PORTUGUESES

Concurso Hípico de Sevilla

(15 a 20 de Abril)

Prova «Brigada de Caballerta»

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos
2.º	800 p.	Mena e Silva	<i>Indigo</i>
4.º	600 p.	Mena e Silva	<i>Fagulha</i>
12.º	500 p.	Henrique de Mendia	<i>Ardent</i>

Prova «Capitania General»

8.º	500 p.	Mena e Silva	<i>Fagulha</i>
12.º	500 p.	Henrique de Mendia	<i>Ardent</i>

Prova «Copa de Honor»

1.º	Taça	Henrique de Mendia	<i>Ardent</i>
6.º	O. A.	D. Ana de Mendia	<i>Colibri d'Or</i>

Prova «Ayuntamiento de Sevilla»

6.º	900 p.	Henrique de Mendia	<i>Ardent</i>
10.º	900 p.	D. Ana de Mendia	<i>Colibri d'Or</i>

Revista da Cavalaria

Concurso Hípico de Nice

Prova «Prix des Grands Hotels»

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	7.000 fr.	Fernando Pais	Satari	0 1.28
10.º	3.000 fr.	José Carvalhosa	Mondina	
17.º	2.000 fr.	José Carvalhosa	Estemido	

Prova «Grand Prix de France»

5.º	8.000 fr.	Henrique Calado	Congo II	8 3.01 - 3
			Caramulo	
6.º	6.000 fr.	José Carvalhosa	Estemido	
			Mondina	
18.º	2.500 fr.	Neto de Almeida	Flama	
			Raso	

Prova «Prix des Cadets de Saumur»

		PORTUGAL		
3.º	10.000 fr.	{ Fernando Pais	Satari	40 s. 6.20 - 2
		{ José Carvalhosa	Estemido	
		{ Henrique Calado	Congo II	
		{ Neto de Almeida	Raso	

Prova «Prix de Monaco»

(Potência)

1.º	20.000 fr.	José Carvalhosa	Mondina	0 0.51
3.º	3.000 fr.	Fernando Pais	Satari	4
	3.000 fr.	Henrique Calado	Caramulo	4

Prova «Grand Prix de la Ville de Nice»

15.º	4.500 fr.	José Carvalhosa	Mondina
17.º	3.000 fr.	Henrique Calado	Congo II
19.º	3.000 fr.	Fernando Pais	Satari
20.º	3.000 fr.	Fernando Pais	Marvão

Revista da Cavalaria

Prova «Prix de la Côte d'Azur» (Regularidade)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
5.º	3.500 fr.	Fernando Pais	Satari	21 2.00

Prova «Prix des Centaures»

4.º	6.000 fr.	Fernando Pais	Satari
6.º	1.834 fr.	José Carvalhosa	Estemido

Prova «Prix Bucéphale» (Caça)

1.º	25.000 fr.	Henrique Calado	Caramulo	1.28 - 1
6.º	3.000 fr.	José Carvalhosa	Mondina	
14.º	2.500 fr.	Henrique Calado	Raso	
17.º	2.000 fr.	Fernando Pais	Satari	

Prova «Prix Volant III»

2.º	5.668 fr.	José Carvalhosa	Estemido
5.º	3.000 fr.	Neto de Almeida	Flama

Concurso Hípico de Madrid

(5 a 13 de Maio)

Prova «General Kirkpatrick»

6.º	500 p.	José Carvalhosa	Mondina	0 1.07 - 2
14.º	500 p.	José Carvalhosa	Estemido	0 1.14 - 1
	500 p.	Fernando Pais	Satari	0 1.14 - 1

Revista da Cavalaria

Prova «Diputacion»

(Caça)

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
7.º	700 p.	Henrique Calado	Raso	2.00
10.º	500 p.	Duarte Silva	Flama	2.05

Prova «Sindicato General de Ganaderia»

3.º	1.000 p.	Henrique Calado	Caramulo	0 1.21
7.º	550 p.	Fernando Pais	Satari	0 1.28
10.º	500 p.	Duarte Silva	Congo II	0 1.35 - 2

Prova «Gobernador Civil»

(Caça)

4.º	900 p.	Henrique Calado	Caramulo	1.41 - 1
8.º	500 p.	José Carvalhosa	Mondina	1.45 - 2
10.º	500 p.	Duarte Silva	Flama	1.53

Prova «Ministério de Obras Públicas»

(Regularidade)

8.º	500 p.	Fernando Pais	Candidato	21 2.00
-----	--------	---------------	-----------	---------

Prova «Gran Prémio de Madrid»

8.º	1.000 p.	Henrique Calado	Raso	0 1.45 - 4
-----	----------	-----------------	------	------------

Prova «Copa de S. E. el Generalísimo»

6.º	Taça	Henrique Calado	Caramulo	0 1.58
-----	------	-----------------	----------	--------

Prova «Ministério de Informacion y Turismo»

(Potência)

7.º	1.000 p.	Duarte Silva	Flama	4 0.39 - 3
-----	----------	--------------	-------	------------

Revista da Cavalaria

Concurso Hípico de Badajoz

(21 a 25 de Setembro)

Prova «Diputacion»

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
2.º	800 p.	António Romeiras	Rama	0 0.52 - 1
3.º	600 p.	António Romeiras	Napista	0 0.55 - 2
7.º	450 p.	Joaquim Leote	Venus	0 0.58 - 2

Prova «José António Primo de Rivera»

(Caça)

1.º	1.000 p. e Taça	António Romeiras	Napista	0.50
2.º	800 p.	Manuel Carpinteiro	Chibuto	0.55 - 4
5.º	500 p.	Joaquim Leote	Vénus	0.58 - 4
7.º	400 p.	Manuel Carpinteiro	Fébus	1.02

Prova «Guarnicion»

(Regularidade)

2.º	Taça	António Romeiras	Napista	30
3.º	Taça	Manuel Carpinteiro	Fébus	29
4.º	O. A.	António Romeiras	Nocivo	23
5.º	O. A.	Manuel Carpinteiro	Chibuto	23
6.º	O. A.	Joaquim Leote	Vénus	23
7.º	O. A.	António Romeiras	Rama	19

Revista da Cavalaria

Prova «Ex.^{mo} Ayuntamiento»

(Grande Prémio)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	2.000 p. e Taça	António Romeiras	Napista	0 1.04 - 1
2. ^o	1.500 p.	António Romeiras	Nocivo	0 1.04 - 4
3. ^o	1.000 p.	Joaquim Leote	Vénus	0 1.09
4. ^o	900 p.	Manuel Carpinteiro	Fébus	0 1.12 - 3
6. ^o	700 p.	António Romeiras	Rama	4 1.07

Prova «Ex.^{mo} Sr. Gobernador Civil»

(Gañadores)

1. ^o	4.000 p. e Taça	António Romeiras	Nocivo	0 0 0
3. ^o	1.500 p.	Joaquim Leote	Vénus	0 0 4
4. ^o	1.000 p.	António Romeiras	Napista	0
5. ^o	800 p.	Joaquim Leote	Faneca	3





PRECE

DO

CAVALO

- Depois de um dia de trabalho, cuida um pouco da minha cama e prende-me de forma a que possa descansar.
- Se vires que pego mal na ração, examina a minha boca e se a encontrares inflamada, trata-a.
- Se eu tiver os flancos recolhidos, conclui que não bebi ou que os meus intestinos precisam tratamento.
- Nunca me deixes beber a seguir toda a água que me apetece, nem mas dêes depois da ração.
- Vigia cuidadosamente os meus cascos, conservando-os untados para não gretarem e limpos por baixo para não apodrecer a rasilha.
- Nunca me deixes parado quando estou suado, nem me passeies ao sol ou ao frio.
- Nunca me tires o selim ao ar livre, para que o dorso não arrefeça de repente.
- Se eu estiver triste e não comer, chama quem me saiba tratar mas nunca me abandones.
- Nunca esqueças que uma boa limpeza é tão útil à minha saúde como uma boa ração.
- Finalmente, não te esqueças que todas as minhas súplicas revertem em teu proveito.



O IV CONCURSO HIPICO INTERNACIONAL DE LOURENÇO MARQUES

1.º dia (14-VI-952)

No magnífico hipódromo do Jardim Zoológico, cujas instalações se apresentaram muito melhoradas, registando-se a construção de uma magnífica tribuna de honra para as entidades oficiais, realizaram-se, em 14 de Junho, as duas primeiras provas do IV Concurso Hípico Internacional, organizado pelo Centro Hípico, com o patrocínio do Sr. Governador-Geral e Presidente da Câmara Municipal, no qual participaram os melhores cavaleiros desta cidade e alguns dos melhores concursistas da União da África do Sul.

Na tribuna de honra assistiram às provas o Encarregado do Governo-Geral, Sr. Capitão Castro e Silva, o Sr. Comandante Militar, interino, tenente-coronel Rocha Peixoto, cónsules da Inglaterra e da África do Sul, Presidente da Câmara Municipal, Sr. José Fernando Vidal e outras entidades oficiais, civis e militares.

Infelizmente, a assistência não foi o que se esperava, e é pena, dado que as organizações hípicas, pela projecção que têm além-fronteiras constituem, sem dúvida, um bom «cartaz de propaganda» da cidade e são também um motivo turístico para Lourenço Marques.

As provas foram entusiasticamente disputadas, tanto pelos cavaleiros portugueses como sul-africanos, registando-se, quer nas duas séries da prova «Omnium» como na prova «Dois Cavalos», bons percursos.

A primeira prova da tarde foi a «Omnium», realizando-se primeiramente a primeira série, destinada a cavalos menos classificados, com um percurso de

Revista da Cavalaria

10 obstáculos com a altura máxima de 1^m,20. Havia 29 cavalos inscritos, dos quais não compareceram dois. Registaram-se dois percursos limpos, feitos por H. Grayston, no *Airborne* e *Duke*.

Saiu vencedor da prova o cavaleiro sul-africano H. Grayston, montando o *Duke*, com o pontos e no tempo de 1 m. 9 s. e 4/5, que ficou de posse da «Taça Casa dos Brindes».

A classificação dos cinco premiados, foi a seguinte: 1.º, H. Grayston, no *Duke*, com o pontos, em 1 m. 9 s. e 4/5; 2.º, H. Grayston, no *Airborne*, com o pontos, em 1 m. e 12 s.; 3.º, tenente F. da Cunha, na *Catrina*, com 4 pontos, em 1 m. 1 s. e 3/5; 4.º, tenente Peralta, no *Corsário*, com 4 pontos, em 1 m. 2 s. e 2/5; e 5.º, Sr.^a Ward-Smith, no *Silver Mint*, com 4 pontos, em 1 m. 4 s. e 3/5.

A segunda série da prova «Omnium», para cavalos mais classificados, com o percurso cortado por 10 obstáculos à altura máxima de 1^m,30, registou 14 inscrições, registando-se uma falta de comparência.

Saiu vencedor desta prova, o Sr. Capitão Joaquim Soares, no *Zuári*, com o único percurso limpo e no tempo de 1 m. 7 s. e 4/5, ficando de posse da «Taça Girassol».

Houve nesta prova, também, cinco classificados, pela seguinte ordem: 1.º, Capitão Joaquim Soares, no *Zuári*, com o pontos, em 1 m. 7 s. e 4/5; 2.º, tenente Trigo de Sousa, no *Caramba*, com 4 pontos, em 1 m. 2 s. e 2/5; 3.º, Sr.^a S. Menell, no *Gulliver*, com 4 pontos, em 1 m. 8 s. e 3/5; 4.º tenente Saraiva Marques, no *Giro*, com 8 pontos, em 1 m. 0 s. e 3/5; 5.º, R. Grayston, no *Guardsman*, com 8 pontos, em 1 m. e 2 s.

Disputou-se a seguir a prova «Dois Cavalos», para a «Taça Notícias», em que cada concorrente tinha de montar dois cavalos, sendo a classificação feita pela soma dos pontos nos dois percursos e dos respectivos tempos. Prova com um percurso cortado por 10 obstáculos de 1^m,30, registando-se cinco percursos limpos, feitos pelos concorrentes Júlio Domingues, no *Faraó*, e *Marajah*, Capitão Joaquim Soares, no *Airoso*, D. Maria Fernandes, no *Fakir* e R. Grayston, no *Jay*.

Ganhou brilhantemente esta prova, ficando de posse da «Taça Notícias», o cavaleiro civil Sr. Júlio Domingues, montando os cavalos *Faraó* e *Marajah*, com o pontos e no tempo total de 2 m. e 28 s.

Houve seis classificados: 1.º, Júlio Domingues, em *Faraó* e *Marajah*, com o pontos, em 2 m. e 28 s.; 2.º R. Grayston, em *Guardsman* e *Jay*, com 4 pontos, em 2 m. 0 s. e 4/5; 3.º, Capitão Joaquim Soares, em *Zuári* e *Airoso*, com 4 pontos, em 2 m. e 3 s.; 4.º D. Maria Fernandes, em *Fakir* e *Garoto*, com 8 pontos, em 2 m. e 13 s.; 5.º Alferes Saraiva Marques, em *Giro* e *Cuamato*, com 12 pontos, em 2 m. e 6 s.; 6.º, H. Grayston, em *Duke* e *Misty Moon*, com 12 pontos, em 2 m. 11 s. e 2/5.

Nesta prova, a concorrente Sr.^a D. Ward-Smith, ao fazer o seu percurso, deu uma grande queda, ficando sem sentidos, tendo sido transportada em braços para fora do campo de obstáculos, sendo imediatamente assistida por um médico presente. Felizmente, além do abalo sofrido pela queda, nada de grave sucedeu à concorrente sul-africana.

No final de cada prova foram entregues aos vários classificados os prémios a que tinham direito, tendo o Sr. Encarregado do Governo, Capitão Castro

Revista da Cavalaria

e Silva, feito a entrega da «Taça Casa dos Brindes», o Sr. Cônsul de S. Majestade Britânica, a «Taça Girassol» e o nosso camarada de trabalho Armando Valério, em representação do nosso prezado Director, a «Taça Notícias».

2.º dia (15-VI-952)

Na tarde de 15 de Junho teve lugar no magnífico hipódromo do Jardim Zoológico a segunda sessão do IV Concurso Hípico Internacional de Lourenço Marques, a que assistiram altas individualidades civis e militares, tendo-se registado boas provas dos vários concorrentes às duas disputas da tarde.

Desta feita as bancadas do hipódromo registaram bastante afluência de público, que seguiu interessadíssimo o desenrolar das duas provas do programa, em que uma vez mais, portugueses e sul-africanos, deram entre si os prémios estabelecidos, sempre dentro do maior espírito desportivo e de uma camaradagem que desde há anos nos tem sido grato registar.

O programa da tarde hípica de ontem contava, como já dissemos, com duas provas, a da «Taça Câmara Municipal» e da «Taça Tenente-coronel Bento da França», a primeira de percurso difícil, cortado com 10 obstáculos à altura máxima de 1^m,40, e a segunda destinada a «parelhas», com o percurso cortado por 10 obstáculos, com a altura máxima de 1^m,20. Na primeira prova havia primeiro percurso, onde se apuraria um terço dos concorrentes, dos que tivessem menor número de pontos sofridos e melhores tempos.

Na prova «Câmara Municipal», o único percurso limpo foi feito pelo concorrente Júlio Domingues, montando o *Faraó*, mas este mesmo concorrente e o mesmo cavalo, no segundo percurso, fez 16 pontos, passando para o 6.º lugar na classificação geral. Mas estava escrito que Júlio Domingues uma vez mais marcaria a sua posição de bom cavaleiro e foi ele o vencedor da prova, no *Spy*, que fez o primeiro percurso com 4 pontos em 1 m. 14 s. e 1/5, e o segundo com 8 pontos, em 1 m. e 15 s., somando por isso 12 pontos e o tempo de 2 m. 29 s. e 1/5.

A classificação geral desta prova foi a seguinte: 1.º, Júlio Domingues, no *Spy*, com 12 pontos, em 2 m. 29 s. e 1/5; 2.º, tenente Trigo de Sousa, no *Caramba*, com 16 pontos, em 2 m. e 6 s.; 3.º, Grayston, no *Guardman*, com 16 pontos, em 2 m., 8 s. e 1/5; 4.º, alferes Saraiva Marques, no *Giro*, com 16 pontos, em 2 m. 9 s. e 3/5; 5.º, Frank Fernandes, no *Genica*, com 16 pontos, em 2 m. 18 s. e 1/5; 6.º, Júlio Domingues, no *Faraó*, com 2 m. 31 s. e 3/5.

Como se vê, o comportamento dos nossos cavaleiros foi brilhante, a despeito da superioridade dos concorrentes estrangeiros no que diz respeito a montadas.

A segunda prova era difficilima também, pois os duos faziam os três primeiros obstáculos a par, seguindo depois em sentido oposto, tendo que saltar os obstáculos postos a par, mas a grande distância uns dos outros, ao mesmo tempo, sendo penalizados se a passagem dos obstáculos não fosse sincronizada e eram penalizados se no percurso a distância entre as duas montadas fosse superior a um comprimento.

Revista da Cavalaria

Ganhou muito bem esta prova o duo visitante formado pelos irmãos Grayston, montando o *Airbrone* e o *Duke*, com 4 pontos, em 1 m. e 20 s.

A classificação desta prova foi a seguinte: 1.º, R. Grayston e H. Grayston, no *Airbrone* e *Duke*, com 4 pontos, em 1 m. e 20 s.; 2.º, Sr.ª P. Martin e Sr.ª Ward-Smith, no *Valiant* e no *Luna Ray*, com 4 pontos, em 1 m. 22 s. e 3/5; 3.º, Sr.ª S. Menell e R. Grayston, no *Gulliver* e no *Guardzman*, com 8 pontos, em 1 m. 11 s. e 4/5; 4.º, D. Maria Fernandes e Frank Fernandes, no *Africano* e no *Faraó*, com 10 pontos, em 1 m. e 24 s.; 5.º, tenente Vasconcelos Esteves e tenente F. da Cunha, no *Chaimite* e na *Catraia*, com 24 pontos, em 1 m. 3 s. e 1/5.

No final de cada prova as taças foram entregues pelo Sr. tenente-coronel Bento da França, na primeira, como representante da Câmara Municipal.

3.º dia (17-VI-952)

No Hipódromo do Jardim Zoológico realizou-se no dia 17 de Junho a terceira tarde do IV Concurso Hípico Internacional de Lourenço Marques, que o Centro Hípico organizou sob o alto patrocínio de S. Ex.ª o Governador-Geral e do presidente da Câmara Municipal, competição que está decorrendo com enorme entusiasmo.

O programa incluía duas provas, a de «Sargentos», para a «Taça Grupo de Esquadrões de Moçambique», e a «Regularidade», para a «Taça Associação de Fomento Agrícola», registando fraca afluência de público, dado que era dia de trabalho, notando-se a presença apenas dos entusiastas que nunca faltam às competições hípicas.

A primeira prova da tarde foi a de «Sargentos», de que saiu vencedor o primeiro-sargento C. Almeida, montando o *Fiat*.

A classificação desta prova foi a seguinte: 1.º, primeiro-sargento C. Almeida, no *Fiat*; 2.º, segundo-sargento S. Santos, no *Incapaz*; 3.º, primeiro-sargento C. Almeida, no *Turco*; 4.º, segundo-sargento A. Proença, no *Almourol*; 5.º, segundo-sargento S. Santos, no *Atila*.

A registar nesta prova o facto de haver oficialmente três prémios, mas, devido à gentileza dos cavaleiros sul-africanos, foram estabelecidos mais dois prémios monetários, e no final o Sr. H. Grayston ofereceu outro prémio monetário ao primeiro classificado. Interessante este gesto dos concursistas visitantes, que prova bem a camaradagem que reina entre os cavaleiros sul-africanos e portugueses, que dia a dia está cimentando uma amizade que muito nos apraz registar.

No final da prova, o Sr. H. Grayston entregou ao vencedor o trofeu em disputa, tendo os restantes concorrentes sul-africanos, senhoras e homens, entregue os restantes prémios e laços.

Disputou-se a seguir a prova «Regularidade», que registou 37 inscrições. Os concorrentes iniciavam a prova e tinham o espaço de três minutos para saltarem os obstáculos que quisessem, mas sendo eliminados ao primeiro derrube. Os cavaleiros portugueses estiveram sempre à frente e a prova terminou pelo

Revista da Cavalaria

triunfo brilhante do Sr. Capitão Joaquim Dóres, no *Zuári*, com 18 obstáculos transpostos, seguindo-se-lhe o cavaleiro civil Júlio Domingues, que fez também uma boa prova, no *Faraó*, com 11 obstáculos.

A classificação geral foi a seguinte: 1.º, capitão Joaquim Dóres, no *Zuári*, com 18 obstáculos; 2.º, Júlio Domingues, no *Faraó*, com 11; 3.º, H. Grayston, no *Misty Moon*, com 11; 4.º, H. Grayston, no *Airborne*, com 10; 5.º, tenente Vasconcelos Esteves, no *Chaimite*, com 9; 6.º, tenente F. Cunha, na *Catraia*, com 9; 7.º, Sr.^a Ward-Smith, no *Amazona*, com 9.

No final, o Sr. Alves da Silva, inspector superior dos Serviços Aduaneiros, fez a entrega do troféu ao cavaleiro vencedor e os restantes membros do júri das provas a entrega dos outros prémios e laços.

4.º dia (19-VI-952)

No Hipódromo do Jardim Zoológico realizou-se a 19 de Junho a 4.ª tarde do IV Concurso Hípico Internacional de Lourenço Marques, a que assistiu o Comandante Militar, interino, Sr. tenente-coronel Bento da França, e outras entidades oficiais, registando-se pouca afluência de público por ser dia de trabalho.

A luta travada nas duas provas disputadas, «Dr. António Aires», para a «Taça Velosa», e «Potência», para a «Taça Associação Comercial», foi renhidíssima, em especial a da segunda prova, em que se teve que recorrer à quarta «barrage» — depois de uma prova de apuramento — que atingiu a magnífica altura de 1^m,85!

Na primeira prova da tarde inscreveram-se 28 cavalos, sendo renhidamente disputada. Percurso difícil, com 10 obstáculos à altura máxima de 1^m,30. Não houve um único percurso limpo e esse facto diz bem da dificuldade do percurso.

Saiu vencedor o tenente R. Silveira, montando o *Maharajah*, animal que confirmou as esperanças que nele se depositavam. Cavalo novo em provas hípi-cas de obstáculos, mostrou classe. O tenente R. Silveira conduziu muito bem, com decisão e entrando esplêndidamente nos obstáculos. Foi, sem dúvida, um magnífico vencedor.

A classificação geral foi a seguinte: 1.º, tenente R. Silveira, no *Maharajah*, com 3 pontos, em 1 m. 23 s. 2/5; 2.º, alferes Saraiva Marques, no *Cuamato*, com 4 pontos, em 1 m. 9 s. 4/5; 3.º, R. Grayston, no *Valiant*, com 4 pontos, em 1 m. 11 s. 1/5; 4.º, tenente Peralta, no *Jeep*, com 4 pontos, em 1 m. 12 s.; 5.ºs, «ex-aequo», Frank Fernandes, no *Genica*, e Júlio Domingues, no *Faraó*, ambos com 4 pontos, em 1 m. 22 s. 2/5.

No final da prova o sr. dr. Agostinho Torres Fevereiro, presidente do Centro Hípico, fez a entrega da «Taça Velosa» ao vencedor.

Realizou-se a seguir a prova «Potência», das mais emocionantes de todo o concurso. A prova constava de três partes distintas: a primeira em que entravam todos os inscritos, apurando-se um terço que disputaria outra eliminação e final, por sistema de «barrage» entre os apurados. Na primeira parte

Revista da Cavalaria

o percurso era cortado por 8 obstáculos à altura máxima de 1^m,40. Na segunda três obstáculos, à altura máxima de 1^m,60. Depois um obstáculo à altura inicial de 1^m,60, subindo gradualmente conforme fosse transposto sem derrubes, tendo cada concorrente três tentativas seguidas.

Na primeira «poule» foram apurados os seguintes cavaleiros: tenente R. Silveira, no *Maharajah*, o pontos, em 32 s. 1/5; R. Grayston, no *Misty Moon*, o pontos, em 41 s.; senhorinha V. Beck, no *Bill Smith*, 3 pontos, em 57 s. 4/5; F. Fernandes, no *Genica*, 4 pontos, em 34 s. 4/5; alferes Saraiva Marques, no *Giro*, 4 pontos, em 34 s.; Júlio Domingues, no *Faraó*, 4 pontos, em 38 s. 1/5; tenente Trigo de Sousa, no *Caramba*, 4 pontos, em 35 s.; tenente Vasconcelos Esteves, no *Chaimite*, 4 pontos, em 34 s. 2/5; R. Grayston, no *Silver Mint*, 4 pontos, em 55 s.

Na segunda «poule», com três obstáculos, só quatro cavaleiros conseguiram percursos limpos sendo apurados para a final: tenente R. Silveira, no *Maharajah*; Júlio Domingues, no *Faraó*; alferes Saraiva Marques, no *Giro* e senhorinha V. Beck, no *Bil Smith*.

Entrou-se então na parte mais emocionante da prova com um só obstáculo, mas onde a decisão, arrojo e perícia do cavaleiro eram duramente postos à prova, como o era o poder da montada.

O tenente R. Silveira transpôs 1^m,70, sendo depois eliminado a 1^m,80; Júlio Domingues, o alferes Saraiva Marques e a senhorinha V. Beck transpuseram 1^m,80 o primeiro à terceira tentativa e a gentil sul-africana à segunda. O alferes Saraiva Marques passou à primeira tentativa.

A altura de 1^m,85, Júlio Domingues foi eliminado por três derrubes e a senhorinha V. Beck por três recusas da montada.

A 1^m,85 o alferes Saraiva Marques, num esforço magnífico, passou à segunda tentativa, obtendo assim o primeiro lugar.

A classificação final foi a seguinte: 1.º, alferes Saraiva Marques, no *Giro*, com 1^m,85; 2.º, senhorinha V. Beck, no *Bill Smith*, com 1^m,80; 3.º, Júlio Domingues, no *Faraó*, com 1^m,80; 4.º tenente R. Silveira, no *Maharajah*, com 1^m,70; 5.º, tenente Vasconcelos Esteves, no *Chaimite*.

No final da prova o sr. tenente-coronel Bento da França, Comandante Militar, interino, fez a entrega ao vencedor da «Taça Associação Comercial».

5.º dia (21 VI-952)

No hipódromo do Jardim Zoológico, realizaram-se em 21 de Junho as provas marcadas para o penúltimo dia do IV Concurso Internacional de Lourenço Marques, às quais assistiram S. Ex.^a o Governador-Geral, comandante Gabriel Teixeira e sua Ex.^{ma} esposa, Secretário-Geral, capitão Castro e Silva, Comandante Militar, interino, tenente-coronel Bento da França e Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Aires.

As bancadas registaram razoável assistência, se bem que estivesse longe do que se esperava, dada a importância das duas provas.

As provas, «Centro Hípico» e «Grande Prémio», eram difíceis e foram disputadas com o maior entusiasmo por todos os concorrentes, merecendo espe-

Revista da Cavalaria

cial relevo a luta entre portugueses e sul-africanos, que foi sempre seguida com enorme entusiasmo e não menor interesse.

A primeira prova da tarde foi a do «Centro Hípico», com 10 obstáculos à altura máxima de 1^m,20 e velocidade mínima de 350 metros por minuto.

Saíu vencedor da prova o tenente Ferreira da Cunha, montando a *Catráia*, sem penalização e no tempo de 1 m. 0 s. e 3/5.

A classificação geral da prova foi a seguinte: 1.º, tenente Ferreira da Cunha, na *Catráia*, com 0 pontos, em 1 m. 0 s. e 3/5; 2.º, Frank Fernandes, no *Genica*, com 0 pontos, em 1 m. e 3 s.; 3.º, R. Grayston, no *Valiant*, com 4 pontos, em 59 s. e 1/5; 4.º, tenente Trigo de Sousa, no *Pára-quedista*, com 4 pontos, em 1 m., 4 s. e 3/5; 5.º, Frank Fernandes, no *Africano*, com 4 pontos, em 1 m. 9 s. e 1/5; 6.º, alferes Saraiva Marques, no *Cuamato*, com 8 pontos, em 58 s. e 2/5.

No final da prova, o Sr. Dr. Gago da Câmara, presidente da Associação do Jardim Zoológico, entregou a «Taça Centro Hípico», ao vencedor.

Realizou-se a seguir a prova «Grande Prémio», das mais importantes e difíceis de todo o Concurso. O percurso era cortado por 14 obstáculos difficilimos e a despeito do esforço dos cavaleiros e cuidado com que eles dirigiram o percurso, não se registou nenhuma prova sem penalização.

Nada menos de três cavaleiros caíram aparatosamente com as suas montadas e 7 foram desclassificados. Isto diz bem da dureza e dificuldade do percurso do «Grande Prémio»...

Saíu vencedor o tenente Rodrigo da Silveira, no *Marajá*, com 8 pontos, em 1 m. e 39 s., ficando de posse da valiosa taça oferecida pelo Sr. Governador Geral.

A classificação foi a seguinte: 1.º, tenente Rodrigo da Silveira, no *Marajá*, com 8 pontos, em 1 m. e 39 s.; 2.º H. Grayston, no *Duke*, com 8 pontos, em 1 m. e 45 s.; 3.º, alferes Saraiva Marques, no *Giro*, com 12 pontos, em 1 m. e 33 s.; 4.º, tenente Trigo de Sousa, no *Caramba*, com 12 pontos, em 1 m. 36 s. e 3/5; 5.º, H. Grayston, no *Airborne*, com 12 pontos, em 1 m. 40 s. e 3/5; 6.º, Grayston, no *Silver Mint*, com 12 pontos, em 1 m. 42 s. e 3/5; 7.º, Frank Fernandes, no *Genica*, com 12 pontos, em 1 m. 48 s. e 4/5; 8.º, Júlio Domingues, no *Spy*, com 15 pontos, em 2 m. e 6 s.; 9.º, R. Grayston, no *Guardsman*, com 16 pontos, em 1 m. 36 s. e 3/5.

No final, o Sr. tenente Silveira subiu à tribuna de honra, onde recebeu das mãos de S. Ex.^a o Governador-Geral, o valioso trofeu em disputa.

O cavaleiro Júlio Domingues, que sofreu uma queda violenta, ficou magoado, supondo-se que tenha sofrido a fractura de uma costela e de uma clavícula.

6.º dia (22-VI-952)

No Hipódromo do Jardim Zoológico terminou em 22 de Junho o IV Concurso Hípico Internacional de Lourenço Marques, tendo assistido às provas o sr. Governador-Geral comandante Gabriel Teixeira, e Ex.^{ma} Esposa, o sr. Secretário-Geral, capitão Castro e Silva, e esposa, Comandante Militar, interino,

Revista da Cavalaria

tenente-coronel Bento da França, e esposa, e presidente da Câmara Municipal, dr. António Aires e esposa, e outras entidades civis e militares.

A presença de público foi grande, mas, mesmo assim, longe do que se previa para uma tarde em que se disputava a prova mais importante de todo o concurso hípico.

A primeira prova da tarde foi a de «Equipas», entre uma representando Lourenço Marques e outra a África do Sul, constituídas, respectivamente, pelos seguintes cavaleiros: tenente Trigo de Sousa, no *Caramba*, tenente Rodrigo da Silveira, no *Maharajah*, tenente Vasconcelos Esteves, no *Chaimite*, e alferes Saraiva Marques, no *Giro*; sr.^a M. Menell, no *Gulliver*, senhora V. Beck, no *Duke*, H. Grayston, no *Silver Mint*, e R. Grayston, no *Guardaman*.

O percurso estava difícil, como era natural para uma prova desta envergadura, não havendo um percurso limpo. A classificação era feita pela soma dos pontos sofridos pelos três melhores concorrentes e disputada em duas «poules». No final, registou-se a vitória brilhante da equipa portuguesa, que recebeu uma entusiástica ovação da assistência.

No final, os cavaleiros portugueses subiram à tribuna de honra, recebendo o sr. tenente Trigo de Sousa, chefe da equipa, a «Taça Governador-Geral, Comandante Gabriel Teixeira», e todos os componentes da equipa miniaturas do trofeu.

Após a entrega dos trofeus à equipa portuguesa, subiu à tribuna de honra o sr. dr. Agostinho Torres Ferevereiro, presidente do Centro Hípico, que era acompanhado por todos os sócios da colectividade ali presentes, tendo agradecido ao sr. Governador-Geral todo o seu valiosíssimo apoio que muito tem contribuído para o progresso do hipismo em Lourenço Marques.

S. Ex.^a agradeceu a atenção e afirmou o seu entusiasmo pelo hipismo, prometendo, dentro do possível, tudo fazer para o progresso da modalidade.

Disputou-se depois a prova «Caça», que registou 28 inscrições, tendo terminado com o triunfo do sr. tenente Ferreira da Cunha, montando a *Catráia*, com um esplêndido percurso, sendo entusiasticamente aplaudido pelo público.

A classificação final foi a seguinte: 1.º, tenente F. da Cunha, na *Catráia*, com 1 m. 20 s. 2/5; 2.º, R. Grayston, no *Guardaman*, com 1 m. 22 s.; 3.º, tenente Vasconcelos Esteves, no *Chaimite*, com 1 m. 29 s. 3/5; 4.º, Frank Fernandes, no *Africano*, com 1 m. 29 s. 4/5; 5.º, capitão Joaquim Dore, no *Zuári*; 6.º, «ex-aequo», tenente B. de Brito e alferes Saraiva Marques, no *Coolela* e *Giro*, com 1 m. 36 s.

No final, o sr. Comandante Militar, interino, tenente-coronel Bento da França, entregou ao vencedor o trofeu «Vasco da Gama», uma artística caravela em filigrana.

O sr. Mendes Martins, gerente da Fábrica Nacional de Tabacos e Empresa A. E. George, ofertantes da taça destinada ao concorrente mais premiado, entregou-a ao concorrente sul-africano H. Grayston, seu triunfador.

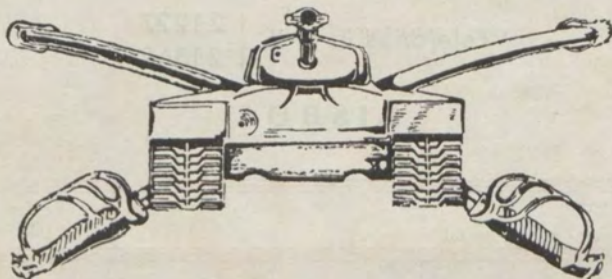
NOVO EMBLEMA

(Da Revista *Armor*)

O Departamento do Exército aprovou o novo emblema e a cor do distintivo da Arma, assim como a cor dos guiões das unidades e o trancelim dos bivaques das «Forças Couraçadas».

De acordo com o decreto da organização do exército de 1950, as «Forças Couraçadas» são a continuação da Cavalaria.

O novo emblema é um carro M-26 (versão original do Patton) visto de frente, com o canhão ligeiramente elevado, colocado sobre dois sabres cruzados, embainhados e com o gume voltado para cima.



Este emblema para os oficiais será do tipo usual, em metal dourado. Para soldados será o mesmo, mas de tamanho reduzido de modo a caber num disco de uma polegada.

O amarelo, a cor da Cavalaria, será a da nova Arma. Os guiões das unidades serão amarelos com a insígnia, letras e números em verde. O trancelim dos bivaques dos soldados será também amarelo.

A Revista *Armor* regozija-se de ver resolvida esta importante questão.

É, diz a Revista, um novo passo para cimentar profissionalmente a nova Arma, porque o novo emblema, é não só um vínculo importante no aspecto material e real, como também nos aspectos intangíveis da missão (moral e espiritual).

S. B.

Bertrand & Irmãos, L.^{da}

TRABALHOS
TIPOGRÁFICOS
SIMPLES,
E DE LUXO,
REPRODUÇÕES
EM FOTOGRAVURA,
OFFSET
E LITOGRAFIA

Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227
 21368

LISBOA



TIPOGRAFIA DA LIGA DOS COMBATENTES
DA GRANDE GUERRA



TRABALHOS TIPOGRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS



Calçada dos Caetanos, 18

TELEFONE — 21450

L I S B O A

